ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 199

Brasília - DF, segunda-feira, 17 de outubro de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 15
Ministério da Cultura 15
Ministério da Defesa 17
Ministério da Educação 17
Ministério da Fazenda 18
Ministério da Integração Nacional 28
Ministério da Justiça 28
Ministério da Pesca e Aquicultura 34
Ministério da Previdência Social 37
Ministério da Saúde 37
Ministério das Cidades 54
Ministério das Comunicações 54
Ministério de Minas e Energia 56
Ministério do Desenvolvimento Agrário 77
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 77
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 77
Ministério do Esporte 78
Ministério do Meio Ambiente 78
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 81
Ministério do Trabalho e Emprego 82
Ministério dos Transportes 84
Conselho Nacional do Ministério Público 84
Ministério Público da União 85
Tribunal de Contas da União 88
Poder Legislativo 93
Poder Judiciário 95
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 105

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA DE APOIO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, com os seguintes objetivos:

I - incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável;

II - promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural nas áreas definidas no art. 3º; e

III - incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Parágrafo único. A execução do Programa de Apoio à Conservação Ambiental ficará sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, ao qual caberá definir as normas complementares do Programa.

Art. 2º Para cumprir os objetivos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a União fica autorizada a transferir recursos financeiros e a disponibilizar serviços de assistência técnica a famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural, conforme regulamento.

Parágrafo único. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal.

Art. 3º Poderão ser beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental as famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação nas seguintes áreas:

I - Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais;

II - projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra;

III - territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; e

IV - outras áreas rurais definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo.

§ 1º O Poder Executivo definirá os procedimentos para a verificação da existência de recursos naturais nas áreas de que tratam os incisos I a IV.

§ 2º O monitoramento e o controle das atividades de conservação ambiental nas áreas elencadas nos incisos I a IV ocorrerão por meio de auditorias amostrais das informações referentes ao período de avaliação, ou outras formas, incluindo parcerias com instituições governamentais estaduais e municipais, conforme previsto em regulamento.

Art. 4º Para a participação no Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a família interessada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições:

I - encontrar-se em situação de extrema pobreza;

II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; e

III - desenvolver atividades de conservação nas áreas previstas no art. 3º.

Art. 5º Para receber os recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a família beneficiária deverá:

I - estar inscrita em cadastro a ser mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, contendo informações sobre as atividades de conservação ambiental; e

II - aderir ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental por meio da assinatura de termo de adesão por parte do responsável pela família beneficiária, no qual serão especificadas as atividades de conservação a serem desenvolvidas.

§ 1º O Poder Executivo definirá critérios de priorização das famílias a serem beneficiadas, de acordo com características populacionais e regionais e conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º O recebimento dos recursos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental tem caráter temporário e não gera direito adquirido.

Art. 6º A transferência de recursos financeiros do Programa de Apoio à Conservação Ambiental será realizada por meio de repasses trimestrais no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), na forma do regulamento.

Parágrafo único. A transferência dos recursos de que trata o **caput** será realizada por um prazo de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada nos termos do regulamento.

Art. 7º São condições de cessação da transferência de recursos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental:

I - não atendimento das condições definidas nos arts. 4º e 5º e nas regras do Programa, conforme definidas em regulamento; ou

II - habilitação do beneficiário em outros programas ou ações federais de incentivo à conservação ambiental.

Art. 8º O Poder Executivo instituirá o Comitê Gestor do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras definidas em regulamento:

I - aprovar o planejamento do Programa, compatibilizando os recursos disponíveis com o número de famílias beneficiárias;

II - definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa; e

III - indicar áreas prioritárias para a implementação do Programa, observado o disposto no art. 3º.

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá a composição e a forma de funcionamento do Comitê Gestor, bem como os procedimentos e instrumentos de controle social.

CAPÍTULO II
DO PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS

Art. 9º Fica instituído o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com os seguintes objetivos:

I - estimular a geração de trabalho e renda com sustentabilidade;

II - promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários;

III - incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional; e

IV - incentivar a organização associativa e cooperativa de seus beneficiários.

§ 1º O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais será executado em conjunto pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme o regulamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º O Poder Executivo disporá sobre a participação de outros Ministérios e outras instituições vinculadas na execução do Programa de que trata o **caput** deste artigo.

§ 3º O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais será executado por meio da transferência de recursos financeiros não reembolsáveis e da disponibilização de serviços de assistência técnica.

Art. 10. Poderão ser beneficiários do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais:

I - os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e

II - outros grupos populacionais definidos como prioritários por ato do Poder Executivo.

Art. 11. Para a participação no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, a família interessada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições:

I - encontrar-se em situação de extrema pobreza; e

II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadúnico.

Art. 12. Para o recebimento dos recursos financeiros do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, a família beneficiária deverá aderir ao Programa por meio da assinatura de termo de adesão pelo seu responsável, contendo o projeto de estruturação da unidade produtiva familiar e as etapas de sua implantação.

§ 1º No caso de beneficiários cujas atividades produtivas sejam realizadas coletivamente, o projeto poderá contemplar mais de uma família, conforme o regulamento.

§ 2º O Poder Executivo definirá critérios de priorização das famílias a serem beneficiadas, conforme aspectos técnicos e de disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º O recebimento dos recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais tem caráter temporário e não gera direito adquirido.

Art. 13. Fica a União autorizada a transferir diretamente ao responsável pela família beneficiária do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais os recursos financeiros no valor de até R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) por família, na forma do regulamento.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

§ 1º A transferência dos recursos de que trata o **caput** dar-se-á em, no mínimo, 3 (três) parcelas e no período máximo de 2 (dois) anos, na forma do regulamento.

§ 2º Na ocorrência de situações excepcionais e que impeçam ou retardem a execução do projeto, o prazo a que se refere o § 1º poderá ser prorrogado em até 6 (seis) meses, conforme o regulamento.

§ 3º A função de agente operador do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais será atribuída à instituição financeira oficial, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal.

Art. 14. A cessação da transferência de recursos no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais ocorrerá em razão da não observância das regras do Programa, conforme o regulamento.

Art. 15. O Poder Executivo instituirá o Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras definidas em regulamento:

I - aprovar o planejamento do Programa, compatibilizando os recursos disponíveis ao número de famílias beneficiárias; e

II - definir a sistemática de monitoramento e avaliação do Programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá a composição e a forma de funcionamento do Comitê Gestor, bem como os procedimentos e instrumentos de controle social.

CAPÍTULO III
DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

Art. 16. Podem fornecer produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 1º As aquisições dos produtos para o PAA poderão ser efetuadas diretamente dos beneficiários de que trata o **caput** ou, indiretamente, por meio de suas cooperativas e demais organizações formais.

§ 2º Nas aquisições realizadas por meio de cooperativas dos agricultores familiares e dos demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a transferência dos produtos do associado para a cooperativa constitui ato cooperativo, previsto na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§ 3º O Poder Executivo federal poderá estabelecer critérios e condições de prioridade de atendimento pelo PAA, de forma a contemplar as especificidades de seus diferentes segmentos e atendimento dos beneficiários de menor renda.

§ 4º A aquisição de produtos na forma do **caput** somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 17. Fica o Poder Executivo federal, estadual, municipal e do Distrito Federal autorizado a adquirir alimentos produzidos pelos beneficiários descritos no art. 16, dispensando-se o procedimento licitatório, obedecidas, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA; e

II - seja respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar, cooperativa ou por demais organizações formais da agricultura familiar, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA.

Art. 18. Os alimentos adquiridos pelo PAA serão destinados a ações de promoção de segurança alimentar e nutricional ou à formação de estoques, podendo ser comercializados, conforme o regulamento.

Art. 19. Os alimentos adquiridos no âmbito do PAA poderão ser doados a pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, observado o disposto em regulamento.

Art. 20. Sem prejuízo das modalidades já instituídas, o PAA poderá ser executado mediante a celebração de Termo de Adesão firmado por órgãos ou entidades da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos, dispensada a celebração de convênio.

Art. 21. Para a execução das ações de implementação do PAA, fica a União autorizada a realizar pagamentos aos executores do Programa, nas condições específicas estabelecidas em regulamento, com a finalidade de contribuir com as despesas de operacionalização das metas acordadas.

Art. 22. A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, no âmbito das operações do PAA, poderá realizar ações de articulação com cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar.

Art. 23. O pagamento aos fornecedores descritos no art. 16 será realizado diretamente pela União ou por intermédio das instituições financeiras oficiais, admitido o convênio com cooperativas de crédito e bancos cooperativos para o repasse aos beneficiários.

Parágrafo único. Para a efetivação do pagamento de que trata o **caput**, será admitido, como comprovação da entrega e da qualidade dos produtos, termo de recebimento e aceitabilidade, emitido e atestado por representante da entidade que receber os alimentos e referendado pela entidade executora, conforme o regulamento.

Art. 24. Os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea são instâncias de controle e participação social do PAA.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de Consea na esfera administrativa de execução do programa, deverá ser indicada outra instância de controle social responsável pelo acompanhamento de sua execução, que será, preferencialmente, o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. O Poder Executivo definirá em regulamento o conceito de família em situação de extrema pobreza, para efeito da caracterização dos beneficiários das transferências de recursos a serem realizadas no âmbito dos Programas instituídos nesta Lei.

Art. 26. A participação nos Comitês previstos nesta Lei será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 27. Os recursos transferidos no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais não comporão a renda familiar mensal, para efeito de elegibilidade nos programas de transferência de renda do Governo Federal.

Art. 28. As despesas com a execução das ações dos programas instituídos por esta Lei correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente aos órgãos e entidades envolvidos em sua implementação, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 29. O Poder Executivo divulgará periodicamente, por meio eletrônico, relação atualizada contendo o nome, o Número de Identificação Social inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - NIS, a unidade federativa e os valores pagos aos beneficiários dos Programas de que tratam os arts. 1º e 9º desta Lei.

Art. 30. Fica autorizado o Poder Executivo a discriminar, por meio de ato próprio, programações do Plano Brasil Sem Miséria a serem executadas por meio das transferências obrigatórias de recursos financeiros pelos órgãos e entidades da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Parágrafo único. Caberá ao Comitê Gestor Nacional do Plano Brasil Sem Miséria divulgar em sítio na internet a relação das programações de que trata o **caput**, bem como proceder às atualizações devidas nessa relação, inclusive no que se refere a alterações nas classificações orçamentárias decorrentes de lei orçamentária anual e seus créditos adicionais.

Art. 31. Os recursos de que tratam os arts. 6º e 13 poderão ser majorados pelo Poder Executivo em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, observada a dotação orçamentária disponível.

Art. 32. Na definição dos critérios de que tratam o § 1º do art. 5º e o § 2º do art. 12, o Poder Executivo dará prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e às famílias residentes nos Municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Art. 33. O art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

§ 1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional.

§ 2º (Revogado).

§ 3º O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor do PAA, com composição e atribuições definidas em regulamento.

§ 4º (Revogado)." (NR)

Art. 34. O inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família;

....." (NR)

Art. 35. O aumento do número de benefícios variáveis atualmente percebidos pelas famílias beneficiárias, decorrente da alteração prevista no art. 34, ocorrerá nos termos de cronograma a ser definido em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 36. O art. 11 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 11. .....

Parágrafo único. A validade dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA - "Cartão Alimentação" encerra-se em 31 de dezembro de 2011." (NR)

Art. 37. O art. 14 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. Sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa, o servidor público ou o agente da entidade conveniada ou contratada responsável pela organização e manutenção do cadastro de que trata o art. 1º será responsabilizado quando, dolosamente:

I - inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadúnico; ou

II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício.

§ 1º (Revogado).

§ 2º O servidor público ou agente da entidade contratada que cometer qualquer das infrações de que trata o **caput** fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente." (NR)

Art. 38. A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:

"Art. 14-A. Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar ou se manter como beneficiário do Programa Bolsa Família.

§ 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no **caput** será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos da União, na forma da legislação de regência."

Art. 39. O art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

.....

§ 2º .....

.....

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do **caput** do art. 3º;

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do **caput** do art. 3º." (NR)

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de outubro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Arno Hugo Augustin Filho
Miriam Belchior
Tereza Campello
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Afonso Florence

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 482, de 13 de outubro de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 240.

Nº 488, de 14 de outubro de 2011. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei de conversão que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 14 de outubro de 2011

Entidade: AR MAXXDATA, vinculada à AC SERPRO RFB e SERPRO ACF
Processos nºs: 00100.000016/2003-45 e 00100.000306/2005-51

Acolhe-se as Notas nºs 301/2011-APG/PFE/ITI e 314/2011-PRCC/PFE/ITI que opinam pelo deferimento do pedido de alteração de endereço da Instalação Técnica da AR MAXXDATA, listado abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas, vinculada à AC SERPRO RFB e SERPRO ACF.

NOME	ENDEREÇO
AR MAXXDATA	**Anterior:** Avenida Cristiano Machado, 1300, Sala 601, Graça, Belo Horizonte - MG
	Novo: Avenida Amazonas, 491, Sala 801, Centro, Belo Horizonte - MG

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 868, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 440, de 13 de outubro de 2011, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Ribeirão Preto/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Ribeirão Preto/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Ribeirão Preto/SP e a Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o caput o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Franca/SP e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Franca/SP, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Franca/SP permanece com a representação judicial do INSS no âmbito de sua competência territorial, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÕES

Na Ementa e no art. 1º da Resolução CAMEX nº 75, de 05 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 06 de outubro de 2011, Seção 1, páginas 15 a 21,

Onde se lê:

Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de papel supercalandrado, exportadas pelas República Francesa, República Italiana e República da Hungria.

Leia-se:

Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de papel supercalandrado, originárias das República Francesa, República Italiana e República da Hungria.

Onde se lê:

Art. 1º Encerrar a investigação com a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de papel supercalandrado, exportadas pelas República Francesa, República Italiana e República da Hungria, comumente classificadas no item 4806.40.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

Leia-se:

Art. 1º Encerrar a investigação com a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de papel supercalandrado, originárias das República Francesa, República Italiana e República da Hungria, comumente classificadas no item 4806.40.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

Na Ementa e no art. 1º da Resolução CAMEX nº 76, de 05 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 06 de outubro de 2011, Seção 1, páginas 21 a 28,

Onde se lê:

Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de n-Butanol, exportadas pelos Estados Unidos da América.

Leia-se:

Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de n-Butanol, originárias dos Estados Unidos da América.

Onde se lê:

Art. 1º Encerrar a investigação com a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de n-Butanol, exportadas pelos Estados Unidos da América, comumente classificadas no item 2905.13.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Leia-se:

Art. 1º Encerrar a investigação com a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de n-Butanol, originárias dos Estados Unidos da América, comumente classificadas no item 2905.13.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

Na Ementa e no art. 1º da Resolução CAMEX nº 77, de 05 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 06 de outubro de 2011, Seção 1, páginas 28 a 29,

Onde se lê:

Extingue o direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de carbonato de bário, exportadas pela República Popular da China.

Leia-se:

Extingue o direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de carbonato de bário, originárias da República Popular da China.

Onde se lê:

Art. 1º Extinguir o direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de carbonato de bário, exportadas pela República Popular da China, comumente classificadas no item 2836.60.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, de que trata a Resolução CAMEX nº 48, de 30 de junho de 2010.

Leia-se:

Art. 1º Extinguir o direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de carbonato de bário, originárias da República Popular da China, comumente classificadas no item 2836.60.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, de que trata a Resolução CAMEX nº 48, de 30 de junho de 2010.

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ
CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ

DELIBERAÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Processo nº 1180/2009

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ - CAP/MACEIÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.31, Parágrafo 5º da Lei nº 8630/1993, e o Parágrafo Único do Artigo 11 do Regimento Interno do Conselho, delibera MANIFESTAR FAVORAVELMENTE AO PROGRAMA DE ARRENDAMENTO DE ÁREAS E INSTALAÇÕES DO PORTO DE MACEIÓ, elaborado de acordo com as áreas consignadas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto - PDZ em vigor, considerando o Artigo 5º da Norma para Elaboração e Apresentação de Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias, constante da Resolução ANTAQ Nº 1888/2010.

LUIZ RICARDO KONARSKI

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 48, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

1. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, fica suspenso o registro do produto Isca Formicida Macex registro Nº 18008 por não atendimento ao disposto no Art.19 § 4º da Instrução Normativa Nº 36 de 24 de novembro de 2009, devendo ser apresentado laudo técnico de eficiência e praticabilidade agronômica à Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins, para análise antes da reabilitação do registro.

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Coordenador-Geral

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL

PORTARIA Nº 374, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas Nº 2, de 9 de outubro de 2008, e Nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de feijão caupi no Estado do Ceará, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macassar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semi-árida do nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O Caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado do Ceará.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 190 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais método de Penman-Monteith nas 13 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 75$ dias); Grupo II (75 dias $\leq n \geq 85$ dias); e Grupo III ($n > 85$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fonológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais critica em relação ao déficit hídrico.

Foram considerados aptos os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa Nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado do Ceará foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

CCA/UFC: Sempre Verde

GRUPO II

CCA/UFC: Setentão.

EMBRAPA: Patativa.

GRUPO III

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado do Ceará obteve enquadramento no grupo III.

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei Nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto Nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaiara	1 a 6	1 a 8
Acarape	4 a 8	2 a 9
Acaraú	2 a 8	2 a 9
Acopiara	3 a 7	2 a 8
Aiuaba	3 a 5	3 a 7
Alcântaras	1 a 9	1 a 9
Altaneira	1 a 6	1 a 8
Alto Santo	4 a 5	4 a 6
Amontada	4 a 8	4 a 8
Antonina do Norte	3 a 5	3 a 7
Apuiarés	4 a 6	4 a 8
Aquiraz	4 a 9	3 a 9
Aracati	4 a 5	4 a 6
Aracoiaba	4 a 8	4 a 9
Ararendá	4 a 7	3 a 8
Araripe	1 a 6	1 a 8
Aratuba	1 a 9	1 a 9
Arneiroz		4 a 7
Assaré	1 a 6	1 a 8
Aurora	1 a 7	1 a 8
Baixio	3 a 6	2 a 7
Banabuiú	6 a 7	4 a 8
Barbalha	1 a 7	1 a 8
Barreira	4 a 8	4 a 8
Barro	1 a 7	1 a 8
Barroquinha	1 a 8	1 a 9
Baturité	1 a 9	1 a 9
Beberibe	4 a 7	4 a 8
Bela Cruz	2 a 7	2 a 8
Boa Viagem	4 a 8	4 a 9
Brejo Santo	1 a 6	1 a 7
Camocim	1 a 9	1 a 9
Campos Sales	2 a 6	1 a 7
Canindé	4 a 8	3 a 9
Capistrano	2 a 9	2 a 9
Caridade	1 a 9	1 a 9
Cariré	1 a 8	1 a 9
Caririaçu	1 a 7	1 a 8
Cariús	1 a 7	1 a 8
Carnaubal	1 a 9	1 a 9
Cascavel	4 a 7	4 a 8
Catarina	4 a 7	4 a 8
Catunda	4 a 7	4 a 8
Caucaia	2 a 9	1 a 9
Cedro	3 a 6	1 a 7
Chaval	1 a 8	1 a 9
Choró	4 a 7	4 a 9
Chorozinho	4 a 8	4 a 9
Coreaú	1 a 9	1 a 9
Crateús	4 a 7	4 a 8
Crato	1 a 7	1 a 8
Croatá	3 a 8	3 a 9
Cruz	2 a 8	2 a 8
Deputado Irapuan Pinheiro	5 a 6	4 a 8
Ererê	6 a 7	4 a 8
Eusébio	4 a 9	2 a 9
Farias Brito	1 a 7	1 a 8
Forquilha	3 a 6	3 a 7
Fortaleza	2 a 9	2 a 9
Fortim	4 a 5	4 a 6
Frecheirinha	1 a 9	1 a 9
General Sampaio	4 a 6	4 a 8

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Graça	1 a 9	1 a 9
Granja	1 a 9	1 a 9
Granjeiro	1 a 7	1 a 8
Groaíras	4 a 6	2 a 7
Guaiúba	2 a 9	1 a 9
Guaraciaba do Norte	1 a 9	1 a 9
Guaramiranga	1 a 9	1 a 9
Hidrolândia	4 a 8	2 a 8
Horizonte	4 a 7	4 a 9
Ibaretama	4 a 5	4 a 8
Ibiapina	1 a 9	1 a 9
Ibicuitinga	4 a 5	4 a 8
Icapuí	5 a 6	4 a 8
Icó	4 a 5	4 a 7
Iguatu	3 a 6	1 a 8
Independência	4 a 5	4 a 6
Ipaporanga	4 a 7	4 a 8
Ipaumirim	4 a 7	2 a 7
Ipu	1 a 8	1 a 9
Ipueiras	4 a 8	3 a 8
Iracema		4 a 8
Irauçuba	4 a 5	4 a 7
Itaiçaba		4 a 6
Itaitinga	3 a 9	2 a 9
Itapagé	2 a 8	1 a 9
Itapipoca	2 a 8	2 a 9
Itapiúna	3 a 8	3 a 9
Itarema	2 a 8	1 a 9
Itatira	4 a 8	4 a 9
Jaguaretama		4 a 8
Jaguaribara	4 a 5	4 a 6
Jaguaribe	4 a 5	4 a 8
Jaguaruana		4 a 6
Jardim	1 a 6	1 a 7
Jati	1 a 6	1 a 6
Jijoca de Jericoacoara	1 a 7	1 a 8
Juazeiro do Norte	1 a 7	1 a 8
Jucás	1 a 6	1 a 8
Lavras da Mangabeira	3 a 7	1 a 7
Limoeiro do Norte	4 a 5	4 a 8
Madalena	4 a 5	4 a 8
Maracanaú	2 a 9	2 a 9
Maranguape	1 a 9	1 a 9
Marco	2 a 7	1 a 8
Martinópole	1 a 8	1 a 9
Massapê	1 a 9	1 a 9
Mauriti	1 a 6	1 a 7
Meruoca	1 a 9	1 a 9
Milagres	1 a 6	1 a 7
Milhã	7 a 8	4 a 9
Miraíma	4 a 6	4 a 7
Missão Velha	1 a 7	1 a 8
Mombaça	4 a 8	4 a 9
Monsenhor Tabosa	4 a 8	4 a 9
Morada Nova	4 a 5	4 a 8
Moraújo	1 a 8	1 a 9
Morrinhos	4 a 7	4 a 8
Mucambo	1 a 9	1 a 9
Mulungu	1 a 9	1 a 9
Nova Olinda	1 a 6	1 a 8
Nova Russas	4 a 6	4 a 8
Novo Oriente	4 a 6	4 a 7
Ocara	4 a 6	4 a 8
Orós	3 a 4	3 a 7
Pacajus	4 a 8	4 a 8
Pacatuba	2 a 9	2 a 9
Pacoti	1 a 9	1 a 9
Pacujá	1 a 8	1 a 9
Palhano		4 a 6
Palmácia	1 a 9	1 a 9
Paracuru	4 a 8	3 a 9
Paraipaba	3 a 8	3 a 9
Parambu		3 a 7
Paramoti	4 a 5	4 a 7
Pedra Branca	4 a 8	4 a 9
Penaforte	1 a 5	1 a 6
Pentecoste	4 a 8	3 a 8
Pereiro	4 a 8	4 a 9
Pindoretama	4 a 8	4 a 9
Piquet Carneiro	4 a 6	4 a 8
Pires Ferreira	2 a 8	1 a 9
Poranga	4 a 7	3 a 9
Porteiras	1 a 6	1 a 7
Potengi	1 a 6	1 a 7
Potiretama		4 a 8
Quiterianópolis	4 a 5	4 a 7
Quixadá	4 a 5	4 a 8
Quixelô	5 a 6	4 a 8
Quixeramobim	4 a 6	4 a 8
Quixeré		4 a 6
Redenção	1 a 9	1 a 9
Reriutaba	1 a 8	1 a 9
Russas	4 a 5	4 a 6
Saboeiro	3 a 5	3 a 7
Salitre	1 a 6	1 a 7
Santa Quitéria	4 a 8	3 a 9
Santana do Acaraú	2 a 8	1 a 9
Santana do Cariri	1 a 7	1 a 8
São Benedito	1 a 9	1 a 9
São Gonçalo do Amarante	4 a 8	3 a 8
São João do Jaguaribe	4 a 5	4 a 8
São Luís do Curu	4 a 7	4 a 8
Senador Pompeu	4 a 8	4 a 9
Senador Sá	1 a 8	1 a 9
Sobral	1 a 8	1 a 9
Solonópole		4 a 8
Tabuleiro do Norte		4 a 6
Tamboril	4 a 6	4 a 8
Tarrafas	3 a 6	2 a 7
Tauá		4 a 7
Tejuçuoca	4 a 6	4 a 8
Tianguá	1 a 9	1 a 9
Trairi	3 a 9	2 a 9
Tururu	3 a 8	2 a 9
Ubajara	1 a 9	1 a 9
Umari	4 a 6	4 a 7
Umirim	3 a 8	2 a 8
Uruburetama	2 a 8	2 a 9
Uruoca	1 a 8	1 a 9
Varjota	2 a 8	1 a 8
Várzea Alegre	1 a 7	1 a 7
Viçosa do Ceará	1 a 9	1 a 9

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaiara	1 a 6	1 a 7
Acarape	3 a 7	1 a 8
Acaraú	1 a 7	1 a 8
Acopiara	3 a 7	1 a 7
Aiuaba	3 a 4	2 a 6
Alcântaras	1 a 8	1 a 8
Altaneira	1 a 6	1 a 7
Alto Santo		3 a 5
Amontada	3 a 7	3 a 8
Antonina do Norte	2 a 5	2 a 6
Apuiarés	3 a 5	3 a 7
Aquiraz	3 a 8	2 a 9
Aracati	4 a 5	3 a 6
Aracoiaba	3 a 8	3 a 8
Ararendá	3 a 7	2 a 7
Araripe	1 a 6	1 a 7
Aratuba	1 a 9	1 a 9
Arneiroz	3 a 5	3 a 6
Assaré	1 a 6	1 a 7
Aurora	1 a 6	1 a 7
Baixio	1 a 5	1 a 6
Banabuiú	5 a 6	3 a 7
Barbalha	1 a 6	1 a 7
Barreira	4 a 7	4 a 7
Barro	1 a 6	1 a 7
Barroquinha	1 a 7	1 a 8
Baturité	1 a 9	1 a 9
Beberibe	3 a 6	3 a 7
Bela Cruz	1 a 7	1 a 7
Boa Viagem	3 a 7	3 a 8
Brejo Santo	1 a 5	1 a 7
Camocim	1 a 8	1 a 8
Campos Sales	1 a 5	1 a 6
Canindé	3 a 7	2 a 8
Capistrano	1 a 8	1 a 9
Caridade	1 a 9	1 a 9
Cariré	1 a 7	1 a 8
Caririaçu	1 a 7	1 a 7
Cariús	1 a 6	1 a 7
Carnaubal	1 a 9	1 a 9
Cascavel	3 a 7	3 a 8
Catarina	3 a 6	3 a 8
Catunda	3 a 7	3 a 7
Caucaia	1 a 8	1 a 9
Cedro	1 a 5	1 a 7
Chaval	1 a 7	1 a 8
Choró	3 a 7	3 a 8
Chorozinho	4 a 7	3 a 8
Coreaú	1 a 8	1 a 9
Crateús	3 a 6	3 a 7
Crato	1 a 6	1 a 7
Croatá	3 a 7	1 a 8
Cruz	1 a 7	1 a 8
Deputado Irapuan Pinheiro	4 a 5	4 a 7
Ererê	6 a 7	4 a 8
Eusébio	2 a 8	1 a 9
Farias Brito	1 a 6	1 a 7
Forquilha	2 a 5	1 a 6
Fortaleza	1 a 9	1 a 9
Fortim	3 a 5	3 a 6
Frecheirinha	1 a 8	1 a 9
General Sampaio	3 a 6	3 a 7
Graça	1 a 9	1 a 9
Granja	1 a 8	1 a 9
Granjeiro	1 a 6	1 a 7
Groaíras	2 a 5	1 a 6
Guaiúba	1 a 8	1 a 9
Guaraciaba do Norte	1 a 9	1 a 9
Guaramiranga	1 a 9	1 a 9
Hidrolândia	3 a 7	1 a 8
Horizonte	3 a 6	3 a 8
Ibaretama	3 a 4	3 a 8
Ibiapina	1 a 9	1 a 9
Ibicuitinga	3 a 4	3 a 6
Icapuí	4 a 5	4 a 7
Icó	3 a 5	3 a 7
Iguatu	2 a 6	1 a 7
Independência	3 a 4	3 a 6
Ipaporanga	3 a 7	3 a 7
Ipaumirim	3 a 6	1 a 7
Ipu	1 a 7	1 a 8
Ipueiras	3 a 7	2 a 8
Iracema		4 a 6
Irauçuba	3 a 5	3 a 6
Itaiçaba	4 a 5	4 a 5
Itaitinga	2 a 8	1 a 9
Itapagé	1 a 7	1 a 8
Itapipoca	1 a 7	1 a 8
Itapiúna	2 a 8	2 a 8
Itarema	1 a 8	1 a 8
Itatira	4 a 8	3 a 9
Jaguaretama		4 a 7
Jaguaribara		4 a 5
Jaguaribe		3 a 7
Jaguaruana		4 a 5
Jardim	1 a 5	1 a 6
Jati	1 a 5	1 a 6
Jijoca de Jericoacoara	1 a 7	1 a 7
Juazeiro do Norte	1 a 6	1 a 7
Jucás	2 a 5	1 a 7
Lavras da Mangabeira	1 a 6	1 a 7
Limoeiro do Norte		3 a 7
Madalena	4 a 5	4 a 7
Maracanaú	1 a 8	1 a 9
Maranguape	1 a 9	1 a 9
Marco	1 a 6	1 a 7
Martinópole	1 a 7	1 a 8
Massapê	1 a 8	1 a 9
Mauriti	1 a 5	1 a 7
Meruoca	1 a 8	1 a 9
Milagres	1 a 6	1 a 7
Milhã	4 a 7	3 a 8
Miraíma	3 a 6	3 a 7
Missão Velha	1 a 6	1 a 7
Mombaça	3 a 7	3 a 8
Monsenhor Tabosa	3 a 7	3 a 8
Morada Nova	3 a 4	3 a 7
Moraújo	1 a 7	1 a 8
Morrinhos	2 a 6	2 a 7
Mucambo	1 a 9	1 a 9
Mulungu	1 a 9	1 a 9
Nova Olinda	1 a 6	1 a 7
Nova Russas	3 a 7	1 a 7
Novo Oriente	3 a 5	3 a 6
Ocara	4 a 6	4 a 7
Orós	4 a 5	2 a 6
Pacajus	3 a 6	3 a 7
Pacatuba	1 a 8	1 a 9
Pacoti	1 a 9	1 a 9
Pacujá	1 a 7	1 a 8
Palhano	4 a 5	4 a 5
Palmácia	1 a 9	1 a 9
Paracuru	3 a 8	2 a 9
Paraipaba	3 a 8	3 a 9
Parambu	3 a 4	2 a 6
Paramoti	3 a 5	3 a 6
Pedra Branca	3 a 8	3 a 8
Penaforte	1 a 4	1 a 5
Pentecoste	3 a 7	2 a 7
Pereiro	3 a 7	3 a 8
Pindoretama	3 a 7	3 a 9
Piquet Carneiro	4 a 5	3 a 7
Pires Ferreira	1 a 7	1 a 8
Poranga	3 a 7	3 a 8
Porteiras	1 a 5	1 a 7
Potengi	1 a 6	1 a 7
Potiretama		4 a 6
Quiterianópolis	3 a 5	2 a 6
Quixadá	3 a 4	3 a 7
Quixelô	5 a 6	3 a 8
Quixeramobim	4 a 5	4 a 7
Quixeré		4 a 7
Redenção	1 a 8	1 a 9
Reriutaba	1 a 8	1 a 8
Russas	4 a 5	4 a 6
Saboeiro	3 a 5	2 a 6
Salitre	1 a 5	1 a 6
Santa Quitéria	3 a 7	2 a 8
Santana do Acaraú	1 a 7	1 a 8
Santana do Cariri	1 a 6	1 a 7
São Benedito	1 a 9	1 a 9
São Gonçalo do Amarante	3 a 7	1 a 8
São João do Jaguaribe		3 a 7
São Luís do Curu	3 a 7	3 a 7
Senador Pompeu	4 a 7	3 a 8
Senador Sá	1 a 7	1 a 8
Sobral	1 a 7	1 a 8
Solonópole	4 a 5	4 a 7
Tabuleiro do Norte		3 a 7
Tamboril	3 a 5	3 a 7
Tarrafas	2 a 5	1 a 7
Tauá	3 a 5	3 a 7
Tejuçuoca	3 a 6	3 a 7
Tianguá	1 a 9	1 a 9
Trairi	3 a 8	2 a 9
Tururu	2 a 7	2 a 8
Ubajara	1 a 9	1 a 9
Umari	3 a 5	1 a 6
Umirim	3 a 7	2 a 8
Uruburetama	1 a 7	1 a 8
Uruoca	1 a 7	1 a 8
Varjota	1 a 7	1 a 8
Várzea Alegre	1 a 6	1 a 7
Viçosa do Ceará	1 a 9	1 a 9

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abaiara	1 a 5	1 a 6
Acarape	2 a 6	1 a 7
Acaraú	1 a 7	1 a 7
Acopiara	2 a 6	1 a 7
Aiuaba	2 a 4	1 a 5
Alcântaras	1 a 7	1 a 8
Altaneira	1 a 6	1 a 7
Alto Santo		2 a 4
Amontada	2 a 6	2 a 7
Antonina do Norte	1 a 4	1 a 5

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Apuiarés	3 a 5	3 a 6
Aquiraz	2 a 7	1 a 8
Aracati	3 a 4	3 a 5
Aracoiaba	2 a 7	2 a 7
Ararendá	2 a 6	2 a 7
Araripe	1 a 5	1 a 6
Aratuba	1 a 9	1 a 9
Arneiroz		2 a 5
Assaré	1 a 5	1 a 6
Aurora	1 a 5	1 a 6
Baixio	1 a 5	1 a 6
Banabuiú	4 a 5	3 a 6
Barbalha	1 a 5	1 a 6
Barreira	3 a 6	3 a 6
Barro	1 a 5	1 a 6
Barroquinha	1 a 6	1 a 7
Baturité	1 a 9	1 a 9
Beberibe	3 a 5	2 a 6
Bela Cruz	1 a 6	1 a 6
Boa Viagem	3 a 6	2 a 7
Brejo Santo	1 a 5	1 a 6
Camocim	1 a 7	1 a 8
Campos Sales	1 a 5	1 a 5
Canindé	2 a 7	1 a 7
Capistrano	1 a 7	1 a 9
Caridade	1 a 9	1 a 9
Cariré	1 a 6	1 a 7
Caririaçu	1 a 6	1 a 7
Cariús	1 a 5	1 a 6
Carnaubal	1 a 8	1 a 9
Cascavel	3 a 6	2 a 7
Catarina	2 a 6	2 a 7
Catunda	2 a 6	2 a 7
Caucaia	1 a 7	1 a 9
Cedro	1 a 5	1 a 6
Chaval	1 a 6	1 a 7
Choró	2 a 6	2 a 7
Chorozinho	3 a 6	2 a 7
Coreaú	1 a 7	1 a 8
Crateús	3 a 5	2 a 6
Crato	1 a 6	1 a 6
Croatá	2 a 6	2 a 7
Cruz	1 a 6	1 a 7
Deputado Irapuan Pinheiro	3 a 4	2 a 6
Ererê	5 a 6	3 a 7
Eusébio	1 a 8	1 a 9
Farias Brito	1 a 5	1 a 6
Forquilha	1 a 5	1 a 6
Fortaleza	1 a 9	1 a 9
Fortim	3 a 4	3 a 5
Frecheirinha	1 a 8	1 a 8
General Sampaio	3 a 5	2 a 6
Graça	1 a 8	1 a 9
Granja	1 a 7	1 a 8
Granjeiro	1 a 6	1 a 6
Groaíras	2 a 5	1 a 6
Guaiúba	1 a 7	1 a 8
Guaraciaba do Norte	1 a 8	1 a 9
Guaramiranga	1 a 9	1 a 9
Hidrolândia	2 a 6	1 a 7
Horizonte	3 a 6	2 a 7
Ibaretama	3 a 4	2 a 7
Ibiapina	1 a 9	1 a 9
Ibicuitinga	3 a 4	2 a 6
Icapuí	3 a 4	3 a 6
Icó	3 a 4	2 a 6
Iguatu	1 a 5	1 a 6
Independência		2 a 5
Ipaporanga	3 a 6	2 a 7
Ipaumirim	2 a 5	1 a 6
Ipu	1 a 7	1 a 8
Ipueiras	2 a 6	2 a 7
Iracema		3 a 5
Irauçuba	3 a 4	3 a 6
Itaiçaba	3 a 4	3 a 5
Itaitinga	1 a 8	1 a 8
Itapagé	1 a 6	1 a 7
Itapipoca	1 a 7	1 a 7
Itapiúna	1 a 7	1 a 8
Itarema	1 a 7	1 a 8
Itatira	2 a 7	2 a 8
Jaguaretama	4 a 5	3 a 6
Jaguaribara		3 a 5
Jaguaribe		3 a 6
Jaguaruana		3 a 5
Jardim	1 a 5	1 a 5
Jati	1 a 4	1 a 5
Jijoca de Jericoacoara	1 a 6	1 a 6
Juazeiro do Norte	1 a 5	1 a 6
Jucás	1 a 5	1 a 6
Lavras da Mangabeira	1 a 5	1 a 6
Limoeiro do Norte		3 a 6
Madalena		3 a 6
Maracanaú	1 a 8	1 a 9
Maranguape	1 a 9	1 a 9
Marco	1 a 6	1 a 6
Martinópole	1 a 7	1 a 7
Massapê	1 a 7	1 a 8
Mauriti	1 a 5	1 a 6
Meruoca	1 a 8	1 a 9
Milagres	1 a 5	1 a 6
Milhã	5 a 6	3 a 7
Miraíma	3 a 5	3 a 6
Missão Velha	1 a 5	1 a 6
Mombaça	3 a 6	2 a 7
Monsenhor Tabosa	3 a 6	2 a 7
Morada Nova	3 a 4	3 a 6
Moraújo	1 a 7	1 a 8
Morrinhos	2 a 5	2 a 6
Mucambo	1 a 8	1 a 9
Mulungu	1 a 9	1 a 9
Nova Olinda	1 a 5	1 a 6
Nova Russas	2 a 6	2 a 7
Novo Oriente	2 a 4	2 a 5
Ocara	3 a 5	3 a 6
Orós	3 a 4	1 a 6
Pacajus	3 a 6	2 a 6
Pacatuba	1 a 7	1 a 8
Pacoti	1 a 9	1 a 9
Pacujá	1 a 7	1 a 7
Palhano	3 a 4	3 a 5
Palmácia	1 a 9	1 a 9
Paracuru	2 a 7	1 a 9
Paraipaba	2 a 7	2 a 9
Parambu	2 a 3	1 a 5
Paramoti	3 a 4	3 a 6
Pedra Branca	2 a 6	2 a 8
Penaforte	2 a 3	1 a 5
Pentecoste	2 a 6	1 a 7
Pereiro	3 a 6	2 a 7
Pindoretama	3 a 7	2 a 8
Piquet Carneiro	3 a 5	2 a 6
Pires Ferreira	1 a 6	1 a 7
Poranga	2 a 6	2 a 7
Porteiras	1 a 5	1 a 6
Potengi	1 a 5	1 a 6
Potiretama		3 a 5
Quiterianópolis	3 a 4	2 a 5
Quixadá	2 a 3	2 a 6
Quixelô	3 a 5	2 a 7
Quixeramobim	3 a 5	3 a 6
Quixeré		3 a 5
Redenção	1 a 7	1 a 9
Reriutaba	1 a 7	1 a 8
Russas	3 a 4	3 a 5
Saboeiro	2 a 4	2 a 5
Salitre	1 a 5	1 a 6
Santa Quitéria	2 a 6	1 a 7
Santana do Acaraú	1 a 6	1 a 7
Santana do Cariri	1 a 5	1 a 6
São Benedito	1 a 9	1 a 9
São Gonçalo do Amarante	2 a 6	1 a 7
São João do Jaguaribe		2 a 4
São Luís do Curu	3 a 6	2 a 6
Senador Pompeu	3 a 6	2 a 7
Senador Sá	1 a 6	1 a 7
Sobral	1 a 6	1 a 7
Solonópole		3 a 6
Tabuleiro do Norte		2 a 5
Tamboril	3 a 5	2 a 6
Tarrafas	1 a 5	1 a 6
Tauá	3 a 4	2 a 6
Tejuçuoca	3 a 5	2 a 6
Tianguá	1 a 9	1 a 9
Trairi	2 a 7	1 a 8
Tururu	2 a 6	1 a 7
Ubajara	1 a 9	1 a 9
Umari	2 a 4	1 a 6
Umirim	2 a 6	1 a 7
Uruburetama	1 a 7	1 a 7
Uruoca	1 a 7	1 a 7
Varjota	1 a 6	1 a 7
Várzea Alegre	1 a 5	1 a 6
Viçosa do Ceará	1 a 9	1 a 9

PORTARIA Nº 375, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelas Portarias n° 440, de 24 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2005, e Nº 17, de 6 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2006, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas Nº 2, de 9 de outubro de 2008 e Nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de feijão caupi no Estado da Paraíba, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macassar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semiárida do nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O Caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado da Paraíba.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 99 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais método de Penman-Monteith nas 13 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 75 dias); Grupo II (75 dias ≤ n ≥ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fonológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais critica em relação ao déficit hídrico.

Foram considerados aptos os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa Nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado da Paraíba foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

CCA/UFC: Sempre Verde.

IPA: IPA 206.

GRUPO II

CCA/UFC: Setentão.

EMBRAPA: BRS Marataoã.

GRUPO III

IPA: IPA 205.

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei Nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto Nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca		03 a 04
Aguiar	03 a 04	02 a 05
Alagoa Grande	04 a 18	03 a 18

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Alagoa Nova	04 a 18	03 a 18
Alagoinha	04 a 18	03 a 18
Alhandra	04 a 18	03 a 18
Aparecida	03 a 04	03 a 05
Araçagi	06 a 17	05 a 18
Arara	04 a 18	03 a 18
Araruna	06 a 17	05 a 18
Areia	04 a 18	03 a 18
Areial	07 a 17	05 a 18
Aroeiras	12 a 16	11 a 17
Bananeiras	05 a 17	04 a 18
Belém	05 a 17	04 a 18
Belém do Brejo do Cruz	04 a 06	03 a 08
Bernardino Batista	04 a 07	03 a 08
Boa Ventura	03 a 04	02 a 06
Bom Jesus	02 a 04	01 a 06
Bom Sucesso		03 a 04
Bonito de Santa Fé	02 a 05	01 a 06
Borborema	04 a 18	03 a 18
Brejo do Cruz	04 a 05	03 a 06
Brejo dos Santos		03 a 04
Caaporã	04 a 18	03 a 18
Cachoeira dos Índios	02 a 04	01 a 05
Cacimba de Dentro	11 a 16	09 a 17
Caiçara	09 a 16	07 a 17
Cajazeiras	02 a 04	01 a 06
Cajazeirinhas	03 a 04	03 a 06
Caldas Brandão	05 a 18	04 a 18
Campina Grande	12 a 13	09 a 14
Campo de Santana	09 a 16	07 a 17
Capim	05 a 18	04 a 18
Carrapateira	02 a 04	01 a 05
Casserengue	07 a 17	05 a 18
Catingueira	03 a 04	03 a 05
Catolé do Rocha	03 a 04	03 a 05
Conceição	03 a 04	02 a 05
Condado	03 a 04	03 a 04
Coremas	04 a 05	03 a 07
Cruz do Espírito Santo	04 a 18	03 a 18
Cuité de Mamanguape	06 a 18	04 a 18
Cuitegi	04 a 18	04 a 18
Curral de Cima	06 a 17	05 a 18
Curral Velho	03 a 05	02 a 07
Damião	12 a 14	11 a 16
Diamante	03 a 05	02 a 06
Dona Inês	09 a 17	08 a 18
Duas Estradas	07 a 17	05 a 18
Emas	03 a 04	03 a 05
Esperança	05 a 18	04 a 18
Fagundes	12 a 14	10 a 15
Gado Bravo	12 a 14	11 a 15
Guarabira	05 a 18	04 a 18
Gurinhém	04 a 18	03 a 18
Ibiara	03 a 05	01 a 06
Igaracy	03 a 04	03 a 05
Ingá	06 a 18	05 a 18
Itabaiana	07 a 17	06 a 18
Itaporanga	03 a 04	03 a 05
Itapororoca	06 a 17	05 a 18
Itatuba	09 a 17	08 a 18
Jacaraú	05 a 17	04 a 18
Jericó		03 a 04
Joca Claudino	03 a 04	03 a 05
Juarez Távora	05 a 18	04 a 18
Juripiranga	06 a 18	04 a 18
Juru	03 a 04	03 a 05
Lagoa		03 a 04
Lagoa de Dentro	08 a 17	06 a 18
Lagoa Seca	04 a 18	03 a 18
Lastro	03 a 04	03 a 05
Logradouro	08 a 16	07 a 17
Malta	03 a 04	03 a 04
Mamanguape	05 a 17	04 a 18
Manaíra	03 a 04	02 a 05
Mari	05 a 18	04 a 18
Marizópolis	01 a 04	01 a 05
Massaranduba	06 a 17	05 a 18
Matinhas	04 a 18	03 a 18
Mato Grosso		03 a 04
Mogeiro	06 a 17	05 a 18
Montadas	08 a 16	05 a 18
Monte Horebe	02 a 04	01 a 05
Mulungu	04 a 17	04 a 18
Natuba	11 a 16	09 a 17
Nazarezinho	01 a 04	01 a 05
Nova Olinda	03 a 04	02 a 05
Olho d`Água	04 a 05	03 a 06
Paulista	03 a 04	03 a 04
Pedra Branca	03 a 04	01 a 05
Pedras de Fogo	04 a 18	04 a 18
Pedro Régis	07 a 17	05 a 18
Piancó	03 a 04	03 a 05
Pilar	05 a 18	04 a 18
Pilões	04 a 18	03 a 18
Pilõezinhos	04 a 18	03 a 18
Pirpirituba	05 a 18	04 a 18
Poço Dantas	03 a 04	02 a 05
Poço de José de Moura	02 a 04	01 a 05
Pombal	03 a 04	03 a 05
Princesa Isabel	02 a 08	02 a 09
Puxinanã	08 a 16	07 a 17
Queimadas		10 a 12
Remígio	04 a 18	03 a 18
Riachão	07 a 16	06 a 17
Riachão do Bacamarte	09 a 18	07 a 18
Riachão do Poço	05 a 18	04 a 18
Riacho dos Cavalos	03 a 04	03 a 05
Salgado de São Félix	06 a 17	05 a 18
Santa Cecília		11 a 13
Santa Cruz		03 a 05
Santa Helena	02 a 04	01 a 05
Santa Inês	03 a 04	02 a 06
Santa Teresinha		02 a 04
Santana de Mangueira	03 a 04	02 a 05
Santana dos Garrotes		03 a 05
São Bentinho	03 a 04	03 a 05
São Bento	03 a 04	03 a 05
São Domingos de Pombal	03 a 04	03 a 05
São Francisco		03 a 05
São João do Rio do Peixe	01 a 04	01 a 05
São José da Lagoa Tapada	03 a 04	02 a 05
São José de Caiana	04 a 06	03 a 07
São José de Espinharas		02 a 04
São José de Piranhas	01 a 04	01 a 05
São José de Princesa	03 a 06	02 a 08
São José do Brejo do Cruz	03 a 04	03 a 05
São José dos Ramos	06 a 18	05 a 18
São Mamede		03 a 04
São Miguel de Taipu	04 a 18	03 a 18
São Sebastião de Lagoa de Roça	04 a 18	03 a 18
Sapé	04 a 18	03 a 18
Serra da Raiz	07 a 17	06 a 18
Serra Grande		03 a 05
Serra Redonda	05 a 18	04 a 18
Serraria	04 a 18	03 a 18
Sertãozinho	07 a 17	05 a 18
Sobrado	04 a 18	03 a 18
Solânea	04 a 18	03 a 18
Sousa	02 a 05	01 a 06
Tavares	03 a 04	02 a 04
Triunfo	02 a 05	01 a 06
Uiraúna	03 a 04	03 a 05
Umbuzeiro	10 a 17	09 a 18
Vieirópolis	03 a 04	03 a 05
Vista Serrana	03 a 04	02 a 04

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca		02 a 03
Aguiar	02 a 03	01 a 04
Alagoa Grande	03 a 17	02 a 17
Alagoa Nova	03 a 17	02 a 17
Alagoinha	03 a 17	02 a 17
Alhandra	03 a 17	02 a 17
Aparecida	01 a 03	01 a 04
Araçagi	05 a 16	04 a 17
Arara	03 a 18	02 a 18
Araruna	05 a 16	04 a 17
Areia	03 a 17	02 a 17
Areial	06 a 16	04 a 17
Aroeiras	10 a 15	10 a 16
Bananeiras	04 a 16	03 a 17
Belém	03 a 16	03 a 17
Belém do Brejo do Cruz	03 a 05	02 a 07
Bernardino Batista	03 a 06	02 a 07
Boa Ventura	02 a 03	01 a 05
Bom Jesus	01 a 03	01 a 05
Bom Sucesso	03 a 04	03 a 04
Bonito de Santa Fé	01 a 04	01 a 05
Borborema	03 a 17	02 a 17
Brejo do Cruz	03 a 04	02 a 05
Brejo dos Santos	03 a 04	03 a 04
Caaporã	03 a 17	02 a 17
Cachoeira dos Índios	02 a 04	01 a 05
Cacimba de Dentro	10 a 15	07 a 16
Caiçara	07 a 15	06 a 16
Cajazeiras	01 a 03	01 a 05
Cajazeirinhas	03 a 04	02 a 05
Caldas Brandão	04 a 17	03 a 17
Campina Grande	10 a 12	08 a 13
Campo de Santana	07 a 15	06 a 16
Capim	04 a 17	03 a 17
Carrapateira	01 a 03	01 a 04
Casserengue	05 a 16	04 a 17
Catingueira	03 a 04	02 a 04
Catolé do Rocha	03 a 04	02 a 04
Conceição	02 a 03	01 a 04
Condado	02 a 03	02 a 03
Coremas	03 a 04	02 a 06
Cruz do Espírito Santo	03 a 17	02 a 17
Cuité de Mamanguape	05 a 17	03 a 17
Cuitegi	03 a 17	03 a 17
Curral de Cima	05 a 16	04 a 17
Curral Velho	02 a 04	01 a 06
Damião	10 a 13	10 a 15
Diamante	02 a 04	01 a 05
Dona Inês	07 a 16	06 a 17
Duas Estradas	06 a 16	04 a 17
Emas	03 a 04	02 a 04
Esperança	04 a 17	03 a 17
Fagundes	11 a 13	09 a 14
Gado Bravo	11 a 13	10 a 14
Guarabira	04 a 17	03 a 17
Gurinhém	03 a 17	02 a 17
Ibiara	02 a 04	01 a 05
Igaracy	03 a 04	02 a 04
Ingá	05 a 17	04 a 17
Itabaiana	05 a 16	04 a 17
Itaporanga	01 a 03	01 a 04
Itapororoca	05 a 16	04 a 17
Itatuba	08 a 16	06 a 17
Jacaraú	04 a 16	03 a 17
Jericó		03 a 04
Joca Claudino	03 a 04	02 a 04
Juarez Távora	04 a 17	03 a 17
Juripiranga	05 a 17	03 a 17
Juru	03 a 04	02 a 04
Lagoa	03 a 04	03 a 04
Lagoa de Dentro	07 a 16	05 a 17
Lagoa Seca	03 a 17	02 a 17
Lastro	03 a 04	02 a 04
Logradouro	07 a 15	06 a 16
Malta	02 a 03	02 a 03
Mamanguape	04 a 16	03 a 17
Manaíra	02 a 03	01 a 04
Mari	04 a 17	03 a 17
Marizópolis	01 a 03	01 a 04
Massaranduba	04 a 16	03 a 17
Matinhas	03 a 17	02 a 17
Mato Grosso		03 a 04
Mogeiro	04 a 16	04 a 17
Montadas	06 a 15	04 a 17
Monte Horebe	01 a 03	01 a 04
Mulungu	03 a 17	03 a 18
Natuba	10 a 15	08 a 16
Nazarezinho	01 a 03	01 a 04
Nova Olinda	02 a 03	01 a 04
Olho d`Água	03 a 04	02 a 05
Patos		02 a 03
Paulista	02 a 03	02 a 03
Pedra Branca	02 a 03	01 a 04
Pedras de Fogo	03 a 17	03 a 17
Pedro Régis	05 a 16	04 a 17
Piancó	03 a 04	02 a 04
Pilar	04 a 17	03 a 17
Pilões	03 a 17	02 a 17
Pilõezinhos	03 a 17	02 a 17
Pirpirituba	04 a 17	03 a 17
Poço Dantas	02 a 03	01 a 04
Poço de José de Moura	01 a 03	01 a 04
Pombal	03 a 04	02 a 04
Princesa Isabel	02 a 07	01 a 08
Puxinanã	07 a 15	05 a 16
Queimadas		09 a 11
Remígio	03 a 17	02 a 17
Riachão	06 a 15	05 a 16
Riachão do Bacamarte	08 a 17	06 a 17
Riachão do Poço	04 a 17	03 a 17
Riacho dos Cavalos	03 a 04	02 a 04
Salgado de São Félix	04 a 16	04 a 17
Santa Cecília	11 a 12	10 a 12
Santa Cruz	03 a 04	02 a 04
Santa Helena	01 a 03	01 a 04
Santa Inês	02 a 04	01 a 06
Santa Teresinha		02 a 03
Santana de Mangueira	02 a 03	01 a 04
Santana dos Garrotes	03 a 04	02 a 04
São Bentinho	03 a 04	02 a 04
São Bento	03 a 04	02 a 04
São Domingos de Pombal	03 a 04	02 a 04
São Francisco	03 a 04	02 a 04
São João do Rio do Peixe	01 a 03	01 a 04
São José da Lagoa Tapada	02 a 03	01 a 04
São José de Caiana	03 a 05	02 a 06
São José de Espinharas		01 a 03
São José de Piranhas	01 a 03	01 a 04
São José de Princesa	02 a 05	01 a 07
São José do Bonfim		06 a 07
São José do Brejo do Cruz	03 a 05	02 a 05
São José dos Ramos	05 a 17	04 a 17
São Mamede		03 a 04
São Miguel de Taipu	03 a 17	02 a 17
São Sebastião de Lagoa de Roça	03 a 17	02 a 17
Sapé	03 a 17	02 a 17
Serra da Raiz	06 a 16	05 a 17
Serra Grande	03 a 04	02 a 04
Serra Redonda	04 a 17	03 a 17
Serraria	03 a 17	02 a 17
Sertãozinho	05 a 16	04 a 17
Sobrado	03 a 17	02 a 17
Solânea	03 a 17	02 a 17
Sousa	01 a 04	01 a 05
Tavares	02 a 03	01 a 03
Triunfo	01 a 04	01 a 05
Uiraúna	03 a 04	02 a 04
Umbuzeiro	09 a 16	08 a 17
Vieirópolis	02 a 03	02 a 04
Vista Serrana	02 a 03	01 a 03

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Branca		02 a 03
Aguiar	01 a 02	01 a 03
Alagoa Grande	02 a 16	02 a 16
Alagoa Nova	02 a 16	02 a 16
Alagoinha	02 a 16	02 a 16
Alhandra	02 a 16	01 a 16
Aparecida	01 a 02	01 a 03
Araçagi	04 a 15	03 a 16
Arara	02 a 17	02 a 17
Araruna	04 a 15	03 a 16
Areia	02 a 16	02 a 16

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Areial	05 a 15	03 a 16
Aroeiras	09 a 14	09 a 15
Bananeiras	03 a 15	02 a 16
Belém	04 a 15	02 a 16
Belém do Brejo do Cruz	02 a 04	01 a 06
Bernardino Batista	02 a 05	01 a 06
Boa Ventura	01 a 02	01 a 04
Bom Jesus	01 a 02	01 a 04
Bom Sucesso	02 a 03	02 a 03
Bonito de Santa Fé	01 a 03	01 a 04
Borborema	02 a 16	02 a 16
Brejo do Cruz	02 a 03	01 a 04
Brejo dos Santos	01 a 03	01 a 03
Caaporã	02 a 16	02 a 16
Cachoeira dos Índios	01 a 03	01 a 05
Cacimba de Dentro	09 a 14	06 a 15
Caiçara	06 a 14	05 a 15
Cajazeiras	01 a 02	01 a 04
Cajazeirinhas	02 a 03	01 a 04
Caldas Brandão	03 a 16	02 a 16
Campina Grande	09 a 11	07 a 12
Campo de Santana	06 a 14	05 a 15
Capim	03 a 16	03 a 16
Carrapateira	01 a 02	01 a 03
Casserengue	04 a 15	03 a 16
Catingueira		01 a 03
Catolé do Rocha	02 a 03	01 a 03
Conceição	01 a 02	01 a 03
Condado		01 a 02
Coremas	02 a 03	01 a 05
Cruz do Espírito Santo	02 a 16	02 a 16
Cuité de Mamanguape	04 a 16	02 a 16
Cuitegi	02 a 16	02 a 16
Curral de Cima	04 a 15	03 a 16
Curral Velho	01 a 03	01 a 05
Damião	09 a 12	09 a 14
Diamante	01 a 03	01 a 04
Dona Inês	06 a 15	05 a 16
Duas Estradas	05 a 15	03 a 16
Emas	02 a 03	01 a 04
Esperança	03 a 16	02 a 16
Fagundes	10 a 12	08 a 13
Gado Bravo	10 a 12	09 a 13
Guarabira	03 a 16	02 a 16
Gurinhém	02 a 16	02 a 16
Ibiara	01 a 03	01 a 04
Igaracy	02 a 03	01 a 03
Ingá	04 a 16	03 a 16
Itabaiana	03 a 15	03 a 16
Itaporanga	01 a 02	01 a 03
Itapororoca	04 a 15	03 a 16
Itatuba	07 a 15	05 a 16
Jacaraú	03 a 15	02 a 16
Jericó		02 a 03
Joca Claudino	02 a 03	01 a 03
Juarez Távora	03 a 16	02 a 16
Juripiranga	04 a 16	02 a 16
Juru	02 a 03	01 a 03
Lagoa	02 a 03	02 a 05
Lagoa de Dentro	06 a 15	04 a 16
Lagoa Seca	02 a 16	02 a 16
Lastro	01 a 02	01 a 03
Logradouro	06 a 14	05 a 15
Malta	01 a 02	01 a 02
Mamanguape	03 a 15	02 a 16
Manaíra	01 a 02	01 a 03
Mari	03 a 16	02 a 16
Marizópolis	01 a 02	01 a 03
Massaranduba	03 a 15	03 a 16
Matinhas	01 a 16	01 a 16
Mato Grosso		02 a 03
Mogeiro	03 a 15	03 a 16
Montadas	05 a 14	03 a 16
Monte Horebe	01 a 02	01 a 03
Mulungu	03 a 16	03 a 17
Natuba	09 a 14	07 a 15
Nazarezinho	01 a 02	01 a 03
Nova Olinda	01 a 02	01 a 03
Olho d`Água	02 a 03	01 a 04
Patos		01 a 02
Paulista	02 a 03	01 a 03
Pedra Branca	01 a 02	01 a 03
Pedras de Fogo	02 a 16	02 a 17
Pedro Régis	04 a 15	03 a 16
Piancó	02 a 03	02 a 03
Pilar	03 a 16	02 a 16
Pilões	02 a 16	01 a 16
Pilõezinhos	02 a 16	01 a 16
Pirpirituba	03 a 16	02 a 16
Poço Dantas	01 a 02	01 a 03
Poço de José de Moura	01 a 02	01 a 03
Pombal	02 a 03	01 a 03
Princesa Isabel	01 a 06	01 a 07
Puxinanã	06 a 14	04 a 15
Queimadas		08 a 10
Remígio	02 a 16	02 a 16
Riachão	05 a 14	04 a 15
Riachão do Bacamarte	07 a 16	05 a 16
Riachão do Poço	03 a 16	02 a 16
Riacho dos Cavalos	02 a 03	02 a 03
Salgado de São Félix	03 a 15	03 a 16
Santa Cecília		09 a 11
Santa Cruz	02 a 03	02 a 03
Santa Helena	01 a 02	01 a 03
Santa Inês	01 a 03	01 a 05
Santa Teresinha		02 a 03
Santana de Mangueira	01 a 02	01 a 03
Santana dos Garrotes		01 a 03
São Bentinho	02 a 03	01 a 03
São Bento	02 a 03	01 a 03
São Domingos de Pombal	02 a 03	01 a 03
São Francisco	02 a 03	01 a 03
São João do Rio do Peixe	01 a 02	01 a 03
São José da Lagoa Tapada	01 a 02	01 a 03
São José de Caiana	02 a 04	01 a 05
São José de Espinharas		01 a 02
São José de Piranhas	01 a 02	01 a 03
São José de Princesa	01 a 04	01 a 06
São José do Bonfim		05 a 06
São José do Brejo do Cruz	02 a 04	01 a 04
São José dos Ramos	04 a 16	03 a 16
São Mamede		03 a 04
São Miguel de Taipu	02 a 16	01 a 16
São Sebastião de Lagoa de Roça	02 a 16	01 a 16
Sapé	02 a 16	01 a 16
Serra da Raiz	05 a 15	04 a 16
Serra Grande	02 a 03	01 a 03
Serra Redonda	03 a 16	02 a 16
Serraria	02 a 16	01 a 17
Sertãozinho	04 a 15	03 a 16
Sobrado	02 a 16	02 a 16
Solânea	02 a 16	02 a 16
Sousa	01 a 03	01 a 04
Tavares	01 a 02	01 a 02
Triunfo	01 a 03	01 a 04
Uiraúna	02 a 03	01 a 03
Umbuzeiro	08 a 15	07 a 16
Vieirópolis	01 a 02	01 a 03
Vista Serrana	01 a 02	01 a 02

PORTARIA Nº 376, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 346, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2011, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas Nº 2, de 9 de outubro de 2008, e Nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de feijão caupi no Estado de Pernambuco, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macassar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semi-árida do nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O Caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado de Pernambuco.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 483 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais método de Penman-Monteith nas 7 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 75 dias); Grupo II (75 dias ≤ n ≥ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fonológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais critica em relação ao déficit hídrico.

Foram considerados aptos os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa Nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado de Pernambuco foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

CCA/UFC: Sempre Verde

EMBRAPA: BRS Caumé e BRS Tumucumaque.

IPA: IPA 206

GRUPO II

CCA/UFC: Setentão.

EMBRAPA: BRS Pajeu, BRS Potengi e BRS Xiquexique.

IPA: IPA 205.

GRUPO III

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado de Pernambuco obteve enquadramento no grupo III

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei Nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto Nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Afogados da Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Afrânio		1 a 3
Agrestina	7 a 13	7 a 13
Águas Belas	11 a 12	7 a 12
Alagoinha	7 a 12	7 a 12
Altinho	7 a 13	7 a 13
Angelim	6 a 13	6 a 13
Araripina	1 a 4	36 a 4
Arcoverde	5 a 9	5 a 9
Barra de Guabiraba	6 a 13	6 a 13
Belo Jardim	6 a 12	6 a 12
Betânia	2 a 4	2 a 6
Bezerros	9 a 12	6 a 12
Bodocó	1 a 4	36 a 4
Bom Conselho	7 a 12	7 a 12
Bom Jardim	6 a 13	6 a 13
Bonito	6 a 13	6 a 13
Brejão	5 a 13	5 a 13
Brejinho	1 a 6	1 a 6
Brejo da Madre de Deus		6 a 8
Buíque		4 a 9
Cachoeirinha	7 a 12	7 a 12
Caetés	7 a 13	7 a 13
Calçado	7 a 13	7 a 13
Calumbi	2 a 6	1 a 6
Camocim de São Félix	6 a 13	6 a 13
Canhotinho	6 a 13	6 a 13
Capoeiras	7 a 12	7 a 12
Carnaíba	2 a 6	1 a 6
Caruaru	10 a 12	7 a 12
Casinhas	7 a 13	7 a 13
Cedro	1 a 4	36 a 5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Correntes	6 a 12	5 a 12
Cumaru	7 a 13	7 a 13
Cupira	7 a 13	7 a 13
Custódia	3 a 4	2 a 6
Dormentes		1 a 3
Exu	1 a 4	36 a 4
Feira Nova	7 a 12	7 a 12
Flores	2 a 6	2 a 6
Frei Miguelinho	7 a 12	7 a 12
Garanhuns	6 a 13	6 a 13
Granito	1 a 4	36 a 4
Gravatá	7 a 12	7 a 12
Iati	7 a 12	7 a 12
Ibirajuba	7 a 13	7 a 13
Iguaraci	1 a 6	1 a 6
Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Ipubi	1 a 4	36 a 4
Itaíba	11 a 12	7 a 12
Itapetim	1 a 6	1 a 6
Jataúba		6 a 9
João Alfredo	7 a 13	7 a 13
Jucati	7 a 13	7 a 13
Jupi	7 a 13	7 a 13
Jurema	6 a 13	6 a 13
Lagoa do Ouro	7 a 12	7 a 12
Lagoa dos Gatos	6 a 13	6 a 13
Lajedo	7 a 13	7 a 13
Limoeiro	7 a 13	7 a 13
Machados	6 a 13	6 a 13
Manari		11 a 12
Mirandiba	2 a 5	2 a 6
Moreilândia	1 a 4	36 a 4
Orobó	6 a 13	6 a 13
Ouricuri		1 a 3
Palmeirina	6 a 13	6 a 13
Panelas	7 a 13	7 a 13
Paranatama	7 a 13	7 a 13
Parnamirim		1 a 3
Passira	7 a 13	7 a 13
Pedra		5 a 10
Pesqueira	7 a 12	7 a 12
Poção	6 a 11	6 a 12
Quixaba	1 a 5	1 a 6
Riacho das Almas	7 a 12	7 a 13
Sairé	7 a 12	7 a 12
Salgadinho	7 a 13	7 a 13
Salgueiro	2 a 4	2 a 5
Saloá	7 a 13	6 a 13
Sanharó	7 a 11	7 a 12
Santa Cruz		1 a 3
Santa Cruz da Baixa Verde	2 a 6	1 a 6
Santa Cruz do Capibaribe		7 a 8
Santa Filomena		1 a 3
Santa Maria do Cambucá	7 a 12	7 a 12
Santa Terezinha	1 a 6	1 a 6
São Bento do Una	5 a 11	5 a 12
São Caitano	9 a 11	7 a 12
São João	6 a 13	6 a 13
São Joaquim do Monte	6 a 13	6 a 13
São José do Belmonte	1 a 5	1 a 6
São José do Egito	1 a 6	1 a 6
São Vicente Ferrer	6 a 13	6 a 13
Serra Talhada	1 a 5	1 a 5
Serrita	1 a 4	1 a 5
Sertânia	3 a 4	1 a 5
Solidão	2 a 6	1 a 6
Surubim	7 a 12	7 a 12
Tabira	2 a 6	1 a 6
Tacaimbó	7 a 12	7 a 12
Taquaritinga do Norte	7 a 12	7 a 12
Terezinha	6 a 12	6 a 12
Terra Nova		1 a 4
Toritama	10 a 11	10 a 11
Trindade	1 a 3	36 a 4
Triunfo	2 a 6	1 a 6
Tupanatinga	11 a 12	5 a 12
Tuparetama	1 a 6	1 a 6
Venturosa	11 a 12	7 a 12
Verdejante	1 a 4	1 a 6
Vertente do Lério	7 a 13	7 a 13
Vertentes	7 a 13	7 a 13

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Afogados da Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Afrânio		1 a 3
Agrestina	7 a 13	7 a 13
Águas Belas	11 a 12	7 a 12
Alagoinha	7 a 12	7 a 12
Altinho	7 a 13	7 a 13
Angelim	6 a 13	6 a 13
Araripina	1 a 4	36 a 4
Arcoverde	5 a 9	5 a 9
Barra de Guabiraba	6 a 13	6 a 13
Belo Jardim	6 a 12	6 a 12
Betânia	2 a 4	2 a 6
Bezerros	9 a 12	6 a 12
Bodocó	1 a 4	36 a 4
Bom Conselho	7 a 12	7 a 12
Bom Jardim	6 a 13	6 a 13
Bonito	6 a 13	6 a 13
Brejão	5 a 13	5 a 13
Brejinho	1 a 6	1 a 6
Brejo da Madre de Deus		6 a 8
Buíque		4 a 9
Cachoeirinha	7 a 12	7 a 12
Caetés	7 a 13	7 a 13
Calçado	7 a 13	7 a 13
Calumbi	2 a 6	1 a 6
Camocim de São Félix	6 a 13	6 a 13
Canhotinho	6 a 13	6 a 13
Capoeiras	7 a 12	7 a 12
Carnaíba	2 a 6	1 a 6
Caruaru	10 a 12	7 a 12
Casinhas	7 a 13	7 a 13
Cedro	1 a 4	36 a 5
Correntes	6 a 12	5 a 12
Cumaru	7 a 13	7 a 13
Cupira	7 a 13	7 a 13
Custódia	3 a 4	2 a 6
Dormentes		1 a 3
Exu	1 a 4	36 a 4
Feira Nova	7 a 12	7 a 12
Flores	2 a 6	2 a 6
Frei Miguelinho	7 a 12	7 a 12
Garanhuns	6 a 13	6 a 13
Granito	1 a 4	36 a 4
Gravatá	7 a 12	7 a 12
Iati	7 a 12	7 a 12
Ibirajuba	7 a 13	7 a 13
Iguaraci	1 a 6	1 a 6
Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Ipubi	1 a 4	36 a 4
Itaíba	11 a 12	7 a 12
Itapetim	1 a 6	1 a 6
Jataúba		6 a 9
João Alfredo	7 a 13	7 a 13
Jucati	7 a 13	7 a 13
Jupi	7 a 13	7 a 13
Jurema	6 a 13	6 a 13
Lagoa do Ouro	7 a 12	7 a 12
Lagoa dos Gatos	6 a 13	6 a 13
Lajedo	7 a 13	7 a 13
Limoeiro	7 a 13	7 a 13
Machados	6 a 13	6 a 13
Manari		11 a 12
Mirandiba	2 a 5	2 a 6
Moreilândia	1 a 4	36 a 4
Orobó	6 a 13	6 a 13
Ouricuri		1 a 3
Palmeirina	6 a 13	6 a 13
Panelas	7 a 13	7 a 13
Paranatama	7 a 13	7 a 13
Parnamirim		1 a 3
Passira	7 a 13	7 a 13
Pedra		5 a 10
Pesqueira	7 a 12	7 a 12
Poção	6 a 11	6 a 12
Quixaba	1 a 5	1 a 6
Riacho das Almas	7 a 12	7 a 13
Sairé	7 a 12	7 a 12
Salgadinho	7 a 13	7 a 13
Salgueiro	2 a 4	2 a 5
Saloá	7 a 13	6 a 13
Sanharó	7 a 11	7 a 12
Santa Cruz		1 a 3
Santa Cruz da Baixa Verde	2 a 6	1 a 6
Santa Cruz do Capibaribe		7 a 8
Santa Filomena		1 a 3
Santa Maria do Cambucá	7 a 12	7 a 12
Santa Terezinha	1 a 6	1 a 6
São Bento do Una	5 a 11	5 a 12
São Caitano	9 a 11	7 a 12
São João	6 a 13	6 a 13
São Joaquim do Monte	6 a 13	6 a 13
São José do Belmonte	1 a 5	1 a 6
São José do Egito	1 a 6	1 a 6
São Vicente Ferrer	6 a 13	6 a 13
Serra Talhada	1 a 5	1 a 5
Serrita	1 a 4	1 a 5
Sertânia	3 a 4	1 a 5
Solidão	2 a 6	1 a 6
Surubim	7 a 12	7 a 12
Tabira	2 a 6	1 a 6
Tacaimbó	7 a 12	7 a 12
Taquaritinga do Norte	7 a 12	7 a 12
Terezinha	6 a 12	6 a 12
Terra Nova		1 a 4
Toritama		10 a 11
Trindade	1 a 3	36 a 4
Triunfo	2 a 6	1 a 6
Tupanatinga	11 a 12	5 a 12
Tuparetama	1 a 6	1 a 6
Venturosa	11 a 12	7 a 12
Verdejante	1 a 4	1 a 6
Vertente do Lério	7 a 13	7 a 13
Vertentes	7 a 13	7 a 13

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Afogados da Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Afrânio		1 a 3
Agrestina	7 a 13	7 a 13
Águas Belas	11 a 12	7 a 12
Alagoinha	7 a 12	7 a 12
Altinho	7 a 13	7 a 13
Angelim	6 a 13	6 a 13
Araripina	1 a 4	36 a 4
Arcoverde	5 a 9	5 a 9
Barra de Guabiraba	6 a 13	6 a 13
Belo Jardim	6 a 12	6 a 12
Betânia	2 a 4	2 a 6
Bezerros	9 a 12	6 a 12
Bodocó	1 a 4	36 a 4
Bom Conselho	7 a 12	7 a 12
Bom Jardim	6 a 13	6 a 13
Bonito	6 a 13	6 a 13
Brejão	5 a 13	5 a 13
Brejinho	1 a 6	1 a 6
Brejo da Madre de Deus		6 a 8
Buíque		4 a 9
Cachoeirinha	7 a 12	7 a 12
Caetés	7 a 13	7 a 13
Calçado	7 a 13	7 a 13
Calumbi	2 a 6	1 a 6
Camocim de São Félix	6 a 13	6 a 13
Canhotinho	6 a 13	6 a 13
Capoeiras	7 a 12	7 a 12
Carnaíba	2 a 6	1 a 6
Caruaru	10 a 12	7 a 12
Casinhas	7 a 13	7 a 13
Cedro	1 a 4	36 a 5
Correntes	6 a 12	5 a 12
Cumaru	7 a 13	7 a 13
Cupira	7 a 13	7 a 13
Custódia	3 a 4	2 a 6
Dormentes		1 a 3
Exu	1 a 4	36 a 4
Feira Nova	7 a 12	7 a 12
Flores	2 a 6	2 a 6
Frei Miguelinho	7 a 12	7 a 12
Garanhuns	6 a 13	6 a 13
Granito	1 a 4	36 a 4
Gravatá	7 a 12	7 a 12
Iati	7 a 12	7 a 12
Ibirajuba	7 a 13	7 a 13
Iguaraci	1 a 6	1 a 6
Ingazeira	2 a 6	1 a 6
Ipubi	1 a 4	36 a 4
Itaíba	11 a 12	7 a 12
Itapetim	1 a 6	1 a 6
Jataúba		6 a 9
João Alfredo	7 a 13	7 a 13
Jucati	7 a 13	7 a 13
Jupi	7 a 13	7 a 13
Jurema	6 a 13	6 a 13
Lagoa do Ouro	7 a 12	7 a 12
Lagoa dos Gatos	6 a 13	6 a 13
Lajedo	7 a 13	7 a 13
Limoeiro	7 a 13	7 a 13
Machados	6 a 13	6 a 13
Manari		11 a 12
Mirandiba	2 a 5	2 a 6
Moreilândia	1 a 4	36 a 4
Orobó	6 a 13	6 a 13
Ouricuri		1 a 3
Palmeirina	6 a 13	6 a 13
Panelas	7 a 13	7 a 13
Paranatama	7 a 13	7 a 13
Parnamirim		1 a 3
Passira	7 a 13	7 a 13
Pedra		5 a 10
Pesqueira	7 a 12	7 a 12
Poção	6 a 11	6 a 12
Quixaba	1 a 5	1 a 6
Riacho das Almas	7 a 12	7 a 13
Sairé	7 a 12	7 a 12
Salgadinho	7 a 13	7 a 13
Salgueiro	2 a 4	2 a 5
Saloá	7 a 13	6 a 13
Sanharó	7 a 11	7 a 12
Santa Cruz		1 a 3
Santa Cruz da Baixa Verde	2 a 6	1 a 6
Santa Cruz do Capibaribe		7 a 8
Santa Filomena		1 a 3
Santa Maria do Cambucá	7 a 12	7 a 12
Santa Terezinha	1 a 6	1 a 6
São Bento do Una	5 a 11	5 a 12
São Caitano	9 a 11	7 a 12
São João	6 a 13	6 a 13
São Joaquim do Monte	6 a 13	6 a 13
São José do Belmonte	1 a 5	1 a 6
São José do Egito	1 a 6	1 a 6
São Vicente Ferrer	6 a 13	6 a 13
Serra Talhada	1 a 5	1 a 5
Serrita	1 a 4	1 a 5
Sertânia	3 a 4	1 a 5
Solidão	2 a 6	1 a 6
Surubim	7 a 12	7 a 12
Tabira	2 a 6	1 a 6
Tacaimbó	7 a 12	7 a 12
Taquaritinga do Norte	7 a 12	7 a 12
Terezinha	6 a 12	6 a 12
Terra Nova		1 a 4
Toritama		10 a 11
Trindade	1 a 3	36 a 4
Triunfo	2 a 6	1 a 6
Tupanatinga	11 a 12	5 a 12
Tuparetama	1 a 6	1 a 6
Venturosa	11 a 12	7 a 12
Verdejante	1 a 4	1 a 6
Vertente do Lério	7 a 13	7 a 13
Vertentes	7 a 13	7 a 13

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 377, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelas Portarias n° 440, de 24 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2005, e Nº 17, de 6 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2006, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas Nº 2, de 9 de outubro de 2008 e Nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de feijão caupi no Estado do Rio Grande do Norte, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macassar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semiárida do nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O Caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado do Rio Grande do Norte.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 165 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais método de Penman-Monteith nas 5 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 75 dias); Grupo II (75 dias ≤ n ≥ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fonológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais critica em relação ao déficit hídrico.

Foram considerados aptos os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa Nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado do Rio Grande do Norte foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I
CCA/UFC: Sempre Verde
EMPARN: Potiguar e Riso do Ano.
EMBRAPA: BRS Tumucumaque.
IPA: IPA 206
GRUPO II
CCA/UFC: Setentão.
EMBRAPA: BRS Potengi.
IPA: IPA 205.
GRUPO III

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado do Rio Grande do Norte obteve enquadramento no grupo III.

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei Nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto Nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açu	3 a 7	2 a 8
Afonso Bezerra	3 a 4	2 a 8
Água Nova	2 a 8	1 a 9
Alexandria	3 a 7	2 a 8
Almino Afonso	2 a 8	1 a 9
Alto do Rodrigues	4 a 7	3 a 8
Antônio Martins	4 a 7	2 a 9
Apodi	4 a 5	4 a 9
Arês	6 a 14	5 a 15
Baía Formosa	6 a 14	5 a 15
Baraúna	5 a 6	4 a 8
Bodó		4 a 6
Bom Jesus	11 a 12	9 a 14
Brejinho	10 a 12	7 a 15
Campo Grande	4 a 7	3 a 9
Campo Redondo		4 a 8
Canguaretama	6 a 14	5 a 15
Caraúbas	4 a 7	3 a 9
Carnaubais	4 a 7	3 a 8
Ceará-Mirim	6 a 14	5 a 15
Cerro Corá		4 a 6
Coronel Ezequiel	7 a 8	7 a 13
Coronel João Pessoa	4 a 8	2 a 9
Doutor Severiano	4 a 8	2 a 9
Encanto	4 a 8	2 a 9
Espírito Santo	7 a 14	6 a 15
Extremoz	6 a 14	5 a 15
Felipe Guerra	3 a 4	3 a 8
Florânia		4 a 6
Francisco Dantas	3 a 7	2 a 9
Frutuoso Gomes	3 a 7	2 a 9
Goianinha	6 a 14	5 a 15
Governador Dix-Sept Rosado	4 a 5	3 a 8
Ielmo Marinho	8 a 14	7 a 15
Ipanguaçu	4 a 7	3 a 8
Itajá	4 a 7	3 a 8
Itaú	3 a 4	3 a 8
Jaçanã	7 a 8	7 a 13
Jandaíra	11 a 12	9 a 12
Janduís	4 a 7	3 a 9
Januário Cicco	11 a 12	7 a 14
Jardim de Piranhas		4 a 6
João Câmara	10 a 11	9 a 12
João Dias	4 a 7	3 a 9
José da Penha	2 a 7	1 a 9
Jundiá	7 a 14	6 a 15
Lagoa d`Anta		12 a 13
Lagoa de Pedras	9 a 13	8 a 15
Lagoa Nova		4 a 6
Lagoa Salgada	11 a 12	8 a 14
Lucrécia	4 a 8	3 a 9
Luís Gomes	2 a 8	1 a 9
Macaíba	6 a 14	5 a 15
Major Sales	2 a 7	1 a 9
Marcelino Vieira	4 a 7	2 a 9
Martins	4 a 7	2 a 9
Maxaranguape	6 a 14	5 a 15
Messias Targino	5 a 7	4 a 9
Montanhas	9 a 12	8 a 14
Monte Alegre	7 a 14	6 a 15
Mossoró	5 a 6	4 a 8
Nísia Floresta	6 a 14	5 a 15
Nova Cruz	11 a 12	8 a 14
Olho-d`Água do Borges	5 a 7	4 a 9
Paraná	2 a 7	1 a 9
Paraú		4 a 8
Parnamirim	6 a 14	5 a 15
Passa e Fica	11 a 12	8 a 14
Passagem	7 a 14	6 a 15
Patu	6 a 7	4 a 9
Pau dos Ferros	4 a 7	3 a 9
Pedra Grande		6 a 7
Pedro Velho	7 a 14	6 a 15
Pendências	4 a 7	3 a 8
Pilões	4 a 7	3 a 8
Poço Branco		7 a 8
Portalegre	3 a 7	2 a 9
Presidente Juscelino	11 a 12	7 a 14
Pureza	6 a 11	5 a 15
Rafael Fernandes	3 a 7	2 a 9
Rafael Godeiro	3 a 7	2 a 9
Riacho da Cruz	3 a 4	3 a 9
Riacho de Santana	2 a 8	1 a 9
Rio do Fogo	6 a 13	5 a 15
Rodolfo Fernandes	4 a 7	3 a 9
Santo Antônio	8 a 12	6 a 14
São Bento do Trairí	11 a 12	8 a 14
São Francisco do Oeste	4 a 7	3 a 9
São Gonçalo do Amarante	6 a 14	5 a 15
São José de Mipibu	6 a 14	5 a 15
São José do Campestre	11 a 12	7 a 14
São Miguel	3 a 8	2 a 9
São Miguel do Gostoso	7 a 11	6 a 14
São Paulo do Potengi	11 a 12	9 a 13
São Pedro	11 a 12	9 a 13
São Rafael	4 a 5	4 a 5
Senador Elói de Souza	11 a 12	9 a 14
Senador Georgino Avelino	6 a 12	6 a 12
Serra de São Bento	11 a 12	9 a 12
Serra do Mel		5 a 7
Serra Negra do Norte		4 a 6
Serrinha	11 a 12	8 a 13
Serrinha dos Pintos	3 a 7	2 a 9
Severiano Melo	4 a 7	3 a 9
Taboleiro Grande	4 a 7	3 a 9
Taipu	7 a 11	6 a 14
Tenente Ananias	4 a 7	3 a 9
Tibau do Sul	6 a 14	5 a 15
Timbaúba dos Batistas		5 a 7
Touros	6 a 13	5 a 15
Triunfo Potiguar	4 a 7	3 a 9
Umarizal	4 a 7	3 a 9
Upanema		4 a 9
Várzea	7 a 14	6 a 15
Venha-Ver	3 a 8	1 a 9
Vera Cruz	9 a 13	8 a 15
Viçosa	3 a 7	1 a 9
Vila Flor	4 a 14	3 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açu	4 a 7	3 a 8
Afonso Bezerra	4 a 5	3 a 8
Água Nova	3 a 8	1 a 9
Alexandria	4 a 7	2 a 8
Almino Afonso	3 a 8	2 a 9
Alto do Rodrigues	4 a 7	3 a 8
Antônio Martins	4 a 7	3 a 9
Apodi	4 a 5	4 a 9
Arês	6 a 14	5 a 15
Baía Formosa	6 a 14	5 a 15
Baraúna	5 a 6	4 a 8
Bodó		4 a 6
Bom Jesus	11 a 12	9 a 14
Brejinho	10 a 12	7 a 15
Campo Grande	4 a 7	3 a 9
Campo Redondo		4 a 8
Canguaretama	6 a 14	5 a 15
Caraúbas	4 a 7	3 a 9
Carnaubais	4 a 7	3 a 8
Ceará-Mirim	6 a 14	5 a 15
Cerro Corá		4 a 6
Coronel Ezequiel	7 a 8	7 a 13
Coronel João Pessoa	4 a 8	2 a 9
Doutor Severiano	4 a 8	2 a 9
Encanto	4 a 8	2 a 9
Espírito Santo	7 a 14	6 a 15
Extremoz	6 a 14	5 a 15
Felipe Guerra	4 a 5	3 a 8
Florânia		4 a 6
Francisco Dantas	3 a 7	2 a 9
Frutuoso Gomes	3 a 7	2 a 9
Goianinha	6 a 14	5 a 15
Governador Dix-Sept Rosado	4 a 5	3 a 8
Ielmo Marinho	8 a 14	7 a 15
Ipanguaçu	4 a 7	3 a 8
Itajá	4 a 7	3 a 8
Itaú	4 a 5	3 a 8
Jaçanã	7 a 8	7 a 13

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Janduís	4 a 7	3 a 9
Januário Cicco	11 a 12	7 a 14
Jardim de Piranhas		4 a 6
João Câmara	11 a 12	9 a 12
João Dias	4 a 7	3 a 9
José da Penha	3 a 7	2 a 9
Jundiá	7 a 14	6 a 15
Lagoa d`Anta		12 a 13
Lagoa de Pedras	9 a 13	8 a 15
Lagoa Nova		4 a 6
Lagoa Salgada	11 a 12	8 a 14
Lucrécia	4 a 8	3 a 9
Luís Gomes	3 a 8	2 a 9
Macaíba	6 a 14	5 a 15
Major Sales	3 a 7	1 a 9
Marcelino Vieira	4 a 7	2 a 9
Martins	4 a 7	2 a 9
Maxaranguape	6 a 14	5 a 15
Messias Targino	5 a 7	4 a 9
Montanhas	9 a 12	8 a 14
Monte Alegre	7 a 14	6 a 15
Mossoró	5 a 6	4 a 8
Nísia Floresta	6 a 14	5 a 15
Nova Cruz	11 a 12	8 a 14
Olho-d`Água do Borges	5 a 7	4 a 9
Paraná	3 a 7	2 a 9
Paraú		4 a 8
Parnamirim	6 a 14	5 a 15
Passa e Fica		12 a 13
Passagem	7 a 14	6 a 15
Patu	6 a 7	4 a 9
Pau dos Ferros	4 a 7	3 a 9
Pedra Grande		6 a 7
Pedro Velho	7 a 14	6 a 15
Pendências	4 a 7	3 a 8
Pilões	4 a 7	3 a 8
Poço Branco		7 a 8
Portalegre	3 a 7	2 a 9
Presidente Juscelino		9 a 13
Pureza	6 a 11	5 a 15
Rafael Fernandes	4 a 7	2 a 9
Rafael Godeiro	4 a 7	2 a 9
Riacho da Cruz	3 a 4	3 a 9
Riacho de Santana	3 a 8	2 a 9
Rio do Fogo	5 a 12	4 a 13
Rodolfo Fernandes	4 a 7	3 a 9
Santo Antônio	8 a 12	6 a 14
São Francisco do Oeste	4 a 7	3 a 9
São Gonçalo do Amarante	6 a 14	5 a 15
São José de Mipibu	6 a 14	5 a 15
São Miguel	3 a 8	2 a 9
São Miguel do Gostoso	7 a 11	6 a 14
São Rafael	4 a 5	4 a 5
Senador Elói de Souza	11 a 12	9 a 14
Senador Georgino Avelino	4 a 13	4 a 14
Serra de São Bento	11 a 12	9 a 12
Serra do Mel		5 a 7
Serra Negra do Norte		4 a 6
Serrinha	11 a 12	8 a 13
Serrinha dos Pintos	4 a 7	3 a 9
Severiano Melo	4 a 7	3 a 9
Taboleiro Grande	4 a 7	3 a 9
Taipu	7 a 11	6 a 14
Tenente Ananias	4 a 7	3 a 9
Tibau do Sul	6 a 14	5 a 15
Timbaúba dos Batistas		5 a 7
Touros	6 a 13	5 a 15
Triunfo Potiguar	4 a 7	3 a 9
Umarizal	4 a 7	3 a 9
Upanema		4 a 9
Várzea	7 a 14	6 a 15
Venha-Ver	3 a 8	2 a 9
Vera Cruz	9 a 13	8 a 15
Viçosa	3 a 7	2 a 9
Vila Flor	6 a 14	5 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Açu	4 a 7	3 a 8
Afonso Bezerra	4 a 5	3 a 8
Água Nova	3 a 8	1 a 9
Alexandria	4 a 7	2 a 8
Almino Afonso	3 a 8	2 a 9
Alto do Rodrigues	4 a 7	3 a 8
Antônio Martins	4 a 7	3 a 9
Apodi	4 a 5	4 a 9
Arês	6 a 14	5 a 15
Baía Formosa	6 a 14	5 a 15
Baraúna	5 a 6	4 a 8
Bodó		4 a 6
Bom Jesus	11 a 12	9 a 14
Brejinho	10 a 12	7 a 15
Campo Grande	4 a 7	3 a 9
Campo Redondo		4 a 8
Canguaretama	6 a 14	5 a 15
Caraúbas	4 a 7	3 a 9
Carnaubais	4 a 7	3 a 8
Ceará-Mirim	6 a 14	5 a 15
Cerro Corá		4 a 6
Coronel Ezequiel	7 a 8	7 a 13
Coronel João Pessoa	4 a 8	2 a 9
Doutor Severiano	4 a 8	2 a 9
Encanto	4 a 8	2 a 9
Espírito Santo	7 a 14	6 a 15
Extremoz	6 a 14	5 a 15
Felipe Guerra	4 a 5	3 a 8
Florânia		4 a 6
Francisco Dantas	3 a 7	2 a 9
Frutuoso Gomes	3 a 7	2 a 9
Goianinha	6 a 14	5 a 15
Governador Dix-Sept Rosado	4 a 5	3 a 8
Ielmo Marinho	8 a 14	7 a 15
Ipanguaçu	4 a 7	3 a 8
Itajá	4 a 7	3 a 8
Itaú	4 a 5	3 a 8
Jaçanã	7 a 8	7 a 13
Janduís	4 a 7	3 a 9
Januário Cicco	11 a 12	7 a 14
Jardim de Piranhas		4 a 6
João Câmara	11 a 12	9 a 12
João Dias	4 a 7	3 a 9
José da Penha	3 a 7	2 a 9
Jundiá	7 a 14	6 a 15
Lagoa d`Anta		12 a 13
Lagoa de Pedras	9 a 13	8 a 15
Lagoa Nova		4 a 6
Lagoa Salgada	11 a 12	8 a 14
Lucrécia	4 a 8	3 a 9
Luís Gomes	3 a 8	2 a 9
Macaíba	6 a 14	5 a 15
Major Sales	3 a 7	1 a 9
Marcelino Vieira	4 a 7	2 a 9
Martins	4 a 7	2 a 9
Maxaranguape	6 a 14	5 a 15
Messias Targino	5 a 7	4 a 9
Montanhas	9 a 12	8 a 14
Monte Alegre	7 a 14	6 a 15
Mossoró	5 a 6	4 a 8
Nísia Floresta	6 a 14	5 a 15
Nova Cruz	11 a 12	8 a 14
Olho-d`Água do Borges	5 a 7	4 a 9
Paraná	3 a 7	2 a 9
Paraú		4 a 8
Parnamirim	6 a 14	5 a 15
Passa e Fica		12 a 13
Passagem	7 a 14	6 a 15
Patu	6 a 7	4 a 9
Pau dos Ferros	4 a 7	3 a 9
Pedra Grande		6 a 7
Pedro Velho	7 a 14	6 a 15
Pendências	4 a 7	3 a 8
Pilões	4 a 7	3 a 8
Poço Branco		7 a 8
Portalegre	3 a 7	2 a 9
Presidente Juscelino		9 a 13
Pureza	6 a 11	5 a 15
Rafael Fernandes	4 a 7	2 a 9
Rafael Godeiro	4 a 7	2 a 9
Riacho da Cruz	3 a 4	3 a 9
Riacho de Santana	3 a 8	2 a 9
Rio do Fogo	5 a 12	4 a 13
Rodolfo Fernandes	4 a 7	3 a 9
Santo Antônio	8 a 12	6 a 14
São Francisco do Oeste	4 a 7	3 a 9
São Gonçalo do Amarante	6 a 14	5 a 15
São José de Mipibu	6 a 14	5 a 15
São Miguel	3 a 8	2 a 9
São Miguel do Gostoso	7 a 11	6 a 14
São Rafael	4 a 5	4 a 5
Senador Elói de Souza	11 a 12	9 a 14
Senador Georgino Avelino	4 a 13	4 a 14
Serra de São Bento	11 a 12	9 a 12
Serra do Mel		5 a 7
Serra Negra do Norte		4 a 6
Serrinha	11 a 12	8 a 13
Serrinha dos Pintos	4 a 7	3 a 9
Severiano Melo	4 a 7	3 a 9
Taboleiro Grande	4 a 7	3 a 9
Taipu	7 a 11	6 a 14
Tenente Ananias	4 a 7	3 a 9
Tibau do Sul	6 a 14	5 a 15
Timbaúba dos Batistas		5 a 7
Touros	6 a 13	5 a 15
Triunfo Potiguar	4 a 7	3 a 9
Umarizal	4 a 7	3 a 9
Upanema		4 a 9
Várzea	7 a 14	6 a 15
Venha-Ver	3 a 8	2 a 9
Vera Cruz	9 a 13	8 a 15
Viçosa	3 a 7	2 a 9
Vila Flor	6 a 14	5 a 15

PORTARIA Nº 378, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelas Portarias n° 440, de 24 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2005, e Nº 17, de 6 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2006, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas Nº 2, de 9 de outubro de 2008 e Nº 4, de 30 de março de 2009, da Secretaria de Política Agrícola, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008 e de 31 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de feijão caupi no Estado da Bahia, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON MARTINS DE ALCANTARA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão caupi (Vigna unguiculata (L.) Walp), conhecido também como feijão-de-corda ou feijão macassar, constitui-se em fonte de proteínas e alimento básico para grande parte da população da Região do Nordeste brasileiro.

No Brasil é cultivado, predominantemente, na região semi-árida do nordeste e em pequenas áreas da Amazônia.

As temperaturas ótimas para o bom desenvolvimento da cultura estão na faixa de 18ºC a 34ºC. Temperaturas elevadas prejudicam o crescimento e o desenvolvimento da cultura, exercendo influência sobre o abortamento de flores, o vingamento e a retenção final de vagens, afetando, também, o número de sementes por vagem.

O Caupi exige um mínimo de 300 mm de precipitação ao longo do ciclo. As limitações hídricas estão mais relacionadas à distribuição pluvial do que à quantidade total de chuvas ocorridas durante o ciclo. Déficit hídrico, próximo e anterior ao florescimento, pode ocasionar severa retração do crescimento vegetativo, limitando a produção.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo do feijão caupi no Estado da Bahia.

Essa identificação foi realizada com base no balanço hídrico da cultura, estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluvial e temperatura - utilizadas séries históricas com média de 15 anos de registros de 156 estações pluviométricas disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimadas médias decendiais método de Penman-Monteith nas 40 estações climatológicas disponíveis no Estado;

c) ciclo e fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 75 dias); Grupo II (75 dias ≤ n ≥ 85 dias); e Grupo III (n > 85 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 20, 40 e 60 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Consideraram-se os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), por data de semeadura, fase fonológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas. Considerou-se a fase de floração/enchimento de grãos, como a mais critica em relação ao déficit hídrico.

Foram considerados aptos os municípios que apresentaram em, no mínimo, 20% de seu território, valor de ISNA maior ou igual a 0,50, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão caupi no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa Nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado da Bahia foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

CCA/UFC: Sempre Verde.

GRUPO II

CCA/UFC: Setentão.

EMBRAPA: BR14-Mulato, BRS-Aracê, BRS-Juruá, BRS-Paraguaçu, BRS-Rouxinol, BRS-Xiquexique e Marataoã.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IPA: IPA 206.

GRUPO III

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado da Bahia obteve enquadramento no grupo III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei Nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto Nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	CULTIVARES DO GRUPO I	
	PERÍODOS DE SEMEADURA	
	SOLOS TIPO 2	SOLO TIPO 3
Acajutiba	05 a 17	05 a 18
Adustina	12 a 15	10 a 17
Água Fria	10 a 17	09 a 18
Aiquara	06 a 17	04 a 18
Alagoinhas	06 a 18	06 a 18
Alcobaça	28 a 29 + 06 a 17	28 a 33 + 04 a 18
Almadina	07 a 16	04 a 18
Amargosa	05 a 17	36 a 18
Amélia Rodrigues	06 a 18	05 a 18
Anagé	28 a 29	28 a 33
Andorinha		13 a 15
Angical	28 a 32	28 a 03
Anguera	09 a 16	09 a 18
Antas	10 a 15	10 a 17
Antônio Cardoso	07 a 17	07 a 18
Antônio Gonçalves	12 a 14	11 a 16
Aporá	06 a 18	05 a 18
Apuarema	05 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Araças	06 a 18	06 a 18
Aracatu		28 a 33
Araci		12 a 17
Aramari	07 a 18	06 a 18
Arataca	02 a 17	28 a 33 + 02 a 18
Aratuípe	01 a 18	01 a 18
Aurelino Leal	06 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Baianópolis	28 a 32	28 a 03
Baixa Grande	13 a 14	11 a 16
Banzaê	11 a 15	12 a 17
Barra	30 a 32	29 a 34
Barra do Choça	06 a 16	28 a 34 + 05 a 18
Barra do Rocha	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Barreiras	28 a 04	28 a 06
Barrocas		12 a 17
Barro Preto	03 a 17	01 a 18
Belmonte	28 a 29 + 03 a 17	28 a 18
Belo Campo	28 a 29	28 a 33
Biritinga	11 a 16	10 a 18
Boa Nova	07 a 16	29 a 30 + 06 a 18
Bom Jesus da Lapa	28 a 31	28 a 33
Bom Jesus da Serra	14 a 15	28 a 33 + 07 a 17
Boquira		32 a 33
Botuporã		30 a 32
Brejões	14 a 15	13 a 17
Brejolândia		28 a 33
Brumado		28 a 33
Buerarema	02 a 17	28 a 33 + 01 a 18
Buritirama	29 a 32	29 a 34
Caatiba	13 a 15	29 a 33 + 07 a 17
Cabaceiras do Paraguaçu	07 a 17	06 a 18
Cachoeira	05 a 18	05 a 18
Caém		11 a 16
Caetanos		28 a 33
Caetité		29 a 31
Cairu	01 a 18	35 a 18
Caldeirão Grande		13 a 16
Camacan	02 a 17	28 a 33 + 02 a 18
Camaçari	05 a 18	05 a 18
Camamu	01 a 18	28 a 30 + 34 a 18
Campo Formoso		14 a 15
Canápolis	28 a 32	28 a 34
Canavieiras	03 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Candeal	11 a 16	11 a 18
Candeias	05 a 18	05 a 18
Candiba	29 a 31	29 a 33
Cândido Sales	28 a 30	28 a 33
Caraíbas	28 a 29	28 a 33
Caravelas	28 a 29 + 07 a 17	28 a 34 + 05 a 18
Cardeal da Silva	05 a 18	05 a 18
Carinhanha	28 a 32	28 a 34
Castro Alves	07 a 17	05 a 18
Catolândia	28 a 33	28 a 03
Catu	06 a 18	05 a 18
Caturama		29 a 32
Cícero Dantas	12 a 15	11 a 17
Cipó	12 a 15	11 a 17
Coaraci	07 a 16	05 a 18
Cocos	28 a 36	28 a 04
Conceição da Feira	07 a 18	05 a 18
Conceição do Almeida	05 a 18	04 a 18
Conceição do Coité	13 a 14	12 a 17
Conceição do Jacuípe	06 a 18	05 a 18
Conde	05 a 18	05 a 18
Condeúba	28 a 29	28 a 33
Contendas do Sincorá		28 a 31
Coração de Maria	07 a 17	06 a 18
Cordeiros	28 a 30	28 a 33
Coribe	28 a 32	28 a 34
Coronel João Sá	11 a 15	08 a 17
Correntina	28 a 05	28 a 06
Cotegipe	28 a 32	28 a 04
Cravolândia	06 a 17	05 a 18
Crisópolis	06 a 16	05 a 18
Cristópolis	28 a 32	28 a 03
Cruz das Almas	05 a 18	05 a 18
Dário Meira	07 a 16	05 a 18
Dias d'Ávila	05 a 18	05 a 18
Dom Macedo Costa	05 a 18	03 a 18
Elísio Medrado	05 a 17	04 a 18
Encruzilhada	28 a 30	28 a 33
Entre Rios	05 a 18	05 a 18
Esplanada	05 a 18	05 a 18
Euclides da Cunha		12 a 15
Eunápolis	28 a 30 + 03 a 17	28 a 18
Fátima	12 a 15	11 a 17
Feira da Mata	28 a 32	28 a 34
Feira de Santana	08 a 17	07 a 18
Filadélfia		13 a 16
Firmino Alves	12 a 15	07 a 17
Floresta Azul	07 a 16	04 a 18
Formosa do Rio Preto	28 a 02	28 a 05
Gandu	02 a 18	28 a 29 + 35 a 18
Gongogi	05 a 17	28 a 29 + 04 a 18
Governador Mangabeira	06 a 18	05 a 18
Guajeru		28 a 30
Guanambi	29 a 30	28 a 32
Guaratinga	28 a 32 + 01 a 17	28 a 18
Heliópolis	12 a 14	12 a 17
Iaçu		13 a 15
Ibiassucê		29 a 30
Ibicaraí	05 a 17	02 a 18
Ibicuí	07 a 16	05 a 18
Ibipitanga		30 a 31
Ibirapitanga	02 a 18	28 a 29 + 36 a 18
Ibirapuã	28 a 32	28 a 34 + 07 a 17
Ibirataia	05 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Ibotirama	30 a 32	30 a 34
Ichu	12 a 15	11 a 18
Igaporã	29 a 30	29 a 33
Igrapiúna	01 a 18	28 a 30 + 34 a 18
Iguaí	07 a 16	05 a 18
Ilhéus	03 a 17	28 a 30 + 01 a 18
Inhambupe	07 a 18	07 a 18
Ipecaetá	09 a 16	09 a 18
Ipiaú	05 a 17	28 a 29 + 04 a 18
Ipirá	13 a 14	11 a 16
Irajuba		13 a 16
Irará	07 a 17	07 a 18
Itabela	28 a 32 + 01 a 17	28 a 18
Itabuna	04 a 17	28 a 30 + 01 a 18
Itacaré	03 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itagi	07 a 16	05 a 18
Itagibá	05 a 17	28 a 29 + 04 a 18
Itagimirim	28 a 30 + 05 a 17	28 a 18
Itaju do Colônia		07 a 17
Itajuípe	05 a 17	28 a 30 + 1 a 18
Itamaraju	28 a 32 + 03 a 17	28 a 18
Itamari	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itambé	28 a 29	29 a 33 + 08 a 16
Itanagra	05 a 18	05 a 18
Itanhém	28 a 32 + 04 a 10	28 a 34 + 01 a 18
Itaparica	05 a 18	05 a 18
Itapé	05 a 16	28 a 29 + 01 a 18
Itapebi	06 a 17	28 a 18
Itapetinga		08 a 17
Itapicuru	12 a 15	11 a 17
Itapitanga	06 a 17	28 a 29 + 04 a 18
Itaquara	07 a 17	05 a 18
Itarantim	08 a 14	28 a 33 + 04 a 18
Itatim	10 a 14	10 a 17
Itiruçu		12 a 17
Itiúba		14 a 15
Itororó		07 a 17
Ituaçu		29 a 32
Ituberá	01 a 18	28 a 30 + 34 a 18
Iuiú	28 a 32	28 a 34
Jaborandi	28 a 05	28 a 06
Jacobina		12 a 15
Jaguaquara	07 a 17	05 a 18
Jaguaripe	01 a 18	01 a 18
Jandaíra	05 a 17	04 a 18
Jequié	14 a 15	08 a 17
Jeremoabo	12 a 13	12 a 14
Jiquiriçá	01 a 18	35 a 18
Jitaúna	07 a 17	05 a 18
Jucuruçu	28 a 32 + 04 a 17	28 a 18
Jussari	05 a 17	28 a 30 + 01 a 18
Lafaiete Coutinho		14 a 16
Lagoa Real		29 a 32
Laje	01 a 18	36 a 18
Lajedão	28 a 32	28 a 34 + 04 a 17
Lajedo do Tabocal		12 a 17
Lamarão	11 a 16	10 a 18
Lauro de Freitas	05 a 18	05 a 18
Luís Eduardo Magalhães	28 a 04	28 a 06
Macarani	29 a 30	29 a 33
Macaúbas		30 a 33
Madre de Deus	05 a 18	05 a 18
Maetinga	28 a 29	28 a 33
Maiquinique	29 a 30	29 a 33 + 08 a 16
Malhada	28 a 32	28 a 34
Malhada de Pedras		28 a 32
Manoel Vitorino		28 a 30 + 14 a 16
Mansidão	28 a 32	28 a 06
Maragogipe	05 a 18	05 a 18
Maraú	02 a 18	28 a 29 + 35 a 18
Mascote	02 a 17	28 a 33 + 01 a 18
Mata de São João	05 a 18	05 a 18
Matina	28 a 30	28 a 33
Medeiros Neto	28 a 32	28 a 34 + 03 a 18
Miguel Calmon		12 a 15
Milagres	09 a 17	08 a 18
Mirangaba	13 a 14	11 a 16
Mirante		28 a 30
Monte Santo		12 a 15
Morpará	31 a 32	30 a 33
Mucugê		29 a 30
Mucuri	28 a 32	28 a 34 + 07 a 17
Muniz Ferreira	04 a 18	02 a 18
Muquém de São Francisco		30 a 33
Muritiba	05 a 18	05 a 18
Mutuípe	01 a 18	35 a 18
Nazaré	05 a 18	04 a 18
Nilo Peçanha	01 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Nova Canaã	09 a 15	29 a 30 + 07 a 17
Nova Ibiá	04 a 18	28 a 29 + 01 a 18
Nova Itarana		13 a 16
Nova Soure	11 a 17	06 a 18
Nova Viçosa	28 a 29 + 15 a 17	28 a 33 + 06 a 18
Novo Triunfo	11 a 15	11 a 17
Olindina	11 a 16	08 a 18
Oliveira dos Brejinhos		31 a 33
Ouriçangas	07 a 17	07 a 18
Palmas de Monte Alto	28 a 31	28 a 33
Paratinga		31 a 33
Paripiranga	08 a 15	08 a 17
Pau Brasil	05 a 17	28 a 32 + 02 a 18
Pé de Serra		13 a 14
Pedrão	07 a 18	06 a 18
Pedro Alexandre	11 a 14	10 a 16
Pindaí		29 a 32
Pindobaçu		12 a 16
Piraí do Norte	01 a 18	28 a 29 + 35 a 18
Piripá	28 a 30	28 a 33
Planalto	06 a 16	28 a 34 + 05 a 18
Poções	08 a 15	28 a 33 + 05 a 17
Pojuca	06 a 18	05 a 18
Ponto Novo		13 a 16
Porto Seguro	28 a 32 + 01 a 17	28 a 18
Potiraguá	06 a 16	28 a 33 + 02 a 18
Prado	28 a 29 + 03 a 17	28 a 33 + 01 a 18
Presidente Jânio Quadros	28 a 29	28 a 33
Presidente Tancredo Neves	01 a 18	28 a 29 + 35 a 18
Quijingue	13 a 14	12 a 16
Rafael Jambeiro	11 a 14	10 a 17
Retirolândia		13 a 16
Riachão das Neves	28 a 33	28 a 05
Riachão do Jacuípe	12 a 14	11 a 17
Riacho de Santana	28 a 31	28 a 33
Ribeira do Amparo	12 a 14	12 a 17
Ribeira do Pombal	13 a 15	12 a 17
Ribeirão do Largo	28 a 29	28 a 33
Rio Real	05 a 17	04 a 18
Salinas da Margarida	05 a 18	05 a 18
Salvador	06 a 18	05 a 18
Santa Bárbara	10 a 16	10 a 18
Santa Cruz Cabrália	28 a 30 + 03 a 17	28 a 18
Santa Cruz da Vitória	11 a 15	07 a 17
Santa Inês		13 a 16
Santa Luzia	02 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Santa Maria da Vitória	28 a 33	28 a 34
Santa Rita de Cássia	28 a 33 + 01 a 02	28 a 06
Santa Teresinha	09 a 15	08 a 18
Santaluz		12 a 16
Santana	28 a 29	28 a 33
Santanópolis	10 a 16	10 a 18
Santo Amaro	05 a 18	05 a 18
Santo Antônio de Jesus	04 a 18	01 a 18
Santo Estêvão	08 a 17	07 a 18
São Desidério	28 a 05	28 a 06
São Felipe	05 a 18	04 a 18
São Félix	05 a 18	05 a 18
São Félix do Coribe	28 a 32	28 a 34
São Francisco do Conde	05 a 18	05 a 18
São Gonçalo dos Campos	07 a 18	06 a 18
São José da Vitória	01 a 17	28 a 33 + 01 a 18
São Miguel das Matas	01 a 18	36 a 18
São Sebastião do Passé	05 a 18	05 a 18
Sapeaçu	05 a 18	05 a 18
Sátiro Dias	11 a 16	09 a 18
Saubara	05 a 18	05 a 18
Saúde		11 a 16
Sebastião Laranjeiras	28 a 32	28 a 34
Senhor do Bonfim	12 a 13	11 a 16
Serra do Ramalho	28 a 32	28 a 34
Serra Dourada		28 a 33
Serra Preta	11 a 15	10 a 18
Serrinha	11 a 16	11 a 18
Simões Filho	05 a 18	05 a 18
Sítio do Mato		31 a 33
Sítio do Quinto	11 a 15	10 a 17
Tabocas do Brejo Velho	28 a 32	28 a 34
Tanhaçu		28 a 33
Tanque Novo		29 a 32
Tanquinho	11 a 16	10 a 18
Taperoá	01 a 18	28 a 29 + 34 a 18
Teixeira de Freitas	28 a 29 + 07 a 17	28 a 34 + 03 a 18
Teodoro Sampaio	06 a 18	05 a 18

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Teofilândia	12 a 15	12 a 18
Teolândia	01 a 18	28 a 29 + 35 a 18
Terra Nova	06 a 18	05 a 18
Tremedal	28 a 30	28 a 33
Tucano	12 a 15	12 a 17
Ubaíra	05 a 17	36 a 18
Ubaitaba	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Ubatã	04 a 17	28 a 29 + 36 a 18
Uma	02 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Urandi	29 a 30	29 a 31
Uruçuca	03 a 17	28 a 30 + 36 a 18
Valença	01 a 18	35 a 18
Valente		12 a 16
Varzedo	05 a 18	01 a 18
Vera Cruz	05 a 18	02 a 18
Vereda	28 a 32 + 04 a 17	28 a 18
Vitória da Conquista	28 a 30	28 a 34 + 13 a 16
Wanderley	29 a 32	28 a 34
Wenceslau Guimarães	02 a 18	28 a 29 + 36 a 18

MUNICÍPIOS	CULTIVARES DO GRUPO II	
	PERÍODOS DE SEMEADURA	
	SOLOS TIPO 2	SOLO TIPO 3
Acajutiba	06 a 16	05 a 18
Adustina	12 a 15	11 a 18
Água Fria	10 a 16	10 a 18
Aiquara	07 a 16	05 a 18
Alagoinhas	07 a 17	06 a 18
Alcobaça	28 a 29 + 06 a 17	28 a 32 + 05 a 18
Almadina	07 a 15	05 a 17
Amargosa	06 a 17	01 a 18
Amélia Rodrigues	07 a 17	06 a 18
Anagé	29 a 30	28 a 29
Angical	29 a 32	28 a 32 + 01 a 02
Anguera	09 a 16	09 a 18
Antas	11 a 16	11 a 18
Antônio Cardoso	08 a 17	07 a 18
Antônio Gonçalves		12 a 14
Aporá	07 a 17	06 a 18
Apuarema	05 a 17	05 a 18
Araças	07 a 17	06 a 18
Aracatu		29 a 32
Araci		12 a 13
Aramari	08 a 17	07 a 18
Arataca	04 a 17	28 a 32 + 03 a 18
Aratuípe	02 a 17	03 a 18
Aurelino Leal	05 a 17	01 a 18
Baianópolis	29 a 32	28 a 02
Baixa Grande	13 a 14	11 a 15
Banzaê	13 a 14	13 a 16
Barra	32 a 33	30 a 33
Barra do Choça	08 a 15	28 a 32 + 05 a 16
Barra do Rocha	05 a 17	05 a 18
Barreiras	28 a 03	28 a 05
Barrocas		12 a 14
Barro Preto	04 a 17	01 a 18
Belmonte	03 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Belo Campo	29 a 30	28 a 32
Biritinga	12 a 15	11 a 16
Boa Nova	07 a 15	07 a 17
Bom Jesus da Lapa	30 a 31	29 a 31
Bom Jesus da Serra		29 a 30 + 10 a 14
Botuporã		29 a 31
Brejões		12 a 16
Brejolândia		28 a 31
Brumado		29 a 31
Buerarema	04 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Buritirama	30 a 31	29 a 33
Caatiba	12 a 14	28 a 29 + 07 a 15
Cabaceiras do Paraguaçu	08 a 17	06 a 18
Cachoeira	06 a 17	05 a 18
Caetanos		28 a 29
Caetité		29 a 32
Cairu	02 a 17	35 a 18
Camacan	03 a 17	28 a 32 + 03 a 18
Camaçari	06 a 17	05 a 18
Camamu	01 a 17	28 a 29 + 35 a 18
Canápolis	29 a 31	29 a 32
Canavieiras	04 a 17	28 a 32 + 02 a 18
Candeal	11 a 16	11 a 17
Candeias	06 a 17	05 a 18
Candiba		29 a 32
Cândido Sales	28 a 30	28 a 32
Caraíbas		29 a 32
Caravelas	28 a 29 + 14 a 16	28 a 32 + 06 a 17
Cardeal da Silva	06 a 17	05 a 18
Carinhanha	29 a 32	29 a 32
Castro Alves	7 a 17	6 a 18
Catolândia	29 a 32	28 a 02
Catu	07 a 17	06 a 18
Caturama		29 a 30
Cícero Dantas	12 a 14	12 a 16
Cipó	12 a 15	12 a 16
Coaraci	07 a 16	05 a 17
Cocos	28 a 35	28 a 03
Conceição da Feira	07 a 17	06 a 18
Conceição do Almeida	05 a 17	05 a 18
Conceição do Coité		12 a 14
Conceição do Jacuípe	07 a 17	06 a 18
Conde	05 a 17	05 a 18
Condeúba		29 a 32
Contendas do Sincorá		29 a 31
Coração de Maria	07 a 17	06 a 18
Cordeiros	28 a 29	28 a 32
Coribe	29 a 32	28 a 33
Coronel João Sá	12 a 15	12 a 16
Correntina	28 a 04	28 a 05
Cotegipe	29 a 32	28 a 32 + 01 a 02
Cravolândia	07 a 17	05 a 18
Crisópolis	07 a 08 + 11 a 15	06 a 17
Cristópolis	29 a 32	28 a 32
Cruz das Almas	06 a 17	05 a 18
Dário Meira	07 a 16	05 a 17
Dias d'Ávila	06 a 17	05 a 18
Dom Macedo Costa	05 a 17	05 a 18
Elísio Medrado	06 a 17	05 a 18
Encruzilhada		28 a 32
Entre Rios	06 a 17	05 a 18
Esplanada	05 a 17	05 a 18
Euclides da Cunha		13 a 14
Eunápolis	28 a 30 + 04 a 16	28 a 18
Fátima	12 a 14	12 a 16
Feira da Mata	29 a 32	28 a 33
Feira de Santana	08 a 17	08 a 18
Firmino Alves	12 a 13	07 a 15
Floresta Azul	07 a 14	07 a 16
Formosa do Rio Preto	28 a 01	28 a 03
Gandu	03 a 17	36 a 18
Gongogi	07 a 17	05 a 18
Governador Mangabeira	06 a 17	06 a 18
Guajeru		29 a 30
Guanambi		29 a 31
Guaratinga	28 a 31 + 01 a 17	28 a 32 + 35 a 18
Heliópolis	12 a 14	12 a 15
Ibicaraí	07 a 16	04 a 17
Ibicuí	07 a 15	05 a 17
Ibipitanga		30 a 31
Ibirapitanga	04 a 17	36 a 18
Ibirapuã	28 a 29	28 a 32 + 15 a 16
Ibirataia	05 a 17	05 a 18
Ibotirama	32 a 33	31 a 33
Ichu	12 a 15	11 a 16
Igaporã		29 a 32
Igrapiúna	01 a 17	28 a 29 + 35 a 18
Iguaí	07 a 15	05 a 17
Ilhéus	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Inhambupe	08 a 17	08 a 18
Ipecaetá	09 a 15	09 a 17
Ipiaú	07 a 17	05 a 18
Ipirá	13 a 14	11 a 15
Irajuba		12 a 13
Irará	08 a 17	08 a 18
Itabela	28 a 31 + 1 a 17	28 a 18
Itabuna	05 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itacaré	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itagi	07 a 15	06 a 17
Itagibá	07 a 17	05 a 18
Itagimirim	28 a 29 + 06 a 16	28 a 32 + 36 a 17
Itaju do Colônia		07 a 14
Itajuípe	07 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itamaraju	28 a 31 + 04 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Itamari	05 a 17	01 a 18
Itambé		28 a 32 + 11 a 14
Itanagra	06 a 17	06 a 18
Itanhém	28 a 31 + 06 a 09	28 a 32 + 3 a 17
Itaparica	06 a 17	06 a 18
Itapé	07 a 15	03 a 17
Itapebi	06 a 16	28 a 18
Itapetinga		11 a 14
Itapicuru	12 a 14	12 a 16
Itapitanga	07 a 16	05 a 17
Itaquara	07 a 16	05 a 18
Itarantim	11 a 14	28 a 32 + 07 a 17
Itatim	10 a 14	10 a 16
Itiruçu		13 a 14
Itororó		07 a 14
Ituaçu		30 a 31
Ituberá	01 a 17	28 a 29 + 35 a 18
Iuiú	29 a 31	29 a 32
Jaborandi	28 a 04	28 a 05
Jaguaquara	07 a 16	05 a 18
Jaguaripe	02 a 17	01 a 18
Jandaíra	05 a 17	05 a 18
Jequié		11 a 15
Jiquiriçá	01 a 17	01 a 18
Jitaúna	07 a 16	05 a 17
Jucuruçu	28 a 31 + 06 a 16	28 a 32 + 01 a 18
Jussari	06 a 16	28 a 29 + 03 a 17
Laje	01 a 17	01 a 18
Lajedão	28 a 31	28 a 32 + 15 a 16
Lajedo do Tabocal		13 a 14
Lamarão	11 a 16	11 a 17
Lauro de Freitas	06 a 17	05 a 18
Luís Eduardo Magalhães	28 a 03	28 a 05
Macarani		28 a 32
Macaúbas		30 a 31
Madre de Deus	06 a 17	05 a 18
Maetinga		29 a 32
Maiquinique		28 a 32 + 11 a 12
Malhada	29 a 32	29 a 32
Malhada de Pedras		29 a 30
Manoel Vitorino		28 a 29
Mansidão	29 a 32	29 a 03
Maragogipe	05 a 17	05 a 18
Maraú	03 a 17	28 a 29 + 35 a 18
Mascote	03 a 17	28 a 32 + 02 a 18
Mata de São João	06 a 17	05 a 18
Matina		29 a 32
Medeiros Neto	28 a 31	28 a 32 + 05 a 16
Milagres	10 a 15	09 a 17
Mirangaba		12 a 14
Mirante		28 a 29
Monte Santo		13 a 14
Morpará		30 a 32
Mucugê		28 a 29
Mucuri	28 a 31	28 a 32 + 15 a 16
Muniz Ferreira	05 a 17	03 a 18
Muquém de São Francisco		31 a 32
Muritiba	06 a 17	06 a 18
Mutuípe	01 a 17	01 a 18
Nazaré	05 a 17	05 a 18
Nilo Peçanha	01 a 17	35 a 18
Nova Canaã	12 a 14	07 a 16
Nova Ibiá	05 a 17	01 a 18
Nova Soure	12 a 16	10 a 17
Nova Viçosa	28 a 29 + 14 a 15	28 a 32 + 07 a 17
Novo Triunfo	11 a 16	11 a 17
Olindina	12 a 15	10 a 17
Ouriçangas	08 a 17	08 a 18
Palmas de Monte Alto	29 a 30	29 a 32
Paripiranga	11 a 16	11 a 18
Pau Brasil	05 a 17	28 a 30 + 03 a 18
Pedrão	08 a 17	06 a 18
Pedro Alexandre	12 a 13	12 a 14
Pindobaçu		12 a 14
Piraí do Norte	01 a 17	35 a 18
Piripá	28 a 29	28 a 32
Planalto	08 a 15	28 a 32 + 05 a 16
Poções	08 a 15	29 a 32 + 06 a 16
Pojuca	06 a 17	06 a 18
Porto Seguro	28 a 31 + 01 a 17	28 a 18
Potiraguá	06 a 17	28 a 32 + 03 a 18
Prado	28 a 29 + 04 a 17	28 a 32 + 03 a 18
Presidente Jânio Quadros		29 a 32
Presidente Tancredo Neves	01 a 17	35 a 18
Quijingue		13 a 14
Rafael Jambeiro		11 a 15
Retirolândia		12 a 14
Riachão das Neves	28 a 01	28 a 03
Riachão do Jacuípe	12 a 14	12 a 16
Riacho de Santana		29 a 32
Ribeira do Amparo	12 a 14	13 a 15
Ribeira do Pombal	12 a 14	13 a 15
Ribeirão do Largo		28 a 32
Rio Real	06 a 16	05 a 18
Salinas da Margarida	06 a 17	05 a 18
Salvador	05 a 17	05 a 18
Santa Bárbara	10 a 16	11 a 17
Santa Cruz Cabrália	28 a 29 + 03 a 17	28 a 18
Santa Cruz da Vitória	12 a 14	07 a 16
Santa Luzia	03 a 17	28 a 32 + 02 a 18
Santa Maria da Vitória	29 a 32	28 a 33
Santa Rita de Cássia	29 a 33 + 01 a 02	28 a 03
Santa Teresinha	09 a 15	09 a 17
Santaluz		12 a 13
Santana	29 a 31	29 a 31
Santanópolis	10 a 16	10 a 18
Santo Amaro	06 a 17	05 a 18
Santo Antônio de Jesus	05 a 17	03 a 18
Santo Estêvão	08 a 16	08 a 18
São Desidério	28 a 04	28 a 05
São Felipe	05 a 17	05 a 18
São Félix	06 a 17	05 a 18
São Félix do Coribe	29 a 31	29 a 32
São Francisco do Conde	06 a 17	05 a 18
São Gonçalo dos Campos	08 a 17	06 a 18
São José da Vitória	01 a 16	28 a 32 + 01 a 17
São Miguel das Matas	03 a 17	01 a 18
São Sebastião do Passé	06 a 17	06 a 18
Sapeaçu	06 a 17	05 a 18
Sátiro Dias	11 a 15	10 a 16
Saubara	06 a 17	05 a 18
Saúde		12 a 14
Sebastião Laranjeiras	29 a 31	29 a 32
Senhor do Bonfim		12 a 14
Serra do Ramalho	29 a 31	29 a 32
Serra Dourada		28 a 31
Serra Preta	11 a 15	11 a 16
Serrinha	12 a 15	11 a 17
Simões Filho	06 a 17	05 a 18
Sítio do Quinto	11 a 15	12 a 16
Tabocas do Brejo Velho	29 a 31	28 a 32
Tanhaçu		28 a 29
Tanquinho	11 a 16	11 a 17
Taperoá	01 a 17	35 a 18
Teixeira de Freitas	28 a 29 + 06 a 16	28 a 32 + 04 a 18
Teodoro Sampaio	07 a 17	06 a 18
Teofilândia	13 a 14	12 a 16
Teolândia	01 a 17	35 a 18
Terra Nova	07 a 17	06 a 18
Tremedal	28 a 29	28 a 32
Tucano	13 a 14	12 a 15
Ubaíra	05 a 17	01 a 18
Ubaitaba	04 a 17	01 a 18
Ubatã	05 a 17	01 a 18
Una	04 a 17	28 a 31 + 01 a 18
Urandi		29 a 30
Uruçuca	04 a 17	28 a 29 + 1 a 18
Valença	01 a 17	01 a 18

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Valente		12 a 13
Varzedo	05 a 17	03 a 18
Vera Cruz	06 a 17	03 a 18
Vereda	28 a 31 + 05 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Vitória da Conquista	29 a 30	28 a 32
Wanderley	29 a 31	29 a 32
Wenceslau Guimarães	05 a 17	36 a 18

MUNICÍPIOS	CULTIVARES DO GRUPO III	
	PERÍODOS DE PLANTIO	
	SOLOS TIPO 2	SOLO TIPO 3
Acajutiba	04 a 16	05 a 18
Adustina	11 a 15	11 a 15
Água Fria	10 a 16	10 a 17
Aiquara	07 a 16	05 a 17
Alagoinhas	07 a 17	06 a 18
Alcobaça	28 a 29 + 06 a 17	28 a 30 + 05 a 18
Almadina	07 a 15	05 a 16
Amargosa	06 a 17	01 a 18
Amélia Rodrigues	07 a 17	06 a 18
Anagé	29 a 30	28 a 29
Angical	29 a 31	28 a 32 + 01 a 02
Anguera	09 a 16	09 a 18
Antas	11 a 16	11 a 18
Antônio Cardoso	07 a 18	06 a 18
Antônio Gonçalves		12 a 14
Aporá	07 a 17	06 a 18
Apuarema	05 a 17	05 a 18
Araças	07 a 17	06 a 18
Aracatu		29 a 30
Aramari	07 a 18	06 a 18
Arataca	04 a 17	28 a 30 + 03 a 18
Aratuípe	02 a 17	02 a 18
Aurelino Leal	05 a 16	01 a 17
Baianópolis	29 a 31	28 a 32 + 01 a 02
Banzaê	12 a 14	12 a 15
Barra	32 a 33	29 a 33
Barra do Choça	08 a 15	28 a 32 + 05 a 15
Barra do Rocha	05 a 17	05 a 18
Barreiras	28 a 02	28 a 03
Barrocas		12 a 14
Belmonte	03 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Belo Campo		28 a 31
Biritinga	11 a 15	10 a 16
Boa Nova	07 a 15	07 a 16
Bom Jesus da Lapa	30 a 31	29 a 31
Bom Jesus da Serra		29 a 30 + 11 a 14
Botuporã		29 a 30
Brejões	12 a 13	10 a 14
Brejolândia		28 a 31
Brumado		28 a 30
Buerarema	04 a 16	28 a 31 + 01 a 17
Buritirama	30 a 31	29 a 32
Caatiba	12 a 14	28 a 29 + 07 a 15
Cabaceiras do Paraguaçu	08 a 17	06 a 18
Cachoeira	06 a 17	05 a 18
Caetanos		28 a 29
Caetité		28 a 31
Cairu	02 a 17	35 a 18
Camacan	03 a 17	28 a 32 + 03 a 18
Camaçari	06 a 17	05 a 18
Camamu	01 a 17	35 a 18
Canápolis	29 a 31	29 a 32
Canavieiras	04 a 16	28 a 30 + 02 a 18
Candeal	11 a 15	11 a 16
Candeias	06 a 17	05 a 18
Candiba		29 a 32
Cândido Sales	28 a 30	28 a 31
Caraíbas		29 a 31
Caravelas	28 a 29 + 14 a 16	28 a 32 + 06 a 17
Cardeal da Silva	06 a 18	05 a 18
Carinhanha	29 a 31	29 a 32
Castro Alves	07 a 17	06 a 18
Catolândia	29 a 32	28 a 02
Catu	07 a 17	06 a 18
Cícero Dantas	12 a 14	12 a 15
Cipó	12 a 14	12 a 15
Coaraci	07 a 15	05 a 16
Cocos	28 a 33	28 a 01
Conceição da Feira	07 a 17	06 a 18
Conceição do Almeida	05 a 17	05 a 18
Conceição do Coité		12 a 13
Conceição do Jacuípe	07 a 17	06 a 18
Conde	05 a 17	05 a 18
Condeúba		29 a 31
Contendas do Sincorá		29 a 31
Coração de Maria	07 a 17	06 a 18
Cordeiros	28 a 29	28 a 31
Coribe	28 a 32	28 a 32
Coronel João Sá	11 a 15	11 a 15
Correntina	28 a 04	28 a 04
Cotegipe	28 a 32	28 a 32 + 01 a 02
Cravolândia	07 a 17	05 a 18
Crisópolis	07 a 08 + 11 a 15	06 a 17
Cristópolis	29 a 31	28 a 32
Cruz das Almas	06 a 17	05 a 18
Dário Meira	07 a 15	05 a 16
Dias d'Ávila	06 a 17	05 a 18
Dom Macedo Costa	05 a 17	05 a 18
Elísio Medrado	06 a 17	05 a 18
Encruzilhada		28 a 31
Entre Rios	06 a 17	05 a 18
Esplanada	05 a 17	05 a 18
Euclides da Cunha		13 a 14
Eunápolis	28 a 30 + 04 a 16	28 a 17
Fátima	12 a 14	12 a 15
Feira da Mata	29 a 32	28 a 33
Feira de Santana	08 a 17	08 a 18
Firmino Alves	12 a 13	07 a 15
Floresta Azul	07 a 14	07 a 16
Formosa do Rio Preto	28 a 01	28 a 03
Gandu	36 a 18	35 a 18
Gongogi	07 a 16	05 a 17
Governador Mangabeira	06 a 17	06 a 18
Guajeru		29 a 30
Guanambi	28 a 29	28 a 31
Guaratinga	28 a 31 + 01 a 16	28 a 17
Heliópolis	12 a 14	12 a 14
Ibicaraí	07 a 16	04 a 17
Ibicuí	07 a 15	05 a 16
Ibirapitanga	04 a 17	36 a 18
Ibirapuã	28 a 29	28 a 32 + 15 a 16
Ibirataia	05 a 17	05 a 18
Ichu	12 a 15	11 a 16
Igaporã		29 a 31
Igrapiúna	01 a 17	35 a 18
Iguaí	07 a 15	05 a 16
Ilhéus	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Inhambupe	08 a 17	08 a 18
Ipecaetá	09 a 15	09 a 17
Ipiaú	03 a 17	03 a 17
Ipirá		11 a 13
Irajuba		12 a 13
Irará	08 a 17	08 a 18
Itabela	28 a 31 + 01 a 17	28 a 18
Itabuna	05 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itacaré	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itagi	07 a 15	06 a 16
Itagibá	07 a 16	05 a 17
Itagimirim	28 a 29 + 06 a 16	28 a 29 + 36 a 17
Itaju do Colônia		07 a 14
Itajuípe	07 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Itamaraju	28 a 31 + 04 a 17	28 a 32 + 01 a 18
Itamari	05 a 17	01 a 18
Itambé		28 a 31 + 11 a 14
Itanagra	06 a 17	06 a 18
Itanhém	28 a 31 + 06 a 09	28 a 32 + 03 a 16
Itaparica	06 a 17	06 a 18
Itapé	03 a 16	28 a 29 + 01 a 17
Itapebi	06 a 16	28 a 18
Itapetinga		11 a 14
Itapicuru	12 a 14	12 a 15
Itapitanga	07 a 16	05 a 17
Itaquara	07 a 16	05 a 18
Itarantim	11 a 14	28 a 32 + 07 a 16
Itatim	10 a 14	10 a 15
Itiruçu		13 a 14
Itororó		07 a 14
Ituaçu		30 a 31
Ituberá	01 a 17	35 a 18
Iuiú	29 a 31	29 a 32
Jaborandi	28 a 03	28 a 04
Jaguaquara	07 a 16	05 a 18
Jaguaripe	02 a 17	01 a 18
Jandaíra	05 a 17	05 a 18
Jequié		11 a 15
Jiquiriçá	01 a 17	01 a 18
Jitaúna	07 a 16	05 a 17
Jucuruçu	28 a 31 + 06 a 16	28 a 32 + 01 a 17
Jussari	06 a 16	28 a 29 + 03 a 17
Laje	01 a 17	01 a 18
Lajedão	28 a 31	28 a 32
Lamarão	11 a 16	11 a 17
Lauro de Freitas	06 a 17	05 a 18
Luís Eduardo Magalhães	28 a 03	28 a 05
Macarani		28 a 31
Macaúbas		30 a 31
Madre de Deus	06 a 17	05 a 18
Maetinga		29 a 31
Maiquinique	28 a 29	28 a 31 + 11 a 12
Malhada	29 a 31	29 a 32
Malhada de Pedras		29 a 30
Manoel Vitorino		28 a 29
Mansidão	29 a 32	29 a 03
Maragogipe	05 a 17	05 a 18
Maraú	03 a 17	35 a 18
Mascote	03 a 17	28 a 32 + 02 a 18
Mata de São João	06 a 17	05 a 18
Matina		29 a 31
Medeiros Neto	28 a 31	28 a 32 + 05 a 16
Milagres	10 a 15	09 a 17
Mirante		28 a 29
Morpará		30 a 31
Mucugê		28 a 29
Mucuri	28 a 31	28 a 32
Muniz Ferreira	05 a 17	03 a 18
Muquém de São Francisco		31 a 32
Muritiba	06 a 17	06 a 18
Mutuípe	35 a 18	35 a 18
Nazaré	05 a 17	05 a 18
Nilo Peçanha	01 a 17	35 a 18
Nova Canaã		07 a 15
Nova Ibiá	05 a 17	01 a 18
Nova Soure	12 a 16	10 a 16
Nova Viçosa	28 a 29 + 14 a 15	28 a 31 + 07 a 16
Novo Triunfo	11 a 15	11 a 16
Olindina	12 a 15	10 a 16
Ouriçangas	08 a 17	08 a 18
Palmas de Monte Alto	28 a 31	28 a 32
Paripiranga	11 a 16	11 a 18
Pau Brasil	05 a 16	28 a 30 + 03 a 18
Pedrão	08 a 17	06 a 18
Pedro Alexandre	12 a 13	12 a 14
Piraí do Norte	01 a 17	35 a 18
Piripá	28 a 29	28 a 31
Planalto	08 a 15	28 a 32 + 05 a 15
Poções	08 a 09 + 12 a 14	06 a 15
Pojuca	06 a 17	06 a 18
Porto Seguro	28 a 31 + 01 a 17	28 a 18
Potiraguá	06 a 16	28 a 31 + 03 a 18
Prado	28 a 29 + 4 a 17	28 a 31 + 03 a 18
Presidente Jânio Quadros		29 a 31
Presidente Tancredo Neves	01 a 17	35 a 18
Quijingue		13 a 14
Rafael Jambeiro		11 a 13
Riachão das Neves	28 a 01	28 a 02
Riachão do Jacuípe	12 a 14	12 a 14
Riacho de Santana		29 a 32
Ribeira do Amparo	13 a 14	13 a 14
Ribeira do Pombal	12 a 14	13 a 15
Ribeirão do Largo		28 a 31
Rio Real	06 a 16	05 a 18
Salinas da Margarida	06 a 17	05 a 18
Salvador	05 a 17	05 a 18
Santa Bárbara	10 a 16	11 a 17
Santa Cruz Cabrália	28 a 29 + 04 a 16	28 a 32 + 36 a 17
Santa Cruz da Vitória	12 a 14	07 a 15
Santa Luzia	03 a 17	28 a 30 + 02 a 18
Santa Maria da Vitória	29 a 32	28 a 33
Santa Rita de Cássia	29 a 33 + 01 a 02	28 a 03
Santa Teresinha	09 a 15	09 a 17
Santana	29 a 31	29 a 31
Santanópolis	10 a 16	10 a 18
Santo Amaro	06 a 17	05 a 18
Santo Antônio de Jesus	05 a 17	03 a 18
Santo Estêvão	08 a 16	08 a 18
São Desidério	28 a 04	28 a 05
São Felipe	05 a 17	05 a 18
São Félix	06 a 17	05 a 18
São Félix do Coribe	28 a 31	28 a 32
São Francisco do Conde	06 a 17	05 a 18
São Gonçalo dos Campos	08 a 17	06 a 18
São José da Vitória	01 a 16	28 a 31 + 01 a 17
São Miguel das Matas	03 a 17	01 a 18
São Sebastião do Passé	06 a 17	06 a 18
Sapeaçu	06 a 17	05 a 18
Sátiro Dias	11 a 15	10 a 16
Saubara	06 a 17	05 a 18
Sebastião Laranjeiras	28 a 31	28 a 32
Senhor do Bonfim		12 a 14
Serra do Ramalho	29 a 31	29 a 32
Serra Dourada		28 a 31
Serra Preta	11 a 15	11 a 16
Serrinha	12 a 15	11 a 16
Simões Filho	06 a 17	05 a 18
Sítio do Quinto	11 a 14	12 a 15
Tabocas do Brejo Velho	28 a 31	28 a 32
Tanhaçu		28 a 29
Tanquinho	11 a 16	11 a 17
Taperoá	01 a 17	35 a 18
Teixeira de Freitas	28 a 29 + 06 a 16	28 a 32 + 04 a 17
Teodoro Sampaio	07 a 17	06 a 18
Teofilândia	13 a 14	12 a 14
Teolândia	01 a 17	35 a 18
Terra Nova	07 a 17	06 a 18
Tremedal	28 a 29	28 a 31
Tucano	13 a 14	12 a 14
Ubaíra	05 a 17	01 a 18
Ubaitaba	04 a 17	01 a 18
Ubatã	05 a 17	01 a 18
Una	04 a 16	28 a 30 + 01 a 18
Urandi		29 a 30
Uruçuca	04 a 17	28 a 29 + 01 a 18
Valença	01 a 17	01 a 18
Varzedo	05 a 17	03 a 18
Vera Cruz	06 a 17	03 a 18
Vereda	28 a 31 + 05 a 16	28 a 32 + 01 a 18
Vitória da Conquista		28 a 31
Wanderley	29 a 31	29 a 32
Wenceslau Guimarães	05 a 17	36 a 18

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 804, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.001616/2011-75, de 13 de junho de 2011, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Elster Medição de Energia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 05.120.418/0001-56, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Contador de Eletricidade Bifásico Digital.

Modelos: A1053 - CONTADOR DE ELETRICIDADE BIFáSICO DIGITAL; A1054 CONTADOR DE ELETRICIDADE BIFáSICO DIGITAL; A1055 - CONTADOR DE ELETRICIDADE BIFáSICO DIGITAL.

Produto 2: Contador de Eletricidade Trifásico Digital.

Modelos: A1053 - CONTADOR DE ELETRICIDADE TRIFáSICO DIGITAL; A1054 - CONTADOR DE ELETRICIDADE TRIFáSICO DIGITAL; A1055 - CONTADOR DE ELETRICIDADE TRIFáSICO DIGITAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 92, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Complementa calendário para contratação das Praças dos Esportes e da Cultura - PECs, a serem apoiadas com recursos de financiamento da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, no uso das suas atribuições prevista inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e considerando a necessidade de complementar as informações apresentadas pela Portaria nº 86, de 16 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Complementar, na forma do Anexo I desta Portaria, o item 4 do Manual de Instruções para Contratação e Execução, denominado Cronograma, da Portaria nº 49, de 18 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

ANEXO I

4. Cronograma

4.1. As próximas etapas da Praça dos Esportes e da Cultura serão regidas pelo seguinte cronograma:

Descrição Etapa	Prazo
Disponibilização no sítio http://www.pracasdopac.gov.br do projeto de referência e do manual	19/05/2011
Preenchimento no sítio http://www.pracasdopac.gov.br do Plano de Gestão das Praças dos Esportes e da Cultura	Até 15/07/2011
Apresentação, pelos proponentes, dos projetos de engenharia adaptados às condições do terreno e às especificidades locais e demais documentações técnicas, jurídicas e institucionais à CAIXA	Até 14/10/2011
Análise dos processos e notificação aos municípios acerca de pendências (para Proponentes que utilizam Projeto de Referência).	Até 28/10/2011
Em caso de apresentação de nova proposta arquitetônica ou não cumprimento das especificações contidas no Manual, com envio do projeto para aprovação pelo MinC	Até 18/11/2011
Solução de pendências constatadas (para Proponentes que utilizam Projeto de Referência)	Até 30/11/2011
Análise dos processos e notificação aos municípios acerca de pendências (para Proponentes que utilizam Projeto Próprio)	Até 02/12/2011
Solução de pendências constatadas (para Proponentes que utilizam Projeto Próprio)	Até 12/12/2011
Contratação da operação	Até 16/12/2011
Início da obra com recurso do repasse	Até 180 dias após a contratação

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 227, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria Nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei Nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto Nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei Nº . 8.685/93.

09-0019 - Sobre a Neblina

Processo: 01580.002202/2009-11

Proponente: Franco Produções, Filmes, Eventos e Promoções Ltda.-ME

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 39.183.983/0001-84

Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.100.000,50

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei Nº . 8.685/93: de R$ 1.045.000,47 para 795.000,47

Banco: 001- agência: 2865-7 conta corrente: 24.228-4

Prazo de captação: até 31/12/2012.

Art. 2º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "Apolo - Reis da Malandragem" para "Vai Que Dá Certo".

09-0045 - Vai Que Dá Certo

Processo: 01580.006088/2009-07

Proponente: Fraiha Produções de Eventos e Editora Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 00.538.914/0001-00

Art. 3º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "A Quente!" para "Disparos".

09-0048 - Disparos

Processo: 01580.006375/2009-17

Proponente: Diversid'Arte Produções Artísticas Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 06.263.322/0001-00

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 251, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto Nº 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, em conformidade com a Portaria Nº 108 de 03 de junho de 2011, publicada no DOU de 07 de junho de 2011, que regulamentou o Edital Prêmio de Arte Contemporânea 2011 - Galeria Nordeste Artes Visuais Recife, resolve:

Tornar público o resultado final da seleção dos projetos apresentados no âmbito do Edital acima referido, conforme relação seguinte:

Territórios

Thiago Martins de Melo - São Luis/MA;

This_Placements

Cesar Augusto Meneghetti - São Paulo/SP.

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 252, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto Nº 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, em conformidade com a Portaria Nº 106 de 03 de junho de 2011, publicada no DOU de 07 de junho de 2011, que regulamentou o Edital Prêmio de Arte Contemporânea 2011 - Galerias Funarte de Artes Visuais São Paulo, resolve:

Tornar público o resultado final da seleção dos projetos apresentados no âmbito do Edital acima referido, conforme relação seguinte:

A(e)rea Paulista

Carla Dias Caffé Alves - São Paulo/SP;

Pintura por Desconstrução

Vera Lúcia Brandão Martins Pereira - São Paulo/SP;

5 X 4 X 3 X

Lea Van Steen Silveira Mello - São Paulo/SP;

Carla Chaim, Julia Kater, Marcia de Moraes: Um de Três

Marcia Martins Rodrigues de Moraes - São Paulo/SP;

Corpos Informáticos

Maria Beatriz de Medeiros - Brasília/DF;

Escultura do Inconsciente

Tatewaki Nio - São Paulo/SP

ANTONIO GRASSI

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 119, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto Nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória Nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 0978 - Aconteceu Comigo
Paulo Stein
CNPJ/CPF: 586.976.409-20
Processo: 01400.002043/20-11
RS - Parobé
Valor do Apoio R$: 116.707,50
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Produção de um média metragem de 30 minutos, sobre Pedro Laerte, um menino morador de um pequeno município do interior do Rio Grande do Sul.

11 4845 - Festival Internacional - Cinema e Transcendência
BARU MUSICAL
CNPJ/CPF: 09.639.031/0001-61
Processo: 01400.020466/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 133.640,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Realização do festival, com exibição de filmes durante 5 dias na cidade de Pirenópolis/GO, de 20 a 24/06/2012.

11 8237 - 1º Festival de Cinema de Santa Cruz do Sul
MUK PRODUÇÕES S/S LTDA. ME
CNPJ/CPF: 13.353.285/0001-96
Processo: 01400.028029/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 274.000,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Realização do festival com oficina de cinema para 60 jovens, debates, mostras regional, universitária, itinerante, competitiva e seção matinê, de 23 a 29/04/2012.

ANEXO II

11 3034 - Experiências Transmídia - Games, narrativas eletrônicas, arte e reflexão
Associação Cultural Estudos Contemporâneos - ACEC
CNPJ/CPF: 30.119.036/0001-50
Processo: 01400.007923/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 222.600,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Produzir conhecimento e divulgar o caráter cultural, artístico e expressivo dos jogos e narrativas digitais, seu crescente vínculo com as demais áreas do design, da literatura, do HQ e das artes visuais.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 592, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 4965 - RENT - OS BOHEMIOS
IRC PRODUCOES E EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA
CNPJ/CPF: 12.475.149/0001-06
Processo: 01400.020619/20-11
RJ - Teresópolis
Valor do Apoio R$: 3.459.650,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Tradução, Montagem e Execução no Brasil do Musical "RENT - OS BOHEMIOS", com temporada prevista para Rio de Janeiro e São Paulo, 3 meses de apresentação em cada estado. O espetáculo retrata a vida de um grupo de amigos, jovens artistas e músicos com dificuldades financeiras, em uma envolvente história sobre relacionamentos humanos, conflitos, paixões, amor e união.
11 7505 - HUMANOS, ANJOS E LUNÁTICOS... AUTO DE NATAL
NETT - Núcleo Experimental Teatro de Tábuas
CNPJ/CPF: 03.377.377/0001-52
Processo: 01400.027157/20-11
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 1.311.510,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto visa a criação e circulação do espetáculo cênico HUMANOS, ANJOS E LUNÁTICOS... AUTO DE NATAL por diferentes cidades de todo território nacional. Embasado em pesquisa de mais de 04 anos do grupo Teatro de Tábuas [Fobias e Loucuras Contemporâneas], o espetáculo utiliza as linguagens da música, circo, dança e teatro, de forma virtuosa e imagética numa encenação em espaço aberto. O projeto percorrerá 25 cidades, num total de 25 apresentações gratuitas.
11 3811 - Grupo Matula Teatro: Circulação de espetáculos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil
Maria Alice Possani
CNPJ/CPF: 276.651.598-42
Processo: 01400.014504/20-11
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 310.790,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Grupo Matula Teatro completa 10 anos de trajetória com um repertório que reflete suas frentes de pesquisa artística: foco no trabalho do ator e diálogo com grupos e comunidades marginalizados. Este projeto reúne essas duas vertentes de trabalho em uma circulação de espetáculos, oficinas, performance demonstrativa e um Sarau Cultural, por cidades das Regiões Sudeste e Sul do Brasil, com um total de 24 apresentações de espetáculos e realização de 24 atividades extras.
11 7087 - Festival de Dança de Fortaleza - Espaço Rossana Pucci
ESPAÇO ROSSANA PUCCI ATIVIDADES INTEGRADAS S/S LTDA
CNPJ/CPF: 07.910.501/0001-54
Processo: 01400.026637/20-11
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 217.770,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A proposta trata da realização de um festival de dança no Centro de Convenções de Fortaleza, com apresentações de grupos e artistas convidados e de alunos da academia de dança Rossana Pucci.
11 4802 - as desgraças de uma criança
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400.020407/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 377.984,35
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montagem do texto original e sem cortes da comédia 'as desgraças de uma criança' escrita no Século XIX por Martins Pena escrito com uma trilha original que será executada ao vivo por 4 músicos.Serão realizados, antes da estréia e temporada, 08 Ensaios Gerais Públicos com entrada gratuita que serão apresentados em 08 espaços diferente.A temporada será de 02 meses a preços populares, totalizando 24 apresentações.Antes da estréia serão realizados 8 apresentações gratuitas (Ensaios Públicos).
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 6459 - Ceará Music Instrumental 2011
JDE - Edições, Gravações, Distribuição e Promoção Artística Ltda.
CNPJ/CPF: 04.146.707/0001-61
Processo: 01400.026045/20-11
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 772.190,20
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A proposta trata da realização da 2ª edição do evento Ceará Music Instrumental, um festival de música instrumental que reúne bandas internacionais e brasileiras, com duração de 02 dias do mês de novembro, na cidade de Fortaleza, no Mucuripe Clube.
11 5014 - Música e Cidadania â€' Grupos de Música de Câmara da Escola de Música de Jundiaí
Escola de Música de Jundiaí
CNPJ/CPF: 52.362.571/0001-70
Processo: 01400.020681/20-11
SP - Jundiaí
Valor do Apoio R$: 137.830,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Música e Cidadania é um programa que visa dar suporte a formações musicais de jovens instrumentistas ao mesmo tempo em que leva música a escolas e entidades de apoio à criança e ao adolescente, sensibilizando esses jovens para o universo musical. O projeto oferece aulas de instrumento, aulas de teoria e percepção musical, aulas de prática de conjunto, workshops de instrumentos, oficinas de sensibilização musical e apresentações musicais durante todo o ano.
11 4995 - I Festival de Música Antiga
Azul Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 05.466.510/0001-72
Processo: 01400.020662/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 138.370,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de concertos voltados à música antiga, do medieval ao barroco, em instrumentos da época.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
11 7006 - Exposição - Educação & Cultura em poesias...
Carlos Alberto Fiore
CNPJ/CPF: 067.624.268-59
Processo: 01400.026559/20-11
SP - Limeira
Valor do Apoio R$: 29.590,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Projeto Exposição Educação & Cultura em poesia resulta o produto cultural "A arte da poesia varal cultural", despertando o conhecimento a arte de interpretar e construir poesia realizando seis exposições com proclamação de versos em arte cênica estimulando a escola a unidade com a arte, oportunizando a descoberta de talentos, com acesse gratuita, dirigida a um publico em geral, especialmente a estudantes do ensino publico em três cidades, Limeira SP, Santa Gertrudes SP, Cordeirópolis SP
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 7309 - MINAS, ALÉM DAS GERAIS
Marcelo Mario de Oliveira Design ME
CNPJ/CPF: 04.158.340/0001-04
Processo: 01400.026879/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 279.086,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Trata-se de uma publicação para retratar de maneira fidedigna o Estado de Minas Gerais, terra de uma rara diversidade cultural, habitado por moradores que se orgulham da sua história, tradição e cultura.
11 6131 - Prêmio Jabuti 2011
Câmara Brasileira do Livro
CNPJ/CPF: 60.792.942/0001-81
Processo: 01400.025669/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 566.010,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto visa a realização do Prêmio Jabuti, organizado pela Câmara Brasileira do Livro há 53 anos, o mais tradicional e prestigiado prêmio literário brasileiro, que gratificará os grandes responsáveis pelo desenvolvimento e crescimento da prática literária no Brasil. Editoras dos mais diversos segmentos e escritores independentes de todo o Brasil inscrevem suas obras em busca da tão cobiçada estatueta e do reconhecimento que ela proporciona.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 5021 - Iluminação
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400.020699/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 259.245,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Pesquisa, montagem de espetáculo e realização de temporada, utilizando a luz como base temática e estética. Partindo de discussões e improvisações, criaremos cenas numa abordagem ampla da simbologia da luz. Simultaneamente, pesquisaremos formas de interagir com a iluminação em cena. Afinando o material levantado, faremos o espetáculo teatral ILUMINAÇÃO (nome provisório) e uma temporada. Realizaremos também uma oficina sobre iluminação cênica e o processo de criação utilizado no espetáculo.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 6118 - CASA DE AREIA
Aldneia Viana de Araujo
CNPJ/CPF: 930.307.627-34
Processo: 01400.025645/20-11
ES - Vila Velha
Valor do Apoio R$: 394.167,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Casa de Areia contempla a gravação de um CD, a gravação de um DVD e show de lançamento nas cidades de São Paulo, Brasília, Curitiba, Maceió, Rio de Janeiro, Vitória e Belo Horizonte com a cantora capixaba Ava Araujo.
11 5236 - ARTIGO DE LUXO – UM TRIBUTO ÀS DIVAS DA MÚSICA
Aldneia Viana de Araujo
CNPJ/CPF: 930.307.627-34
Processo: 01400.020978/20-11
ES - Vila Velha
Valor do Apoio R$: 226.309,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar 04 shows nas cidades de Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte entre outubro de 2011 e março de 2012 com o intuito de homenagear cantoras fabulosas na interpretação de Ava Araújo. As apresentações realizadas serão um passeio por repertório clássico de divas musicais dos anos quarenta até os dias de hoje e que eternizaram canções que estão na memória popular. As homenageadas são Nara Leão, Maysa, Elizeth Cardoso, Leny Andrade, Elis Regina, Sarah Vaughan e Ella Fiztgerald.
11 4926 - Sarau do Marcelo Mira
Carolina Villalobos dos Santos Coelho
CNPJ/CPF: 023.969.951-38
Processo: 01400.020579/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 131.300,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de 04 eventos em Brasília, com a música como o fio condutor, convidando artistas de diversas áreas para mostrarem seus trabalhos
11 5023 - Gravação de CD/DVD da dupla João Marcos & Matheus
JMMC - PRODUCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 12.890.677/0001-21
Processo: 01400.020701/20-11
SP - Ribeirão Preto
Valor do Apoio R$: 1.155.510,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Gravação de um álbum com 14 músicas e produção de um dvd. Tiragem de 2.000 cd e 2.000 dvd. Realização de 24 shows de divulgação.
11 6443 - Soy Loco por ti America - turnê internacional
Tema Eventos Culturais S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 97.453.393/0001-20
Processo: 01400.026028/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.687.800,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é realizar um festival internacional com 4 diferentes shows que promovam encontros entre artistas nacionais e da América do Sul. O festival acontecerá de quinta a domingo e circulará por 5 paises: Argentina (Buenos Aires), Chile (Santiago), Colômbia (Bogotá), Uruguai (Montevidéu) e Peru (Lima), totalizando 20 apresentações. Paulinho Moska participa como apresentador, diretor musical e curador. Este mesmo projeto será realizado nos CCBBs de SP e BSB.
11 4775 - âà,¬Å"Casuarina: 10 anos de Lapaâà,¬
MKT Mury Promoções e Eventos ltda
CNPJ/CPF: 10.822.596/0001-69
Processo: 01400.020371/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 782.760,00
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Será realizada 01 uma apresentação musical do grupo Casuarina com palco montado na praça dos Arcos da Lapa, Rio de Janeiro. Este evento terá acesso gratuito do público e irá comemorar o aniversário de 10 anos de carreira do Casuarina, além de uma homenagem simbólica de dez anos de revitalização e ressurgimento do bairro da Lapa na vida cultural da cidade do Rio de Janeiro. Este evento será a base de gravação do DVD "Casuarina: 10 anos de Lapa", que é o produto principal resultado deste projeto.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
11 7082 - OlHAR CIRCULAR: UMA VISÃO SOBRE A CIDADE
Valéria de Freitas Marques Evangelista
CNPJ/CPF: 076.449.998-09
Processo: 01400.026632/20-11
MG - Poços de Caldas
Valor do Apoio R$: 328.355,30
Prazo de Captação: 17/10/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
"Olhar Circular: a visão sobre a cidade" é um projeto de inserção cultural através da fotografia, com uma concepção artística, que propõe ampliar o olhar dos participantes sobre a sua comunidade através de oficinas de fotografia digital, foto cultural e fotojornalismo. Será realizado em cinco municípios brasileiros, sendo, quatro no Estado de São Paulo, Rio Claro, Caconde, Sorocaba e São José do Rio Preto, e um em Minas Gerais, cidade de origem do projeto, em Poços de Caldas/MG.

PORTARIA Nº 593, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 8997 - Um Violinista no Telhado - Montagem e temporada Rio de Janeiro
Conteúdo Participações e Serviços Teatrais Ltda.
CNPJ/CPF: 05.945.247/0001-02
SP - São Paulo
Período de captação: 01/10/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 2040 - Uma noite italiana
Arte e Shows Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.010.586/0001-87
RS - Nova Prata
Período de captação: 01/10/2011 a 31/10/2011
10 7363 - MUSICA POPULAR INSTRUMENTAL
Luis Carlos de Araujo
CNPJ/CPF: 026.167.528-16
SP - Guaratinguetá
Período de captação: 31/07/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
08 5814 - Reflexões Sobre Leitura e Biblioteca Pública: O Ano da França no Brasil
Associação de Amigos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa - SABE
CNPJ/CPF: 00.896.229/0001-56
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 6554 - Turnê Nacional Tempo Plástico
Eduardo Gonçalves Drummond
CNPJ/CPF: 065.480.236-09
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
10 1413 - XV FESTIVAL DE MÚSICA E ECOLOGIA DA ILHA GRANDE
FUNDACAO CULTURAL DO MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS
CNPJ/CPF: 09.302.584/0001-24
RJ - Angra dos Reis
Período de captação: 01/08/2011 a 31/12/2011
10 7482 - Encontro de Mulher dá Samba
Associação Viva Brasil
CNPJ/CPF: 04.461.155/0001-86
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/11/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 594, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Aprovar a alteração do nome dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 10 5128 - "Festival de Dança COMPANHIA DE DANÇA LIA ARY - 2010", publicado na portaria n. 0641/10 de 25/11/2010, publicada no D.O.U. em 26/11/2010, para "Festival de Dança COMPANHIA DE DANÇA LIA ARY - 2011".

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.105/MD, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e no Decreto nº 5.385, de 4 de março de 2005, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério da Defesa, o Comitê Gestor de Parceria Público-Privada (CGP-MD) para a implementação dos termos do Acordo de Cooperação de 22 de dezembro de 2010, firmado entre os Ministérios da Defesa e do Planejamento, Orçamento e Gestão para o desenvolvimento de projetos de parcerias público-privadas.

Art. 2º O Comitê Gestor será composto por representantes, titulares e suplentes, indicados pelos seguintes órgãos:

I - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

II - Secretaria de Coordenação e Organização Institucional;

III - Secretaria de Produtos de Defesa e

IV - Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Parágrafo único. A indicação de que trata o caput deste artigo deverá ser feita, no prazo de 10 dias, diretamente à Secretaria de Produtos de Defesa, que exercerá a coordenação do CGP-MD, observados os seguintes critérios:

I - o representante titular da Secretaria de Produtos de Defesa, que atuará na coordenação do Comitê Gestor, deverá ser ocupante de cargo de Direção e Assessoramento Superiores nível DAS 5 ou de cargo militar equivalente, no posto de Oficial-General.

II - os demais representantes, titulares e suplentes, deverão ser ocupantes de cargo de Direção e Assessoramento Superiores nível DAS 4 ou de cargo militar equivalente, no posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra/Coronel.

Art. 3º Compete à Coordenação do CGP-MD convocar e presidir as reuniões.

Art. 4º O CGP-MD poderá solicitar assessoria técnica de especialistas, órgãos ou entidades.

Art. 5º A participação no CGP-MD não ensejará qualquer remuneração para os seus integrantes e os trabalhos nele desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público.

Art. 6º O Comitê Gestor deverá estabelecer metodologia de trabalho, de forma a que as propostas sejam apresentadas à deliberação do Ministro de Estado da Defesa em observância aos seguintes requisitos:

I - compatibilização com as orientações e políticas governamentais e com a Estratégia Nacional de Defesa (END), normas e diretrizes complementares para sua execução e

II - consolidação de propostas que contemplem projetos de interesse comum.

Art. 7º À Secretaria de Produtos de Defesa caberá, ainda, o acompanhamento da execução do Acordo de Cooperação de que trata o art. 1º desta Portaria, sem prejuízo da efetiva participação e do desenvolvimento de projetos por parte dos Comandos das Forças Singulares.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO AMORIM

COMANDO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PORTARIA Nº 136/EMA, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB/2004, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 3º da Portaria nº 115, de 23 de agosto de 2011, do EMA, conforme a seguir:

Onde se lê:

Art. 3ºA autorização a que se refere esta Portaria terá validade para o período de 29 de setembro a 1º de outubro de 2011.

Leia-se:

Art. 3ºA autorização a que se refere esta Portaria terá validade para o período de 28 de outubro a 3 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial da União.

Almirante-de-Esquadra LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA

Ministério da Educação

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA FINANCEIRA

PORTARIA Nº 16, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria FNDE n° 255/2011, publicada no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art.55, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1°. Promover, na forma do anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação da Unidade Orçamentária 26298-FNDE, constante da Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual de 2011, tendo em vista a necessidade de adequação da programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme justificativa constante no Processo nº 23034.035407/2011-27.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CORRÊA NETO

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO — R$

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
ACRÉSCIMO									
12.367	1374.0511	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial							
	1374.0511.0264	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial - Bertioga - SP	F	3	2	50	0	100	100.000
REDUÇÃO									
12.367	1374.0511	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial							
	1374.0511.0264	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial - Bertioga - SP	F	3	2	99	0	100	100.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.132, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.033518/2011-43 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA, instituído pelo Edital nº 115/DDPP/2011, de 22 de setembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 184, Seção 3, de 23/09/2011.

Campo de Conhecimento: Língua Estrangeira - Inglês.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Adriane Marie Salm Coelho	9,7

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Exclui sujeito passivo do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SANTO ÂNGELO/RS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 7º, inciso I, da Portaria Conjunta PGFN-SRF nº 1, de 25/06/203, no art. 9º, inciso II, da Portaria Conjunta PGFN-SRF nº 3, de 25/08/2004, com a atual redação que lhe foi dada pela Portaria Conjunta PGFN-SRF nº 4, de 20/09/2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684/2003, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica relacionada no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis meses alternados em que o sujeito passivo não efetuou recolhimento das parcelas do PAES.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-Seccional da Fazenda Nacional em Santo Ângelo/RS.

Parágrafo único. O recurso administrativo deverá ser protocolado na sede da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Santo Ângelo, localizada na Rua Florêncio de Abreu, 1660, sala 105, centro.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES tornar-se-á definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação da pessoa jurídica excluída do Parcelamento Especial (PAES). Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento.

NOME	CNPJ/CPF	PROCESSO ADMINISTRATIVO
COMÉRCIO DE SEMENTES PRODUTIVA LTDA.	92.962.109/0001-28	14984.001346/2011-74

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/PMPF Nº 19, de 6 de outubro de 2011, publicado no DOU de 7 de outubro de 2011, Seção 1, página 33 :
onde se lê:
"...

PREÇO MÉDIO PONDERADO A CONSUMIDOR FINAL								
UF	GASOLINA C	DIESEL	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)
RR	2,7100	2,3400	2,9761	-	2,4800	-	-	2,0315

...",
leia-se:
"...

PREÇO MÉDIO PONDERADO A CONSUMIDOR FINAL								
UF	GASOLINA C	DIESEL	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)
*RR	2,7100	2,3400	3,1800	5,4500	2,6460	-	-	-

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.199, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre procedimentos fiscais dispensados aos consórcios constituídos nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do art. 1º da Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 177, nos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e no art. 1º da Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º O consórcio constituído nos termos do disposto nos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as pessoas jurídicas consorciadas deverão, para efeitos dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observar o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 2º As empresas integrantes de consórcio constituído nos termos dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 1976, respondem pelos tributos devidos, em relação às operações praticadas pelo consórcio, na proporção de sua participação no empreendimento, observado o disposto nos §§ 1º e 2º.

§ 1º O consórcio que realizar a contratação, em nome próprio, de pessoas jurídicas ou físicas, com ou sem vínculo empregatício, poderá efetuar a retenção de tributos e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias, ficando as empresas consorciadas solidariamente responsáveis.

§ 2º Se a retenção de tributos ou o cumprimento das obrigações acessórias relativos ao consórcio forem realizados por sua empresa líder, aplica-se, também, a solidariedade de que trata o § 1º.

Art. 3º Para efeito do disposto no caput do art. 2º, cada pessoa jurídica participante do consórcio deverá apropriar suas receitas, custos e despesas incorridos, proporcionalmente à sua participação no empreendimento, conforme documento arquivado no órgão de registro, observado o regime tributário a que estão sujeitas as pessoas jurídicas consorciadas.

§ 1º O disposto no caput aplica-se para efeito da determinação do lucro real, presumido ou arbitrado, da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como para apurar a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) como também para apurar os créditos das pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa dessas contribuições.

§ 2º A empresa líder do consórcio deverá manter registro contábil das operações do consórcio por meio de escrituração segregada na sua contabilidade, em contas ou subcontas distintas, ou mediante a escrituração de livros contábeis próprios, devidamente registrados para este fim.

§ 3º Na ausência de empresa líder, ou se não houver disposições legais exigindo a indicação de uma líder, deverá ser eleita uma das consorciadas para os fins previstos no § 2º.

§ 4º Os registros contábeis das operações no consórcio, efetuados pela empresa líder ou pela consorciada eleita para este fim, deverão corresponder ao somatório dos valores das receitas, custos e despesas das pessoas jurídicas consorciadas, podendo tais valores serem individualizados proporcionalmente à participação de cada consorciada no empreendimento.

§ 5º Sem prejuízo do disposto nos §§ 2º a 4º, cada pessoa jurídica consorciada deverá efetuar a escrituração segregada das operações relativas à sua participação no consórcio em seus próprios livros contábeis, fiscais e auxiliares.

§ 6º Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal utilizados para registro das operações do consórcio e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados pela empresa líder ou pela consorciada eleita de que trata o § 3º, e pelas empresas consorciadas até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes de tais operações.

Art. 4º O faturamento correspondente às operações do consórcio será efetuado pelas pessoas jurídicas consorciadas, mediante a emissão de Nota Fiscal ou de Fatura próprias, proporcionalmente à participação de cada uma no empreendimento.

§ 1º Na hipótese de uma ou mais das consorciadas executar partes distintas do objeto do contrato de consórcio, bem como realizar faturamento direto e isoladamente para a contratante, a consorciada remeterá à empresa líder ou à consorciada eleita de que trata o § 3º do art. 3º, mensalmente, cópia dos documentos comprobatórios de suas receitas, custos e despesas incorridos, para os fins previstos nos §§ 2º a 4º do art. 3º.

§ 2º Nas hipóteses autorizadas pela legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a Nota Fiscal ou a Fatura de que trata o caput poderá ser emitida pelo consórcio no valor total.

§ 3º Na hipótese do § 2º, o consórcio remeterá cópia da Nota Fiscal ou da Fatura à empresa líder ou à consorciada eleita de que trata o § 3º do art. 3º, às pessoas jurídicas consorciadas, indicando na mesma a parcela de receitas correspondente a cada uma para efeito de operacionalização do disposto nos §§ 2º e 3º, e no caput do art. 3º.

§ 4º No histórico dos documentos de que trata este artigo deverá ser incluída informação esclarecendo tratar-se de operações vinculadas ao consórcio.

Art. 5º A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins relativas às operações correspondentes às atividades dos consórcios serão apuradas pelas pessoas jurídicas consorciadas proporcionalmente à participação de cada uma no empreendimento, observada a legislação específica.

Parágrafo único. Os créditos referentes à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins não cumulativas, relativos aos custos, despesas e encargos vinculados às receitas das operações do consórcio, serão computados nas pessoas jurídicas consorciadas, proporcionalmente à participação de cada uma no empreendimento, observada a legislação específica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 6º Nos pagamentos decorrentes das operações do consórcio sujeitos à retenção na fonte dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil na forma da legislação em vigor, a retenção, o recolhimento e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias, devem ser efetuados em nome de cada pessoa jurídica consorciada, proporcionalmente à sua participação no empreendimento.

§ 1º Na hipótese de o consórcio realizar a contratação, em nome próprio, de pessoas jurídicas ou físicas, com ou sem vínculo empregatício, a responsabilidade pela retenção dos tributos correspondentes e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias, caberá:

I - às consorciadas, mediante a utilização do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) próprio de cada pessoa jurídica, se o consórcio apenas efetuar as contratações, ficando a responsabilidade pelos pagamentos à conta das consorciadas beneficiárias das contratações; ou

II - ao consórcio, mediante a utilização do CNPJ próprio do consórcio, se este também efetuar os pagamentos relativos às contratações.

§ 2º Na hipótese do § 2º do art. 2º, se a empresa líder assumir, no contrato de que trata o art. 279 da Lei nº 6.404, de 1976, a responsabilidade pela contratação e pagamento, em nome do consórcio, de pessoas jurídicas ou físicas, com ou sem vínculo empregatício, a retenção de tributos e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias deverão ser efetuados pela empresa líder, mediante seu CNPJ próprio.

§ 3º No caso do § 2º, as obrigações acessórias relativas à retenção dos tributos deverão ser prestadas em conjunto com as obrigações acessórias da empresa líder.

§ 4º Nas situações previstas no inciso II do § 1º e no § 2º, aplicar-se-ão as normas de retenção a que está sujeita a empresa líder.

§ 5º As situações previstas nos incisos I e II do § 1º, não poderão ser aplicadas concomitantemente entre si, nem com a situação prevista no § 2º, devendo a opção escolhida prevalecer para todo o ano-calendário.

§ 6º A opção de que trata o § 5º será manifestada de forma irretratável mediante o primeiro recolhimento referente a tributos retidos realizado no ano-calendário.

§ 7º Na hipótese do § 1º do art. 4º, a responsabilidade pela retenção de tributos e o cumprimento das respectivas obrigações acessórias pela contratação e pagamento de pessoas jurídicas ou físicas, com ou sem vinculo empregatício, caberá à consorciada que executar a parte distinta do objeto do contrato de consórcio.

Art. 7º Nos recebimentos de receitas decorrentes do faturamento das operações do consórcio sujeitas à retenção do imposto sobre a renda, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na forma da legislação em vigor, a retenção deve ser efetuada em nome de cada pessoa jurídica consorciada, proporcionalmente à sua participação no empreendimento.

Parágrafo único. No caso de pagamentos efetuados a consórcios pelos órgãos e entidades de que trata o art. 1º da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, a retenção será efetuada observando-se o disposto no art. 16 daquela Instrução Normativa.

Art. 8º Se das operações do consórcio decorrer industrialização de produtos, os créditos referentes às aquisições de matérias-primas, de produtos intermediários e de material de embalagem e os débitos referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) serão computados e escriturados, por estabelecimento da pessoa jurídica consorciada, proporcionalmente à sua participação no empreendimento industrial, conforme documento arquivado no órgão de registro.

§ 1º Na hipótese do caput, o consórcio deverá figurar no documento fiscal de aquisição.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se inclusive no caso de as pessoas jurídicas operarem sob a forma de condomínio em um mesmo estabelecimento industrial.

Art. 9º Para efeito do disposto nesta Instrução Normativa, não será admitida a comunicação de créditos e débitos:

I - da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins entre pessoas jurídicas consorciadas; e

II - do IPI entre pessoas jurídicas consorciadas ou entre os estabelecimentos destas.

Art. 10. O disposto nesta Instrução Normativa se aplica às contribuições previdenciárias, às destinadas a outras entidades e fundos, bem como à multa por atraso no cumprimento das obrigações acessórias, observadas as regras específicas constantes da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos em relação ao art. 2º, aos §§ 1º a 6º do art. 6º e ao art. 10, a partir de 29 de outubro de 2010.

Art. 12. Ficam revogadas a Instrução Normativa RFB nº 834, de 26 de março de 2008, a Instrução Normativa RFB nº 917, de 9 de fevereiro de 2009, e a Instrução Normativa RFB nº 1.057, de 23 de julho de 2010.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.200, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.198, de 30 de setembro de 2010, que dispõe sobre procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto e seus derivados, nos casos em que especifica.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 581 e 595 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º Os arts. 6º, 7º e 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.198, de 30 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Poderá ser habilitada a adotar os procedimentos simplificados previstos nesta Instrução Normativa a empresa ou o consórcio de empresas:

I - detentor de contrato de concessão, de autorização, de cessão ou de regime de partilha para exercer, no País, a atividade de exploração de petróleo na jazida de onde será extraído o óleo bruto destinado à exportação;

II - autorizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a exercer a atividade de exportação de petróleo, nos termos da Portaria ANP nº 7, de 12 de janeiro de 1999; e

.....

§ 3º O inciso I não se aplica às operações com derivados." (NR)

"Art. 7º .....

.....

II - cópia, conforme o caso, dos seguintes documentos:

a) extrato dos contratos referidos no inciso I do art. 6º, publicado no Diário Oficial da União;

b) autorização da ANP referida no inciso II do art. 6º;

c) certidão específica de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas por lei a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa da União; d) certidão conjunta de débitos relativos aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União;

e) declaração do órgão competente da Marinha do Brasil; ou

f) declaração do Ibama ou do órgão estadual competente em matéria de meio ambiente;

....." (NR)

"Art. 10. .....

.....

§ 3º O navio de transporte internacional não poderá deixar os locais a que se refere o art. 2º antes da quantificação da carga a que se refere o art. 11, devendo o laudo referente à mensuração ser apresentado à fiscalização aduaneira no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

.....

§ 6º Até a data de 29 de fevereiro de 2012, o CNPJ informado no RE poderá ser o correspondente ao do estabelecimento exportador em terra referido no inciso I do § 1º do art. 9º." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep e PIS/Pasep - Importação

EMENTA ALÍQUOTA ZERO. RESTRIÇÃO DISPOSTA NO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 6.066, DE 21 DE MARÇO DE 2007. INAPLICABILIDADE APÓS A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 5.821, DE 29 DE JUNHO DE 2006.

A restrição disposta no artigo 2º do Decreto nº 6.066, de 21 de março de 2007, não se aplica ao Decreto nº 6.426, de 7 de abril de 2008, que em seu art. 4º expressamente revogou o Decreto nº 5.821, de 29 de junho de 2006.

DISPOSITIVOS LEGAIS: § 3º do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, § 11 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, Decreto nº 5.821, de 29 de junho de 2006, art. 2º do Decreto nº 6.066, de 21 de março de 2007, art. 1º e art. 4º do Decreto nº 6.426, de 7 de abril de 2008.

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins e Cofins - Importação

EMENTA: ALÍQUOTA ZERO. RESTRIÇÃO DISPOSTA NO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 6.066, DE 21 DE MARÇO DE 2007. INAPLICABILIDADE APÓS A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 5.821, DE 29 DE JUNHO DE 2006.

A restrição disposta no artigo 2º do Decreto nº 6.066, de 21 de março de 2007, não se aplica ao Decreto nº 6.426, de 7 de abril de 2008, que expressamente revogou o Decreto nº 5.821, de 29 de junho de 2006.

DISPOSITIVOS LEGAIS: § 3º do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, § 11 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, Decreto nº 5.821, de 29 de junho de 2006, art. 2º do Decreto nº 6.066, de 21 de março de 2007, art. 1º e art. 4º do Decreto nº 6.426, de 7 de abril de 2008.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 397, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CUIABÁ-MT, no uso das atribuições previstas no artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e Portaria DRF - Cuiabá n° 125/2009, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e o que consta do processo administrativo n° 14090.000178/2011-64, declara:

Art. 1°. Habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) a pessoa jurídica, ILHA COMPRIDA ENERGIA S/A, CNPJ: 08.936.794/0001-01, para utilização da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, materiais de construção e serviços, deste que incorporados, utilizados ou aplicados na obra de infra-estrutura relativa à reforços, melhorias e expansão de instalações de distribuição de energia elétricas, aprovada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia n° 457, de 26 de julho de 2011, conforme Anexo I(PCH Ilha Comprida, com 18.700KW), publicada no DOU, de 27 de julho de 2011, e destinadas ao seu ativo imobilizado.

Art. 2°. Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/PASEP e da COFINS , a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto n° 6.144/2007:

I - o número da portaria que aprovou o projeto: Portaria MME n° 457, de 26/07/2011, e;

II - o número do ato declaratório que concedeu a habilitação a empresa adquirente, e conforme o caso, a expressão;

a - "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 3° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007; ou

b - "Venda de serviços efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS", art. 4° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007.

Art. 3°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 4° deste Ato Declaratório.

Art. 4°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de dez dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 5°. A ausência da solicitação de que trata o art. 4° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.6°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RODOLFO COSTA MARQUES

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Declara excluído do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, instituído pela Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996, o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ - RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso III do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES (Lei 9.317/96), para o período compreendido entre 01/08/2005 a 30/06/2007, a empresa abaixo identificada, pela ocorrência da situação excludente conforme a seguir:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Razão Social:	PLANETA ÁGUA BAR E RESTAURANTE LTDA
CNPJ:	07.507.396/0001-07
Endereço:	Av. Lauro Monte, n.º 2001, Área de Lazer, Santo Antônio, Mossoró/RN - CEP 59.619-000
Descrição da situação excludente:	Empresa resultante de cisão ou qualquer forma de desmembramento
Período excluído:	01/08/2005 a 30/06/2007
Fundamentação legal:	Art. 9°, Inciso XVII, Art. 13, Inciso II, Alínea "a", Art. 14, Inciso I, Art. 15, Inciso II, da Lei n.º 9.317/96

Art. 2º - A exclusão do SIMPLES surtirá os efeitos previstos nos artigos 15, inciso II, da Lei 9.317/96 e suas alterações posteriores.

Art. 3º - Poderá o contribuinte dentro do prazo de trinta dias da ciência deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Decreto 70.235/72, relativamente ao procedimento acima, à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Recife/PE.

Art. 4º - Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES tornar-se-á definitiva.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Declara excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ - RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso III do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, a partir de 01/07/2007, a empresa abaixo identificada, pela ocorrência da situação excludente conforme a seguir:

Razão Social:	PLANETA ÁGUA BAR E RESTAURANTE LTDA
CNPJ:	07.507.396/0001-07
Endereço:	Av. Lauro Monte, n.º 2001, Área de Lazer, Santo Antônio, Mossoró/RN - CEP 59.619-000
Descrição da situação excludente:	Empresa resultante de cisão ou qualquer forma de desmembramento
Período excluído:	A partir de 01/07/2007
Fundamentação legal:	Art. 3°, §4º, Inciso IX, §6º, Art. 29, Incisos I e IX, da Lei Complementar 123/06; Art. 12, Inciso X, da Resolução CGSN nº 04, de 30 de maio de 2007; Art. 5º, Incisos I, IX e XI, Art. 6º, Inciso VII da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007;

Art. 2º - A exclusão do SIMPLES NACIONAL surtirá os efeitos previstos no art. 6º, Inciso VII da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007.

Art. 3º - Poderá o contribuinte dentro do prazo de trinta dias da ciência deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Decreto 70.235/72, relativamente ao procedimento acima, à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Recife/PE.

Art. 4º - Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES NACIONAL tornar-se-á definitiva.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Declara excluído do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, instituído pela Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996, o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ - RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso III do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES (Lei 9.317/96), para o período compreendido entre 01/08/2000 a 30/06/2007, a empresa abaixo identificada, pela ocorrência da situação excludente conforme a seguir:

Razão Social:	RESTAURANTE THERMAS LTDA
CNPJ:	03.926.341/0001-80
Endereço:	Av. Lauro Monte, 2001, Restaurante Hotel Thermas, Santo Antônio, Mossoró/RN - CEP 59.619-000
Descrição da situação excludente:	Empresa resultante de cisão ou qualquer forma de desmembramento
Período excluído:	01/08/2000 a 30/06/2007
Fundamentação legal:	Art. 9°, Inciso XVII, Art. 13, Inciso II, Alínea "a", Art. 14, Inciso I, Art. 15, Inciso II, da Lei n.º 9.317/96

Art. 2º - A exclusão do SIMPLES surtirá os efeitos previstos nos artigos 15, inciso II, da Lei 9.317/96 e suas alterações posteriores.

Art. 3º - Poderá o contribuinte dentro do prazo de trinta dias da ciência deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Decreto 70.235/72, relativamente ao procedimento acima, à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Recife/PE.

Art. 4º - Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES tornar-se-á definitiva.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Declara excluído do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, instituído pela Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996, o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ - RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295, inciso III do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES (Lei 9.317/96), para o período compreendido entre 01/08/2000 a 30/06/2007, a empresa abaixo identificada, pela ocorrência da situação excludente conforme a seguir:

Razão Social:	HOTEL THERMAS LTDA
CNPJ:	03.926.296/0001-64
Endereço:	Av. Lauro Monte, 2001, Sala 01, Santo Antônio, Mossoró/RN CEP 59.619-000
Descrição da situação excludente:	Empresa resultante de cisão ou qualquer forma de desmembramento
Período excluído:	01/08/2000 a 30/06/2007
Fundamentação legal:	Art. 9°, Inciso XVII, Art. 13, Inciso II, Alínea "a", Art. 14, Inciso I, Art. 15, Inciso II, da Lei n.º 9.317/96

Art. 2º - A exclusão do SIMPLES surtirá os efeitos previstos nos artigos 15, inciso II, da Lei 9.317/96 e suas alterações posteriores.

Art. 3º - Poderá o contribuinte dentro do prazo de trinta dias da ciência deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Decreto 70.235/72, relativamente ao procedimento acima, à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Recife/PE.

Art. 4º - Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES tornar-se-á definitiva.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

REGISTRO ESPECIAL a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizarem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e com periódicos. Base legal: artigo 14 da IN RFB nº 976/2009, alterada pela IN RFB nº 1.011 de 23/02/2010 e art. 1º da Lei nº 11.945/2009.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Natal/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n º 587/2010, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2010 e o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.317/96, incluído pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, considerando o Despacho Decisório SRRF04 de 28 de setembro de 2011, que tornou nulo o ADE DRF Natal/RN nº 15, de 01 de julho de 2011, resolve:

Art. 1º - Atribuir novo número de inscrição no REGISTRO ESPECIAL instituído pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, alterada pela Lei 12.058 de 13 de outubro de 2009, publicadas no DOU de 05 de junho de 2009 e 14 de outubro de 2009, respectivamente, à empresa abaixo identificada.

Nome	CNPJ	Processo	Tipo de Registro	Nº do Registro
Ossian Silva Fonseca	02.574.121/0001-72	16707.001167/2011-51	Gráfica	GP-04201/0102

Art. 2° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA BARBOSA

6ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 94, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: As instituições financeiras intervenientes estão obrigadas a exigir a comprovação do pagamento do imposto de renda nas operações simultâneas de câmbio, caso ocorra ganho de capital nas referidas operações.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RIR/1999, artigo 685 e artigo 716, parágrafo único c/c Regulamento Anexo à Circular BACEN nº 2.997/2000, artigo 7º.

MARIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 280, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa SEACOR OFFSHORE DO BRASIL LTDA(nova denominação da empresa SEABULK OFFSHORE DO BRASIL LTDA), na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 263, de 20 de setembro de 2011, publicado no D.O.U. de 21 de setembro de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo nº 10768.007575/2009-81 10768.002474/2011-39				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478, de 1997.	2050.0052973.09.2 2050.0052974.09.2 SIDNEY CANDIES AHT 10000	03/03/2012
Processo nº 10768.007576/2009-26				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478, de 1997.	2050.0051793.09.2 DEVIN CANDIES AHT 10000	21/09/2013
Processo nº 10768.007577/2009-71				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478, de 1997.	2050.0051795.09.2 KELLY CANDIES AHT 10000	21/09/2013
Processo nº 10768.007106/2009-62 e Proc.10768.002365/2011-11 (*)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47 05.529.548/0002-28	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478, de 1997.	2050.0033092.07.2 2050.0033091.07.2 AMY CANDIES PSV 1000	(*) 08/02/2012
Processo nº 10768.001475/2010-85				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478, de 1997, e de acordo com o ADE SRRF07 nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0039141.08.2 Aditivo nº 01 (afretamento) 2050.0039142.08.2 Aditivo nº 01 (prestação de serviços) OLIVIA CANDIES PSV 1500	28/03/2012
Processo nº 10768.001473/2010-96				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478, de 1997, e de acordo com o ADE SRRF07 nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0038811.07.2 Aditivo nº 02 (afretamento) 2050.0038818.07.2 Aditivo nº 02 (prestação de serviços) CELIA CANDIES PSV 3000	22/03/2012
Processo nº 10768.006778/2009-51 e Proc. 10768.002364/2011-77 (*)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47	Petróleo Brasileiro S. A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478, de 1997, e de acordo com o ADE SRRF07 nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0033094.07.2 (Aditivo nº 1) afretamento 2050.0033095.07.2 (Aditivo nº 2) prestação de serviços KERI CANDIES PSV 1000	(*) 14/01/2012
Processo nº 10768.009368/2009-61 e (*)Processo 10768.003084/2010-03 (recurso)				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478, de 1997, e de acordo com o ADE SRRF07 nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0033542.07.2 (afretamento) 2050.0033543.07.2 (prestação de serviços) SEACOR COLUMBUS PSV 1500	(*) recurso 13/06/2012
Processo nº 10768.001474/2010-31				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/98 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0039139.08.2 (aditivo nº 01) afretamento 2050.0039140.08.2 (aditivo nº 01) prestação de serviços MARY FRANCES CANDIES PSV 1500	28/03/2012
Processo nº 10768.002244/2010-99				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/98 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0033544.07.2 (afretamento) 2050.0033545.07.2 (prestação de serviços) SEACOR CABRAL PSV 1500	01/09/2012
Processo nº 10768.007094/2010-18				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.529.548/0001-47	Petróleo Brasileiro S.A	Áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei 9478/98	2050.0061913.10.2 afretamento ANNE CANDIES	18/10/2014

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 281, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa IN RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa NORSKAN OFFSHORE LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 266, de 26 de setembro de 2011, publicado no D.O.U. em 28 de setembro de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

PROCESSO 10768.012595/2001-17				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Amazonas: BA-1 e 3. Ceará- Amazonas: BPOT-4, 10(RNS-143) e 100. Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-4, SEAL-30 e 100, BT-SEAL-2. Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL-1. Espírito Santo: BES-3, 100 e 200. Campos: BC- 20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600, BM-C-3 e 6. Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9, 10 e 11. Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área do CES-066, Atum, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Biquara (RNS-134), Bonito, Caioba, Cangoá, Carapeba, Caratinga, Caraúna, Cherne, Cioba (RNS-035), Congro, Coral, Corvina, Curimã, Dentão(RNS-035), Dourado, Enchova, Enchova Oeste, Espada, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Guaiuba (RNS-128), Guaricema, Linguado, Malhado, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Pescada, Norte de (RNS-033), Oeste de Urubarana, (RNS-071), Pampo, Parati, Pargo, Peroá, Pescada, Piraúna, Roncador, Serra (RNS-128),Trilha, Ubarana, Vermelho, Viola, Voador e Xaréu.	2050.0046992.08.2 2050.0046991.08.2 Embarcação Skandi Chieftain	17.12.2011
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18			2050.0032448.07-2 2050.0032449.07-2 PVS - OSRV 750 Skandi Yare	29.12.2011

PROCESSO 10768.008420/2009-62 SUB JUDICE				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	Petróleo Brasileiro S.A.	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	Sub judice 2050.0017431.05.2 "NORMAND BORG"	19.07.2010

PROCESSO 10768.006280/2010-21				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	2050.0059460.10.2 Embarcação Skandi Admiral	15/07/2014

PROCESSO 10768.006279/2010-05				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	2050.0059459.10.2 Embarcação Skandi Giant	25/07/2014

PROCESSO 10768.009056/2009-58				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	2050.0036862.07.2 Afretamento SKANDI SANTOS 2050.0036860.07.2 Prestação serviços	23/03/2013

PROCESSO 10768.001505/2010-53				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	2050.0055750.09.2 Afretamento SKANDI CAPTAIN	17/01/2013

PROCESSO 10768.000954/2010-84				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	2050.0055751.09.2 Afretamento SKANDI STOLMEN	17/01/2013

PROCESSO 10768.000103/2011-12				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	2050.0063802.10.2 Afretamento GEOGRAPH 2050.0063803.10.2 Prestação Serviços	02/01/2016

PROCESSO 10768.002177/2011-93				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	OGX Petróleo e Gás Ltda.	ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	OGXLT/2009/002 (Serviços) OGXLT/2009/015 (Afretamento) "SKANDI MOGSTER"	27/02/2012

PROCESSO 10768.005852/2009-11				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	OGX Petróleo e Gás Ltda.	ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	OGXLTD/2008/091 (Serviços) OGXLTD/2008/090 (Afretamento) "SANKO BAY"	31/07/2011

PROCESSO 10768.000997/2011-41				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda.	Bacia Sedimentar de Campos Bloco BM-C-7	4501829863 (Serviços) Embarcação SKANDI PEREGRINO	01/12/2012

PROCESSOS 10768.000416/2011-71 E 10768.000943/2011-85				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	OGX Petróleo e Gás Ltda.	ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	OGXLT/2009/171 "ODIM VIKING"	18.05.2011
PROCESSO 10768.000943/2011-85				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37	OGX Petróleo e Gás Ltda.	ÁREAS EM QUE A OGX SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	OGXLT/2009/171 "SKANDI EME-RALD"	29.03.2012

PROCESSO 10768.000454/2011-23				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	2050.0063797.10.2 (Afretamento) 2050.0063798.10.2 (Prestação Serviços) SKANDI COMMANDER	19/01/2016
PROCESSO 10768.002207/2011-61				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0001-37 04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	2050.0039001.08.2 (Afretamento) 2050.0039002.08.2 (Prestação Serviços) SKANDI HAV	27/10/2014

PROCESSO 10768.002802/2011-05				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.023.447/0002-18	Petróleo Brasileiro S/A	ÁREAS EM QUE A PETROBRAS SEJA CONCESSIONÁRIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.478/97.	2050.0063799.10.2 (Afretamento) 2050.0063801.10.2 (Prestação Serviços) RSV(ROV)	19/01/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 282, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa BOS NAVEGAÇÃO S.A., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 231, de 08 de agosto de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 09 de agosto de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

		Processo nº 10768.018325/00-77 Processo nº 10768.000739/2009-40		
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.539/0001-80	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9478/97, no âmbito da exploração e da produção	2050.0048457.08.2 Far Sea	19.01.2013
Processo nº 10768.007424/2009-23				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.539/0001-80	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0052971.09.2 2050.0052972.09.2 "Far Scout" AHTS 12000	13.11.2011
Processo nº 10768.002236/2011-23				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.539/0001-80	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0033871.07.2 2050.0033876.07.2 FAR SWIFT	25.02.2012

Processo nº 10768.007674/2009-63 e Processo 10768.002660/2011-78 (*)				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.539/0001-80	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0030625.07.2 2050.0030624.07.2 FAR SENIOR AHTS	(*) 28/02/2012
Processo nº 10768.007675/2009-16				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.539/0001-80	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar do Amazonas: BM-FAZ-4 :FAZ-M-217 e FAZ-M-252; BM-FAZ-6 :FAZ-M-533, FAZ-M-534, FAZ-M-569, FAZ-M-570, FAZ-M-571,: FAZ-M-605, FAZ-M-606, FAZ-M-607 e FAZ-M-608. Bacia Sedimentar do Pará-Maranhão: BM-PAMA-8 :PAMA-M-135, PAMA-M-192 e PAMA-M-194; BM-PAMA-9 :PAMA-M-187; BM-PAMA-10 :PAMA-M-188; BM-PAMA-11 : PAMA-M-222; e BM-PAMA-12 :PAMA-223. Bacia Sedimentar do Barreirinhas: BM-BAR-1 : BM-BAR-1; BM-BAR-4 : BAR-M-377; e BM-BAR-5 :BAR-M-175. Bacia Sedimentar do Ceará-Potiguar: BM-POT-11 :BM-POT-11; BM-POT-13 :BM-POT-13; BM-POT-16 :POT-M-663 e POT-M-760; e BM-POT-17 :POT-M-665, POT-M-853 e POT-M-855. Bacia Sedimentar do Pernambuco-Paraíba: BM-PEPB-1 :PEPB-M-783; BM-PEPB-2 :PEPB-M-837; e BM-PEPB-3 :PEPB-M-839. Bacia Sedimentar Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-9 :BM-SEAL-9; BM-SEAL-10 :SEAL-M-347, SEAL-M-424, SEAL-M-495 e SEAL-M-499. BM-SEAL-11 :SEAL-M-349, SEAL-M-426, SEAL-M-497 e SEAL-M-569. Bacia Sedimentar do Jequitinhonha: BM-J-3 :BM-J-3; BM-J-4 :J-M-3, J-M-5, J-M-63, J-M-115 e J-M-165. BM-J-5 :J-M-59 e J-M-61. Bacia Sedimentar de Camamu-Almada: BM-CAL-5 :BM-CAL-5; BM-CAL-7 :CAL-M-120 e CAL-M-186; BM-CAL-9 :CAL-M-188 BM-CAL-11 :CAL-M-248; BM-CAL-12 :CAL-M-312 e CAL-M-372. Bacia Sedimentar de Campos: BM-C-14 :1-BRSA-665-RJS; BM-C-25 :BM-C-25; BM-C-26 :C-M-78 e C-M-98; BM-C-27 :C-M-119, C-M-120, C-M-122, C-M-145 e C-M-146. BM-C-28 : C-M-299 e C-M-333; BM-C-31 :C-M-103 e C-M-151; BM-C-34 :C-M-471 e C-M-473; BM-C-35 :C-M-535; BM-C-36 :C-M-401 e C-M-403; e BM-C-44 :C-M-593. Bacia Sedimentar de Santos: BM-S-8 :1-BRSA-532A-SPS; BM-S-9 :1-BRSA-594-SPS e 1-BRSA-491-SPS; BM-S-10 :1-BRSA-329D-RJS; BM-S-11 :1-BRSA-618-RJS e 1-BRSA-369A-RJS; BM-S-12 :1-BRSA-617-SCS; BM-S-17 :BM-S-17; BM-S-21 :1-BRSA-526-SPS; BM-S-24 :1-BRSA-559-RJS; BM-S-40 :1-BRSA-607-SPS e 1-BRSA-658-SPS; BM-S-41: S-M-1352, S-M-1354, S-M-1356, S-M-1358, S-M-1480 e S-M-1482; BM-S-42 :S-M-239, S-M-324, S-M-415 e S-M-417; BM-S-44 :S-M-172 e S-M-330; BM-S-45 :S-M-320 e S-M-322; BM-S-46 :S-M-729 e S-M-790; BM-S-49 :S-M-1226; BM-S-50 :S-M-623; BM-S-51 :S-M-619; Bm-s-52 :S-M-508; BM-S-53 :S-M-405; BM-S-64 :S-M-613; BM-S-65 :S-M-731; BM-S-66 :S-M-791; BM-S-67 :S-M-792; BM-S-74 :S-M-1476; BM-S-75 :S-M-1162; BM-S-76 :S-M-1163; e BM-S-77 :S-M-1227. Bacia Sedimentar do Espírito Santo: BM-ES-5 :BM-ES-5; BM-ES-21 :ES-M-414; BM-ES-22 :ES-M-466, ES-M-523,ES-M-468 e ES-M-527; BM-ES-23 :ES-M-525; BM-ES-24 :ES-M-588, ES-M-661 e ES-M-663; BM-S-25 :ES-M-590; BM-ES-26 :ES-M-413; BM-ES-27 :ES-M-411, ES-M-436 e ES-M-437; BM-ES-31 :ES-M-592; e Bacia Sedimentar de Pelotas: BM-P-2 :P-M-1267, P-M-1269, P-M-1271, P-M-1349, P-M-1351 e P-M-1353.	2050.0030622.07-2 FAR SAILOR	07.10.2011
Processo nº 10768.10768.004445/2010-21				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.539/0001-80	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0059264.10.2 FAR SANTANA	04.07.2014
Processo nº 10768.004446/2010-75				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.539/0001-80	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0034895.07.2 Aditivo nº 2 alterado pelo Aditivo nº 4 FAR SAGARIS	15.02.2012
Processo nº 10768.001030/2010-03				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.539/0001-80	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0056044.09.2 FAR SUPPORTER	02.02.2013
Processo nº 10768.008040/2010-61				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02.873.539/0001-80	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0059281.10.2 FAR SOVEREIGN	26.02.2015
Processo nº 10768.001396/2011-55				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.539/0001-80	Petróleo Brasileiro S.A.	As áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e da produção.	2050.0063805.10.23805.10.2 AFRETAMENTO FAR SCOTIA	24.04.2016

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 283, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art.1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa FUGRO GEOSOLUTIONS BRASIL SERVIÇOS LEVANTAMENTO LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo nº 267, de 26 de setembro de 2011, publicado no DOU de 28 de setembro de 2011.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Processo 10768.002502/2011-18

Nº NO CNPJ	AUTORIZAÇÃO	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº PROCESSO (ANP)	TERMO FINAL
42.140.699/0001-35	nº 353 de 04.08.2011 ANP	Bacia de Santos Vértice Latitude Longitude 1 -24:02:10.63 -41:27:09.35 2 -24:41:44.84 -41:05:33.35 3 -25:08:10.52 -42:03:52.52 4 -24:28:26.67 -42:25:14.11	48610.009959/2011-10	06/08/2013

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com base no preceituado no artigo 81, parágrafo 1º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no artigo 40, § 2° da IN RFB n° 1.183/2011, considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, nos termos do artigo 37, inciso III da IN RFB n° 1.183/2011, DECLARA INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos a partir de 21/08/2007.

EMPRESA: MVO DE P MEDEIROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ME

CNPJ: 08.388.091/0001-96

PROCESSO: 10074.000143/2011-72

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com base no preceituado no artigo 81, parágrafo 1º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no artigo 40, § 2° da IN RFB n° 1.183/2011, considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, nos termos do artigo 37, inciso III da IN RFB n° 1.183/2011, DECLARA INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos a partir de 20/05/2009.

EMPRESA: DACLOP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA

CNPJ: 07.071.250/0001-61

PROCESSO: 10074.000086/2011-21

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB, lotado e em exercício no Serviço de Fiscalização - SEFIS - da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso IV do artigo 6º da Portaria de Delegação de Competência nº 22, de 21/02/2011, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP, tendo em vista o que consta do processo administrativo n° 10830.724512/2011-15 declara INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica W F AGROPECUÁRIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 06.881.963/0001-28, pela sua não localização no endereço informado no cadastro CNPJ, conforme disposto no artigo 37, inciso II e no artigo 39, inciso II e parágrafo 2° da Instrução Normativa - IN RFB nº 1.183, de 19/08/2011. Assim, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, são considerados tributariamente inidôneos os documentos emitidos pela Pessoa Jurídica supracitada, face o disposto no artigo 43, parágrafo 3°, inciso I, alínea b da IN RFB n° 1.183, de 19/08/2011, ficando a mesma sujeita ao disposto no artigo 42 da citada IN.

HUMBERTO M. PATROCÍNIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Declara a empresa que menciona excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, SIMPLES, instituído pela Lei 9.317, de 5 dezembro de 1996.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS abaixo identificado, lotado e em exercício no Serviço de Fiscalização - SEFIS, da Delegacia da Receita Federal em Campinas (SP), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 3º, inciso VI, da Portaria nº 23 de 21 de Fevereiro de 2.011, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, e da delegação de competência estabelecida no Artigo 6º, Inciso IV da Portaria DRF/CAMPINAS nº 22, DE 21/02/2011, publicadas no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, tendo em vista a Representação Fiscal para Exclusão do SIMPLES, que consta do processo administrativo 10830.724600/2011-17, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES (Lei 9.317/96), para o período compreendido entre 01/01/2007 e 30/06/2007, a empresa abaixo identificada, pela ocorrência da situação excludente conforme a seguir:

Razão Social:	ARGONI VEÍCULOS LTDA. ME
CNPJ:	03.689.484/0001-16
Endereço:	RUA HÉRCULES FLORENCE, 120 - ALTOS DA BELA VISTA - INDAIATUBA (SP) CEP 13331-453.
Descrição da situação excludente:	Na condição de Microempresa auferiu receita bruta superior a R$ 240.000,00 no ano calendário 2006.
Período Excluído:	01/01/2007 a 30/06/2007.
Fundamentação legal da exclusão:	Inciso I do Art. 9°; Alínea "a" do Inciso II do Art. 13; Inciso I do Art. 14; e Inciso IV do Art. 15, da Lei nº 9.317, de 05/12/1996.

Art. 2º - A exclusão do SIMPLES surtirá os efeitos previstos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.317, de 1996, e suas alterações posteriores.

Art. 3º - Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Artigo 196, parágrafo único do RIR/99, relativamente ao procedimento acima, à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas.

Art. 4º. - Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do SIMPLES tornar-se-á definitiva.

PEDRO ALBERTO MARTINS PALMEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Cancela o Registro Especial dos estabelecimentos produtores e engarrafadores de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), bem como a Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, sendo constatado a desativação industrial do interessado no processo nº 13888.724113/2011-79 declara:

Art. 1º - Cancelado o Registro Especial do estabelecimento CARMIGNANI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS, CNPJ nº 54.360.649/0001-42, situado à Rua Dr. Octávio A. Gurgel, 239, Bairro Vila Resende, CEP 13405-190, Piracicaba-SP, na(s) atividade(s) de PRODUTOR/ENGARRAFADOR sob nº 08125/006, concedido através do ADE nº 12/2003 de 22/05/ 2003, publicado no D.O.U. de 27/05/2003.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 13 OUTUBRO DE 2011

Declara Inapta, a inscrição da Pessoa Jurídica, nos termos do artigo 37, incisos I e II c/c o artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro 2010, nos termos do Art. 37, incisos I e II c/c o artigo 39, inciso II, DA Instrução Normativa RFB nr. 1.183 , de 19 de agosto de 2011, resolve:

Artigo 1º - Declarar Inapta a pessoa jurídica "MASUNAGA & IMANO LTDA", inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ sob nº 00 218 961/0001-77, por considerá-la INAPTA, com os efeitos previsto no artigo 37, incisos I e II c/c o artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, sendo considerados tributariamente ineficazes os documentos fiscais emitidos pela mesma a partir de 26 de agosto 2011, constatado no processo Administrativo nº 15940.720060/2011-61.

RÓGER AUGUSTO GOULART SIQUEIRA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições pelo artigo 297 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 40, § 2º da IN RFB nº 1.183/11, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no artigo 81, § 1º, da Lei nº 9.430/96 c/c artigo 23, inciso V e § 2º, do Decreto-Lei nº 1.455/76, com redações dadas pelos artigos 59 e 60 da Lei nº 10.637/02, regulamentados pelos artigos 11 da IN SRF nº 228/02 e 37, inciso III c/c artigos 40 e 43, da IN RFB nº 1.183/11, e INIDÔNEOS os documentos por ela emitidos, nos termos do artigo 82 da Lei nº 9.430/96, artigo 40, § 2º e artigo 43, § 3º, inciso II, ambos, da IN RFB nº 1.183/11, por não restar comprovada a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos empregados em suas operações de comércio exterior, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: BIZBORD COMERCIAL LTDA
CNPJ Nº: 04.887.369/000119
Inidoneidade a partir de: 03/11/2009
Processo nº: 10314.720663/201125

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 18, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre a entrega e o trâmite de documentos relativos aos procedimentos de habilitação previstos na IN SRF nº 650/2006.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de conferir maior controle dos documentos e dos prazos previstos na IN SRF nº 650, de 12/05/2006, publicada no DOU de 19/05/2006, tendo em vista ainda conferir maior transparência e racionalidade à atuação fiscal e, ainda, em função da implantação do e-processo em toda a RFB, resolve:

Seção I

Atendimento ao Cidadão

Art. 1º Cabe à Seção de Interação com o Cidadão (Cac Aduaneira) - Savic a execução dos procedimentos de recepção de documentos e protocolização de processos, e atendimento da solicitação de dados do Radar.

Subseção I

Recepção de documentos e Protocolização de processos

Art. 2º A recepção de documentos referentes à IN SRF 650/2006, nesta Unidade, dar-se-á exclusivamente no ambiente da Central de Atendimento ao Contribuinte - Cac, em arquivo digital compatível com o e-processo.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo a documentação entregue para juntada a processos administrativos em papel já existentes.

§ 2º São arquivos digitais compatíveis com o e-processo aqueles em formato "pdf", com resolução de 300 dpi, para o caso de imagens digitalizadas, e que possuam no máximo 15Mb.

§ 3º O disposto no § 2º não prejudica a apresentação de planilhas exigidas pelo Ato Declaratório Executivo - ADE da Coordenação Geral de Administração Aduaneira - Coana nº 3/2006, respeitando-se a limitação técnica de 15Mb por arquivo.

§ 4º Os arquivos referidos nos §§ 2º e 3º deverão estar armazenados em mídia não-regravável.

§ 5º A critério do Chefe da Savic, os pedidos de habilitação ao Siscomex/Radar na modalidade especial, bem como as habilitações de pessoa física, poderão ser recepcionados em papel e digitalizados pela própria Seção.

§ 6º Quando problemas de ordem técnica inviabilizarem, dificultarem ou tornarem morosa a formalização do e-processo, a digitalização poderá ser feita pelo servidor responsável pela triagem e recepção dos documentos.

Art. 3º A entrega dos arquivos digitais deverá ser acompanhada de Recibo Declaratório, nos termos do Anexo I deste ato, exceto nos casos de requerimento de revisão de estimativa.

§ 1º Será verificado o código de identificação do arquivo (hash) gerado pelo Sistema de Validação e Autenticação de Arquivos Digitais - SVA constante do Recibo Declaratório, o qual será digitalizado para juntada ao e-processo correspondente, restituindo-se a mídia e o original do recibo ao interessado.

§ 2º O comprovante de agendamento do atendimento gerado pelo Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga será digitalizado e juntado ao respectivo e-processo.

§ 3º O Chefe da Savic poderá autorizar o atendimento não agendado pelo Saga, por meio de despacho, o qual será juntado ao e-processo.

Art. 4º Serão submetidos a análise preliminar documental os requerimentos de habilitação e alteração de responsável legal do Siscomex, nos termos da IN SRF 650/2006 e do ADE Coana nº 3/2006.

§ 1º Os requerimentos de revisão de estimativa e os recursos apresentados em atendimento a intimações ou indeferimentos serão protocolizados sem análise preliminar.

§ 2º Revisões de modalidade de habilitação serão feitas através de requerimento de nova habilitação na modalidade pretendida.

§ 3º A documentação entregue por entidades de classe, na condição de procuradores dos respectivos interessados, será recepcionada, a título precário, na CAC Aduaneira, e ficará dispensada de análise preliminar.

§ 4º Sempre que o requerente de habilitação pretender realizar operações que se enquadrem em duas ou mais hipóteses da modalidade simplificada, dentre as previstas nos itens 4 a 6 da alínea "b" do inciso II do art. 2º da IN SRF 650/2006, deverá, obrigatoriamente, requerer habilitação na modalidade ordinária.

§ 5º Se existirem aparentes falhas ou mesmo a falta de documentos, o servidor responsável pela análise preliminar indicará os erros e providenciará a devolução dos documentos ao interessado, acompanhados do apontamento das falhas, com vistas ao seu saneamento ou complementação.

§ 6º Os requerimentos de revisão de estimativa que tenham sido assim nomeados de forma incorreta, ou seja, que contenham elementos que definam a natureza do requerimento como alteração de responsável legal ou requerimento de habilitação, serão devolvidos para a adequação da documentação e da natureza do tipo de requerimento.

§ 7º Aos requerimentos de habilitação ordinária e aos de revisão de modalidade de habilitação junto ao SISCOMEX/Radar de simplificada para ordinária, dentre os arquivos constantes do pleito, deverá haver uma declaração, assinada pelo responsável pelo CNPJ, da tela resultante do aplicativo constante dos Anexos I-A, I-B e I-C, integrantes do ADE Coana nº 3/2006, que informa o volume de operação para cada período de seis meses.

§ 8º Caso o volume de operação citado no § 7º seja de US$ 150.000,00, o servidor responsável pela análise preliminar procederá conforme o § 5º deste artigo, para que o interessado compatibilize a modalidade de habilitação pleiteada com esse valor.

§ 9º Os anexos 1A, 1B e 1C, as guias de apuração de ICMS e ISS e o balancete de verificação poderão ser utilizados por até dois meses, a partir do mês de sua competência, para a instrução de requerimentos de habilitação na modalidade ordinária.

§ 10. Nos termos do art. 10 da IN SRF nº 650/2006, não serão recebidos requerimentos de habilitação simplificada de pessoas jurídicas que não sejam jurisdicionadas por esta Unidade.

§ 11. É obrigatória, para a formalização do e-processo, a apresentação de prova de abertura de caixa corporativa do requerente no ambiente do e-Cac.

§ 12. Se a documentação estiver de acordo com a legislação vigente na data de sua apresentação, será protocolizado o respectivo e-processo a partir dos arquivos e documentos apresentados.

Subseção II

Solicitação de Dados do Radar

Art. 5º Os pedidos de dados da habilitação do contribuinte no Sistema Radar serão formalizados através do formulário "Solicitação de Dados do Radar", na forma do Anexo II desta ordem de serviço, devendo ser subscrito:

I - pelo próprio interessado, quando se tratar de pessoa física;

II - pelo titular de firma individual;

III - por qualquer sócio, ainda que apenas cotista, havendo necessidade de apenas um signatário no requerimento, mesmo que o contrato estipule administração conjunta da sociedade;

IV - por dirigente da sociedade, representante legal ou o preposto, desde que constem do Quadro de Sócios e Administradores informado no CNPJ na data da solicitação;

V - por procurador legalmente habilitado que apresente instrumento de outorga de poderes, em cópia simples acompanhada do original, ou em cópia autenticada em cartório.

Art. 6º Serão objeto de consulta no Sistema Radar os seguintes dados:

I - Situação da habilitação;

II - Modalidade/Submodalidade da habilitação;

III - Data da habilitação;

IV - Responsável legal perante o Siscomex;

V - Estimativa do volume de operações;

VI - Valores das transações diretas nos últimos 6 meses.

Art. 7º Os dados resultantes da consulta efetuada no sistema Radar serão fornecidos ao interessado através do formulário "Relatório de Consulta de Dados no Radar", na forma do Anexo III desta ordem de serviço, contendo apenas os dados solicitados pelo interessado e validado através da aposição de assinatura sobre carimbo funcional do servidor que efetuar a consulta, devendo os campos relativos às informações não solicitadas serem inutilizados.

Parágrafo único. Fica vedado, em qualquer situação, o fornecimento ao contribuinte de relatórios, dossiês ou telas impressas do Sistema Radar.

Art. 8º O servidor deverá montar e manter em arquivo um dossiê contendo o formulário "Solicitação de Dados do Radar", com o campo de recebimento do relatório devidamente assinado pelo contribuinte, documentos comprobatórios da qualidade do requerente e cópia do "Relatório de Consulta de Dados no Radar" entregue ao contribuinte.

Seção II

Tramitação dos Processos

Art. 9º Cabe ao Serviço de Fiscalização Aduaneira II - Sefia II a execução dos procedimentos de tramitação dos processos - análise, ciência e arquivamento.

Subseção I

Análise dos Processos

Art. 10. Os e-processos formalizados serão analisados nos termos da IN SRF 650/2006 e das orientações da Coana.

§ 1º O servidor que efetuou a análise preliminar não poderá ser o mesmo a fazer a análise do mérito da habilitação pleiteada.

§ 2º Requerimentos de habilitação em casos que o contribuinte já a possua na mesma modalidade na condição ativa completa serão sumariamente arquivados após o registro na ficha de habilitação no Radar, podendo:

I - ser aberta pelo Sefia II revisão de ofício, se o requerente incorrer nas hipóteses de indeferimento do art. 4º da IN SRF 650/2006;

II - ser feita a alteração de responsável legal, se o indicado no novo requerimento for diverso do constante na habilitação atual.

§ 3º Nos casos de alteração ou inclusão de responsável legal, o Sefia II, além da decisão no processo, poderá abrir revisão de ofício em função de hipóteses constatadas na análise do processo.

§ 4º O Sefia II indeferirá de plano, sem análise fiscal, os processos em que forem detectadas falhas na análise cadastral, referentes aos incisos I ao VII do art. 4º da IN SRF 650/06, desde que o contribuinte não esteja ainda habilitado em nenhuma modalidade.

§ 5º Na hipótese do § 4º, caso o interessado já esteja habilitado, deverá o servidor responsável pela análise intimar o contribuinte a resolver as pendências dentro do prazo de trinta dias, conforme art. 25 da IN SRF 650/06.

§ 6º O Sefia II poderá indeferir de plano os processos que lhe forem encaminhados com pendência de documentos não justificada por escrito pelo contribuinte, cientificando o mesmo.

§ 7º Será obrigatoriamente habilitado na modalidade simplificada, ainda que tenha requerido habilitação na modalidade ordinária, o requerente de habilitação que se enquadrar em uma das situações previstas nas alíneas "c" e "d" e nos itens 1 a 3 da alínea "b" do inciso II do art. 2º da IN SRF 650/2006.

Art. 11. Quanto à análise fiscal, nos termos do art. 5º da IN SRF 650/2006, promovida pelo Sefia II:

I - previamente à mesma, o servidor fará a análise documental e cadastral referentes ao art. 4º da IN SRF 650/06 e art. 2º do ADE Coana nº 3/2006, observando o disposto nos parágrafos 5º, 6º e 7º do art. 10 desta ordem de serviço;

II - ao final da mesma, não constatadas outras hipóteses de indeferimento:

a) se as estimativas não ultrapassarem os valores mínimos por semestre, resultantes do aplicativo constante dos Anexos I-A, I-B e I-C, integrantes do ADE Coana nº 3/2006, o Serviço registrará ou confirmará o registro da habilitação na modalidade simplificada pequena monta,

b) se as estimativas ultrapassarem os valores mínimos por semestre, será deferida a habilitação na modalidade ordinária;

III - se esgotado o prazo para a análise fiscal, será concedida de ofício, pelo AFRFB responsável, habilitação ordinária com estimativa de US$ 150,000.00 para a importação e de US$ 300,000.00 para a exportação, sendo aberta no mesmo ato revisão de ofício para conclusão da supracitada análise.

§ 1º A revisão de ofício a que se refere o inciso III deste artigo será concluída em 30 (trinta) dias do deferimento de ofício, interrompendo-se o prazo da mesma - analogamente ao processo de habilitação - na hipótese de intimação do interessado.

§ 2º Poderá ser requerida por escrito e motivadamente, pelo servidor responsável, eventual prorrogação do prazo definido no § 1º, por igual período, à Chefia do Serviço.

§ 3º Os valores apresentados pelo contribuinte nos Anexos I-A, I-B e I-C do ADE Coana nº 3/2006 ficarão sujeitos ao juízo de valor do AFRFB que estiver analisando o processo, expresso em despacho fundamentado, podendo este glosar, aumentar, diminuir e alterar tais valores com base nos dados apresentados no processo pelo próprio interessado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 4º Quando os documentos apresentados pelo contribuinte no requerimento não comprovarem a totalidade da parcela do capital social que foi aumentada ou integralizada nos três anos-calendário anteriores ao do pedido de habilitação, o contribuinte deverá ser intimado a fazer essa comprovação, devendo o AFRFB responsável pela análise do processo arquivá-lo sumariamente caso o contribuinte não responda à intimação no prazo estipulado, conforme § 2º do art. 24 da IN SRF 650/2006.

Art. 12. Os processos de revisão de estimativa permanecerão no Sefia II, sem prioridade de análise, nos termos das orientações emanadas pela Coana.

Art. 13. Quando o requerente já possuir habilitação deferida ativa completa registrada no Radar, havendo hipóteses de indeferimento no processo em análise, este será intimado, nos termos do § 5º do art. 10 desta Ordem de Serviço, ficando a habilitação ativa registrada no Radar sujeita a revisão, conforme o art. 21 da IN SRF 650/2006.

Art. 14. Durante a análise fiscal, havendo necessidade de entrevista com o responsável legal, ou com seu representante, pelo AFRFB responsável pelo procedimento de habilitação, deverá ser expedida intimação convocando o responsável, com data e hora para a apresentação.

Parágrafo único - Da convocação para entrevista constará o horário de comparecimento que será obrigatoriamente dentro do horário de atendimento da Cac.

Art. 15. As pendências decorrentes da análise cadastral bem como da análise fiscal de requerimentos de habilitação ordinária deverão, em regra, estar relacionadas em uma única intimação, para atendimento pelo interessado.

§ 1º Respectivamente nas análises cadastral e fiscal, sendo necessária:

I - uma segunda intimação, esta deverá ser autorizada pela Chefia do Serviço,

II - uma terceira ou mais intimações, estas deverão ser autorizadas pela Chefia do Serviço e comunicadas, por escrito, ao Inspetor-Chefe da Unidade.

§ 2º Não haverá intimação para saneamento de requerimentos de habilitação na modalidade simplificada.

Art. 16. Todas as decisões relativas a requerimentos abrangidas por este ato serão registradas no Radar, exceto quando enquadrada na hipótese prevista no art.24, § 2º, da IN SRF 650/2006, nos casos de inexistência de ficha anterior.

Art. 17. Durante toda a tramitação do processo desde sua protocolização, nos casos em que ocorrer a não conclusão do processo no seu prazo regulamentar, conforme preconizado nos incisos I e II do art. 23 da IN SRF 650/2006, o servidor responsável, no momento do esgotamento do referido prazo, providenciará a tomada das pertinentes decisões e o encaminhamento dos documentos aos servidores e Serviços apropriados.

Art. 18. A formalização de um segundo processo pelo mesmo interessado, antes de esgotada a análise de um processo anterior, para tratar de pedido de habilitação na mesma modalidade já solicitada no primeiro processo, implicará na imediata anexação do segundo ao primeiro. Se o primeiro processo estiver na condição de indeferimento, aguardando a interposição de recurso, o segundo processo que a esse foi juntado será entendido como o recurso apresentado e assim será analisado e decidido.

Subseção II

Ciência

Art 19. As ciências ao contribuinte em processos relativos a habilitações no Radar serão dadas preferencialmente no ambiente do e-CAC.

§ 1º Tendo em vista o acesso ao e-processo, a qualquer tempo, pelo interessado, e não havendo prejuízo algum do direito ao contraditório e ampla defesa, estão dispensados de ciência formal os deferimentos de habilitação.

§ 2º Nenhuma informação sobre a análise do processo poderá ser dada ao interessado antes da decisão acerca do respectivo processo, a não ser nas hipóteses expressamente previstas neste ato, pelos meios lá definidos.

§ 3º Não será dada vista de e-processo, diante da disponibilização dessa funcionalidade no ambiente do e-CAC.

§ 4º São mantidas as vistas processuais, nas normas vigentes, dos processos protocolizados em papel.

Subseção III

Recursos

Art. 20. Os recursos em processos referentes ao Radar serão julgados pela Chefia da Eqfin, conforme delegação de competência expressa na Portaria IRF/SPO nº 86/2011, publicada no DOU de 23/02/2011, Seção 2, pág. 44, ou a quem for delegada essa competência, concomitantemente ou não.

§ 1º Nos casos elencados neste artigo, os recursos poderão ser distribuídos para análise e proposição pelos servidores localizados no Sefia II, desde que tal servidor não seja o mesmo que indeferiu o pleito inicial.

§ 2º A critério do Chefe do Sefia II, excepcionalmente e motivadamente, em função do excesso de demanda de trabalho, os recursos de indeferimento de habilitação na modalidade ordinária poderão ser informados pelo mesmo Auditor-Fiscal que analisou o pleito inicial.

§ 3º Quando se tratar de indeferimento referente à análise cadastral, o servidor responsável pela análise decidirá se os documentos faltantes foram devidamente apresentados.

§ 4º Caso o contribuinte apresente satisfatoriamente os documentos exigidos, o servidor iniciará imediatamente a análise fiscal.

§ 5º Caso o contribuinte não apresente satisfatoriamente os documentos exigidos na intimação, nem apresente justificativa convincente pela falta, o servidor irá encerrar o processo, propondo seu arquivamento.

§ 6º O servidor terá prazo de 30 dias para a análise do recurso apresentado, a partir da protocolização do mesmo, em análogo ao prazo estipulado no inciso I do art. 23 da IN SRF 650/2006.

§ 7º A análise dos recursos se aterá exclusivamente às razões do indeferimento.

Seção III

Cadastramento

Art. 21. Cabe à Seção de Tecnologia e Segurança da Informação - Satec a execução dos procedimentos de cadastramento inicial.

Art. 22. O cadastramento inicial, realizado a partir do deferimento do requerimento de habilitação, não poderá ser feito antes de 30 (trinta) dias, contados da formalização do respectivo processo, para a modalidade ordinária, e de 10 (dez) dias, para as demais modalidades.

§ 1º O servidor do Sefia II que deferiu a habilitação aporá, na ficha de cadastramento que será encaminhada à Satec, impressa a partir do e-processo correspondente, a data de protocolização do mesmo ou, caso tenha havido recurso, a data de protocolização de sua juntada.

§ 2º O servidor da Satec, antes de proceder ao cadastramento, conferirá a data de protocolização aposta e a observância dos prazos estipulados neste artigo.

Seção IV

Disposições Finais

Art. 23. Fica revogada a OS IRF/SPO nº 5, de 8 de abril de 2011, publicada no DOU de 15/04/2011, Seção 1, pág. 24 a 26, e suas alterações posteriores.

Art. 24. Fica revogada a OS IRF/SPO nº 7, de 21 de dezembro de 2004, publicada no DOU de 14/01/2005.

Art. 25. Esta Ordem de Serviço entra em vigor em 24/10/2011, após sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO BALAGUER

ANEXO I
(OS IRF/SPO Nº 18/2011)

RECIBO DECLARATÓRIO

Identificação do Contribuinte
Razão Social:
CNPJ:

DECLARO:

1. Ter entregue à Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Paulo o(s) arquivo(s) digital(is) com Código de Identificação Geral do(s) Arquivo(s) nº: _____, gerado pelo Sistema de Validação e Autenticação de Arquivos Digitais - SVA, versão nº: _____, disponível no sítio da Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br), para fins de formalização de e-processo.

2. Na forma do art. 15 do ADE Coana nº 3/2006, publicado no DOU de 2/6/2006, e sob as penas da lei, que todas as imagens digitalizadas, contidas no(s) arquivo(s) de solicitação de HABILITAÇÃO/ALTERAÇÃO/REVISÃO no SISCOMEX/Radar, que instruem a solicitação acima, conferem com os seus respectivos originais.

3. Estar ciente que, caso haja suspeitas de apresentação de documento falso ou inidôneo, a habilitação do responsável por pessoa jurídica, a habilitação de pessoa física e o credenciamento de seus representantes no SISCOMEX ficarão sujeitos à revisão, conforme determina o inciso IV do art. 21 da IN SRF nº 650/2006, podendo ser suspensos, nos termos do art. 22 do mesmo ato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

4. Que, após a cópia do(s) arquivo(s), o meio físico da entrega do(s) mesmo(s) foi a mim restituído e que devo guardá-lo pelo prazo precluso de 30 (trinta) dias, prazo durante o qual poderei eventualmente manifestar-me expressamente sobre a validade das imagens dos documentos digitalizados constantes nos autos, mediante alegação motivada, fundamentada e comprovada da não conformidade antes ou durante o processo de digitalização. Para tanto, o inteiro teor dos autos do processo encontra-se disponível para consulta no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte - e-CAC, do sítio da Receita Federal do Brasil.

5. Que, não tendo me manifestado no prazo citado contra a validade das imagens dos documentos digitalizados, as mesmas serão consideradas válidas.

São Paulo, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do representante legal (ou seu procurador constituído)

ANEXO II

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEIRA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

SOLICITAÇÃO DE DADOS DO RADAR
(ANEXO II DA OS IRF/SPO Nº 18, DE 14/10/2011)

REQUERENTE

CNPJ/CPF	:
Nome/ Nome Empresarial	:
Representante legal/ Solicitante	:

DADOS SOLICITADOS

	SITUAÇÃO DA HABILITAÇÃO		MODALIDADE/SUBMODALIDADE HABILITADA		DATA DA HABILITAÇÃO
	RESPONSÁVEL LEGAL		ESTIMATIVA DO VOLUME DE OPERA ÇÕES		VALORES DAS TRANSAÇÕES NOS ÚLTIMOS 6 MESES

ATENÇÃO

1) Este formulário deverá ser preenchido SEM EMENDA, RASURA OU BORRÃO. O RECIBO da pesquisa fiscal, ABAIXO, deverá ser assinado SOMENTE NO ATO DA RETIRADA da pesquisa na RFB. A expedição do relatório é GRATUITA.

2) As informações solicitadas são PROTEGIDAS POR SIGILO FISCAL, portanto, somente o próprio contribuinte ou seu procurador podem fazer a pesquisa. A pesquisa NÃO poderá ser fornecida a TERCEIROS.

QUEM PODE REQUERER

I - O próprio interessado, quando se tratar de Pessoa Física;
II - O Titular de firma individual;
III - qualquer sócio, ainda que apenas cotista, havendo necessidade de apenas um signatário no requerimento, mesmo que o contrato estipule administração conjunta da sociedade;
IV - O dirigente da sociedade, representante legal, ou o preposto, desde que constem do Quadro de Sócios e Administradores informado no CNPJ na data da solicitação;
V – O procurador legalmente habilitado.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

I - Formulário "Solicitação de Dados no RADAR";
II - Cópia simples acompanhada do original ou cópia autenticada do Documento de identificação do requerente;
III - Cópia simples acompanhada do original ou cópia autenticada do instrumento que dá poderes ao procurador.

A PESQUISA SOMENTE PODERÁ SER RETIRADA PELO PRÓPRIO SOLICITANTE

RECEBI o relatório solicitado.
DATA: _____/_____/_____ ASSINATURA: _____

Versão de 10/2011
APROVADO PELA OS IRF/SPO Nº 18/2011

ANEXO III

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEIRA FEDERAL DO BRASIL - 8ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

RELATÓRIO DE CONSULTA DE DADOS NO RADAR
(ANEXO III DA OS IRF/SPO Nº 18, DE 14/10/2011)

REQUERENTE

CNPJ/CPF	:
Nome/ Nome Empresarial	:
Representante legal/ Solicitante	:

DADOS RECUPERADOS

SITUAÇÃO DA HABILITAÇÃO		- X -
MODALIDADE/SUBMODALIDADE HABILITADA		- X -
DATA DA HABILITAÇÃO		- X -
RESPONSÁVEL LEGAL	NOME:	- X -
	CPF:	- X -
ESTIMATIVA DOS VOLUMES DE OPERAÇÃO (IMPORTAÇÕES/EXPORTAÇÕES)		- X -
VALOR DAS TRANSAÇÕES NOS ÚLTIMOS 6 MESES (EM US$, CIF)		- X -

Os dados acima foram compilados do sistema RADAR, no dia _____/_____/_____.

Assinatura e carimbo do responsável pela consulta

Versão de 10/2011
APROVADO PELA OS IRF/SPO Nº 18/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA P

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício da função de Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau, no uso da competência prevista no artigo 236, inciso II do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB - aprovado pela Portaria MF 587, de 21/12/2010, DOU de 23/12/2010 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no artigo 7º, inciso I da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 25 de junho de 2003, no artigo 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e nos artigos 3º e 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas RESTAURANTE RODA VIVA LTDA ME, CNPJ 83.638.023/0001-53 e D&G COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ 74.156.670/0001-38, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de ausência de recolhimento ou recolhimento inferior ao devido das parcelas mensais do parcelamento.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido pelo interessado na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes, bem como na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau/SC, por meio de vista do processo administrativo instaurado em seu nome.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau/SC, no endereço: Rua Namy Deeke, n.º 40, Centro, Blumenau/SC, CEP 89010-130.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BURIGO DE SOUSA
Chefe

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 205, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Atualiza a relação dos produtos relativos ao Registro Especial nº 09201/019.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 280, inciso IX, combinado com o Artigo 220 e o artigo 307 inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo nº 11516.000341/2011-52 de 10 de fevereiro de 2011, declara:

Art.1º - O estabelecimento da empresa Indústria de Bebidas Pingo de Ouro Ltda, CNPJ nº 78.538.931/0001-35, situado à Rodovia SC 407, Km 12,5, s/nº, Bairro Santa Tereza, São Pedro de Alcântara, SC, está inscrito no Registro especial obrigatório sob o número 09201/019,conforme processo nº 11516.002809/99-78, de 11/11/99.

Art.2º - O estabelecimento supra citado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Registro Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA	Capacidade do Recipiente (ml)	Nº enquadramento
Cocktail Alcoólico	Pingo de Ouro -	SC-08025 00043-6	900	04942689732525
Aguardente Composta Adoçada	Magnata	SC-08025 00075-4	900	04863110731730
Aguardente de Cana Adoçada	Pingo de Ouro	SC-08025 00016-9	890	04546010728559
Coquetel Alcoólico	Maracujá Pingo de Ouro	SC-08025 00071-1	900	04942464732523
Aguardente de Cana Adoçada	Popular	SC-08025 00015-1	900	04546180728560
Coquetel Alcoólico	Ruscóvia	SC-08025 00040-1	965	04943678732535
Coquetel Alcoólico	Pingo de Ouro Catuaba	SC-08025 00068-1	900	04942801732527
Vodka	Biloff Pingo de Ouro	SC-08025 00066-5	900, 965	04862560731724 04862453731723
Aguardente de Cana	Pingo de Ouro Ouro	SC-08025 00072-0	700, 900	04883823731937 04883716731936
Coquetel Alcoólico	Conquistador	SC-08025 00070-3	890	04942240732521
Coquetel Alcoólico	Conquistador 1	SC-08025 00069-0	890	04942571732524
Coquetel Alcoólico	Raízes Amargas Pingo de Ouro	SC-08025 00045-2	900	04942132732520
Coquetel Alcoólico	Barra Limpa	SC-08025 00063-1	800	04951660732615
Coquetel Alcoólico	Magnata	SC-08025 00057-6	900	04943560732534
Coquetel Alcoólico	Pingo de Ouro Canelinha	SC-08025 00044-4	900	04943892732537
Coquetel Alcoólico	Menta Pingo de Ouro	SC-08025 00056-8	900	04943785732536
Aperitivo de Jurubeba	Juba de Ouro	SC-08025 00067-3	900	04883270731931
Coquetel Alcoólico	Amendoim Pingo de Ouro	SC-08025 00062-2	900	04942357732522
Coquetel Alcoólico	Limãozinho de Ouro	SC-08025 00055-0	900	04942072732519
Cachaça Adoçada	Pingo de Ouro Export	SC-08025 00032-1	700, 1000	04546626728565 04546733728566
Coquetel Alcoólico	Coco Pingo de Ouro	SC-08025 00061-4	900	04942796732526

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Art. 4º - Fica revogada a relação de produtos autorizados no artigo 2º do ADE DRF/FNS nº 11, de 23 de fevereiro de 2005.

Art. 5º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

ARI SILVIO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 194, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.08.378	DJEIMES ANDRE HOFFMANN	004.528.399-04
9A.08.379	MARCELO JUSTINIANO MOREIRA	287.211.848-95
9A.08.380	ELIGIA BRUCH DIAS GONCALVES	015.152.389-46
9A.08.381	JESSICA FABIANA EICHSTADT	056.421.949-50

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 195, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011

Cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro e inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.06.640	AUGUSTO MANOEL CORDEIRO	219.144.789-91
9A.07.135	ANA PAULA BESEN	035.196.929-29
9A.06.858	THIAGO ZUCCARELLI GARCIA TANAKA	018.147.069-17

Art. 2º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9D.03.613	AUGUSTO MANOEL CORDEIRO	219.144.789-91
9D.03.614	ANA PAULA BESEN	035.196.929-29
9D.03.615	THIAGO ZUCCARELLI GARCIA TANAKA	018.147.069-17

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 191, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

Concede à pessoa jurídica que especifica a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (Reidi) previsto nos arts. 1° a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentados pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, tendo em vista o disposto no despacho decisório exarado no Processo MF nº 13973.720233/2011-38, declara:

Art. 1º A pessoa jurídica Mata Velha Energética S/A, CNPJ nº 11.083.857/0001-39, está habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (Reidi) de que trata os arts. 1° a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentados pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art.2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 215, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.542	Guilherme Contini	009.692.920-07

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

TARSILA MARIA PASA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.553	Tainara Valiente Ojeda	012.630.740-73

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ADILSON VALENTE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso IV, e no art. 5º do Decreto nº 4.984, de 12 de fevereiro de 2004,

Considerando que o projeto da Empresa JATIÚCA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.340.915/0001-05, teve seus incentivos cancelados por intermédio da Resolução nº 21, de 11 de novembro de 2005, em virtude do suposto não enquadramento do projeto à nova sistemática de incentivos fiscais instituída pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e

Considerando que, por meio de diligências promovidas no bojo do Processo Administrativo nº 59001.000308/2005-19, verificou-se que a Empresa de fato apresentou os documentos necessários ao seu tempestivo enquadramento à sistemática de incentivos instituída pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, resolve:

Declarar nula a Resolução nº 21, de 11 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União - DOU, nº 219, p. 55 e 56, de 16 de novembro de 2005, especificamente em relação à Empresa JATIÚCA AGROPECUÁRIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.340.915/0001-05, por vício de motivo.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PORTARIA Nº 48, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 12 da Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2011, Seção 1, página 79 e 80, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 55, da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 (LDO-2011), e considerando a necessidade de adequar a programação orçamentária do Ministério da Integração Nacional, a fim de permitir a liberação de recursos por meio de convênio celebrado com Município, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo desta Portaria, a alteração da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias consignadas na Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA

ANEXO

53000 - Ministério da Integração Nacional
53101- Ministério da Integração Nacional

R$ 1,00

Programa de Trabalho	ESF	FTE	REDUÇÃO		ACRÉSCIMO	
			Modalidade	Valor	Modalidade	Valor
18.544.0515.1851.0025 - Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Estado da Paraíba.	**F**			**300.000**		**300.000**
		100	4450.00	300.000	4440.00	300.000
Total				**300.000**		**300.000**

JUSTIFICATIVA: A alteração orçamentária visa permitir a aplicação de recursos por meio de convênio celebrado com Municípios do Estado da Paraíba.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.306, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Disciplina a execução do Projeto Bolsa Formação para o ano de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, I e II, da Constituição Federal, e o Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007 e tendo em vista ao disposto no artigo 8º-E da Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, e no decreto 7.443 de 23 de fevereiro de 2011; resolve:

Art. 1º As solicitações de participação no Projeto Bolsa-Formação no ano de 2012 deverão ser feitas entre os dias 17 de outubro a 17 de novembro de 2011.

Parágrafo Único. Os profissionais que, na data da edição da presente Portaria, estiverem recebendo o benefício, não poderão solicitar participação no Projeto Bolsa-Formação no ano de 2012.

Art. 2º As solicitações de que trata o art. 1º serão apreciadas pelo coordenador local do Projeto Bolsa-Formação ou, no caso dos estados, pelo coordenador ou subcoordenadores estaduais, entre os dias 18 de novembro a 13 de dezembro de 2011.

Parágrafo Único. As solicitações de que trata o caput serão homologadas até o dia 19 de janeiro de 2012:

I - pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; ou

II - pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, no caso de agentes carcerários e agentes penitenciários.

Art. 3º As bolsas serão disponibilizadas de acordo com limite orçamentário e começarão a ser pagas em fevereiro de 2012, referentes ao mês de janeiro de 2012, sendo a última parcela paga em janeiro de 2013, referente ao mês de dezembro de 2012.

Parágrafo Único. Na hipótese do número de solicitações ser maior que o número de vagas disponibilizadas, terá preferência, pela ordem, aquele que nunca recebeu o benefício, aquele que contar com mais tempo na instituição, ou o mais idoso.

Art. 4º A solicitação do benefício deverá ser feita exclusivamente por meio do Sistema Nacional do Bolsa-Formação - SISFOR, devendo se anexados os seguintes documentos em formato e imagem legíveis:

I. no campo "contracheque", o mais recente contracheque, holerite ou demonstrativo de pagamento emitido pela instituição de origem do servidor;

II. o campo "PAD" (processo administrativo), o documento na forma do Anexo a esta Portaria;

III. no campo "nada consta estadual", certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça do Estado em que serve e, no caso dos integrantes das corporações militares, também a certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Militar do Estado, no mesmo arquivo;

IV - No campo "nada consta federal", certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Federal e, no caso dos integrantes das corporações militares também a certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Militar Federal, no mesmo arquivo.

§ 1º Na hipótese de existência de processo criminal, deverá constar o andamento processual.

§ 2º Na hipótese do documento ser anexado em campo incorreto o requerimento será reprovado.

§ 3º A veracidade das informações constantes no requerimento é de inteira responsabilidade do requerente.

§ 4º O requerimento poderá ser editado pelo requerente somente durante o período a que se refere o art. 1º.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

ANEXO I

(MODELO I)

Nome e logomarca da instituição
CERTIDÃO ADMINISTRATIVA
Declaramos que (NOME, CPF E CARGO) não foi condenado(a) nesta pela prática de infração administrativa de natureza grave nos últimos 5 (cinco) anos, a contar da data da emissão deste documento.
Cidade/Estado, dia, mês e ano.
_____assinatura_____
Nome do responsável
Cargo/Função
Endereço da instituição

PORTARIA Nº 2.308, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre a continuidade do emprego da FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA no Mato Grosso do Sul em apoio a Polícia Federal em terras indígenas

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº 11.473/07 e a manifestação do Senhor Diretor do DPF, solicitando apoio necessário da Força Nacional de Segurança Pública, a fim de garantir a manutenção da ordem pública em terras indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul, em especial nos arredores do município de Dourados-MS, conforme solicitação contida no Ofício nº 671/2011 - DG, datado de 05 de outubro de 2011.

Autorizo, em respeito à decisão judicial exarada nos autos do processo nº 0001049-10.2011.0.03.6002 (Ação Civil Pública), o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em caráter episódico e planejado em consonância com a Portaria nº 178/2010, para atuação em apoio ao Departamento da Polícia Federal, sob as seguintes orientações:

Art. 1º Os policiais da Força Nacional atuarão em apoio a Polícia Federal, nas ações de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas envolvidas na questão;

Art. 2º O número de policiais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação;

Art. 3º O prazo, no qual serão realizadas as atividades da Força Nacional, será de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis se necessário (art. 4º, parágrafo 3º, I, do Decreto 5.289/2004);

Art. 4º Nortearão as ações da Força Nacional os dispostos na lei 11.473, de 10 de maio de 2007, bem como o Decreto 5.289, de 29 de novembro de 2004;

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIAS DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017250/2009-48, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.309 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, AGUSTIN RIVERO SOLIZ, de nacionalidade boliviana, filho de Gustavo Rivero e de Josefina Soliz, nascido em Santa Cruz, Bolívia, em 28 de agosto de 1946, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017168/2010-57, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.310 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ALAN DULLER, de nacionalidade irlandesa, filho de Duller Alan e de Aisha Ahmed, nascido em Dublin, Irlanda, em 16 de janeiro de 1974.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.018438/2010-47, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.311 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ANTINO BROWNE, de nacionalidade inglesa, filho de Frank Browne e de Dorothy Nelson, nascido em Londres, Inglaterra, em 29 de dezembro de 1973, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.007362/2009-70, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.312 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, GUILLERMO JAVIER GARCIA GONZALEZ, de nacionalidade uruguaia, filho de Guilhermo Garcia Petrullo e de Anabel Gonzales Aquino, nascido em San José, Uruguai, em 27 de outubro de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010027/2008-99, do Ministério da Justiça, resolve

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 2.313 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ISA ALFREDO FERNANDO, de nacionalidade guineense, filha de Armando Alfredo e de Margarida Rodrigues Santi, nascida em Bissau, Guiné-Bissau, em 1º de dezembro de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.005464/2008-91, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.314 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JHENNY LENY SALVATIERRA CUELLAR, de nacionalidade boliviana, filha de David Salvatierra Arza e de Mary Cuellar Zampieri, nascida em Magdalena, Bolívia, em 21 de março de 1967, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.009681/2007-68, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.315 - Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 65 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JUAN PEDRO FUENTEALBA RIVERA, de nacionalidade chilena, filho de Juan Pedro Fuentealba Rivera e de Juanita Luisa Rivera Sepulveda, nascido em Santiago, Chile, em 25 de janeiro de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002172/2010-11, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.316 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JUDY GALVAN MARTINEZ, de nacionalidade filipina, filha de Nemesio Pintor Galvan e de Judith Habig Galvan, nascida em Pasay City, Filipinas, em 3 de agosto de 1963, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.008103/2008-95, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.317 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, DARKO BANIC, de nacionalidade croata, filho de Zvowimir Banic e de Slavica Banic, nascido em Zagreb, Croácia, em 11 de setembro de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012374/2009-37, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.318 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MAREK JAN RUBACKI, de nacionalidade polonesa, filho de Jan Rubacki e de Bogumita Rubacki, nascido em Gdanski, Polônia, em 23 de outubro de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.022576/2009-97, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.319 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, EDY FRANK CHIDERA, de nacionalidade nigeriana, filho de Chika Chidera e de Josephine Chidera, nascido em Anambra State, Nigéria, em 3 de dezembro de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012371/2009-01, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.320 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MALGORZATA KATARZYNA RACA, de nacionalidade polonesa, filha de Zdzislaw Raca e de Lídia Raca, nascida em Gdanski, Polônia, em 19 de fevereiro de 1971, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011962/2009-53, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.321 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MARIA ESTER PERALTA, de nacionalidade paraguaia, filha de Aquilino Peralta e de Paulina Fernandez, nascida em Presidente Franco, Paraguai, em 5 de setembro de 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012229/2010-90, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.322 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, NOELIA ELIZABETH ARCE BAEZ, de nacionalidade paraguaia, filha de Eusébio Arce e de Irmã Baez Romero, nascida na Ciudad Del Este, Paraguai, em 1º de outubro de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.003836/2007-42, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.323 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, OMARI ALI MKOKO ou MKONKO, de nacionalidade tanzaniana, filho de Ali Mkonko e de Hadija Mbruku, nascido em Dar Es Salaan, Tanzânia, em 17 de dezembro de 1975, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.024075/2009-45, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.324 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, PURA ROJAS DE SOLIZ, de nacionalidade boliviana, filha de Ramon Rojas e de Adélia Soliz, nascida em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, em 20 de janeiro de 1959, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011817/2009-72, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.325 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, RAFFAELE CONTE, de nacionalidade italiana, filho de Antonio Conte e de Putcharelo Conte Rosaria, nascido em Calvello, Itália, em 8 de dezembro de 1954, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.020503/2009-61, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.326 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, SORAYA HELENA VARELA CLARETE, de nacionalidade cabo-verdiana, filha de Antonio Maria Clarete e de Catarina Semedo Varela, nascida em Achadinha, Ilha de Santiago, Cabo Verde, em 1º de julho de 1988.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.022786/2009-85, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.327 - Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, STANIMIR KOSTADINOV STOIMENOV, de nacionalidade búlgara, filho de Costadim Borizlavov Stoimenov e de Cristinka Trifonoma Stoinenova, nascido em Karnobat, Bulgária, em 15 de maio de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.024111/1992-41, do Ministério da Justiça, resolve

Nº 2.328 - Revogar os efeitos do Decreto de 17 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de MAXWELL ONYEKA OZOANI ou BARRY CHIME OZOR, de nacionalidade nigeriana, filho de Daniel Ozoani e de Nnena Ozoani, nascido em Enugu, Nigéria, em 16 de junho de 1966.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.329, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Regulamenta os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça - GDAPEN e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal - GDAPEF.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e o Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e tendo em vista o disposto nos arts. 140 a 157 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, nos arts. 128 a 134 e 142 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada - GDAPEN, devida aos titulares dos cargos de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária, e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal - GDAPEF, devida aos titulares dos cargos de Agente Penitenciário Federal, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN.

Parágrafo único. A avaliação de desempenho visa promover a melhoria da qualificação dos serviços prestados pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN e subsidiar a política de gestão de pessoas.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para os fins previstos nesta Portaria, ficam definidos os seguintes termos:

I - avaliação de desempenho individual: monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais;

II - avaliação de desempenho institucional: monitoramento sistemático e contínuo do desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais estabelecidos para o DEPEN;

III - unidade de avaliação: subconjunto de unidades administrativas do DEPEN, agrupadas em razão da natureza das atividades e/ou dos processos de trabalho, conforme disposto no art. 7º;

IV - equipe de trabalho: conjunto de servidores que faça jus a uma das gratificações de desempenho de que trata o art. 1º desta Portaria, em exercício na mesma unidade de avaliação, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) servidores, a critério da chefia imediata;

V - ciclo de avaliação: período de doze meses considerado para realização da avaliação de desempenho individual e institucional;

VI - plano de trabalho: documento no qual serão registrados os dados referentes a cada etapa do ciclo de avaliação;

VII - chefia imediata: ocupante de cargo em comissão, responsável pela supervisão da avaliação de desempenho dos servidores que compõem a respectiva equipe de trabalho;

VIII - Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD: comissão responsável por orientar e supervisionar o acompanhamento de todas as etapas do processo de avaliação de desempenho individual e institucional e julgar, em última instância, os eventuais recursos interpostos quanto aos resultados das avaliações individuais; e

IX - Subcomissões de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - SubCAD: subcomissão instituída no âmbito das penitenciárias federais para acompanhar o processo de avaliação de desempenho e julgar, em última instância, os eventuais recursos interpostos quanto aos resultados das avaliações individuais.

Art. 3º Os valores a serem pagos a título de GDAPEN e de GDAPEF corresponderão ao somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual do servidor e institucional do DEPEN, observados o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, nas respectivas, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo LXXXIX e XC da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, respectivamente, e respeitada a seguinte distribuição:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - até 20 (vinte) pontos em função do resultado da avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos em função do resultado da avaliação de desempenho institucional do DEPEN.

Parágrafo único. A GDAPEN e a GDAPEF não poderão ser pagas cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo.

Art. 4º Compete à Coordenação de Recursos Humanos - CORH da Coordenação-Geral de Administração do DEPEN, em articulação com as unidades de avaliação:

I - planejar, coordenar, processar e concluir as avaliações de desempenho individual nas unidades de avaliação do DEPEN;

II - incluir no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE os dados referentes ao pagamento das gratificações de que trata o art. 1º;

III - coordenar o processo de capacitação ou de análise de adequação funcional dos servidores que obtiverem na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima, na forma do art. 11; e

IV - planejar, coordenar, processar e concluir a avaliação de desempenho institucional, a fim de apurar o alcance dos objetivos organizacionais, bem como preparar os atos necessários à publicação do ato de fixação das metas globais de desempenho institucional.

Art. 5º Para garantir a transparência das ações e a efetividade do processo de avaliação de desempenho individual, as chefias imediatas orientarão os subordinados acerca dos prazos para a conclusão dos procedimentos de avaliação e ainda adotarão as providências no sentido de que cada servidor proceda à auto-avaliação, bem como à avaliação individual dos demais membros da equipe de trabalho e de sua chefia imediata.

Art. 6º O ciclo de avaliação de desempenho individual e institucional terá a duração de doze meses, sendo iniciado a cada ano em 1º de novembro e encerrado em 31 de outubro do ano subseqüente, e compreenderá as seguintes etapas:

I - publicação das metas globais referentes à organização como um todo;

II - estabelecimento de compromissos de desempenho individual e institucional, entre a chefia e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais;

III - acompanhamento de todas as etapas do processo de avaliação de desempenho individual e institucional, sob orientação e supervisão da CORH e da CAD, observadas as respectivas competências, ao longo do ciclo de avaliação;

IV - avaliação parcial dos resultados obtidos, para fins dos ajustes necessários;

V - apuração final das pontuações para o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho;

VI - publicação do resultado final da avaliação; e

VII - retorno aos avaliados, visando discutir os resultados obtidos na avaliação de desempenho, após a consolidação das pontuações.

CAPÍTULO II

DAS UNIDADES DE AVALIAÇÃO

Art. 7º São consideradas unidades de avaliação do DEPEN, para os fins desta Portaria, as seguintes unidades administrativas:

I - Gabinete do Diretor-Geral - DG;

II - Diretoria-Executiva - DIREX

III - Coordenação-Geral de Administração - CGAD;

IV - Coordenação de Recursos Humanos - CORH;

V - Coordenação de Recursos Materiais - COREM;

VI - Coordenação de Orçamento e Finanças - COFIN;

VII - Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP;

VIII - Coordenação-Geral do Fundo Penitenciário Nacional - CGFPN;

IX - Coordenação de Análise e Acompanhamento de Convênios - COAAC;

X - Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial - COAPC;

XI - Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisa e Análise da Informação - CGPAI;

XII - Coordenação de Estatística e Análise da Informação - COESA;

XIII - Coordenação do Sistema Nacional de Informação Penitenciária - COINF;

XIV - Coordenação de Engenharia e Arquitetura - COENA;

XV - Coordenação de Elaboração e Consolidação de Atos Normativos - COAN;

XVI - Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino - CGRSE;

XVII - Coordenação de Apoio ao Trabalho e Renda - COATR;

XVIII - Coordenação de Apoio ao Ensino - COAPE;

XIX - Coordenação de Apoio às Escolas Penitenciárias - COAEP;

XX - Coordenação de Apoio à Assistência Jurídica, Social e à Saúde - COARS;

XXI - Coordenação de Benefícios e Apoio aos Conselhos - COBAC;

XXII - Coordenação-Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas - CGPMA;

XXIII - Diretoria do Sistema Penitenciário Federal - DISPF;

XXIV - Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção - CGICR;

XXV - Coordenação-Geral de Informação e Inteligência Penitenciária - CGIN;

XXVI - Coordenação-Geral de Tratamento Penitenciário - CGTP;

XXVII - Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal - CGSPF;

XXVIII - Diretorias de Presídio Federal - DIPREF;

XXIX - Divisão de Segurança e Disciplina - DISED;

XXX - Divisão de Reabilitação - DIREB;

XXXI - Serviço de Saúde - SESA; e

XXXII - Serviço Administrativo - SEAD.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

Seção I

Dos Servidores Não Ocupantes de Cargo em Comissão ou Função de Confiança

Art. 8º A avaliação de desempenho individual dos servidores não ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança em exercício na sede do DEPEN, nas penitenciárias federais e nas dependências do Departamento de Polícia Federal - DPF será feita com base em critérios e fatores que reflitam as competências do servidor, aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas e será composta pelos seguintes fatores de desempenho:

I - produtividade no trabalho: produzir o trabalho pactuado na sua totalidade, mediante a utilização de métodos e técnicas, observando o prazo e a qualidade estabelecidos;

II - comprometimento com o trabalho: orientar o desempenho das atividades profissionais para os interesses e objetivos organizacionais;

III - conhecimento de métodos e técnicas: desempenhar o trabalho com conhecimento sobre os procedimentos, normas e padrões necessários para exercer suas atividades;

IV - cumprimento de normas de procedimentos e de conduta: cumprir normas de procedimentos no desempenho das atribuições do cargo e de conduta de acordo com os princípios da administração pública; e

V - trabalho em equipe: colaborar com os demais membros da equipe no desempenho das atividades, facilitando o processo de integração, com vistas a atingir os objetivos de trabalho propostos.

§ 1º A cada fator deverá ser atribuída pontuação conforme escala a seguir:

I - desempenho adequado: 4 (quatro) pontos;

II - desempenho médio superior: 3 (três) pontos;

III - desempenho médio inferior: 2 (dois) pontos; e

IV - desempenho inferior: 1 (um) ponto.

§ 2º Será atribuído peso 1 (um) para cada um dos fatores.

§ 3º Para o cálculo da avaliação na dimensão individual, serão considerados:

I - conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de 15% (quinze por cento);

II - média dos conceitos atribuídos pelos demais integrantes da equipe de trabalho, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento); e

III - conceitos atribuídos pela chefia ou avaliador, na proporção de 60% (sessenta por cento).

§ 4º Para cálculo dos efeitos financeiros, a nota da avaliação individual de cada servidor será correlacionada às faixas definidas abaixo:

NOTA FINAL	Pontos - GDAPEN e GDAPEF
Até 5	5
De 5,01 a 9,99	10
De 10 a 14,99	15
De 15 a 20	20

§ 5º Na aferição da referida nota, deve o avaliador levar em consideração, inclusive, a segunda casa decimal.

§ 6º A avaliação de desempenho individual será aferida por meio do Formulário de Avaliação de Desempenho Individual, na forma dos Anexos I, II, III e IV, que serão disponibilizados no e-mail institucional do servidor, os quais deverão ser preenchidos, encaminhados para o e-mail avaliacao.depen@mj.gov.br, bem como impressos e entregues, devidamente assinados, no setor de apoio à CORH nas penitenciárias federais ou na própria CORH, conforme o caso.

Art. 9º Os resultados da avaliação serão processados no mês de novembro, com efeitos financeiros mensais a partir de 1º de dezembro de cada ano, pelo período de um ano.

§ 1º A avaliação de desempenho individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício nas atividades relacionadas ao plano de trabalho por, no mínimo, dois terços de um período completo de avaliação.

§ 2º Em caso de afastamentos e licenças considerados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito a percepção da gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a gratificação a que faz jus em valor correspondente ao da última pontuação obtida, até que seja processada sua primeira avaliação após o retorno.

Art. 10. Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo do DEPEN e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção GDAPEN ou da GDAPEF, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Art. 11. O servidor que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será submetido a processo de capacitação ou de análise de adequação funcional, conforme o caso, sob a responsabilidade da CORH.

Parágrafo único A análise de adequação funcional visa identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação de desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Seção II

Dos Titulares de Cargo em Comissão ou Função de Confiança

Art. 12. Os titulares dos cargos de provimento efetivo referidos no art. 1º desta Portaria, em exercício nos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do DEPEN, quando investidos em cargo em comissão ou função de confiança farão jus à GDAPEN ou à GDAPEF da seguinte forma:

I - os investidos em função de confiança ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho conforme disposto no art. 3º desta Portaria; e

II - os investidos em cargo de Natureza Especial ou em cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do DEPEN no período correspondente.

§ 1º Para o cálculo da avaliação na dimensão individual dos servidores referidos no inciso I do caput, serão adotados os procedimentos constantes no § 3º do art. 8º.

§ 2º Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAPEN ou à GDAPEF continuará a perceber a respectiva gratificação em valor correspondente à da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 13. Os ocupantes exclusivamente de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 não ocupantes de cargo de provimento efetivo e os servidores cedidos de outros órgãos ou entidades ocupantes de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 serão avaliados na dimensão individual, na forma prevista no art. 3º desta Portaria, em conformidade com o disposto no arts. 140, inciso I, e 146, da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, com o objetivo de promover a melhoria da qualificação dos serviços públicos.

Seção III

Dos Servidores em Exercício fora do DEPEN

Art. 14. Os titulares dos cargos de provimento efetivo referidos no art. 1º desta Portaria que não se encontrarem em exercício nos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do DEPEN, somente farão jus à GDAPEN ou à GDAPEF quando:

I - em exercício -no próprio DEPEN e, no caso dos Agentes Penitenciários Federais, também quando em exercício nas dependências do DPF, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício nos estabelecimentos penais e de internamento federais integrantes da estrutura do DEPEN;

II - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho conforme disposto no inciso I do caput deste artigo; e

III - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados nos incisos I e II do caput deste artigo, os servidores investidos em cargo de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação calculada com base no resultado da avaliação institucional do DEPEN no período.

Parágrafo único. A CORH comunicará as unidades de recursos humanos dos órgãos ou entidades de exercício dos servidores, do início dos procedimentos do ciclo, para que seja apurada a avaliação individual do servidor, nos termos do disposto nesta Portaria.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 15. A avaliação institucional visa aferir o desempenho do DEPEN e de suas unidades no alcance dos objetivos e metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas das atividades desenvolvidas.

Parágrafo único. As metas referentes à avaliação institucional deverão ser segmentadas em:

I - metas globais: referentes a todo o DEPEN, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA; e

II - metas intermediárias: referentes às equipes de trabalho, elaboradas em consonância com as metas globais, podendo ser segmentadas, segundo critérios geográficos, de hierarquia organizacional ou de natureza da atividade.

Art. 16. Para a avaliação de desempenho institucional deverá ser utilizada uma escala de 0 (zero) a 100% (cem por cento), que corresponderá a um mínimo de 25 (vinte e cinco) e um máximo de 80 (oitenta) pontos das gratificações referidas no art. 1º desta Portaria, considerando o alcance das metas previstas.

Seção I

Da Fixação das Metas de Desempenho Institucional

Art. 17. As metas globais, com os respectivos indicadores, serão fixadas anualmente para o período de 1º de novembro a 31 de outubro do ano subsequente, em ato do Diretor-Geral do DEPEN a ser publicado antes do início do ciclo de avaliação de que trata o art. 5º desta Portaria.

§ 1º As metas globais devem ser objetivamente mensuráveis, utilizando-se como parâmetros, indicadores de desempenho que visem aferir a qualidade dos serviços relacionados a atividades finalísticas do DEPEN, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores, quando houver, bem como a observância aos princípios da economicidade e de eficiência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011101700030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º As metas globais fixadas poderão ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que a própria unidade não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 18. As metas intermediárias devem ser definidas por critérios objetivos e comporão o plano de trabalho de cada equipe de trabalho e, salvo situações devidamente justificadas, serão previamente acordadas entre os membros da equipe de trabalho.

Seção II

Dos Critérios de Pontuação

Art. 19. O resultado, para as metas de desempenho institucional, será aferido mediante a apuração da razão entre as metas atingidas e as metas previstas para o ciclo, multiplicada por cem, até o limite de cem pontos percentuais.

Parágrafo único. A correlação entre o percentual de cumprimento das metas de desempenho institucional e a pontuação final da avaliação de desempenho institucional será estabelecida com base na escala a seguir:

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META DESEMPENHO INSTITUCIONAL	PONTUAÇÃO A SER ATRIBUIDA
75 < X £ 100%	80
65 < X £ 75%	70
55 < X £ 65%	61
45 < X £ 55%	52
35 < X £ 45%	43
25 < X £ 35%	34
0 < X £ 25%	25

Art. 20. Caberá ao Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN publicar e divulgar as metas de desempenho institucional e os resultados apurados a cada período, permanecendo acessíveis a qualquer tempo.

CAPÍTULO V

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 21. As unidades de avaliação deverão elaborar os planos de trabalho, contendo necessariamente:

I - as ações mais representativas da unidade de avaliação;

II - as atividades, projetos ou processos em que se desdobram as ações;

III - as metas intermediárias de desempenho institucional e as metas de desempenho individual propostas, com os respectivos indicadores;

IV - os compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início do ciclo de avaliação entre a chefia, a equipe e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais;

V - os critérios e procedimentos de acompanhamento do desempenho individual e institucional de todas as etapas ao longo do ciclo de avaliação, sob orientação e supervisão do gestor e da CAD;

VI - a avaliação parcial dos resultados obtidos, para subsidiar ajustes no decorrer do ciclo de avaliação; e

VII - a apuração final do cumprimento das metas e demais compromissos firmados de forma a possibilitar o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho.

§ 1º O plano de trabalho deverá abranger o conjunto dos servidores em exercício na unidade de avaliação, devendo cada servidor individualmente estar vinculado à pelo menos uma ação, atividade, projeto ou processo.

§ 2º Os resultados da avaliação de desempenho serão utilizados como instrumento de gestão, com a identificação de aspectos do desempenho que possam ser melhorados por meio de oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

CAPÍTULO VI

DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - CAD E DAS SUBCOMISSÕES DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - SUBCAD

Art. 22. Fica instituída a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD, com a finalidade de:

I - orientar e supervisionar os procedimentos de acompanhamento do desempenho individual e institucional em todas as etapas ao longo do ciclo de avaliação;

II - propor alterações consideradas necessárias para a melhor operacionalização dos procedimentos estabelecidos nesta Portaria;

III - dirimir dúvidas, intermediar e conciliar conflitos entre avaliadores e avaliados;

IV - julgar, em última instância, os recursos interpostos quanto ao resultado da avaliação individual, podendo, a seu critério, manter ou aumentar a pontuação final do servidor; e

V - elaborar seu regime de funcionamento.

Parágrafo único. A composição da CAD será definida em ato do Diretor-Geral do -DEPEN, podendo integrá-la servidores efetivos, em exercício no DEPEN, que não estejam em estágio probatório ou respondendo a processo administrativo disciplinar.

Art. 23. Ficam instituídas Subcomissões de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - SubCAD no âmbito das penitenciárias federais para acompanhar o processo de avaliação de desempenho e julgar, em última instância, os eventuais recursos interpostos quanto aos resultados das avaliações individuais.

Parágrafo único. A composição da SubCAD será definida pelo dirigente máximo da penitenciária federal, observado o disposto no parágrafo único do art. 22.

CAPÍTULO VII

DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO E DO RECURSO

Art. 24. O avaliado poderá apresentar pedido de reconsideração, devidamente justificado, contra o resultado de sua avaliação individual, no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento de cópia de todos os dados sobre avaliação.

§ 1º O pedido de reconsideração de que trata o caput será apresentado à unidade de apoio à CORH, que o encaminhará à chefia/avaliador do servidor no prazo de 1 (um) dia contado da data da recepção do pedido.

§ 2º Ao receber o pedido de reconsideração devidamente instruído, a chefia/avaliador do servidor o apreciará no prazo máximo de 5 (cinco) dias, podendo deferir o pleito total ou parcialmente, ou indeferi-lo.

§ 3º A decisão da chefia imediata do servidor, sobre o pedido de reconsideração interposto, será encaminhado à unidade de apoio à CORH ou à unidade de recursos humanos das penitenciárias federais, conforme o caso, que dará ciência da decisão ao servidor e à -CAD ou SubCAD, no máximo até o dia seguinte ao de encerramento do prazo para apreciação.

Art. 25. Na hipótese de deferimento parcial ou de indeferimento do pedido de reconsideração, o servidor poderá encaminhar recurso à CAD ou à SubCAD, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de comunicação ao servidor da decisão da chefia no pedido de reconsideração, que o julgará em última instância.

§ 1º O recurso deverá conter:

I - justificativa com parâmetros objetivos, contestando a pontuação recebida;

II - argumentação clara e consistente; e

III - solicitação de alteração dos pontos atribuídos.

§ 2º No caso de descumprimento dos prazos por parte do servidor, o pedido de reconsideração ou recurso será automaticamente indeferido.

§ 3º Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da gratificação de desempenho, o prazo para apresentação de reconsideração e recurso contará a partir da data de retorno ao serviço.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 26. Os casos omissos serão tratados pelo Diretor-Executivo do DEPEN.

Art. 27. Caberá aos envolvidos na avaliação a estreita observância dos procedimentos e prazos, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos dos arts. 121 a 126, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 28. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 2.331, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão realizada no dia 31 de agosto de 2011, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.36271, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de RICARDO ZARATTINI FILHO portador do CPF nº 010.141.858-23, e substituir a aposentadoria excepcional NB/58/077.374.311-1 de anistiado político nos valores que vem percebendo de R$ 12.149,42 (doze mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 12ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE TURMA A SER REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que no dia 19 de outubro de 2011, à partir das 9 horas, na sala 304 do Ed. Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2002.01.11349	A R	PAULO DE SANTANA MACHADO VERA NICE DE ARRUDA TOLEDO PIZA	Conselheiro Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	74
2.	2003.02.24483	A R	UMBERTO STORI RIGOS YVETTE MACHADO RIGOS	Conselheiro Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	93
3.	2003.02.24758	A R	PEDRO BRÁULIO DE SOUZA NETO FRANCISCA ODETE B DE SOUZA	Conselheiro Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	67
4.	2003.02.24782	A R	GUTTEMBERG CAVALCANTI GUILHERMINA PEREIRA CAVALCANTI	Conselheiro Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	72
5.	2003.02.26058	A R	ANTÔNIO AILTON QUERINO MARIA DO SOCORRO SANTOS QUERINO	Conselheiro Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	70
6.	2003.01.26071	A R	PAULO PINTO DA MOTTA LIMA ADELIA JUNQUEIRA MOTTA LIMA	Conselheiro Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	92
7.	2003.01.26827	A R	AMARILIO SPERONE ANGELA GIUNCO SPERONE	Conselheiro Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	87
8.	2003.01.26934 - 2006.01.52386	A R	DARCYLIO ARRUDA DA CONCEIÇÃO SALETTE DUARTE DAVID DA CONCEIÇÃO	Conselheiro Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	76
9.	2003.01.27059	A R	ALDO RIPASARTI BENEDICTA DOS SANTOS RIPASARTI	Conselheiro Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	90
10.	2003.01.27114	A R	JOSE COZZETTI ELZA TAVARES COZZETTI	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	91
11.	2003.01.27259	A R	FREDERICO GUILHERME DE CASTRO BRAGA MARIA CECILIA SAMPAIO BARBOSA BRAGA	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	79
12.	2003.01.27378	A R	JAYME DE SOUZA LIMA TEIXEIRA DIRCE MUNHOZ	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	68
13.	2003.01.27474	A R	LUIZ ALFREDO FALCÃO BAUER CELIA BRANDÃO FALCÃO BAUER	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	86
14.	2003.21.27782	A R	EDGARD FRANCISCO SANTANA MIRACY MENEZES SANTANA	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	78
15.	2003.21.27859	A R	JOSIAS NUNES DE AZEVEDO SANTOS LACYR MAIA SANTOS	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	79
16.	2003.21.28217	A R	LUIZ CARLOS MOREIRA DE PAIVA MARIA BRACIAK DE PAIVA E OUTROS	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	71

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

17.	2003.21.28240	A R	JOSE DE ANCHIETA NOGUEIRA IEDA OSTERO MAIA NOGUEIRA	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	80
18.	2003.21.28428	A R	NIVIO BARBOSA DA SILVA ARMINDA DUARTE DA SILVA	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	80
19.	2003.21.28449	A R	ANTONIO RODRIGUES DE MELLO TEREZA FREITAS DE MELLO	Conselheira Ana Maria de Oliveira	NUMERAÇÃO	67
20.	2003.21.28462	A R	NELSON MARIA DAS NEVES ELZA ELDA TRICCA NEVES	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	84
21.	2003.21.28482	A R	FRANCISCO SOARES DA SILVA ETELVINA STECHHAHN SILVA	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	74
22.	2003.21.28491	A R	OSWALDO MORGERO ROSA MARIA BELEM MORGERO	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	60
23.	2003.21.28501	A R	JOÃO VEIGA DO NASCIMENTO HILDA DA SILVA NASCIMENTO	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	72
24.	2003.21.28506	A R	ERMINIO SIMÕES DE MELO ANESIA DIAS SIMÕES DE MELO	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	86
25.	2003.21.28572	A R	EUGENIO FERNANDES CICERA FRANCISCA DE LIMA FERNANDES	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	63
26.	2003.21.28610	A R	AIDO FERNANDES GOMES UMBELICE DE LIMA FERNANDES GOMES	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	74
27.	2003.21.28878	A R	LAERTE CARNEIRO DA SILVA MARIA ARLETE CARNEIRO	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	61
28.	2003.21.28910	A R	ARCÍLIO QUINTO CARMEN ALVAREZ QUINTO	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	87
29.	2003.21.29331	A R	JOSÉ LEAL HULTMANN LILI CURY HULTMANN	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	NUMERAÇÃO	83
30.	2003.21.29711	A R	WILSON JUVENATO REIS IVANEIDE SOARES FROEDE	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	NUMERAÇÃO	64
31.	2003.21.32202	A R	ANTONIO RODRIGUES ESMERALDA SEVERINA NASCIMENTO RODRIGUES	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	NUMERAÇÃO	58
32.	2003.21.35482	A R	HENRIQUE MARTINS DOS SANTOS ELVIRA ALVES DOS SANTOS	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	NUMERAÇÃO	88
33.	2003.21.35570	A R	XISTO CIRINEU DE AZEVEDO JOSEFA VICENTE DE AZEVEDO	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	NUMERAÇÃO	90
34.	2003.21.35605	R	THEREZINHA CAETANO SOUZA	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	NUMERAÇÃO	85
35.	2003.21.35641	R	SOLANGE DE SÁ PEREIRA	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	NUMERAÇÃO	76
36.	2003.21.35739	A R	EDUARDO FERRER NEGRÃO IRACEMA ANTUNES NEGRÃO	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	NUMERAÇÃO	72
37.	2003.21.35765	A R	ALVARO NUNES APARECIDA BENTO NUNES	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	NUMERAÇÃO	79
38.	2003.21.34578	R	EDITH ANGELO DE C ARNAUT	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	-
39.	2003.21.35669	R	MARCILIA DE ARAÚJO MEDRADO FARIA	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	73
40.	2003.21.35971	R	MARIA BERENICE NEVES DA NOBREGA	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	85
41.	2003.21.36130	R	MARIETA DA SILVA DORNELLES	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	82
42.	2003.21.35719	R	EUNICE GUIMARÃES WANDEWROLK	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	79
43.	2003.21.36242	A R	GERALDO RODRIGUES APARECIDA BENEDITA RODRIGUES	Conselheira Ana Maria Guedes	NUMERAÇÃO	81
44.	2003.21.36245	A R	NELSON SALINAS MEIRA NARCISA LOPES MEIRA	Conselheira Ana Maria Guedes	NUMERAÇÃO	81
45.	2003.21.36261	A R	DOMINGOS BERNARDO RITA DIAS BERNARDO	Conselheira Ana Maria Guedes	NUMERAÇÃO	85
46.	2003.21.36278	A R	JOSE ANTONIO DO NASCIMENTO MARIA REIS DE SOUSA	Conselheira Ana Maria Guedes	NUMERAÇÃO	93
47.	2003.21.36290	A R	ELMO FERNANDES EDITH FRANCISCO FERNANDES	Conselheira Ana Maria Guedes	NUMERAÇÃO	81
48.	2003.21.36337	A R	JOSÉ ALVES DE SOUZA TEREZINHA GALLE SOUZA	Conselheira Ana Maria Guedes	NUMERAÇÃO	73
49.	2003.21.36338	A R	MARTINHO NELSON RIBEIRO DAVINA GLORIA LUIZ RIBEIRO	Conselheira Ana Maria Guedes	NUMERAÇÃO	78
50.	2003.21.36391	A R	NELSON GONÇALVES AUREA PEREIRA GONÇALVES	Conselheira Ana Maria Guedes	NUMERAÇÃO	78
51.	2003.21.36398	A R	JOÃO GRANATO LAURA AVOLIO GRANATO	Conselheira Ana Maria Guedes	NUMERAÇÃO	83
52.	2003.21.36406	A R	FERNANDO DE SOUSA APARECIDA V DA S DE SOUSA	Conselheira Ana Maria Guedes	NUMERAÇÃO	69
53.	2003.21.36407	A R	AMAURI SOARES COSTA NILDA MARTINS COSTA	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	82
54.	2003.21.36409	A R	JOSÉ DOS SANTOS ANA AUGUSTA DOS SANTOS	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	84
55.	2003.21.36430	A R	IRADIL SANTOS MELLO MERCEDES GOMES DE SÁ	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	74
56.	2003.21.36458	A R	ORLANDO DOS SANTOS ALTAIR RODRIGUES SANTOS	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	85
57.	2003.21.36693	A R	WASHINGTON LIMOEIRO LEITE ANGELA MARIA DE MELO LEITE	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	66
58.	2004.01.48265	A R	CARLOS ALBERTO D'AVILA ZAVATARO THEREZINHA DE BARCELLOS BAUMANN ZAVATARO	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	73
59.	2005.01.49949	A R	SERGIO LOPES ELENI CARDOSO LOPES	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	70
60.	2005.01.49960	A R	ARY ESTEVES FERNANDES MERCEDES GONÇALVES ESTEVES	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	94
61.	2008.01.60702	A R	NORMAN GALBRAITH NOWILL IGNEZ LENCIONE NOWILL	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	IDADE	100

Legenda:
A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.582, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08512.023535/2011-51-DELESP/SR/SP, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO GRAND PLAZA SHOPPING, CNPJ Nº 01.993.418/0001-00, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.268, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/003243/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A NACIONAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 01.193.606/0001-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Escolta Armada, para atuar em GOIÁS , com Certificado de Segurança Nº 1680/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.416, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/002949/DPF/AQA/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARQUES & MARQUES SEGURANÇA PRIVADA, CNPJ Nº 05.312.093/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança Nº 1780/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 13.448, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/3769 DPF/PGZ/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa AMÉRICA CURSOS DE SEGURANÇA S/C LTDA, CNPJ Nº 01.617.403/0001-47, sediada no PARANA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

29220 (vinte e nove mil, duzentos e vinte) Cartuchos de Munição Treina calibre 38,

14600 (quatorze mil e seiscentos) Espoletas para Munição calibre 38,

14600 (quatorze mil e seiscentos) Projéteis para Munição calibre 38,

5000 (cinco mil) Estojos para Munição calibre 38,

1050 (um mil e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

4000 (quatro mil) Gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.455, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/3797 DPF/MOS/RN, resolve: CONCEDER autorização à empresa NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES RIO GRANDE DO NORTE LTDA., CNPJ Nº 00.618.649/0002-51, sediada no RIO GRANDE DO NORTE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

500 (quinhentos) Cartuchos de Munição calibre 38,

300 (trezentos) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.493, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/3794 DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: CONCEDER autorização à empresa NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES RIO GRANDE DO NORTE LTDA., CNPJ Nº 00.618.649/0003-32, sediada no RIO GRANDE DO NORTE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

150 (cento e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

100 (cem) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.505, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2010/4793/DPF/GPB/PR, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa 3ª AÇÃO SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 11.503.924/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no PARANA, com Certificado de Segurança Nº 1816/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.509, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, tendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/003883/DPF/CGE/PB, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CHESF - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, CNPJ Nº 33.541.368/0036-46, para atuar na PARAÍBA.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.529, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/3648 DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: CONCEDER autorização à empresa VESEP VITORIA ESCOLA DE FORMÇÃO DE SEGURANÇA PROFISSIONAL LTDA., CNPJ Nº 06.190.604/0001-24, sediada no ESPÍRITO SANTO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5 (cinco) Revólver(es) calibre 38,

3 (três) Pistola(s) calibre 380,

2 (dois) Espingarda(s) calibre 12,

1000 (um mil) Cartuchos de Munição calibre 38,

70000 (setenta mil) Cartuchos de Munição Treina calibre 38,

47500 (quarenta e sete mil e quinhentos) Espoletas para Munição calibre 38,

47500 (quarenta e sete mil e quinhentos) Projéteis para Munição calibre 38,

1000 (um mil) Estojos para Munição calibre 38,

1000 (um mil) Cartuchos de Munição calibre .380,

7500 (sete mil e quinhentos) Cartuchos de Munição Treina calibre .380,

3100 (três mil e cem) Cartuchos de Munição calibre 12,

13000 (treze mil) Gramas de Pólvora,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre 38,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre .380,

1 (um) máquina de recarga para munição calibre 12 ,

20 (vinte) Espargidor(es) de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.,

2 (dois) Arma(s) de choque elétrico de contato direto,

2 (dois) Arma(s) de choque elétrico de lançamento de dardos energizados,

10 (dez) Granada(s) fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC),

5 (cinco) Granada(s) fumígenas de sinalização,

100 (cem) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto,

100 (cem) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico,

2 (dois) Lançador(es) de munição não-letal no calibre 12 (doze),

6 (seis) Filtro(s) com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.531, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/3843 DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: CONCEDER autorização à empresa NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES RIO GRANDE DO NORTE LTDA., CNPJ Nº 00.618.649/0001-70, sediada no RIO GRANDE DO NORTE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

500 (quinhentos) Cartuchos de Munição calibre 38,

500 (quinhentos) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.538, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/003194/DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVAL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 09.212.665/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no CEARÁ , com Certificado de Segurança Nº 1846/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.547, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo Nº 2011/3910/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa DOIS CC SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF: 11.507.416/0001-17, para exercer a atividade de Escolta Armada em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.550, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/3309 DPF/CXS/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 02.426.907/0006-57, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.564, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/3764 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa IDEAL CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 00.934.005/0001-91, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

50000 (cinquenta mil) Cartuchos de Munição Treina calibre 38,

198000 (cento e noventa e oito mil) Espoletas para Munição calibre 38,

198000 (cento e noventa e oito mil) Projéteis para Munição calibre 38,

20000 (vinte mil) Estojos para Munição calibre 38,

23300 (vinte e três mil e trezentos) Espoletas para Munição calibre .380,

23300 (vinte e três mil e trezentos) Projéteis para Munição calibre .380,

10000 (dez mil) Estojos para Munição calibre .380,

1700 (um mil e setecentos) Espoletas para Munição calibre 12,

8000 (oito mil) Estojos para Munição calibre 12,

2000 (dois mil) Buchas para Munição calibre 12,

108000 (cento e oito mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 23, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, amparado pela orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, NOTA Nº 72/2011/CCJ/CGJUDI/CJ, resolve:

Art. 1º Declarar a suspensão da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do Centro de Apoio Integrado ao Deficiente Físico - CAIDEFI, registrado no CNPJ no 06.094.059/0001-72, em atendimento à determinação judicial exarada nos autos da Ação de Dissolução Judicial, Processo Nº 748/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ABRÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 24, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, amparado pela orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, NOTA Nº 72/2011/CCJ/CGJUDI/CJ, resolve:

Art. 1º Declarar a suspensão provisória da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do Centro Integrado de Apoio Profissional - CIAP, registrado no CNPJ no 04.351.940/0001-86, em atendimento à determinação judicial exarada nos autos da Ação Civil Pública Nº 5010224-60.2010.404.7000/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ABRÃO

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DO CHEFE

No uso das atribuições a mim conferidas pela Portaria 02, de 23 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2007, decido:

Tendo em vista a falta de cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão, o que denota falta de interesse de agir do naturalizando, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por ANTOINE NADER processo n.º 08505.070188/2008-40, nos termos do art. 118, parágrafo único, da Lei Nº 6.815/80 c/c art. 40 da Lei Nº 9.784/99.

Tendo em vista que o naturalizando contraria as condições dispostas no inciso IV do art. 112, da Lei Nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por SAMIH ABOU ALI, processo n.º 08505.023028/2011-15, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

Tendo em vista que o naturalizando não foi localizado no endereço declarado nos autos, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por HOUSSEIN BALLOUK, processo n.º 08505.021142/2011-01, nos termos do art. 118, parágrafo único da Lei 6.815/80.

Tendo em vista que o naturalizando contraria as condições dispostas no inciso V do art. 112, da Lei Nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por ALBERTO SOTO LOCK, processo n.º 08376.000860/2011-58, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

Tendo em vista que não foram satisfeitos os requisitos exigidos pelo art. 102 da Lei Nº 6.815/80 e art. 81 do Decreto Nº 86.715/81, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por LEE MEI MAN, processo Nº 08505.039723/2011-91.

Tendo em vista que o naturalizando contraria as condições dispostas no inciso III do art. 112, da Lei Nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por JULIO CESAR COELHO SANTARCIERI, processo n.º 08441.001039/2011-28, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

Tendo em vista que a naturalizanda contraria as condições dispostas no inciso II do art. 112, da Lei Nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por AUDE MADELEINE FRANCOISE M J J DE KERVENOAEL CHABOR DE L'ALLIER, processo n.º 08506.003721/2007-77, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

Tendo em vista que a naturalizanda encontra-se no exterior, sem previsão de retorno, o que denota a descontinuidade da residência no País, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por VIKTORIA EVA FORDOS PONZO, processo n.º 08280.005289/2011-27, nos termos dos artigos. 118, parágrafo único, e 112, III, ambos da Lei 6.815/80.

Tendo em vista que não foram satisfeitos os requisitos exigidos pelo art. 102 da Lei Nº 6.815/80 e art. 81 do Decreto Nº 86.715/81, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por BLASIA BALBUENA BRITOS, processo Nº 08335.022026/2010-19.

Tendo em vista que o naturalizando contraria as condições dispostas no inciso VI do art. 112, da Lei Nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por CHUKWUEMEKA GODWINFRANCIS EZEDIOKPU, processo n.º 08505.019534/2010-11, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

JOÃO BÔSCO DE SOUZA
Substituto

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.
Processo Nº 08504.012778/2011-63 - SPYRIDON ALVERTOS.

CARLOS EUGÊNIO REZENDE E SILVA
Substituto

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:
Processo Nº 08354.004354/2011-96 - WILLIAM JAMES FADGEN, até 28/08/2013
Processo Nº 08354.004809/2011-73 - ANDREA ACCAMO, até 17/10/2013
Processo Nº 08354.004882/2011-45 - ELIE ALBERT MOUJAESS, até 04/11/2013
Processo Nº 08514.004703/2011-90 - LEONID CHARAKHOVSKI, até 02/09/2012.
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:
Processo Nº 08270.018683/2011-44 - SALVADOR OLIVEIRA NHAGA, até 20/09/2012
Processo Nº 08270.018692/2011-35 - PAULA SAM NAJUTE, até 21/09/2012
Processo Nº 08270.018695/2011-79 - MANCAUE BAIFAZ MENDES PEREIRA, até 28/09/2012
Processo Nº 08270.018697/2011-68 - RISALETE FRANCISCO UPAKAR DA SILVA MENDES, até 28/09/2012
Processo Nº 08270.018709/2011-54 - LELO GOMES, até 04/10/2012
Processo Nº 08270.018725/2011-47 - JAIRSON SIDNEY DOS REIS MENDES PEREIRA, até 04/10/2012
Processo Nº 08270.018743/2011-29 - AISSATU SAUANE, até 20/09/2012
Processo Nº 08270.018746/2011-62 - NIRAIDA ARMINDO SAQUI, até 20/09/2012
Processo Nº 08270.018747/2011-15 - OLIVIO ANTONIO GOMES, até 20/09/2012
Processo Nº 08270.018760/2011-66 - ALEXANDRE BUALTE TCHUDA, até 20/09/2012
Processo Nº 08270.018763/2011-08 - LAURINDO CA, até 24/08/2012
Processo Nº 08270.018778/2011-68 - DIONISIO NHAGA MENDONCA, até 24/08/2012
Processo Nº 08270.019133/2011-42 - ITIENE JULIO LIMA, até 04/10/2012
Processo Nº 08270.019136/2011-86 - KARINE ENEIDA SILVA DE PINA, até 28/09/2012
Processo Nº 08354.003516/2011-79 - ADELIA ALY MUELA, até 20/08/2012.
DEFIRO o pedido de transformação do visto Diplomático, em Temporário item IV, nos termos do parecer favorável do Ministério das Relações Exteriores, fixando o prazo de validade do visto, pelo período de 01 (hum) ano, até: 16/07/2012. Processo N° 08280.025470/2011-50 - ABDULRASHID UMAR.
DEFIRO o pedido de transformação do visto Diplomático, em Temporário item IV, nos termos do parecer favorável do Ministério das Relações Exteriores, fixando o prazo de validade do visto, pelo período de 01 (hum) ano, até: 16/07/2012. Processo N° 08280.025562/2011-30 - MUHAMMED NASIR UMAR.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionados:
Processo Nº 08000.013721/2011-52 - HENRY AIGBUZA OSAZUWA, até 03/10/2013
Processo Nº 08000.014464/2011-76 - ALAIN GASTON ROISINE, até 03/10/2013.
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.
Processo N° 08000.007672/2011-19 - RITCHIE JACOB KNOBLAUCH, até 05/07/2012.
Considerando que o visto do interessado já garante a estada em território nacional até a data pretendida, determino o Arquivamento do feito nos termos do art. 52 da Lei Nº 9.784/99.
Processo N° 08280.005594/2011-19 - AKPAULAI TIMOTHEE BEZALEL KONAN.
Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 07/06/2011, Seção I, pág.44, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.003911/2011-61 - PAVELS NIKULINS.
Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 25/03/2011, Seção I, pág.77, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.012094/2010-51 - PETER GIBSON.
Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 12/09/2011, Seção I, pág.26, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.008347/2011-73 - TSUYOSHI YAGI.
INDEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho. Processo Nº 08705.010559/2010-01 - SHUNSUKE MIZUNO.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 309, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Divulga as metas de desempenho institucional a serem alcançadas no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, referentes ao 1º Ciclo de Avaliação de Desempenho, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, correspondente ao período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, bem como fixa meta global do Ministério da Pesca e Aquicultura para este Ciclo de Avaliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal e o Decreto de 13 de junho de 2011, bem como a competência que lhe foi subdelegada pela Portaria n.º 1.056, de 11 de junho de 2003, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo desta Portaria, as metas de desempenho institucional a serem alcançadas no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura, referentes ao 1º Ciclo de Avaliação de Desempenho, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, correspondente ao período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Adotar como meta global do Ministério da Pesca e Aquicultura para este Ciclo de Avaliação o percentual médio de realização das metas dos indicadores setoriais.

Art. 3º Compete a Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento - CPO aferir o resultado da avaliação das metas, fundamentada nas informações das Unidades de Avaliações, definidas na portaria nº 258, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 2011.

Art. 4º O resultado da avaliação institucional, após apurado, deverá ser publicado, por ato do Secretário Executivo, até o último dia útil do mês subseqüente ao término do ciclo de avaliação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA

ANEXO

INDICADORES SETORIAIS

PROGRAMA	AÇÃO	INDICADOR	META
1342 - Desenvolvimento sustentável da Pesca	Apoio à renovação da frota artesanal	Percentual do número de embarcações renovadas em 2011	50%
1342 - Desenvolvimento sustentável da Pesca	Apoio a projetos demonstrativos na atividade da pesca	Percentual do número de projetos demonstrativos na atividade da pesca implantados em 2011	100%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011101700034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1344 - Gestão da Política Pesqueira	Apoio a unidades de ensino em aqüicultura e pesca	Percentual do número de unidades de ensino em aqüicultura e pesca apoiadas em 2011	70%
1342 - Desenvolvimento Sustentável da Pesca	Apoio e implantação da infra-estrutura aquícola e pesqueira nacional	Percentual do número de unidades de infra-estrutura aquícola e pesqueira nacional implantadas em 2011	60%
1344 - Gestão da Política Pesqueira	Capacitação de profissionais em aqüicultura e pesca	Percentual do número de profissionais em aqüicultura e pesca capacitados em 2011	50%
1344 - Gestão da Política Pesqueira	Apoio à extensão aquícola e Apoio à assistência técnica e extensão pesqueira	Percentual do número de pescadores e aquicultores atendidos com assistência técnica e extensão pesqueira em 2011	60%
1344 - Gestão da Política Pesqueira	Monitoramento da atividade aquícola e pesqueira nacional	Percentual do número de monitoramentos realizados em 2011	70%
1344 - Gestão da Política Pesqueira	Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas de Gestão da Aqüicultura e Pesca	Percentual do número de sistemas desenvolvidos em 2011	100%
1343- Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	Fomento a unidades produtoras de formas jovens de organismos aquáticos (6108)	Percentual do número de unidades produtoras de formas jovens de organismos aquáticos apoiadas em 2001	50%
1343 - Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	Apoio ao funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva aquícola (8090)	Percentual do número de unidades integrantes da cadeia produtiva aquícola apoiadas em 2011	50%
1343 - Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	Apoio a implementação da aquicultura em águas públicas (8070)	Percentual do número de estudos realizados em 2011	50%
1343 - Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	Implantação da Aquicultura em águas públicas (8897)	Percentual do número de parques implantados em 2011	80%

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA Nº 40, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria Nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e a Portaria MPA Nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Lei Nº 9.784, de 19 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR Nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa MPA Nº 2, de 25 de janeiro de 2011, e do que consta no processo MPA Nº 00350.005341/2011-62, resolve:

Art. 1º Determinar, de oficio, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais, efetivados no Estado da Bahia, relacionado nominalmente no Anexo desta Portaria, conforme disposto do inciso VII do art. 21 da Instrução Normativa MPA Nº 2, de 25 de janeiro de 2011.

Parágrafo único. A relação nominal, de que trata o caput deste artigo, será divulgada no endereço eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada na sede da Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado da Bahia.

Art. 2º O interessado ou seu representante legal poderá apresentar recurso administrativo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do comunicado de suspensão, via notificação por AR.

Parágrafo único. O recurso administrativo de que trata o caput deverá ser protocolado na sede da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado da Bahia, que deverá analisar os recursos recebidos, sob a coordenação e acompanhamento do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA, desta Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC.

Art. 3º Concluída a fase de análise dos recursos administrativos, serão considerados definitivamente cancelados o registro e a Carteira de Pescador dos recorrentes que tiverem seus recursos indeferidos, assim como daqueles que não apresentaram recurso administrativo na forma estabelecida nesta Portaria.

Parágrafo único. Nos cancelamentos, previstos nesta Portaria, a inscrição do pescador ficará na situação cadastral de "Registro Cancelados", como disposto do inciso IV do art. 22 da Instrução Normativa MPA Nº 2, de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA Nº 41, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria Nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e a Portaria MPA Nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Lei Nº 9.784, de 19 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR Nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa MPA Nº 2, de 25 de janeiro de 2011, e do que consta no processo MPA Nº 00350.004841/2011-87, resolve:

Art. 1º Determinar, de oficio, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais, efetivados no Estado da Bahia, relacionado nominalmente no Anexo desta Portaria, conforme disposto do inciso IX do art. 21 da Instrução Normativa MPA Nº 2, de 25 de janeiro de 2011.

Parágrafo único. A relação nominal, de que trata o caput deste artigo, será divulgada no endereço eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada na sede da Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado da Bahia.

Art. 2º O interessado ou seu representante legal poderá apresentar recurso administrativo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do comunicado de suspensão, via notificação por AR.

Parágrafo único. O recurso administrativo de que trata o caput deverá ser protocolado na sede da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado da Bahia, que deverá analisar os recursos recebidos, sob a coordenação e acompanhamento do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA, desta Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC.

Art. 3º Concluída a fase de análise dos recursos administrativos, serão considerados definitivamente cancelados o registro e a Carteira de Pescador dos recorrentes que tiverem seus recursos indeferidos, assim como daqueles que não apresentaram recurso administrativo na forma estabelecida nesta Portaria.

Parágrafo único. Nos cancelamentos, previstos nesta Portaria, a inscrição do pescador ficará na situação cadastral de "Registro Cancelados", como disposto do inciso IV do art. 22 da Instrução Normativa MPA Nº 2, de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA Nº 42, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria Nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e a Portaria MPA Nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Lei Nº 9.784, de 19 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR Nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa MPA Nº 2, de 25 de janeiro de 2011, e do que consta no processo MPA Nº 00350.004842/2011-21, resolve:

Art. 1º Determinar, de oficio, o cancelamento do registro dos pescadores profissionais, efetivados no Estado da Bahia, relacionado nominalmente no Anexo desta Portaria, conforme disposto do inciso IX do art. 21 da Instrução Normativa MPA Nº 2, de 25 de janeiro de 2011.

Parágrafo único. A relação nominal, de que trata o caput deste artigo, será divulgada no endereço eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada na sede da Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado da Bahia.

Art. 2º O interessado ou seu representante legal poderá apresentar recurso administrativo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do comunicado de suspensão, via notificação por AR.

Parágrafo único. O recurso administrativo de que trata o caput deverá ser protocolado na sede da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado da Bahia, que deverá analisar os recursos recebidos, sob a coordenação e acompanhamento do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA, desta Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC.

Art. 3º Concluída a fase de análise dos recursos administrativos, serão considerados definitivamente cancelados o registro e a Carteira de Pescador dos recorrentes que tiverem seus recursos indeferidos, assim como daqueles que não apresentaram recurso administrativo na forma estabelecida nesta Portaria.

Parágrafo único. Nos cancelamentos, previstos nesta Portaria, a inscrição do pescador ficará na situação cadastral de "Registro Cancelados", como disposto do inciso IV do art. 22 da Instrução Normativa MPA Nº 2, de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA Nº 52, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Portaria IBAMA nº 97, de 22 de agosto de 1997, na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004 e do que consta nos Processos nº 00373.000406/2010-34 e nº 21030.002229/99-79, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido do interessado, a Permissão Prévia de Pesca para captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, no litoral Sudeste/Sul, com auxílio de rede de Arrasto, da embarcação pesqueira denominada "REI DA GALILEIA III", de propriedade de JOSÉ CARLOS INÁCIO E OUTRO.

Art. 2º Conceder, em substituição a embarcação "REI DA GALILEIA III", autorização de pesca, com auxílio de Rede de Arrasto, para a captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, no litoral Sudeste/Sul, para a embarcação pesqueira denominada "CASTELO BRANCO", de propriedade de ÁUREO ROBERTO SANDOVAL JUNIOR e inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 021-022655-2.

Parágrafo único. A emissão da Autorização de Pesca de que trata o caput será de responsabilidade da Coordenação Geral de Registro e Licenças da Pesca Artesanal, Ornamental e Industrial - CGRPC/SEMOC/MPA.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA Nº 49, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto na Portaria IBAMA nº 97, de 22 de agosto de 1997, na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004 e do que consta nos Processos nº 00377.000187/2004-13 e nº 02022.001489/96-66, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca para captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, no litoral Sudeste/Sul, com auxílio de rede de Arrasto, da embarcação pesqueira denominada "W. LOPES", de propriedade de ALEXANDRE DE MACEDO FERNANDES LOPES e inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 381-017988-4.

Art. 2º Conceder, em substituição a embarcação "W. LOPES", autorização de pesca, com auxílio de Rede de Arrasto, para a captura de Camarão Rosa/Fauna Acompanhante, no litoral Sudeste/Sul, para a embarcação pesqueira denominada "SHALON ARREMA", de propriedade de FRANCISCO MANUEL NUNES e inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 403-015855-2.

Parágrafo único. A emissão da Autorização de Pesca de que trata o caput será de responsabilidade da Coordenação Geral de Registro e Licenças da Pesca Artesanal, Ornamental e Industrial - CGRPC/SEMOC/MPA.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA Nº 55, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria Nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e a Portaria MPA Nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR Nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa MPA Nº 2, de 25 de janeiro de 2011, e do que consta nos processos MPA Nº 00350.003896/2011-70, 00350.004195/2011-58, 00350.004360/2011-71 e 00350.004556/2011-66, resolve:

Art. 1º. Determinar, de oficio, com fundamento no inciso VII do art. 21 da Instrução Normativa MPA Nº 2, de 25 de janeiro de 2011, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, com registro no Estado do Pará, conforme relação nominal anexa a esta Portaria.

Art. 2º. A relação nominal mencionada no art. 1º desta Portaria, com os respectivos motivos de cancelamento, será divulgada no endereço eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada na sede da Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado da Pará.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º. O interessado ou seu representante legal poderá apresentar recurso administrativo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do comunicado de cancelamento, via notificação por AR.

Parágrafo único. O recurso administrativo de que trata o caput deverá ser protocolado na sede da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Pará, que deverá analisar os recursos recebidos, sob a coordenação e acompanhamento do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA, desta Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC.

Art. 4º. Concluída a fase de análise dos recursos administrativos, serão considerados definitivamente cancelados o registro e a Carteira de Pescador dos recorrentes que tiverem seus recursos indeferidos, assim como daqueles que não apresentaram recurso administrativo na forma estabelecida nesta Portaria.

Parágrafo único. Nos cancelamentos, previstos nesta Portaria, a inscrição do pescador ficará na situação cadastral de "Registro Cancelados", como disposto do inciso IV do art. 22 da Instrução Normativa MPA Nº 2, de 2011.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

PORTARIA Nº 56, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria Nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, do disposto no artigo 14 do anexo I do Decreto Nº 6.972, de 27 de setembro de 2009, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SEAP/PR Nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa SEAP/PR Nº 18, de 27 de julho de 2007, na Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº 3, de 31 de janeiro de 2011, na Instrução Normativa MPA Nº 3, de 17 de fevereiro de 2011 e do que consta no Processo Nº 00350.002406/2006-51 resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado parcial do processo seletivo para a concessão de Autorizações de Pesca para arrasto de camarão sete barbas, no litoral das Regiões sudeste e sul, instituído pela Instrução Normativa MPA Nº 3, de 31 de janeiro de 2011.

Parágrafo Único. O resultado parcial de que trata este artigo, com a discriminação da relação nominal, por Unidade da Federação, das embarcações selecionadas, estará disponível no sítio do MPA (www.mpa.gov.br).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES



Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 158, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre localização de Agências da Previdência Social - APS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto Nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria/MPS Nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução 153, de 12 de setembro de 2011.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando

a. o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS; e

b. a necessidade de adequar a rede atendimento da Previdência Social, resolve:

Art. 1º Ficam localizadas as seguintes APS do Projeto de Expansão da Rede:

I - Agência da Previdência Social Palotina - APSPLT, tipo D, código 14.021.17.0, vinculada à Gerência-Executiva Cascavel, Estado do Paraná;

II - Agência da Previdência Social Bananeiras - APSBNN, tipo D, código 13.001.19.0, vinculada à Gerência-Executiva João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, aos Órgãos Específicos, aos Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO AUGUSTO SANGUINETTI FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto Nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, a Instrução SPC Nº 11, de 11 de maio de 2006, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS Nº 028230/82, comando Nº 348292401, resolve:

Nº 601 - Art. 1º Aprovar o Modelo Certificado de Regulamento de Plano de Benefícios Instituidor Certificação Nº 81.201.102-18, administrado pelo INFRAPREV - Instituto Infraero de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto Nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas, no Processo MPAS Nº 30000.003378/85, comando Nº 337913058 e juntada Nº 348709864, resolve:

Nº 602 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os incisos I e II do artigo 71, do Regulamento do Plano Previdenciário de Benefícios Definidos - CNPB Nº 1985.0014-38, administrado pela Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce - FAPECE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.155875/2005-56
Operadora: Caixa de Assistência a Saúde da Universidade
Registro na ANS nº:316873
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311715/2010-61
Operadora: Porto Alegre Clínicas S/C Ltda
Registro na ANS nº: 356870
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.008494/2007-41
Operadora: Pro Salute Serviços Para a Saúde Ltda
Registro na ANS nº: 369373
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311747/2010-66
Operadora: SAMP MINAS Assistência Médica Ltda
Registro na ANS nº: 346471
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028184/2006-61
Operadora: Santa Casa de Misericórdia São Joaquim da Barra
Registro na ANS nº: 345091
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 2860211673 (competência 01/2005).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028258/2006-60
Operadora: Serpram - Serv de Prest de Assistência Médico-Hospitalar
Registro na ANS nº: 306649
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.008615/2007-54
Operadora: SERVMED SAÚDE LTDA
Registro na ANS nº: 326356
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157551/2007-14
Operadora: Unimed Abolição Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Registro na ANS nº: 355453
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177617/2010-98
Operadora: Unimed Apucarana Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 358096
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311945/2010-20
Operadora: Unimed Cabo Frio Cooperativa Trabalho Médico Ltda
Registro na ANS nº: 323357
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 3307100660985 (competência 02/2007).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.350351/2010-34
Operadora: Unimed de Bragança Paulista Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº:348066
Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177671/2010-33
Operadora: Unimed de Campo Grande/MS Cooperativa de Trabalho Médico

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Registro na ANS nº: 312851

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028415/2006-37

Operadora: Unimed de Campos Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº:352683

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.101084/2010-73

Operadora: Unimed de Cascavel Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 370070

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028420/2006-40

Operadora: Unimed de Catanduva Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 351407

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.101093/2010-64

Operadora: Unimed de Fernandópolis Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 326089

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312205/2010-19

Operadora: Unimed Patos de Minas Cooperativa Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº:353060

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.350511/2010-45

Operadora: Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop Médicas

Registro na ANS nº:319996

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.009011/2004-82

Operadora: Unimed Natal Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 335592

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312179/2010-11

Operadora: Unimed Natal Soc Coop de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 335592

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.283279/2010-22

Operadora: Unimed Nordeste RS Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda

Registro na ANS nº: 325571

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento parcial do recurso em relação à identificação representada pela AIH nº 4306105581525 (competência 12/2006) e pelo não provimento total do recurso relativo as AIHS listadas no despacho nº 245/2011/DIOPE/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028647/2006-95

Operadora: Unimed Noroeste de Minas Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 315494

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028670/2006-80

Operadora: Unimed Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 344397

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312229/2010-60

Operadora: Unimed Regional de Campo Mourão Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Registro na ANS nº: 306100

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312112/2010-86

Operadora: Unimed Sertãozinho Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 344150

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.283377/2010-60

Operadora: Unimed Valença Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº:407062

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902. 116439/2004-81

Operadora: DIX ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

Registro ANS: 362921

Beneficiário: A.M.S

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIDES, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância que considerou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902. 199629/2005-14

Operadora: UNIMED CURITIBA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro ANS: 304701

Beneficiário: R.B.M

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIDES, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância que considerou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 308ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902. 133887/2005-20

Operadora: UNIMED CURITIBA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro ANS: 304701

Beneficiário: M.I.M.F

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIDES, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância que considerou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot ANS nº: 33902.200694/2005-91

Operadora: IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

Registro ANS: 321095

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS), permanecendo suspensa à exigibilidade do crédito tributário, bem como estando sobrestados a inscrição em Dívida Ativa, o ajuizamento da execução fiscal e a inscrição no CADIN enquanto perdurar a discussão judicial acerca da procedência dos valores cobrados pela ANS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot ANS nº: 33902.202769/2005-79

Operadora: UNIMED (RS) ITAQUI SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA

Registro ANS: 316172

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.026996/2006-72

Operadora: AGROS - INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL

Registro na ANS nº: 368920

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027542/2006-19

Operadora: Ampara Assistência Médica Paraíso Ltda

Registro na ANS nº: 325465

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.310929/2010-10

Operadora: ASSOCIAÇÃO POLICIAL DE RIBEIRÃO PRETO APAS

Registro na ANS nº: 408794

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 3507101849856 (competência 01/2007).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.282600/2010-51

Operadora: Caixa Assistencial e Beneficente dos Funcionários da ACARESC

Registro na ANS nº: 327557

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 4206103462330 (competência 10/2006).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028217/2006-73

Operadora: Ceam Brasil - Planos de Saúde S/A

Registro na ANS nº: 311472

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 2940886949 (competência 01/2005).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.093455/2004-98

Operadora: Central Nacional Unimed Cooperativa Central

Registro na ANS nº: 339679

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.099241/2003-44

Operadora: Central Nacional Unimed Cooperativa Central

Registro na ANS nº: 339679

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso de 2ª instância relativo as AIHS listadas no despacho nº 3181/2011/DIFIS/ANS e pelo não conhecimento do recurso de 3ª instância das AIHS listadas no despacho nº 3181/2011/DIFIS/ANS, por ser intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.046701/2008-46

Operadora: Centro Trasmontano de São Paulo

Registro na ANS nº: 303623

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.158891/2003-39

Operadora: CLINIPAM - Clinica Paranaense de Assistência Médica Ltda

Registro na ANS nº: 340782

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso de 3ª instância, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.156902/2007-70

Operadora: Comedh Saúde Assistência Integrada de Saúde Ltda

Registro na ANS nº: 411931

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.349889/2010-04

Operadora: Cooperativa de Trabalho Médico de Pouso Alegre

Registro na ANS nº: 337188

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.053908/2005-24

Operadora: Excelsior Med Ltda

Registro na ANS nº: 411051

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027807/2006-89

Operadora: Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Pará e Amapá

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Registro na ANS nº: 332755

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177245/2010-08

Operadora: Federação Interfederativa das Cooperativas de Trabalho Médico do Est. MG

Registro na ANS nº: 363944

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, referente a AIH nº 3106109000841 (competência 07/2006), por ser intempestivo e pelo conhecimento e não provimento do recurso relativo a AIHS 3506117824341 (competência 07/2006) e 9906300070194 (competência 08/2006), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.008127/2007-47

Operadora: FUNDAÇÃO CESP

Registro na ANS nº: 315478

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027822/2006-27

Operadora: Fundação CHESP de Assistência e Seguridade Social

Registro na ANS nº: 317233

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 2961267507 (competência 03/2005).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027832/2006-62

Operadora: Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social Elos

Registro na ANS nº: 315095

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 2925064582 (competência 02/2005).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.349958/2010-71

Operadora: Fundação São Francisco Xavier

Registro na ANS nº: 339954

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.093636/2004-14

Operadora: Grupo Serviços de Medicina Ltda

Registro na ANS nº: 391727

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311511/2010-20

Operadora: HOSPITAL EVANGÉLICO DE RIO VERDE

Registro na ANS nº: 414956

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177332/2010-57

Operadora: IRB BRASIL RESSEGUROS S/A

Registro na ANS nº: 310786

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027936/2006-77

Operadora: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIO CLARO

Registro na ANS nº: 347655

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027917/2006-41

Operadora: IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTOS

Registro na ANS nº: 316491

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311595/2010-00

Operadora: Irmandade de Misericórdia de Americana

Registro na ANS nº: 413313

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311596/2010-46

Operadora: IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE MONTE ALTO

Registro na ANS nº: 333808

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311621/2010-91

Operadora: Madre Theodora Assistência Médica Hospitalar Ltda

Registro na ANS nº: 402036

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.350087/2010-39

Operadora: Nossa Saúde Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda

Registro na ANS nº: 372609

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177414/2010-00

Operadora: Nova Clínica Serviços Médicos Ltda

Registro na ANS nº: 330353

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177420/2010-59

Operadora: Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde Consaúde S/S Ltda

Registro na ANS nº: 350729

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311667/2010-19

Operadora: OPERADORA DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE CONSAÚDE S/S LTDA

Registro na ANS nº: 350729

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311692/2010-94

Operadora: PLAMEDH Plano de Assistência Médico Hospitalar Ltda

Registro na ANS nº: 413551

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 3107103158346 (competência 01/2007).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.282919/2010-87

Operadora: PLASAC PLANO DE SAÚDE LTDA

Registro na ANS nº: 306444

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 3506123745476 (competência 11/2006).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.185865/2004-64

Operadora: Poli Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda

Registro na ANS nº: 351270

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 2877211986 (competência 05/2004).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.100874/2010-31

Operadora: Pró-Saúde Assistência Médica S/C Ltda

Registro na ANS nº: 312029

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157374/2007-76

Operadora: QUALIMED LTDA

Registro na ANS nº: 409847

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028267/2006-51

Operadora: S - Serviços Médicos Ltda (denominação atual da SIM SERVIÇO IBIRAPUERA DE MEDICINA LTDA)

Registro na ANS nº: 380555

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.350164/2010-51

Operadora: SAMEDIL - Serviços de Atendimento Médico Ltda

Registro na ANS nº: 335614

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 3207101229013 (competência 05/2007).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.108033/2006-96

Operadora: Samp Minas Assistência Médica Ltda

Registro na ANS nº: 346471

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311803/2010-62

Operadora: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PASSOS

Registro na ANS nº: 333875

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028234/2006-19

Operadora: SAUDE TOTAL LTDA

Registro na ANS nº: 359068

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, eis que intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 2876081813 (competência 01/2005).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.350209/2010-97

Operadora: Saúde Santa Tereza Ltda

Registro na ANS nº: 414930

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.311858/2010-72

Operadora: Sind Assal Ativ, Ap e Pens Empr Ger Transm Distrib Elétrica RS -SENERGISUL

Registro na ANS nº: 382833

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, relativo as AIHS listadas no despacho nº 477/2011/DIPRO/ANS, por ter ocorrido a perda de seu objetivo em razão do pagamento do débito e pelo conhecimento e não provimento do recurso das AIHS listadas no despacho nº 477/2011/DIPRO/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 309ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.028211/2006-04

Operadora: SÃO LUCAS SAÚDE S/A

Registro na ANS nº: 344362

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 310ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 29 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177037/2010-09

Operadora: AMENO ASSISTÊNCIA MÉDICA S/S LTDA

Registro na ANS nº: 409464

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 310ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 29 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.349713/2010-44

Operadora: ALLIANZ SAUDE S/A

Registro na ANS nº: 000515

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 310ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 29 de setembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.177036/2010-56

Operadora: AME - ASSISTÊNCIA MÉDICA A EMPRESAS LTDA

Registro na ANS nº: 304531

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

DESPACHOS DO DIRETOR

O Diretor responsável pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, do art. 28, da Resolução Normativa nº 4, de 19 de abril de 2002, em cumprimento ao parágrafo único, do art.6º da Instrução Normativa -IN nº 4 /DIDES, de 06 de junho de 2002, torna público o DEFERIMENTO, nos mês de setembro de 2011, dos parcelamentos de débitos abaixo especificados:

CNPJ	RPD	N. º de Parcelas	Valor Parcelado	Natureza do débito
87.547.444/0001-20	1578358	10	R$ 16.865,74	Ressarcimento ao SUS
87.547.444/0001-20	1562210	09	R$10.189,73	Ressarcimento ao SUS
04.966.545/0001-08	1560374	27	R$32.065,16	Ressarcimento ao SUS
70.094.578/0001-30	1257839	17	R$21.860,67	Ressarcimento ao SUS
52.956.901/0001-55	1564806	21	R$22.251,05	Ressarcimento ao SUS
15.594.468/0001-29	1370880	60	R$316.231,22	Ressarcimento ao SUS
28.553.121/0001-80	1562039	13	R$14.034,58	Ressarcimento ao SUS
23.802.218/0001-65	1431837	60	R$268.479,93	Ressarcimento ao SUS
00.840.048/0001-08	1559228	10	R$11.252,30	Ressarcimento ao SUS
00.840.048/0001-08	1414446	05	R$ 6.009,97	Ressarcimento ao SUS
51.612.828/0001-31	1397380	07	R$28.316,40	Ressarcimento ao SUS

Encontra-se disponível na internet, no endereço www.ans.gov.br, o demonstrativo dos parcelamentos deferidos.

O Diretor responsável pela Diretoria de Desenvolvimento Setorial, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, do art. 28, da Resolução Normativa nº 4, de 19 de abril de 2002, em cumprimento ao parágrafo único, do art.6º da Instrução Normativa -IN nº 4 /DIDES, de 06 de junho de 2002, torna público o INDEFERIMENTO, no mês de julho de 2011, do parcelamento de débitos abaixo especificado:

CNPJ	RPD	N. º de Parcelas	Valor Parcelado	Natureza do débito
84.638.345/0001-65	1408517	54	R$54.318,83	Ressarcimento ao SUS

Encontra-se disponível na internet, no endereço www.ans.gov.br, o demonstrativo do parcelamento indeferido.

BRUNO SOBRAL DE CARVALHO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

DECISÃO DE 6 DE OUTUBRO DE 2011

O Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e consoante o disposto no art.15, V c/c art. 25, todos da RN 48, de 19/09/2003, vem por meio deste dar ciência da decisão proferida em processos administrativos às Operadoras relacionadas a seguir.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
	33902.115262/2004-03	MEDICAL HEALTH OPERADORA DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA	337781	52.565.587/0000-80	Art. 20, caput, da Lei 9656/98 c/c art.4º da RDC 85/01 c/c art. 1º da RN 39/03 c/c art. 2º da RN 96/2005, deixar de encaminha à ANS, no prazo estabelecido, os dados do SIP referente ao 4º trimestre de 2003.	R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
	33902.157814/2005-23	SERRA DO MAR SAÚDE E BEM ESTAR S/C LTDA	40.675-9	03.098.513/0001-75	Art. 20, caput, da Lei 9656/98 e do art. 4º, da RDC 85/01, deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, dados ao SIP, referente ao trimestre de 2004.	R$ 10.000,00 (dez mil reais).
	33902.051589/2005-12	PRISA ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR S/C LTDA	40.254-1	03.044.932/0001-24	Art. 20, caput, da Lei 9656/98 c/c art. 3º da RE DIOPE 01/11 c/c art.5º da RN 29/03, deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3º trimestre de 2004.	R$ 10.000,00 (dez mil reais).
	33902.132410/2004-46	HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO JOAQUIM LTDA	35.022-2	50.486.026/0001-60	Art. 20, caput, da Lei 9656/98 c/c art.35-A, parág. único, deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os pareceres de auditoria independente, referentes aos exercícios de 2001, 2002, 2003.	R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
	33902.157370/2005-26	POLICLÍNICA CENTRAL DA TAQUARA LTDA	40.528-1	30.476.618/0001-93	Art. 20, caput, da Lei 9656/98 e do art. 4º, da RDC 85/01, deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, dados ao SIP, referentes ao 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2004.	R$ 10.000,00 (dez mil reais).

EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES

NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
	25779.009146/2009-97	SOSAUDE ASSISTENCIA MEDICO HOSPITALAR LTDA	410926.	03.550.445/0001-33	Aplicar variação contraprestação pecuniária, em 06/09, por mudança faixa etária, em desacordo c/ % contratados, cont. regulamentado da Srª A.M.S., qdo benef. completou 54 anos; deixar comunicar ANS reaj. de 9,0%, em 03/07, plano coletivo firmado c/ Líder Brindes Indústria e Comércio Ltda (CNPJ 04163510/0001-30), plano nº 447049034, contrato/apólice 1353. (Art.15 da Lei 9.656; art. 20, caput, da Lei 9656 c/c art. 14 da RN 156).	42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS)
	25779.000435/2010-64	SOSAUDE ASSISTENCIA MEDICO HOSPITALAR LTDA	410926.	03.550.445/0001-33	Deix. gar. cob. atend. urgência, em 15/7/09, benef. D.M.D.M., cont. individual, registro ANS 455.751/07-4, em decorrência de acidente pessoal; cobrar indevidamente co-participação procedimentos realizados durante internação de D.M.D.M., no Hosp. Vila da Serra, em 07/09, em descumprimento cl. 8.1.1 do contrato. (art. 35-C, da Lei n.º 9.656/98 c/c art. 3º, § 2º, da CONSU 13/98 e art. 25, da Lei n.º 9.656/98).	96.000,00 (NOVENTA E SEIS MIL REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
	33902.166017/2010-02	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deix. de gar. as cobs. obrigs. prevs. (Art.12, I,"b" da Lei 9.656/98); Estabelecer disposições que violem a legislação em vigor, ao estipular regra de não autorizar a realização de procedimentos solicitados por dentistas (Art.25, da Lei 9.656/98).	110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS)
	33902.126653/2010-93	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP. MÉDICAS	319996.	43.643.139/0001-66	Recusar a participação de consumidores, em planos de assistência à saúde. (Art.14 da Lei 9.656).	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
	33902.079484/2010-95	UNIMED CENTRO SUL FLUMINENSE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	320897.	39.210.844/0001-00	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, II, "e" da Lei 9.656/98).	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
	33902.342087/2010-65	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Aplicar reajuste por mudança de faixa etária, sem previsão contratual. (Art.25 da Lei 9.656/98).	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.106042/2010-29	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98).	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.035693/2010-27	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Imputar cumprimento de carência para a realização de procedimento em data posterior ao decurso do prazo de dois anos da assinatura do contrato.(Art.11, parágrafo único e Art.12, II da Lei 9.656/98 c/c Art. 15 da RN 162/07).	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.014652/2011-88	UNIMED CRUZEIRO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	356107.	45.198.009/0001-97	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, II, "d" da Lei 9.656/98).	Anulação do AI 38.521 / Arquivamento.

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

NÚCLEO EM RIBEIRÃO PRETO

DECISÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.028160/2010-12	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Exigir ou aplicar reajs. ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.15 da Lei 9.656).	Improcedência. Anulação do auto nº 33711 e arquivamento do sancionador após publicação em D.O.U.

LUIZ PAULO FAGGIONI

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 27 DE MAIO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.030742/2010-51	ASSOCIAÇÃO POLICIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - APAS SOROCABA	410128.	71.559.272/0001-74	Deixar de encam. à ANS os docs. ou as infors. sobre os % de reaj. e rev. aplic. ao contr. do benef. W.F.de M.. Art. 20, caput, da Lei 9.656/98, c/c Art. 13, da RN 171/2008.	Advertência

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 10 DE JUNHO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.023965/2010-61	ÔMEGA SAÚDE - OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	358126.	01.778.871/0001-01	Deixa de gar. cob. p/ desp. hosp. inerentes à realiz. dos proced. artrodese de col. via ant. ou póst. lat. - tratam. cirúr.e laminectomia. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9656/98.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 15 DE JULHO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.000332/2010-85	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Deixar de proceder à adapt. do contr. à Lei nº. 9.656/98, qndo solicit. pelo benef. M.M.. Art. 35, §1º, da Lei 9.656/98.	Advertência

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 22 DE JULHO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.075423/2009-31	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Rescindir unilater. o contr. indiv. do benef. M.N.C.. Art. 13, § ún., inc. II, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 29 DE JULHO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.016153/2008-45	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deix. de gar., benef. É.G.S., cober. p/ Endos. Diges. Alta com Pesq. de H.Pylori. Art. 1º, §1º, alín. d, c/c art. 12, inc. I, alín. b, ambos da Lei 9.656/98, c/c art. 2º, inc. VI, da Resol. CONSU 08/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.000658/2010-11	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar. cobert. p/ atend. hosp. ao benef. AB, decor. de acid. do trab. Art.25 da Lei 9.656/98, p/ constat. da cond. prev. no art. 78 da RN 124/2006.	60.000,00 (Sessenta Mil Reais)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 19 DE AGOSTO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.073295/2009-91	UNIMED DE GUARULHOS COOPER. DE TRAB. MEDICO	333051.	74.466.137/0001-72	Deixar de gar. cob. int. p/ o Ureterolitotripsia Transureterosc. por Ondas de Choq., à benef. M.V.B.. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	64.000,00(SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 26 DE AGOSTO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.000687/2010-74	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.	379697.	02.929.110/0001-68	Rescindir o contr. indivi. da benef. E.P.S. Art.13, § únic., inc.II, da Lei 9.656/1998.	16.000,00 (Dezesseis mil reais)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 2 DE SETEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.035916/2008-57	LUMINA SAÚDE S/A	304638.	96.328.356/0001-28	Deixar de gar. o aces. ao Hosp. São Rafael, p/ real. cirur. de colecistec. a benef. MAS. Art.12, inc.II, alín."a", da Lei 9656/98.	80.000,00 (Oitenta mil reais)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.056518/2010-99	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Não garan. a remoção da benef. ACYY em situação de emerg.. Art. 35-C, inc. I, da Lei 9.656/98, c/c arti. 7º, §2º e §3º, da Res. CONSU 13/1998, alt. pela Res. CONSU 15/99.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.035432/2009-99	UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS	304701.	75.055.772/0001-20	Deixar de cumpr. as normas regul. ref. ao atend. de urg. emerg.. ao benef. MCB. Art.35-C Lei 9.656/98.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
25789.035118/2008-25	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de gart. cob. obr. de desp. de acomp. à benef. GLT. Art. 12, inc. II, alín. f. Lei nº 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.059754/2010-67	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de gar. cobert. obrig. prev. no art. Art.12, inc. II Lei 9.656/98	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.002908/2007-43	SANTA HELENA ASSISTÊNCIA MÉDICA S/A.	355097.	43.293.604/0001-86	Por rescindir o contr. indiv. do benef., JBJ, Art.13, § úni., alín. II, Lei nº 9.656/98	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.030831/2010-05	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garant. Cob. p/ proc. Cir. Laparotomia à benef. FAP Art.35-C, Lei 9.656/98 c/c Art.3º.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
25789.000309/2010-91	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Reduzir a rede hosp. creden., s/ aut. da ANS. Art. 17, § 4º. da Lei 9656/98,	1.545.145,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS)
25789.044785/2010-13	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP. MÉDICAS	319996.	43.643.139/0001-66	Deixar de garant. as cobert. obrig. ao benef. EAS. prev. Art. 12, Inc. I, alín. a e e, Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25789.020746/2010-21	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar., à benef. RAA, cob. p/ mamogr. bilat.. Art. 12, inc. I, da Lei 9.656/98.	Auto de infração anulado. Arquivamento
25789.021438/2010-12	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de gar. cob. obr. previstas no Art.12, inc. I, alín a, Lei nº.9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.049035/2010-38	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Não env. no prazo estab. as infor. doc. Relac. à Sra. M.A.P.C. Art.20, caput da Lei 9.656/98.	Auto de Infração 36.165 anulado por improcedência, Arquivamento.
25789.021393/2010-86	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gart. cobt. obr. prev. no Art.II, alín. a, Lei nº 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

GERÊNCIA-GERAL DE AJUSTE E RECURSO

DECISÃO DE 14 DE JULHO DE 2011

O Gerente-Geral de Ajuste e Recurso, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 14, de 18/09/2007, publicada no DO de 21/09/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 22 e § 2º do art. 25, ambos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas a seguir, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.146194/2002-54	ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DO ESPIRITO SANTOS	35.791-10	01.711.582/0001-87	Art. 1º da RDC nº 3, de 20/01/00, o art. 4º da RN nº 17, de 11/11/02, e o art. 3º da RN nº 88, de 04/01/05, encaminhar de forma incorreta as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares e dependentes ao informar de forma divergente a quantidade de beneficiários no SIB.	Improcedência (anulação do AI nº 13609). Arquivamento.

FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA TELLES

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DESPACHOS DA GERENTE-GERAL
Em 11 de outubro de 2011

Nº 2.573 -
Processo 33902.207159/2003-08

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Ao representante legal da empresa RIOCOR SERVICOS MÉDICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 72.224.835/0001-36, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 38199 na data de 06/10/2011, pela constatação da conduta: 1) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1o. trimestre de 2001; 2) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2o. trimestre de 2001; 3) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3o. trimestre de 2001; 4) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 4o. trimestre de 2001; 5) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1o. trimestre de 2002; 6) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2o. trimestre de 2002, 7) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3o. trimestre de 2002 e 8) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 4o. trimestre de 2002, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656, de 03/06/1998, artigo 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001, artigo 3º c/c RN 29, de 01/04/2003, artigo 5º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

Nº 2.574 -
Processo 33902.037567/2010-15.

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Ao representante legal da empresa ODONTO SERVICE ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/S LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 01.604.483/0001-04, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 38203 na data de 06/10/2011, pela constatação da conduta prevista no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Parecer de Auditoria Independente do exercício de 2006, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: 1) Lei 9.656/98, art. 20, caput c/c IN DIOPE 08, de 28/12/2006, c/c item 6.2.3 do Anexo I, Capítulo I - Normas Básicas, da Instrução Normativa - DIOPE nº 09, de 14 de fevereiro de 2007 c/c IN DIOPE nº 24/08 c/c IN DIOPE nº 36/09 c/c IN DIOPE Nº 46/11, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

Nº 2.574 -
Processo 33902.199953/2009-58

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Ao representante legal da empresa ODONTO SERVICE ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/S LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 01.604.483/0001-04, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 38202 na data de 06/10/2011, pela constatação da conduta Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/00, e no artigo 36 da RN 124, de 30/03/2006: - Deixar de enviar à ANS as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependentes, nos meses de março a setembro de 2009, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei nº 9.656/98, art. 20, caput c/c Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 03, de 20/01/2000, artigo 5º c/c RN 17, de 11/11/2002, art. 4º e art. 6º c/c RN 53, de 14/11/2003, art. 1º c/c RN 88, de 04/01/05, art. 3º e art. 7º c/c na RN 187/09 c/c IN DIDES 35/09 c/c RN 250/11 c/c DIDES 46/11, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

Nº 2.576 -
Processo 33902.052275/2005-37

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Ao representante legal da empresa RIOCOR SERVICOS MÉDICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 72.224.835/0001-36, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 38198 na data de 06/10/2011, pela constatação da conduta: 1) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1o. trimestre de 2003; 2) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2o. trimestre de 2003; 3) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3o. trimestre de 2003; 4) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 4o. trimestre de 2003; 5) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1o. trimestre de 2004; 6) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2o. trimestre de 2004 e 7) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3o. trimestre de 2004, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656, de 03/06/1998, artigo 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001, artigo 3º c/c RN 29, de 01/04/2003, artigo 5º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

Em 13 de outubro de 2011

Nº 2.580 -
Processo 33902.051839/2005-14.

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Ao representante legal da empresa SANADENT ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA SC LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 75.986.455/0001-27, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 38211 na data de 10/10/2011, pela constatação da 1) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1o. trimestre de 2003; 2) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2o. trimestre de 2003; 3) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3o. trimestre de 2003; 4) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS re-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ferente ao 4o. trimestre de 2003; 5) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1o. trimestre de 2004; 6) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2o. trimestre de 2004 e 7) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3o trimestre de 2004, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656, de 03/06/1998, artigo 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001, artigo 3º c/c RN 29, de 01/04/2003, artigo 5º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

Nº 2.581 -
Processo 33902.051547/2005-81

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Ao representante legal da empresa UNIDOCTOR ASSISTENCIA MÉDICA S.A. inscrita no CNPJ sob o nº 01.598.974/0001-81, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 38212 na data de 10/10/2011, pela constatação da conduta prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1o. trimestre de 2003; 2) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2o. trimestre de 2003; 3) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3o trimestre de 2003; 4) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 4o. trimestre de 2003; 5) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1o trimestre de 2004; 6) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2o trimestre de 2004 e 7) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3o. trimestre de 2004, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656, de 03/06/1998, artigo 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001, artigo 3º c/c RN 29, de 01/04/2003, artigo 5º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

Nº 2.582 -
Processo 33902.207833/2003-46.

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Ao representante legal da empresa UNIDOCTOR ASSISTENCIA MÉDICA S.A. inscrita no CNPJ sob o nº 01.598.974/0001-81, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 38213 na data de 10/10/2011, pela constatação da conduta prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1o. trimestre de 2001; 2) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2o. trimestre de 2001; 3) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3o. trimestre de 2001; 4) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 4o. trimestre de 2001; 5) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 1o. trimestre de 2002; 6) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 2o. trimestre de 2002; 7) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3o. trimestre de 2002 e 8) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006, ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 4o. trimestre de 2002, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656, de 03/06/1998, artigo 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001, artigo 3º c/c RN 29, de 01/04/2003, artigo 5º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

Nº 2.583 -
Processo 33902.054331/2008-11

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Ao representante legal da empresa UNIÃO PLANOS DE SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.417.964/0001-28, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 31858 na data de 25/11/2009, pela constatação da conduta prevista no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, as informações requisitadas através do Requerimento de Informações - RI nº 1203/2007/GGTAP/DIPRO/ANS, de 15 de agosto de 2007, referentes ao "Acompanhamento da Atenção à Saúde na Saúde Suplementar - Área de atenção saúde mental", conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656/98, art. 20, caput, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

Nº 2.590 -
Processo 33902.181501/2009-10

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência:

Ao representante legal da empresa UNIÃO PLANOS DE SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.417.964/0001-28, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 33243 na data de 08/04/2010, pela constatação da conduta prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3º trimestre de 2006; 2) Prevista no inciso IV, artigo 6º da RDC 24, de 13/06/2000 e no artigo 35 da RN 124, de 30/03/2006: ao deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, o Documento de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 4º trimestre de 2006, conforme processo em epígrafe, infringindo os seguintes dispositivos legais: Lei 9.656, de 03/06/1998, artigo 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001, artigo 3º c/c Resolução Normativa - RN 29, de 01/04/2003, artigo 5º c/c IN DIOPE 03, de 18/05/2005, artigo 1º, §1º; 2) Lei 9.656, de 03/06/1998, artigo 20, caput c/c RE DIOPE 01/2001, artigo 3º c/c Resolução Normativa - RN 29, de 01/04/2003, artigo 5º c/c IN DIOPE 03, de 18/05/2005, artigo 1º, §1º, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 16, IV e 18 da RN 48/2003, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada na Gerência Geral de Fiscalização Regulatória, situada na Avenida Augusto Severo, 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.021-040.

MERCEDES SCHUMACHER

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.642, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução), tendo em vista o disposto na Portaria GM/MS n° 1.269, de 1º de junho de 2011, no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12,15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.643, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução), tendo em vista o disposto na Portaria GM/MS n° 1.269, de 1º de junho de 2011, no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.647, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009 e a Portaria GM/MS n° 1.269, de 1° de junho de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir cancelamento de registro do medicamento por transferência de titularidade, solicitação de transferência de titularidade de registro, inclusão de novo acondicionamento, inclusão de nova apresentação comercial, retificação de publicação- ANVISA, cancelamento de registro da apresentação do medicamento e suspensão temporária de fabricação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.648, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009 e a Portaria GM/MS n° 1.269, de 1° de junho de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento novo e suspensão temporária de fabricação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.649, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009 e a Portaria GM/MS n° 1.269, de 1° de junho de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir alteração de local de fabricação do medicamento de liberação convencional com prazo de análise, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.650, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009 e a Portaria GM/MS n° 1.269, de 1° de junho de 2011, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir alteração de local de fabricação do medicamento de liberação convencional com prazo de análise, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.653, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução), tendo em vista o disposto na Portaria GM/MS n° 1.269, de 1º de junho de 2011, no inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro, Cadastro e Cadastramento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.654, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução), tendo em vista o disposto na Portaria GM/MS n° 1.269, de 1º de junho de 2011, no inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Retificação, Revalidação e Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.655, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução), tendo em vista o disposto na Portaria GM/MS n° 1.269, de 1º de junho de 2011, no inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Indeferir Registro, Cadastro, Cadastramento, Revalidação, Alteração e Inclusão dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4 .656, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução), tendo em vista o disposto na Portaria GM/MS n° 1.269, de 1º de junho de 2011, no inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Arquivamento Temporário dos Processos de Registro e de Petição, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.657, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009, (recondução), tendo em vista o disposto na Portaria GM/MS n° 1.269, de 1º de junho de 2011, no inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação, dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

As Revalidações indicadas na relação anexa foram concedidas nos termos da RDC n.º 185/2001, apenas os documentos exigidos para fins de revalidação indicados na referida resolução foram considerados. O registro/cadastro foi revalidado tal qual como concedido originalmente, qualquer alteração que eventualmente tenha sido encaminhada na petição de revalidação, foi desconsiderada.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

ARESTO Nº 265, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 26 de abril de 2011. ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

BRAZSHIPPING MARITIMA LTDA

25760.166544/2009-93 - AIS:216745/09-0 (16/09) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)

COMPANHIA DE INTEGRAÇÃO PORTUÁRIA DO CEARÁ

25763.247775/2009-10 - AIS:318775/09-6 (001/09) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

IFF ESSÊNCIAS E FRAGÂNCIAS LTDA

25759.204453/2005-94 - AIS:242172/05-1 (159/05) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

MARTINI MEAT S/A ARRMAZENS GERAIS

25743.193763/2007-15 - AIS:246667/07-8 (007/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

TRADE CENTER COMERCIAL LTDA

25755.383392/2009-58 - AIS:495120/09-4 (03/09) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 14.000,00 (Quatorze mil reais)

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

ARESTO Nº 266, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 27 de setembro de 2011. ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

DIFFUCAP - CHEMOBRÁS QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA

25351.253055/2006-65 - AIS:337283/06-9 (0094/06) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Advertência, além de Proibição de Propaganda,

SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

25351.015045/2003-81 - AIS:054878/03-2 (082/03) - GGIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

PORTARIA Nº 1.553, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Estabelece o prazo para apresentação de Prestação de Contas dos Convênios, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 25 de março de 2009 do Presidente da República, publicado no DOU de 26 de março de 2009 e a Portaria GM/MS n° 1.269, de 1° de junho de 2011, aliado ao que dispõe o § 3º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I, da Portaria n° 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e suas alterações e considerando o disposto no art. 56, inciso I, da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e da Transparência, resolve:

Art. 1º Estabelecer o prazo de sessenta dias para apresentação da Prestação de Contas dos Convênios celebrados no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como o prazo de trinta dias para a devolução de eventuais saldos conveniais remanescentes.

Art. 2º O prazo mencionado no artigo anterior deverá constar do instrumento de convênio celebrado e ser informado no Sistema de Gestão dos Convênios e Contratos de Repasse - SICONV.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

RETIFICAÇÃO

No DOU nº 198, de 14 de outubro de 2011, Seção 1, pág. 78,

ONDE SE LÊ:

"ARESTO Nº 246, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011"

LEIA-SE:

"ARESTO Nº 264, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011"

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.587, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria da ANVISA nº. 1.417, de 20 de setembro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA.

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.588, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria da ANVISA nº. 1.417, de 20 de setembro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002 e Orientação de Serviço GGPAF/DIAGE/ANVISA, nº 06 de 15 de junho de 2011 resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.589, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria da ANVISA nº. 1.417, de 20 de setembro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.590, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.591, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresa de Medicamentos, constante do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.592, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.593, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.594, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.595, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 4.596, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

Considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006,

Considerando o Ato Declaratório Executivo RFB nº34 de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre a identificação de estabelecimento matriz de pessoa jurídica no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de cadastro na Autorização de Funcionamento para Empresa de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos constante no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.597, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.598, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.600, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 1.417 de 20 de setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.601, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 1.417 de 20 de setembro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.602, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 1.417 de 20 de setembro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.603, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 1.417 de 20 de setembro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.604, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 1.417 de 20 de setembro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Renovar a Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.605, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.606, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.607, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento da Empresa, constante do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.608, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização Especial das Empresas, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.609, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.610, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.611, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.612, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.613, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Portaria nº 686, de 27 de agosto de 1998, Resolução RDC n.º 167, de 2 de julho de 2004 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.614, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso V do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.615, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso V do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.616, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o disposto no inciso V do art. 41, da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006;

considerando a solicitação de certificação pela empresa ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA., CNPJ n.º 56.998.701/0001-16 - Autorização de Funcionamento n.º: 7Y3335W04W56 (801.465-0);

considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.617, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 05 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.618, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.619, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.620, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.621, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.622, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.623, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.624, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 4.625, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.626, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.627, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.628, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.629, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.630, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Portaria nº 686, de 27 de agosto de 1998, Resolução RDC n.º 167, de 2 de julho de 2004 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.631, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.632, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.633, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.634, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.635, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.636, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.637, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.638, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 16, de 23 de abril de 2009, que estabelece critérios de auto-inspeção, as informações constantes na ata, e que a empresa cumpre os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a prorrogação da Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.639, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 05 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 02 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.640, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000,

considerando o § 1º do art. 3º e o art. 4º da Resolução RDC n.º 66 de 05 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.651, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de cosméticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.652, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011.

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Deferir as petições dos produtos de cosméticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.658, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando o art. 7º, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o comunicado de recolhimento voluntário feito pela Empresa, motivado pela utilização equivocada, na embalagem primária, dos dizeres "Venda Proibida para o Comércio", resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao recolhimento voluntário, realizado na forma da RDC nº 55/2005, do lote 1100715 (fab. 04/11 e val. 04/13) do produto DIURIT (Furosemida) Comprimidos, fabricado por NECKERMAN INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ 48.113.906/0001-49, estabelecido na Rua das Perobeiras, 1422, Valo Velho, São Paulo/SP, por apresentar incorreção em sua embalagem.

Art. 2º Ficam suspensas a distribuição e o comércio das unidades do produto citado no art. 1º, eventualmente encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.659, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.660, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.661, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Cancelamento da Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.662, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.663, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.664, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417 de 20 de setembro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 13 de outubro de 2011

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, em conformidade com a delegação de competência conferida pela Portaria nº 04, de 26 de fevereiro de 2010, com fundamento no art. 64 da Lei no- 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve arquivar o processo abaixo:

YAHOO DO BRASIL INTERNET LTDA
25351.504192/2006-73 - AIS:675730/06-8 (194/2006) - GPROP/ANVISA

DUNALVO ALVES RABELO JUNIOR
p/Delegação de Competência

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, com fundamento no art. 64 da Lei no- 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve arquivar os processos abaixo:

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
25351.364184/2005-05 - AIS:432881/05-7 (744/2005) - GPROP/ANVISA
EDITORA ABRIL
25351.178831/2010-83 - AIS:235983/10-9 (154/2010) - GPROP/ANVISA
EDITORA CARAS SA
25351.178835/2010-90 - AIS:235996/10-1 (155/2010) - GPROP/ANVISA
EDITORA GLOBO S/A
25351.132451/2006-50 - AIS:177642/06-8 (66/2006) - GPROP/ANVISA
GLAXO WELLCOME S/A
25351.090613/2005-94 - AIS:107513/05-6 (658/2004) - GPROP/ANVISA
MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA
25351.291783/2005-94 - AIS:345492/05-4 (1227/2005) - GPROP/ANVISA
SIMBOLO EDITORA E COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/A
25351.332436/2006-18 - AIS:443413/06-7 (137/2006) - GPROP/ANVISA,
TV E RÁDIO JORNAL DO COMMERCIO LTDA
25351.627251/2008-42 - AIS:809084/08-0 (524/2008) - GPROP/ANVISA
TV SBT CANAL 04 DE SÃO PAULO S/A
25351.005360/2006-42 - AIS:007341/06-5 (1598/2005) - GPROP/ANVISA

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria nº 05, de 05 de outubro de 2010, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
25351.305322/2005-14 - AIS:361669/05-0 (830/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais), além de Proibição de Propaganda,
AMAZON ERVAS LABORATÓRIO BOTÂNICO LTDA
25351.451766/2005-12 - AIS:543045/05-3 (1083/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
ANA CLAUDIA QUEIROZ PEREIRA
25351.238238/2005-70 - AIS:282653/05-4 (848/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), além de Proibição de Propaganda,
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
25351.370291/2005-64 - AIS:440513/05-7 (971/2005) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
BRASMED BOTÂNICA E FARMACÊUTICA LTDA
25351.215731/2005-11 - AIS:255682/05-1 (779/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), além de Proibição de Propaganda,
CRUZEIRO ESPORTE CLUBE
25351.334072/2010-16 - AIS:434646/10-7 (380/10) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,
DLW INDUSTRIA e COMERCIO LTDA
25351.451037/2005-66 - AIS:542058/05-0 (1034/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO TRIANGULO LTDA
25351.005256/2006-58 - AIS:007194/06-3 (1484/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA
25351.312208/2005-32 - AIS:369623/05-5 (881/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
GERMED FARMACEUTICA LTDA
25351.138701/2005-84 - AIS:164237/05-5 (139/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
GRADAR PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
25351.467617/2005-75 - AIS:563037/05-1 (1020/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais), além de Proibição de Propaganda,
H B FARMA LABORATÓRIOS LTDA
25351.451253/2005-10 - AIS:542331/05-7 (1201/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), além de Proibição de Propaganda,
HENSA-FARMA S.A INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA
25351.410737/2005-09 - AIS:491133/05-4 (499/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), além de Proibição de Propaganda,
MANTECORP INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.
25351.471087/2005-60 - AIS:567416/05-6 (1005/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Advertência, além de Proibição de Propaganda,
MILLER INDUSTRIAL FARMACEUTICA LTDA
25351.104466/2005-47 - AIS:124082/05-0 (594/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
SANOFI - SYNTHELÁBO FARMACÊUTICA LTDA
25351.450867/2005-76 - AIS:541830/05-5 (1086/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 0,00 (reais), além de Proibição de Propaganda,
ULTRAFARMA SAUDE LTDA EPP
25351.357682/2007-55 - AIS:461980/07-3 (303/07) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
WELEDA DO BRASIL LABORATÓRIO E FARMÁCIA LTDA
25351.430353/2005-02 - AIS:515936/05-9 (1058/05) - GGPRO/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais), além de Proibição de Propaganda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE
IMPRENSA NACIONAL

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, em conformidade com a delegação de competência conferida pela Portaria nº 05, de 05 de outubro de 2010, com fundamento no art. 64 da Lei no- 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve arquivar os processos abaixo:

MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA

25351.411796/2005-96 - AIS:492472/05-0 (1414/2005) - GPROP/ANVISA

POLYMAR INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

25351.365404/2005-18 - AIS:434360/05-3 (1044/2005) - GPROP/ANVISA

RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA

25351.064238/2004-46 - AIS:141748/04-7 (130/2004) - GPROP/ANVISA

RÁDIO LIBERDADE DO RIO GRANDE DO SUL LTDA

25351.052219/2005-58 - AIS:062522/05-1 (1418/2004) - GPROP/ANVISA

TV GLOBO LTDA

25351.299768/2005-94 - AIS:355275/05-6 (319/2005) - GPROP/ANVISA

SBT CANAL 04 DE SÃO PAULO S/A

25351.300003/2005-12 - AIS:355566/05-6 (320/2005) - GPROP/ANVISA

PATRICIA DOMINGUES MASERA
p/Delegação de Competência

Em 14 de outubro de 2011

A Gerente-Geral da Gerência de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AMWAY DO BRASIL LIMITADA

25351.218671/2009-97 - AIS:281571/09-1 (117/2009) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA

25351.687653/2008-04 - AIS:884711/08-8 (558/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), além de Proibição de Propaganda,

EDITORA ABRIL S/A

25351.313530/2009-62 - AIS:402556/09-3 (245/2009) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A

25351.282306/2010-90 - AIS:371185/10-4 (331/2010) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,

UNITED MAGAZINES EDITORA LTDA

25351.300355/2009-21 - AIS:385256/09-3 (229/2009) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), além de Proibição de Propaganda,

UNIVERSO ONLINE S/A

25351.432409/2007-17 - AIS:557027/07-1 (350/2007) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,

WOW INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

25351.523744/2009-65 - AIS:679658/09-3 (541/2009) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E CONTROLE DE INSUMOS, MEDICAMENTOS E PRODUTOS

DESPACHO DO GERENTE-GERAL
Em 13 de outubro de 2011

A Gerência-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXVII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria nº 1, de 09 de setembro de 2009, bem como no art. 2º da RDC nº 205, de 13 de julho de 2005, vem tornar públicas as Decisões de Retratação proferidas nos processos administrativos abaixo relacionadas:

BARDAN PARIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA

25351.090606/2006-73 - AIS:119674/06-0 (099/06) - GFIMP/ANVISA,

BELFAR LTDA

25351.017424/2006-58 - AIS:023103/06-7 (024/06) - GFIMP/ANVISA

CLEAN LINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO ODONTOLÓGICOS LTDA

25351.117225/2006-49 - AIS:156883/06-3 (071/06) - GFIMP/ANVISA

DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA

25351.079925/2004-66 - AIS:162241/04-2 (286/04) - GFIMP/ANVISA

EQUIPLEX INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

25351.139074/2004-18 - AIS:230670/04-1 (360/04) - GFIMP/ANVISA

ESTÉTICA COSMÉTICOS LTDA

25351.480231/2005-59 - AIS:579318/05-1 (666/05) - GFIMP/ANVISA

SANTEC - INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA.

25351.370460/2005-66 - AIS:440704/05-1 (497/05) - GFIMP/ANVISA

THERASKIN FARMACEUTICA LTDA.

25351.487825/2006-71 - AIS:653695/06-6 (193/06) - GFIMP/ANVISA

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A

25351.205585/2002-73 - AIS:175368/02-1 (277/02) - GFIMP/ANVISA

LUÍS BERNARDO DELGADO BIEBER
p/Delegação de Competência

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 11 outubro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

WILLIAMS (SERVIÇOS MARÍTIMOS) LTDA.

25767.325320/2007-13 - AIS:420133/07-7 (070/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

Em 13 de outubro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, resolve: Arquivar os processos abaixo relacionados:

AMWAY DO BRASIL LIMITADA

25759.466392/2007-19 - AIS:595237/07-9(454/07) - GGPAF/ANVISA

AMWAY DO BRASIL LIMITADA

25759.116081/2007-10 - AIS:148123/07-1(156/07) - GGPAF/ANVISA

ARAM AIR - SERVIÇO AUXILIAR DE TRANSPORTE AEREO LTDA

25754.000076/2005-66 - AIS:564950/05-1(001/05) - GGPAF/ANVISA

ATACADISTA NETUNO LTDA.

25741.584680/2007-43 - AIS:729772/07-6(011/07) - GGPAF/ANVISA

BERGESEN DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA

25752.144358/2009-07 - AIS:187687/09-2(033/09) - GGPAF/ANVISA

BIOPLAST SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

25760.205388/2009-93 - AIS:265111/09-4(009/09) - GGPAF/ANVISA

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA S.A.

25759.071598/2007-64 - AIS:091779/07-6(059/07) - GGPAF/ANVISA

CAQUI CAFÉ

25741.074294/2009-17 - AIS:092665/09-5(003//09) - GGPAF/ANVISA

DT - INSETCENTER CONTROLE DE PRAGAS LTDA

25741.745842/2008-59 - AIS:957230/08-9(023/08) - GGPAF/ANVISA

HOLLISTER DO BRASIL LTDA

25759.249896/2008-57 - AIS:316129/08-3(284/08) - GGPAF/ANVISA

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA

25759.480288/2006-56 - AIS:642753/06-7(701/06) - GGPAF/ANVISA

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA

25759.222825/2007-26 - AIS:284060/07-0(220/05) - GGPAF/ANVISA

LS INSETCENTER CONTROLE DE VETORES E PRAGAS LTDA

25741.726728/2008-92 - AIS:933203/08-1(024/08)-(25741.894311/2008-67 APENSO) - GGPAF/ANVISA

MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

25759.541899/2008-40 - AIS:706511/08-6(232/08) - GGPAF/ANVISA

MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS SA

25761.003008/2007-21 - AIS:129950/07-6(006/07) - GGPAF/ANVISA

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA

25759.485412/2008-31 - AIS:635228/08-6(121/08)-(25759.485341/208-77,25759.485366/2008-71,25759.485400/2008-15-APENSOS) - GGPAF/ANVISA

SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA

25759.237153/2007-53 - AIS:303053/07-9 - GGPAF/ANVISA

SINDICATO DOS PERMISSIONÁRIOS DE TÁXIS E MOTORISTAS AUX. DO DF

25351.766016/2008-65 - AIS:981949/08-5(024/08) - GGPAF/ANVISA

TORRENT DO BRASIL LTDA

25767.380623/2006-18 - AIS:509429/06-1(061/06) - GGPAF/ANVISA

PAULO BIANCARDI COURY

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 830, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando o que dispõe o artigo 3º, inciso VII, alínea 'd', da portaria nº 1279, de 23.12.2010, do DENATRAN.

Considerando o que consta do processo nº 80000.011757/2011-29, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 02 (dois) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do Artigo 3º, inciso VII, alínea 'e' da Portaria nº 1279, de 23 de dezembro de 2010, do DENATRAN, a pessoa jurídica SEARCH INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 32.917.874/0001-02, situada no SHC Norte CL Quadra 108, Bloco A, nº 68, salas 201 a 213, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.744-510, para atuar como empresa produtora/fornecedora de sistema informatizado de Talonário Eletrônico.

Art. 2.º Homologar a certificação do sistema informatizado (software) do talão eletrônico submetido a auditoria do Instituto OMNIS, credenciado pelo DENATRAN.

Art. 3º A alteração nos códigos da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, cancelará automaticamente a certificação e, consequentemente, a sua homologação, sendo exigida nova homologação.

Art. 4º A credenciada ao fornecer/comercializar o sistema informatizado do talão eletrônico deverá oficiar ao DENATAN informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que utilizará o sistema.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 452, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53710.000364/2002, Concorrência Nº 106/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Regional Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Pompéu, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 453, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53710.000349/2002, Concorrência Nº 106/2001-SSR/MC, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Outorgar permissão ao Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Ubá, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 454, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53720.000251/2002, Concorrência Nº 115/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à A2 Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Paragominas, Estado do Pará. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 455, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53720.000251/2002, Concorrência Nº 115/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à A2 Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Ourilândia do Norte, Estado do Pará. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 456, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53720.000251/2002, Concorrência Nº 115/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à A2 Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Oeiras do Pará, Estado do Pará. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 457, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.027153/2010, Concorrência Nº 023/2010-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Carangola, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 57, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Proposta de alteração do Regulamento de Compartilhamento de Infraestrutura das Prestadoras dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 274, de 5 de setembro de 2001.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou por meio da Reunião nº 624, de 6 de outubro de 2011, submeter a comentários e sugestões do público geral, nos termos do art. 42 da Lei nº 9.472, de 1997, do art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações e do constante nos autos do Processo nº 53500.008486/2010, a proposta de alteração do Regulamento de Compartilhamento de Infraestrutura das Prestadoras dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 247, de 5 de setembro de 2001.

A presente proposta tem por objetivo disciplinar o disposto no art. 10 da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, estabelecendo as condições de dispensa de compartilhamento de torres de estações transmissoras de radiocomunicação.

A legislação em comento determinou, em seu parágrafo segundo do art. 10, que as condições sob as quais o compartilhamento de torres poderá ser dispensado devido a motivo técnico serão estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Estão sujeitas ao compartilhamento tratado na proposta de alteração de Regulamento da presente Consulta Pública as prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, conforme definição constante do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

O texto completo da proposta de alteração do Regulamento de Compartilhamento de Infraestrutura entre as Prestadoras dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 274, de 5 de setembro de 2001, estará disponível a partir das 14h da data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br/ relativo a esta Consulta Pública, até às 23h59 do dia 16 de novembro de 2011.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 23h59 do dia 14 de novembro de 2011, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

CONSULTA PÚBLICA Nº 57, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Proposta de alteração do Regulamento de Compartilhamento de Infraestrutura das Prestadoras dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 274, de 5 de setembro de 2001.

Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 06, Bloco F - Térreo - Biblioteca

70070-940 - BRASÍLIA - DF - Fax. (61) 2312-2002

Correio eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 12 de agosto de 2011

Nº 6.404 - Processo n. 53524.007777/2008

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TIM CELULAR S/A, CNPJ/MF Nº 04.206.050/0001-80, em face da decisão do Conselho Diretor exarada pelo Despacho Nº 2.845/2011-CD, de 7 abril de 2011, decidiu, em sua Reunião Nº 616, realizada em 4 de agosto de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 620/2011-GCJV, de 26 de julho de 2011.

Em 4 de outubro de 2011

Nº 8.429 - Processo n.º 53504.004029/2003

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração e a Manifestação de fls. 266/377 apresentados pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nos Setores 31, 32 e 33 do Plano Geral de Outorgas - PGO, CNPJ/MF Nº 02.558.157/0001-62, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho Nº 10.815/2010-CD, de 23 de novembro de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião Nº 622, realizada em 22 de setembro de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 695/2011-GCJV, de 18 de agosto de 2011: a) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) não conhecer da Manifestação apresentada às fls. 266/377, ante a incidência da preclusão consumativa.

Em 6 de outubro de 2011

Nº 8.501 - Processo Nº 53532.001326/2006

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/PE, CNPJ/MF Nº 33.000.118/0014-93, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, no Setor 8 do Plano Geral de Outorgas - PGO, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, consubstanciada no Despacho Nº 3.535/2011-CD, de 2 de maio de 2011, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de descumprimento de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), aprovado pelo Decreto Nº 4.769, de 27 de junho de 2003, decidiu, em sua Reunião Nº 623, realizada em 29 de setembro de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 799/2011-GCJV, de 20 de setembro de 2011.

Nº 8.484 - Processo Nº 53504.008218/2008

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO Nº 53504.008218/2008, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião Nº 621, realizada em 8 de setembro de 2011, reformar a decisão contida no Ato Nº 6.369, de 5 de novembro de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 477/2011-GCER, de 2 de setembro de 2011, determinando o arquivamento do processo para as entidades abaixo listadas.

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. LUIZ MARIO GIRARDI JUNIOR	267.794.658-01	50010256210
0002. MARCOS BATISTA PEREIRA	186.106.728-32	02035237335
0003. OTACILIO GUERFE	076.047.888-07	50011102110
0004. PEDRO APARECIDO DALARME	036.307.416-30	50013048732
0005. REGINALDO DE FREITAS	094.020.878-42	50002870614
0006. ROGERIO FLORES	070.418.858-95	50005128390
0007. ROMEU VIALLI NETTO	216.597.658-89	50401263797
0008. RONAN AUGUSTO REGINATTO	082.912.078-52	02000540236
0009. VANDERLEY ROBERTO DE SOUZA	105.075.068-39	50003613348
0010. VIVIANE OEHLMEYER ALVES	167.945.368-89	50401729826
0011. LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA	749.505.338-00	02035761360

Em 14 de outubro de 2011

Nº 8.689 0 Processo Nº 53500.026013/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa STAR ONE S/A, CNPJ/MF Nº 03.964.292/0001-70, referente à 4ª Etapa da Licitação Nº 002/2011/PVSS/SPV-Anatel, iniciada em 23 de agosto de 2011, constante dos autos do Processo referenciado, por meio do Circuito Deliberativo 1.857, de 14 de outubro de 2011, decidiu: a) conhecer do Recurso Administrativo, com pedido de efeito suspensivo, protocolado na Anatel sob o Nº 53500.020139/2011, em 2 de setembro de 2011 (fls. 2005/2021), interposto pela empresa STAR ONE S/A, CNPJ/MF Nº 03.964.292/0001-70, para, no mérito, dar a ele provimento e, consequentemente, não conferir à empresa HNS AMÉRICAS COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF Nº 33.804.832/0001-10, Proponente Vencedora da Quarta Etapa da Licitação Nº 002/2011/PVSS/SPV-Anatel, iniciada em 23 de agosto de 2011, a posição orbital escolhida de 68,5º O, nas faixas de radiofrequências associadas: 12,2 GHz a 12,7 GHz; 17,3 GHz a 17,8 GHz; 17,7 GHz a 20 GHz; 27,0 GHz a 30 GHz; 7250 MHz a 7315 MHz e 7375 MHz a 7750 MHz; 7900 MHz a 7965 MHz e 8025 MHz a 8400 MHz, e b) permitir, com fundamento no item 2.4.1.1 combinado com o item 2.4.2 do Edital, que a HNS AMÉRICAS COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF Nº 33.804.832/0001-10, escolha outra posição orbital que não restrinja a utilização de posições orbitais e faixas de radiofrequências em processo de coordenação junto a UIT em nome do Brasil, incluindo aquelas associadas aos Planos dos Apêndices 30 e 30A, assim como as faixas de radiofrequências 7250 MHz a 7315 MHz e 7375 MHz a 7750 MHz; 7900 MHz a 7965 MHz e 8025 MHz a 8400 MHz, correspondentes à Banda X, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 826/2011-GCJR, de 13 de outubro de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 6.965, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Sete Lagoas/MG, no período de 15/10/2011 a 16/10/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 6.964, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Processo Nº 53500.022880/11. FUNDAÇÃO TRES FRONTEIRAS - TV - Nanuque/MG - Canal 7 E. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 6.350, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010

Processo n. 53524.007777/2008 - Aplicar à TIM NORDESTE S/A, inscrita no CNPJ Nº 01.009.686/0001-44, a pena de multa, com fundamento no artigo 173, II, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, no artigo 2º, V, 4º, II, 7º e 8º, § 3º, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, anexo à Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003, fixando-se seu valor base em R$ 81.523,06 (oitenta e um mil, quinhentos e vinte e três reais e seis centavos), referente às infrações aos artigos 7º, §1º (SMP4>60s) e 6º §2º (SMP3) do PGMQ-SMP; 10º, inciso III (SMP1) e 11, inciso III (SMP2) do RIQ-SMP; 13, caput e §3º, 48, inciso IV, alínea "c" e 58, inciso IV, alínea "c", 60, 6º incisos XX, IX, V, e III, todos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal aprovado pela Resolução Nº 316, de 27 de setembro de 2002, no Estado de Minas Gerais, de setembro a novembro de 2005.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 209, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 187, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria Nº 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com alterações dadas pelas Portaria 711, de 12 de novembro de 2008, publicada no DOU de 13/11/2008; Nº 401, de 4 de maio de 2010, publicada no DOU de 06.05.2011; Nº 11, de 26 de janeiro de 2011, publicada o DOU de 28/01/2011: Nº 19, de 15/02/2011, publicada no DOU de 17/02/2011, e Nº 69, de 17 de março de 2011,publicada no DOU de 18/03/2011, resolve:

Art. 1º Retificar o artigo 2º da Portaria Nº 692, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União, em 10 de agosto de 2010, no que concerne à correção do nome do Administrador, de "Max Weber Pinto" para "Max Walter Pinto Alves".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 294, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.023386/2003, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação relativas ao Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas da RÁDIO MARABÁ LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Maracaju, Estado do Mato Grosso do Sul.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 310, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso IX do art. 187 da Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria Nº 401 de 22 de agosto de 2006, alterado pela Portaria Nº 591, de 18/09/2006, publicada no DOU de 20/09/2006 e Portaria Nº 711, de 12 de novembro de 2008, publicada no DOU de 13/11/2008, resolve:

Art. 1º Estender à Coordenadora do Grupo de Trabalho da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Rio de Janeiro, as competências dispostas no art. 1º da Portaria Nº 170 de 13 de julho de 2011, referentes ao Aviso de Habilitação Nº 5 de 2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 266, de 21 de setembro de 2011, publicada no DOU do dia 26 de setembro de 2011, Seção I, página 48, onde se lê: "Aviso de Habilitação Nº 9 de 2011", leia-se: "Aviso de Habilitação Nº 10 de 2011"

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 588, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Das Pedras, de titularidade da empresa Euclides Maciel Energética S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.812.700/0001-92, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Nome	PCH Das Pedras.
Tipo	Pequena Central Hidrelétrica.
Ato Autorizativo	Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.952, de 7 de junho de 2011.
Pessoa Jurídica Titular	Euclides Maciel Energética S.A.
CNPJ	08.812.700/0001-92.
Localização	Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina.
Potência Instalada	5.600 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso I, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.004592/2006-93 e MME nº 48000.001798/2011-11.

RETIFICAÇÕES

Na Portaria MME nº 498, de 25 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 26 de agosto de 2011, Seção 1, página 52, no caput do art. 6º, onde se lê: "O CCEAR... à energia elétrica não suprida, corrigida e capitalizada, observadas...", leia-se: "O CCEAR ... corrigida correspondente à energia não suprida, observadas...".

Na Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 5 de setembro de 2011, Seção 1, páginas 96 e 97, no caput do art. 10, onde se lê: "O CCEAR... à energia elétrica não suprida, corrigida e capitalizada, observadas...", leia-se: "O CCEAR ... corrigida correspondente à energia não suprida, observadas...".

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 11 de outubro de 2011

Nº 4.015 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos n. 48500.002377/2011-50, 48500.002376/2011-13, 48500.002374/2011-16, 48500.002375/2011-61, 48500.002378/2011-02 e 48500.002383/2011-15, resolve arquivar os Termos de Intimação Nº 004/2011-SFF, 005/2011-SFF, 006/2011-SFF, 007/2011-SFF, 008/2011-SFF e 010/2011-SFF, de 23/05/2011, lavrados pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que cientificou as empresas UTE MC2 Feira de Santana S.A., UTE MC2 Dias D´Ávila 2 S.A., UTE MC2 Dias D´Ávila 1 S.A., UTE MC2 Camaçari 1 S.A., UTE MC2 Catu S.A. e UTE MC2 Senhor do Bonfim S.A. acerca da instauração de processo administrativo tendente à possível revogação da autorização concedida pelas Portarias MME Nº 399/2009, 401/2009, 400/2009, 396/2009, 398/2009 e 397/2009.

Em 14 de outubro de 2011

Nº 4.070 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL Nº 001, com revisão aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta no processo nº 48500.004106/2009-14, resolve não conceder efeito suspensivo ao pedido da BRASIL BIOFUELS S.A, em face da Resolução Autorizativa Nº 3.011, de 19 de julho de 2011, por não se encontrar presente o requisito de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação.

Nº 4.071 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL Nº 001, com revisão aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta no processo nº 48500.006320/2006-64, resolve não conceder efeito suspensivo ao recurso interposto pela Guandalina Construções Ltda. EPP, em face do Despacho Nº 1.297, de 11 de maio de 2010, retificado em 16/09/2011, por não se encontrar presente o requisito de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação.

Nº 4.072 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL Nº 001, com revisão aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta no processo nº 48500.003052/2011-94, resolve não conceder efeito suspensivo ao recurso interposto pela Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, em face do Despacho Nº 3.655, de 8 de setembro de 2011, por não se encontrar presente o requisito de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação.

Nº 4.073 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL Nº 001, com revisão aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta no processo nº 48500.003197/2011-95, resolve não conceder efeito suspensivo ao pedido da CEB Distribuição S.A., em face da Resolução Autorizativa Nº 3.670, de 9 de setembro de 2011, por não se encontrar presente o requisito de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de outubro de 2011

Nº 4.076 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n. 48500.004912/2011-15, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UTE Triunfo Amazônia e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 9.220 kW de potência instalada, com a finalidade de autoprodução, localizada no Município de Rio Branco, Estado do Acre, em favor da empresa Laminados Triundo Ltda., inscrita no CNPJ sob o Nº 05.618.631/0001-92, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 4.077 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n. 48500.005100/2011-89, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Cajazeiras e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, em favor da empresa Malaga Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o Nº 14.033.133/0001-79, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 4.078 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n. 48500.005103/2011-12, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Ibipeba e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 20.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Ibipeba, Estado da Bahia, em favor da empresa Minas Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o Nº 13.823.514/0001-99, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 4.079 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n. 48500.005102/2011-78, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Patos e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Patos, Estado da Paraiba, em favor da empresa Atlântico Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o Nº 14.033.035/0001-31, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 4.080 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n. 48500.005101/2011-23, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Pombal e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente de energia elétrica, localizada no Município de Pombal,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Estado da Paraiba, em favor da empresa Mallorca Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o Nº 14.033.089/0001-05, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de outubro de 2011

Processo Nº 48500.001852/2011-71. Interessado: Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Decisão: Autorizar a interessada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho está disponível no endereço SGAN, Quadra 603, Módulo I, Brasília/DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de outubro de 2011

A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/atosdodia.

Nº 4.074 - Processo Nº 48500.006210/2000-71 Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação em teste a partir do dia 15 de outubro de 2011 Interessado: SPE Cristina Energia S.A. Usina: PCH Cristina Unidade Geradora: UG2, de 1.900 kW Localização: Município de Cristina, Estado de Minas Gerais.

Nº 4.075 Processo Nº 48500.001661/2009-94 Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação em teste a partir do dia 15 de outubro de 2011 Interessado: Companhia Brasileira de Energia Renovável - BRENCO Usina: UTE Unidade de Bioenergia Costa Rica Unidade Geradora: UG1, de 41.000 kW Localização: Município de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de outubro de 2011

Nº 14.081 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, por força da Portaria Nº 1.564, de 22 de junho de 2010, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria Nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, diante do disposto no art. 2º da Resolução Autorizativa Nº 2.956, de 20 de junho de 2011, considerando a correspondência protocolada sob o Nº 48513.032349/2011-00, e o constante do Processo Nº 48500.001472/2011-36, resolve considerar atendida, pela Rio do Lobo Energia S.A., a exigência de envio dos documentos comprobatórios da formalização da operação anuída pela supracitada resolução.

Nº 14.082 - SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria ANEEL nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, de acordo com o disposto no inciso XLIII do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 2º da Resolução ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, e no inciso II do art. 7º da Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, e com base nos termos da Nota Técnica nº 381, de 11 de outubro de 2011 e o art. 20º da Lei nº 12.431, de 24 de junho 2011, decide: I - fixar, conforme tabela abaixo, o valor da cota anual da Reserva Global de Reversão - RGR, para as concessionárias mencionadas, referente ao período de competência de setembro de 2011 a agosto de 2012, já deduzido o valor correspondente à Taxas de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, referente ao mesmo período de competência; II - fixar o ajuste relativo à cota anual da RGR do exercício de 2009; III - fixar a cota anual líquida de RGR, apurada pelo somatório da cota anual com o ajuste de 2009; IV - fixar o valor das cotas não fixadas relativo ao período de competência de janeiro a agosto de 2011 (8 meses); V - fixar o valor total a recolher, apurado pelo somatório da quota anual líquida, do ajuste de 2009 e da cota residual do período de janeiro a agosto de 2011; VI - fixar a cota mensal líquida a recolher; e VI - estabelecer que o recolhimento das doze quotas mensais pelas Concessionárias iniciar-se-á a partir de 15 de outubro de 2011, de acordo com os boletos bancários emitidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, na condição de gestora dos recursos da RGR.
Em Reais (R$)

EMPRESAS	COTA ANUAL FIXADA A	AJUSTE 2009 B	COTA ANUAL LÍQUIDA C = A+B	COTAS RESIDUAIS Janeiro a Agosto de 2011 (8 meses) D	RGR TOTAL LÍQUIDA A RECOLHER E = C+D	COTA MENSAL LÍQUIDA A RECOLHER E/12
CELG Distribuição S.A.	19.739.640,15	2.858.016,67	22.597.656,82	13.296.071,65	35.893.728,47	2.991.144,04
CHESP - Companhia Hidroelétrica São Patrício	433.057,89	16.374,75	449.432,64	278.118,11	727.550,75	60.629,23
CEDRI - Cooperativa de Eletrificação e Distribuição da Região de Itariri	73.708,42	0,00	73.708,42	38.921,55	112.629,97	9.385,83
CEDRAP - Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba	116.701,29	0,00	116.701,29	81.085,12	197.786,41	16.482,20
CEJAMA - Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado	102.825,93	0,00	102.825,93	68.445,61	171.271,54	14.272,63
CEPRAG - Cooperativa de Eletricidade Praia Grande	220.729,72	0,00	220.729,72	0,00	220.729,72	18.394,14
CERAÇA - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Vale do Araçá	289.569,63	0,00	289.569,63	199.511,81	489.081,44	40.756,79
CERAL ANITAPOLIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Anitápolis	41.607,39	0,00	41.607,39	27.615,51	69.222,90	5.768,58
CERBRANORTE - Cooperativa de Eletrificação Braço do Norte	169.634,61	0,00	169.634,61	112.460,98	282.095,59	23.507,97
CEREJ - Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior	162.125,81	0,00	162.125,81	108.058,58	270.184,39	22.515,37
CERGAL - Cooperativa de Eletrificação Anita Garibalde Ltda	242.960,92	0,00	242.960,92	160.918,19	403.879,11	33.656,59
CERGAPA - Cooperativa de Eletricidade Grão Pará	126.511,22	0,00	126.511,22	0,00	126.511,22	10.542,60
CERGRAL - Cooperativa de Eletricidade do Gravataí	87.141,05	0,00	87.141,05	66.822,01	153.963,06	12.830,25
CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade	561.119,40	0,00	561.119,40	0,00	561.119,40	46.759,95
CERPALO - Cooperativa de Eletricidade Paulo Lopes	230.138,80	0,00	230.138,80	153.182,76	383.321,56	31.943,46
CERSUL - Cooperativa de Eletrificação Sul Catarinense	601.248,14	0,00	601.248,14	406.770,43	1.008.018,57	84.001,55
CERTREL - Cooperativa de Energia Treviso	161.278,16	0,00	161.278,16	0,00	161.278,16	13.439,85
COOPERA - Cooperativa Pioneira de Eletrificação	655.568,33	0,00	655.568,33	441.827,11	1.097.395,44	91.449,62
COOPERCOCAL - Cooperativa Energética Cocal	271.553,18	0,00	271.553,18	0,00	271.553,18	22.629,43
COOPERMILA - Cooperativa de Eletrificação Lauro Mila	47.127,40	0,00	47.127,40	31.586,69	78.714,09	6.559,51
COORSEL - Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural	213.157,88	0,00	213.157,88	158.234,22	371.392,10	30.949,34

Nº 14.083 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, por força da Portaria nº 1.564, de 22 de junho de 2010, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 3º, XIII, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008, nas Portarias MME nºs 210 e 211, de 04 abril de 2011, e o que consta do Processo nº 48500.005148/2011-97, resolve: I - anuir ao Instrumento Particular de Mútuo, firmado entre as partes relacionadas ENDESA BRASIL S.A. (mutuante) e CIEN - Companhia de Interconexão Energética (mutuária), no valor de R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) e pelo prazo de até 02 (dois) anos, a contar desta aprovação, com o objetivo de quitar dívidas financeiras; e II - estabelecer que: (i) é de exclusiva responsabilidade da contratante a avaliação da oportunidade, conveniência, análise dos riscos e custos inerentes à contratação, (ii) esta manifestação não dará aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela contratante, dos seus compromissos financeiros, e (iii) os recursos captados pela mutuária devem ser destinados ao serviço público outorgado e a contratação deve respeitar a comutatividade das relações.

Nº 14.084 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, por força da Portaria nº 1.564, de 22 de junho de 2010, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto nos art. 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008, no Contrato de Concessão nº 162/98, e o constante do Processo nº 48500.004859/2011-44, resolve anuir com o Instrumento Particular de Contrato de Comodato, firmado em 21 de julho de 2011 entre a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (COMODANTE) e a CATI ROSE Transportes de Passageiras Ltda (COMODATÁRIO), com prazo de 2 (dois) anos, tendo por objeto a cessão em comodato de um terreno com área de 842,40 m² (oitocentos e quarenta e dois vírgula quarenta metros quadrados), situado na Rua Ana Molon Lazzauri, s/n, Bairro dos Casas, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Nº 14.085 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, por força da Portaria nº 1.564, de 22 de junho de 2010, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008, no Contrato de Concessão nº 56/99 e o que consta do Processo nº 48500.005026/2011-09, resolve anuir aos pedidos da Celesc Distribuição S.A. para devolução, não onerosa, de 2 (dois) terrenos recebidos por doação, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) cada, aos municípios de Imbuia/SC e de José Boiteux/SC.

Nº 14.086 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, por força da Portaria nº 1.564, de 22 de junho de 2010, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 10 da Lei n° 9.648, de 27 de maio de 1998, no inciso XIII do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1° da Lei n° 10.848, de 15 de março de 2004, na Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008, no Contrato de Concessão n° 001/1996 e o que consta do Processo n° 48500.004935/2010-31, resolve: I- anuir à minuta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica n° CTLE 032/2008 firmado no Ambiente de Contratação Livre - ACL entre as partes relacionadas Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda. (contratante) e Light Energia S.A. (contratada), com objetivo de alongar o prazo final do contrato para 31/12/2012, mantidas as demais condições pactuadas; e II - destacar a obrigatoriedade do cumprimento das normas específicas de mercado e das condições de comutatividade na operação.

EDUARDO JÚLIO DE FREITAS DONALD

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de outubro de 2011

A íntegra dos Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/atosdodia.

Nº 4.036. Processo: 48500.004840/2011-06. Decisão: (i) Efetivar como ativo o registro para a elaboração do Projeto Básico da UHE Tibagi Montante, com potência estimada de 32 MW, às coordenadas geográficas 24°31'38" S e 50°24'26" W, localizada no rio Claro, subbacia 60, no Estado de Goiás, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 13/9/2011 pela empresa Minas PCH S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.895.905/0001-16, considerando o preenchimento

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dos requisitos do art. 2º da Resolução ANEEL nº 412/2010. (ii) Estabelecer que projeto básico deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 6/11/2012, conforme art. 3°, § 4º, da Resolução ANEEL nº 412, de 2010.

Nº 4.037. Processo: 48500.004886/2011-17. Decisão: (i) Efetivar como ativo o registro para a elaboração dos Estudos de Viabilidade da UHE E01a, com potência estimada de 54,75 MW, às coordenadas geográficas 29°01'07" S e 51°28'36" W, localizada no rio da Prata, sub-bacia 86, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 13/9/2011 pela empresa Multilagos Geração de Energia Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ nº 08.815.781/0001-84, considerando o preenchimento dos requisitos do art. 7° da Resolução ANEEL nº 395, de 1998. (ii) Estabelecer que o estudo deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 5/9/2013, conforme cronograma apresentado pelo interessado.

Nº 4.038. Processo nº 48500.007162/2008-20. Decisão: i - Aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio da Roseira, localizado na sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, apresentados pelas empresas Hidrelétrica Tonet Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.329.066/0001-79, e Enerbras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda., inscrita no CNPJ sob o n°. 06.329.975/0001-44.

Nº 4.039 Processo: 48500.004837/2011-84. Decisão: (i) Efetivar como ativo o registro para a elaboração dos Estudos de Viabilidade da UHE E01a, com potência estimada de 54,75 MW, às coordenadas geográficas 29°01'07" S e 51°28'36" W, localizada no rio da Prata, sub-bacia 86, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 13/9/2011 pela empresa Alupar Investimento S.A., inscrita no CNPJ nº 08.364.948/0001-38, considerando o preenchimento dos requisitos do art. 7° da Resolução ANEEL nº 395, de 1998. (ii) Estabelecer que o estudo deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 16/9/2013, conforme cronograma apresentado pelo interessado.

Nº 4.040. Processo nº 48500.006477/2008-50, resolve: I - Aprovar os estudos de inventário hidrelétrico do rio Pesqueiro, afluente pela margem esquerda do rio Chapecozinho, sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, de titularidade da empresa Asperbras Energia Ltda., inscrita no CNPJ n° 03.690.881/0001-08.

Nº 4.041. Processo nº 48500.002233/2007-09, resolve: I - Aprovar os estudos de inventário hidrelétrico do rio Grão Mogol, afluente pela margem esquerda do rio do Peixe, sub-bacia 58, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, de titularidade da empresa Grão Mogol Energia Ltda, inscrita no CNPJ nº 11.267.987/0001-21.

Nº 4.042. Processo: 48500.007015/2008-50. Decisão: i) Não aceitar a Revisão do Estudo de Inventário do córrego Caeté e seu afluente o córrego Recreio, sub-bacia 66, na bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Matto Grosso, apresentado pela empresa Caeté Empreendimentos Energéticos Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 03.823.405/0001-18, conforme previsto no § 2º do artigo 14 da Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998. ii) Facultar à interessada a reapresentação dos seus estudos de acordo com a orientação emanada da Nota Técnica nº 428/2011-SGH/ANEEL, acostada ao processo de referência, estabelecendo que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL a partir do dia 11 de janeiro de 2012 até a data de 10 de fevereiro de 2012.

Nº 4.044. Processo: 48500.004972/2011-20. Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Estreito, localizado na sub-bacia 72, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 22/09/2011 pela empresa Vertente Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 13.904.492/0001-91, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 15/04/2013.

Nº 4.045. Processo: 48500.001117/2011-67. Decisão: i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do lajeado Barra Grande, localizado na sub-bacia 72, no Estado de Santa Catarina, concedido à empresa Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 06.329.975/0001-44, devido à manifestação de desistência por parte do interessado. ii) Revogar o Despacho nº 1.357, de 25 de março de 2011.

Nº 4.046. Processo: 48500.000739/2009-53. Decisão: i) Anuir com o pedido de transferência de titularidade do processo em epígrafe, referente ao Projeto Básico da PCH Marrecas, localizada no rio Marrecas, sub-bacia 64, no Estado do Paraná, solicitado pela empresa Incomex - Indústria, Comércio e Exportação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.847.552/0001-72, para a empresa Pequena Central Hidrelétrica Marrecas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.092.235/0001-65.

Nº 4.047. Processo: 48500.008209/2008-72. Decisão: i) Negar a prorrogação de prazo para apresentação do Projeto Básico da PCH Larguinha, localizada na sub-bacia 45, nos Estados de Minas Gerais e da Bahia. ii) Revogar o Despacho nº 853, de 9 de março de 2009, e transferir para a condição de inativo o registro concedido à empresa Gamma Energia S.A., nos termos do inciso II, do artigo 5º da Resolução Normativa ANEEL nº 395/1998.

Nº 4.048. Processo: 48500.005123/2005-47. Decisão: i) Negar a prorrogação de prazo para apresentação do Projeto Básico da PCH Larguinha, localizada na sub-bacia 45, nos Estados de Minas Gerais e da Bahia. ii) Revogar o Despacho nº 298, de 6 de fevereiro de 2009, e transferir para a condição de inativo o registro concedido à empresa Desenvix S.A., nos termos do inciso II, do artigo 5º da Resolução Normativa ANEEL nº 395/1998.

Nº 4.049. Processo nº 48500.002856/2003-40, resolve: I - Aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio das Garças, sub-bacia 24, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, no Estado do Mato Grosso, de titularidade da empresa Garças Energia e Participações S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 08.706.261/0001-33.

Nº 4.050. Processo nº 48500.005072/2011-08. Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Coxilha Rica, com potência estimada de 17,40 MW, às coordenadas 28º13'17" de Latitude Sul e 50º32'16" de Longitude Oeste, situada no rio Pelotinhas, sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 23/09/2011 pelas empresas Msul Energia e Participações Ltda. e Trix Engenharia Civil Ltda., inscritas nos CNPJs sob os nºs 05.148.449/0001-15 e 77.620.631/0001-38, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 24/10/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.051. Processo nº 48500.005070/2011-19. Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Gamba, com potência estimada de 10,40 MW, às coordenadas 28º10'15" de Latitude Sul e 50º11'59" de Longitude Oeste, situada no rio Lava Tudo, sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 23/09/2011 pelas empresas Msul Energia e Participações Ltda. e Trix Engenharia Civil Ltda., inscritas nos CNPJs sob os nºs 05.148.449/0001-15 e 77.620.631/0001-38, respectivamente, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 14/12/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.052. Processo nº 48500.004839/2011-73. Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Nova Prata, com potência estimada de 10,07 MW, às coordenadas 28º45'14" de Latitude Sul e 51º31'56" de Longitude Oeste, situada no rio da Prata, sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 13/09/2011 pela empresa Alupar Investimento S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.364.948/0001-38, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 14/12/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 4.053. Processo nº 48500.000433/2010-31. Decisão: i) Anuir com o pedido de transferência de titularidade referente aos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio das Pedras e seu afluente o rio Cabeceira de Pedras, localizado na sub-bacia 46, bacia hidrográfica do rio São Francisco, no Estado da Bahia, solicitado pela empresa Idea - Consultoria e Projetos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.986.946/0001-20, para a empresa Renova PCH Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.044.208/0001-91.

Nº 4.054. Processo nº 48500.001412/2011-13. Decisão: i) Revogar o Despacho nº 1.593, de 14 de abril de 2011 que efetivou como ativo o registro para desenvolver os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Marrecas, localizado na sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, tendo em vista a manifestação da empresa Electra Power Geração de Energia S.A. da desistência em continuar elaborando o aludido projeto.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3.593, de 02 de setembro de 2011, publicado no DO de 05/09/2011, seção: 1, página: 98, onde se lê: "PCH Saltinho do Itabapoena", leia-se: "PCH Saltinho do Itabapoana".

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 54, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso de suas atribuições, de acordo com as disposições da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria n.º 934, de 13 de outubro de 2011;

Resolve:

Art. 1º Fica incluído o quarto considerando na Resolução ANP Nº 5, de 26 de fevereiro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Considerando que a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT autorizou à ANP a transcrever o conteúdo da ABNT NBR 15.514:2007 Versão corrigida 2008 - Área de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP) destinado ou não à comercialização - Critérios de segurança, bem como o de suas posteriores alterações/atualizações;"

Art. 2º Fica incluído o art. 2º A na Resolução ANP Nº 5, de 26 de fevereiro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - A O conteúdo da ABNT NBR 15.514:2007 Versão corrigida 2008 - Área de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP) destinado ou não à comercialização - Critérios de segurança, ficará disponível no sítio da ANP em www.anp.gov.br, para fins de consulta por parte da sociedade."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria n.º 935, de 13 de outubro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme a tabela anexa, os preços de referência do gás natural produzido no mês de Setembro de 2011, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei Nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, nas hipóteses previstas no § 4º do art.8º do Decreto Nº 2.705, de 03 de agosto de 1998.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

ANEXO

Sequencial	N.º do Contrato	Nome do Campo	PRGN R$/m³
1	48000.003552/97-11	ABALONE	0,54304
2	48610.009231/2002	ACAJÁ-BURIZINHO	0,30529
3	48610.003901/2000	ACAUÃ	1,75891
4	48000.003842/97-09	AGUILHADA	0,55458
5	48000.003779/97-66	AGULHA	0,45047
6	48000.003703/97-02	ALBACORA	0,66041
7	48000.003895/97-67	ALBACORA LESTE	0,46731
8	48000.003784/97-04	ALTO DO RODRIGUES	0,19516
9	48610.003892/2000	ANAMBÉ	0,59849
10	48000.003730/97-77	ANEQUIM	0,52751
11	48000.003843/97-63	ANGELIM	0,83621
12	48000.003484/97-62	ANGICO	1,75891
13	48000.003630/97-22	APRAIÚS	0,65909
14	48000.003913/97-47	ARABAIANA	0,51416
15	48610.009487/2003	ARAÇARI	1,11601
16	48000.003631/97-95	ARAÇAS	0,63085
17	48610.009289/2005-93	ARAÇAS-LESTE	1,75891
18	48000.003455/97-64	ARARACANGA	1,75891
19	48000.003780/97-45	ARATUM	0,84712
20	48000.003844/97-26	ARUARI	1,29080
21	48000.003482/97-37	ASA BRANCA	0,64965
22	48000.003845/97-99	ATALAIA SUL	0,37933
23	48000.003775/97-13	ATUM	0,50261
24	48000.003460/97-02	AZULÃO	1,75891
25	48000.003705/97-20	BADEJO	0,57203
26	48000.003726/97-08	BAGRE	0,53640

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

27	48000.003785/97-69	BAIXA DO ALGODÃO	1,75891
28	48000.003914/97-18	BAIXA DO JUAZEIRO	0,25090
29	48000.003756/97-61	BARRA DO IPIRANGA	0,34590
30	48000.003897/97-92	BARRACUDA	0,70169
31	48000.003786/97-21	BARRINHA	1,75891
32	48610.004003/98	BENFICA	0,63339
33	48000.003717/97-17	BICUDO	0,42179
34	48610.007984/2004	BIGUÁ	0,40079
35	48000.003709/97-81	BIJUPIRÁ	0,91003
36	48000.003909/97-70	BIQUARA	0,76183
37	48000.003672/97-72	BIRIBA	0,41471
38	48000.003787/97-94	BOA ESPERANÇA	0,64965
39	48000.003788/97-57	BOA VISTA	0,63339
40	48610.009285/2005-13	BOM LUGAR	0,76919
41	48000.003718/97-71	BONITO	0,49376
42	48000.003658/97-41	BONSUCESSO	0,95346
43	48000.003636/97-17	BREJINHO (RECÔNCAVO)	0,90002
44	48000.003789/97-10	BREJINHO (POTIGUAR)	0,49153
45	48000.003635/97-46	BURACICA	1,02749
46	48000.003735/97-91	CAÇÃO	0,59455
47	48000.003560/97-49	CACHALOTE	0,34069
48	48000.003791/97-61	CACHOEIRINHA	0,65932
49	48000.003736/97-53	CACIMBAS	0,31721
50	48000.003836/97-06	CAIOBA	0,48355
51	48000.003881/97-52	CAMAÇARI	1,75891
52	48000.003535/97-00	CAMARUPIM	0,42431
53	48610.010724/2001	CAMARUPIM NORTE	0,42431
54	48000.003837/97-61	CAMORIM	0,37053
55	48000.003737/97-16	CAMPO GRANDE	0,49531
56	48000.003637/97-71	CANABRAVA	0,70883
57	48610.003899/2000	CANÁRIO	0,43986
58	48610.009491/2003	CANCÃ	0,25173
59	48000.003638/97-34	CANDEIAS	0,45487
60	48000.003902/97-21	CANGOÁ	0,38739
61	48000.003639/97-05	CANTAGALO	0,45552
62	48000.003792/97-24	CANTO DO AMARO	0,63339
63	48000.003868/97-94	CARAPANAÚBA	1,75891
64	48000.003711/97-22	CARAPEBA	0,67188
65	48610.009275/2005-71	CARAPITANGA	0,40744
66	48000.003535/97-00	CARAPÓ	1,75891
67	48000.003898/97-55	CARATINGA	0,69891
68	48000.003847/97-14	CARMÓPOLIS	0,57645
69	48000.003640/97-86	CASSARONGONGO	0,36935
70	48000.003848/97-87	CASTANHAL	0,20037
71	48000.003641/97-49	CEXIS	0,58711
72	48000.003727/97-62	CHERNE	0,51840
73	48610.009284/2005-61	CIDADE DE ARACAJU	1,75891
74	48000.003642/97-10	CIDADE ENTRE RIOS	0,64569
75	48000.003850/97-29	CIDADE DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	0,37671
76	48000.003906/97-81	CIOBA	0,45047
77	48000.003702/97-31	CONCEIÇÃO	0,41910
78	48000.003714/97-11	CONGRO	0,53316
79	48000.003851/97-91	COQUEIRO SECO	1,75891
80	48000.003738/97-89	CÓRREGO CEDRO NORTE	0,32143
81	48000.003739/97-41	CÓRREGO DAS PEDRAS	0,56984
82	48000.003740/97-21	CÓRREGO DOURADO	0,35584
83	48000.003715/97-83	CORVINA	0,55557
84	48000.003776/97-78	CURIMÃ	0,50261
85	48000.003644/97-37	DOM JOÃO	0,44328
86	48000.003645/97-08	DOM JOÃO MAR	0,55381
87	48000.003838/97-23	DOURADO	0,36013
88	48000.003719/97-34	ENCHOVA	0,59395
89	48000.003720/97-13	ENCHOVA OESTE	0,41645
90	48000.003777/97-31	ESPADA	0,50261
91	48000.003899/97-18	ESPADARTE	1,03118
92	48000.003793/97-97	ESTREITO	1,75891
93	48000.003742/97-56	FAZENDA ALEGRE	0,25112
94	48610.004004/98	FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	0,47865
95	48000.003646/97-62	FAZENDA ALVORADA	0,27695
96	48000.003647/97-25	FAZENDA AZEVEDO	0,62353
97	48000.003648/97-98	FAZENDA BÁLSAMO	0,81867
98	48000.003649/97-51	FAZENDA BELÉM (RECÔNCAVO)	0,51370
99	48000.003795/97-12	FAZENDA BELÉM (POTIGUAR)	1,75891
100	48000.003650/97-30	FAZENDA BOA ESPERANÇA	0,79319
101	48000.003796/97-85	FAZENDA CANAAN	1,75891
102	48000.003743/97-19	FAZENDA CEDRO	0,50088
103	48000.003745/97-44	FAZENDA CEDRO NORTE	0,57252
104	48000.003797/97-48	FAZENDA CURRAL	1,75891
105	48000.003651/97-01	FAZENDA IMBÉ	0,48281
106	48000.003798/97-19	FAZENDA MALAQUIAS	1,75891
107	48000.003891/97-14	FAZENDA MATINHA	0,51104
108	48000.003652/97-65	FAZENDA ONÇA	0,80329
109	48000.003653/97-28	FAZENDA PANELAS	0,25067
110	48000.003799/97-73	FAZENDA POCINHO	0,28507
111	48000.003744/97-81	FAZENDA QUEIMADAS	0,38258
112	48000.003654/97-91	FAZENDA RIO BRANCO	1,75891
113	48000.003746/97-15	FAZENDA SANTA LUZIA	0,38583
114	48000.003883/97-88	FAZENDA SANTA ROSA	0,38427
115	48000.003655/97-53	FAZENDA SANTO ESTEVÃO	1,75891
116	48000.003747/97-70	FAZENDA SÃO JORGE	0,37344
117	48000.003750/97-84	FAZENDA SÃO RAFAEL	0,45897
118	48000.003896/97-20	FRADE	0,32342
119	48000.003854/97-80	FURADO	0,35741
120	48000.003721/97-86	GAROUPA	0,62692
121	48000.003722/97-49	GAROUPINHA	0,58328
122	48000.003535/97-00	GOLFINHO	0,61285
123	48000.003656/97-16	GOMO	0,46760
124	48610.008017/2004	GUANAMBI	0,72315
125	48000.003751/97-47	GURIRI	0,41580
126	48000.003801/97-13	ICAPUÍ	1,75891
127	48000.003657/97-89	ILHA DE BIMBARRA	0,43368
128	48000.003855/97-42	ILHA PEQUENA	0,94225
129	48610.010735/2001	INHAMBU	0,25859
130	48000.003659/97-12	ITAPARICA	0,65042
131	48610.009225/2002	JAÇANÃ	1,75891
132	48000.003660/97-93	JACUÍPE	0,36980
133	48610.009488/2003	JANDAIA	0,50598
134	48000.003802/97-86	JANDUÍ	0,49153
135	48000.003856/97-13	JEQUIÁ	1,75891
136	48610.009282/2005-71	JIRIBATUBA	0,55489
137	48610.009509/2003	JOÃO DE BARRO	0,77975
138	48000.003803/97-49	JUAZEIRO	0,52715
139	48000.003560/97-49	JUBARTE	0,37003
140	48610.008012/2004	JURITI	0,84860
141	48000.003804/97-10	LAGOA AROEIRA	1,75891
142	48000.003748/97-32	LAGOA BONITA	0,37142
143	48610.009231/2002	LAGOA DO PAULO	0,74331
144	48610.009231/2002	LAGOA DO PAULO NORTE	0,93254
145	48610.009231/2002	LAGOA DO PAULO SUL	0,66586
146	48000.003752/97-18	LAGOA PARDA	0,42112
147	48000.003755/97-06	LAGOA PIABINHA	0,40680
148	48000.003570/97-01	LAGOSTA	0,48533
149	48000.003664/97-44	LAMARÃO	0,38370
150	48000.003665/97-15	LEODÓRIO	0,70992
151	48610.004000/98	LESTE DE POÇO XAVIER	0,64965
152	48000.003627/97-18	LESTE DO URUCU	0,45200
153	48000.003805/97-74	LIVRAMENTO	0,65932
154	48000.003807/97-08	LORENA	0,65605
155	48000.003808/97-62	MACAU	0,84712
156	48000.003716/97-46	MALHADO	0,59333
157	48000.003666/97-70	MALOMBÊ	1,64742
158	48000.003518/97-82	MANATI	0,28479
159	48000.003667/97-32	MANDACARU	0,52245
160	48000.003732/97-01	MARIMBÁ	0,63315
161	48000.003758/97-96	MARIRICU	0,51339
162	48000.003760/97-38	MARIRICU NORTE	0,34823
163	48000.003723/97-10	MARLIM	0,47152
164	48000.003900/97-03	MARLIM LESTE	0,71712
165	48000.003724/97-74	MARLIM SUL	0,46742
166	48000.003668/97-03	MASSAPÊ	0,45869
167	48000.003669/97-68	MASSUÍ	0,49736
168	48000.003670/97-47	MATA DE SÃO JOÃO	0,37874
169	48000.003857/97-78	MATO GROSSO	0,33871
170	48000.003866/97-69	MERLUZA	0,45555
171	48000.003576/97-89	MEXILHÃO	0,34846
172	48000.003673/97-35	MIRANGA	0,54263
173	48000.003676/97-23	MIRANGA NORTE	0,49959
174	48000.003809/97-25	MONTE ALEGRE	0,23478
175	48000.003810/97-12	MORRINHO	0,82241
176	48610.009283/2005-16	MORRO DO BARRO	0,24206
177	48000.003811/97-77	MOSSORÓ	1,75891
178	48000.003728/97-25	NAMORADO	0,58877
179	48000.003761/97-09	NATIVO OESTE	0,56984
180	48000.003812/97-30	NOROESTE DO MORRO ROSADO	1,75891
181	48000.003677/97-96	NORTE DE FAZENDA CARUAÇU	0,31885
182	48000.003910/97-59	OESTE DE UBARANA	0,45047
183	48000.003813/97-01	PAJEÚ	1,75891
184	48000.003707/97-55	PAMPO	0,53196
185	48000.003731/97-30	PARATI	0,52609
186	48000.003712/97-95	PARGO	1,23345
187	48000.003840/97-75	PARU	0,50471
188	48610.003901/2000	PA-1BRSA352RN-1BRSA509RN-1BRSA511RN-BTPO	1,75891
189	48610.003886/2000	LULA	0,62801
190	48610.009225/2002	PA-1BRSA489DRN-BT-POT-8	0,50591
191	48610.009128/2005-16	PA-1-STAR-11-RN	1,69151
192	48610.004001/98	PEDRA SENTADA	0,82241
193	48000.003678/97-59	PEDRINHAS	0,45648
194	48610.008005/2004	PERIQUITO	0,26743
195	48000.003903/97-93	PEROÁ	0,31925
196	48000.003912/97-84	PESCADA	0,51416
197	48000.003859/97-01	PILAR	0,37744
198	48610.003901/2000	PINTASSILGO	1,75891
199	48000.003495/97-89	PIRANEMA	0,71815
200	48000.003733/97-65	PIRAÚNA	0,71057
201	48000.003814/97-65	POÇO VERDE	1,75891
202	48000.003815/97-28	POÇO XAVIER	0,64965
203	48000.003679/97-11	POJUCA	0,41984
204	48610.003888/2000	POLVO	1,75891
205	48000.003816/97-91	PONTA DO MEL	0,68374
206	48000.003817/97-53	PORTO CARÃO	1,75891
207	48000.003894/97-02	QUERERÁ	0,32398
208	48000.003818/97-16	REDONDA	1,75891
209	48000.003819/97-89	REDONDA PROFUNDO	1,75891
210	48000.003671/97-18	REMANSO	0,51120
211	48000.003682/97-26	RIACHO DA BARRA	0,63103
212	48000.003821/97-21	RIACHO DA FORQUILHA	0,65282
213	48000.003683/97-99	RIACHO OURICURI	0,84701
214	48000.003684/97-51	RIACHO SÃO PEDRO	0,24538
215	48000.003860/97-82	RIACHUELO	0,82100
216	48000.003765/97-51	RIO BARRA SECA	0,30643
217	48000.003685/97-14	RIO DA SERRA	0,85554
218	48000.003686/97-87	RIO DO BU	0,76949
219	48000.003687/97-40	RIO DOS OVOS	0,49933
220	48610.007482/2006-71	RIO IPIRANGA	0,35932
221	48000.003688/97-11	RIO ITARIRI	0,66529
222	48000.003766/97-14	RIO ITAÚNAS	0,31590
223	48000.003890/97-43	RIO JOANES	0,50144
224	48000.003768/97-40	RIO MARIRICU	0,40539
225	48000.003824/97-19	RIO MOSSORÓ	0,92520
226	48000.003674/97-06	RIO PIPIRI	0,44605
227	48000.003689/97-75	RIO POJUCA	0,74080
228	48000.003769/97-11	RIO PRETO	0,37887
229	48000.003770/97-91	RIO PRETO OESTE	0,37190
230	48000.003771/97-54	RIO PRETO SUL	0,30667
231	48000.003772/97-17	RIO SÃO MATEUS	0,29592
232	48000.003690/97-54	RIO SAUÍPE	0,79670
233	48000.003691/97-17	RIO SUBAÚMA	1,06914
234	48000.003628/97-81	RIO URUCU	0,41002
235	48000.003901/97-68	RONCADOR	0,72309
236	48000.003710/97-60	SALEMA	0,81630
237	48000.003841/97-38	SALGO	0,31536
238	48000.003825/97-81	SALINA CRISTAL	0,23713
239	48000.003692/97-80	SANTANA	1,75891

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

240	48000.003693/97-42	SÃO DOMINGOS	0,63495
241	48000.003773/97-80	SÃO MATEUS	0,37901
242	48000.003861/97-45	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	0,37888
243	48000.003694/97-13	SÃO PEDRO	0,86345
244	48000.003695/97-78	SAUÍPE	1,75891
245	48610.007984/2004	SERIEMA	0,25674
246	48000.003781/97-16	SERRA	0,84712
247	48000.003828/97-70	SERRA DO MEL	0,64769
248	48000.003830/97-11	SERRARIA	0,83342
249	48000.003696/97-31	SESMARIA	0,50788
250	48000.003862/97-16	SIRIRIZINHO	0,60051
251	48000.003697/97-01	SOCORRO	0,59413
252	48000.003698/97-66	SOCORRO EXTENSÃO	0,44502
253	48000.003873/97-24	SUDOESTE URUCU	0,41002
254	48000.003863/97-71	SUL DE CORURIPE	0,57621
255	48000.003699/97-29	SUSSUARANA	0,47041
256	48610.007986/2004	TABUIAIÁ	0,23057
257	48000.003864/97-33	TABULEIRO DOS MARTINS	0,76128
258	48610.009488/2003	TANGARÁ	0,42393
259	48000.003700/97-14	TAQUIPE	0,49066
260	48000.003835/97-35	TARTARUGA	0,97874
261	48000.003834/97-72	TATUI	0,29011
262	48000.003832/97-47	TRÊS MARIAS	0,76913
263	48000.003708/97-18	TRILHA	0,54133
264	48000.003782/97-71	UBARANA	0,45047
265	48610.003899/2000	UIRAPURU	0,43986
266	48000.003833/97-18	UPANEMA	0,49153
267	48610.004002/98	VARGINHA	0,64965
268	48000.003713/97-58	VERMELHO	0,34585
269	48000.003734/97-28	VIOLA	0,67436
270	48000.003704/97-67	VOADOR	0,68108
271	48000.003778/97-01	XARÉU	0,50261
272	48000.003552/97-11	OSTRA	0,29204
273	48000.003852/97-54	FAZENDA PAU BRASIL	0,57439
274	48000.003706/97-92	LINGUADO	0,55182
275	48000.003560/97-49	JUBARTE PRÉ-SAL	0,95778
276	48000.003747/97-70	ÁGUA GRANDE	0,32912
277	48000.003632/97-58	ARATU	0,32243
278	48000.003892/97-79	IRAÍ	0,24507
279	48000.003633/97-11	MAPELE	0,40939
280	48000.003680/97-09	POJUCA NORTE	0,41569
281	48000.003846/97-51	BREJO GRANDE	0,41292
282	48000.003839/97-96	GUARICEMA	0,38379
283	48610.003892/2000	JAPUAÇU	0,39886
284	48000.003754/97-35	LAGOA PARDA NORTE	0,26173
285	48000.003753/97-72	LAGOA PARDA SUL	0,48533
286	48000.003757/97-23	LAGOA SURUACA	0,53660
287	48000.003759/97-59	MARIRICU OESTE	0,34823
288	48000.003541/97-02	MOSQUITO	0,26429
289	48000.003766/97-14	RIO ITAÚNAS LESTE	0,29298
290	48610.010735/2001	SAÍRA	1,75891
291	48000.003907/97-44	DENTÃO	0,48915
292	48000.003915/97-72	FAZENDA JUNCO	1,75891
293	48000.003800/97-51	GUAMARÉ	1,75891
294	48610.008001/2004	IRAÚNA	0,71563
295	48000.003916/97-35	SABIÁ	0,49153
296	48000.003829/97-32	SERRA VERMELHA	1,75891
297	48000.003790/97-07	VÁRZEA REDONDA	0,37528
298	48000.003552/97-11	ARGONAUTA	0,26471
299	48610.009279/05-58	TIGRE	0,78649
300	48000.003560/97-49	BALEIA FRANCA	0,42154
301	48000.003535/97-00	CANAPU	0,33624
302	48610.007484/2006-61	CREJOÁ	1,75891
303	48610.003900/2000	IRERÊ	1,75891
304	48610.009492/2003	JACUTINGA	1,75891
305	48610.009128/2005-16	PA-1-STAR-10-RN	1,75891
306	48610.009227/2002	ROLINHA	1,75891
307	48610.007984/2004	RIO SÃO MATEUS OESTE	1,75891
308	48610.001427/2008-39	PA-1ALV2BA-REC-T-155	0,54657
309	48610.003901/2000	BARRINHA LESTE	1,75891
310	48610.009227/2002	PA-1RT01RN-BT-POT-10	1,75891
311	48610.009197/2005-11	MATO GROSSO SUL	1,75891
312	48610.009197/2005-11	MATO GROSSO NORTE	1,75891
313	48610.009127/2005-55	CARCARÁ	1,75891
314	48610.001443/2008-21	PA-1ALV1BA-REC-T-129	1,75891
315	48610.009188/2005-12	SÃO MATEUS LESTE	1,75891
316	48610.009198/2005-58	PA-1GALP11_1GALP12-BT-SEAL-13	1,75891
317	48610.009146/2005-81	PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	0,49564
318	48610.009227/2002	PA-1UTC3RN_BT-POT-10	0,43396
319	48610.001430/2008-52	TAPIRANGA	1,75891
320	48000.003577/97-41	URUGUÁ	0,34063
321	48610.009202/2005-88	ARACUÃ	0,41354
322	48000.003921/97-75	LAGOA PACAS	0,26836
323	48610.003884/2000	PA-1BRSA491SPS-BM-S-9	0,42554
324	48610.009138/2005-35	HARPIA	1,75891
325	48610.009494-2003	PA-1BRSA607SPS- 1BRSA658SPS-BM-S-40	0,96993
326	48610.008001/2004	TRINCA FERRO	1,75891
327	48610.007481/2006-26	CHAUA	1,75891
328	48610.009197/2005-11	MATO GROSSO NOROESTE	1,75891
329	48610.003887/2000	PEREGRINO	1,75891
330	48610.007994/2004	ANDORINHA	1,75891
331	48610.008002/2004	ANDORINHA SUL	1,75891
332	48610.009188/2005-12	MOSQUITO NORTE	1,75891
333	48610.009226/2002	PATATIVA	1,75891
334	48610.009227/2002	1-UTC-02/RN	0,24963
335	48610.009227/2002	POTI-02/RN	0,32863
336	48610.009156/2005-17	PA-1BRSA713RJS_BM-C-36_C-M-401	0,78596
337	48610.007480/2006-81	RIACHO VELHO	1,75891
338	48610.009197/2005-11	MATO GROSSO SUDOESTE	1,75891

Conforme o Art 7º, da Resolução ANP Nº 40, de 14 de dezembro de 2009, caso as informações necessárias para a fixação do PRGN do campo em questão não sejam prestadas pelo concessionário, na forma, condições e prazos estabelecidos nesta Resolução, o preço de referência será igual ao maior PRGN fixado no país para o gás natural, que para o mês de SETEMBRO de 2011 foi o valor correspondente ao Plano de Avaliação: POLVO - R$ 1,75891.

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria n.º 936, de 13 de outubro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme a tabela anexa, os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de SETEMBRO de 2011, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, na hipótese prevista no § 11 do art. 7º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998, preços mínimos estes calculados conforme a Portaria n.º 206, de 29 de agosto de 2000.

Art. 2º Os preços de que trata o artigo anterior não incluem a Contribuição ao Programa de Integração Social do Trabalhador - PIS, a Contribuição ao Programa de Formação do Servidor Público - PASEP, a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

ANEXO

Número do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Corrente/Metodologia de Cálculo	Preço Mínimo (R$/m³)
48610.009227/2002	1-RT-1-RN (BT-POT-10)	Riacho Tapuio	1.221,3028
48000.003552/97-11	Abalone	Ostra	1.123,2193
48610.003901/2000	Acaua	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003629/97-43	Agua Grande	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003842/97-09	Aguilhada	Sergipano Terra	1.099,9010
48000.003779/97-66	Agulha	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003703/97-02	Albacora	Albacora	1.153,8923
48000.003895/97-67	Albacora Leste	Albacora Leste	1.090,4859
48610.007985/2004	Albatroz	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.274,3327
48000.003784/97-04	Alto do Rodrigues	RGN Mistura	1.169,5797
48610.003892/2000	Anambe	Alagoano	1.248,5713
48610.007.994/2004	Andorinha	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48000.003730/97-77	Anequim	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003843/97-63	Angelim	Sergipano Terra	1.099,9010
48000.003484/97-62	Angico	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003630/97-22	Apraius	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003913/97-47	Arabaiana	Pescada	1.262,3568
48610.009487/2003	Araçari	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48000.003631/97-95	Araças	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.009289/2005-93	Araças Leste	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.184,9421
48610.009.202/2005-88	Aracuã	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.259,2074
48000.003632/97-58	Aratu	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003780/97-45	Aratum	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003552/97-11	Argonauta	Ostra	1.123,2193
48000.003844/97-26	Aruari	Sergipano Terra	1.099,9010
48000.003482/97-37	Asa Branca	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003845/97-99	Atalaia Sul	Sergipano Mar	1.246,2194
48000.003775/97-13	Atum	Ceara Mar	1.151,8870
48000.003705/97-20	Badejo	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003726/97-08	Bagre	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003785/97-69	Baixa do Algodao	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003914/97-18	Baixa do Juazeiro	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003560/97-49	Baleia Franca	Cachalote	1.097,0937
48000.003756/97-61	Barra do Ipiranga	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003897/97-92	Barracuda	Barracuda	1.109,0356
48000.003786/97-21	Barrinha	RGN Mistura	1.169,5797
48610.003901/2000	Barrinha Leste	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48610.004003/98	Benfica	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003717/97-17	Bicudo	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48610.07984/2004	Bigua	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003709/97-81	Bijupira	Bijupira	1.156,5907
48000.003909/97-70	Biquara	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48000.003672/97-72	Biriba	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.003886/2000	Lula	Piloto de Tupi	1.152,3028
48610.009.494/2003	BM-S-40	Tld de Tiro	1.199,6742
48610.003.884/2000	BM-S-9	Tld de Guará	1.156,3718
48000.003787/97-94	Boa Esperança	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003788/97-57	Boa Vista	RGN Mistura	1.169,5797
48610.009285/2005-13	Bom Lugar	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.166,8259
48000.003718/97-71	Bonito	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003658/97-41	Bonsucesso	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003789/97-10	Brejinho	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003636/97-17	Brejinho	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003846/97-51	Brejo Grande	Sergipano Terra	1.099,9010
48610.009225/2002	BT-POT-8	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003635/97-46	Buracica	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.009231/2002	Burizinho	Lagoa do Paulo Norte	1.222,3093
48000.003735/97-91	Caçao	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003560/97-49	Cachalote	Cachalote	1.097,0937
48000.003791/97-61	Cachoeirinha	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003736/97-53	Cacimbas	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003836/97-06	Caioba	Sergipano Mar	1.246,2194
48000.003881/97-52	Camaçari	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003535/97-00	Camarupim	Camarupim	1.271,0063
48610.010724/2001	Camarupim Norte	Camarupim	1.271,0063
48000.003837/97-61	Camorim	Sergipano Mar	1.246,2194
48000.003737/97-16	Campo Grande	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003637/97-71	Canabrava	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.003899/2000	Canario	Canario	1.156,8283
48610.009491/2003	Cancã	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003638/97-34	Candeias	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003639/97-05	Canta Galo	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003792/97-24	Canto do Amaro	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003711/97-22	Carapeba	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48610.009275/2005-71	Carapitanga	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.164,0691
48000.003898/97-55	Caratinga	Caratinga	1.109,7418
48610.009127/2005-55	Carcará	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48610.008000/2004	Cardeal	Cardeal	1.168,8856
48000.003847/97-14	Carmopolis	Sergipano Terra	1.099,9010
48000.003640/97-86	Cassarongongo	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003848/97-87	Castanhal	Sergipano Terra	1.099,9010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

48000.003641/97-49	Cexis	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.007481/2006-26	Chaua	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.155,1292
48000.003727/97-62	Cherne	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48610.009284/2005-61	Cidade de Aracaju	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.135,3195
48000.003642/97-10	Cidade Entre Rios	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003850/97-29	Cidade São Miguel dos Campos	Alagoano	1.248,5713
48000.003919/97-23	Cidade Sebastao Ferreira	Tabuleiro	1.171,9481
48000.003906/97-81	Cioba	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003535/97-00	CNP	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.274,3327
48610.009503/2003	Colibri	Colibri	1.191,2216
48000.003702/97-31	Conceiçao	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003714/97-11	Congro	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003851/97-91	Coqueiro Seco	Tabuleiro	1.171,9481
48000.003738/97-89	Corrego Cedro Norte	Espirito Santo	1.128,2519
48610.009188/2005-12	Corrego Cedro Norte Sul	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.274,3327
48000.003739/97-41	Corrego das Pedras	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003740/97-21	Corrego dourado	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003715/97-83	Corvina	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48610.007484/2006-61	Crejoa	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.088,0599
48000.003776/97-78	Curima	Ceara Mar	1.151,8870
48000.003907/97-44	dentao	Pescada	1.262,3568
48000.003644/97-37	Dom Joao	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003645/97-08	Dom Joao Mar	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.009.198/2005-58	Dó-Ré-Mi	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.259,2074
48000.003838/97-23	dourado	Sergipano Mar	1.246,2194
48000.003719/97-34	Enchova	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003720/97-13	Enchova Oeste	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003777/97-31	Espada	Ceara Mar	1.151,8870
48000.003899/97-18	Espadarte	Espadarte	1.094,5879
48610.007984/2004	ES-T-373	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.274,3327
48610.007984/2004	ES-T-381	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.274,3327
48610.001402/2008-35	ES-T-391	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.083,7278
48610.001402/2008-35	ES-T-392	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.137,2887
48000.003793/97-97	Estreito	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003742/97-56	Fazenda Alegre	Fazenda Alegre	1.074,0944
48610.004004/98	Fazenda Alto das Pedras	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003646/97-62	Fazenda Alvorada	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003647/97-25	Fazenda Azevedo	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003648/97-98	Fazenda Balsamo	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003795/97-12	Fazenda Belem	Fazenda Belem	1.048,9270
48000.003649/97-51	Fazenda Belem	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003650/97-30	Fazenda Boa Esperança	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003796/97-85	Fazenda Canaan	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003743/97-19	Fazenda Cedro	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003745/97-44	Fazenda Cedro Norte	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003797/97-48	Fazenda Curral	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003651/97-01	Fazenda Imbe	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003915/97-72	Fazenda Junco	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003798/97-19	Fazenda Malaquias	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003891/97-14	Fazenda Matinha	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003652/97-65	Fazenda Onça	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003653/97-28	Fazenda Panelas	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003852/97-54	Fazenda Pau Brasil	Tabuleiro	1.171,9481
48000.003799/97-73	Fazenda Pocinho	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003744/97-81	Fazenda Queimadas	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003654/97-91	Fazenda Rio Branco	Fazenda Santo Estevao	1.166,9804
48000.003746/97-15	Fazenda Santa Luzia	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003883/97-88	Fazenda Santa Rosa	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003655/97-53	Fazenda Santo Estevao	Fazenda Santo Estevao	1.166,9804
48000.003747/97-70	Fazenda Sao Jorge	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003750/97-84	Fazenda Sao Rafael	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003884/97-41	Fazenda Sori	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.009278/2005-11	Foz do Vaza Barris	Sergipe - Vaza Barris	1.081,0235
48.000.003896/97-20	Frade	Frade	1.097,3302
48000.003854/97-80	Furado	Alagoano	1.248,5713
48000.003721/97-86	Garoupa	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003722/97-49	Garoupinha	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003535/97-00	Golfinho	Golfinho	1.186,9843
48000.003656/97-16	Gomo	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.004750/99	Guaiamá	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.270,8820
48000.003800/97-51	Guamare	RGN Mistura	1.169,5797
48610.008017/2004	Guanambi	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003839/97-96	Guaricema	Sergipano Mar	1.246,2194
48000.003751/97-47	Guriri	Espirito Santo	1.128,2519
48610.009138/2005-35	Harpia	Harpia	1.057,8702
48000.003801/97-13	Icapui	Fazenda Belem	1.048,9270
48000.003657/97-89	Ilha de Bimbarra	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003855/97-42	Ilha Pequena	Sergipano Terra	1.099,9010
48610.010735/2001	Inhambu	Espirito Santo	1.128,2519
48610.008001/2004	Iraúna	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48610.003.900/2000	Irerê	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48000.003659/97-12	Itaparica	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.009225/2002	Jaçana	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003660/97-93	Jacuipe	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.009492/2003	Jacutinga	Espirito Santo	1.128,2519
48610.009488/2003	Jandaia	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003802/97-86	Jandui	RGN Mistura	1.169,5797
48610.003892/2000	Japuaçu	Alagoano	1.248,5713
48000.003856/97-13	Jequia	Tabuleiro	1.171,9481
48610.009282-2005-71	Jiribatuba	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.162,8876
48610.009509/2003	Joao de Barro	Joao de Barro	1.249,2654
48000.003803/97-49	Juazeiro	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003560/97-49	Jubarte	Jubarte	1.079,6594
48610.008012/2004	Juriti	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.237,5205
48000.003804/97-10	Lagoa Aroeira	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003748/97-32	Lagoa Bonita	Espirito Santo	1.128,2519
48610.009231/2002	Lagoa do Paulo	Lagoa do Paulo Norte	1.222,3093
48610.009231/2002	Lagoa do Paulo Norte	Lagoa do Paulo Norte	1.222,3093
48610.009231/2002	Lagoa do Paulo Sul	Lagoa do Paulo Norte	1.222,3093
48000.003752/97-18	Lagoa Parda	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003754/97-35	Lagoa Parda Norte	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003753/97-72	Lagoa Parda Sul	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003755/97-06	Lagoa Piabanha	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003757/97-23	Lagoa Suruaca	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003663/97-81	Lagoa Verde	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003.570/97-01	Lagosta	Condensado de Merluza	1.252,5545
48000.003664/97-44	Lamarao	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003665/97-15	Leodorio	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.004000/98	Leste de Poço Xavier	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003627/97-18	Leste do Urucu	Urucu	1.249,6856
48000.003706/97-92	Linguado	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003805/97-74	Livramento	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003807/97-08	Lorena	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003808/97-62	Macau	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003716/97-46	Malhado	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003666/97-70	Malombe	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003518/97-82	Manati	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003667/97-32	Mandacaru	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003633/97-11	Mapele	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003732/97-01	Marimba	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003758/97-96	Mariricu	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003760/97-38	Mariricu Norte	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003759/97-59	Mariricu Oeste	Espirito Santo	1.128,2519
48610.008016/2004	Maritaca	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.237,5205
48000.003723/97-10	Marlim	Marlim	1.102,0350
48000.003900/97-03	Marlim Leste	Marlim Leste	1.112,5655
48000.003724/97-74	Marlim Sul	Marlim Sul P-38	1.108,9762
48000.003668/97-03	Massape	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003669/97-68	Massui	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003670/97-47	Mata de Sao Joao	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003857/97-78	Mato Grosso	Sergipano Terra	1.099,9010
48610.009197/2005-11	Mato Grosso Norte	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.259,2074
48610.009197/2005-11	Mato Grosso Sul	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.259,2074
48000.003866/97-69	Merluza	Condensado de Merluza	1.252,5545
48000.003576/97-89	Mexilhão	Condensado de Mexilhão	1.270,8820
48000.003673/97-35	Miranga	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003676/97-23	Miranga Norte	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003809/97-25	Monte Alegre	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003725/97-37	Moreia	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003810/97-12	Morrinho	RGN Mistura	1.169,5797
48610.009283/2005-16	Morro do Barro	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.160,2489
48000.003541/97-02	Mosquito	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003811/97-77	Mossoro	RGN Mistura	1.169,5797
48610.003892/2000	Mutum	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.248,5713
48000.003728/97-25	Namorado	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003761/97-09	Nativo Oeste	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003729/97-98	Ne Namorado	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003812/97-30	No do Morro Rosado	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003677/97-96	Norte Fazenda Caruaçu	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003910/97-59	Oeste de Ubarana	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003552/97-11	Ostra	Ostra	1.123,2193
48610.001427/2008-39	PA-1ALV2BA-REC-T-155	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.178,6408
48000.003813/97-01	Pajeu	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003707/97-55	Pampo	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003888/97-00	Paramirim do Vencimento	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003731/97-30	Parati	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003712/97-95	Pargo	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003840/97-75	Paru	Sergipano Mar	1.246,2194
48610.004001/98	Pedra Sentada	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003678/97-59	Pedrinhas	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.003887/2000	Peregrino	peregrino	1.068,9485
48610.008005/2004	Periquito	Periquito	1.170,2353
48000.003903/97-93	Peroa	Peroa	1.274,3327
48000.003912/97-84	Pescada	Pescada	1.262,3568
48000.003859/97-01	Pilar	Alagoano	1.248,5713
48610.003901/2000	Pintassilgo	RGN Mistura	1.169,5797
48610.003.882/2000	Piracucá	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.270,8820
48000.003495/97-89	Piranema	Piranema	1.259,2074
48000.003733/97-65	Pirauna	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48610.010739/2001	Pitiguari	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48000.003814/97-65	Poço Verde	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003815/97-28	Poço Xavier	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003679/97-11	Pojuca	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003680/97-09	Pojuca Norte	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.003888/2000	Polvo	Polvo	1.091,3967
48000.003816/97-91	Ponta do Mel	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003817/97-53	Porto Carao	RGN Mistura	1.169,5797
48610.008008/2004	POT-T-661	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48610.009128/2005-16	POT-T-748	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48000.003894/97-02	Querera	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.001443/2008-21	REC-T-129	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.155,0110
48610.009121/05-88	REC-T-265	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.237,5205
48000.003818/97-16	Redonda	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003819/97-89	Redonda Profundo	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003671/97-18	Remanso	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003682/97-26	Riacho da Barra	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003821/97-21	Riacho da Forquilha	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003683/97-99	Riacho Ouricuri	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003684/97-51	Riacho Sao Pedro	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.007480/2006-81	Riacho Velho	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.173,9542
48000.003860/97-82	Riachuelo	Sergipano Terra	1.099,9010
48000.003765/97-51	Rio Barra Seca	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003685/97-14	Rio da Serra	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003686/97-87	Rio do Bu	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003764/97-99	Rio doce	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003687/97-40	Rio dos Ovos	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003749/97-03	Rio Ibiribas	Espirito Santo	1.128,2519
48610.007482/2006-71	Rio Ipiranga	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.120,7478
48000.003688/97-11	Rio Itariri	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003766/97-14	Rio Itaunas	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003767/97-87	Rio Itaunas Leste	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003890/97-43	Rio Joanes	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003768/97-40	Rio Mariricu	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003824/97-19	Rio Mossoro	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003674/97-06	Rio Pipiri	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003689/97-75	Rio Pojuca	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003769/97-11	Rio Preto	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003770/97-91	Rio Preto Oeste	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003771/97-54	Rio Preto Sul	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003772/97-17	Rio Sao Mateus	Espirito Santo	1.128,2519
48610.007984/2004	Rio São Mateus Oeste	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.274,3327
48000.003690/97-54	Rio Sauipe	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003691/97-17	Rio Subauma	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003628/97-81	Rio Urucu	Urucu	1.249,6856
48610.009227/2002	Rolinha	Rolinha	1.108,8310
48000.003901/97-68	Roncador	Roncador	1.109,3018

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48000.003916/97/35	Sabiá	RGN Mistura	1.169,5797
48610.010735/2001	Saira	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.274,3327
48000.003710/97-60	Salema	Salema	1.161,9896
48000.003841/97-38	Salgo	Sergipano Terra	1.099,9010
48000.003825/97-81	Salina Cristal	RGN Mistura	1.169,5797
48610.007998/2004	Sanhaçu	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48000.003692/97-80	Santana	Fazenda Santo Estevao	1.166,9804
48000.003693/97-42	Sao domingos	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003861/97-45	Sao M.dos Campos	Alagoano	1.248,5713
48610.007485/2006-12	São Manoel	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.149,4974
48000.003773/97-80	Sao Mateus	Espirito Santo	1.128,2519
48610.009188/2005-12	São Mateus Leste	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003694/97-13	Sao Pedro	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003695/97-78	Sauipe	Fazenda Santo Estevao	1.166,9804
48610.009198/2005-58	SEAL-13	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.259,2074
48610.009288/2005-49	Sempre Viva	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.216,0854
48610.007984/2004	Seriema	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003781/97-16	Serra	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003828/97-70	Serra do Mel	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003829/97-32	Serra Vermelha	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003830/97-11	Serraria	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003696/97-31	Sesmaria	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003862/97-16	Sririzinho	Sergipano Terra	1.099,9010
48000.003697/97-01	Socorro	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003698/97-66	Socorro Extensao	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.009146/2005-81	SOL-T-171	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,6856
48000.003873/97-24	Sudoeste Urucu	Urucu	1.249,6856
48000.003863/97-71	Sul de Coruripe	Tabuleiro	1.171,9481
48000.003699/97-29	Sussuarana	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.007986/2004	Tabuiaia	Espirito Santo	1.128,2519
48000.003864/97-33	Tabuleiro dos Martins	Tabuleiro	1.171,9481
48000.003.577/97-41	Tambaú	Tambaú-Uruguá	1.203,9819
48610.009488/2003	Tangara	Baiano Mistura	1.216,0854
48610.001430/2008-52	Tapiranga	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.237,5205
48000.003700/97-14	Taquipe	Baiano Mistura	1.216,0854
48000.003835/97-35	Tartaruga	Tartaruga	1.251,2862
48000.003834/97-72	Tatui	Sergipano Mar	1.246,2194
48610.008013/2004	Tico-Tico	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, III	1.184,9421
48610.009279/05-58	Tigre	Tigre	1.201,5574
48610.009128/2005-16	TLD de Carnauba	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48610.009.128/2005-16	TLD de Pereiro	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48000.003832/97-47	Tres Marias	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003708/97-18	Trilha	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48610.008001/2004	Trinca Ferro	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48000.003782/97-71	Ubarana	RGN Mistura	1.169,5797
48610.003899/2000	Uirapuru	Uirapuru	1.237,5205
48000.003833/97-18	Upanema	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003.577/97-42	Uruguá	Tambaú-Uruguá	1.203,9819
48610.009.151/2005-94	Urutau	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48610.004002/98	Varginha	RGN Mistura	1.169,5797
48000.003713/97-58	Vermelho	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003734/97-28	Viola	Cabiunas Mistura	1.115,1440
48000.003704/97-67	Voador	Marlim	1.102,0350
48000.003778/97-01	Xareu	Ceara Mar	1.151,8870
48610.009128/2005-16	POT-T-749	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48610.009197/2005-11	Mato Grosso Noroeste	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.259,2074
48610.008002/2004	Andorinha Sul	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.262,3568
48610.009188/2005-12	Mosquito Norte	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.274,3327
48610.009156/2005-17	PA-1BRSA713RJS_BM-C-36_C-M-401	TLD de Aruanã	1.157,7457
48000.003921/97-76	Lagoa Pacas	Tabuleiro	1.171,9481

Conforme o inciso IV do art 6º da Portaria ANP Nº 206, de 29 de agosto de 2000 caso as concessionárias não disponham das informações técnicas suficientes para a determinação da composição de sua corrente, o preço mínimo do petróleo do campo em questão será o preço mínimo do petróleo de maior valor da Bacia a que o campo pertencer, conforme tabela abaixo.

Bacia	Corrente de Maior Valor	Valor da Corrente (R$/m³)
Alagoas	Alagoano	1.248,5713
Camamu	Baiano Mistura	1.216,0854
Campos	Salema	1.161,9896
Ceara	Ceara Mar	1.151,8870
Espirito Santo	Peroa	1.274,3327
Potiguar	Pescada	1.262,3568
Reconcavo	Uirapuru	1.237,5205
Santos	Condensado de Mexilhão	1.270,8820
Sergipe	Piranema	1.259,2074
Solimoes	Urucu	1.249,6856
Tucano Sul	Baiano Mistura	1.216,0854

Conforme o inciso III do art. 6º da Portaria ANP Nº 206, de 29 de agosto de 2000 caso os campos/blocos operados por concessionários qualificados como C ou D não disponham das informações técnicas suficientes para a determinação do seu preço mínimo, o mesmo será o preço mínimo do petróleo de maior valor calculado entre os campos operados por concessionários qualificados como C ou D e que disponham das informações técnicas para o cálculo de seu preço mínimo. Para o mês de SETEMBRO de 2011 foi o valor correspondente ao campo de TICO TICO, no valor de R$ 1.184,9421/ m³.

AUTORIZAÇÃO Nº 459, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do art. 9º do Anexo I ao Decreto Nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, com base na Resolução de Diretoria Nº 943, de 13 de outubro de 2011, nos termos da Lei Nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP Nº 25, de 02 de setembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo ANP Nº 48610.001131/2011-31 e do Processo ANP Nº 48610.003878/2011-14, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a etapa de operação referente à instalação de uma caldeira com capacidade de geração de 6.500 kg/h de vapor de água saturado, de um tanque de armazenamento de ácido clorídrico (30 m³) e de um tanque de armazenamento de metilato de sódio (80 m³), sem que haja ampliação de capacidade de produção, mantida em 301,71 m³/dia, utilizando rota metílica, da Unidade de Biodiesel de Quixadá da empresa Petrobras Biocombustível S.A., CNPJ n° 10.144.628/0002-03, situada na Rodovia Quixadá - Banabuiu, BR-122, s/Nº , Juatama, Município de Quixadá, Estado do Ceará.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para a atividade de operação da planta industrial de produção de biodiesel supracitada, previstas e comprovadas para a presente Autorização.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

AUTORIZAÇÃO Nº 460, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do artigo 9º do Anexo I ao Decreto Nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e com base na Resolução de Diretoria Nº 944, de 13 de outubro de 2011, tendo em vista o que consta no processo 48610.011697/2011-53, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Viação Campo Belo Ltda., inscrita no CNPJ sob o número 01.832.301/0001-44, situada à Estrada de Itapecerica, Nº 1290, Santo Amaro - São Paulo/SP, autorizada, com fulcro no Art. 3° da Resolução ANP n° 2, de 29 de janeiro de 2008, a realizar uso específico de Diesel B20, constituído por 80% de óleo diesel A e 20% de biodiesel, em proporção volumétrica, em frota cativa de ônibus de propriedade da empresa supracitada no município de São Paulo.

§1º Fica restrito o uso de Diesel B20 à frota cativa, não podendo o consumo anual exceder a treze milhões e oitocentos mil litros (13.800.000 L).

§2º Para fins desta Autorização, o biodiesel deverá atender à especificação vigente da ANP.

Art. 2º A empresa autorizada deverá apresentar, semestralmente, relatórios sobre o uso de Diesel B20.

Art. 3º A empresa autorizada deverá, nos termos da Resolução ANP n° 2, de 12 de janeiro de 2011, a analisar o produto a ser utilizado e a enviar mensalmente à ANP os resultados das características presentes na Tabela IV desta Resolução.

Art. 4° A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter a empresa Viação Campo Belo Ltda., à auditoria sobre os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços de que trata esta Autorização, bem como solicitar dados referentes à comercialização.

Art. 5º Esta autorização não constitui, em quaisquer circunstâncias, endosso, certificação, registro ou aprovação, por parte da ANP, para o uso comercial de Diesel B20 para outros fins.

Art. 6º Esta autorização não dispensa nem substitui documentos de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

AUTORIZAÇÃO Nº 461, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do artigo 9º do Anexo I ao Decreto Nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e com base na Resolução de Diretoria Nº 945, de 13 de outubro de 2011, tendo em vista o que consta no processo 48610.013283/2011-69, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Via Sul Transportes Urbanos Ltda., com matriz inscrita no CNPJ sob o número 04.828.667/0001-38, situada à Avenida do Cursino, n° 5797, Vila Moraes, São Paulo, SP e filiais inscritas no CNPJ sob os números 04.828.667/0002-19 e 04.828.667/0003-08, situadas à Rua Iososuke Okaue, 488, Parque do Carmo, São Paulo, SP e Rua Guaianá, 608, Jardim Climax, São Paulo, SP, respectivamente, autorizada, com fulcro no Art. 3° da Resolução ANP n° 2, de 29 de janeiro de 2008, a realizar uso específico de Diesel B20, constituído por 80% de óleo diesel A e 20% de biodiesel, em proporção volumétrica, em frota cativa de ônibus de sua propriedade na cidade de São Paulo.

§1º Fica restrito o uso de Diesel B20 à frota cativa, não podendo o consumo anual exceder a 28.620.000 litros (vinte e oito milhões e seiscentos e vinte mil).

§2º Para fins desta Autorização, o biodiesel deverá atender à especificação vigente da ANP.

Art. 2º A empresa autorizada deverá apresentar, semestralmente, relatórios sobre o uso de Diesel B20.

Art. 3º A empresa autorizada deverá, nos termos da Resolução ANP n° 2, de 12 de janeiro de 2011, a analisar o produto a ser utilizado e a enviar mensalmente à ANP os resultados das características presentes na Tabela IV desta Resolução.

Art. 4° A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter a empresa Via Sul Transportes Urbanos Ltda., à auditoria sobre os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços de que trata esta Autorização, bem como solicitar dados referentes à comercialização.

Art. 5º Esta autorização não constitui, em quaisquer circunstâncias, endosso, certificação, registro ou aprovação, por parte da ANP, para o uso comercial de Diesel B20 para outros fins.

Art. 6º Esta autorização não dispensa nem substitui documentos de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

AUTORIZAÇÃO Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do artigo 9º do Anexo I ao Decreto Nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e com base na Resolução de Diretoria Nº 946, de 13 de outubro de 2011, tendo em vista o que consta no processo 48610.013273/2011-23, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Viação Gato Negro Ltda, inscrita no CNPJ sob o número 60.870.847/0001-59, situada à Av. Pirituba - São Paulo - SP, autorizada, com fulcro no Art. 3° da Resolução ANP n° 2, de 29 de janeiro de 2008, a realizar uso específico de Diesel B10, constituído por 90% de óleo diesel A e 10% de biodiesel, em proporção volumétrica, em frota cativa de 418 (quatrocentos e dezoito) ônibus de sua propriedade na cidade de São Paulo.

§1º Fica restrito o uso de Diesel B10 à frota cativa, não podendo o consumo anual exceder a 10.560.000 (dez milhões, quinhentos e sessenta) mil litros.

§2º Para fins desta Autorização, o biodiesel deverá atender à especificação vigente da ANP.

Art. 2º A empresa autorizada deverá apresentar, semestralmente, relatórios sobre o uso de Diesel B10.

Art. 3º A empresa autorizada deverá, nos termos da Resolução ANP n° 2, de 12 de janeiro de 2011, a analisar o produto a ser utilizado e a enviar mensalmente à ANP os resultados das características presentes na Tabela IV desta Resolução.

Art. 4° A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter a empresa Viação Gato Negro Ltda, à auditoria sobre os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços de que trata esta Autorização, bem como solicitar dados referentes à comercialização.

Art. 5º Esta autorização não constitui, em quaisquer circunstâncias, endosso, certificação, registro ou aprovação, por parte da ANP, para o uso comercial de Diesel B10 para outros fins.

Art. 6º Esta autorização não dispensa nem substitui documentos de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AUTORIZAÇÃO Nº 463, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do artigo 9º do Anexo I ao Decreto Nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e com base na Resolução de Diretoria Nº 947, de 13 de outubro de 2011, tendo em vista o que consta no processo 48610.013274/2011-78, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Sambaíba Transportes Urbanos Ltda, inscrita no CNPJ sob o número 01.751.967/0001-78, situada à Avenida Franz Voegeli, n° 720, sala 20, Continental, CEP 06020-190, Osasco, São Paulo, autorizada, com fulcro no Art. 3° da Resolução ANP n° 2, de 29 de janeiro de 2008, a realizar uso específico de Diesel B20, constituído por 80% de óleo diesel A e 20% de biodiesel, em proporção volumétrica, em frota cativa de 1.259 ônibus de propriedade da Sambaíba Transportes Urbanos Ltda. na cidade de São Paulo.

§1º Fica restrito o uso de Diesel B20 à frota cativa, não podendo o consumo anual exceder a trinta e sete milhões e duzentos mil litros (37.200.000 L).

§2º Para fins desta Autorização, o biodiesel deverá atender à especificação vigente da ANP.

Art. 2º A empresa autorizada deverá apresentar, semestralmente, relatórios sobre o uso de Diesel B20.

Art. 3º A empresa autorizada deverá, nos termos da Resolução ANP n° 2, de 12 de janeiro de 2011, a analisar o produto a ser utilizado e a enviar mensalmente à ANP os resultados das características presentes na Tabela IV desta Resolução.

Art. 4° A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter a empresa Sambaíba Transportes Urbanos Ltda., à auditoria sobre os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços de que trata esta Autorização, bem como solicitar dados referentes à comercialização.

Art. 5º Esta autorização não constitui, em quaisquer circunstâncias, endosso, certificação, registro ou aprovação, por parte da ANP, para o uso comercial de Diesel B20 para outros fins.

Art. 6º Esta autorização não dispensa nem substitui documentos de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de outubro de 2011

Nº 1.215 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/AL0019302	AGRESTE GÁS DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE LTDA.	05.946.144/0003-10	DELMIRO GOUVEIA	AL	48610.000999/2008-09
001/GLP/GO0019719	ANIELLE ROSA DE RESENDE	08.543.849/0001-13	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.002220/2008-81
001/GLP/PE0001722	AUTO POSTO JANGA LTDA	06.216.240/0001-04	PAULISTA	PE	48610.008166/2004-54
001/GLP/SP0004532	AZULÃO COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA. ME.	07.208.016/0001-33	SAO CAETANO DO SUL	SP	48610.004574/2005-18
GLP/SP0184871	CINTHIA BORGHI VIRGOLIN - GÁS - ME.	08.379.543/0002-54	CATANDUVA	SP	48610.004000/2010-15
GLP/SP0203920	FERNANDA DA SILVA NOGUEIRA GÁS -ME	12.463.787/0001-07	POA	SP	48610.018030/2010-09
001/GLP/MS0004550	J. C. DA SILVA MERCEARIA - ME.	86.782.570/0001-04	FATIMA DO SUL	MS	48610.004584/2005-53
GLP/GO0179738	LEANDRO DE OLIVEIRA LOPES E CIA LTDA	09.621.888/0001-54	ANAPOLIS	GO	48610.010507/2009-66
GLP/SP0205546	LIMA E SANTOS COMERCIO DE GAS LTDA.	11.212.132/0001-01	SAO PAULO	SP	48610.001713/2011-08

Nº 1.216 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP Nº 72, de 20 de maio de 1998, torna público as informações relativas à produção e aos volumes efetivamente adquiridos de solventes, suscetíveis de uso como combustíveis, referentes ao mês de Maio de 2011:

Empresa adquirente	Rafinado de Pirólise (1)	Rafinado de Reforma (2)	C9 Dihidrogenado	Solvente C9 (2)	Tolueno (3)	Xilenos (3)	Benzeno	Hexanos (4)	Solventes Alifáticos (5)	Aguarrás Mineral
AGECOM PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.092
ÁGUIA QUÍMICA LTDA.	-	-	-	-	104	-	-	-	-	90
AKZO NOBEL LTDA	-	-	-	285	60	633	-	-	-	348
ALEHER QUÍMICA DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	483	-
AMAZONAS PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA	59	-	-	-	90	-	-	-	-	-
ANJO QUÍMICA DO BRASIL LTDA	-	50	-	60	658	10	-	312	-	-
AROMAT PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	90	238	420	-	-	95	45
ARTECOLA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	-	31	-	-	15	-	-	15	-	-
ARUJÁ PETRÓLEO LTDA	-	-	-	-	99	-	-	-	395	-
ATLANTA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	-	-	-	-	239	-	-	-	-	-
BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA.	-	288	-	155	867	415	-	296	355	1.653
BANN QUÍMICA LTDA	-	-	-	-	-	-	186	-	-	-
BASF S.A	-	-	-	225	-	164	-	-	-	-
BAYER S.A	-	-	-	-	-	60	1.820	-	-	-
BRASKEM S.A	-	-	-	-	691	-	-	-	-	-
BRENNTAG QUÍMICA BRASIL LTDA	-	27	-	53	473	265	-	205	248	-
CARBONO QUÍMICA LTDA.	-	16	-	36	180	132	-	119	676	1.110
COREMAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MAIA LTDA.	-	423	-	60	207	210	-	-	-	276
DETEN QUÍMICA S.A	-	-	-	-	-	-	6.408	-	-	-
DOVAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	-	-	-	-	-	60	-	-	-	356
DOW BRASIL NORDESTE LTDA	-	-	-	-	3.984	-	-	-	-	-
DUPONT DO BRASIL S.A	-	30	-	289	15	1.142	-	-	-	-
ELEKEIROZ S.A	-	-	-	-	32	-	44	-	-	-
EUCATEX DISTRIBUIDORA DE SOLVENTES LTDA.	-	-	-	-	60	-	-	-	-	237
FARBEN S.A INDÚSTRIA QUÍMICA	-	-	-	30	582	90	-	-	-	-
FCC FORNECEDORA COMPONENTES QUIMICOS E COUROS LTDA	-	390	-	-	154	-	-	65	-	-
HOENKA COMERCIAL LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	330	-
IGK KOBER INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	844	-
INDUSTRIA QUÍMICA UNA LTDA	-	69	-	-	70	-	-	-	-	-
INNOVA S.A	-	-	-	-	-	-	19.799	-	-	-
IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A.	75	872	-	947	2.696	1.863	-	768	100	2.500
KILLING S.A TINTAS E ADESIVOS	-	44	-	15	98	34	-	206	-	-
MADEPAR LAMINADOS S/A	-	74	-	-	70	-	-	-	-	-
MAKENI CHEMICALS COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	30	15	29	-	-	-	-
NORCOLA INDÚSTRIAS LTDA	-	76	-	-	95	35	-	-	-	30
NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A	-	-	-	-	-	266	-	-	-	-
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	-	-	-	456	3.339	2.428	-	3.782	2.635	5.312
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	-	-	-	470	-	-	-	-	46	-
PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A PETROLUSA	-	-	-	24	83	23	-	-	16	31
PPG IND DO BRASIL TINTAS E VERNIZES LTDA	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-
PRÓ QUÍMICA DO BRASIL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	438	-
REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A	-	503	-	-	-	-	-	-	-	-
REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A	-	926	-	370	-	-	-	-	5.997	352
RENNER HERMANN S/A	-	-	-	10	-	96	-	-	-	-
RENNER SAYERLACK S.A	-	-	-	45	207	441	-	-	-	-
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM	-	-	-	135	-	885	-	-	-	194
TINTAS HIDRACOR S/A	-	-	-	-	-	18	-	-	-	117
TINTAS IQUINE LTDA	-	-	-	30	149	-	-	-	-	225
QUATTOR PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	-	20.143	-	-	-
UNIVEN PETROQUÍMICA LTDA	-	222	-	-	-	-	-	-	-	-
VERQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUÍMICOS	-	-	-	-	178	-	-	496	70	-
EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	122	61	9.070	-	-	-
VENDAS TOTAIS	134	4.041	-	3.815	15.870	9.810	57.470	6.264	12.728	13.968
PRODUÇÃO	15.024	17.402	5.291	6.524	23.035	9.793	81.435	2.355	19.074	22.299
VENDAS INTERNAS	134	4.041	-	3.815	15.748	9.749	48.400	6.264	12.728	13.968

(1) Inclui o solvente alifático leve produzido pela Braskem Unib RS;
(2) Inclui a corrente C_9 de pirólise comercializada pela Braskem Unib RS;
(3) Inclui a corrente C_7C_8 aromática comercializada pela Braskem Unib RS;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(4) Inclui o solvente C_6 comercializado pela Braskem Unib RS;
(5) Inclui solvente para borracha, diluente de tintas e solvente médio comercializado pela Petrobras.
Obs:
(i) Unidade: metro cúbico;
(ii) Fornecedores: Braskem , Quattor, Petrobras, REFAP, Refinaria Riograndense, Refinaria de Manguinhos, DaxOil e Univen.

Nº 1.217 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP Nº 72, de 20 de maio de 1998, torna público as informações relativas à produção e aos volumes efetivamente adquiridos de solventes, suscetíveis de uso como combustíveis, referentes ao mês de Junho de 2011:

Empresa adquirente	Rafinado de Pirólise (1)	Rafinado de Reforma (2)	C9 Dihidrogenado	Solvente C9 (2)	Tolueno (3)	Xileno (3)	Benzeno	Hexano (4)	Solventes Alifáticos (5)	Aguarrás Mineral
AGECOM PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75
ÁGUIA QUÍMICA LTDA.	-	-	-	-	175	-	-	-	-	134
AKZO NOBEL LTDA	-	-	-	241	29	621	-	-	-	359
ALEHER QUÍMICA DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	134	-
AMAZONAS PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA	-	-	-	-	35	-	-	69	-	-
ANJO QUÍMICA DO BRASIL LTDA	-	59	-	90	415	35	-	-	-	-
AROMAT PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	90	184	420	-	-	50	45
ARTECOLA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	-	75	-	-	45	-	-	45	-	-
ARUJÁ PETRÓLEO LTDA	-	-	-	-	65	-	-	30	168	321
ATLANTA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	-	-	-	-	120	-	-	-	-	-
BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA.	-	267	-	290	706	477	-	314	169	1.587
BANN QUÍMICA LTDA	-	-	-	-	-	-	75	-	-	-
BASF S.A	-	-	-	210	-	180	-	-	-	-
BAYER S.A	-	-	-	-	-	75	3.600	-	-	-
BRASKEM S.A	-	-	-	124	700	-	-	-	-	-
BRENNTAG QUÍMICA BRASIL LTDA	-	30	-	83	528	309	-	224	69	-
CARBONO QUÍMICA LTDA.	-	15	-	15	158	135	-	45	15	347
COREMAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MAIA LTDA.	-	93	-	45	101	259	-	-	-	239
DETEN QUÍMICA S.A	-	-	-	-	-	-	6.524	-	-	-
DOVAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	-	-	-	-	-	60	-	-	-	207
DOW BRASIL NORDESTE LTDA	-	-	-	-	3.296	-	-	-	-	-
DUPONT DO BRASIL S.A	-	61	-	386	-	1.165	-	-	-	-
ELEKEIROZ S.A	-	-	-	-	32	-	493	-	-	-
FARBEN S.A INDÚSTRIA QUÍMICA	-	-	-	60	688	95	-	-	-	-
FCC FORNECEDORA COMPONENTES QUIMICOS E COUROS LTDA	-	205	-	-	81	-	-	100	-	-
HOENKA COMERCIAL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	366	30
INDUSTRIA QUÍMICA UNA LTDA	-	72	-	-	34	-	-	-	-	-
INNOVA S.A	-	-	-	-	-	-	5.362	-	-	-
IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A.	64	409	-	893	1.999	1.476	-	971	215	2.326
KILLING S.A TINTAS E ADESIVOS	70	54	-	15	128	91	-	175	-	-
MADEPAR LAMINADOS S/A	-	37	-	-	60	-	-	-	-	-
MAKENI CHEMICALS COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	15	15	74	-	-	-	-
NORCOLA INDÚSTRIAS LTDA	-	-	-	-	100	-	-	-	-	70
NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A	-	-	-	-	-	59	-	-	-	-
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	-	-	-	-	2.884	2.076	-	3.256	664	5.616
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	-	-	-	300	-	-	-	-	-	-
PPG IND DO BRASIL TINTAS E VERNIZES LTDA	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-
PRÓ QUÍMICA DO BRASIL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	722	-
REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A	-	306	-	-	-	-	-	-	-	-
REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A	-	1.665	-	913	-	-	-	-	6.718	2.143
RENNER HERMANN S/A	-	-	-	10	-	81	-	-	-	-
RENNER SAYERLACK S.A	-	-	-	45	236	353	-	-	-	-
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM	-	-	-	166	15	933	-	-	-	222
QUATTOR PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	-	20.536	-	-	-
UNIVEN PETROQUÍMICA LTDA	-	915	-	-	-	-	-	-	-	-
VERQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUÍMICOS	-	-	-	-	105	-	-	523	64	488
EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	2.458	122	27.238	-	-	-
VENDAS TOTAIS	134	4.263	-	3.991	15.392	9.111	63.828	5.752	9.354	14.209
PRODUÇÃO	14.090	15.832	6.218	5.736	32.237	11.285	89.485	6.059	22.085	15.696
VENDAS INTERNAS	134	4.263	-	3.991	12.934	8.989	36.590	5.752	9.354	14.209

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(1) Inclui o solvente alifático leve produzido pela Braskem Unib RS;
(2) Inclui a corrente C_9 de pirólise comercializada pela Braskem Unib RS;
(3) Inclui a corrente C_7C_8 aromática comercializada pela Braskem Unib RS;
(4) Inclui o solvente C_6 comercializado pela Braskem Unib RS;
(5) Inclui solvente para borracha, diluente de tintas e solvente médio comercializado pela Petrobras.
Obs:
(i) Unidade: metro cúbico;
(ii) Fornecedores: Braskem , Quattor, Petrobras, REFAP, Refinaria Riograndense, Refinaria de Manguinhos, DaxOil e Univen.

Nº 1.218 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP Nº 72, de 20 de maio de 1998, torna público as informações relativas à produção e aos volumes efetivamente adquiridos de solventes, suscetíveis de uso como combustíveis, referentes ao mês de Julho de 2011:

Empresa adquirente	Rafinado de Pirólise (1)	Rafinado de Reforma (2)	C9 Dihidrogenado	Solvente C9 (2)	Tolueno (3)	Xileno (3)	Benzeno	Hexano (4)	Solventes Alifáticos (5)	Aguarrás Mineral
AGECOM PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	5	456
ÁGUIA QUÍMICA LTDA.	-	-	-	-	140	-	-	-	-	240
AKZO NOBEL LTDA	-	-	-	240	58	636	-	-	-	313
ALEHER QUÍMICA DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	512	-
AMAZONAS PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA	-	-	-	-	69	-	-	109	-	-
ANJO QUÍMICA DO BRASIL LTDA	-	45	-	101	556	30	-	-	-	-
AROMAT PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	120	150	450	-	-	40	45
ARTECOLA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	-	15	-	-	-	-	-	15	-	-
ARUJÁ PETRÓLEO LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	362	337
ATLANTA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	-	-	-	-	270	-	-	-	-	-
BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA.	-	265	-	314	849	787	-	364	284	1.530
BANN QUÍMICA LTDA	-	-	-	-	-	-	191	-	-	-
BASF S.A	-	-	-	240	-	105	-	-	-	-
BAYER S.A	-	-	-	-	-	45	2.690	-	-	-
BRASKEM S.A	-	-	-	124	-	-	-	-	-	-
BRENNTAG QUÍMICA BRASIL LTDA	-	34	-	118	498	349	-	746	185	-
CARBONO QUÍMICA LTDA.	-	46	-	75	202	375	-	329	255	1.297
COREMAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MAIA LTDA.	-	173	-	60	306	329	-	-	-	200
DETEN QUÍMICA S.A	-	-	-	-	-	-	6.305	-	-	-
DOVAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	-	-	-	-	-	27	-	-	-	267
DOW BRASIL NORDESTE LTDA	-	-	-	-	2.881	-	-	-	-	-
DUPONT DO BRASIL S.A	-	77	-	293	15	955	-	-	-	-
ELEKEIROZ S.A	-	-	-	-	64	-	-	-	-	-

FARBEN S.A INDÚSTRIA QUÍMICA	-	-	-	30	671	110	-	-	-	-
FCC FORNECEDORA COMPONENTES QUIMICOS E COUROS LTDA	-	153	-	-	121	-	-	59	-	-
HOENKA COMERCIAL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	45	315	67
INDUSTRIA QUÍMICA UNA LTDA	-	70	-	-	98	-	-	-	-	-
INNOVA S.A	-	-	-	-	-	-	20.725	-	-	-
IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A.	103	615	-	1.683	1.908	1.077	-	814	116	1.791
KILLING S.A TINTAS E ADESIVOS	-	45	-	30	195	31	-	380	-	-
MADEPAR LAMINADOS S/A	-	30	-	-	30	-	-	-	-	-
MAKENI CHEMICALS COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	60	44	44	-	-	-	-
NORCOLA INDÚSTRIAS LTDA	-	30	-	-	59	-	-	-	-	34
NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A	-	-	-	-	-	177	-	-	-	-
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	-	-	-	-	3.777	3.074	-	4.560	1.085	5.248
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	-	-	-	460	-	-	-	-	-	-
PETRÓLEO E LUBRIFICANTE DO NORDESTE S.A PETROLUSA	-	-	-	16	-	32	-	-	16	61
PPG IND DO BRASIL TINTAS E VERNIZES LTDA	-	-	-	-	-	61	-	-	-	-
PRÓ QUÍMICA DO BRASIL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	349	-
REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A	-	493	-	-	-	-	-	-	-	-
REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A	-	2.139	-	-	-	-	-	-	5.277	995
RENNER HERMANN S/A	-	-	-	10	-	101	-	-	-	-
RENNER SAYERLACK S.A	-	-	-	30	178	354	-	-	-	-
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM	-	-	-	181	15	930	-	-	-	192
TINTAS IQUINE LTDA	-	-	-	60	183	-	-	-	-	427
QUATTOR PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	-	19.250	-	-	-
UNIVEN PETROQUÍMICA LTDA	-	266	-	442	-	-	-	-	-	-
VERQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUÍMICOS	-	-	-	-	80	-	-	553	35	300
EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	10.300	3.026	23.832	-	-	-
VENDAS TOTAIS	103	4.496	-	4.687	23.717	13.105	72.993	7.974	8.836	13.800
PRODUÇÃO	12.251	22.755	7.000	6.343	28.587	13.338	86.927	8.384	7.470	21.698
VENDAS INTERNAS	103	4.496	-	4.687	13.417	10.079	49.161	7.974	8.836	13.800

(1) Inclui o solvente alifático leve produzido pela Braskem Unib RS;
(2) Inclui a corrente C_9 de pirólise comercializada pela Braskem Unib RS;
(3) Inclui a corrente C_7C_8 aromática comercializada pela Braskem Unib RS;
(4) Inclui o solvente C_6 comercializado pela Braskem Unib RS;
(5) Inclui solvente para borracha, diluente de tintas e solvente médio comercializado pela Petrobras.
Obs:
(i) Unidade: metro cúbico;
(ii) Fornecedores: Braskem , Quattor, Petrobras, REFAP, Refinaria Riograndense, Refinaria de Manguinhos, DaxOil e Univen.

Nº 1.219 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP Nº 72, de 20 de maio de 1998, torna público as informações relativas à produção e aos volumes efetivamente adquiridos de solventes, suscetíveis de uso como combustíveis, referentes ao mês de Agosto de 2011:

Empresa adquirente	Rafinado de Pirólise (1)	Rafinado de Reforma (2)	C9 Dihidrogenado	Solvente C9 (2)	Tolueno (3)	Xileno (3)	Benzeno	Hexano (4)	Solventes Alifáticos (5)	Aguarrás Mineral
AGECOM PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	5	657
ÁGUIA QUÍMICA LTDA.	-	-	-	-	69	-	-	-	-	235
AKZO NOBEL LTDA	-	-	-	389	59	829	-	-	-	313
ALEHER QUÍMICA DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	653	-
AMAZONAS PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA	-	-	-	-	99	-	-	109	-	-
ANJO QUÍMICA DO BRASIL LTDA	-	45	-	101	556	30	-	-	-	-
AROMAT PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	120	132	450	-	-	125	-
ARTECOLA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	-	15	-	-	-	-	-	15	-	-
ARUJÁ PETRÓLEO LTDA	-	-	-	-	30	-	-	-	564	158
ATLANTA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	-	-	-	-	239	-	-	-	-	-
BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA.	-	265	-	120	891	787	-	380	447	1.401
BASF S.A	-	-	-	240	-	105	-	-	-	-
BAYER S.A	-	-	-	-	-	45	2.690	-	-	-
BRENNTAG QUÍMICA BRASIL LTDA	-	34	-	118	498	349	-	746	185	-
CARBONO QUÍMICA LTDA.	-	46	-	75	413	375	-	270	275	1.228
COREMAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MAIA LTDA.	-	173	-	60	348	329	-	-	-	200
DETEN QUÍMICA S.A	-	-	-	-	-	-	6.305	-	-	-
DOVAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	-	-	-	-	-	27	-	-	-	267
DOW BRASIL NORDESTE LTDA	-	-	-	-	2.881	-	-	-	-	-
DUPONT DO BRASIL S.A	-	77	-	293	-	680	-	-	-	-
ELEKEIROZ S.A	-	-	-	-	64	-	-	-	-	-
FARBEN S.A INDÚSTRIA QUÍMICA	-	-	-	30	671	110	-	-	-	-
FCC FORNECEDORA COMPONENTES QUIMICOS E COUROS LTDA	-	153	-	-	121	-	-	59	-	-
HOENKA COMERCIAL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	13	410	-
INDUSTRIA QUÍMICA UNA LTDA	-	70	-	-	98	-	-	-	-	-
INNOVA S.A	-	-	-	-	-	-	20.725	-	-	-
IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A.	103	615	-	1.969	2.578	730	-	797	151	2.431
KILLING S.A TINTAS E ADESIVOS	-	45	-	30	195	31	-	380	-	-
MADEPAR LAMINADOS S/A	-	30	-	-	30	-	-	-	-	-
MAKENI CHEMICALS COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	45	29	89	-	-	-	-
NORCOLA INDÚSTRIAS LTDA	-	30	-	-	59	-	-	-	-	34
NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A	-	-	-	-	-	177	-	-	-	-
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	-	-	-	-	3.250	2.843	-	4.054	2.062	4.340
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	-	-	-	115	30	-	-	-	-	-
PETRÓLEO E LUBRIFICANTE DO NORDESTE S.A PETROLUSA	-	-	-	16	-	32	-	-	8	61
PPG IND DO BRASIL TINTAS E VERNIZES LTDA	-	-	-	-	-	61	-	-	-	-
PRÓ QUÍMICA DO BRASIL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	633	-
REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A	-	493	-	-	-	-	-	-	-	-
REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A	-	-	-	-	-	-	-	-	1.810	995
RENNER HERMANN S/A	-	-	-	10	-	101	-	-	-	-
RENNER SAYERLACK S.A	-	-	-	45	206	354	-	-	-	-
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM	-	-	-	181	15	930	-	-	-	192
TINTAS IQUINE LTDA	-	-	-	60	183	-	-	-	-	427
QUATTOR PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	-	18.979	-	-	-
UNIVEN PETROQUÍMICA LTDA	-	266	-	442	-	-	-	-	-	-
VERQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUÍMICOS	-	-	-	-	75	-	-	578	40	434
EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	15.150	3.026	21.238	-	-	-
VENDAS TOTAIS	103	2.357	-	4.459	28.969	12.490	69.937	7.401	7.368	13.373
PRODUÇÃO	12.251	22.755	7.000	6.427	27.750	17.128	89.188	8.460	8.878	16.642
VENDAS INTERNAS	103	2.357	-	4.459	13.819	9.464	48.699	7.401	7.368	13.373

(1) Inclui o solvente alifático leve produzido pela Braskem Unib RS;
(2) Inclui a corrente C_9 de pirólise comercializada pela Braskem Unib RS;
(3) Inclui a corrente C_7C_8 aromática comercializada pela Braskem Unib RS;
(4) Inclui o solvente C_6 comercializado pela Braskem Unib RS;
(5) Inclui solvente para borracha, diluente de tintas e solvente médio comercializado pela Petrobras.
Obs:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(i) Unidade: metro cúbico;
(ii) Fornecedores: Braskem , Quattor, Petrobras, REFAP, Refinaria Riograndense, Refinaria de Manguinhos, DaxOil e Univen.

Nº 1.220 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:
I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e
II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP Nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/ES0211267	ADELIA DOS SANTOS LIMA ME	13.974.842/0001-96	MONTANHA	ES	48610.013773/2011-65
GLP/SC0211268	AGRONILSEN AGROPECUÁRIA LTDA ME	11.514.534/0001-52	AGUAS MORNAS	SC	48610.013760/2011-96
GLP/MG0211269	ALAIR RAMOS DA COSTA	41.722.315/0001-20	LAJINHA	MG	48610.013775/2011-54
GLP/PB0211270	ALANNA DANTAS PACHU	11.710.166/0001-18	CAMPINA GRANDE	PB	48610.013639/2011-64
GLP/AL0211271	ALBUQUERQUE E FARIAS COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA	12.084.998/0001-39	MACEIO	AL	48610.013049/2011-31
GLP/SP0211272	ALVES & MELLO COMERCIO DE GAS LTDA. ME	14.201.699/0001-62	LINDOIA	SP	48610.013838/2011-72
GLP/AM0211273	ANTONIO AQUENES JANUARIO DE SOUZA - ME.	05.881.927/0001-00	EIRUNEPE	AM	48610.010886/2011-17
GLP/AL0211274	CAPA GÁS E TRANSPORTES LTDA	13.584.130/0003-22	DELMIRO GOUVEIA	AL	48610.009888/2011-55
GLP/MG0211275	CLEUDIMAR FELICIANO CANUTO	13.490.945/0001-80	FELICIO DOS SANTOS	MG	48610.011091/2011-18
GLP/BA0211276	COMÉRCIO DE GÁS IRMÃOS RIBEIRO LTDA.	06.900.939/0003-50	CARDEAL DA SILVA	BA	48610.013779/2011-32
GLP/RS0211277	COMÉRCIO E TRANSPORTE FOZZA LTDA ME	91.834.457/0001-57	MONTAURI	RS	48610.012344/2011-71
GLP/RN0211278	COMVALLEY COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA	10.216.945/0001-07	MOSSORO	RN	48610.013780/2011-67
GLP/RJ0211279	CONEXAO COMERCIO DE GAS LTDA.	13.042.744/0001-10	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.009263/2011-93
GLP/SC0211280	CRISTIANO ALENCAR COMIN ME	08.612.009/0001-65	IRACEMINHA	SC	48610.011588/2011-36
GLP/RO0211281	D M DE BARROS OLIVEIRA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL	05.110.969/0001-39	JI-PARANA	RO	48610.010810/2004-54
GLP/PA0211282	D. R. L. OLIVEIRA & CIA LTDA - ME	14.201.653/0001-43	NOVO PROGRESSO	PA	48610.013772/2011-11
GLP/RN0211283	EDNALDO FABRICIO COMERCIAL DE GÁS	13.293.827/0001-82	SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	48610.011434/2011-44
GLP/BA0211284	FRANCISCO RODRIGUES VIEIRA ME	14.275.824/0001-89	SALVADOR	BA	48610.013835/2011-39
GLP/BA0211285	GÁS NOSSO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.	05.088.780/0005-10	CASA NOVA	BA	48610.013759/2011-61
GLP/AL0211286	GENIVAL MENDES DE OLIVEIRA 04185596430	13.490.850/0001-67	FEIRA GRANDE	AL	48610.013839/2011-17
GLP/MT0211287	GÉSIO ALVES PEREIRA - EPP	01.157.561/0001-61	PLANALTO DA SERRA	MT	48610.013642/2011-88
GLP/PA0211288	ITAITUBA COMÉRCIO DE GÁS LTDA	08.367.558/0002-00	ITAITUBA	PA	48610.013834/2011-94
GLP/SC0211289	IVAN RIBEIRO	13.588.762/0001-00	RIO DO OESTE	SC	48610.013628/2011-84
GLP/SC0211290	IVONETE MEES PEIXE ME	00.519.867/0001-58	ITUPORANGA	SC	48610.008583/2011-26
GLP/AM0211291	J. TEIXEIRA DE SOUZA ME	23.013.691/0001-63	MANAUS	AM	48610.013761/2011-31
GLP/GO0211292	JECONIAS BATISTA DOS SANTOS	05.041.248/0001-14	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.013765/2011-19
GLP/MG0211293	JESUS & GUERRA COMERCIO DE GAS LTDA ME	13.685.349/0001-56	UBERLANDIA	MG	48610.013840/2011-41
GLP/RN0211294	JOSEKESSE P SILVESTRE ME	13.988.229/0001-28	MAXARANGUAPE	RN	48610.013774/2011-18
GLP/SP0211295	JUDITH DE FATIMA ALVES DE SOUZA 415024487888	13.588.378/0001-08	QUATA	SP	48610.010023/2011-31
GLP/SP0211296	JULIANO APARECIDO PEREIRA G.L.P - ME	10.752.984/0002-00	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.013762/2011-85
GLP/SP0211297	KAMILLY DISTRIBUIDORA DE GÁS E ÁGUA LTDA EPP	10.263.017/0002-76	TAUBATE	SP	48610.013842/2011-31
GLP/RS0211298	LEANDRO DANIEL CUNHA DO PRADO	13.478.179/0001-39	PASSO FUNDO	RS	48610.013831/2011-51
GLP/MS0211299	LEONILDA FERREIRA DA SILVA ME	11.758.230/0001-30	FATIMA DO SUL	MS	48610.013767/2011-16
GLP/PR0211300	LUCIANO VARDELEI BATISTA	06.200.503/0001-97	NOVA AMERICA DA COLINA	PR	48610.013778/2011-98
GLP/TO0211301	LUIZ FERNANDES FRANCESCHINI	13.475.674/0001-94	ARRAIAS	TO	48610.013649/2011-08
GLP/AM0211302	M J DE ABREU NETO ME	11.351.701/0001-91	MANAUS	AM	48610.013832/2011-03
GLP/MT0211303	MARCIO ALEXANDRE SIQUERI - EPP	01.699.426/0002-29	GUIRATINGA	MT	48610.013640/2011-99
GLP/PB0211304	MARCONE ANDERSON DE SENA	13.751.903/0001-56	BAYEUX	PB	48610.011198/2011-66
GLP/SC0211305	MERCADO NOVA ERA LTDA.	02.229.429/0001-80	CONCORDIA	SC	48610.011713/2011-16
GLP/BA0211306	RONALDO CARLOS GOMES DE SOUZA - ME	08.696.451/0002-06	JUAZEIRO	BA	48610.012907/2011-21
GLP/RS0211307	SIRLEI B. SISTHERENN-ME	08.074.977/0001-65	GETULIO VARGAS	RS	48610.013781/2011-10
GLP/PI0211308	STÁCIO DE OLIVEIRA VIEIRA - ME	11.474.891/0001-34	TERESINA	PI	48610.013763/2011-20
GLP/PR0211309	THIAGO JOSE A.S.B. GAJARDONI-ME	14.207.681/0001-78	BELA VISTA DO PARAISO	PR	48610.013836/2011-83
GLP/AM0211310	VALDENIRA DE LIMA CORTEZ - ME	08.492.204/0001-07	MANAUS	AM	48610.013732/2011-79
GLP/BA0211311	VICTOR & CARDOSO LTDA.	13.027.129/0001-35	AMERICA DOURADA	BA	48610.009399/2011-01
GLP/MG0211312	VIVALDO APARECIDO MENDES BARBOSA	04.429.587/0001-00	FELISBURGO	MG	48610.013641/2011-33
GLP/MG0211313	ZARA GAS LP LTDA - EPP	14.181.240/0001-44	ITAU DE MINAS	MG	48610.013625/2011-41

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de outubro de 2011

Nº 1.212 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução ANP nº 27, de 14 de outubro de 2005, e tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.012516/2011-14,
Considerando:
- A solicitação de realização de Chamada Pública de maneira indireta, conduzida pela Transportadora Sulbrasileira de Gás S. A. - TSB e sob supervisão da ANP para o Trecho 3 do Gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre;
- A minuta de Edital de Chamada Pública encaminhada pela TSB à ANP;
- O disposto na Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, no Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, na Portaria MME nº 472, de 05 de agosto de 2011, na Resolução ANP nº 27, de 14 de outubro de 2005 e na Resolução ANP nº 29, de 14 de outubro de 2005;
Resolve:
1. Aprovar o Edital do Processo de Chamada Pública de alocação de capacidade encaminhado pela TSB, devendo esta Transportadora: (i) publicar em 2 (dois) jornais de circulação nacional aviso informando o início da referida Chamada Pública e o prazo de recebimento das Manifestações de Interesse; e (ii) deixar disponível em seu sítio na Internet tal Edital para o público.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 14 de outubro de 2011

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 1.221	YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002571/2011 - 15	YUSHIRON CUT UB-4080	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM DE CORTE	11678
Nº 1.222	YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002590/2011 - 33	YUSHIRON OIL DF-6005	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM	12042
Nº 1.223	YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002555/2011 - 14	YUSHIRON OIL MH-220 GR	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA SISTEMA HIDRÁULICO E ENGRENAGEM	12183
Nº 1.224	YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002599/2011 - 44	YUSHIRON OIL DF-6085	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM	11672
Nº 1.225	YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002635/2011 - 70	YUSHIRON FORMER S-2540	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS	11784
Nº 1.226	YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002642/2011 - 71	YUSHIRON FORMER S-2100	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS	11791
Nº 1.227	YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002572/2011 - 51	YUSHIRON KEN EC-60	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO SOLÚVEL PARA USINAGEM	11756
Nº 1.228	YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	48600.002573/2011 - 04	YUSHIRON KEN EC-90	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO SOLÚVEL PARA USINAGEM	11757
Nº 1.229	YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002640/2011 - 82	YUSHIRON FORMER S-1730	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ESTAMPAGEM DE CHAPAS METÁLICAS	11789
Nº 1.230	YUSHIRO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - CNPJ nº 44.012.540/0001-60						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.002602/2011 - 20	YUSHIRON OIL CG	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO INTEGRAL PARA USINAGEM	11682

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 464, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

A CHEFE DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 181, de 22 de agosto de 2006,

Considerando a Resolução ANP nº 33/2005 e o Regulamento Técnico ANP nº 05/2005, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta dos processos de nº 48610.011482/2011-32, nº 48610.013617/2011-02, 48610.013670/2011-03 e nº 48610.013998/2011-11, torna público o seguinte ato:

Art. 1ºConceder autorização prévia para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A, CNPJ 33.000.167/0001-01, realizar investimentos na implantação de infraestrutura laboratorial para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse do setor de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis, nos projetos, Instituições e respectivos valores, conforme relação em anexo.

Art. 2º A presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3ºCompete ao concessionário acompanhar, no desenvolvimento dos projetos, as condições contidas nos Planos de Trabalho, em especial no que se refere aos objetivos, resultados esperados, prazos e valores totais estimados.

Art. 4ºO concessionário deverá apresentar, quando do encaminhamento do Relatório Demonstrativo Anual, os dados referentes aos valores contratados e a execução efetiva dos projetos até a data de referência do relatório demonstrativo, cotejando com aqueles apresentados nos respectivos planos de trabalho objeto da presente autorização.

Art. 5ºNos termos do item 10 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, as despesas previstas nesta autorização, para efeito de cumprimento da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, estão sujeitas à análise técnica da ANP, quando da apresentação dos Relatórios Demonstrativos Anuais e da documentação de comprovação dos resultados obtidos.

Art. 6ºO concessionário deverá usar a logomarca da ANP, acompanhada da expressão "Compromisso com Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", em todo o material de divulgação relacionado ao projeto, objeto da presente autorização prévia.

Art. 7ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANÁLIA FRANCISCA FERREIRA

ANEXO

Nº do Projeto	Título	Rede / Área / Programa / Núcleo	Instituição	Valor (R$)	Item de Enquadramento
994	Estudo de Traçadores Gasosos para Monitoramento de CO_2 em Sites de Armazenamento Geológico.	PROCLIMA	PUC-RS	249.900,00	8.2.3
1064	Sensores de Gases baseados em Óxidos Semicondutores Nanoestruturados: A busca pela detecção sub-ppm - Fase II	Rede Temática de Nanotecnologia	UFSCar/UFRGS	2.826.598,21	8.2.3
1075	Modelagem Geológica/Geomecânica de Afloramentos dos Sistemas Carbonáticos e Evaporítico da Bacia do Araripe - Abordagem integrada para a construção de modelos visando à simulação de reservatórios análogos.	Rede de Caracterização e Modelagem Geológoca de Reservatórios (CARMOD)	UFPE	780.051,68	8.2.3
1082	Construção do Laboratório de Ensaios Mecânicos para "Offshore Chains"	Rede de Integração C&T	UCP	843.000,00	8.2.3

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 187/2011 -DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(263)
820.776/2002-CLÁUDIO CORRAL
820.778/2002-EDUARDO CORRAL DE OLIVEIRA CAMARGO
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
872.007/1993-BARRA FORTE MINERAÇÃO LTDA
871.858/1996-PEVAL S.A.
871.432/1997-CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.450/1999-ANTONIO DOS ANJOS DE CARVALHO
870.357/2001-PEVAL S.A.
871.224/2002-PEVAL S.A.
871.370/2003-DENISIA FERREIRA DOS SANTOS
872.410/2003-MINERAÇÃO MINASVIT LTDA
826.067/2004-VITOR ANTONIACOMI
870.008/2004-IBI ROCHAS BRASILEIRAS LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
810.619/1980- MINERPLAM - MINERAÇÃO E PESQUISA LAURO MULLER LTDA
871.280/1983- PEDREIRAS DO BRASIL S A
870.791/1985- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.332/1987- MARCEL MINERAÇÃO LTDA
870.687/1987- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.690/1987- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.692/1987- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.693/1987- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.780/1987- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.232/1987- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.233/1987- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.270/1988- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.617/1988- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.683/1988- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.378/1989- COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.705/1990- NACIONAL DE GRAFITE LTDA
870.766/1991- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.579/1992- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.811/1992- COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.812/1992- COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.814/1992- COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.995/1993- CORCOVADO GRANITOS LTDA
873.883/1994- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.217/1999- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.264/1999- CORCOVADO GRANITOS LTDA
815.634/2002- CERAMICA MORETTO LTDA
846.038/2002- GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.
870.021/2002- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.057/2002- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.715/2005- GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.
826.702/2006- ACO MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
001.492/1936-CARBONIFERA METROPOLITANA SA
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
001.492/1936-CARBONIFERA METROPOLITANA SA-ARGILA-MANIFESTO DE MINA n 461/1936, DOU de 26/06/1936
Nega o pedido de suspensão temporária dos trabalhos de lavra(438)
866.316/1992-BRASPEN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
809.651/1974-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°624/DIRE-2011
809.654/1974-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°623/DIRE-2011
804.706/1975-MINERAÇÃO ARAGÃO LTDA.-OF. N°621/DIRE-2011
804.709/1975-MINERAÇÃO ARAGÃO LTDA.-OF. N°622/DIRE-2011
807.887/1975-MINERAÇÃO ARAGÃO LTDA.-OF. N°625/DIRE-2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
864.051/2009-DEUSIREY ARRUDA DA SILVA EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
Não conhece o recurso interposto(1837)
864.139/2009-Interposto porANTONIO PIRES NETO

RELAÇÃO Nº 191/2011 -DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.149/2008-CERÂMICA ELIZABETH SUL LTDA-SANTA ROSA DE LIMA/SC - Guia n° 019/2011-36.000TONELADAS-ARGILA- Validade:20/07/2013

RELAÇÃO Nº 286/2011 -DF

Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
826.105/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente texto do Despacho de Aprovação do Relatório Final de Pesquisa, publicado no D.O.U 26/06/02, relação 246/2002. Onde se lê: "... nos municípios de Terra Roxa do Oeste e Altônia, Estado do Paraná..."; "...a área fica reduzida de 49,98 ha para 46,06 ha..."; Leia-se: "... nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, Estado do Paraná..."; "...a área fica reduzida de 49,98 ha para 37,78 ha...".
826.101/1997-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o texto do Alvará de Pesquisa nº 19.321, de 24/10/2000, publicado no DOU. 27/10/2000, e consequentemente o despacho que aprovou o relatório final de pesquisa, publicado no DOU de 14/04/2003, relação nº 73/2003, que conservou na íntegra o memorial descritivo da poligonal. Onde se lê: "... no Município de Altônia, Estado do Paraná...", Leia-se: "... nos Municípios de Mundo Novo e Guaíra, Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná..."
896.092/1999-FORNO GRANDE PEDRAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA EPP - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente texto do Alvará de Pesquisa nº 7.858 de 07/02/2000, publicado no D.O.U 10/02/2000, e consequente Despacho de Aprovação do Relatório Final de Pesquisa, publicado no D.O.U de 23/08/04, relação 382/04. Onde se lê: "... numa área de 609,80 ha...", Leia-se: "... numa área de 559,74 ha...".
826.952/2001-PORTO UNIÃO - EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o texto do Alvará de Pesquisa nº 7.288, de 14/11/2002, publicado no DOU. 22/11/2002, e consequentemente o despacho que aprovou o relatório final de pesquisa, publicado no DOU de 30/08/2006, que conservou na íntegra o memorial descritivo da poligonal. Onde se lê: "...nos Municípios de Barão de Antonina e Salto do Itararé, Estados de São Paulo e do Paraná...", Leia-se: "...nos Municípios de Barão de Antonina, Salto do Itararé e Santana do Itararé, Estados de São Paulo e do Paraná..."
896.601/2001-CERÂMICA FINCO LTDA - ME - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente texto do Alvará de Pesquisa nº 5.656 de 28/08/2002, publicado no D.O.U 30/08/02 (fl 25), e consequente Despacho de Aprovação do Relatório Final de Pesquisa, publicado no D.O.U de 13/10/05, relação 357/05. Onde se lê: "...no município de Colatina, Estado do Espírito Santo...", Leia-se: "...no município de Governador Lindenberg, Estado do Espírito Santo...".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

826.464/2002-ELSES MENDES DO NASCIMENTO & CIA. LTDA. - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o texto do Alvará de Pesquisa nº 6.071, de 28/07/2003, publicado no DOU. 31/07/2003, e consequentemente o despacho que aprovou o relatório final de pesquisa, publicado no DOU de 29/09/2006, que conservou na íntegra o memorial descritivo da poligonal. Onde se lê: "... nos Municípios de Santo Tomazina e Arapoti, Estado do Paraná...", Leia-se: "... no Município de Tomazina, Estado do Paraná..."

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 36/2011 -DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
858.059/2009-VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA- AI N°nº 012/2011
Retificação de despacho(1387)
858.075/2010-ANGLO FERROUS AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 09/06/2011, Relação n° Nº 16/2011, Seção 1, pág. 151- Despacho de retificação de Autoriza a emissão de Guia de Utilização. 858.075/2010-Anglo Ferrous Amapá Mineração LTDA-Pedra Branca do Amapari/ap- Guia nº 002/2011. Onde se lê:"...Validade 25/01/2012..." , Leia-se" ...,31/05/2012.

MARCIO ROBERTO PIMENTEL DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 453/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
872.161/2011-INTERNEDIAÇÕES GERAIS LTDA
872.162/2011-INTERNEDIAÇÕES GERAIS LTDA
872.163/2011-INTERNEDIAÇÕES GERAIS LTDA
872.164/2011-INTERNEDIAÇÕES GERAIS LTDA
872.165/2011-INTERNEDIAÇÕES GERAIS LTDA
872.166/2011-INTERNEDIAÇÕES GERAIS LTDA
872.254/2011-INTERNEDIAÇÕES GERAIS LTDA
872.256/2011-INTERNEDIAÇÕES GERAIS LTDA
872.258/2011-INTERNEDIAÇÕES GERAIS LTDA
872.662/2011-CONSÓRCIO RODOBAHIA CONSTRUCTION
872.668/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
873.334/2011-MATRIX MINERAIS LTDA
873.339/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.357/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.361/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.366/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.228/2007-RENILZA DA COSTA FERREIRA
870.644/2010-JAMP MINERAÇÃO LTDA
870.848/2010-MANOEL PEDRO SILVA MASCARENHAS
872.579/2011-EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA
872.602/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.604/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.605/2011-BAHMEX BAHIA MINERAL EXPLORATION LTDA
872.701/2011-NELITON DIAS SANTOS
872.703/2011-KILLDARE GUSMÃO CHAVES
872.740/2011-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA
872.863/2011-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA
872.876/2011-TOLEDO MINERAÇÃO LTDA
872.910/2011-ANILDO GIRARDI DE LIMA
872.911/2011-ANILDO GIRARDI DE LIMA
872.960/2011-SALVADOR PESSOA AGUIAR
873.192/2011-ZEUS GRANITOS EXTRAÇÃO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
873.283/2011-JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
873.288/2011-PETEG-PESQUISAS TÉCNICAS EM GEOLOGIA LTDA
873.301/2011-CP4 CIMENTO PORTAND S.A.
873.351/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
873.376/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA
873.397/2011-BRASIL RECURSOS NATURAIS INTERNACIONAL LTDA.
873.407/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
873.418/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
873.419/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
873.425/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
873.427/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
873.467/2011-BP PROJETOS E CONSULTORIA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
873.523/2011-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
871.025/2011-DABS CONSTRUTORA E MINERADORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Defere pedido de reconsideração(182)
870.312/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
873.015/2008-BAHIA MINERAÇÃO LTDA
Indefere pedido de reconsideração(263)
871.574/1989-VALE MANGANÊS S A
870.360/2003-CORCOVADO GRANITOS LTDA
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
871.354/2007-RENILDO ALVES SOUZA - ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
872.966/2011-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A
873.398/2011-JOSIEL SARDINHA NASCIMENTO
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
875.132/2007-BRITADEIRA AMORIM COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA ME

RELAÇÃO Nº 457/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
871.497/2011-FÁBRICA DE LAMINADOS DE MÁRMORES S A-OF. N°1051/2011
872.058/2011-CASSILAMDIA DUTRA DA SILVA-OF. N°1052/2011
872.217/2011-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1055/2011
872.465/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1060/2011
872.541/2011-JOSÉ HUMBERTO CARDOSO OLIVEIRA-OF. N°1057/2011
872.542/2011-EVEREST MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°1058/2011
872.654/2011-CANAMERA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1056/2011
872.773/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1062/2011
872.775/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1061/2011
872.803/2011-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-OF. N°1047/2011
872.836/2011-PEDRA CINZA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1048/2011
872.839/2011-ANTÔNIO CARLOS DAS DORES-OF. N°1044/2011
872.841/2011-ANTÔNIO CARLOS DAS DORES-OF. N°1045/2011
872.902/2011-CONSILENE ALVES DE LIMA-OF. N°1053/2011
873.004/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE-OF. N°1054/2011
873.056/2011-ESMERALDAS SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA-OF. N°1046/2011
873.103/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.-OF. N°1063/2011
873.104/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.-OF. N°1063/2011
873.105/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.-OF. N°1063/2011
873.106/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.-OF. N°1063/2011
873.107/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.-OF. N°1063/2011
873.108/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.-OF. N°1063/2011
873.195/2011-CICLO ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.-OF. N°1059/2011
873.243/2011-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1043/2011
873.244/2011-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1043/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
871.036/2001-PETTRUS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°252/2011
871.621/2003-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°243/2011
871.622/2003-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°242/2011
872.166/2003-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°245/2011
871.420/2004-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°245/2011
871.421/2004-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°245/2011
873.358/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°250/2011
873.359/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°241/2011
873.361/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°247/2011
873.362/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°246/2011
873.386/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°248/2011
873.387/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°249/2011
874.917/2007-ÁLVARO VINICIUS ALVES DA SILVA-OF. N°251/2011
870.315/2008-TRACOMAL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES MACHADO LTDA.-OF. N°262/2011
873.454/2008-ATACAMA DO BRASIL LTDA-OF. N°244/2011
873.767/2008-ATACAMA DO BRASIL LTDA-OF. N°244/2011
873.768/2008-LUIZ DE OLIVEIRA COSTA-OF. N°244/2011
872.503/2009-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°207/2011
872.765/2010-EXTRA PEDRAS PEREIRA LTDA-OF. N°1027/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
871.817/1989-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°1134/2011
870.044/2001-EURO BRASIL, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1143/2011
871.016/2002-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°1140/2011
870.746/2005-OTTOMAR MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1146/2011
873.173/2005-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-OF. N°1155/2011
871.223/2006-PEDREIRAS IRMÃOS TEIXEIRA INDÚTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°258/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
870.157/2003-BEGE BAHIA MARMORE LTDA-OF. N°1138/2011-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
802.264/1978-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-OF. N°1148/2011
871.817/1989-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°1135/2011
870.044/2001-EURO BRASIL, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1144/2011
871.016/2002-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°1141/2011
873.173/2005-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-OF. N°1154/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
004.094/1945-DEIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°907/2011
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
873.582/2005-ROQUE DA SILVA NUNES ME-OF. N°451/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
875.131/2007-ELIZABETE SILVA EVANGELISTA BRITO ME-OF. N°1136/2011
870.735/2010-R.C SETUBAL ME-OF. N°1081/2011

RELAÇÃO Nº 475/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
872.333/2006-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA - Publicado DOU de 16/09/2011, Relação n° 415, Seção I, pág. 94- onde se lê : "... Cessionária: RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA. - CNPJ 11.914.883/0001-61...", leia-se: " Cessionária: COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM - CNPJ 13.554.910/0001-68..."
Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
870.394/1983-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - Publicado DOU de 03/10/2011, Relação n° 440, Seção I, pág. 114- onde se lê"...Prazo de 60 dias (361)" - Leia-se ..."Prazo 180 dias (1054)"

RELAÇÃO Nº 478/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

871.508/2004-CÍCERO DE PAIVA DUTRA-AI N°917/2011

RELAÇÃO Nº 481/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
872.106/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11511/2008
872.107/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°10634/2008
872.108/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11647/2008
872.109/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11649/2008
872.110/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11651/2008
872.111/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11653/2008
872.112/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11648/2008
872.113/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11650/2008
872.114/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11652/2008
872.115/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11654/2008
872.116/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11656/2008
872.117/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11645/2008

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

872.118/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11646/2008
872.119/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°11668/2008
872.121/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°10519/2008
872.123/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°10529/2008
872.124/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-ALVARÁ N°10614/2008

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 150/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.293/2011-LUZARDO ARRUDA ALVES-ME-OF. N°2283/2011
800.606/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2327/2011
800.607/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2327/2011
800.608/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2327/2011
800.609/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2327/2011
800.610/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2327/2011
800.611/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2327/2011
800.612/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2327/2011
800.613/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2327/2011
800.614/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2327/2011
800.615/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2327/2011
800.642/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.643/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.644/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.645/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.646/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.647/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.648/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.649/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.650/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.651/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.652/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.653/2011-GRANERO E PREREIRA MINERAÇÃO E CONSTRUÇAO LTDA-OF. N°2237/2011
800.656/2011-N R M NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA-OF. N°2244/2011
800.657/2011-N R M NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA-OF. N°2244/2011
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.110/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.111/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.112/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.113/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.114/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.115/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.116/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.119/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.123/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.345/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.414/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.415/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.204/2009-JOSÉ PAULO DE FARIAS-OF. N°2236/2011
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.401/2010-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-SANTANA DO ACARAÚ/CE - Guia n° 021/2011-8.000TONELADAS-QUARTZITO- Validade:05/05/2012
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
811.383/1975-EMPRESA DE MINERAÇÃO BRITAMA - BRITA MARANGUAPE LTDA- AI Nº 216/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.129/1998-IMARF GRANITOS E MINERAÇÃO S/A-OF. N°2213/2011 e 2214/2011
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
800.129/1998-IMARF GRANITOS E MINERAÇÃO S/A-AI N°408/2011 e 409/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.228/2011-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°2207/2011
800.403/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERÉ-OF. N°2206/2011
800.669/2011-RAIMUNDO RODRIGUES MACIEL LOCAÇÃO-OF. N°2238/2011
800.671/2011-COMERCIAL BRASILEIRA DE CARCINICULTURA LTDA-OF. N°2239/2011

RELAÇÃO Nº 158/2011

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
800.781/2011-CESAR AUGUSTO RIBEIRO SANTOS ME- DOU de 13/09/2011

FERNANDO ANTONIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 216/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
896.075/2008-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Alvará n°14.870/2.008 - Cessionario:896.435/2011 , 896.436/2011-Nova Era Mineração Ltda / Ricardo José Merlo- CPF ou CNPJ 97.553.184/0001-59 - 418.253.737/87
Nega provimento a defesa apresentada(242)
896.417/2002-RC MINERAÇÃO LTDA NE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.417/2002-RC MINERAÇÃO LTDA NE-OF. N°3.545/2011 - DNPM/ES - Apresentação de cópia ART.
896.861/2008-SCARTOGRAN MINERAÇÃO LTDA .EPP-OF. N°3.563/2011 - SR/DNPM/ES - Exigência do Relatório Final de Pesquisa.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.101/1994-OLARIA PERIM LTDA ME-OF. N°3.870/2011 - DNPM/ES - Exigências de Requerimento de Lavra.
896.362/2000-SERRARIA DE MARMORE E GRANITO MIMOSO LTDA-OF. N°3.136/2011 - DNPM/ES - Exigências para análise de Cessão Parcial de Requerimento de Lavra.
896.747/2007-MARBRASA MÁRMORES E GRANITOS DO BRASIL LTDA-OF. N°3.135/2011 - DNPM/ES - Exigências para análise de Cessão Parcial de Requerimento de Lavra.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.101/1994-OLARIA PERIM LTDA ME-OF. N°3.871/2011 - DNPM/ES - Exigência de L.I.
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
813.258/1976-BRITAMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- AI N° 0713/2011, 0714/2011, 0715/2011 a 0722/2011 - DNPM/ES
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
896.517/2010-ALMIR ROCHA MACHADO-Registro de Licença n°15/2011 de 22/09/2011-Vencimento em 21/10/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
896.178/2011-OZA2 MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°3484/2011
896.178/2011-OZA2 MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°3483/2011
896.192/2011-DUNAS MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°3771/2011
896.209/2011-ARETERRA EXTRACAO DE AREIA E TERRAPLANAGEM LTDA. ME-OF. N°3746/2011
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
896.143/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE MIMOSO DO SUL_ES-OF. N°3760/2011

RELAÇÃO Nº 217/2011

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
890.389/1990-Camilo Hemerly Simonelli
890.609/1991-Mineração Corcovado de Minas Ltda.
896.653/1995-Franca & Cardoso Ltda ME
896.002/1996-Moacir Lima Tatagiba
896.276/1997-Stone Blocks Mineração Ltda.
896.225/1998-Gold Cristal Mineração Ltda ME
896.546/1998-Mineração Vale du Granito Ltda
896.492/2001-Dana Importação e Exportação Ltda
896.584/2001-Moacir Lima Tatagiba
896.494/2005-Monte D'Ouro Mineração Ltda
896.349/2006-Ferrous Resources do Brasil SA
896.557/2006-Itinga Mineração Ltda.
896.558/2006-Itinga Mineração Ltda.
896.611/2006-Antonio Agnaldo Campana
896.394/2007-Cattegran Granitos do Brasil Ltda ME
896.563/2007-Rógerio Careta
896.595/2007-Martha Helena Earl Galveas Oliveira
896.837/2007-Bramatex Granitos Ltda ME
896.875/2007-Granzul Granitos Ltda ME
Despacho publicado(316)
800.386/1978-VALE S A-Apresentar pre requerimento eletronico. Adequação a portaria 268/2008 art44.
896.130/1998-BELMONTE IND.E COM. DE MARMORES E GRANITOS LTDA.-comunica novo numero de processo minerario 896325/2011
896.852/2006-NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ-Apresentar pre requerimento eletronico. Adequação a portaria 268/2008 art44.
Nega provimento ao pedido de reconsideração(369)
800.386/1978- Recurso interposto por Granmex Granitos Mármores Importação e Exportação Ltda
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
896.837/2007-Cattegran Granitos do Brasil Ltda ME
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
896.130/1998-BELMONTE IND.E COM. DE MARMORES E GRANITOS LTDA.
Anula o despacho de julgamento das habilitações a área em disponibilidade(1804)
896.552/2002 - Publicado DOU de 21/11/2007
Indefere requerimento de habilitação por não cumprimento de intimação(1871)
896.506/2001-Adalton Martinelli
896.552/2002-Mineração Pagani Ltda
896.548/2003-Castelo Stones Marmores e Granitos Ltda.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

RELAÇÃO Nº 221/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.527/2002-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°2.145/2011 - DNPM/ES - Exigência para Relatório Final de Pesquisa.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
896.068/2003-J. SIMONASSI S.A-OF. N°2.293/211 - SR/DNPM/ES - REFERENTE AO OFÍCIO Nº 1.071/2011.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.542/1991-GRAN LEMOS LTDA-OF. N°3.218/2011 - DNPM/ES - Apresentar original ou cópia autenticada de procuração. Apresentar original ou cópia autenticada da A.R.T. referente ao Plano de Aproveitamento Econômico.
896.412/2001-AREIAL FAE LTDA - ME-OF. N°3.244/2011 - DNPM/ES - Apresentar original do cópia autenticada de Certidão de Registro no DNRC/ junta comercial.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.542/1991-GRAN LEMOS LTDA-OF. N°3.217/2011 - DNPM/ES - Apresentar original ou cópia autenticada da Licença de Instalação (L.I.) específica para Outorga da Portaria de Lavra.
896.412/2001-AREIAL FAE LTDA - ME-OF. N°3.245/2011 - DNPM/ES - Apresentar original ou cópia autenticada de Certidão atualizada, emitida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA.
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.176/1993-MINERAÇÃO JABUTICABAL LTDA-OF. N°3.773/2011 - DNPM/ES - Apresentar todas as documentações referente ao inciso I, II, III, IV e V. do artigo 5º da Portaria nº 269 de 10/07/2008.

RELAÇÃO Nº 224/2011

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
896.698/1995-JOSÉ CLAUDIO DE FARIA SENRA- NOT. N°354/2011 - DNPM/ES
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
896.168/1998-OTACÍLIO VERIMAR COSTALONGA- AI N°49/2002
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
896.168/1998-OTACÍLIO VERIMAR COSTALONGA- AI N°49/2002
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
896.168/1998-OTACÍLIO VERIMAR COSTALONGA- NOT. N°86/2006
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa- TAH(651)
896.388/2002-GABRIEL SOUZA ABREU- Publicado DOU de 15/09/2011 - RELAÇÃO 194/2011
Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
896.600/2009-GC TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA ME - Publicado DOU de 07/10/2011, Relação n° 212/2011, Seção 1, pág. 71- Onde se lê: "...AREIA OLIVEIRA LTDA - ME- CNPJ 04.846.479.400/0001-45..." Leia-se :"... AREIAS OLIVEIRA LTDA - ME- CNPJ 04.846.479/0001-32..."

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO PROCURADOR FEDERAL
RELAÇÃO Nº 29/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias
Adão Luiz Nery Alves - 961602/11 - R$ 240,59 Incrição N.60993/2011, 961603/11 - R$ 240,59 Incrição N.60994/2011, 961617/11 - R$ 3.452,07 Incrição N.61007/2011, 961618/11 - R$ 5.318,12 Incrição N.61008/2011
Ademir Nunes Naves me - 961586/11 - R$ 258,13 Incrição N.60973/2011
Agápto Empreendimentos e Participações LTDA. - 961608/11 - R$ 335,03 Incrição N.60999/2011, 961609/11 - R$ 2.767,47 Incrição N.61000/2011
Alexandre Lemos Barros - 961620/11 - R$ 5.368,32 Incrição N.61010/2011, 961619/11 - R$ 3.544,21 Incrição N.61009/2011
Alman Aliança Mineração de Manganês Ltda - 961591/11 - R$ 258,13 Incrição N.60985/2011, 961589/11 - R$ 258,13 Incrição N.60979/2011
Ananias Ponce Lacerda Neto - 906334/11 - R$ 250,57 Incrição N.59941/2011
Bekim Alimi - 961582/11 - R$ 2.777,65 Incrição N.60969/2011, 961581/11 - R$ 4.806,80 Incrição N.60967/2011
Brocotó Mineração LTDA. - 961596/11 - R$ 10.068,00 Incrição N.60989/2011, 961597/11 - R$ 7.857,11 Incrição N.60990/2011
Construforte Construções Ferreira Maia Ltda - 961578/11 - R$ 5.154,64 Incrição N.60965/2011, 961579/11 - R$ 2.777,65 Incrição N.60966/2011
Dalton Luis Nogueira - 961587/11 - R$ 258,13 Incrição N.60976/2011
Epasa - Engenharia Pavimentação e Saneamento Ltda - 961601/11 - R$ 122,81 Incrição N.60992/2011
Germina Mineração Consultoria Importação e Exportação Ltda - 961588/11 - R$ 258,13 Incrição N.60977/2011, 961590/11 - R$ 258,13 Incrição N.60982/2011
Joaquim Jeronimo de Moraes - 961622/11 - R$ 2.841,58 Incrição N.61012/2011
Luiz Roberto Martins da Costa - 961611/11 - R$ 2.576,27 Incrição N.61001/2011, 961612/11 - R$ 2.885,48 Incrição N.61002/2011, 961605/11 - R$ 243,95 Incrição N.60996/2011
Mineração Mosaico Ltda - 961600/11 - R$ 240,59 Incrição N.60991/2011, 961616/11 - R$ 5.314,75 Incrição N.61006/2011, 961615/11 - R$ 5.148,90 Incrição N.61005/2011
Thiago da Matta Fagundes - 961575/11 - R$ 2.777,65 Incrição N.60960/2011, 961576/11 - R$ 4.280,31 Incrição N.60961/2011, 961577/11 - R$ 2.777,65 Incrição N.60963/2011, 961574/11 - R$ 4.684,38 Incrição N.60959/2011
Werverton de Lima Ferreira - 961614/11 - R$ 5.108,65 Incrição N.61004/2011, 961613/11 - R$ 5.108,65 Incrição N.61003/2011

MARCO ANTÔNIO ADDAD ABED

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 404/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
860.766/2005-HONORATO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ABADIA DOS DOURADOS/MG, DAVINÓPOLIS/GO, OUVIDOR/GO - Guia n° 056/2011-50.000toneladas-Areia- Validade:21/02/2012
862.164/2005-COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-JATAÍ/GO - Guia n° 087/2011-20.000toneladas-Areia- Validade:07/12/2011
860.934/2006-MINERAÇÃO SANTA LUZIA LTDA-SILVÂNIA/GO - Guia n° 042/2011-10.000toneladas-Areia- Validade:05/11/2011
860.421/2007-CLEUZA MARIA BARBOSA-HIDROLÂNDIA/GO - Guia n° 047/2011-10.000toneladas-Areia- Validade:21/02/2012
860.859/2008-MINERAÇÃO SANTA LUZIA LTDA-SILVÂNIA/GO - Guia n° 021/2011-10.000toneladas-Areia- Validade:28/03/2012
862.082/2008-FABIANA BARBOSA VINHAL-FAZENDA NOVA/GO, ISRAELÂNDIA/GO - Guia n° 037/2011-42.000toneladas-Areia- Validade:03/12/2011
862.697/2008-ADEMAR LEITE DE ANDRADE-GOIANÉSIA/GO, JARAGUÁ/GO - Guia n° 073/2011 e 074/2011-30.000 e 30.000toneladas-Areia e Cascalho- Validade:02/04/2012 e 02/04/2012
860.098/2009-W. PRADO COMÉRCIO E INCORPORAÇÕES LTDA-ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/GO, COCALZINHO DE GOIÁS/GO - Guia n° 030/2011 e 031/2011-12.000 e 50.000toneladas-Argila e Areia- Validade:14/04/2012 e 14/04/2012.
860.544/2009-DRAGA BATISTA RAMOS LTDA ME-SILVÂNIA/GO - Guia n° 069/2011-11.000toneladas-Areia- Validade:06/05/2012
860.880/2009-ILDEU ÁLVARES DE ANDRADE-CRISTALINA/GO - Guia n° 015/2011-50.000toneladas-Areia- Validade:19/01/2012
861.209/2009-SALVADOR LOURENÇO DOS SANTOS-LUZIÂNIA/GO, SILVÂNIA/GO - Guia n° 064/2011-11.205toneladas-Areia- Validade:21/01/2013
861.286/2009-KF MINERAÇÃO & TRANSPORTE LTDA.-NOVA GLÓRIA/GO, SANTA ISABEL/GO - Guia n° 085/2011-30.000toneladas-Areia- Validade:12/05/2012
861.474/2009-JOSÉ LEOMAR E IRACIMAR LTDA-IPAMERI/GO - Guia n° 058/2011-50.000toneladas-Areia- Validade:08/01/2012
861.561/2009-SÃO TARCISIO MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-PADRE BERNARDO/GO - Guia n° 001/2011-12.000toneladas-Filito- Validade:23/04/2012
860.015/2010-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-ORIZONA/GO - Guia n° 082/2011-50.000toneladas-Areia- Validade:05/08/2012
860.103/2010-VALDIVINO ALVES ROSA-CEZARINA/GO, MAIRIPOTABA/GO, PONTALINA/GO - Guia n° 032/2011-39.000toneladas-Areia- Validade:30/03/2012
860.276/2010-JOSÉ LEOMAR E IRACIMAR LTDA-IPAMERI/GO - Guia n° 060/2011-50.000toneladas-Areia- Validade:14/05/2012
860.319/2010-KANOPUS MINERADORA LTDA ME-SILVÂNIA/GO, VIANÓPOLIS/GO - Guia n° 055/2011-5.200toneladas-Areia- Validade:02/05/2012
860.344/2010-MARIA APARECIDA PINTO MACEDO ARAUJO-CÓRREGO DO OURO/GO, FAZENDA NOVA/GO, MOIPORÁ/GO - Guia n° 065/2011-37.000toneladas-Areia- Validade:04/08/2012
860.684/2010-ARM NAKAGAVA LTDA ME-NIQUELÂNDIA/GO, VILA PROPÍCIO/GO - Guia n° 059/2011-10.000toneladas-Areia- Validade:10/05/2012
860.742/2010-MIGUEL COSTA DE SANTANA-GOIÁS/GO - Guia n° 035/2011-10.000toneladas-Areia- Validade:17/05/2012
860.816/2010-JAIME DE MELO REIS-FORMOSA/GO - Guia n° 086/2011-20.000toneladas-Areia- Validade:31/08/2012
860.853/2010-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-GOUVELÂNDIA/GO, QUIRINÓPOLIS/GO - Guia n° 090/2011-50.000toneladas-Areia- Validade:03/11/2012
860.884/2010-SETA MINERAÇÃO LTDA-CACHOEIRA ALTA/GO, QUIRINÓPOLIS/GO - Guia n° 084/2011-20.000toneladas-Areia- Validade:08/01/2012
861.611/2010-ERNESTO HENRIQUE DE REZENDE-TRINDADE/GO - Guia n° 043/2011-15.000toneladas-Cascalho- Validade:20/12/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
860.891/2003-LEVANTINA NATURAL STONE BRASIL LTDA-MONTIVIDIU DO NORTE/GO - Guia n° 088/2011-16.000toneladas-Granito- Validade:20/07/2012
860.753/2009-CONSTRUFORTE CONSTRUÇÕES FERREIRA MAIA LTDA-JATAÍ/GO - Guia n° 075/2011-11.205toneladas-Areia- Validade:19/07/2012
860.326/2011-CONSTRUTORA JAD LTDA-CEZARINA/GO, EDEALINA/GO, PONTALINA/GO - Guia n° 079/2011-19.200toneladas-Areia- Validade:04/05/2012

RELAÇÃO Nº 405/2011

Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
861.970/1995-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°971/2011-DTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
861.978/1995-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°972/2011-DGTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
861.987/1995-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°973/2011-DGTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
860.716/2002-AREIA SÃO TOMÁZ LTDA-OF. N°946/2011-DGTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
860.904/2002-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°975/2011-DGTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
860.440/2003-PEDREIRA ANHANGUERA S.A. - EMPRESA DE MINERAÇÃO-OF. N°978/2011-DTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
860.460/2003-BRITAGRAN BRITAS E GRANITOS MINERADORA LTDA.-OF. N°998/2011-DGTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
860.469/2003-VITÓRIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA.-OF. N°984/2011-DGTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
860.378/2005-VALE DO RIO VERDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°983/2011-DTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
861.979/2005-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°977/2011-DTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
860.982/2007-CONSÓRCIO MARINS PAVOTEC-OF. N°965/2011-DGTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
860.983/2007-CONSÓRCIO MARINS PAVOTEC-OF. N°966/2011-DGTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
861.152/2007-DECORLINE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-OF. N°950/2011-DGTM/GO-DF-180(CENTO E OITENTA) dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
860.923/2001-COMGEO MINERAÇÃO GEOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°962/2011-DGTM/GO-DF
860.217/2004-LEVANTINA NATURAL STONE BRASIL LTDA-OF. N°951/2011-DGTM/GO-DF
860.458/2005-AREIA SÃO TOMÁZ LTDA-OF. N°961/2011-DGTM/GO-DF
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
861.816/2011-CEZAR ARGEMIRO FRANCO-OF. N°1565/2011-DGTM/SCTM
861.818/2011-JOSÉ WELSON BORGES-OF. N°1571/2011-DGTM/SCTM
861.821/2011-DELTA CONSTRUCOES S.A-OF. N°1564/2011-DGTM/SCTM
861.934/2011-CLAYTON CARLOS MEIRELES-OF. N°1570/2011-DGTM/SCTM
861.946/2011-ADALBERTO RODRIGUES SOBRAL-OF. N°1566/2011-DGTM/SCTM
861.953/2011-GAE CONSTRUÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°1568/2011-DGTM/SCTM
861.971/2011-LACI CONSTANTINO SANTIAGO-OF. N°1567/2011-DGTM/SCTM
Fase de Disponibilidade
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
862.249/1996- HABILITADOS os proponentes: 1º Lugar: MARCIA MARIA MACHADO - 2º Lugar: TIJOLO FORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e INABILITADOS os proponentes:
860.291/2002- HABILITADOS os proponentes: 1º Lugar: AREIA CANAÃ LTDA - 2º Lugar: ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO e INABILITADOS os proponentes:
860.115/2005- HABILITADOS os proponentes: 1º Lugar: CNM - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - 2º Lugar: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A - 3º Lugar: EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA e INABILITADOS os proponentes:
860.116/2005- HABILITADOS os proponentes: 1º Lugar: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A - 2º Lugar: CNM - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO e INABILITADOS os proponentes:
860.117/2005- HABILITADOS os proponentes: 1º Lugar: MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A - 2º Lugar: CNM - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO e INABILITADOS os proponentes:
861.094/2007- HABILITADOS os proponentes: 1º Lugar: JOSÉ DA ROCHA RODRIGUES - 2º Lugar: A.B. BORGES DE SOUZA ME - 3º Lugar: ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO e INABILITADOS os proponentes:
860.064/2008- HABILITADOS os proponentes: 1º Lugar: LENISMAR CABRAL DE OLIVEIRA - 2º Lugar: EDEM - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA e INABILITADOS os proponentes:
860.278/2008- HABILITADOS os proponentes: 1º Lugar: ANTÔNIO MENDES FERREIRA JUNIOR - 2º Lugar: ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO - 3º Lugar: FREDERICO GONÇALVES VIDIGAL e INABILITADOS os proponentes:
861.010/2008- HABILITADOS os proponentes: 1º Lugar: MINETTO MINÉRIOS MINERAIS LTDA - 2º Lugar: JOSÉ HUMBERTO SANTOVITO e INABILITADOS os proponentes:
861.034/2008- HABILITADOS os proponentes: 1º Lugar: MINETTO MINÉRIOS MINERAIS LTDA - 2º Lugar: RODOVAL DE SOUZA GUEDES e INABILITADOS os proponentes:

WASHINGTON RIBEIRO DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 206/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
866.732/2011-UMBERTO LUIZ PAGIOLLI
866.734/2011-UMBERTO LUIZ PAGIOLLI
866.772/2011-MINERAÇÃO BURITI LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.414/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.396/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
867.144/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
866.621/2011-LEONCIO CARLOS MEDEIROS
866.622/2011-LEONCIO CARLOS MEDEIROS
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
866.549/2010-VALE DO PAITITI LTDA ME- Alvará n°13005/2010 - Cessionario:866.779/2011-Produtos Ceramicos Primavera Ltda-EPP- CPF ou CNPJ 07.118.150/0001-43
866.549/2010-VALE DO PAITITI LTDA ME- Alvará n°13005/2010 - Cessionario:866.780/2011-Ceramica Rondonópolis Ltda- CPF ou CNPJ 03.945.433/0001-08
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
866.626/2009-CRIÚVA FLORESTAL E MINERADORA LTDA-NOVA BANDEIRANTES/MT - Guia n° 18/2011-16.000toneladas-Granito Ornamental- Validade:18/05/2012
867.284/2010-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-NOVO SÃO JOAQUIM/MT - Guia n° 16/2011-6.000toneladas-Manganês- Validade:09/02/2014
867.287/2010-GERALDO BRAZ & CIA LTDA-CUIABÁ/MT - Guia n° 172011-8.500toneladas-Cascalho- Validade:09/02/2014
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
866.117/1998-EKS COMÉRCIO SERVIÇOS E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA- Área de 889,37 ha para 658,07 ha-Diamante
866.809/2006-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- Área de 1.182,34ha para 888,58ha-Argila
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
867.280/2007-ALOISIO RAFAEL FRANZ -Alvará N°13957/2008
866.163/2010-CONSTIL CONSTRUÇÕES E TERAPLENAGEM LTDA -Alvará N°7297/2010
866.212/2010-THEO LOURENÇO PONTES -Alvará N°8122/2010
867.497/2010-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA -Alvará N°6390/2011
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
867.355/2007-GLAUBER SILVEIRA DA SILVA
866.375/2008-MÁRCIO EBERLE
866.291/2010-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA
866.292/2010-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
866.128/2005-AMAZONGOLD PESQUISA MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°6872/2008

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

866.150/2005-AMAZONGOLD PESQUISA MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°6873/2008
866.187/2005-AMAZONGOLD PESQUISA MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°6874/2008
866.217/2005-AMAZONGOLD PESQUISA MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°6875/2008
866.240/2005-AMAZONGOLD PESQUISA MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°6876/2008
866.249/2005-AMAZONGOLD PESQUISA MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°6877/2008
866.541/2005-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°6522/2007
866.824/2006-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°14679/2007
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
866.847/1993-Electrum Capital Pesquisa de Recursos Minerais Ltda
866.928/2005-Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto de Azevedo
866.643/2007-Admir José Donadoni
867.268/2008-Top Cristal Indústria, Comércio e Exportação Ltda
Indefere proposta de habilitação à área colocada em disponibilidade(359)
866.847/1993-Cooperativa de Desenvolvimento Mineral de Poconé Ltda
866.928/2005-Mineração Santa Elina Indústria e Comércio Ltda
866.643/2007-Mineradora Lorenzon Ltda
867.268/2008-Paulo Gianetta
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.725/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
866.727/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
866.730/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
867.078/2007-EVANDRO APOLINÁRIO
866.356/2008-VERDE FERTILIZANTES LTDA
866.722/2008-CMG MINERAÇÃO LTDA
866.305/2009-JOSE AUGUSTO CAVALCANTE
866.618/2009-JOSÉ DELARICA-ME
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
867.019/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°61/2011 de 23/09/2011 - Prazo 05 anos
867.020/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°62/2011 de 23/09/2011 - Prazo 05 anos
867.021/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°63/2011 de 23/09/2011 - Prazo 05 anos
867.022/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°64/2011 de 23/09/2011 - Prazo 05 anos
867.023/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°65/2011 de 23/09/2011 - Prazo 05 anos
867.024/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°66/2011 de 23/09/2011 - Prazo 05 anos
867.025/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG N°60/2011 de 16/08/2011 - Prazo 05 anos
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
866.603/2004-NATAL FELBER - PLG Nº 94/2004 de 05/10/2004-Vencimento em 05/10/2014

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

RELAÇÃO Nº 208/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.452/2011-E.C. DO NASCIMENTO TASSINI ME-OF. N°662/11
866.516/2011-ROMARIO CRUZ DO NASCIMENTO-OF. N°666/11
866.530/2011-SILVANO CARDOSO DA SILVA ME-OF. N°663/11
866.536/2011-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-OF. N°665/11
866.751/2011-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°771/11
866.752/2011-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°771/11
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
866.195/2009-CERÂMICA FKM LTDA- Alvará n°12498/2009 - Cessionario:866.855/2011-Francisco Babieri Filho- CPF ou CNPJ 174.399.759-20
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
866.006/2010-FRANZNER PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°667/11
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
866.807/2006-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°661/11
866.808/2006-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°660/11
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
866.408/2003-MINERAÇÃO ITAPOAN LTDA
866.014/2005-OSIRIS OLIVA
866.638/2005-EDUARDO JOSÉ DE MAGALHÃES
866.966/2005-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,
866.678/2006-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
866.707/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
866.709/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
866.710/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
866.711/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
866.712/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
866.713/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
866.714/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
866.715/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
866.716/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
866.717/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
866.718/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES-OF. N°770/11
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
866.843/2010-MARA DAISY GIL DIAS - PLG N°68/2011 de 04/10/2011 - Prazo 05 anos
866.625/2011-COOPERATIVA DOS FUNDIDORES DE CASSITERITA DA AMAZONIA LTDA - PLG N°67/2011 de 04/10/2011 - Prazo 05 anos
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
866.323/2006-SILVIO BORACZYNSKI COMÉRCIO DE AREIA ME-OF. N°772/11
866.411/2011-MR3 MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°774/11
866.412/2011-MINERACAO AGUACU LTDA-OF. N°773/11
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
866.470/2009-CERÂMICA ENTRE RIOS LTDA.- Registro de Licença No.:029/2010 - Vencimento em 19/09/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
866.879/2009-J. B. PEREIRA MÓVEIS EPP-OF. N°763/11
866.047/2011-POR DO SOL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°764/11
866.293/2011-MARCIAL OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°765/11
Fase de Lavra Garimpeira
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(1259)
869.600/1996-JOSÉ ALDO DUARTE FERRAZ-OF. N°769/11
866.313/2004-ALTAMIRO AYRES-OF. N°766/11
866.315/2004-ALTAMIRO AYRES-OF. N°766/11
866.316/2004-ALTAMIRO AYRES-OF. N°767/11
866.770/2006-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE POXOREO-OF. N°768/11
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
867.014/2005-MOACIR FICAGNA -AI N°727/10

ELINA MARIA DE FIGUEIREDO
Substituto

RELAÇÃO Nº 210/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Antonio Maciel - 867342/08
Ibó Energética LTDA. - 867152/07
João Broggi Júnior - 866191/08
Votorantim Cimentos Brasil s a - 866961/07, 866962/07, 866963/07, 867041/07, 867042/07, 867043/07, 867044/07, 867045/07, 867046/07, 867047/07, 867048/07, 867049/07, 867050/07, 867051/07, 867385/08

RELAÇÃO Nº 211/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Tomas Gomes Pimenta - 867256/07 - A.I. 1392/11

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 643/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
831.994/2005-AGENOR XAVIER MACHADO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.892/2001-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°5269/11FISC
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
834.022/2007-REDE GUSA MINERAÇÕES LTDA-AI N°1915/11-FISC
834.024/2007-REDE GUSA MINERAÇÕES LTDA-AI N°1916/11-FISC
834.028/2007-REDE GUSA MINERAÇÕES LTDA-AI N°1917/11-FISC
834.030/2007-REDE GUSA MINERAÇÕES LTDA-AI N°1918/11-FISC
834.198/2008-AFONSINA RESENDE DE OLIVEIRA-AI N°1912/11-FISC
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
834.397/2007-ROBSON CAIO DE ANDRADE-OF. N°2244/11-DGTM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.374/1995-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-OF. N°2302/11-DGTM
833.006/1995-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°2280/11-DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
830.938/1980-FERROGEO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°5298/11-FISC-180 dias
831.864/1992-NACIONAL DE GRAFITE LTDA-OF. N°5090/11-FISC-180 dias
Fase de Concessão de Lavra
Nega o pedido de suspensão temporária dos trabalhos de lavra(438)
802.885/1974-MINERAÇÃO RENATO AZEREDO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
802.885/1974-MINERAÇÃO RENATO AZEREDO LTDA-OF. N°5308/11-FISC
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
802.885/1974-MINERAÇÃO RENATO AZEREDO LTDA-OF. N°5307/11-FISC
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
830.266/1999-JOSÉ TADEU ROCHA - PLG Nº 101/99 de 18/10/1999- Vencimento em 10/11/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
831.461/2011-VALEX VALADARES EMPREENDIMENTOS EXTRATIVOS LTDA-Registro de Licença n°3692/11 de 21/09/11-Vencimento em 25/10/2020
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
834.311/2010-DINALDO LOURENÇO ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.242/2007-INDÚSTRIA CERÂMICA MINAS LTDA - EPP-Registro de Licença No.:3061/07 - Vencimento em 30/08/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
832.109/2000-JOALHERIA CRUZ ME- Cessionário:CRUZ MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 13.465.974/0001-92- Registro de Licença n°1627/01- Vencimento da Licença: 26/05/2051
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
833.688/2007-OLÍVIA DO CARMO RODRIGUES - ME-Areia-Registro de Licença N°3405, DOU de 25/09/09
Fase de Disponibilidade
Nega provimento a defesa apresentada.(1847)
832.566/2004-GERALDO VALDEZ DE CAMPOS AMENO
833.032/2004-GRANITOS POR DO SOL LTDA

RELAÇÃO Nº 644/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)
830.523/2002-BRAZMINCO LTDA- Publicado DOU de 17/08/2006
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
830.738/2000-CERÂMICA FUNDÃO LTDA EPP - Publicado DOU de 28/09/2010, Relação n° 324/10, Seção 1, pág. 56- Onde se lê:" Aprova o Relatório de Pesquisa (317)..." Leia-se:"Aprova o Relatório Final de Pesquisa com redução de área, de 607,26 ha para 49,78 ha,inciso I do Art 30 do CM (291) - Substância:Areia/Argila
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)
896.460/2003-BRANCO SUPREMO MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 13/10/2010, Relação n° 352/10, Seção 1, pág. 37- Onde se lê:" Aprova o Relatório de Pesquisa (317)..." Leia-se:"Aprova o Relatório Final de Pesquisa com redução de área, de 736,43 ha para 92,81 ha,inciso I do Art 30 do CM (291) - Substância:Granito, cedente:Davii Zotti
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
834.311/2010-DINALDO LOURENÇO ME- DOU de 16/08/2011

RELAÇÃO Nº 650/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
831.751/2001-FILITO DO BRASIL LTDA
833.005/2009-JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS

RELAÇÃO Nº 657/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
832.579/1986-GERALDO MACHADO-MONTE CARMELO/MG, ABADIA DOS DOURADOS/MG - Guia n° 205/2011-35.000 toneladas-Areia- Validade:13/07/2015
832.303/1996-ICE MINERACAO LTDA-LAJINHA/MG, MUTUM/MG - Guia n° 230/2011-3.240 t/ano-Granito- Validade:10/03/2013
832.006/2003-MILENIUS MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA-GOVERNADOR VALADARES/MG - Guia n° 199/2011-3.180 t-Rocha Ornamental Silicatada - Pegmatito- Validade:29/07/2015
832.872/2004-BK EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA-SÃO JOSÉ DA SAFIRA/MG - Guia n° 207/2011,208/2011 e 209/2011-4.000 toneladas,4.000 toneladas e 100 Kg-Feldspato,Quartzo e Pedras Preciosas e Gemas (Tumalina e Água Marinha/Berilo)- Validade:26/07/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

833.166/2005-JOSÉ PEDRA JUNIOR-GOVERNADOR VALADARES/MG - Guia n° 222/2011,223/2011 e 224/2011-2.400 toneladas,1.200 toneladas e 96 Kg-Feldspato,Quartzo e Pedras Preciosas (gemas)- Validade:18/07/2015
833.983/2006-GRANBLACK COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-MANHUAÇU/MG - Guia n° 204/2011-2.700 t/ano-Granito- Validade:15/10/2014
831.763/2007-SOUZA'S INDUSTRIAL LTDA-CAPITÃO ANDRADE/MG, ENGENHEIRO CALDAS/MG - Guia n° 226/2011-12.000 toneladas-Argila (cerâmica)- Validade:13/01/2014
832.874/2007-MINERADORA DO VALE LTDA. - M.E.-ENGENHEIRO CALDAS/MG - Guia n° 225/2011-12.000 toneladas-Argila- Validade:16/07/2014
831.604/2008-LUCIANO DOS SANTOS PEDROSO ME-ITUETA/MG - Guia n° 221/2011-49.200 toneladas-Areia- Validade:18/11/2013
834.454/2008-DELMO ANTONIO PRETINHO DOS SANTOS ME-ESMERALDAS/MG, SETE LAGOAS/MG - Guia n° 210/2011-48.000 toneladas-Areia- Validade:10/12/2012
830.230/2009-PAULO ROBERTO WACHSMUTH-PARACATU/MG - Guia n° 216/2011-8.500 toneladas-Cascalho- Validade:06/04/2013
831.375/2010-MINERAÇÃO PICO DE SERRA LTDA-CURVELO/MG, PRESIDENTE JUSCELINO/MG - Guia n° 213/2011-4.000 toneladas-Quartzo- Validade:25/08/2013
833.676/2010-AREIA TERRA BRANCA LTDA ME-ABADIA DOS DOURADOS/MG, MONTE CARMELO/MG - Guia n° 219/2011-48.000 toneladas-Areia- Validade:13/07/2015
830.214/2011-ÉLCIO DE ASSIS BRANDÃO ME-GOUVEIA/MG, PRESIDENTE JUSCELINO/MG - Guia n° 214/2011-50.000 toneladas-Areia- Validade:22/03/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
004.110/1967-KYMERA MINE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-MATEUS LEME/MG - Guia n° 215/2011-45.000 t-Agalmatolito- Validade:10/06/2015
830.553/1996-JOAQUIM MENEZES RIBEIRO DA SILVA EPP-ARAGUARI/MG, ANHANGUERA/GO - Guia n° 217/2011-50.000 toneladas-Areia- Validade:02/12/2014
831.212/1996-BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVIÇOS LTDA-CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS/MG - Guia n° 211/2011-24.000 toneladas-Areia- Validade:30/04/2013
830.609/1998-JOAQUIM MENEZES RIBEIRO DA SILVA EPP-ARAGUARI/MG, ANHANGUERA/GO - Guia n° 218/2011-50.000 toneladas-Areia- Validade:02/12/2014
832.331/1999-COMERCIAL MC & A LTDA ME-CAMPO BELO/MG, CANA VERDE/MG, SANTANA DO JACARÉ/MG - Guia n° 212/2011-48.000 toneladas-Areia- Validade:19/08/2015
830.412/2001-JOSE WENCESLAU FERNANDES-ABADIA DOS DOURADOS/MG - Guia n° 202/2011-48.000 toneladas-Areia- Validade:01/06/2015
831.699/2004-GEOMETA LTDA-CONSELHEIRO PENA/MG - Guia n° 227/2011,228/2011 e 229/2011-70 Kg,30 Kg e 4.000 toneladas-Gemas (Tumalina Berilo, Água Marinha,Morganita e Kunzita) ,Berilo(variedade Geomológica Esmeralda e Quartzo.- Validade:Da sua assinatura até 25/11/2013 ou vencimento da LOPM 001/2010.
832.016/2005-PAULO DE VASCONCELOS ME-GOVERNADOR VALADARES/MG - Guia n° 220/2011-3.000 toneladas-Caulim- Validade:19/08/2012

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 312/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
654.320/1997-PARA METAIS NOBRES LTDA
754.770/1997-PARA METAIS NOBRES LTDA
754.771/1997-PARA METAIS NOBRES LTDA
754.772/1997-PARA METAIS NOBRES LTDA
850.822/2007-CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.234/2003-BRILASA - BRITAGEM E LAMINAÇÃO DE ROCHAS S/A
850.368/2003-RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS
850.120/2008-GALDINO ANTONIO DA SILVA LUZ
850.418/2011-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
851.021/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.022/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.023/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.034/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.038/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.041/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.042/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.043/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°3.132/2011
851.062/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.067/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.068/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.069/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.071/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.072/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.073/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.074/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.075/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.076/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.077/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.078/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.079/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.080/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.081/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.082/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
851.083/2008-FALCON METAIS LTDA-OF. N°2.837/2011
850.747/2011-ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA-OF. N°3.103/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
850.207/2003-RONALDO FRIZZERA MATOS
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
850.281/1999-AVB MINERAÇÃO LTDA.-AI N°84/2011
850.407/1999-AVB MINERAÇÃO LTDA.-AI N°83/2011
850.410/2006-RENILCE MARIA SILVA CAVALCANTI-AI N°465/2011
850.900/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-AI N°440/2011
850.982/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-AI N°181/2011
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
850.387/2001-ANTÔNIO CONCEIÇÃO CUNHA FILHO
850.887/2007-THOMAS FRANCISCO MANOEL SILVA MOREIRA
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
850.477/1998-IARA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA- Fontes: Benevides e Iara -Marca: Nossa Água -Embalagens: 200 ml, 300 ml, 350 ml, 500 ml, 1,5 L, 5 L e 20 L; Fontes: Belterra -Marca: Nossa Água -Embalagens: 200 ml, 300 ml e 1,5 L; Fontes: Benevides, Belterra e Iara -Marca: Nossa Água -Embalagens: 350 ml e 500 ml (com gás).- BENEVIDES/PA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.281/2011-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA
850.284/2011-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA
850.287/2011-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA
850.775/2011-COOPERATIVA MISTA DO GARIMPO DA CUTIA
850.776/2011-COOPERATIVA MISTA DO GARIMPO DA CUTIA
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.802/2011-MARCOS LOPES MENDES
850.835/2011-MARCOS LOPES MENDES
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.535/2010-SERAFIM INDÚSTRIA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA- Registro de Licença No.:003/2011 - Vencimento em 27/05/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
850.479/2011-CONSTRUTORA ARAGUAIA LTDA ME
850.480/2011-CONSTRUTORA ARAGUAIA LTDA ME
850.481/2011-CONSTRUTORA ARAGUAIA LTDA ME
850.630/2011-CONSTRUTORA PONTES LTDA EPP
850.781/2011-A B QUARESMA ME
850.831/2011-CERÂMICA BARRO BOM LTDA
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
850.028/2008-IVETE TAVORA- AI N°466/2011
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
850.224/2004-CEMI FAGUNDES DA SILVA -AI N°46/2011

RELAÇÃO Nº 315/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
850.370/2011-ALTEMAR PINTO- Alvará n°8.673/2011 - Cessionario:851.023/2011-MARCIO MENDES RITZMANN- CPF ou CNPJ 275.250.409-82
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
850.919/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- AI N°553/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.636/2003-CELI BORGES RODRIGUES- Cessionário:WANDERLEY VALENTIN DA SILVA- CPF ou CNPJ 038.570.758-48-Alvará n°11.369/2010
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
850.659/2009-AVELINO VIEIRA FERNANDEZ-SÃO FÉLIX DO XINGU/PA - Guia n° 11/2011 e 12/2011-50.000 (cinquenta mil) toneladas e 400 (quatrocentas)toneladas-Minério de Ouro e Minério de Cassiterita- Validade:04/01/2013
850.972/2010-JOÉLCIO CAMILO DA SILVA-ANAPU/PA - Guia n° 09/2011 e 10/2011-50.000 (cinquenta mil) toneladas e 8.500 (oito mil e quinhentas)toneladas-Areia e Cascalho- Validade:26/04/2012
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
850.363/2009-JOÉLCIO CAMILO DA SILVA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
857.390/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.391/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.392/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.393/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.406/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.407/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.408/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.409/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.412/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.417/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.419/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
857.425/1995-JOEL SILVA ARAUJO-OF. N°3.186/2011
Indefere por Interferencia Total(1339)
857.394/1995-JOEL SILVA ARAUJO
857.395/1995-JOEL SILVA ARAUJO
857.396/1995-JOEL SILVA ARAUJO
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(601)
850.356/2009-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO XINGU-PLG n°06/2011- Cessionario:850.206/2011-ÔNIX EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS LTDA.#- CNPJ 12.757.040/0001-61-
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.977/2011-CONSTRUTORA CRF LTDA-Registro de Licença n°68/2011 de 29/09/2011-Vencimento em 21/08/2013
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
850.788/2011-SOPALM AGRINDUSTRIAL LTDA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
850.342/2011-WANDER ALVES DOS SANTOS
850.393/2011-CUNHA TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.437/2007-AGRO PASTORIL DO ARAGUAIA LTDA- Registro de Licença No.:066/2007 - Vencimento em 10/06/2013
850.624/2007-CERÂMICA MG LTDA- Registro de Licença No.:061/2007 - Vencimento em 13/06/2013
850.728/2007-SEMENGE S/A ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS- Registro de Licença No.:062/2007 - Vencimento em 12/08/2013
850.029/2010-AREAL MARABÁ LTDA- Registro de Licença No.:006/2010 - Vencimento em 01/08/2013
850.556/2010-PENA & ABREU TRANSPORTE DE CARGAS LTDA.- Registro de Licença No.:052/2010 - Vencimento em 01/08/2015

RELAÇÃO Nº 331/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Denize Santos da Silva - 850230/09 - A.I. 630/11, 850232/09 - A.I. 631/11, 850233/09 - A.I. 632/11
Diomedes Ferreira Nunes - 850016/09 - A.I. 629/11
Francisco Francelino da Silva - 850360/09 - A.I. 633/11
Guilherme Andri - 850649/07 - A.I. 623/11
João Jorge Gonçalves Abdon - 850622/08 - A.I. 624/11
João Wanderley Ichihara - 850015/09 - A.I. 628/11
José Carneiro da Silva - 850767/09 - A.I. 634/11, 850768/09 - A.I. 635/11
Lair Robertoafonso - 850060/07 - A.I. 622/11
Mineração z Dantas-comércio, Transporte e Agropecuária Ltda-me - 850167/08 - A.I. 442/11
rm Industria e Comercio e Serviços de Mineração Ltda me - 850034/10 - A.I. 637/11
Uwaldo Gomes da Cunha - 850001/10 - A.I. 636/11
Valdir Dal Moro - 850702/08 - A.I. 625/11, 850703/08 - A.I. 626/11, 850783/08 - A.I. 627/11

RELAÇÃO Nº 332/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Armando Corrêa de Siqueira Filho - 850469/10
Empresa Agrícola Fluminense - 850474/08, 850479/08
Freire Garcia Vieira Advogados s c - 850448/09, 850450/09
Ppw Pesquisa e Mineração Ltda - 850648/08
Recursos Minerais do Brasil S.a - 851979/95
Reginaldo da Silva Sobrinho - 851119/08
Rodrigo Milani - 850795/07

JOÃO BOSCO PEREIRA BRAGA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 69/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
846.288/2011-VON ROLL DO BRASIL LTDA-OF. N°1.300/2011
846.345/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.-OF. N°1.339/2011
846.451/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°1.364
846.470/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°1.362
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.040/2005-DRESCON MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.294/2011
846.132/2007-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.337/2011
846.117/2009-MINERAÇÃO GRAMAME LTDA-OF. N°1.301/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
846.251/2008-EPITÁCIO DANIEL DE VASCONCELOS NETO-Cessionário:Elizabeth Produtos Cerâmicos- CPF ou CNPJ 06.914.565/0001-60- Alvará n°2023/2009
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
846.413/2008-MINEGRAN MINERAIS E GRANITOS DO NORDESTE LTDA.
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
846.505/2007-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-ALVARÁ N°11.002/2008
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
846.464/2007-MINING VENTURES BRASIL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°10.979/2008
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
846.250/2006-ERLIE LENZ CESAR FILHO-AI N°097/2011
846.265/2007-VON ROLL DO BRASIL LTDA-AI N°098/2011
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
846.195/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO- Cessionário:Mamoaba Agro Pastoril S/A- CNPJ 11.026.333/0001-06- Registro de Licença n°283/2011- Vencimento da Licença: 22/12/2011
846.196/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO- Cessionário:Mamoaba Agro Pastoril S/A- CNPJ 11.026.333/0001-06- Registro de Licença n°284/2011- Vencimento da Licença: 22/12/2011
846.197/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO- Cessionário:Mamoaba Agro Pastoril S/A- CNPJ 11.026.333/0001-06- Registro de Licença n°285/2011- Vencimento da Licença: 22/12/2011
846.198/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO- Cessionário:Mamoaba Agro Pastoril S/A- CNPJ 11.026.333/0001-06- Registro de Licença n°286/2011- Vencimento da Licença: 22/12/2011
846.199/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO- Cessionário:Mamoaba Agro Pastoril S/A- CNPJ 11.026.333/0001-06- Registro de Licença n°287/2011- Vencimento da Licença: 22/12/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.200/2000-COMPANHIA DE CIMENTO SÃO SIMÃO-OF. N°1.340/2011
846.107/2004-IMETAME GRANITOS LTDA-OF. N°1.334/2011

JOSE MADURO TOLEDO JÚNIOR
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 196/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.032/2001-JOSÉ REINALDO LOPES SANTOS
826.655/2011-HUMBERTO BICCA JÚNIOR
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
826.403/2011-PAULO ROBERTO DA SILVA GHIGNATTI-OF. N°1271/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.679/2007-ARGILAJE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJES LTDA- Alvará n°14.048/2008 - Cessionario:826.732/2011 - 826.733/2011 E 826.734/2011-HELENA MARIA CUNHA DE OLIVEIRA-ME E INCOBLOCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BLOCOS ESTRUTURAIS LTDA.- CPF ou CNPJ 02.007.993/0001-59 E 07.373.132/0001-08
Nega provimento a defesa apresentada(242)
826.177/2007-FOGGIATTO & CIA LTDA
826.110/2009-JOÃO PERCY RAYSEL
826.111/2009-JOÃO PERCY RAYSEL
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
826.409/2008-MINERAÇÃO BRASBOL LTDA.-Alvará N°15.725/2008
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.128/2004-IRMÃOS CREVELIM LTDA.-ME- Área de 140,50 HA para 50,00 HA-AREIA
826.044/2005-VMM VALADARES METALURGIA MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Área de 46,00 HA para 25,03 HA-AREIA E CASCALHO
826.589/2009-J.RUBENS BENICIO & CIA LTDA- Área de 14,26 HA para 10,92 HA-AREIA
826.527/2010-PORTO DE AREIA SÃO BENTO DO AMPARO LTDA- Área de 41,87 HA para 7,64 HA-AREIA
826.542/2010-MENI & SCHVIK LTDA- Área de 40,37 HA para 4,31 HA-RIOLITO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
826.790/2010-GIORGIA CAVALCANTI FRANÇA MUINOS -Alvará N°3.918/2011
826.791/2010-GIORGIA CAVALCANTI FRANÇA MUINOS -Alvará N°5.257/2011
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.000/2004-MAZINI & CIA LTDA ME-ARGILA
826.719/2006-ECOMONTE MINERAÇÃO LTDA-CALCÁRIO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.305/2008-AIRTON BERNARDO ROVEDA
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
805.676/1977-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°160/2010-60 dias
820.823/1984-MINERAÇÃO BRASBOL LTDA.-OF. N°1213/2007-180 dias
820.420/1985-GRAMINERIOS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°941/2008-180 dias
820.153/1987-CIA DE CIMENTO ITAMBÉ-OF. N°791/2009-180 dias
826.101/1993-CIA DE CIMENTO ITAMBÉ-OF. N°499/2007-180 dias
826.114/1995-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°921/2008-180 dias
826.594/1995-HOBI & CIA.LTDA.-OF. N°647/2011-180 dias
826.392/1996-CIA DE CIMENTO ITAMBÉ-OF. N°1054/2010-60 dias
826.003/2002-BASALTO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1046/2008-180 dias
826.343/2003-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°388/2009-180 dias
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
000.550/1942-ÁGUAS MINERAIS DORIZON LTDA ME-OF. N°302/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.376/2010-CERÂMICA GRAMADOS LTDA ME-Registro de Licença n°15/2011 de 07/10/2011-Vencimento em 07/07/2020
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
826.581/2009-NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO LTDA.
826.582/2009-NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO LTDA.
826.583/2009-NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO LTDA.

RELAÇÃO Nº 199/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.486/2003-SERGIO PEDRO TOSIN- Alvará n°16.626/2008 - Cessionario:826.760/2011-MINERAÇÃO RIO PÓ LTDA.- CPF ou CNPJ 00.826.036/0001-29
826.287/2005-IRMÃOS STANSKI LTDA- Alvará n°15.634/2008 - Cessionario:826.742/2001 - 826.743/2011 - 826.744/2011 - 826.745/2011-STANSZYK & STEANSKI LTDA.- CPF ou CNPJ 00.355.237/0001-95
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.387/2008-JOSE LUIZ DA FONSECA PEREIRA FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:FLORAMADER LTDA.- CPF ou CNPJ 13.030.601/0001-99- Alvará n°15.687/2008
826.542/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°542/2009
826.543/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°12.412/2011
826.544/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°543/2009
826.545/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°1.321/2009
826.546/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°544/2009
826.547/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°1.322/2009
826.548/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°1.323/2009
826.549/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°2.501/2011
826.550/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°1.324/2009
826.551/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°1.325/2009
826.125/2010-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 08.969.508/0001-04- Alvará n°6.818/2010
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
826.703/2006-JEFFERSON LOPES - OURINHOS EPP- Alvará n°417/2007 - Cessionário: P. C. LOPES - EPP- CNPJ 55.522.619/0001-58
826.404/2007-ROSEMEIRE BUENO DE ALMEIDA- Alvará n°6.904/2008 - Cessionário: MINERAÇÃO MORRETES LTDA.- CNPJ 13.589.492/0001-44
826.733/2010-AREAL COSTA LTDA- Alvará n°3.513/2011 - Cessionário: MINERAÇÃO MORRETES LTDA.- CNPJ 13.589.492/0001-44
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.118/1995-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Alvará n°6.029/1998 - Cessionário: FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CNPJ 08.969.508/0001-04
826.119/1995-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Alvará n°1.684/2001 - Cessionário: FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CNPJ 08.969.508/0001-04
826.120/1995-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Alvará n°4.763/2002 - Cessionário: FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CNPJ 08.969.508/0001-04
826.122/1999-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA- Alvará n°17.580/2000 - Cessionário: FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CNPJ 08.969.508/0001-04
826.186/1999-AREIAL ROGALSKI LTDA- Alvará n°10.221/2000 - Cessionário: FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CNPJ 08.969.508/0001-04
826.221/1999-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA- Alvará n°13.788/2000 - Cessionário: FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CNPJ 08.969.508/0001-04
826.139/2002-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Alvará n°7.053/2002 - Cessionário: FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CNPJ 08.969.508/0001-04
826.408/2002-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Alvará n°7.063/2002 - Cessionário: FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CNPJ 08.969.508/0001-04
826.313/2004-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Alvará n°8.446/2002 - Cessionário: FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CNPJ 08.969.508/0001-04
826.340/2004-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA- Alvará n°8.454/2004 - Cessionário: FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- CNPJ 08.969.508/0001-04

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 203/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.608/2011-ELISIO GALVÃO DE ARAUJO-OF. N°1408/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.101/2008-CALVALE CALCINAÇÃO VALE DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Área de 925,00 para 249,99-Calcário
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.029/2005-RAUL MATEUS DA SILVA JUNIOR
848.216/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.217/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.218/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.219/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.220/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.221/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.222/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.223/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.224/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.225/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.226/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.227/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.228/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

848.229/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.230/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
848.197/2008-EURICO PEREIRA
848.237/2008-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
848.520/2008-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA
848.107/2009-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
848.108/2009-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
848.162/2009-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
848.163/2009-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
848.164/2009-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
848.165/2009-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
848.166/2009-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
848.167/2009-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
848.169/2009-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.084/2005-EMPROGEO LTDA-AI N°436/2011
848.249/2008-JOSE BALDUINO BATISTA-AI N°438/2011
848.374/2008-PEDRO MOURA DE VASCONCELOS NETO-AI N°437/2011
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
848.010/2007-JOÃO MARIA DA SILVA FERREIRA
848.185/2008-GRANERO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
848.186/2008-GRANERO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
848.117/2007-Votorantim Cimentos N/NE S/A.
848.118/2007-Votorantim Cimentos N/NE S/A.
848.119/2007-Votorantim Cimentos N/NE S/A.
848.124/2007-Votorantim Cimentos N/NE S/A.
848.125/2007-Votorantim Cimentos N/NE S/A.
848.143/2007-Votorantim Cimentos N/NE S/A.
848.145/2007-Votorantim Cimentos N/NE S/A.
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(346)
848.468/2010-ANTONIO ALI GANEM ME-OF. N°1394/2011
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
848.352/2010-FRANCISCO SALES DANTAS FILHO - PLG N°3/2011 de 06/10/2011 - Prazo 06/10/2016 anos
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.146/2003-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-OF. N°1.310/2011 e 1.402/2011
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
848.239/2003-P J DE CARVALHO POLI-CURRAIS NOVOS/RN - Guia n° 03/2011-4000toneladas-Granito (ornamental)- Validade:30/04/2012

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 60/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
811.657/1995-JOSE LUIZ FRANCESCHINI- NOT. N°151 e 181/2009
810.395/1996-JOÃO GUILHERME RUSCHEL- NOT. N°1770 e 1772/2006
811.305/1996-EUNICE TEREZINHA B. MAROSO- NOT. N°60/2009
810.429/2001-AR BRASIL ENGENHARIA LTDA- NOT. N°2038/2007
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
811.657/1995-JOSE LUIZ FRANCESCHINI- AI N°17, 18 e 26/2008
810.395/1996-JOÃO GUILHERME RUSCHEL- AI N°170/1998 e 166/2006
810.710/1996-ROBERIO FERNANDO CHEMELLO- AI N°131/2003 e 56/2006
811.305/1996-EUNICE TEREZINHA B. MAROSO- AI N°349/2005
810.102/1999-CENTRAL DISTRIBUIDORA DE AREIA LTDA.- AI N°125/2003
810.667/1999-ANDRE GUERREIRO GONCALVES- AI N°713/2005
810.534/2000-CEZAR ROBERTO HABEKOST- AI N°26/2008
810.567/2000-MILTON CARLOS SCHMIDT- AI N°1792 e 1793/2005
810.220/2001-BILL BOFF REIS- AI N°253/2010
810.429/2001-AR BRASIL ENGENHARIA LTDA- AI N°1274/2005
810.294/2002-ELIAS ZAMBON- AI N°149/2006
810.435/2003-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO- AI N°1718/2005
810.471/2003-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO FI- AI N°1753 e 1754/2005
810.510/2003-ROBERTO SARAIVA- AI N°832/2005
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
810.429/2001-AR BRASIL ENGENHARIA LTDA- AI N°1275/2005
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
811.657/1995-JOSE LUIZ FRANCESCHINI- AI N°17, 18 e 26/2008
810.395/1996-JOÃO GUILHERME RUSCHEL- AI N°170/1998 e 166/2006
810.710/1996-ROBERIO FERNANDO CHEMELLO- AI N°131/2003 e 56/2006
811.305/1996-EUNICE TEREZINHA B. MAROSO- AI N°349/2005
810.102/1999-CENTRAL DISTRIBUIDORA DE AREIA LTDA.- AI N°125/2003
810.667/1999-ANDRE GUERREIRO GONCALVES- AI N°713/2005
810.534/2000-CEZAR ROBERTO HABEKOST- AI N°26/2008
810.429/2001-AR BRASIL ENGENHARIA LTDA- AI N°1274/2005
810.435/2003-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO- AI N°1718/2005
810.471/2003-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO FI- AI N°1753 e 1754/2005
810.510/2003-ROBERTO SARAIVA- AI N°832/2005
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
810.429/2001-AR BRASIL ENGENHARIA LTDA- AI N°1275/2005
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
811.657/1995-José Luiz Franceschini- NOT. N°152 e 182/2009
810.395/1996-João Guilherme Ruschel- NOT. N°1771 e 1773/2006
811.305/1996-Eunice Terezinha B Maroso- NOT. N°61/2009
810.102/1999-Central Distribuidora de Areia Ltda.- NOT. N°261/2010
810.667/1999-André Guerreiro Gonçalves- NOT. N°255/2010
810.534/2000-Cezar Roberto Habekost- NOT. N°85/2010
810.429/2001-AR Brasil Limitada- NOT. N°2039 e 2040/2007, 290/2010
Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)
810.429/2001-AR BRASIL ENGENHARIA LTDA-AI N°157/2006
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
810.429/2001-AR BRASIL ENGENHARIA LTDA-AI N°157/2006
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
810.264/1997-RUY PAULO PHILIPE- NOT. N°1945, 1947 e 1949/2007
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
810.264/1997-RUY PAULO PHILIPE- AI N°447, 448 e 449/2005
810.266/2002-IRCLAVEJO PARTICIPAÇÕES LTDA.- AI N°24/2008
810.694/2002-IRCLAVEJO PARTICIPAÇÕES LTDA.- AI N°8/2009
810.509/2007-NILO LUIZ SECRETTI ME- AI N°66/2009
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
810.264/1997-RUY PAULO PHILIPE- AI N°447, 448 e 449/2005
810.266/2002-IRCLAVEJO PARTICIPAÇÕES LTDA.- AI N°24/2008
810.694/2002-IRCLAVEJO PARTICIPAÇÕES LTDA.- AI N°8/2009
810.509/2007-NILO LUIZ SECRETTI ME- AI N°66//2009
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
810.264/1997-Ruy Paulo Philipp- NOT. N°1946, 1948 e 1950/2007
810.266/2002-Irclavejo Participações Ltda.- NOT. N°174/2009
810.694/2002-Irclavejo Participações Ltda.- NOT. N°623/2010
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
810.525/1993-NABOR NEURILAINE MARQUES DE AVILA- AI N°157/2010
810.527/1993-NABOR NEURILAINE MARQUES DE AVILA- AI N°159/2010
810.376/2004-MILTON GUIMARÃES BUENO DO PRADO- AI N°210/2006
810.377/2004-MILTON GUIMARÃES BUENO DO PRADO- AI N°211/2006
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
810.377/2004-MILTON GUIMARÃES BUENO DO PRADO- AI N°211/2006
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
810.377/2004-Milton Guimarães Bueno do Prado- NOT. N°28/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
810.302/1998-ELDORADO MINERAÇÃO LTDA- AI N°1135/2005

SÉRGIO BIZARRO CESAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 192/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Gustavo Boccaletti Montechiari - 890175/10 - Not.949/2011 - R$ 250,51

RELAÇÃO Nº 193/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Marmoraria Granimar Ltda me - 890333/08

RELAÇÃO Nº 194/2011

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: a f Capelle e Companhia Ltda Cpf/cnpj :32.188.856/0001-29 - Processo de cobrança: 990943/11 Valor: R$.2.318,95
Titular: Agro Industrial Duasannas LTDA. Cpf/cnpj :32.014.631/0001-56 - Processo de cobrança: 990827/11 Valor: R$.236,06, Processo de cobrança: 990828/11 Valor: R$.936,68
Titular: Agropecuária Bela Vista Ltda Cpf/cnpj :29.375.656/0001-70 - Processo de cobrança: 990846/11 Valor: R$.46.595,32
Titular: Águas Minerais Santa Cruz Cpf/cnpj :33.122.326/0001-40 - Processo de cobrança: 990884/11 Valor: R$.12.399,62
Titular: Alailçon m. Das Chagas Cerâmica Cpf/cnpj :39.235.429/0001-01 - Processo de cobrança: 990824/11 Valor: R$.45,84, Processo de cobrança: 990825/11 Valor: R$.27,83
Titular: Amsa Mineração LTDA. me Cpf/cnpj :03.918.366/0001-32 - Processo de cobrança: 990818/11 Valor: R$.152,83
Titular: Areal Anastacia de Campos LTDA. Cpf/cnpj :00.154.968/0001-72 - Processo de cobrança: 990838/11 Valor: R$.14,48, Processo de cobrança: 990832/11 Valor: R$.22,03
Titular: Areal Atlantida Ltda me Cpf/cnpj :32.241.226/0001-70 - Processo de cobrança: 990816/11 Valor: R$.71.795,74
Titular: Areal Bandeirante de Itaguaí Ltda me Cpf/cnpj :40.169.286/0001-58 - Processo de cobrança: 990842/11 Valor: R$.1.982,42
Titular: Areal Boa Esperança de Queimados Ltda Cpf/cnpj :03.578.431/0001-28 - Processo de cobrança: 990843/11 Valor: R$.36,37
Titular: Areal D´lúcia Ltda Epp Cpf/cnpj :31.250.913/0001-90 - Processo de cobrança: 990811/11 Valor: R$.3.231,15
Titular: Areal Familia Unida Ltda me Cpf/cnpj :02.374.210/0001-75 - Processo de cobrança: 990855/11 Valor: R$.7.118,26
Titular: Areal Fernandes e Cardoso Ltda me Cpf/cnpj :02.569.247/0001-59 - Processo de cobrança: 990837/11 Valor: R$.576,26, Processo de cobrança: 990845/11 Valor: R$.3.641,96
Titular: Areal Grão de Areia de Campos LTDA. Cpf/cnpj :68.704.006/0001-83 - Processo de cobrança: 990823/11 Valor: R$.257,29
Titular: Areal Imperador de Itaguaí Ltda Epp Cpf/cnpj :35.759.117/0001-38 - Processo de cobrança: 990840/11 Valor: R$.1.479,62
Titular: Areal Irmãos Unidos Ltda Cpf/cnpj :36.112.720/0001-96 - Processo de cobrança: 990834/11 Valor: R$.2.461,35
Titular: Areal Lucianderson Ltda Cpf/cnpj :36.098.762/0001-10 - Processo de cobrança: 990841/11 Valor: R$.24.849,98
Titular: Areal Maripa e Terraplanagem Ltda me Cpf/cnpj :35.769.066/0001-25 - Processo de cobrança: 990826/11 Valor: R$.803,52
Titular: Areal Nova União de Seropédica Ltda Cpf/cnpj :02.411.939/0001-74 - Processo de cobrança: 990815/11 Valor: R$.1.178,13, Processo de cobrança: 990836/11 Valor: R$.49,28
Titular: Areal Pedra de Ouro Ltda Cpf/cnpj :28.872.802/0001-00 - Processo de cobrança: 990830/11 Valor: R$.8.929,48
Titular: Areal Piranema Ltda me Cpf/cnpj :28.650.349/0001-98 - Processo de cobrança: 990847/11 Valor: R$.559,40
Titular: Areal Ponto Maior Ltda Epp Cpf/cnpj :30.812.267/0001-44 - Processo de cobrança: 990813/11 Valor: R$.478,75
Titular: Areal Porto Grauna Ltda Epp Cpf/cnpj :04.112.015/0001-00 - Processo de cobrança: 990870/11 Valor: R$.681,42
Titular: Areal Potencia Ltda me Cpf/cnpj :32.217.036/0001-18 - Processo de cobrança: 990831/11 Valor: R$.2.745,80
Titular: Areal Reta Dos 500 Ltda me Cpf/cnpj :28.172.427/0001-96 - Processo de cobrança: 990812/11 Valor: R$.18.334,28
Titular: Areal Riacho Doce Ltda Epp Cpf/cnpj :36.438.919/0001-09 - Processo de cobrança: 990849/11 Valor: R$.9.382,80
Titular: Areal Salioni Cunha Ltda me Cpf/cnpj :30.091.490/0001-40 - Processo de cobrança: 990833/11 Valor: R$.32.021,67
Titular: Areal Sao Basilio Ltda me Cpf/cnpj :03.213.007/0001-80 - Processo de cobrança: 990944/11 Valor: R$.4.188,78
Titular: Areal Sol Nascente Ltda Cpf/cnpj :35.815.737/0001-47 - Processo de cobrança: 990934/11 Valor: R$.14.475,04
Titular: Areal Transluso e Materiais de Construção Ltda Epp Cpf/cnpj :36.437.192/0001-45 - Processo de cobrança: 990850/11 Valor: R$.11.613,39
Titular: Areal Transmontano de Itaguaí Ltda me Cpf/cnpj :73.526.154/0001-95 - Processo de cobrança: 990939/11 Valor: R$.1.313,37
Titular: Areal Tropicalhente Cpf/cnpj :02.113.296/0001-82 - Processo de cobrança: 990817/11 Valor: R$.665,26
Titular: Areal Vale do Paraíba 2146 Ltda Cpf/cnpj :01.453.383/0001-16 - Processo de cobrança: 990848/11 Valor: R$.5.913,36
Titular: Areias Brancas de Itaguai Ltda Cpf/cnpj :31.634.652/0001-01 - Processo de cobrança: 990959/11 Valor: R$.659,19
Titular: Carvalho e Madeira Extração de Minerais Ltda.-me Cpf/cnpj :02.876.200/0001-38 - Processo de cobrança: 990941/11 Valor: R$.179,44

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Titular: Cerâmica Alto do Elizeu de Campos LTDA. Cpf/cnpj :39.689.443/0001-77 - Processo de cobrança: 990868/11 Valor: R$.590,82
Titular: Cerâmica Arrozal Ltda Cpf/cnpj :31.422.934/0001-45 - Processo de cobrança: 990961/11 Valor: R$.1.299,72
Titular: Cerâmica Cacomanga LTDA. Cpf/cnpj :27.202.613/0001-68 - Processo de cobrança: 990946/11 Valor: R$.4.718,19
Titular: Cerâmica Campista LTDA. Cpf/cnpj :29.890.647/0001-18 - Processo de cobrança: 990873/11 Valor: R$.328,43
Titular: Cerâmica Cinco Estrelas LTDA. Cpf/cnpj :39.221.676/0001-40 - Processo de cobrança: 990880/11 Valor: R$.203,89
Titular: Cerâmica Dois Amigos de Campos Ltda Cpf/cnpj :30.835.482/0001-60 - Processo de cobrança: 990875/11 Valor: R$.175,32
Titular: Cerãmica Duarte LTDA. Cpf/cnpj :30.397.962/0001-97 - Processo de cobrança: 990962/11 Valor: R$.646,12
Titular: Cerâmica Indiana LTDA. Cpf/cnpj :36.572.501/0001-90 - Processo de cobrança: 990874/11 Valor: R$.179,26, Processo de cobrança: 990945/11 Valor: R$.438,30
Titular: Cerãmica Nossa Senhora do Carmo LTDA. Cpf/cnpj :28.783.777/0001-99 - Processo de cobrança: 990948/11 Valor: R$.530,95, Processo de cobrança: 990871/11 Valor: R$.669,98, Processo de cobrança: 990881/11 Valor: R$.318,17, Processo de cobrança: 990872/11 Valor: R$.493,11
Titular: Cerâmica Nova Estrela LTDA. Cpf/cnpj :39.221.494/0001-70 - Processo de cobrança: 990867/11 Valor: R$.358,47
Titular: Cerãmica Olivier Cruz Industria e Comércio LTDA. Cpf/cnpj :36.565.117/0001-60 - Processo de cobrança: 990960/11 Valor: R$.177,07
Titular: Ceramica Rodrigues Ltda Cpf/cnpj :28.741.221/0001-30 - Processo de cobrança: 990882/11 Valor: R$.359,80
Titular: Cerâmica Rosario e Viana LTDA. Cpf/cnpj :32.114.134/0001-20 - Processo de cobrança: 990866/11 Valor: R$.786,61
Titular: Cerâmica Santa Cruz do Largo do Garcia LTDA. Cpf/cnpj :36.077.394/0001-23 - Processo de cobrança: 990883/11 Valor: R$.510,22, Processo de cobrança: 990819/11 Valor: R$.282,50
Titular: Cerâmica Santa Edwiges de Campos LTDA. Cpf/cnpj :32.579.807/0001-17 - Processo de cobrança: 990865/11 Valor: R$.1.101,47
Titular: Cerâmica São Silvestre de Rio Bonito LTDA. Cpf/cnpj :28.149.680/0001-29 - Processo de cobrança: 990936/11 Valor: R$.894,24
Titular: Cerâmica Souza Henrique LTDA. Cpf/cnpj :32.014.003/0001-70 - Processo de cobrança: 990869/11 Valor: R$.800,09
Titular: Cerâmica Stilbe LTDA. Cpf/cnpj :31.441.165/0001-22 - Processo de cobrança: 990947/11 Valor: R$.2.108,77
Titular: Cerâmica Uniplan Ltda Cpf/cnpj :32.561.813/0001-47 - Processo de cobrança: 990942/11 Valor: R$.458,23
Titular: Cerâmica Vulcão LTDA. Cpf/cnpj :30.748.826/0001-02 - Processo de cobrança: 990938/11 Valor: R$.4.100,69
Titular: cs Extração Mineral Ltda me Cpf/cnpj :00.152.304/0001-74 - Processo de cobrança: 990899/11 Valor: R$.541,62
Titular: D'angelos Areal Ltda Cpf/cnpj :40.285.967/0001-81 - Processo de cobrança: 990901/11 Valor: R$.9.014,14
Titular: da Paz Mineração e Indústria de Granitos e Mármores LTDA. Cpf/cnpj :57.537.094/0001-50 - Processo de cobrança: 990924/11 Valor: R$.4.598,01
Titular: Damil Empresa de Mineração Ltda Cpf/cnpj :31.967.201/0001-96 - Processo de cobrança: 990909/11 Valor: R$.37.330,90
Titular: Duselle e Serviços LTDA. Cpf/cnpj :97.405.757/0001-05 - Processo de cobrança: 990907/11 Valor: R$.2.005,44
Titular: Emfol Empresa de Mineração Fonte Limpa Ltda Cpf/cnpj :27.945.740/0001-57 - Processo de cobrança: 990904/11 Valor: R$.59.655,38
Titular: Emitang Empresa de Mineração Tanguá Ltda Cpf/cnpj :30.350.276/0001-60 - Processo de cobrança: 990913/11 Valor: R$.63.850,16
Titular: Empresa de Mineração Carneiro Ltda Cpf/cnpj :01.117.166/0001-55 - Processo de cobrança: 990970/11 Valor: R$.92.652,40
Titular: Empresa de Mineração de Águas Sant´anna Ltda Cpf/cnpj :04.574.135/0001-11 - Processo de cobrança: 990905/11 Valor: R$.107.765,63
Titular: Empresa de Mineração Estrela Ltda Cpf/cnpj :29.721.511/0001-84 - Processo de cobrança: 990925/11 Valor: R$.399.607,24
Titular: Empresa de Mineração Jequitiba de Bom Jardim Ltda Cpf/cnpj :04.147.202/0001-11 - Processo de cobrança: 990923/11 Valor: R$.26.835,54
Titular: Empresa de Mineração Morro Grande Ltda Cpf/cnpj :02.055.627/0001-75 - Processo de cobrança: 990900/11 Valor: R$.35.624,73
Titular: Empresa Hidromineral Fluminense Ltda-me Cpf/cnpj :29.637.675/0001-28 - Processo de cobrança: 990651/11 Valor: R$.3.614,99, Processo de cobrança: 990650/11 Valor: R$.37.298,83
Titular: Estrela Dalva Extração de Areia Ltda Cpf/cnpj :01.441.097/0001-30 - Processo de cobrança: 990906/11 Valor: R$.8.411,88
Titular: Extra-extração e Transporte de Minerais Ltda Cpf/cnpj :02.218.992/0001-53 - Processo de cobrança: 990973/11 Valor: R$.10.106,65
Titular: Extração de Areia Santa Mônica LTDA. Cpf/cnpj :55.618.086/0001-02 - Processo de cobrança: 990820/11 Valor: R$.2.731,37
Titular: Extração de Areia,transporte e Comércio Progresso Ltda me Cpf/cnpj :30.806.426/0001-06 - Processo de cobrança: 990910/11 Valor: R$.2.646,80, Processo de cobrança: 990921/11 Valor: R$.3.143,57
Titular: Extração Perobrita Italvense LTDA. Cpf/cnpj :03.375.405/0001-00 - Processo de cobrança: 990896/11 Valor: R$.3.815,66
Titular: Extracom de Casimiro de Abreu Extração e COM. de Areia Ltda- me Cpf/cnpj :97.438.337/0001-17 - Processo de cobrança: 990897/11 Valor: R$.7.816,34
Titular: Faresa Indústria e Comércio Ltda Cpf/cnpj :29.414.935/0001-04 - Processo de cobrança: 990908/11 Valor: R$.14.353,16
Titular: Fonte São Francisco Ltda Cpf/cnpj :31.517.964/0001-35 - Processo de cobrança: 990911/11 Valor: R$.12.681,28
Titular: Freitas & Pessanha LTDA. Cpf/cnpj :28.894.277/0001-24 - Processo de cobrança: 990902/11 Valor: R$.1.134,42
Titular: Futura Pádua Pedras Decorativas Ltda me Cpf/cnpj :32.569.659/0001-50 - Processo de cobrança: 990898/11 Valor: R$.21.732,77
Titular: Gilpatric Industrial de Terrinha e Extração de Areia Ltda me Cpf/cnpj :00.196.615/0001-35 - Processo de cobrança: 990652/11 Valor: R$.4.856,65
Titular: Hermete Izabel de Souza -me Cpf/cnpj :28.591.378/0001-26 - Processo de cobrança: 991005/11 Valor: R$.3.704,02
Titular: Ibrata Mineração Ltda Cpf/cnpj :30.161.582/0001-59 - Processo de cobrança: 990712/11 Valor: R$.16.722,25
Titular: Indústria e Comércio Apolo LTDA. Cpf/cnpj :29.644.432/0001-17 - Processo de cobrança: 990639/11 Valor: R$.5.931,90
Titular: Industria e Comércio de Cerâmica União de Campo Limpo LT. Cpf/cnpj :32.308.256/0001-57 - Processo de cobrança: 990654/11 Valor: R$.151,16
Titular: Indústria Extrativa e Comercial do Ipê Ltda me Cpf/cnpj :03.564.486/0001-89 - Processo de cobrança: 990638/11 Valor: R$.600,40
Titular: Industrial Ceramica Santo Antonio LTDA. Cpf/cnpj :29.593.456/0001-94 - Processo de cobrança: 990653/11 Valor: R$.722,58
Titular: l c n Ponciano Terraplenagem me Cpf/cnpj :00.755.766/0001-86 - Processo de cobrança: 990655/11 Valor: R$.1.172,25
Titular: l. f. Furtado da Graça me Cpf/cnpj :32.510.240/0001-22 - Processo de cobrança: 990640/11 Valor: R$.550,13
Titular: Maubimar Mineradora Ltda Cpf/cnpj :04.675.417/0001-05 - Processo de cobrança: 990637/11 Valor: R$.142,42
Titular: Mineração Fontana Ltda - me Cpf/cnpj :28.366.482/0001-17 - Processo de cobrança: 990804/11 Valor: R$.3.950,02
Titular: Mineração Gremont Ltda - me Cpf/cnpj :39.555.099/0001-23 - Processo de cobrança: 990781/11 Valor: R$.23.868,26
Titular: Mineração Pimenta LTDA. Cpf/cnpj :03.123.123/0001-08 - Processo de cobrança: 990768/11 Valor: R$.1.575,53
Titular: Mineração Rose LTDA. Cpf/cnpj :05.657.815/0001-61 - Processo de cobrança: 990780/11 Valor: R$.16,11
Titular: Mineração Souza Freire Ltda Cpf/cnpj :32.064.511/0001-63 - Processo de cobrança: 990772/11 Valor: R$.61,73
Titular: Mineradora Morro Azul de São Fidélis Ltda Epp Cpf/cnpj :72.060.668/0001-35 - Processo de cobrança: 990779/11 Valor: R$.36.889,84
Titular: Mipibú Comercio de Minerais Não Metalicos LTDA. Cpf/cnpj :04.574.483/0001-99 - Processo de cobrança: 990926/11 Valor: R$.9.866,09
Titular: Olaria São Sebastião Ltda Cpf/cnpj :28.566.065/0001-18 - Processo de cobrança: 990795/11 Valor: R$.1.839,74
Titular: Osmario Pereira Rodrigues Cpf/cnpj :29.646.106/0001-49 - Processo de cobrança: 990798/11 Valor: R$.1.658,83
Titular: Oswaldo Rodrigues de Lucas-me Cpf/cnpj :36.575.140/0001-35 - Processo de cobrança: 990718/11 Valor: R$.4.451,73
Titular: Paradiso Aqua Fresh IND. e COM. Mineração e DISTRIB. LTDA. Cpf/cnpj :00.604.434/0001-09 - Processo de cobrança: 990978/11 Valor: R$.2.249,20
Titular: Pedracom Pedreiras Ltda Epp Cpf/cnpj :36.204.923/0001-02 - Processo de cobrança: 990732/11 Valor: R$.20,49
Titular: Pedralage Comércio e Representações Ltda Cpf/cnpj :39.197.181/0001-23 - Processo de cobrança: 990731/11 Valor: R$.5.435,80
Titular: Pedreira Anhanguera s a Empresa de Mineração Cpf/cnpj :50.170.281/0001-07 - Processo de cobrança: 990769/11 Valor: R$.38.405,73, Processo de cobrança: 990775/11 Valor: R$.36.291,94
Titular: Pedreira Carioca Ltda Cpf/cnpj :31.671.860/0001-80 - Processo de cobrança: 990733/11 Valor: R$.49.830,36
Titular: Pedreira de Araras Ltda Cpf/cnpj :31.149.370/0001-19 - Processo de cobrança: 990739/11 Valor: R$.54.179,88
Titular: Pedreira Iterere Industria e Comercio s a Cpf/cnpj :28.931.335/0001-42 - Processo de cobrança: 990979/11 Valor: R$.41.202,74
Titular: Pedreira Marajoara Ltda Cpf/cnpj :28.865.418/0001-80 - Processo de cobrança: 990793/11 Valor: R$.1.871,33
Titular: Pedreira Pronta Entrega LTDA. Cpf/cnpj :28.890.663/0001-48 - Processo de cobrança: 990729/11 Valor: R$.20.944,05, Processo de cobrança: 990730/11 Valor: R$.11.771,57
Titular: Pedreira São Pedro Ltda Cpf/cnpj :30.755.458/0001-11 - Processo de cobrança: 990851/11 Valor: R$.88.116,14
Titular: Pedreira São Sebastião Ltda Cpf/cnpj :32.289.829/0001-42 - Processo de cobrança: 990734/11 Valor: R$.31.568,34
Titular: Pedreira Vigné LTDA. Cpf/cnpj :30.758.932/0001-69 - Processo de cobrança: 990767/11 Valor: R$.419.090,09
Titular: Pedreira Vila Real Ltda Cpf/cnpj :29.724.523/0001-62 - Processo de cobrança: 990805/11 Valor: R$.13.618,97
Titular: Pedreira Volta Redonda Ltda Cpf/cnpj :32.487.266/0001-05 - Processo de cobrança: 990774/11 Valor: R$.22.261,31
Titular: Pedrinco sa Pedreiras e Industria de Concreto Cpf/cnpj :30.540.330/0002-11 - Processo de cobrança: 990990/11 Valor: R$.140.244,31
Titular: Porto de Castilho Extração de Areia me Cpf/cnpj :02.128.698/0001-50 - Processo de cobrança: 990737/11 Valor: R$.3.990,32
Titular: Princesinha de Macaé Veículos e Construção Ltda Cpf/cnpj :01.600.560/0001-40 - Processo de cobrança: 990783/11 Valor: R$.7.299,91
Titular: Quatro Irmãos Pedras Ltda Cpf/cnpj :00.901.527/0001-97 - Processo de cobrança: 990806/11 Valor: R$.1.448,30
Titular: r. s. Nunes Extração de Minerais me Cpf/cnpj :40.345.563/0001-36 - Processo de cobrança: 990777/11 Valor: R$.588,59, Processo de cobrança: 990728/11 Valor: R$.256,94, Processo de cobrança: 990727/11 Valor: R$.289,62
Titular: R.s.nunes Extração de Minerais Cpf/cnpj :40.345.563/0002-17 - Processo de cobrança: 990807/11 Valor: R$.1.694,24
Titular: Rafael a Gama-fi Cpf/cnpj :30.862.874/0001-19 - Processo de cobrança: 990791/11 Valor: R$.375,93
Titular: Rio Grande Minérios LTDA. Cpf/cnpj :29.704.574/0001-22 - Processo de cobrança: 990797/11 Valor: R$.4.489,13
Titular: Robaina Distribuidora de Areia LTDA. Cpf/cnpj :28.979.656/0001-17 - Processo de cobrança: 990810/11 Valor: R$.5.193,05
Titular: s s Salles Extração de Argilajj Cpf/cnpj :39.249.875/0001-67 - Processo de cobrança: 990800/11 Valor: R$.3.192,40
Titular: Saibreira Vila Nova Ltda me Cpf/cnpj :01.466.225/0001-09 - Processo de cobrança: 990796/11 Valor: R$.527,87
Titular: Sandra m t Toledo Nogueira Cerâmica Cpf/cnpj :39.235.445/0001-96 - Processo de cobrança: 990799/11 Valor: R$.276,45, Processo de cobrança: 991006/11 Valor: R$.301,87
Titular: Seropareal Extração de Areia Ltda Epp Cpf/cnpj :01.518.170/0001-25 - Processo de cobrança: 990789/11 Valor: R$.40.480,48, Processo de cobrança: 990792/11 Valor: R$.44.151,19
Titular: Sigil Sociedade Industrial de Granitos Cpf/cnpj :30.082.317/0001-85 - Processo de cobrança: 990735/11 Valor: R$.228.274,82
Titular: SOC. Agro-pastoril Ind Amorins Ltda Cpf/cnpj :30.084.396/0001-63 - Processo de cobrança: 990726/11 Valor: R$.4.564,44
Titular: Sociedade Mineradora Nova Friburgo Ltda Epp Cpf/cnpj :36.201.861/0001-85 - Processo de cobrança: 990770/11 Valor: R$.13.738,30
Titular: Sociedade Nacional de Engenharia e Construções Ltda Cpf/cnpj :33.515.974/0001-67 - Processo de cobrança: 990771/11 Valor: R$.14.553,13
Titular: Sopostes Concreto Armado Ltda Cpf/cnpj :33.885.112/0001-26 - Processo de cobrança: 990773/11 Valor: R$.231,24
Titular: Sugareia Extração de Areia Ltda Cpf/cnpj :27.047.364/0001-83 - Processo de cobrança: 990736/11 Valor: R$.2.170,90
Titular: Sumack Transportes Comércio e Terraplanagem Ltda me Cpf/cnpj :73.319.345/0001-86 - Processo de cobrança: 990790/11 Valor: R$.250,44, Processo de cobrança: 990721/11 Valor: R$.500,27
Titular: Tamoio Mineração S.A. Cpf/cnpj :33.051.624/0001-97 - Processo de cobrança: 990829/11 Valor: R$.111.175,55
Titular: Telus Mineração Ltda Cpf/cnpj :27.265.826/0001-39 - Processo de cobrança: 990725/11 Valor: R$.7.385,71
Titular: Terraplan Transportes Ltda Cpf/cnpj :01.235.429/0001-20 - Processo de cobrança: 990724/11 Valor: R$.94,78
Titular: Unidas Mineração Indústria e Comércio Ltda Cpf/cnpj :03.743.154/0001-61 - Processo de cobrança: 990719/11 Valor: R$.6.246,95
Titular: Valle Sul Pavimentação e Mineração Ltda Cpf/cnpj :28.689.842/0001-11 - Processo de cobrança: 990776/11 Valor: R$.51.671,92
Titular: Valle Sul Servicos e Mineracao Ltda Cpf/cnpj :28.578.649/0001-03 - Processo de cobrança: 990738/11 Valor: R$.6.584,21
Titular: Vipi Cerâmica LTDA. Cpf/cnpj :29.633.724/0001-54 - Processo de cobrança: 990989/11 Valor: R$.1.276,78
Titular: Walo Mineração Ltda Cpf/cnpj :27.962.075/0001-00 - Processo de cobrança: 990778/11 Valor: R$.1.234,95
Titular: Wanderson Correa Barrada Cpf/cnpj :03.120.006/0001-90 - Processo de cobrança: 990723/11 Valor: R$.706,29

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 50/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Raimundo Nonato Costa Dos Santos - 884082/08, 884072/09

EUGÊNIO PACCELI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 123/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa desistência da prorrogação do prazo do alvará de Pesquisa(114)
815.447/2010-PRISCILA PORSCH
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
815.408/2008-APARICIO HENRIQUE VIEIRA & CIA LTDA ME-AI N°560/11

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.434/2005-CONSTRUTORA E ENGENHARIA ECKERT LTDA-OF. N°3088/11
815.118/2007-PISOFORTE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°3091/11
815.489/2007-MOISES RAMOS-OF. N°3101/11
815.632/2007-CERÂMICA ELIZABETH SUL LTDA-OF. N°3117/11
815.849/2007-EDILSON PALADINI-OF. N°3101/11
815.404/2008-MINERAÇÃO POUSO REDONDO LTDA-OF. N°3115/11
815.408/2008-APARICIO HENRIQUE VIEIRA & CIA LTDA ME-OF. N°3098/11
815.414/2008-OURO PRETO MINERACAO LTDA-OF. N°3100/11
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
815.434/2005-CONSTRUTORA E ENGENHARIA ECKERT LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.676/2005-JOSÉ CARLOS FERRARESI - ME-Areia p/ Construção civil
815.677/2005-JOSÉ CARLOS FERRARESI - ME-Areia p/ Construção civil
815.689/2005-JOSÉ CARLOS FERRARESI - ME-Areia p/ Construção civil
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
815.158/2008-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA-ALVARÁ N°5838/2008
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.905/2007-PISOFORTE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-AI N°564/11
815.906/2007-TECMICER - MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS CERÂMICOS LTDA-AI N°563/11
815.447/2010-PRISCILA PORSCH-AI N°562/11
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.184/1993-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA FI-OF. N°3067/11
815.226/1998-BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°3071/11
815.442/2005-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°3110/11
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
815.787/1996-TCE-TRIUNFO COMÉRCIO E ENGENHARIA LTDA- AI Nº 213/11, 214/11 e 215/11
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
915.541/1986-CARBONIFERA CRICIUMA S.A.-OF. N°2245/11
815.787/1996-TCE-TRIUNFO COMÉRCIO E ENGENHARIA LTDA-OF. N°3072/11
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.225/1992-OTÍLIA DE AMORIM SILVEIRA ME-OF. N°3082/11
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.563/1987-DRAGAGEM DE AREIA BARTSCH LTDA- Registro de Licença No.:337/1991 - Vencimento em 04/08/2013
815.018/1992-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- Registro de Licença No.:420/1994 - Vencimento em 10/05/2012
815.019/1992-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- Registro de Licença No.:421/1994 - Vencimento em 10/05/2012
815.374/1992-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- Registro de Licença No.:432/1994 - Vencimento em 10/05/2012
815.887/1995-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- Registro de Licença No.:563/2008 - Vencimento em 10/07/2012
815.124/1996-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA- Registro de Licença No.:597/2012 - Vencimento em 09/08/2012
816.189/1996-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHNAIDER LTDA- Registro de Licença No.:560/1997 - Vencimento em 08/08/2015
815.233/1998-PAVIMENTADORA E CONST. FALCHETTI LTDA-Registro de Licença No.:715/1999 - Vencimento em 05/07/2013
815.467/2001-PEDREIRA PRAIAGRANDENSE LTDA- Registro de Licença No.:925/2008 - Vencimento em 25/07/2021
815.479/2001-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-Registro de Licença No.:914/2001 - Vencimento em 08/11/2011
815.480/2001-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHNAIDER LTDA- Registro de Licença No.:915/2001 - Vencimento em 09/08/2012
815.030/2002-MONDINI EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Registro de Licença No.:1178/2005 - Vencimento em 15/10/2012
815.685/2003-TESTONI TERRAPLENAGEM E COMÉRCIO LTDA ME- Registro de Licença No.:1084/2003 - Vencimento em 15/07/2013
815.728/2007-AGRO VETERINÁRIA AÇUVALE LTDA ME- Registro de Licença No.:1351/2007 - Vencimento em 17/08/2013
815.627/2009-PONTERRA EXTRAÇÃO DE BARRO LTDA ME-Registro de Licença No.:1426/2009 - Vencimento em 16/10/2012
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
815.691/2007-LZK CONSTRUTORA LTDA- AI N°558/11
Fase de Registro de Extração
Instaura processo administrativo de cancelamento de Registro de Extração/Prazo para defesa: 60 dias.(1331)
815.735/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

RELAÇÃO Nº 147/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
815.654/2011-EDUARDO FURTADO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.674/2011-JOSÉ DA SILVA-OF. N°3924/11
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
815.098/2010-AGOSTINHO CIPRIANI
815.619/2011-USINDI MONTAGENS E MANUTENÇÃO LTDA
815.674/2011-JOSÉ DA SILVA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.654/2008-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- Alvará n°15468/2008 - Cessionario:815.623/2011-ALBATROZ INCORPORADORA LTDA- CPF ou CNPJ 86916954/0001-64
815.728/2008-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO- Alvará n°9814/2010 - Cessionario:815.636/2011 - NUTRICÊUTICOS E NUTRACÊUTICOS LTDA e 815.637/2011 - ADEMIR JOÃO VIEIRA EPP-- CPF ou CNPJ 06009684/0001-79 e 79922860/0001-32
815.843/2008-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- Alvará n°1277/2009 - Cessionario:815.622/2011-ALBATROZ INCORPORADORA LTDA- CPF ou CNPJ 86916954/0001-64
815.189/2009-SERFORTE SERV. VIG. E SEG. LTDA- Alvará n°6001/2010 - Cessionario:815.540/2011-KRAUSER INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 95780763/0001-09
815.464/2009-GETULIO BAUMGARTNER- Alvará n°10812/2009 - Cessionario:815.616/2011-TERRAPLENAGEM BAUMGARTNER LTDA- CPF ou CNPJ 10358432/0001-22
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
815.189/2009-SERFORTE SERV. VIG. E SEG. LTDA- Cessionário:815.619/2011-USINDI MONTAGENS E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ Nº 00986742/0001-38
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(225)
815.261/2007-CARLOS ALBERTO DO AMARAL -AI N°441/11
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.493/2007-CERÂMICA CONSTRULAR LTDA-OF. N°3671/11
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.922/2008-COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA-Cessionário:NAZCA PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 09439146/0001-02- Alvará n°4636/2009
815.892/2010-PRÓTON GRANITO LTDA- Cessionário:PARANÁ GRANITO LTDA- CPF ou CNPJ 80223944/0001-67- Alvará n°7594/2011
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.410/2009-VENEZIA MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE FERRO VELHO LTDA-NOVA VENEZA/SC - Guia n° 65/2011-12.000t-Argila Cerâmica- Validade:01/09/2012
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.177/2004-SERDEL SERVIÇOS DE DRENAGENS E ESCAVAÇÕES LTDA- Área de 49,60 ha para 29,86 ha-Saibro
815.718/2007-JOSE SEVERIANO DA SILVA- Área de 69,97 ha para 48,84 ha-Areia
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
815.255/2003-JOSÉ CARLOS BENDLIN -Alvará N°10.600/2003
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.831/2008-CACHOEIRA ARRENDAMENTOS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.-Água Mineral
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.277/2008-CAROLINA AMALIA BARCELLOS SILVA- Alvará n°5169/2008 - Cessionário: CAMBIRELA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE SILIX LTDA- CNPJ 06215119/0001-68
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.165/1986-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°3750/11
815.293/1993-TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.-OF. N°3705/11
816.169/1995-BRITAGEM SANTA TEREZA LTDA ME-OF. N°3636/11
815.709/1996-GEOELY - GEOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.-OF. N°3991/11
815.264/1997-SULGESSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°3834/11
815.231/2003-COMERCIAL E INDUSTRIAL ALEXANDRO LTDA ME-OF. N°3703/11
815.107/2006-MINERADORA PORTO LTDA ME-OF. N°3683/11
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.448/1989-MIGUEL SOMMARIVA- Alvará n°1658/1993 - Cessionário: MINERAÇÃO CARAHA LTDA- CNPJ 81805418/0001-78
815.725/1996-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.- Alvará n°8894/2005 - Cessionário: TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- CNPJ 03374871/0001-63
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1727)
815.231/2003-COMERCIAL E INDUSTRIAL ALEXANDRO LTDA ME-OF. N°3704/11
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
004.270/1938-INDÚSTRIA CARBONÍFERA RIO DESERTO LTDA- AI N° 581/11
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.256/1997-PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA-OF. N°3853/11
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
815.256/1997-PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA-OF. N°3852/11
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
815.068/2011-URUSSANGA-PREFEITURA
Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
815.675/2005-RIO DOS CEDROS PREFEITURA-OF. N°3680/11

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 105/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
878.121/2007-L.A.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA- AI N°82/2011
878.122/2007-L.A.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA- AI N°83/2011
878.126/2007-L.A.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA- AI N°81/2011
878.127/2007-L.A.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA- AI N°84/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.121/2007-L.A.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA-OF. N°724/2011
878.122/2007-L.A.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA-OF. N°724/2011
878.126/2007-L.A.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA-OF. N°717/2011
878.127/2007-L.A.A.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA-OF. N°724/2011
878.038/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°710/2011
878.039/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°710/2011
878.040/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°710/2011
878.041/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°710/2011
878.042/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°710/2011
878.043/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°710/2011
878.044/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°710/2011
878.045/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°710/2011
878.046/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°710/2011
878.047/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°721/2011
878.048/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°721/2011
878.049/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°721/2011
878.050/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°721/2011
878.051/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°721/2011
878.052/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-OF. N°721/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
801.046/1974-ITAGUASSU AGRO INDUSTRIAL S A-OF. N°726/2011
878.053/2002-CONCESSIONÁRIA ENTRE RIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°722/2011
Intima para apresentar documentos desmembramento de área-Prazo 90 dias(1102)
605.626/1976-PETROLEO BRASILEIRO S A-OF. N°725/2011 (GILZA CALUMBI BARRETTO DA CRUZ - PRAZO 60 DIAS)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.066/2011-CONSTRUTORA VOVÓ NANAN LTDA-Registro de Licença n°153/2011 de 03/10/2011-Vencimento em 30/03/2012
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
878.022/2004-ESCURIAL EMPREENDIMENTOS LTDA

RELAÇÃO Nº 107/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
878.038/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-ALVARÁ N°8807/2008
878.039/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-ALVARÁ N°8808/2008
878.040/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-ALVARÁ N°8809/2008
878.041/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-ALVARÁ N°8810/2008

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

878.042/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-ALVARÁ N°8811/2008
878.043/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-ALVARÁ N°8812/2008
878.044/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-ALVARÁ N°8813/2008
878.045/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-ALVARÁ N°8814/2008
878.046/2008-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA-ALVARÁ N°8815/2008

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 104/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.288/2010-ELETROLIGAS LTDA-OF. N°156/2011 - SFAM/DNPM/TO
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
864.017/2008-ELIANE DE FATIMA MATOS CHAVES-NATIVIDADE/TO - Guia n° 23/2011-6.000Toneladas-Minério de Manganês- Validade:03/05/2013
864.301/2009-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-PALMAS/TO - Guia n° 21/2011-50.000Toneladas-Granito (brita)- Validade:22/12/2011
864.288/2010-ELETROLIGAS LTDA-ALMAS/TO, NATIVIDADE/TO - Guia n° 22/2011-6.000Toneladas-Minério de Manganês- Validade:24/02/2013
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
864.177/2003-EDMUNDO GALDINO DA SILVA-AI N°352/2011 - DNPM/TO
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
864.287/2003-ÁLVARO AGAPITO DE MOURA
864.132/2004-ILDA PEREIRA DO NASCIMENTO
864.193/2004-AILTON LOPES DA CONCEICAO
864.246/2004-BENEDITO CORREA LEITE
Torna sem efeito Auto de Infração - INICIO DE PESQ(1872)
864.096/2002-PAULO ROBERTO BORGES GUIMARÃES- AI N°168/2008 - 17º DST/DNPM/TO
864.223/2002-MINERAÇÃO CANA BRAVA LTDA- AI N°156/2011 - DNPM/TO

RELAÇÃO Nº 105/2011

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
864.045/2005-FAUSTO BATISTA DE LIMA- NOT. N°243/2010 - DNPM/TO
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
864.045/2005-Fausto Batista de Lima . Fausto Batista de Lima- NOT. N°358/2008 - 17º DST/DNPM/TO . 239/2011 - DNPM/TO
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
864.045/2005-FAUSTO BATISTA DE LIMA- AI N°243/2010 - DNPM/TO
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
864.236/2004-SÃO BERNARDO RECURSOS MINERAIS LTDA-DOU de 07/07/2011
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
864.379/2006-CIMENTO TOCANTINS S/A-AI N°228/2011 - DNPM/TO
864.518/2006-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-AI N°234/2011 - DNPM/TO
864.519/2006-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-AI N°227/2011 - DNPM/TO

JOAQUIM TOMAZ DE SOUZA NETO

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Retificação da Portaria publicada no D.O. Nº 232 de 05/12/2005, SEÇÃO I, PAG. 109, que alterou a Portaria INCRA/SR-04 Nº 064, de 17 de novembro de 2005, que criou o Projeto de Assentamento DOM CARMELO SCAMPA, no município de CAIAPÔNIA/GO, publicada no D.O. 230 de 01/12/2005, onde se lê: "...criação de 66 (sessenta e seis) unidades agrícolas familiares..."; leia-se: "...criação de 40 (quarenta) unidades agrícolas familiares...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal, criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei 7.321, de 23 de outubro de 1984, por seu Superintendente, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 11, Capítulo II, Incisos I, II e III do Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, tendo em vista a decisão adotada na sua 242ª Reunião, realizada em 26 de julho de 2011, resolve:

Art. 1° - Aprovar a proposta de doação de bens móveis, para a Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR, que totalizam a importância de R$ 84.162,57 (oitenta e quatro mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), avaliados em R$ 2.943,00 (dois mil, novecentos e quarenta e três reais), pertencentes a esta Autarquia e alocados no acervo patrimonial desta Superintendência Regional no Estado do Paraná, considerados bens inservíveis, classificados como antieconômicos, de acordo com o contido no Processo Administrativo INCRA/SR(09)/Nº 54202.000116/2011-62 e discriminados no Termo de Doação nº 04/2011.

Art. 2° - Autorizar o senhor Superintendente Regional no INCRA, no Estado do Paraná, para uso das atribuições que lhe confere o Inciso VI, artigo 132, do Regimento Interno do INCRA, assinar o respectivo Termo de Doação.

NILTON BEZERRA GUEDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

PORTARIA Nº 42, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/n.º 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 do mesmo mês e ano, e Portaria INCRA/P/Nº 422, de 17 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte,

CONSIDERANDO manifestação da Procuradoria Federal Especializada PFE contida no Processo INCRA/SR-26/TO/nº 54400.001334/2009-63 fls. 243/245, e demais informações constantes do Processo INCRA/SR-26/TO/nº 54400.003420/2007-49, R E S O L V E:

Art. 1º - Anular a Portaria INCRA SR-26/Nº 91 de 06 de dezembro de 2007, publicada no D.O.U. 237 de 11 de dezembro de 2007, seção 1 pág.50 e B.S. nº 51 de 17 de dezembro de 2007, que criou o Projeto de Assentamento Vale do Tapuio, código SIPRA TO0428000, situado no município de Brasilandia do Tocantins/TO.

RUBERVAL GOMES DA SILVA

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 274, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011(*)

Altera a Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011, para prever a publicação de instruções normativas que fixem procedimentos a serem observados nos casos de exclusão de cadastros e mudanças de domicílios pelas famílias beneficiárias.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do art. 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, o inciso V do art. 2º do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o inciso II do art. 5º, do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º O art. 29 da Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29. Os procedimentos a serem observados nas atividades de coleta dos dados de família, de inclusão e exclusão de seus dados cadastrais no CadÚnico, de mudança da família de um município ou de uma das regiões administrativas do Distrito Federal, bem como de atualização e revalidação de dados cadastrais serão detalhados em Instruções Normativas, a serem emitidas pela SENARC, em observância às especificidades e diferenças entre o Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único - Versão 6.05, e o Sistema de Cadastro Único - Versão 7.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 11-10-2011, Seção 1, pág.77, com incorreção no original.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 137, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 56, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em juízo de retratação, e considerando os fundamentos constantes no Parecer Técnico nº 653/2011/CGCEB/DRSP/SNAS/ MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.001855/2009-23, que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, RESOLVE:

Art. 1º Admitir o recurso interposto, nos autos do processo nº 71010.001855/2009-23.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 38, de 12 de janeiro de 2011, que indeferiu o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Art. 3º Certificar a entidade Lar de São José - CNPJ: 28.021.913/0001-03, com sede no Rio de Janeiro/RJ, como Entidade Beneficente de Assistência Social, pelo período de 06/06/2009 a 05/06/2012.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado com antecedência mínima de 6 (seis) meses do termo final de sua validade, em conformidade com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 38, de 12 de janeiro de 2011.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 37, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre a emissão de certificado de origem Formulário A do Sistema Geral de Preferências.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1º Até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2011, alternativamente à apresentação dos documentos exigidos nos incisos II e III do §5º do art. 235 da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, com redação dada pela Portaria SECEX nº 34, de 23 de setembro de 2011, poderão ser apresentados a cópia do conhecimento de embarque e o quadro demonstrativo de preços.

Art. 2º O inciso II do §5º do art. 235 da Portaria SECEX nº 23, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - da Declaração de Cumprimento de Regra de Origem do exportador, observado o modelo de formulário constante na Parte III do Anexo XXIV, em todos os casos;" (NR)

Art. 3º Fica revogado o inciso I do §7º do art. 235 da Portaria SECEX nº 23, de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARTELETO GODINHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 332, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução N.º 390, de 31 de agosto de 2001, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 2º, Parágrafo Primeiro e os termos do Parecer Técnico de Análise N.º 37, de 10 de outubro de 2011, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa AMAZONORTE CARGAS EXPRESS LTDA - ME, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Análise N.º 37/2011 - SPR/CGPRI/COAPI, para a prestação de SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE AÉREO DE CARGAS, MATERIAIS E ENCOMENDAS, habilitando-a a pleitear área no Distrito Industrial Marechal Castello Branco;

Art. 2º - DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - a manutenção do cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

III - o cumprimento das Normas Técnicas do Distrito Industrial Marechal Castello Branco.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLDEMAR IANCK

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 269, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I , aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 30/09/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados na reunião ordinária realizada em 30/09/2011.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão
Substituto

ANEXO I

1 - Processo: 58701.001432/2011-81
Proponente: Liga de Basquete Feminino
Título: Campeonato Nacional Feminino de Basquete 2011 -2012
Registro/ ME: 02SP086232011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.382.129/0001-90
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.492.971,69
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1270 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 19785-8
Período de Captação: da data de publicação até 15/11/2011.
2 - Processo: 58701.001650/2011-16
Proponente: Confederação Brasileira de Judô
Título: Preparação das Seleções de Base - 2012
Registro/ ME: 02RJ014952007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 42.136.804/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 1.695.525,09
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2865 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25731-1
Período de Captação: da data de publicação até 20/01/2012.

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58701.001287/2011-39

No Diário Oficial da União nº 154, de 11 de agosto de 2011, na Seção 1, página 103 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 246/2011, ANEXO I, onde se lê: Título: Top 12 - Adultos; valor aprovado para captação: R$ 149.631,20, e período de captação: da data de publicação até 30/01/2012, leia-se: Título: Aberto de Jovens Internacional do Brasil, valor aprovado para captação: R$ 226.178,20, e período de captação: da data de publicação até 25/08/2012:

Processo Nº 58701.001286/2011-94

No Diário Oficial da União nº 154, de 11 de agosto de 2011, na Seção 1, página 103 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 246/2011, ANEXO I, onde se lê: Título: Aberto de Jovens Internacionais do Brasil; valor aprovado para captação: R$ 226.178,20, e período de captação: da data de publicação até 25/08/2012, leia-se: Título: Top 12 - Adultos, valor aprovado para captação: R$ 149.631,20, e período de captação: da data de publicação até 30/01/2012.

Processo Nº 580701.004093/2010-12

No Diário Oficial da União nº 191, de 04 de outubro de 2011, na Seção 1, página 60 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 263/2011, ANEXO II, onde se lê: Valor aprovado para captação R$ 498.531,61, leia-se: Valor aprovado para captação apos recurso: R$ 600.204,81.

Processo Nº 58701.001089/2011-75

No Diário Oficial da União nº 193, de 06 de outubro de 2011, na Seção 1, página 86 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 265/2011, ANEXO I, onde se lê: Proponente: Fundação Settaportde Responsabilidade Liga de Ciclismo do Litoral do Estado de São Paulo, leia-se: Proponente: Fundação Settaportde Responsabilidade Social e Integração Porto Cidade.

No Diário Oficial da União nº 198, de 14 de outubro de 2011, na Seção 1, página 107 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 268/2011, ANEXO I e II, onde se lê: Ricardo Cappelli - Presidente da Comissão leia-se: Paulo Vieira - Presidente Substituto da Comissão.

Processo Nº 580701.004217/2010-51

No Diário Oficial da União nº 248, de 28 de dezembro de 2010, na Seção 1, página 84 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 176/2011, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação R$ 916.825,84 e Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011, leia-se: Valor aprovado para captação apos recurso: R$ 1.299.997,49 e Período de Captação: da data de publicação até 20/03/2011.

Processo Nº 580701.004180/2010-61

No Diário Oficial da União nº 40, de 25 de fevereiro de 2011, na Seção 1, página 82 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 191/2011, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação R$ 341.973,45, leia-se: Valor aprovado para captação apos recurso: R$ 221.211,68.

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria Nº 84, de 12 de dezembro de 2002, e em conformidade com a Resolução Nº 193, de 05 de maio de 2003, torna público que no período de 1 a 30/09/2011, foi requerida a seguinte solicitação de reserva de disponibilidade hidrica de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, rio Teles Pires, Municípios de Cláudia e Itaúba/Mato Grosso, aproveitamento hidrelétrico Sinop.

FRANCISCO LOPES VIANA

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso da atribuição que lhe confere o item VIII, do art. 22, do anexo I ao Decreto Nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprova a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007;

Considerando a Lei Nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, como parte integrante da Política Nacional de Meio Ambiente.

Considerando as prescrições do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares - PROMOT, instituídos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente por meio da Resolução CONAMA Nº 18, de 6 de maio de 1986, e da Resolução CONAMA Nº 297, de 26 de fevereiro de 2002, respectivamente, e demais resoluções complementares.

Considerando a necessidade de contínua atualização do PROCONVE e do PROMOT, bem como a complementação de seus procedimentos de execução, resolve:

Art.1º Instituir o Sistema de Informação e Serviço do PROCONVE/PROMOT - INFOSERV, como instrumento para a solicitação e emissão da "Licença para o Uso de Configuração de Veículo ou Motor - LCVM", da "Licença para o Uso de Configuração de Ciclomotores, Motociclos e Similares - LCM", suas respectivas "Certidões de Dispensa", e do "Certificado Ambiental para o Uso do Gás Natural em Veículos Automotores - CAGN".

Parágrafo único. O INFOSERV está disponível no "Serviços On-line" do sítio do IBAMA na rede mundial de computadores no endereço "www.ibama.gov.br".

Art.2º Esta Instrução Normativa entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação no Diário Oficial da União.

CURT TRENNEPOHL

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 80, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011

Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Biológica de Serra Negra, localizada no Estado de Pernambuco.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições previstas pelo Decreto Nº 7.515, de 08 de julho de 2011, e pela Portaria Nº 411, de 29 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 01 de novembro de 2010; Considerando o disposto na Lei Nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; Considerando que a Reserva Biológica de Serra Negra, localizada no Estado de Pernambuco, atendeu ao art. 27 da Lei Nº 9.985, de 18 de junho de 2000, no que concerne a elaboração de seu Plano de Manejo; e Considerando que o art. 16 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Biológica de Serra Negra, localizada no Estado de Pernambuco.

Art. 2º - Tornar disponível o texto completo do Plano de Manejo da Serra Negra, no Estado de Pernambuco, e em meio digital, na sede da Unidade de Conservação, no Centro de Documentação e na página do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na internet.

Art. 3º - A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, que será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 81, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Cria a RPPN Rio da Barra.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, nomeado pela Portaria n° 532 de 30 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I do Decreto Nº 7.515, de 8 julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subseqüente; Considerando o disposto no art. 21 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta; no Decreto Nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; e na Instrução Normativa ICMBio Nº 07, de 17 de dezembro de 2009; e Considerando as proposições apresentadas no Processo IBAMA/MMA - ICMBio n° 02070.001446/2009-08, resolve:

Art. 1º - Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN RIO DA BARRA, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 146,2017 ha (cento e quarenta e seis hectares, vinte ares e dezessete centiares), localizada no município de Porto Seguro, Estado da Bahia, de propriedade de Vale do Rio da Barra Empreendimentos S/A, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Fazenda São José, registrado sob a matricula Nº 4.207, R. 8, livro 2, ficha Nº 2, em 14 de março de 2006, no Registro de Imóveis da Comarca de Porto Seguro/BA.

Art. 2º - A RPPN Rio da Barra tem os limites definidos a partir do levantamento topográfico constante no processo citado acima. É composta por 05 (cinco) fragmentos florestais conforme descrição a seguir:

Fragmento 01: com área de 77,1441ha inicia-se no vértice 1, de coordenadas N 8170043.66m e E 489073.87 m; deste, segue confrontando com Fazenda Barrinha, com os seguintes azimutes e distâncias: 38°44'44" e 100.20 m até o vértice 2, de coordenadas N 8170121.81m e E 489136.59m; deste, segue confrontando com Rio da Barra, com os seguintes azimutes e distâncias: 337°27'50" e 10.69 m até o vértice 3, de coordenadas N 8170131.68m e E 489132.49m; 271°37'51" e 37.88 m até o vértice 4, de coordenadas N 8170132.76m e E 489094.62m; 322°04'45" e 15.39 m até o vértice 5, de coordenadas N 8170144.90m e E 489085.16m; 20°00'49" e 15.79 m até o vértice 6, de coordenadas N 8170159.74m e E 489090.57m; 83°40'13" e 24.47 m até o vértice 7, de coordenadas N 8170162.44m e E 489114.89m; 87°32'14" e 24.80 m até o vértice 8, de coordenadas N 8170163.51m e E 489139.67m; 102°30'32" e 25,44 m até o vértice 9, de coordenadas N 8170158.00m e E 489164.50m; 90°00'00" e 22.07 m até o vértice 10, de coordenadas N 8170158.00m e E 489186.58m; 66°04'22" e 27.17 m até o vértice 11, de coordenadas N 8170169.02m e E 489211.41m; 23°13'59" e 41.97 m até o vértice 12, de coordenadas N 8170207.58m e E 489227.96m; 342°38'15" e 61.66 m até o vértice 13, de coordenadas N 8170266.43m e E 489209.56m; 272°35'54" e 30.11 m até o vértice 14, de coordenadas N 8170267.79m e E 489179.48m; 308°56'41" e 36.92 m até o vértice 15, de coordenadas N 8170291.00m e E 489150.77m; 324°57'48" e 33.34 m até o vértice 16, de coordenadas N 8170318.30m e E 489131.63m; 336°34'49" e 55.04 m até o vértice 17, de coordenadas N 8170368.80m e E 489109.75m; 325°48'00" e 43.78 m até o vértice 18, de coordenadas N 8170405.02m e E 489085.14m; 270°00'00" e 40.76 m até o vértice 19, de coordenadas N 8170405.02m e E 489044.38m; 327°57'07" e 29.54 m até o vértice 20, de coordenadas N 8170430.05m e E 489028.71m; 317°57'56" e 42.14 m até o vértice 21, de coordenadas N 8170461.35m e E 489000.49m; 291°46'07" e 33.76 m até o vértice 22, de coordenadas N 8170473.87m e E 488969.14m; 333°50'09" e 46.17 m até o vértice 23, de coordenadas N 8170515.31m e E 488948.79m; 334°23'10" e 56.05 m até o vértice 24, de coordenadas N 8170565.85m e E 488924.56m; 308°52'52" e 58.96 m até o vértice 25, de coordenadas N 8170602.86m e E 488878.66m; 303°38'47" e 50.89 m até o vértice 26, de coordenadas N 8170631.06m e E 488836.29m; 276°19'47" e 31.97 m até o vértice 27, de coordenadas N 8170634.59m e E 488804.51m; 245°24'44" e 46.59 m até o vértice 28, de coordenadas N 8170615.20m e E 488762.14m; 205°22'58" e 37.06 m até o vértice 29, de coordenadas N 8170581.71m e E 488746.26m; 253°19'37" e 36.86 m até o vértice 30, de coordenadas N 8170571.14m e E 488710.95m; 303°38'47" e 31.81 m até o vértice 31, de coordenadas N 8170588.76m e E

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

488684.47m; 334°29'60" e 41.01 m até o vértice 32, de coordenadas N 8170625.77m e E 488666.82m; 345°26'33" e 49.16 m até o vértice 33, de coordenadas N 8170673.36m e E 488654.46m; 350°18'16" e 36.46 m até o vértice 34, de coordenadas N 8170709.30m e E 488648.32m; 317°57'57" e 23.87 m até o vértice 35, de coordenadas N 8170727.03m e E 488632.34m; 294°44'21" e 25.42 m até o vértice 36, de coordenadas N 8170737.66m e E 488609.25m; 250°02'50" e 41.56 m até o vértice 37, de coordenadas N 8170723.48m e E 488570.19m; 238°26'05" e 27.09 m até o vértice 38, de coordenadas N 8170709.30m e E 488547.10m; 263°40'13" e 16.08 m até o vértice 39, de coordenadas N 8170707.53m e E 488531.12m; 232°10'16" e 20.23 m até o vértice 40, de coordenadas N 8170695.12m e E 488515.14m; 248°13'52" e 19.12 m até o vértice 41, de coordenadas N 8170688.03m e E 488497.38m; 261°16'05" e 23.36 m até o vértice 42, de coordenadas N 8170684.48m e E 488474.30m; 314°57'09" e 17.56 m até o vértice 43, de coordenadas N 8170696.89m e E 488461.87m; 279°26'49" e 21.60 m até o vértice 44, de coordenadas N 8170700.44m e E 488440.56m; 219°51'08" e 13.86 m até o vértice 45, de coordenadas N 8170689.80m e E 488431.68m; 270°00'00" e 19.53 m até o vértice 46, de coordenadas N 8170689.80m e E 488412.15m; 314°57'10" e 22.58 m até o vértice 47, de coordenadas N 8170705.75m e E 488396.17m; 266°38'21" e 30.24 m até o vértice 48, de coordenadas N 8170703.98m e E 488365.98m; 265°46'14" e 48.08 m até o vértice 49, de coordenadas N 8170700.44m e E 488318.03m; 293°06'41" e 45.11 m até o vértice 50, de coordenadas N 8170718.14m e E 488276.55m; 314°57'09" e 22.01 m até o vértice 51, de coordenadas N 8170733.69m e E 488260.97m; 280°36'09" e 23.05 m até o vértice 52, de coordenadas N 8170737.94m e E 488238.31m; 246°50'09" e 21.57 m até o vértice 53, de coordenadas N 8170729.45m e E 488218.48m; 247°39'12" e 26.03 m até o vértice 54, de coordenadas N 8170719.55m e E 488194.41m; 303°38'47" e 15.31 m até o vértice 55, de coordenadas N 8170728.04m e E 488181.66m; 292°35'10" e 18.41 m até o vértice 56, de coordenadas N 8170735.11m e E 488164.67m; 245°15'39" e 20.27 m até o vértice 57, de coordenadas N 8170726.62m e E 488146.26m; 264°34'07" e 29.87 m até o vértice 58, de coordenadas N 8170723.80m e E 488116.51m; 303°38'47" e 30.62 m até o vértice 59, de coordenadas N 8170740.76m e E 488091.02m; 316°36'37" e 35.65 m até o vértice 60, de coordenadas N 8170766.67m e E 488066.53m; 267°25'46" e 31.94 m até o vértice 61, de coordenadas N 8170765.24m e E 488034.62m; 227°53'01" e 7.59 m até o vértice 62, de coordenadas N 8170760.15m e E 488028.99m; 180°58'41" e 12.30 m até o vértice 63, de coordenadas N 8170747.85m e E 488028.78m; 234°31'47" e 16.79 m até o vértice 64, de coordenadas N 8170738.11m e E 488015.11m; 251°42'14" e 16.98 m até o vértice 65, de coordenadas N 8170732.78m e E 487998.99m; 236°32'21" e 12.48 m até o vértice 66, de coordenadas N 8170725.90m e E 487988.58m; 186°25'04" e 8.14 m até o vértice 67, de coordenadas N 8170717.81m e E 487987.67m; 131°55'10" e 13.82 m até o vértice 68, de coordenadas N 8170708.58m e E 487997.95m; 152°55'29" e 14.57 m até o vértice 69, de coordenadas N 8170695.61m e E 488004.58m; 211°45'38" e 46.87 m até o vértice 70, de coordenadas N 8170655.76m e E 487979.91m; 221°50'50" e 25.84 m até o vértice 71, de coordenadas N 8170636.51m e E 487962.67m; 249°51'20" e 21.84 m até o vértice 72, de coordenadas N 8170628.99m e E 487942.17m; 291°51'31" e 24.15 m até o vértice 73, de coordenadas N 8170637.98m e E 487919.76m; 277°31'10" e 12.61 m até o vértice 74, de coordenadas N 8170639.63m e E 487907.26m; 223°45'06" e 39.93 m até o vértice 75, de coordenadas N 8170610.79m e E 487879.65m; 259°14'04" e 42.72 m até o vértice 76, de coordenadas N 8170602.81m e E 487837.68m; 254°25'50" e 22.39 m até o vértice 77, de coordenadas N 8170596.80m e E 487816.11m; 299°00'03" e 18.63 m até o vértice 78, de coordenadas N 8170605.83m e E 487799.82m; 337°56'44" e 15.98 m até o vértice 79, de coordenadas N 8170620.64m e E 487793.82m; 288°38'05" e 19.06 m até o vértice 80, de coordenadas N 8170626.73m e E 487775.76m; 310°11'01" e 26.78 m até o vértice 81, de coordenadas N 8170644.01m e E 487755.30m; 330°34'25" e 24.99 m até o vértice 82, de coordenadas N 8170665.78m e E 487743.02m; 18°01'59" e 22.10 m até o vértice 83, de coordenadas N 8170686.79m e E 487749.86m; 44°56'09" e 18.94 m até o vértice 84, de coordenadas N 8170700.20m e E 487763.24m; 7°29'24" e 18.10 m até o vértice 85, de coordenadas N 8170718.15m e E 487765.60m; 281°10'20" e 21.21 m até o vértice 86, de coordenadas N 8170722.26m e E 487744.79m; 321°44'42" e 16.13 m até o vértice 87, de coordenadas N 8170734.93m e E 487734.80m; 24°13'47" e 13.72 m até o vértice 88, de coordenadas N 8170747.44m e E 487740.43m; 332°11'11" e 6.77 m até o vértice 89, de coordenadas N 8170753.43m e E 487737.27m; 283°40'39" e 16.66 m até o vértice 90, de coordenadas N 8170757.37m e E 487721.08m; 272°40'20" e 20.16 m até o vértice 91, de coordenadas N 8170758.31m e E 487700.94m; 277°57'53" e 16.67 m até o vértice 92, de coordenadas N 8170760.62m e E 487684.43m; 296°58'30" e 15.63 m até o vértice 93, de coordenadas N 8170767.71m e E 487670.50m; 264°20'17" e 23.41 m até o vértice 94, de coordenadas N 8170765.40m e E 487647.20m; 296°39'16" e 14.31 m até o vértice 95, de coordenadas N 8170771.82m e E 487634.41m; 280°20'58" e 13.80 m até o vértice 96, de coordenadas N 8170774.30m e E 487620.83m; 220°39'47" e 19.08 m até o vértice 97, de coordenadas N 8170759.83m e E 487608.40m; 261°15'34" e 15.79 m até o vértice 98, de coordenadas N 8170757.43m e E 487592.79m; 309°00'48" e 12.41 m até o vértice 99, de coordenadas N 8170765.24m e E 487583.15m; 328°36'02" e 15.34 m até o vértice 100, de coordenadas N 8170778.33m e E 487575.16m; 262°23'02" e 26.48 m até o vértice 101, de coordenadas N 8170774.82m e E 487548.91m; 233°49'32" e 13.18 m até o vértice 102, de coordenadas N 8170767.04m e E 487538.27m; 208°52'17" e 20.67 m até o vértice 103, de coordenadas N 8170748.94m e E 487528.29m; 250°30'31" e 27.78 m até o vértice 104, de coordenadas N 8170739.67m e E 487502.10m; 272°39'41" e 16.37 m até o vértice 105, de coordenadas N 8170740.43m e E 487485.75m; 315°25'16" e 12.51 m até o vértice 106, de coordenadas N 8170749.34m e E 487476.97m; 288°06'24" e 11.04 m até o vértice 107, de coordenadas N 8170752.77m e E 487466.48m; 29°14'56" e 19.77 m até o vértice 108, de coordenadas N 8170770.02m e E 487476.14m; 339°54'30" e 46.93 m até o vértice 109, de coordenadas N 8170814.09m e E 487460.02m; 294°27'28" e 47.92 m até o vértice 110, de coordenadas N 8170833.93m e E 487416.40m; deste, segue confrontando com RPPN Rio do Brasil, com os seguintes azimutes e distâncias: 183°23'49" e 61.00 m até o vértice 111, de coordenadas N 8170773.04m e E 487412.79m; 201°21'57" e 187.72 m até o vértice 112, de coordenadas N 8170598.22m e E 487344.40m; 205°33'25" e 133.08 m até o vértice 113, de coordenadas N 8170478.16m e E 487286.99m; deste, segue confrontando com Fazenda Trancoso, com os seguintes azimutes e distâncias: 105°57'45" e 225.73 m até o vértice 114, de coordenadas N 8170416.08m e E 487504.01m; deste, segue confrontando com remanescente, com os seguintes azimutes e distâncias: 80°09'03" e 64.20 m até o vértice 115, de coordenadas N 8170427.06m e E 487567.27m; 118°02'41" e 30.75 m até o vértice 116, de coordenadas N 8170412.61m e E 487594.40m; 77°26'47" e 35.31 m até o vértice 117, de coordenadas N 8170420.28m e E 487628.87m; 69°15'08" e 26.32 m até o vértice 118, de coordenadas N 8170429.61m e E 487653.48m; 129°22'18" e 36.61 m até o vértice 119, de coordenadas N 8170406.39m e E 487681.78m; 136°41'13" e 25.08 m até o vértice 120, de coordenadas N 8170388.13m e E 487698.99m; 97°00'45" e 39.75 m até o vértice 121, de coordenadas N 8170383.28m e E 487738.44m; 110°29'18" e 78.18 m até o vértice 122, de coordenadas N 8170355.92m e E 487811.67m; 124°22'59" e 108.45 m até o vértice 123, de coordenadas N 8170294.67m e E 487901.18m; 213°32'39" e 42.78 m até o vértice 124, de coordenadas N 8170259.02m e E 487877.54m; 163°52'55" e 49.15 m até o vértice 125, de coordenadas N 8170211.80m e E 487891.19m; 148°11'33" e 59.02 m até o vértice 126, de coordenadas N 8170161.64m e E 487922.30m; 64°19'14" e 4.93 m até o vértice 127, de coordenadas N 8170163.78m e E 487926.74m; 65°24'43" e 127.57 m até o vértice 128, de coordenadas N 8170216.86m e E 488042.74m; 58°03'27" e 116.37 m até o vértice 129, de coordenadas N 8170278.42m e E 488141.49m; 70°25'24" e 83.50 m até o vértice 130, de coordenadas N 8170306.40m e E 488220.16m; 100°15'03" e 68.63 m até o vértice 131, de coordenadas N 8170294.18m e E 488287.70m; 89°55'47" e 50.37 m até o vértice 132, de coordenadas N 8170294.25m e E 488338.07m; 111°51'11" e 71.43 m até o vértice 133, de coordenadas N 8170267.66m e E 488404.36m; 112°28'53" e 68.41 m até o vértice 134, de coordenadas N 8170241.50m e E 488467.58m; 120°07'24" e 75.53 m até o vértice 135, de coordenadas N 8170203.60m e E 488532.90m; 131°13'23" e 54.92 m até o vértice 136, de coordenadas N 8170167.40m e E 488574.21m; 154°12'51" e 41.82 m até o vértice 137, de coordenadas N 8170129.75m e E 488592.40m; 140°55'11" e 44.70 m até o vértice 138, de coordenadas N 8170095.05m e E 488620.58m; 56°55'54" e 123.86 m até o vértice 139, de coordenadas N 8170162.64m e E 488724.38m; 123°33'24" e 126.41 m até o vértice 140, de coordenadas N 8170092.76m e E 488829.72m; 147°07'03" e 162.37 m até o vértice 141, de coordenadas N 8169956.40m e E 488917.88m; 45°13'37" e 92.92 m até o vértice 142, de coordenadas N 8170021.85m e E 488983.84m; 64°04'30" e 40.85 m até o vértice 143, de coordenadas N 8170039.71m e E 489020.58m; 85°45'56" e 53.44 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Fragmento 02: com área de 18,0888ha, inicia-se no vértice 1, de coordenadas N 8169974.05m e E 488476.85 m; deste, segue confrontando com remanescente, com os seguintes azimutes e distâncias: 5°07'12" e 63.07 m até o vértice 2, de coordenadas N 8170036.87m e E 488482.48m; 60°18'49" e 90.81 m até o vértice 3, de coordenadas N 8170081.85m e E 488561.37m; 320°55'11" e 23.95 m até o vértice 4, de coordenadas N 8170100.44m e E 488546.27m; 334°12'51" e 37.10 m até o vértice 5, de coordenadas N 8170133.84m e E 488530.13m; 311°13'23" e 38.61 m até o vértice 6, de coordenadas N 8170159.29m e E 488501.09m; 300°07'24" e 66.63 m até o vértice 7, de coordenadas N 8170192.72m e E 488443.47m; 292°28'53" e 64.49 m até o vértice 8, de coordenadas N 8170217.38m e E 488383.88m; 291°51'11" e 60.61 m até o vértice 9, de coordenadas N 8170239.94m e E 488327.62m; 269°55'47" e 44.76 m até o vértice 10, de coordenadas N 8170239.89m e E 488282.86m; 280°15'03" e 59.08 m até o vértice 11, de coordenadas N 8170250.40m e E 488224.73m; 250°25'24" e 63.16 m até o vértice 12, de coordenadas N 8170229.24m e E 488165.22m; 238°03'27" e 113.97 m até o vértice 13, de coordenadas N 8170168.94m e E 488068.51m; 245°24'43" e 130.54 m até o vértice 14, de coordenadas N 8170114.62m e E 487949.80m; 123°02'21" e 118.87 m até o vértice 15, de coordenadas N 8170049.81m e E 488049.45m; 208°10'27" e 62.55 m até o vértice 16, de coordenadas N 8169994.68m e E 488019.92m; 192°10'36" e 60.00 m até o vértice 17, de coordenadas N 8169936.03m e E 488007.26m; 109°37'30" e 43.07 m até o vértice 18, de coordenadas N 8169921.56m e E 488047.83m; 139°06'48" e 51.07 m até o vértice 19, de coordenadas N 8169882.95m e E 488081.26m; 126°10'48" e 50.76 m até o vértice 20, de coordenadas N 8169852.98m e E 488122.23m; 115°04'58" e 52.02 m até o vértice 21, de coordenadas N 8169830.93m e E 488169.35m; 123°46'16" e 50.07 m até o vértice 22, de coordenadas N 8169803.10m e E 488210.96m; 102°02'52" e 57.29 m até o vértice 23, de coordenadas N 8169791.14m e E 488266.99m; 101°17'46" e 54.22 m até o vértice 24, de coordenadas N 8169780.52m e E 488320.16m; 101°19'45" e 47.72 m até o vértice 25, de coordenadas N 8169771.15m e E 488366.95m; 104°05'45" e 8.41 m até o vértice 26, de coordenadas N 8169769.10m e E 488375.10m; 17°51'57" e 26.60 m até o vértice 27, de coordenadas N 8169794.42m e E 488383.26m; 38°19'09" e 67.74 m até o vértice 28, de coordenadas N 8169847.56m e E 488425.26m; 19°03'15" e 43.19 m até o vértice 29, de coordenadas N 8169888.38m e E 488439.36m; 23°38'04" e 93.51 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Fragmento 03: com área de 3,4627ha inicia-se no vértice 1, de coordenadas N 8169837.04m e E 488051.47 m; deste, segue confrontando com remanescente, com os seguintes azimutes e distâncias: 123°49'34" e 25.44 m até o vértice 2, de coordenadas N 8169822.88m e E 488072.60m; 120°59'12" e 33.83 m até o vértice 3, de coordenadas N 8169805.46m e E 488101.60m; 116°30'12" e 35.97 m até o vértice 4, de coordenadas N 8169789.41m e E 488133.80m; 116°00'59" e 27.85 m até o vértice 5, de coordenadas N 8169777.19m e E 488158.82m; 130°22'04" e 33.95 m até o vértice 6, de coordenadas N 8169755.21m e E 488184.68m; 102°17'45" e 6.69 m até o vértice 7, de coordenadas N 8169753.78m e E 488191.22m; 179°30'49" e 70.96 m até o vértice 8, de coordenadas N 8169682.82m e E 488191.82m; 204°39'47" e 74.71 m até o vértice 9, de coordenadas N 8169614.93m e E 488160.65m; 242°54'07" e 27.06 m até o vértice 10, de coordenadas N 8169602.60m e E 488136.56m; 271°56'12" e 47.41 m até o vértice 11, de coordenadas N 8169604.21m e E 488089.18m; 317°35'34" e 11.18 m até o vértice 12, de coordenadas N 8169612.46m e E 488081.64m; 298°41'02" e 28.02 m até o vértice 13, de coordenadas N 8169625.91m e E 488057.06m; 349°40'03" e 43.86 m até o vértice 14, de coordenadas N 8169669.06m e E 488049.20m; 316°55'05" e 60.23 m até o vértice 15, de coordenadas N 8169713.05m e E 488008.06m; 332°16'50" e 43.30 m até o vértice 16, de coordenadas N 8169751.38m e E 487987.91m; 355°03'43" e 18.61 m até o vértice 17, de coordenadas N 8169769.92m e E 487986.31m; 11°04'25" e 36.33 m até o vértice 18, de coordenadas N 8169805.58m e E 487993,29m; 1°01'15" e 78.71 m até o vértice 19, de coordenadas N 8169884.27m e E 487994.69m; 112°38'23" e 21.86 m até o vértice 20, de coordenadas N 8169875.86m e E 488014.87m; 135°12'54" e 21.27 m até o vértice 21, de coordenadas N 8169860.76m e E 488029.86m; 137°39'47" e 32.08 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Fragmento 04: com área de 2,0950ha, inicia-se no vértice 1, de coordenadas N 8169740.03m e E 488725.96 m; deste, segue confrontando com remanescente, com os seguintes azimutes e distâncias: 283°59'04" e 50.62 m até o vértice 2, de coordenadas N 8169752.27m e E 488676.83m; 259°34'01" e 39.94 m até o vértice 3, de coordenadas N 8169745.03m e E 488637.56m; 338°17'45" e 42.02 m até o vértice 4, de coordenadas N 8169784.07m e E 488622.02m; 66°10'02" e 38.17 m até o vértice 5, de coordenadas N 8169799.49m e E 488656.93m; 33°41'11" e 34.26 m até o vértice 6, de coordenadas N 8169828.00m e E 488675.93m; 358°32'01" e 49.80 m até o vértice 7, de coordenadas N 8169877.78m e E 488674.66m; 331°57'09" e 46.40 m até o vértice 8, de coordenadas N 8169918.73m e E 488652.84m; 115°31'49" e 59.42 m até o vértice 9, de coordenadas N 8169893.12m e E 488706.46m; 141°49'29" e 66.00 m até o vértice 10, de coordenadas N 8169841.24m e E 488747.25m; 132°10'54" e 63.13 m até o vértice 11, de coordenadas N 8169798.85m e E 488794.03m; 120°05'24" e 116.96 m até o vértice 12, de coordenadas N 8169740.22m e E 488895.22m; 261°06'26" e 120.40 m até o vértice 13, de coordenadas N 8169721.60m e E 488776.28m; 290°06'55" e 53.59 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Fragmento 05: com área de 45,4111ha, inicia-se no vértice 1, de coordenadas N 8169774.33m e E 487753.42 m; deste, segue confrontando com Fazenda Trancoso, com os seguintes azimutes e distâncias: 180°57'45" e 537.70 m até o vértice 2, de coordenadas N 8169236.71m e E 487744.38m; deste, segue confrontando com remanescente, com os seguintes azimutes e distâncias: 49°23'59" e 225.68 m até o vértice 3, de coordenadas N 8169383.58m e E 487915.74m; 66°45'01" e 36.41 m até o vértice 4, de coordenadas N 8169397.95m e E 487949.19m; 105°13'05" e 52.94 m até o vértice 5, de coordenadas N 8169384.06m e E 488000.28m; 121°57'03" e 82.60 m até o vértice 6, de coordenadas N 8169340.34m e E 488070.37m; 97°46'20" e 77.28 m até o vértice 7, de coordenadas N 8169329.89m e E 488146.94m; 121°51'30" e 152.84 m até o vértice 8, de coordenadas N 8169249.22m e E 488276.76m; 115°59'06" e 69.98 m até o vértice 9, de coordenadas N 8169218.56m e E 488339.67m; 220°39'26" e 52.53 m até o vértice 10, de coordenadas N 8169178.71m e E 488305.45m; 249°35'07" e 240.39 m até o vértice 11, de coordenadas N 8169094.86m e E 488080.15m; 255°58'10" e 90.70 m até o vértice 12, de coordenadas N 8169072.87m e E 487992.15m; deste, segue confrontando com Corrego do Entulho, com os seguintes azimutes e distâncias: 131°37'45" e 178.68 m até o vértice 13, de coordenadas N 8168954.17m e E 488125.71m; 74°12'45" e 278.00 m até o vértice 14, de coordenadas N 8169029.80m e E 488393.22m; 121°27'45" e 110.00 m até o vértice 15, de coordenadas N 8168972.39m e E 488487.05m; 112°32'45" e 80.00 m até o vértice 16, de coordenadas N 8168941.71m e E 488560.94m; 66°42'45" e 120.00 m até o vértice 17, de coordenadas N 8168989.16m e E 488671.16m; 51°57'45" e 42.00 m até o vértice 18, de coordenadas N 8169015.04m e E 488704.24m; 78°57'45" e 52.00 m até o vértice 19, de coordenadas N 8169024.99m e E 488755.28m; 94°12'45" e 40.00 m até o vértice 20, de coordenadas N 8169022.05m e E 488795.17m; 56°42'45" e 90.00 m até o vértice 21, de coordenadas N 8169071.45m e E 488870.40m; 19°42'45" e 35.00 m até o vértice 22, de coordenadas N 8169104.40m e E 488882.21m; 40°12'45" e 76.00 m até o vértice 23, de coordenadas N 8169162.44m e E 488931.28m; 58°32'45" e 150.00 m até o vértice 24, de coordenadas N 8169240.71m e E 489059.24m; 80°42'45" e 50.00 m até o vértice 25, de coordenadas N 8169248.78m e E 489108.58m; 97°22'45" e 100.00 m até o vértice 26, de coordenadas N 8169235.93m e E 489207.75m; 113°57'45" e 89.65 m até o vértice 27, de coordenadas N 8169199.52m e E 489289.67m; deste, segue confrontando com remanescente, com os seguintes azimutes e distâncias: 333°26'30" e 54.43 m até o vértice 28, de coordenadas N 8169248.21m e E 489265.33m; 17°38'36" e 23.51 m até o vértice 29, de coordenadas N 8169270.62m e E 489272.46m; 73°01'23" e 15.98 m até o vértice 30, de coordenadas N 8169275.28m e E 489287.74m; 93°34'17" e 58.39 m até o vértice 31, de coordenadas N 8169271.65m e E 489346.01m; 113°31'48" e 42.47 m até o vértice 32, de co-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA AIU

ordenadas N 8169254.69m e E 489384.95m; 316°31'11" e 23.00 m até o vértice 33, de coordenadas N 8169271.38m e E 489369.12m; 301°05'00" e 73.06 m até o vértice 34, de coordenadas N 8169309.10m e E 489306.55m; 295°41'35" e 71.14 m até o vértice 35, de coordenadas N 8169339.94m e E 489242.45m; 306°47'52" e 41.39 m até o vértice 36, de coordenadas N 8169364.74m e E 489209.31m; 331°00'45" e 90.28 m até o vértice 37, de coordenadas N 8169443.71m e E 489165.55m; 322°09'03" e 60.76 m até o vértice 38, de coordenadas N 8169491.69m e E 489128.27m; 298°38'05" e 63.67 m até o vértice 39, de coordenadas N 8169522.20m e E 489072.39m; 316°31'11" e 45.72 m até o vértice 40, de coordenadas N 8169555.38m e E 489040.93m; 322°28'51" e 101.69 m até o vértice 41, de coordenadas N 8169636.03m e E 488979.00m; 326°10'45" e 41.47 m até o vértice 42, de coordenadas N 8169670.48m e E 488955.91m; 272°41'07" e 58.36 m até o vértice 43, de coordenadas N 8169673.22m e E 488897.62m; 265°02'01" e 45.56 m até o vértice 44, de coordenadas N 8169669.27m e E 488852.23m; 124°19'10" e 55.41 m até o vértice 45, de coordenadas N 8169638.03m e E 488897.99m; 143°41'03" e 38.08 m até o vértice 46, de coordenadas N 8169607.35m e E 488920.55m; 154°02'04" e 91.84 m até o vértice 47, de coordenadas N 8169524.78m e E 488960.76m; 150°22'11" e 66.28 m até o vértice 48, de coordenadas N 8169467.17m e E 488993.52m; 144°02'43" e 47.32 m até o vértice 49, de coordenadas N 8169428.86m e E 489021.31m; 132°17'17" e 32.04 m até o vértice 50, de coordenadas N 8169407.30m e E 489045.01m; 146°24'12" e 29.01 m até o vértice 51, de coordenadas N 8169383.14m e E 489061.06m; 174°53'50" e 30.41 m até o vértice 52, de coordenadas N 8169352.85m e E 489063.77m; 227°47'46" e 18.45 m até o vértice 53, de coordenadas N 8169340.45m e E 489050.10m; 259°04'47" e 73.32 m até o vértice 54, de coordenadas N 8169326.56m e E 488978.11m; 250°46'39" e 39.49 m até o vértice 55, de coordenadas N 8169313.56m e E 488940.82m; 261°15'39" e 55.71 m até o vértice 56, de coordenadas N 8169305.10m e E 488885.75m; 205°24'34" e 48.37 m até o vértice 57, de coordenadas N 8169261.41m e E 488865.00m; 235°33'36" e 50.17 m até o vértice 58, de coordenadas N 8169233.04m e E 488823.63m; 218°04'56" e 28.33 m até o vértice 59, de coordenadas N 8169210.74m e E 488806.15m; 259°43'16" e 32.08 m até o vértice 60, de coordenadas N 8169205.01m e E 488774.59m; 304°58'38" e 31.26 m até o vértice 61, de coordenadas N 8169222.93m e E 488748.98m; 336°09'10" e 93.31 m até o vértice 62, de coordenadas N 8169308.28m e E 488711.25m; 340°28'25" e 122.63 m até o vértice 63, de coordenadas N 8169423.85m e E 488670.26m; 330°15'12" e 56.24 m até o vértice 64, de coordenadas N 8169472.68m e E 488642.36m; 324°57'46" e 68.36 m até o vértice 65, de coordenadas N 8169528.65m e E 488603.11m; 308°47'58" e 37.36 m até o vértice 66, de coordenadas N 8169552.06m e E 488574.00m; 332°28'59" e 29.63 m até o vértice 67, de coordenadas N 8169578.34m e E 488560.31m; 282°19'43" e 75.29 m até o vértice 68, de coordenadas N 8169594.41m e E 488486.76m; 296°07'02" e 56.86 m até o vértice 69, de coordenadas N 8169619.45m e E 488435.70m; 297°48'08" e 41.30 m até o vértice 70, de coordenadas N 8169638.71m e E 488399.17m; 310°42'52" e 25.49 m até o vértice 71, de coordenadas N 8169655.34m e E 488379.84m; 330°16'05" e 40.93 m até o vértice 72, de coordenadas N 8169690.87m e E 488359.55m; 344°21'32" e 22.82 m até o vértice 73, de coordenadas N 8169712.85m e E 488353.40m; 278°56'03" e 27.55 m até o vértice 74, de coordenadas N 8169717.13m e E 488326.18m; 283°07'34" e 113.92 m até o vértice 75, de coordenadas N 8169743.00m e E 488215.24m; 177°47'19" e 48.83 m até o vértice 76, de coordenadas N 8169694.20m e E 488217.12m; 121°24'52" e 17.79 m até o vértice 77, de coordenadas N 8169684.93m e E 488232.30m; 139°57'59" e 33.12 m até o vértice 78, de coordenadas N 8169659.57m e E 488253.61m; 155°53'41" e 39.95 m até o vértice 79, de coordenadas N 8169623.10m e E 488269.92m; 142°24'28" e 52.21 m até o vértice 80, de coordenadas N 8169581.74m e E 488301.77m; 131°01'03" e 64.31 m até o vértice 81, de coordenadas N 8169539.53m e E 488350.29m; 121°39'22" e 66.07 m até o vértice 82, de coordenadas N 8169504.85m e E 488406.53m; 117°56'57" e 65.47 m até o vértice 83, de coordenadas N 8169474.17m e E 488464.37m; 132°48'43" e 73.51 m até o vértice 84, de coordenadas N 8169424.21m e E 488518.29m; 132°20'16" e 62.21 m até o vértice 85, de coordenadas N 8169382.32m e E 488564.27m; 154°49'52" e 116.35 m até o vértice 86, de coordenadas N 8169277.02m e E 488613.75m; 158°08'23" e 37.97 m até o vértice 87, de coordenadas N 8169241.77m e E 488627.89m; 169°16'10" e 69.55 m até o vértice 88, de coordenadas N 8169173.44m e E 488640.84m; 183°13'25" e 31.12 m até o vértice 89, de coordenadas N 8169142.37m e E 488639.09m; 220°28'57" e 33.50 m até o vértice 90, de coordenadas N 8169116.89m e E 488617.34m; 260°24'39" e 28.79 m até o vértice 91, de coordenadas N 8169112.09m e E 488588.96m; 299°59'12" e 29.23 m até o vértice 92, de coordenadas N 8169126.70m e E 488563.64m; 282°33'26" e 27.28 m até o vértice 93, de coordenadas N 8169132.63m e E 488537.01m; 292°51'17" e 23.46 m até o vértice 94, de coordenadas N 8169141.74m e E 488515.40m; 309°22'05" e 57.33 m até o vértice 95, de coordenadas N 8169178.11m e E 488471.07m; 333°14'07" e 16.10 m até o vértice 96, de coordenadas N 8169192.48m e E 488463.82m; 357°40'39" e 27.09 m até o vértice 97, de coordenadas N 8169219.55m e E 488462.72m; 337°50'29" e 22.91 m até o vértice 98, de coordenadas N 8169240.77m e E 488454.09m; 325°39'13" e 23.11 m até o vértice 99, de coordenadas N 8169259.84m e E 488441.05m; 321°30'46" e 36.96 m até o vértice 100, de coordenadas N 8169288.78m e E 488418.04m; 305°30'31" e 65.34 m até o vértice 101, de coordenadas N 8169326.73m e E 488364.86m; 294°09'33" e 59.14 m até o vértice 102, de coordenadas N 8169350.93m e E 488310.90m; 302°07'39" e 49.09 m até o vértice 103, de coordenadas N 8169377.04m e E 488269.33m; 317°46'55" e 19.74 m até o vértice 104, de coordenadas N 8169391.66m e E 488256.06m; 349°53'50" e 66.44 m até o vértice 105, de coordenadas N 8169457.06m e E 488244.41m; 325°08'56" e 32.17 m até o vértice 106, de coordenadas N 8169483.46m e E 488226.03m; 329°42'22" e 29.91 m até o vértice 107, de coordenadas N 8169509.29m e E 488210.94m; 255°32'20" e 23.45 m até o vértice 108, de coordenadas N 8169503.43m e E 488188.23m; 181°36'47" e 66.17 m até o vértice 109, de coordenadas N 8169437.29m e E 488186.36m; 289°05'03" e 44.61 m até o vértice 110, de coordenadas N 8169451.88m e E 488144.20m; 290°58'52" e 73.94 m até o vértice 111, de coordenadas N 8169478.35m e E 488075.16m; 295°24'16" e 89.25 m até o vértice 112, de coordenadas N 8169516.64m e E 487994.55m; 311°45'24" e 57.75 m até o vértice 113, de coordenadas N 8169555.10m e E 487951.47m; 317°54'21" e 295.45 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº. 39°00'00" W, tendo como datum o SAD 69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º - A RPPN será administrada pelo proprietário do imóvel, ou representante legal, que serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º - As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 82, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Iquê/MT.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto Nº 7.515, de 8 de julho de 2011, e pela Portaria Nº 411-MMA, de 29 de outubro de 2010, Considerando o disposto no art. 29, da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como, os art. 17 a 20 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICM Nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação Federais; Considerando o Decreto s/nº, de 02 de junho de 1981, que criou a Estação Ecológica de Iquê, no estado de Mato Grosso; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICM Nº 02070.001607/2011-70, resolve:

Art. 1º - Criar o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Iquê, com a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos seus objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º O Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Iquê é composto por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

II - Pólo de Juína/MT do Centro de Formação de Professores - CEFAPRO, sendo um titular e um suplente;

III - Coordenação Regional de Juína/MT da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sendo um titular e um suplente;

IV - Gerência Executiva em Juína/MT do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, sendo um titular e um suplente;

V - Campus em Juína/MT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFMT, sendo um titular e um suplente;

VI - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SAMMA da Prefeitura de Juína/MT, sendo um titular e um suplente;

VII - Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Juína/MT, sendo um titular e um suplente;

VIII - Diretoria de Unidades Desconcentradas de Juína/MT da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sendo um titular e um suplente;

DA SOCIEDADE CIVIL:

IX - Associação Indígena Enawene Nawe, sendo um titular e um suplente;

X - Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente de Juína/MT, sendo um titular e um suplente;

XI - Operação Amazônia Nativa - OPAN, sendo um titular e um suplente;

XII - Sindicato das Indústrias Madeireiras e Moveleiras do Noroeste de MT - SIMNO, sendo um titular e um suplente; e

XIII - Sindicato Rural de Juína, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Estação Ecológica de Iquê, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo serão estabelecidos em seu regimento interno.

§1º O Conselho Consultivo deverá elaborar seu regimento interno no prazo de noventa dias, contados a partir da data de posse.

§2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer proposta de modificação na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 83, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

Renova o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Contendas do Sincorá/BA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto Nº 7.515, de 8 julho de 2011, e pela Portaria Nº 411-MMA, de 29 de outubro de 2010, Considerando o disposto no art. 17, § 5º, da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como, os arts. 17 a 20 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICM Nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação Federais; Considerando o Decreto s/nº, de 21 de setembro de 1999, que criou a Floresta Nacional de Contendas do Sincorá, no Estado da Bahia; Considerando a Portaria IBAMA Nº 46, de 11 de junho de 2005, que criou o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Contendas do Sincorá; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo IBAMA Nº 02006.006566/2004-52, RESOLVE:

Art. 1º - Renovar o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Contendas do Sincorá, com a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos seus objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º - O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Contendas do Sincorá é composto por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, sendo um titular e um suplente;

II - Escritório Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em Vitória da Conquista/BA, sendo um titular e um suplente;

III - Regional de Vitória da Conquista/BA da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA do Estado da Bahia, sendo um titular e um suplente;

IV - Empresa Baiana de Água e Saneamento S/A - EMBASA, sendo um titular e um suplente;

V - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuária - EBDA, sendo um titular e um suplente;

VI - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sendo um titular e um suplente;

VII - Prefeitura Municipal de Contendas do Sincorá/BA, sendo um titular e um suplente;

VIII - Prefeitura Municipal de Tanhaçu/BA, sendo um titular e um suplente;

IX - Câmara de Vereadores de Contendas do Sincorá/BA, sendo um titular e um suplente;

DA SOCIEDADE CIVIL:

X - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tanhaçu/BA, sendo um titular e um suplente;

XI - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Contendas do Sincorá/BA, sendo um titular e um suplente;

XII - Associação Comunitária Amigos do Sincorá, sendo um titular e um suplente;

XIII - Associação Arte-Natureza - ANA, sendo um titular e um suplente;

XIV - Associação de Pequenos Produtores Palmeiras, sendo um titular e um suplente;

XV - Associação dos Moradores de Caraibuna, sendo um titular e um suplente;

XVI - Associação dos Produtores Rurais de Vale do Sincorá, sendo um titular e um suplente;

XVII - Associação da Comunidade Quilombola de São Gonçalo, sendo um titular e um suplente;

XVIII - Associação dos Produtores de Mel de Contendas do Sincorá - Aspromel, sendo um titular e um suplente;

XIX - Núcleo Social do Vale da Malhada, sendo um titular e um suplente; e

XX - Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Floresta Nacional de Contendas do Sincorá, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Contendas do Sincorá serão estabelecidos em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

§1º O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de noventa dias contados a partir da data de posse.

§2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer proposta de alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em ata de reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 436, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições previstas no art. 141, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c o art. 1º do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, em face do teor do PARECER Nº 0679 - 2.1/ 2011/ACG/CONJUR/MP, com fundamento nas razões expostas nos pareceres vinculantes AGU/GQ - 207, AGU/GQ - 211 e AGU/GQ - 214, e do que mais consta dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 16439.000982/2005-42, resolve:

Art. 1º. Declarar extinta, pela prescrição, a punibilidade da pena de DEMISSÃO, pertinente ao caso, com fundamento no art. 142, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Exonerar ex officio ANTÔNIA LÚCIA SILVA DA CONCEIÇÃO, Agente Administrativo, SIAPE nº 1015668, do Quadro de Pessoal Ativo do extinto Território Federal do Amapá.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 438, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, e a Portaria nº 409, de 30 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º A despesa a ser empenhada com diárias, passagens e locomoção pelas unidades administrativas e entidades supervisionadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no período de janeiro a dezembro de 2011, fica limitada aos valores constantes dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as Portarias GM nº 148, de 10 de junho de 2011 e nº 342, de 8 de setembro de 2011.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO I

Limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção pelas unidades da Administração Direta e Indireta em 2011.
R$ 1,00

Unidade	Até Jun	Até Dez
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.521.000	5.461.000
Gabinete da Ministra	100.000	296.000
Assessoria Econômica-ASSEC	15.000	47.000
Departamento de Gestão do Acervo de Órgãos Extintos-DEAEX	10.000	15.000
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-DEST	10.000	25.000
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração-SPOA	81.000	423.000
Secretaria de Assuntos Internacionais-SEAIN	100.000	200.000
Secretaria de Gestão-SEGES	90.000	200.000
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação-SLTI	90.000	200.000
Secretaria de Orçamento Federal-SOF	45.000	75.000
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos-SPI	90.000	200.000
Secretaria do Patrimônio da União-SPU	1.700.000	3.400.000
Secretaria de Recursos Humano-SRH	90.000	180.000
Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento-SEPAC	100.000	200.000
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.780.000	13.580.000
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE	2.700.000	13.280.000
Escola Nacional de Administração Pública-ENAP	80.000	300.000
TOTAL GERAL	5.301.000	19.041.000

ANEXO II

R$ 1,00

Unidade	Até Jun	Até Dez
Secretaria do Patrimônio da União - SPU	307.296	614.592
Secretaria de Recursos Humano - SRH	96.704	193.408
TOTAL	404.000	808.000

* Inclui as despesas relativas à subfunção 125, exceto créditos extraordinários e recursos de doações e de convênios.

ANEXO III

Limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2011 das unidades Estaduais do IBGE em 2011
R$ 1,00

Unidade Estadual	Até Jun	Até Dez
Rondônia	32.872	344.687
Acre	46.274	190.702
Amazonas	161.612	499.169
Roraima	31.282	137.860
Pará	102.077	659.843
Amapá	32.738	111.792
Tocantins	41.464	294.570
Maranhão	125.080	544.106
Piauí	98.212	283.215
Ceará	126.371	679.985
Rio Grande do Norte	40.101	137.925
Paraíba	38.151	163.737
Pernambuco	165.855	412.372
Alagoas	58.360	220.312
Sergipe	22.501	106.024
Bahia	163.630	665.267
Minas Gerais	142.285	982.545
Espírito Santo	29.916	236.595
Rio de Janeiro	49.402	308.370
São Paulo	139.555	445.360
Paraná	58.693	548.037
Santa Catarina	36.698	276.446
Rio Grande do Sul	66.788	400.838
Mato Grosso do Sul	48.720	250.045
Mato Grosso	164.751	632.523
Goiás	106.240	549.769
Distrito Federal	33.803	106.564
TOTAL	2.163.431	10.188.658

PORTARIA Nº 439, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 2º, art. 1º da Portaria GM nº 505, de 29 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência aos titulares das Unidades Administrativas deste Ministério abaixo relacionadas, para, no âmbito de suas Unidades, autorizarem a emissão de bilhete de passagem aérea que não atenda ao prazo previsto no inciso I do art. 1º da Portaria GM nº 505, de 29 de dezembro de 2009, desde que ocorra em caráter excepcional e devidamente formalizada a justificativa que comprove a inviabilidade do cumprimento do prazo:

I. Chefia da Assessoria Econômica;

II.Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos;

III.Secretaria de Orçamento Federal;

IV.Secretaria de Assuntos Internacionais;

V.Secretaria de Gestão;

VI.Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;

VII.Secretaria de Recursos Humanos;

VIII.Secretaria do Patrimônio da União;

IX.Presidência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

X.Presidência da Fundação Escola Nacional de Administração Pública;

XI.Chefia de Gabinete da Ministra; e

XII.Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelos dirigentes citados no artigo anterior, referentes às emissões de bilhetes de passagens aéreas de viagens a serviço, nos termos do § 1º do art. 1º da Portaria GM nº 505, de 2009, até a data de publicação desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 112, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, inciso II, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Ajustar o detalhamento dos limites de movimentação e empenho constantes dos Anexos I e VI da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO VI DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias		Disponível		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
39000	Ministério dos Transportes	0	3.000	3.000
Total		0	3.000	3.000

Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias		Disponível		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
39000	Ministério dos Transportes	0	3.000	3.000
Total		0	3.000	3.000

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 14, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04997.000656/2011-79, resolve:

Art. 1º - Autorizar a cessão de uso gratuito ao Estado de Mato Grosso, do imóvel com terreno de 1.600 m² (um mil e seiscentos metros quadrados) e benfeitoria com área de 244,86 m² (duzentos e quarenta e quatro metros e oitenta e seis centímetros quadrados), situado na Avenida Belo Horizonte, esquina com Rua Goiás, no município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, objeto da matrícula nº 8.965, do Livro nº 02, ficha 01, em data de 15 de setembro de 1.981, do 1º Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º abriga a Delegacia de Polícia Civil de Barra do Bugres.

Art. 3º - A cessão terá vigência pelo prazo de 20 anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Mato Grosso.

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º - A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a concessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON JORGE FIORENZA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

PORTARIA Nº 79, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMONIO DA UNIÃO NO PARANÁ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº. 40 de 18 de março de 2009 publicada no DOU, Seção 2, em 20 de março de 2009 e nº. 200 de 29 de junho 2010, publicada em 30 de junho de 2010, ambas da Secretaria do Patrimônio da União, e, tendo em vista o disposto nos Art. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro de 2002, e os elementos que integram o Processo nº 04936.004846/2010-07 resolve:

Art. 1º Aceitar a doação com encargo que pretende fazer o Município de Arapongas Estado do Paraná, à União, em conformidade da Lei Municipal de nº 3.292, de 10 de maio de 2006, publicada no Jornal O Povo de 13/05/2006, alterada pela Lei nº 3.891, de 17 de agosto de 2011, publicada no Jornal Tribuna do Norte e no Diário Oficial do Município em 23/08/2011, do imóvel constituído pelo Lote de Terras sob nº 141/D-4, com área de 2.469,45m2, situado na Gleba Patrimônio Arapongas, Município e Comarca de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art.1º visa a edificação das instalações para funcionamento do Fórum Eleitoral e da Central de Atendimento ao Eleitor da Comarca de Arapongas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINARTE ANTONIO VAZ

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 102, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2o, inciso VI, da Portaria n° 200, de 29 de Junho de 2010, art. 1º, VI, da Portaria n° 211, de 28 de Abril de 2010, art. 1o, inciso I, do Decreto no 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04905.006208/2008-65, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Autorizar a cessão provisória de uso gratuito para a Prefeitura Municipal de Votuporanga de imóveis urbanos para a "Implantação de Centro Cultural na Estação Ferroviária e Construção de Casas Populares na área no Triângulo de Reversão"; Os imóveis assim se descrevem e caracterizam conforme Termo de Transferência n° 733/2011 - NBP 3990003-0000 -as divisas desta área inicia-se no ponto "1", situado em normal ao km 302+062,50 m, afastado 15,00 m do eixo da linha férrea principal, lado direito do sentido crescente da quilometragem; Daí segue em reta, com rumo 84º32'32" SW e distância de 55,00 m, até o ponto "2", afastado 15,00 m do eixo da linha férrea principal; Daí deflete à esquerda e segue em reta, com rumo 5º27'28" SE e distância de 8,00 m, até o ponto "3", afastado 7,00 m do eixo da linha férrea principal; Daí deflete à direita e segue em reta, com rumo 84º32'32" SW e distância de 322,00 m, até o ponto "4", afastado 7,00 m do eixo da linha férrea; Daí deflete à direita e segue em reta, com rumo 5º27'28" NW e distância de 8,00 m, até o ponto "5", afastado 15,00 m do eixo da linha férrea principal; Daí deflete à esquerda e segue em reta, com rumo 84º32'32" SW e distância de 323,00 m, até o ponto "6", situado em normal ao km 302+762,50 m, afastado 15,00 m do eixo da linha férrea principal, lado direito do sentido crescente da quilometragem, confrontando do ponto "1" ao ponto "6", com propriedade da FEPASA - Ferrovia Paulista S.A; Daí deflete à direita e segue em reta, com rumo 5º27'28" NW e distância de 35,00 m, até o ponto "7", confrontando com o lote 02 do cadastro municipal 50.11.15.05.02; Daí deflete à direita e segue em reta, com rumo 84º32'32" NE e distância de 700,00 m, até o ponto "8", confrontando com os lotes 02 e 28 do cadastro municipal 50.11.15.05, rua da Estação e rua Thomaz Paes da Cunha Filho; Daí deflete à direita e segue em reta com rumo 5º27'28" SE e distância de 35,00 m, até o ponto "1", início desta descrição, confrontando com propriedade da COACAVO - Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Votuporanga, cadastro municipal 50.11.14.20.01. Benfeitorias: NBP 4440540 - Armazém/Galpão - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, cobertura de telhas de fibrocimento, instalações elétricas e hidráulicas, com área construída de 1.709,00 m²; NBP 4440541 - Estação - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, cobertura de telhas de barro, instalações elétricas e hidráulicas, com área construída de 376,00 m²; NBP 4440549 - Depósito - DEMOLIDO - construção em estrutura e paredes de alvenaria de tijolos, cobertura de telhas de barro, instalações elétricas e hidráulicas, com área construída de 32,00 m². Consta do levantamento Terra Foto, sem laudo de baixa e não consta do levantamento TREVISAN. NBP 3990006-0000 - as divisas desta área tem início no ponto L, situado em normal a Est. 4369+4,00 = km 303+151,70 m afastado 15,00 m do eixo da linha férrea lado esquerdo sentido crescente da quilometragem, daí segue perpendicularmente ao eixo da linha férrea por uma reta pelo alinhamento divisório até o ponto M, na distância de 320,00 m, no ponto M, fazem uma deflexão para a esquerda, de 90º, seguindo por uma reta até o ponto N, na distância de 63,00 m, no ponto N, fazem uma deflexão para a esquerda, de 60º seguindo por uma reta até o ponto O, na distância de 215,00 m, no ponto O, fazem uma deflexão para a direita, de 5º43', seguindo por uma reta até o ponto P, na distância de 31,00 m, no ponto P, seguem por uma curva à direita, de 105,34 m de raio, tangente ao alinhamento anterior até o ponto Q, na distância de 148,53 m, do ponto Q, seguem por uma reta tangente à curva anterior até o ponto R, na distância de 26,00 m, no ponto R, fazem uma deflexão para a direita de 2º54'30", seguindo por uma reta até o ponto S, na distância de 57,00 m, no ponto S seguindo em reta até o ponto 1, na distância de 61,00 m, no ponto 1, fazem uma deflexão para a esquerda de 90º, seguindo por uma reta até o ponto 2, na distância de 30,00 m, no ponto 2, fazem uma deflexão para a esquerda de 90º, seguindo por uma reta até o ponto T, na distância de 77,00 m, no ponto T, segue por uma reta até o ponto U, na distância de 43,00 m, no ponto U, fazem uma deflexão para a direita de 2º54'30", seguindo por uma reta até o ponto V, na distância de 24,00 m, do ponto V, seguem por curva à direita de 105,34 m de raio, tangente ao alinhamento anterior até o ponto X, na distância de 148,53 m, no ponto X seguem por uma reta tangente à curva anterior até o ponto Y, na distância de 30,00 m, do ponto Y, seguem por uma curva à direita, de 164,14 m de raio, tangente ao alinhamento anterior, até o ponto Z, na distância de 64,01 m, situado em normal ao Est. 4350 = km 302+763,70 m afastado 19,50 m do eixo da linha férrea, do ponto Z, deflete a esquerda e segue em reta pelo alinhamento divisório paralelo ao eixo da linha férrea até o ponto 3, por uma distância de 60,00 m, com um afastamento de 20,00 m do eixo da linha férrea do ponto 3 segue em curva a direita pelo alinhamento divisório paralelo ao eixo da linha férrea até o ponto 4 com um desenvolvimento de 273,20 m e com afastamento de 20,00 m do eixo da linha férrea, do ponto 4 segue em reta pelo alinhamento divisório paralelo ao eixo da linha férrea até o ponto L por uma distância de 67,00 m, ponto L origem desta descrição. Confrontando do ponto L-M com CESP - Cia Energética de São Paulo Vila Residencial - Usina Marechal Rondon, CESP - Cia Energética de São Paulo - Subestação de Votuporanga, Usina Termoelétrica "Marechal Rondon", CESP - Cia Energética de São Paulo e Estrada Municipal, do ponto M-N com David Bento da Costa, do ponto N-O, O-P, P-Q, Q-R, R-S, S-1, 1-2, 2-T, T-U, U-V, V-X, X-Y e Y-Z com Reynaldo Izauro Dazzi, do ponto Z-L com RFFSA - Rede Ferroviária Federal;

Art. 2º Os imóveis a que se refere o artigo anterior destinam-se, exclusivamente, para a Implantação de Centro Cultural na Estação Ferroviária e Construção de Casas Populares na área no Triângulo de Reversão no município de Votuporanga.

Art. 3º A presente cessão provisória é válida até a conclusão do processo de incorporação do imóvel ao Patrimônio da União ocasião em que poderá ser substituída por instrumento de cessão definitivo, mediante autorização expressa da autoridade competente e após o devido procedimento administrativo;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANGELINA DE ALMEIDA PINHO

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 14 de outubro de 2011

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:
1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46206.001531/2010-94	017144388	Banco Bradesco S.A.	DF
2	46206.015391/2009-06	017134111	Goiás Verde Alimentos Ltda.	DF
3	46206.017167/2009-41	017144264	Indústria e Comércio de Alimentos Tia Quita Ltda.	DF
4	46206.001519/2010-80	017133131	Mills Estruturas e Serviços de Engenharia Ltda.	DF
5	46286.000318/2010-58	017196281	Multicenter Confecções Ltda.	DF
6	46206.002684/2010-59	017145228	Pneuline Pneus e Serviços Ltda.	DF
7	46206.016920/2009-81	017147018	Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda.	DF
8	46207.004498/2009-19	018769438	EDK Mineração S.A.	ES
9	46208.003886/2009-64	016707974	Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	GO
10	46208.004630/2009-74	016707290	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
11	46208.004635/2009-05	016705980	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
12	46208.004641/2009-54	016705921	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
13	46208.004643/2009-43	016705904	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
14	46208.004644/2009-98	016705891	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
15	46208.004645/2009-32	016705682	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
16	47747..000255/2008-78	014783070	Losango Promoções de Vendas Ltda.	MG
17	47747.000255/2008-78	014783070	Losango Promoções de Vendas Ltda.	MG
18	47747.000256/2008-12	014783037	Losango Promoções de Vendas Ltda.	MG
19	47747.000257/2008-67	014772256	Losango Promoções de Vendas Ltda.	MG
20	47747.000270/2008-16	014808161	Losango Promoções de Vendas Ltda.	MG
21	46248.001721/2007-10	014576171	Neon Uberlândia Comunicação Visual Ltda.	MG
22	46458.000661/2009-12	018103073	Múltipla Gestão de Pessoas Ltda.	MS
23	46318.000995/2007-11	012871427	Agro Industrial Parati Ltda.	PR
24	46318.001005/2007-61	012870692	Agro Industrial Parati Ltda.	PR
25	46318.001007/2007-51	012870714	Agro Industrial Parati Ltda.	PR
26	46318.001009/2007-40	012870730	Agro Industrial Parati Ltda.	PR
27	46318.001011/2007-19	012870757	Agro Industrial Parati Ltda.	PR
28	46318.001014/2007-52	012871281	Agro Industrial Parati Ltda.	PR
29	47533.002340/2009-67	016111851	Agro Industrial Parati Ltda.	PR
30	47533.002353/2009-36	016111931	Agro Industrial Parati Ltda.	PR
31	47533.002354/2009-81	016111966	Agro Industrial Parati Ltda.	PR
32	47533.000788/2009-46	016179021	AMPM Alto da XV Conveniências Ltda.	PR
33	47533.000794/2009-01	016179013	AMPM Alto da XV Conveniências Ltda.	PR
34	46318.002871/2008-51	016117271	Associação Educacional São José	PR
35	47533.001058/2008-81	016039432	Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano	PR
36	47533.005226/2008-16	016112679	Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana - MAS	PR
37	47533.000924/2008-17	016055012	Brasilsat Harald S.A.	PR
38	47533.000936/2008-41	016079990	Brasilsat Harald S.A.	PR
39	46293.002222/2009-66	016132904	Cobraseg Serviços de Vigilância e Segurança S/S Ltda.	PR
40	46318.002734/2008-16	016115970	Colorado Couros Company Indústria e Comércio Ltda.	PR
41	46293.000889/2009-24	016195086	Companhia Iguaçu de Café Solúvel	PR
42	47998.009011/2009-80	021710708	Construtora Marques da Costa Ltda.	PR
43	47533.001695/2009-39	016179366	Construtora Pussoli S.A	PR
44	47533.002543/2007-91	012867993	Digitech Tecnologia e Serviços Ltda.	PR
45	46319.000472/2009-26	011150211	Expresso Princesa dos Campos S.A.	PR
46	47998.010617/2009-68	021719012	Flamin Mineração Ltda.	PR
47	47998010619/2009-57	015852041	Flamin Mineração Ltda.	PR
48	47533.004301/2008-13	016123077	Florença Veículos S.A.	PR
49	47533.004520/2008-01	016191510	Florença Veículos S.A.	PR
50	46294.000012/2009-23	016125533	Fouad Center New Time YKY Comércio de Manufaturados Ltda.	PR
51	47533.001418/2009-26	016179811	Gandhi Grupo de Atendimento Domiciliar Integrado Ltda.	PR
52	46293.004437/2008-31	016113098	Marcelo Augusto de Araújo	PR
53	47533.001422/2008-11	016020979	Município de Apucarana (Prefeitura do)	PR
54	47533.001830/2009-46	004714792	Ondrepsb - Limpeza e Serviços Especiais Ltda.	PR
55	47533.001831/2009-91	004714784	Ondrepsb - Limpeza e Serviços Especiais Ltda.	PR
56	47533.003299/2009-46	019740841	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	PR
57	47533.001551/2009-82	016164997	Resispress Indústria e Comércio Ltda.	PR
58	47533.001607/2009-07	004715772	Resispress Indústria e Comércio Ltda.	PR
59	47533.001985/2009-82	004715870	Resispress Indústria e Comércio Ltda.	PR
60	47533.001988/2009-16	004715853	Resispress Indústria e Comércio Ltda.	PR
61	47533.001826/2007-16	012876917	Rimapar Ltda.	PR
62	47533.003060/2009-76	016177436	Sadia S.A.	PR
63	46293.001929/2009-55	016132769	Salustiano e Silva Filho Ltda.	PR
64	47533.001531/2009-10	016179579	Salva Serviços Médicos de Emergência S/C Ltda.	PR
65	46259.001582/2010-09	021866717	Saver Resinas e Produtos Químicos Ltda.	PR
66	46259.001584/2010-90	021886709	Saver Resinas e Produtos Químicos Ltda.	PR
67	47533.001620/2009-58	016173201	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
68	47533.001709/2009-14	016173171	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
69	47533.001785/2009-20	016178840	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
70	47533.001788/2009-63	016178858	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
71	47533.002187/2009-78	004716116	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
72	47533.003267/2009-41	011144351	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
73	47533.003780/2008-51	016103734	Udo Heuer S.A. Indústria e Comercio	PR
74	47533.003797/2008-16	016103751	Udo Heuer S.A. Indústria e Comércio	PR
75	46293.004542/2008-70	016152433	Usaciga Açúcar, Álcool e Energia Elétrica S.A.	PR
76	46318.003160/2008-01	016116593	Usaciga Açúcar, Álcool e Energia Elétrica S.A.	PR
77	46293.002830/2009-71	016137493	Usina Central do Paraná S.A Agrícola Indústria e Comércio	PR
78	47533.003146/2008-18	016145984	Utida Clínica Ortodôntica S/C Ltda.	PR
79	46293.000973/2009-48	016196236	V.L. Agro Industrial Spaciari Ltda.	PR
80	46293.000976/2009-81	016196198	V.L. Agro Industrial Spaciari Ltda.	PR
81	46016.006337/2008-18	019233647	Valorem Ind. e Comércio de Madeiras e Assessoria Florestal Ltda.	PR
82	46293.003438/2008-68	016108507	Vanessa Lujete & Araújo Ind. e Comércio de Confecções Ltda.	PR
83	46293.003439/2008-11	016108493	Vanessa Lujete & Araújo Ind. e Comércio de Confecções Ltda.	PR
84	46293.003440/2008-37	016108477	Vanessa Lujete & Araújo Ind. e Comércio de Confecções Ltda.	PR
85	46617.003447/2004-25	007666845	Indústria de Plásticos Herc Ltda.	RS
86	46301.001611/2009-28	016384156	Rino Engenharia Ltda.	SC
87	46301.001614/2009-61	016384181	Rino Engenharia Ltda.	SC
88	46301.001619/2009-94	016384237	Rino Engenharia Ltda.	SC
89	46301.001620/2009-19	016384245	Rino Engenharia Ltda.	SC
90	46301001613/2009-17	016384172	Rino Engenharia Ltda.	SC
91	46250.001356/2000-01	000416258	Adimil Mendes Júnior Guaratinguetá	SP
92	46259.0081177/2010-91	022595198	Antor Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	SP
93	46266.014646/2007-39	015639347	Associação Beneficente Jesus José e Maria	SP
94	46259.006389/2007-51	013611208	Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba	SP
95	46259.009620/2009-20	015531686	Centurion Segurança e Vigilância S/C Ltda.	SP
96	46259.002234/2007-45	008296201	Conserv Engenharia Manutenção Ltda.	SP
97	46259.003751/2009-01	015892824	Cosan Indústria e Comércio	SP
98	46761.000106/2003-53	008972028	Ferroban Ferrovias Bandeirantes S.A.	SP
99	46259.010042/2009-74	021883688	FSF Empreitaria de Obras S/C Ltda. ME	SP
100	46256.001602/2008-49	015978125	Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília	SP
101	46256.001603/2008-93	015978133	Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília	SP
102	46256.001604/2008-38	015978141	Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília	SP
103	46256.001606/2008-27	015978168	Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília	SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

104	46219.022311/2009-11	015932044	Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda.	SP
105	46258.001010/2009-98	015558517	Gussln - Central de Assistência ao Produtor Ltda.	SP
106	46266.004708/2008-85	015643603	Mac Tradição Indústria Gráfica e Editora Ltda.	SP
107	46258.003894/2008-34	015372707	Mogi Engenharia Civil e Com. de Mat. de Construção Ltda.	SP
108	46435.000241/2009-96	015810496	Montec Montagem Terceirização e Componentes Ltda.	SP
109	47998.007528/2009-34	019392290	Município de Americana (Prefeitura do)	SP
110	46259.009773/2009-77	015497747	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
111	46256.001643/2009-16	015458369	Neuza Cirilo Perão	SP
112	46256.001710/2009-01	015416721	Neuza Cirilo Perão	SP
113	46256.001213/2009-02	015415121	Paulo Renato Alves de Souza	SP
114	46256.001215/2009-93	015415074	Paulo Renato Alves de Souza	SP
115	46256.001212/2009-50	015415091	Paulo Renato Alves do Souza	SP
116	46256.001219/2009-71	015414841	Paulo Renato Alves do Souza	SP
117	46259.000072/2010-14	015991997	S.W.V Válvulas Industriais Ltda.	SP
118	46259.000074/2010-03	021881260	S.W.V Válvulas Industriais Ltda.	SP
119	46259.000075/2010-40	015992004	S.W.V Válvulas Industriais Ltda.	SP
120	46259.006916/2009-99	015990290	Saint Cobain do Brasil Produtos Industriais para Construção Ltda.	SP
121	46259.006915/2009-44	015990303	Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais para Construção Ltda.	SP
122	46259.006917/2009-33	015990311	Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais para Construção Ltda.	SP
123	46259.001591/2010-91	021886660	Saver Resinas e Produros Químicos Ltda	SP
124	46259.001581/2010-56	021886733	Saver Resinas e Produtos Químicos Ltda.	SP
125	46259.001585/2010-34	021886687	Saver Resinas e Produtos Químicos Ltda.	SP
126	46256.002005/2009-12	015457991	Sol e Vida Comunicação Visual Ltda. ME	SP
127	46259.005289/2007-15	013606794	SP Participações Ltda.	SP
128	46256.002641/2009-44	015924505	Teotônio Figueira da Silva - ME	SP
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46208.002356/2009-07	506.216.438	Elmo Engenharia Ltda.	.GO
2	46210.000682/2003-37	100.023.720	Rosch Administradora de Serviços de Informática Ltda.	MT
3	46210.000686/2003-15	505.149.281	Rosch Administradora de Serviços de Informática Ltda.	MT
4	47533.000644/2003-02	100.023.444	Auto Viação Marechal Ltda.	PR
5	46293.001329/2003-00	705.004.767	Jorge Rudney Atalla (Fazenda Alto Alegre)	PR
6	46293.002780/2006-89	505.765.691	Jorge Rudney Atalla (Fazenda Pontal do Tigre)	PR
7	46293.001206/2004-41	505.355.116	Sociedade Evangélica Beneficente de Londrina	PR
8	46293.001254/2003-59	505.199.351	Transportes Coletivos Grande Londrina Ltda.	PR
9	46218.010309/2003-14	218042	Associação Caridade Santa Casa do Rio Grande	RS
10	46218.010309/2003-14	218042	Associação Caridade Santa Casa do Rio Grande	RS
11	46256.003339/2008-22	100.131.891	Sol e Vida Comunicação Visual Ltda. ME	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46208.004636/2009-41	016705971	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
2	46208.004637/2009-96	016705963	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
3	46213.006464/99-75	002592495	Construtora Pontes Ltda.	PE
4	47533.001269/2008-14	016057171	Plaenge Empreendimentos Ltda.	PR

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.004631/2009-19	016707281	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
2	46208.004632/2009-63	016707273	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
3	46208.004633/2009-16	016707265	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
4	46208.004634/2009-52	016705998	Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda.	GO
Nº	**PROCESSO**	**NFGC**	**EMPRESA**	**UF**
1	47533.001895/2000-53	051558	Lembrasul Supermercados Ltda.	PR
2	47533.000679/2001-71	0713	Mar e Terra Confecções Ltda.	PR
3	46670.000420/2005-17	505.461.005	Madeireira Irmãos Pinheiro Ltda.	RJ
4	46666.002262/2005-07	505.556.529	Roqueixi Malharia e Confecção Ltda.	RJ
5	46215.022951/2004-57	505.342.227	Via Olímpia Confecções Ltda.	RJ
6	46266.014647/2007-83	506.003.248	Associação Beneficente Jesus José e Maria	SP
7	46219.019047/2003-43	505.188.511	Instituto Educação São Gonçalo S/C Ltda.	SP

2. Pelo não conhecimento do recurso de auto de infração ou da notificação de débito

2.1 - por ser intempestivo

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.017029/2009-61	017142644	Turbo Motoboy Entregas de Documentos Ltda.	DF
2	46206.009396/2009-91	017184703	Viação Valmir Amaral Ltda.	DF
3	46240.001322/2009-91	0169665008	Wellington Vilela Pinto Coelho	MG

2.2 Por ausência de pressuposto de admissibilidade.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46290.000751/2009-55	016618424	P.S. Montagem Ltda.	GO
2	46290.000755/2009-33	016618467	P.S. Montagem Ltda.	GO
3	46474.003628/2009-38	015463354	CC Instrumentos de Medição Ltda.	SP
4	46474.004107/2009-06	015464199	Ciwal Acessórios Industriais Ltda.	SP
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46215.019175/2005-99	505.503.395	Condomínio do Edif. Alvorada	RJ
2	46473.000619/2005-71	505.446.618	Square Fitness Empreendimentos Ltda.	SP
3	46473.002214/2003-14	505.152.797	Uni-Press Indústria e Comércio de Eletrônica Ltda.	SP

3) Em apreciação de recurso de ofício:

3.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46318.000903/2008-83	016045301	Editora Central Ltda.	PR
2	46216.001011/2009-29	012342181	Engecon Engenharia Comércio e Indústria Ltda.	RO
3	46617.006290/2008-13	012586234	Fruticultura Malke Ltda.	RS

3.2Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46207.001878/2009-93	016506308	Expresso Santa Paula Ltda.	ES
2	46208.004374/2009-15	016720776	Vilson Correa Guimarães	GO
3	46211.005906/98-69	0248050328	Epaminondas Ramos Bandeira	MG
4	46247.001795/2008-47	019047461	JR Higienização Ltda.	MG
5	46247.001794/2008-01	019047452	JR Higienização Ltda.	MG
6	47747.001881/2009-62	017221561	Lanches Mano a Mano Ltda.	MG
7	47747.007038/2007-28	014801027	LBH Serviços Ltda.	MG
8	47747.000251/2009-71	019075596	Maison da Lingerie Ltda.	MG
9	47747.000252/2009-15	019075618	Maison da Lingerie Ltda.	MG
10	46211.018151/98-90	000834955	Peter de Souza	MG
11	46210.005384/2008-48	018044832	Arfux Júnior e Ribeiro Ltda.	MT
12	46306.000062/2008-43	012830097	Schroeder & Cia. Ltda. ME	MT
13	46210.000570/2008-91	018030254	Sérgio Galdino da Silva	MT
14	46224.004592/2007-90	017645336	Maria Aparecida de Carvalho Souza	PB
15	47533.000876/2009-48	016172566	Losango Promoções de Vendas Ltda.	PR
16	46319.000739/2009-85	016090624	Moacir Palhano dos Anjos	PR
17	46317.000938/2007-41	012867187	Pawlowski e Pawlowski Ltda.	PR
18	46318.000516/2004-13	010966391	Salwa El Sayed - ME	PR
19	46293.004546/2008-58	016152476	Usaciga - Açúcar Álcool e Energia Elétrica S.A.	PR
20	46216.001839/2008-04	012336068	Indústria e Comércio Metalúrgica Fausto Ltda.	RO
21	46216.002033/2008-25	012336157	Moria Com. de Móveis e Eletro Ltda.	RO
22	46617.004301/2004-05	002276593	Thá Engenharia Ltda.	RS
23	46473.010388/2007-76	015775992	Edifício The Word Executive Flat	SP
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46736.000417/2003-20	505.137.411	Solução Rhesus S/C Ltda.	SP

3.4Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46293.000160/2008-77	016088425	Associação de Proteção a Maternidade e a Infância	PR
2	47533.000947/2008-21	016032560	Ateced Assistência Técnica e Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	PR
3	46317.001280/2009-57	019713037	Coopavel Cooperativa Agroindustrial	PR
4	47533.003233/2009-56	019749058	R. Sartori Ltda.	PR
5	47533.004156/2008-71	016051441	Soares e Souza Com. e Reciclagem de Plásticos	PR
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	47533.003364/2003-48	705.005.305	Home Light Ind. e Comércio de Vidros Ltda.	PR
2	47533.000877/2009-92	506.214.788	Losango Promoções de Vendas Ltda.	PR
3	46259.005294/2008-09	100.122.736	Sociedade Operária Humanitária	SP

4) Pelo arquivamento em razão de:

4.1 - Incidência da prescrição prevista §1º do art. 1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.010071/2000-13	001014412	Agropalmas Agropecuária do Palmas S.A.	DF
2	46206.000829/2002-77	005339260	Work Distribuidora e Serviços Ltda.	DF
3	46245.000305/2001-39	004886780	Pamargli Indústria e Comércio de Papéis Ltda.	MG

4.2 - Remissão prevista no art. 14 da Lei 11.941/2009.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	46208.011488/2001-64	006221301	MGM Ind. e Comércio de Roupas Ltda.	GO

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu:

a) Declarar nula a decisão de anterior da CGR.

b)Conhecer e negar provimento ao recurso voluntário, para manter a decisão de procedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	47533.003919/2005-13	011023554	Volkswagen do Brasil Ltda.	PR

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu:

a) Declarar nula a decisão de anterior da CGR.

c)Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício, para manter a decisão de improcedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
1	47533.004381/2005-64	012844934	Cabral & Belinato Supermercado Ltda.	PR

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

RETIFICAÇÃO

No Extrato da Portaria Nº 54, de 9 de Setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de setembro de 2011, Seção 1, pág. 152, em seu Art. 6°, § 1º:

Onde se lê: "... inscritos, vagas captadas, encaminhados e habilitados ao seguro-desemprego...";

Leia-se: "... inscritos, vagas captadas, encaminhados, colocados no mercado de trabalho e habilitados ao seguro-desemprego....".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIA
Em 11 de outubro de 2011

Pedido de alteração estatutária

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo:	46211.005079/2008-46
Entidade:	Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais dos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins - FESEMPRE.
CNPJ:	23.771.314/0001-93

Representação Estatutária: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenha representação da categoria profissional dos Servidores e dos Empregados Públicos Civis dos poderes Estaduais e Municipais, administração direta e indireta, inclusive dos servidores sob contrato administrativo, dos exercentes de cargos comissionados e de funções públicas, enfim, de todos os profissionais vinculados juridicamente à administração pública, independentemente do regime jurídico com abrangência Interestadual, com base territorial abrangendo os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins.
Obs: As entidades de grau superior coordenam o somatório da representação das entidades a elas filiadas.

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 133, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no que consta do Processo n.º 50500.018253/2010-57, resolve:

Art. 1º Aprovar a atualização do texto do PER - Programa de Exploração da Rodovia BR-116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entr. BR-040(A), explorado pela Concessionária Rio - Teresópolis S/A.

Art. 2º As ações realizadas no texto consistem em:

I - Atualização das obrigações conforme as alterações realizadas nos processos de revisão do PER e nas modificações dos cronogramas de serviços e obras, aprovadas pelas Resoluções constantes do Anexo I da presente Portaria; e

II - Correções gramaticais moderadas relacionadas a ortografia, concordância e regência possíveis, preservando seu conteúdo.

Art. 3º O texto atualizado do PER consta no referido processo e será disponibilizado no sítio eletrônico da ANTT.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

ANEXO I

REVISÃO	RESOLUÇÃO	DATA	PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
11ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	349	14/11/2003	17/11/2003
12ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	718	31/08/2004	03/09/2004
13ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	1.107	30/08/2005	02/09/2005
14ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	1.607	29/08/2006	31/08/2006
15ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	2.302	26/09/2007	28/09/2007
16ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	2.865	27/08/2008	29/08/2008
1ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	3.223	18/08/2009	24/08/2009
17ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP	3.224	26/08/2009	27/08/2009
18ª Revisão da Tarifa Básica de Pedágio - TBP e 2ª Revisão Extraordinária	3.567	25/08/2010	27/08/2010

PORTARIA Nº 139, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.011725/2011-81, resolve:

Art. 1º Aprovar a postergação no cronograma de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER da Rodovia BR-393/RJ, trecho Div.MG/RJ - Entr. BR-116 (Dutra) e respectivos acessos, explorada pela Concessionária Rodovia do Aço S.A., para o ano subsequente, em função de inexecuções apuradas no exercício anterior, conforme disposto no Parecer Técnico n.º 054/2011/GEINV/SUINF, de 12/09/2011.

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.001414/2011-17
Requerente: Lílian Anderle
DESPACHO
(...) Desta forma, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Diante do caso relatado, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.001255/2011-51
Requerente: Luciano Silva
DESPACHO
(...) Assim, tendo em vista a falta de providências a serem adotadas por este Conselho Nacional, arquive-se o feito nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000285/2011-40
Requerente: Edivaldo Manoel da Silva
DESPACHO
(...) Desta forma, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

DESPACHO DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.001235/2011-80
Requerente: Carlos Alberto Júnior - Ouvidor Nacional
DESPACHO
(...) Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.001238/2011-13
Requerente: Mário de Queiroz Pierre Filho
DESPACHO
(...) Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

RETIFICAÇÃO

Na Pauta da 10ª Sessão Ordinária do CNMP, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 13/10/2011, pág. 145, no item 103, referente ao Processo CNMP 0.00.000.000163/2011-53, onde se lê: "Relator(a): Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho", leia-se: "Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares (Corregedora Nacional em substituição)".

COORDENAÇÃO DE AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 915 Data:13/10/2011 Hora:11:53
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001449/2011-56
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Fortaleza/CE
Relator : Alessandro Tramujas Assad
Processo : 0.00.000.001448/2011-10
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Novo Progresso/PA
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.001412/2011-28
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : São Paulo/SP
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.001438/2011-76
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Almenara/MG
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.001441/2011-90
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Brasília/DF
Relator : Alessandro Tramujas Assad
Processo : 0.00.000.001440/2011-45
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Arujá-Grande/SP
Relator : Adilson Gurgel de Castro

ALCIDIA SOUZA
Coordenadora
SG/CNMP

PLENÁRIO

DECISÃO DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

PROCESSO: RIEP Nº 0.00.000.002083/2010-51
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Maria Aparecida Gonçalves Pinheiro
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
DECISÃO
(...)Ante o exposto, determino o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 46, X, "b", do RICNMP.
Sem prejuízo, encaminhe-se cópia integral deste expediente à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais para conhecimento e, se o caso, adoção das providências eventualmente cabíveis quanto aos fatos narrados pela requerente.
Intime-se a requerente.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

DECISÃO DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

Representação por Inércia ou Excesso de Prazo
nº 0.00.000.001000/2011-98
Requerente: JOSI NUNES - DEPUTADA ESTADUAL / TO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS
RELATOR: CLAUDIA CHAGAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

(...)Por tais fundamentos, com fulcro no artigo 46, inciso X, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público1, julgo extinta a presente Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo pela perda de seu objeto. Determino, após as providências de estilo, o seu arquivamento pela Coordenadoria de Processamento de Feitos.

Intimem-se a requerente e o requerido, encaminhando-lhes cópias da presente decisão.

CLAUDIA CHAGAS
Relatora

DECISÃO DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE N.º 0.00.000.001425/2011-05.

RELATOR: LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;

REQUERENTE: PAULO GOMES JÚNIOR;

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO BAHIA.

DECISÃO LIMINAR

(...)Ademais, a presente Reclamação não esgotou as vias administrativas cabíveis antes de ser averiguada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o que configura uma análise per saltum, ou seja, sem julgamento prévio da questão no âmbito interno do Ministério Público respectivo, a fim de se verificar eventual preservação ou não da autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Contudo, em observância ao princípio do contraditório, encaminhe-se cópia da petição inicial ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, para que este preste informações, no prazo de 15 (quinze) dias.

Determino ainda a intimação de eventuais interessados, pela via editalícia, nos termos do artigo 110, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Após o cumprimento do presente despacho, voltem-me os autos.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Procedimento DE CONTROLE Administrativo Nº 0.00.000.000918/2011-10

Relator: Conselheiro José Lázaro Guimarães

Requerente: Roberta Ramos Ciabatari

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

DECISÃO

(...)Diante do exposto, não conheço do presente procedimento de controle administrativo, nos termos do artigo 39, § 2º, combinado com o artigo 46, inciso X, alínea "a", do Regimento Interno. Determino, após as providências de estilo pela Coordenadoria Processual, o arquivamento.

JOSÉ LÁZARO GUIMARÃES
Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 0.00.000.001369/2011-09

RELATOR: CONSELHEIRO TITO AMARAL

REQUERENTE: MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO - SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO LIMINAR

(...) Ante o exposto, indefiro a liminar.

Encaminhe-se cópia dos autos ao Exmo. Procurador-Geral da República, solicitando sejam prestadas informações no prazo 15 (quinze) dias.

Outrossim, notifiquem-se os subprocuradores-gerais da República Eugênio José Guilherme de Aragão, Edílson Alves de França, Lindôra Maria Araújo e Sandra Verônica Cureau, enviando-lhes cópia dos autos para que, caso queiram, manifestem-se no mesmo prazo (RICNMP, art. 110).

Dê-se ciência desta decisão ao requerente.

TITO AMARAL
Relator

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 3 DE OUTUBRO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000790/2010-11

RECLAMANTE: ANA CLÁUDIA NASCIMENTO GOMES ADRIANA AUGUSTA DE MOURA

RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Decisão: (...)

Diante de tudo que foi exposto, proponho, com espeque no art. 90, caput, c/c art. 91, inciso I, in fine, do RICNMP, a revisão do Inquérito Administrativo em questão, tendo em vista a decisão de arquivamento, data maxima venia, delinear-se contrária à evidência dos autos

Rio de Janeiro, 12 de agosto 2011
CEZAR LUÍS RANGEL COUTINHO
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

(...)

Pelo o exposto, determino o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, às reclamadas, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Brasília, 3 de outubro de 2011
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001021/2011-11

RECLAMANTE: MARCUS VINICIUS BERGO COELHO

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Mantenho a decisão impugnada (fl. 105), por seus próprios termos. Recebo o recurso interposto e, na forma do artigo 118, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, determino o envio dos presentes autos à Secretaria para distribuição a um Conselheiro Relator.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 7 de outubro de 2011
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000551/2011-34

RECLAMANTE: ELEONORA BORDINI COCA

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Decisão(...)

Desse modo, embora reconhecendo o nobre propósito da Reclamante, MANTENHO a decisão impugnada de fls. 474, e RECEBO como RECURSO INTERNO, devendo os autos serem remetidos à Secretaria para distribuição a Relator, na forma do artigo 118, § 2º, RICSMPT.

Brasília, 10 de outubro de 2011
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002272/2010-24

RECLAMANTE: JOEL DE SOUZA NEIVA

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Decisão: (...)

Ante o exposto, não se vislumbra omissão, inércia ou insuficiência na atuação do órgão disciplinar originalmente competente, razão pela qual propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento da presente reclamação, com fundamento nos arts. 74, §6º, cientificando-se o plenário do Conselho e o reclamante.

Brasília, 10 de outubro de 2011
JOSEANA FRANÇA PINTO
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 6186/6199 nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.

Dê-se ciência ao reclamante, à reclamada, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 11 de outubro de 2011
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000887/2011-05

RECLAMANTE: SIGILOSO

RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: (...)

Ante o exposto, propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o o arquivamento sumário da presente reclamação disciplinar, com fundamento nos artigos 31, I, 39, §2º e 74, §2º do RICNMP, sem prejuízo da possibilidade de exame de nova reclamação, caso instruída com elementos mínimos que indiquem a ocorrência de infração.

Brasília, 10 de outubro de 2011
JOSEANA FRANÇA PINTO
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 15/17, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c os artigos 31, I, 39, § 2º e 74, § 2º, todos do Regimento Interno do Ministério Público.

Dê-se ciência ao reclamante e ao Plenário, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 11 de outubro de 2011
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO SUPERIOR

ATA DE SESSÃO ABERTA REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 2011

Apuração da Eleição Para Formação da Lista Tríplice Destinada à Renovação da Composição do Conselho Nacional do Ministério Público No Ano de 2011, Pelo Colégio de Procuradores da República

Às dezenove horas e trinta minutos do dia seis de outubro de dois mil e onze, no Plenário do Conselho Superior do Ministério Público Federal, na Procuradoria Geral da República, Brasília-DF, reuniram-se em sessão aberta, os membros da Comissão Eleitoral e Apuradora instituída pela Portaria PGR Nº 519, de 23 de setembro de 2011, Subprocuradores-Gerais da República Antônio Carlos Pessoa Lins (Presidente), Brasilino Pereira dos Santos e Darcy Santana Vitobello, para o encerramento e a proclamação do resultado da eleição iniciada às 10 horas (horário de Brasília). Tendo em vista: que a rede de computadores do Ministério Público Federal (INTRANET), no período de 15:45h às 16:15h algumas unidades (PRR-2ª Região, PRM-S.J. Campos, PRM-S.P. Aldeia, PR-MS, PR-MT, PR-DF, PGR, PRR-1ª Região, PRR-4ª Região, PR-MG) ficaram sem acesso ao sistema de votação, e com o objetivo de assegurar o voto da maioria absoluta dos eleitores - quorum necessário previsto no art. 53, II, § 1º da Lei Complementar Nº 75/93 -, o horário de encerramento foi prorrogado para dezoito horas e trinta minutos, dezenove horas e, finalmente, dezenove horas e trinta minutos (horário de Brasília). Considerando o Colégio de Procuradores composto de 898 (oitocentos e noventa e oito) membros, constatou-se a existência do quorum com o total de 453 (quatrocentos e cinquenta e três) eleitores. Encerrada a votação, computou-se um total de 906 (novecentos e seis) votos, sendo 315 (trezentos e quinze) votos em branco e 12 (doze) votos nulos, restando atribuída aos candidatos a seguinte votação: MARIO LUIZ BONSAGLIA - 386 (trezentos e oitenta e seis) votos; LUIZ FERNANDO VOSS CHAGAS LESSA - 193 (cento e noventa e três) votos. Formou-se a lista dos membros do Ministério Público Federal pela ordem decrescente de votos obtidos:

1º MARIO LUIZ BONSAGLIA

2º LUIZ FERNANDO VOSS CHAGAS LESSA

Não havendo impugnação ou recurso, o resultado acima fica proclamado, com o encerramento dos trabalhos e a lavratura da presente Ata, que será assinada pelos Membros da Comissão Eleitoral e Apuradora.

ANTÔNIO CARLOS PESSOA LINS
Presidente da Comissão Eleitoral e Apuradora

BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS
Membro

DARCY SANTANA VITOBELLO
Membro

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 8, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 inciso III, da Constituição Federal de 1988 e pelo art. 6º, inciso VII, "b", c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar 75/93, e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 129, inciso II e VII, confere ao Ministério Público a função de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que a lei 7.783/89 classifica, em seu artigo 10, a compensação bancária como serviço essencial;

CONSIDERANDO que a greve dos servidores públicos deverá ser sempre parcial, mantendo um percentual de 30% do quadro de servidores em atividade em benefício da regular continuidade da prestação do serviço público;

CONSIDERANDO que em Representação oferecida por GENILDO DA SILVA MÂCEDO e MARIA DAS DORES DE SOUZA, informou-se que a Caixa Econômica Federal não vem respeitando o percentual de 30% do quadro a ser mantido durante o período de greve;

Resolve,

Instaurar Inquérito Civil com o fito de apurar eventuais irregularidades na greve realizada pela Caixa Econômica Federal, tendo em vista notícia de que não está se respeitando o percentual de 30% do quadro de servidores a ser mantido em funcionamento.

Diante do exposto,

DETERMINA:

1. Registre-se e autue-se esta Portaria

2. Oficie-se ao sindicato do servidores da Caixa Econômica Federal para que se manifeste acerca das irregularidades apontadas.

3. Comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 62, I, da Lei Complementar n. 75/93 e artigo 6º da Resolução CSMPF n. 87/2006.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES

PORTARIA Nº 31, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que esta subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos, DETERMINA:

Art. 1º - Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a seguinte ementa: "SAÚDE. Acompanhamento das recomendações referentes às constatações colhidas na auditoria DENASUS Nº 26, ocorrida em maio de 2011, no Município de Belford Roxo. Atenção Básica.".

Art. 2º - Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLAUDIA DE SALES ALENCAR

PORTARIA Nº 34, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo apurar as condições de prestação de serviço de transfusões ambulatoriais realizadas no Centro Hemoterápico Vale do Taquari - HEMOVALE, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.29.014.000043/2011-23) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e à autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, §2º, II, da Resolução Nº 23/07/CNMP.

A secretaria deste gabinete acompanhará a tramitação deste feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

NILO MARCELO DE ALMEIDA CAMARGO
Procurador da República

PORTARIA Nº 353, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011

ETIQUETA PR/TO 11676/2011

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar Nº 75/93, Resolução CSMPF Nº 87/2010 e ainda:

CONSIDERANDO a Peça de Informação Nº 1.36.000.000904/2011-98, contendo o OFÍCIO-CIRCULAR Nº 92/2011/PFDC/MPF-GPC encaminhado a esta Procuradoria pela senhora Subprocuradora-Geral da República GILDA PEREIRA CARVALHO, em 26 de setembro de 2011;

CONSIDERANDO que igualmente foi encaminhada cópia do Ofício Nº 1.958/2011/CONJUR/MCIDADES, de 23 de março de 2011, da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades, informando a respeito da Resolução Recomendada Nº 77, editada pelo Conselho das Cidades do Ministério das Cidades, visando o cumprimento do art. 38 do Decreto Nº 5.296/2004, por parte dos municípios;

CONSIDERANDO que o referido Decreto regulamenta a respeito da prioridade de atendimento às pessoas deficientes, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, além de outras providências;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Procedimento Administrativo Nº 1.00.000.000893/2005-51, na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - Brasília/DF, o qual visa o cumprimento do art. 38 do supramencionado Decreto, por parte dos municípios;

CONSIDERANDO que uma das funções institucionais do Ministério Público é zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme determina o art. 129, II da CRFB/88;

Resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendente a apurar o cumprimento do artigo 38 do Decreto Nº 5.296/2004 no estado do Tocantins, que trata de disposições da Acessibilidade no Transporte Coletivo Rodoviário pelos deficientes físicos.

Determinar a realização das seguintes providências iniciais:

1) Encaminhe-se a presente Portaria à COORJU, acompanhada da PI 1.36.000.000904/2011-98, para autuação e cadastro;

2) Encaminhe-se cópia da presente à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, solicitando sua publicação;

3) Encaminhe-se às prefeituras de Palmas, Araguaína e Gurupi Recomendação a respeito de providências necessárias ao cumprimento da política nacional de desenvolvimento urbano, ratificando no tocante aos deficientes físicos;

4) Publique-se no mural desta PR/TO pelo prazo de 10 (dez) dias;

5) Designo o servidor GUSTAVO LAGE DUARTE para secretariar os trabalhos;

6) Após o cumprimento das diligências anteriormente determinadas, voltem os autos conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 6, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil Público. [1.34.017.000105/2005-69]

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República subscritora, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO a sua atribuição na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, ambos da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil público, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III, e art. 5º da Lei Complementar Nº 75/93);

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo a todos, inclusive ao Poder Público, a responsabilidade por sua defesa e preservação, a teor do art. 225 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo Nº 1.34.017.000105/2005-69, cujo objeto é a verificação de possíveis lesões ao meio ambiente ocorridas no rio federal Mogi-Guaçu e seus arredores, observada a área de atribuição dessa Procuradoria da República no Município de Araraquara/SP, decorrentes da exploração excessiva e do manejo inadequado na extração de areia;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade da realização de novas diligências a fim de se traçar um panorama atual da região da bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu, no que tange especificamente à persistência e amplitude das lesões ambientais eventualmente existentes;

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar Nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, por meio da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12 da Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo por objeto diligenciar no sentido de apurar eventual ocorrência de dano ambiental no rio federal Mogi-Guaçu e seus arredores, observada a área de atribuição dessa Procuradoria da República no Município de Araraquara/SP, decorrentes da exploração excessiva e do manejo inadequado na extração de areia.

FICA DETERMINADO ainda:

a) sejam providenciadas as anotações e registros pertinentes, notadamente no sistema ÚNICO, razão do quanto deliberado na presente Portaria;

b) a comunicação à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação da servidora Ana Carolina Afonso André de Andrade e Oliveira, Analista Processual, como secretária, para fins de auxiliar na instrução do presente ICP;

d) que se proceda ao acompanhamento do vencimento do prazo fixado no artigo 9º, da Resolução Nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se nos autos e restituindo-os com minuta de despacho de prorrogação, se necessário;

e) a expedição de ofício à Agência Ambiental da CETESB em Araraquara, conforme minuta em separado.

Publique-se, a partir de afixação de cópia no átrio dessa unidade e também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da da Resolução Nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

DANIELA DE OLIVEIRA MENDES

PORTARIA Nº 10, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O Ministério Público Federal, pelos Procuradores da República signatários, no exercício de suas atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal promover a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, nos termos do artigo 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar n. 75/93;

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o artigo 225, caput, da Constituição Federal de 1988, todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a existência do Inquérito Civil Público n. 1.33.002.000160/2010-01, da PRM/São Miguel do Oeste/SC, cujo objeto é fiscalizar e exigir o cumprimento das normas ambientais na construção da Usina Hidrelétrica Itapiranga;

CONSIDERANDO que a Usina Hidrelétrica Itapiranga será construída no Rio Uruguai, o que causará a inundação de cerca de 2.840 ha (dois mil oitocentos e quarenta hectares) de terras e atingirá os Municípios de Itapiranga/SC, São Miguel do Oeste/SC, Mondaí/SC, Pinheirinho do Vale/RS, Caiçara/RS, Vicente Dutra/RS e Vista Alegre/RS;

CONSIDERANDO que a implantação desse empreendimento causará grande impacto ambiental, com a inundação de florestas, mortes de animais e possível modificação do clima da região;

CONSIDERANDO que a implantação da Usina Hidrelétrica de Itapiranga afetará diretamente municípios da área de atribuição das Procuradorias da República de Passo Fundo/RS, Santa Rosa/RS e São Miguel do Oeste/SC;

E, por fim, CONSIDERANDO a expressa previsão de atuação conjunta de membros do parquet na condução de Inquéritos Civis (art. 8º, parágrafo único, da Res. 87/2006, do CSMPF),

Os Procuradores da República nos Municípios de São Miguel do Oeste/SC, Santa Rosa/RS e Passo Fundo/RS, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b", art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar n. 75/93; arts. 2º, inc. II, 4º, inc. II, 5º e art. 8º, parágrafo único, todos da Resolução n. 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal) RESOLVEM ATUAR CONJUNTAMENTE no Inquérito Civil Público n. 1.33.012.000160/2010-01, da PRM/São Miguel do Oeste/SC, o qual tem por objeto fiscalizar e exigir o cumprimento das normas ambientais na construção da Usina Hidrelétrica Itapiranga.

Encaminhe-se cópia da presente Portaria à Quarta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, para fins do disposto nos artigos 6º e 16 da Resolução n. 87/2006 e nos artigos 4º e 7º da Resolução n. 23/2007 do CNMP, procedendo-se à juntada aos autos da comprovação do envio do documento.

MARIA REZENDE CAPUCCI
Procuradora da República - PRM/São Miguel do Oeste/SC

GABRIEL SILVEIRA DE QUEIRÓS CAMPOS
Procurador da República - PRM/Santa Rosa/RS

FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA
Procuradora da República - PRM/Passo Fundo/RS

PORTARIA Nº 33, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar irregularidades no descarte de pneumáticos no município de Arroio do Meio/RS, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.29.014.000031/2011-07) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e à autuação da presente, comunique-se à 4º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, §2º, II, da Resolução Nº 23/07/CNMP.

A secretaria deste gabinete acompanhará a tramitação deste feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

NILO MARCELO DE ALMEIDA CAMARGO
Procurador da República

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 145, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

Considerando ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

Considerando ser função institucional do Ministério Público, dentre outras: I - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF e 2º, Lei Complementar Nº 75/93); II - promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, III, da Carta Magna, art. 6º, VII, e alíneas, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 1º da Resolução CSMPF Nº 87/2006); III - a defesa do patrimônio público e social e do meio ambiente (art. 129, III, da Carta Magna e art. 5º, III, da Lei Complementar Nº 75/93);

Considerando a alteração promovida pela Resolução CSMPF n.106/2010 no art. 4º, § 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006;

Considerando a representação formulada nesta Procuradoria da República noticiando a existência de protocolo de intenções celebrado pelo Governo de Pernambuco com a Star Energy Participações, do Grupo Bertin, para a construção em SUAPE de usina termelétrica de óleo diesel, com potência instalada de 1.452 megawatts, considerada a maior usina a óleo do mundo;

Considerando o enorme potencial poluidor do empreendimento, com possíveis reflexos negativos ambientais de grandes proporções, que ultrapassam os limites da vizinhança e podem atingir o ecossistema costeiro,

Resolve DETERMINAR:

I - a conversão das Peças de Informação MPF/PRPE Nº 1.26.000.002521/2011-09 em Inquérito Civil Público (área temática Meio Ambiente) tendo por objeto "acompanhar o licenciamento ambiental e apurar o impacto ao meio ambiente em face da implantação da Usina Termelétrica SUAPE III, movida a óleo e com potência instalada de 1.452 megawatts, segundo protocolo de intenções firmado pelo Governo de Pernambuco e a Star Energy Participações, do Grupo Bertin"

II - A autuação da presente Portaria em conjunto com o procedimento em referência, bem como a remessa de sua cópia para fins de publicação, nos termos do art. 5º, VI, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006;

III - Como providências iniciais, determino seja requisitado:

a) Ao Governo de Pernambuco (Secretaria de Desenvolvimento Econômico), cópia do protocolo de intenções celebrado com a Star Energy Participações, do Grupo Bertin, para a construção da Termelétrica SUAPE III;

b) À CPRH, informações sobre a eventual existência de EIA/RIMA do empreendimento, bem como pedido de licença ambiental em trâmite naquela instituição;

c) Ao COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS - SUAPE, informações sobre a área destinada ao empreendimento, inclusive do terminal de graneis líquidos para armazenagem do óleo;

d) À ANEEL, informações sobre eventual autorização para a construção da Termelétrica SUAPE III, fruto de fusão de cinco termelétricas.

IV - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

ANTONIO CARLOS DE V. COELHO BARRETO CAMPELLO
Procurador da República

PORTARIA Nº 379, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

INSTAURA INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001555/2011-66

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal o zelo pelo meio ambiente, promovendo as medidas necessárias para sua garantia (art. 129, inc. III, da CF), sendo cabível a instauração de inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos (art. 7º, inc. I, da LC Nº 75/93);

CONSIDERANDO que o objeto da presente peça informativa se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

E, por fim, CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal instaurar Inquéritos Civis Públicos e Procedimentos Administrativos correlatos (art. 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e arts. 4º, II e 5º, ambos da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal), DETERMINO:

A instauração em Inquérito Civil Público, tendo por objeto Apurar os danos causados pela ocupação irregular do estabelecimento comercial denominado "Bar Chulé", localizado sobre APP/terreno de marinha, em Osório/RS.

Autuação e registro da presente Portaria de Instauração, nos termos da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Publicação e comunicação desta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

CRISTIANNA DUTRA BRUNELLI NÁCUL

PORTARIA Nº 425, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

Autos n°: 1.22.000.000626/2010-83. Classe: Procedimento Administrativo Cível

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial á função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do artigo 127, caput, da Constituição Federal e artigo 1º da Lei Complementar Nº 75/1993 - Lei Orgânica do Ministério Público da União;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, de acordo com o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal c/c artigos 5º, incisos I, alínea h, e inciso III, alíneas a e b, e 6º, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União;

CONSIDERANDO que o inquérito civil público é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais, na forma do artigo 1º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho, de acordo com o disposto no artigo 109, I, da Constituição Federal, o que determina, em uma perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 70 da Lei Orgânica do Ministério Público da União;

CONSIDERANDO que foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em Minas Gerais - PRMG, o Procedimento Administrativo Nº 1.22.000.000626/2010-83, com a seguinte ementa:

"PRECÁRIO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAÍBA DO SUL, RESPONSÁVEL PELO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM VÁRIOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS."

CONSIDERANDO que referido Procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, § 7º, da Resolução Nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1) Autuação desta Portaria e do presente Procedimento Administrativo como Inquérito Civil Público, na forma dos artigos 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e 2º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, devendo a presente Portaria ser autuada como peça inicial do inquérito civil em epígrafe, numerando-se a presente com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras "A", "B", e "C", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

2) Registro e publicação da presente Portaria de Instauração, controlando o prazo de eventual prorrogação, na forma do artigo 4º e 9º, da Resolução Nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Comunicação da instauração do presente ICP à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, desta Portaria de instauração, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução Nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

4) Expedição de ofício à SEMAD/MG, conforme minuta anexa;

Remeta-se, juntamente com o ofício a ser expedido, cópias da presente Portaria, na forma em que previsto no artigo 6º, § 9º, da Resolução Nº 23/2007 do CNMP.

Após, acautele-se em Secretaria, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no aguardo de resposta.

MIRIAN R. MOREIRA LIMA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
4ª REGIÃO

PORTARIA CODIN Nº 1.618, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

os termos de representação e documentos noticiando irregularidade relativa ao pagamento de verbas rescisórias no âmbito empreendimento INDEL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA., CNPJ 00.268.652/0001-01, com endereço na Avenida V. Joã Batista Sanches, 1359, Distrito Industrial II, Maringá-PR, CEP 87.065-130;

que a prática denunciada, em tese, viola, dentre outros direitos assegurados no artigo 7º da Constituição Federal e 477 da Consolidação das Leis do Trabalho;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar Nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar Nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos do Procedimento Preparatório Nº 001546.2010.04.000/9;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

Porto Alegre, 13 de outubro de 2011.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 249, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000646.2011.20.000/8, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Remuneração e Benefícios) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 10.437.005/0001-30.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 250, DE 3 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000740.2011.20.000/8, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da PNEUS CENTER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 01.132.580/0001-33.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 251, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000733.2011.20.000/0, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Contribuições, Taxas e Mensalidades às Entidades Sindicais e Pagamento Não Contabilizado) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da PNEUS CENTER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 01.132.580/0001-33.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 252, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000678.2011.20.000/2, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, Condição Degradante, CTPS e Registro de Empregados, Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, Descanso Semanal, Décimo Terceiro Salário, Atividades e operações penosas, Intervalo Intrajornada, Intervalo Interjornada, Descanso Semanal, Férias, Feriados, FGTS e Contribuições Previdenciárias) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de JOSÉ RAIMUNDO MOURA GONZAGA (proprietário das FAZENDAS TIRIRICA, CEI 500015635384, situada no Povoado Porteiras, Município de Japaratuba e NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CEI 512037477484, esta última situada no Povoado Baixa Grande, Município de Pirambu).

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 253, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000754.2011.20.000/0, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Remuneração e Benefícios: Salário Mínimo Nacional, Normativo ou Profissional) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de JOSÉ RAIMUNDO MOURA GONZAGA (proprietário das FAZENDAS TIRIRICA, CEI 500015635384, situada no Povoado Porteiras, Município de Japaratuba e NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CEI 512037477484, esta última situada no Povoado Baixa Grande, Município de Pirambu).

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 254, DE 5 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000630.2011.20.000/2, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Assédio Moral) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de JOSÉ RAIMUNDO MOURA GONZAGA (proprietário das FAZENDAS TIRIRICA, CEI 500015635384, situada no Povoado Porteiras, Município de Japaratuba e NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CEI 512037477484, esta última situada no Povoado Baixa Grande, Município de Pirambu).

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 256, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000723.2011.20.000/2, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos () resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa UNIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 07.105.153/0001-42.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 257, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000729.2011.20.000/0, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Trabalho Noturno) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa BRAVA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 02.081.574/0001-67.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 258, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000720.2011.20.000/3, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Trabalho Noturno) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da Empresa Sergipana de Vigilância Ltda - E.S.V, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 16.208.738/0001-89.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 255, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011 (*)

Promove ampliação de limite de movimentação e empenho, nos termos do art. 9º da lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 70 da lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e dá outras providências.

O vice-presidente do tribunal de contas da união, na presidência, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 28, incisos xxxiv e xxxix do regimento interno, e tendo em vista o disposto no art. 9º da lc nº 101, de 2000 (lrf), combinado com o art. 70 da lei nº 12.309, de 2010 (ldo), resolve:

Art. 1º Fica ampliado, para empenho e movimentação financeira, o valor constante do Anexo I desta Portaria, referente às ações consignadas ao Tribunal de Contas da União na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 (LOA de 2011), publicada no Diário Oficial da União do dia 10 seguinte, tendo-se por base o Ofício Interministerial nº 326/SE/MP/MF, de 16 de setembro de 2011.

Art. 2º Fica aprovada, na forma dos anexos II e III desta portaria, a alteração do Cronograma Anual de Desembolso Mensal do ano de 2011, objeto da Portaria-TCU nº 52, de 16 de fevereiro de 2011, publicada em 17 de fevereiro de 2011, e da Portaria-TCU nº 83, de 29 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de março de 2011, referente aos dispêndios com Outras Despesas Correntes e Investimentos e Juros e Encargos da Dívida, constantes da Lei Orçamentária Anual nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 (LOA), publicada no Diário Oficial da União do dia posterior, em decorrência de:

a)abertura de crédito adicional suplementar objeto da Portaria-TCU nº 106, de 20 de abril de 2011;

b) abertura de crédito adicional suplementar objeto da Portaria-TCU nº 175, de 6 de julho de 2011;

c)abertura de crédito adicional suplementar objeto da Portaria-TCU nº 191, de 18 de julho de 2011;

d)abertura de crédito adicional suplementar objeto da Portaria-TCU nº 247, de 19 de setembro de 2011;

e)abertura de crédito adicional suplementar objeto da Portaria-TCU nº 248, de 19 de setembro de 2011;

f)remanejamento de crédito efetivado por meio do Decreto s/nº, de 11 de julho de 2011, para a formalização da transferência do contrato de dívida externa contratual da União, do Tribunal de Contas da União- TCU, celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

g)ajuste da programação financeira nos meses de março e dezembro referente aos dispêndios com Outras Despesas Correntes;

h)bloqueio de crédito de Outras Despesas Correntes e Investimentos, para suplementação de benefícios a ser autorizada por intermédio de lei específica; e

i)ampliação de empenho e movimentação financeira a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO NARDES

ANEXO I

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
AMPLIAÇÃO DE LIMITE DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
EM REAIS

PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DE DESPESA	FONTE	VALOR
01.032.0550.4018.0001 - FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS	3.3.90.39	0100	1.704.354,00
01.032.0550.4018.0001 - FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS	4.4.90.00	0100	2.500.000,00
TOTAL			4.204.354,00

ANEXO II

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL DE 2011
OUTRAS DESPESAS CORRENTES, INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS
Em Reais

Mês	Fonte 0100 - Outras Despesas Correntes (ODC)	Fonte 0100 - Investimentos	Fonte 0100 - ODC-Benefícios
Janeiro	8.800.445,00	4.050.431,58	3.439.795,00
Fevereiro	8.972.081,09	4.050.431,58	3.439.795,00
Março	4.993.522,46	4.050.431,58	3.439.795,00
Abril	8.226.360,31	3.105.987,14	3.439.795,00
Maio	8.226.360,31	3.105.987,14	3.439.795,00
Junho	8.226.360,31	3.105.987,14	3.439.795,00
Julho	8.226.360,31	3.767.586,91	3.439.795,00
Agosto	8.226.360,31	3.475.667,17	3.439.795,00
Setembro	8.226.360,31	3.475.667,17	3.439.795,00
Outubro	8.294.478,31	2.762.447,20	4.714.145,33
Novembro	8.294.478,31	2.762.447,20	4.714.145,33
Dezembro	9.763.036,97	2.762.447,20	4.714.145,33
Total	**98.476.204,00**	**40.475.519,01**	**45.100.590,99**

ANEXO III

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL DE 2011
AMORTIZAÇÃO E JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Em Reais

Mês	Fonte 0100 - Amortização	Fonte 0100 - Juros e Encargos
Janeiro	266.555,34	81.320,71
Fevereiro	0,00	0,00
Março	0,00	0,00
Abril	0,00	0,00
Maio	0,00	0,00
Junho	0,00	0,00
Julho	0,00	0,00
Agosto	0,00	0,00
Setembro	0,00	0,00
Outubro	0,00	0,00
Novembro	0,00	0,00
Dezembro	0,00	0,00
Total	**266.555,34**	**81.320,71**

(*) Republicada por ter saído no DOU de 30-9-2011, Seção 1, pág. 173, com incorreção do original.

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 37/2011
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA
Em 19 de outubro de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-020.510/2010-1
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei nº 8.443/1992)
Entidade: Município de Anajás/PA
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex-PA)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.993/2010-2
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei nº 8.443/1992)
Entidade: Município de São Domingos do Araguaia/PA
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex-PA)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.352/2011-2
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Entidade: Comando do 2º Distrito Naval
Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.861/2009-7
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Entidade: Município de Santana do São Francisco/SE
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (Secex-SE)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI,em virtude da vacância do cargo de Ministro

TC-017.284/2010-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessada: Danielle Paiva Santos (CPF 826.286.611-87)
Órgão: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-026.220/2011-3
Natureza: Denúncia.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional em Pernambuco - Senai/PE.
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.279/2011-2
Natureza: Administrativo.
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
Interessada: 5ª Secretaria de Controle Externo - 5ª Secex.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-027.726/2009-8
Natureza: Denúncia
Entidade: Município de Belém do Brejo do Cruz/PB
Responsável: Germano Lacerda da Cunha
Interessado: Município de Belém do Brejo do Cruz/PB
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-008.714/2011-8
Natureza: Representação
Entidade: Petróleo Brasileiro S.ª - MME.
Interessados: 9ª Secex e Controladoria-Geral da União - PR (05.049.940/0001-99) Advogados constituídos nos autos: Aliny Soares da Silva (OAB/AM nº 4.247), André Uryn (OAB/RJ nº 110.580), Carlos da Silva Fontes Filho OAB/RJ 59712, Claudismar Zupiroli (OAB/DF nº 12.250), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ nº 117.360),Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57504), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF nº 10.969), Helio Siqueira Junior (OAB/RJ 62929), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF nº 24.882), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ nº 109.690), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ nº 121.685), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ nº 121.235), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF nº 814), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ nº 81.078), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ nº 124.668), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ nº 130.114), Elson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ nº 37.506), Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ nº 67.460), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114649), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ nº 141.195), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ nº 139.758),Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19329), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ nº 124.666), Thiago de Oliveira (OAB/RJ nº 122.683).

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-029.384/2011-7
Natureza: Denúncia
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.
Responsáveis: Hamilton Vasconcelos Gadelha Pregoeiro do IFAM; Adelson Monteiro de Andrade, Procurador Federal junto ao IFAM.
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-031.277/2011-0
Natureza: Administrativo
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidades: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Departamentos Nacional e Regional no DF - Sebrae/DN e Sebrae/DF
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-029.081/2010-6
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea;
Responsáveis: Argemiro Antônio Fontes Mendonça, CPF 252.234.101-49, Carlos Alonso Alencar Queiroz, CPF 136.890.532-34, Luiz Guilherme de Matos Zigmantas, CPF 093.357.222-00; Marcos Túlio de Melo, CPF 130.866.186-04; Federação Nacional dos Jornalistas, CNPJ 34.078.576/0001-93 Advogados constituídos nos autos: João de Carvalho Leite Neto, OAB/DF 19.914 e Claudismar Zupiroli, OAB/DF 12.652.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-006.232/2008-8
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Entidades: Transportadora Gasene S/A (CNPJ: 07.295.604/0001-51) e Petrobrás - Petróleo Brasileiro S/A (CNPJ: 33.000.167/0236-67) - MME
Responsável: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF: 042.750.395-72)
Interessado: Congresso Nacional Advogados constituídos nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia, OAB/RJ nº 67.460; Nelson Sá Gomes Ramalho, OAB/RJ nº 37.506; Guilherme Rodrigues Dias, OAB/RJ nº 58.476; Ésio Costa Júnior, OAB/RJ nº 59.121; Hélio Siqueira Júnior, OAB/RJ nº 62.929; Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque, OAB/RJ nº 57.404.

Secretaria das Sessões, 14 de outubro de 2011.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

EXTRATO DA PAUTA Nº 39/2011
SESSÃO ORDINÁRIA
Em 19 de outubro de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-030.192/2011-0
Natureza: Representação
Interessado: Araujo Abreu Engenharia S.A. (33.373.325/0006-83)
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: José Carlos Nespoli Louzada, OAB/DF nº 18.494

TC-575.236/1998-1
Apensos: TC 575.460/1997-0 (APARTADO)
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 1997
Responsáveis: Paulo César Rondinelli (367.095.307-87); Sérgio Albino de Souza Castilho (007.935.747-49); empresas: Volume Construções e Participações Ltda. - CNPJ: 34.265.298/0001-83; Gruçaí Construtora Ltda. - CNPJ: 01.710.567/0001-14; Monte Alfenas Construtora S.A. - CNPJ: 42.176.396/0001-72; LHM Ar Condicionado Ltda. - CNPJ: 30.284.608/0001-56; STIM - Sociedade Técnica de Instalação e Manutenção Ltda. - CNPJ: 42.515.700/0001-69; J. Cesar Empreiteira Ltda. - CNPJ: 32.271.348/0001; Serviços de Revestimentos Monte Sinai Ltda. - CNPJ: 36.072.122/0001- 30.
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumato-Ortopedia - INTO
Advogados constituídos nos autos: Joaquim do Amaral Filho, OAB/RJ n° 31.043; Patrícia Maria de Mattos Coelho Rodrigues, OAB/RJ n° 99.140; Maria Cristina Bonelli Wetzel, OAB/RJ n° 124.668; Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth, OAB/RJ n° 121.685; Gustavo Cortês de Lima, OAB/DF n° 10.969; Paulo Sérgio de Araújo e Silva Fabião, OAB/RJ n° 128.763; José Henrique Barbosa Moreira Lima Neto, OAB/RJ n° 83.795; Flávia Maria Figueiredo Teixeira, OAB/RJ n° 109.255; Guilherme Fernandes Cordeiro de Morais, OAB/RJ n° 159.286; Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, OAB/RJ n° 65.997; Keiti dos Santos Collaço, OAB/RJ n° 113.112; Rocco Costa Brito Maranhão, OAB/RJ n° 96.276; Claudismar Zupiroli, OAB/DF n° 12.250; Gabrieli Corcino Pires Ribeiro, OAB/DF n° 16.846; Frederico Rodrigues Barcdlos de Sousa, OAB/DF n° 16.845; Fernando Augusto M. Nazaré, OAB/DF n° 11.485; Idmar de Paula Lopes, OAB/DF 5.204; Rodrigo Muguet da Costa, OAB/RJ n? 124.666; Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro, OAB/RJ n° 141.195; Ricardo Penteado de Freitas Borges, OAB/SP n° 92.770; Marcelo Certain Toledo, OAB/SP n° 158.313; Meg Montana Kede, OAB/RJ n° 124.440; Juliana de Souza Reis Vieira, OAB/RJ n° 121.235; Daniele Farias Dantas de Andrade, OAB/RJ n° 117.360; Ingrid Andrade Sarmento, OAB/RJ n°109.690; Marta de Castro Meireles, OAB/RJ n° 130.114; André Uryn, OAB/RJ n° 110.580; Dorgival Alves de Moura, OAB/RJ nº 92.747; Paulo Sergio Ferreira Rodrigues, OAB/RJ nº 48.456; Taynná Marreiros de Moura, OAB/RJ nº 162.691

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-023.312/2010-6
Natureza: Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria
Interessada: Prefeitura Municipal de Canoas/RS, por intermédio do seu prefeito, Jairo Jorge da Silva
Órgão/Entidade: Secretaria Nacional de Seg. Pública - Senasp
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-001.307/2008-8
Natureza: Recuso de revisão (TCE)
Recorrente: Manoel Francisco Alves Silva (024.494.556-04)
Entidade: Prefeitura de Almenara - MG
Advogados constituídos nos autos: João Ribeiro Costa (OAB/MG 72.254) e Flávio Reis Duarte (OAB/MG 124.450)

TC-013.629/2005-0
Natureza: Representação
Responsáveis: Célio Copati Mazoni (047.601.406-97); Lênio de Castro Lara (311.758.486-20); Orlando Antônio de Freitas (047.583.826-20)
Entidade: Município de Barbacena - MG
Advogados constituídos nos autos: Davi Leonard Barbieri (OAB/MG 85384) e José Otávio Ferreira Amaral (OAB/MG 74071-B)

TC-025.579/2006-7
Natureza: Representação
Interessado: Ministério Público Federal
Entidade: Ministério do Turismo
Advogados constituídos nos autos: Huilder Magno de Souza (OAB-DF 18.444), José Eduardo Nogueira (OAB-PB 7.659), Anselmo Meireles de Lima Ayello (OAB-DF 16.116), Leonardo Augusto Leão Lara (OAB-MG 74.173), Samuel Mol Alves (OAB-MG 98.877), Christiano Berg Carvalhaes de Paiva (OAB-MG 86.700), Flávio Schegerin Ribeiro (OAB-DF 21.451), Igor Tamasauskas (OAB-SP 173.163), Pierpaolo Cruz Bottini (OAB-SP 163.657), Alexandre Pontieri (OAB-SP 191.828) e Mateus Carvalho Branco Silva (OAB-DF 27.015)

TC-027.703/2008-5
Natureza: Pedido de reexame (Denúncia)
Recorrentes: Edison Freitas de Siqueira Advogados Associados (CNPJ 05.911.044/0001-97), Estado do Rio Grande do Sul, Action Sports Indústria e Comércio de Confecções Ltda., Ademir Ferrari, Adriano Sobrosa Mezzomo, Agau Industrial e Comercial Ltda., Agropecuária Adifersi Ltda., Águas Minerais Sarandi, Alan José Salles Zoccoli, Alberto Izidoro de Oliveira, Alda Fava Appel, Alex Kruel, Alexandre Teixeira de Azevedo, Alfamed Distribuidora de Medi-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

camentos Ltda., Aloísio D. Hammes, Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda., Álvaro Guilherme Serodio Lopes, Alzira de Oliveira, Amélia Apio da Silva, Amélia Machado de Siqueira Vitali, André Zanqueta Vitorino, Ansélio Pereira, Antônio Lopes Pinheiro dos Santos, Antônio Ré Zandoná, Aparício Nunes Noronha, Aramiz Assunção, Archel Engenharia Ltda., Arrozella - Arrozeira Turella Ltda., Arthur Lange S/A Indústria e Comércio, Atualiza Reciclagem Ltda., Belonir Maria Migliorini, Benjamin José Zandoná, Bianca Brum de Oliveira, Brilac Indústria e Comércio de Calçados Ltda., C.J. 1100 Comércio de Peças Ltda., Capina Urbanizadora Ltda., CBE - Bandeirante de Embalagens S/A., Cecília Strube, Chocolate Caseiro Mercosul Ltda., Cícero Augusto Almeida, Cinara de S. Henrique, Cipa - Industrial de Produtos Alimentares Ltda., Cláudio Golgo Advogados Associados, Cláudio José Evangelista Pereira, Cláudio Roberto Nunes Golgo, Clóvis de Oliveira, Clóvis Pinto Silva, Clóvis Victorio Mezzomo, Cogefe - Engenharia Comércio e Empreendimentos Ltda., Concrisa - Construtora Cristal Ltda., Condomínio Jesse Silva, Rangel Construtora, Piccoli - Cousandier Ltda., Cooperativa Agrícola Mista Alagoense Ltda., Cooperativa Arrozeira Extremo Sul Ltda., Cristal Formulários Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., Custódio Rangel Pires Júnior e Carlos Aécio Rangel Silva, D.J. Quartiero - Indústria Comércio de Arroz Ltda., Daisy Machado, Daniel Meneghel, Dante Ledesma, Darci Bene, Darci Zandoná, Decision Assessoria Ltda., Denarina José Lopes, Deusimar Nogueira Rocha, Dietmar Ramann Speer, Dileta Meneghetti, Dismar - Distribuidora de Bebidas São Miguel Arcanjo Ltda., Ditole Comércio de Alimentos Ltda., Édison Freitas de Siqueira, Edson Ferreira Cardoso, Eduardo Campos Silva, Eduardo Leon Silva, Eldorado Indústria Plástica Ltda., Ema Janardo Pinto, Endrigo Di Loreto, Enterprise Consultoria Técnica de Negócios S/S Ltda., Erecamp Construções de Imóveis e Incorporações Imobiliárias Ltda., Ergoflex Móveis para Escritórios Ltda., Eric Morais Machado Cardoso, Ernani T. de Oliveira, Estevam Nogueira Pegoraro, Eulália Agostini, Expresso Frederes S/A Viagens e Turismo, Expresso Nova Cuiabá Ltda., Fábio Fernandes Betin, Ferdal Indústria e Comércio Metalúrgico Ltda., Fernando Signorini Engenharia Ltda., Fiscal Engenharia e Construções Ltda., Francisco Machado, Frida Sandri, Frigorífico Entre Rios Ltda., Frigorífico Nordeste Ltda., Fufamed Comércio e Importação Médico Hospitalar Ltda., Gabriela Vieira, Gail - Guarulhos Indústria e Comércio Ltda., Gerci Ribeiro do Vale, Gilson Gervásio de Souza Júnior, Golgo Advogados Associados S/S, GSA - Gama Sucos e Alimentos Ltda., Henry Soares, Hilton Santos Couto Filho, Hospitalar Gaúcha Ltda., Ibrama, Incoma Indústria e Comércio de Máquinas para Madeira Ltda., Indústrias Reunidas Rhos Ltda., Intab - Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda., Iracema Maria Pires Teixeira, Irene Ramalho, Ireli Soares, Irma Maria Tombini, Ismar Medeiros, Jesse Silva Rangel, Joana Colombo, João Batista Vieira, Jorge Carlos Comig, Jorge Liz Ortolan, José R. Marques, José Amaury Faria Palma, José Boaventura da Silva, José C. de Lima, José da Silva Carolino, José Darci Istreiti, José Mário Ferreira Silveira, José Roque Lopes Henrique, Júlio Bittencourt, JVS Lopes, L. Soster & Cia. Ltda., Laudelina Accordi Freitas, Leandro G. Medeiros, Leonardo Fernandes, Livnika Kikinda do Brasil - Indústria e Comércio de Fundidos Ltda., Lojas Radan Ltda., Luís Airton Dias Jr., Luiz Augusto Moojen da Silveira, Luiz Guadagnin, Lurdes Lodi Rissini Guadagnin, Lurdes Trindade Rebonatto, MA Comércio de Alimentos Ltda., Madellegno Móveis Ltda., Mademacro M. Ltda., Malharia Guerra Ltda., Maquimóvel Máquinas e Equipamentos Industriais Ltda., Marcina Gonçalves, Márcio Guimarães Barroso, Marcos dos Santos, Marcos Vianna de Azevedo Bastian, Maria Aparecida Segati, Marília Dagani, Mário Luis Barreto Monteiro, Marlene Pacheco, Marlon Arator dos Santos Rosa, Maurícia Bassan, Maurício Bassan ME, Mauro Bonneti Gomes, Mauro Gilmar Kretzmann ME, Mauro V.M. Bassan, MCF Comercial de Frutas Ltda., Metalúrgica Moldenox Ltda., Migliorini & Cia Ltda., Minerbras S/A Indústria e Comércio, Miriam Ferreira Siqueira e Cia. Ltda., MKJ Importação e Comércio Ltda. (MAKENJI), MLC Engenharia e Construções Ltda., Mônica de Figueiredo Seixas Calumbi, Motter Engenharia Ltda., Móveis Schuster Ltda., Murilo Vouzella de Andrade, Nairo Alvarus Patussi, Natal Ludwig, Nechamp Alimentos Ltda., Nefroclínica Ltda., Nelsão Materiais de Construção ME., Nelson Marques Gomes, Neusa Teresinha dos Santos, Noemi de Campos Silva, Odete Colla, Odília Dal Maso Ceolin, Odócio Santos, Ondina Maria Martins Faria, Ortosíntese Indústria e Comércio Ltda., Oscar Guimarães, Otinilda Maria Possebom, P&P Comércio de Calçados Ltda., Palmira Alvira, Passuelo Construções Ltda., Paulo Lopes da Silva, Paulo Selbach, Paulo Sérgio Businaro, Pedro A.G.L. Silva, Pedro Elio Ilecki, Pedro Eugênio (Flex S/A), Pedro Gelsi Júnior, Petrônio Cezar Galvão de Castro, Policlínica Central Ltda., Puxadores Acessórios Comércio e Representações Ltda., Quero Quero S/A, Real e Cia. Ltda., Refeições Natura Ltda., Regina Farias, Ricardo Lopes Beltrame, Rodrigo Peres, Rogério Candioto Ballesteros, Roque Rigoni, Rosane M. F. de Oliveira, Roseli Lutcmeier Bohn, Rubens José Franco Filho, Ruy Dagani, Sampatricio Indústria e Comércio Ltda., Samuel Fernandes da Silva Júnior, Santa Cruz Açúcar e Álcool Ltda., Savel Alimentos Ltda., Sérgio Konarzewski, Sérgio L. M. F. Júnior, Sérgio Luiz Schuaste da Silva, Sérgio Viegas dos Santos, Spectrum Engenharia Ltda., Stakol Engenharia Ltda., Tereza de Jesus Machado Bassan, Therezinha Bilinaski Vieira, Tintas Kresil, Togni Auto Peças Ltda., Transportes J. C. Lopes Ltda., Usina Santa Maria, Valério Antônio Zulato Moreira, Vera Lúcia P. Becker, Viação Sul Fluminense Transportes e Turismo Ltda., Vilson Tonello, Vita Rim Clínica Ltda., VMC Máquinas e Equipamentos Ltda., Wolf Artefatos de Metais Ltda., Wolmar Salton Incorporações Indústria e Comércio, Zaar Indústria e Comércio de Móveis em Geral Ltda., Zardo Solados e Componentes para Calçados Ltda.

Entidades: Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A.; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás); Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
Advogados constituídos nos autos: Édison Freitas de Siqueira (OAB/DF 2.074-A) e Fernanda Roberta Borges de Sousa (OAB/DF 26.215)

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-014.566/2008-7
Natureza: Acompanhamento
Responsáveis: Antonio Domingos Teixeira Bedran (007.377.046-91); e outros
Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.651/2011-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Município de Guarulhos - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-006.706/2011-8
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Município de Petrópolis - RJ
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex/RJ)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.452/2010-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: José Eduardo Brayner Costa Mattos (299.885.787-68); Luiz Manuel Amaral Messias (101.581.707-68)
Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. - GRUPO ELETROBRAS/MME
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 (Secob-3)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.788/2011-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Gisela Kraus (793.159.337-53); Gustavo Ferreira Gomes (437.867.317-72); José Paes Leme da Motta (627.671.947-15); João Carlos de Oliveira Azedias (986.322.647-53); Luiz Antônio Pagot (435.102.567-00); Luiz Emygdio de Oliveira (376.444.677-34); Luiz Fernando de Souza (569.211.957-91); Nilton de Britto (140.470.121-49); Walter Luiz Corrêa Magalhães (199.181.007-53)
Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit e Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro - Seobras/RJ
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2).
Advogados constituídos nos autos: Ademir Antonio de Carvalho - OAB/MG 121.890, Alexandre Aroeira Salles - OAB/DF 28.108, Andre Naves Laureano Santos - OAB/MG 112.694, Angela Tomazia Rosa - OAB/MG 126.413, Clara Sol da Costa - OAB/MG 115.937, Cristiano Nascimento e Figueiredo - OAB/MG 101.334, David Salim Santos Hosni- OAB/MG 130.777, Fernando Antônio dos Santos Filho - OAB/MG 116.302, Flávia da Cunha Gama - OAB/MG 101.817, Flávia Mendes Ribeiro Moreira - OAB/MG 87.893, Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira - OAB/MG 89.353, Gabriel Machado Sampaio - OAB/MG 126.653, Lara Maria de Araújo Barreira - OAB/MG 126.039, Luciana Cristina de Jesus Silva - OAB/MG 126.357, Luis Henrique Baeta Funghi- OAB/DF 32.250, Marcos Damasceno - OAB/MG 128.719, Marina Hermeto Corrêa - OAB/MG 75.173, Mariana Barbosa Miraglla - OAB/MG 107.162, Nayron Sousa Russo - OAB/MG 106.011, Patricia Guercio Teixeira Delage, OAB/MG 90.459, Paulo Henrique de Oliveira Silva - OAB/MG 129.977 , Renata Aparecida Ribeiro Felipe - OAB/MG 97.826, Renata Arnaut Araújo Lepsch - OAB/DF 18.641, Richard Paul Martins Garrell - OAB/MG 127.318, Tathiane Vieira Viggiano Fernandes - OAB/DF 27.154Vitor Magno de Oliveira Pires - OAB/MG 108.997, Claudismar Zupiroli - OAB/DF 12.250, Gustavo Cortês de Lima - OAB/DF 10.969, Idmar de Paula Lopes - OAB/DF 24.882, Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth - OAB/RJ 121.685, Márcia Granja Maués - OAB/RJ 119.214, Maria Cristina Bonelli Wetzel - OAB/RJ 124.668, Marta de Castro Meireles - OAB/RJ 130.114, Paulo Vinicius Rodrigues Ribeiro - OAB/RJ 141.195, Rafaella Farias Tuffani de Carvalho - OAB/RJ 139.758, Renata Granja Maués - OAB/RJ 155.435.

TC-022.678/2010-7
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI/PI
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex-PI)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.877/2010-6
Natureza: Representação
Recorrente: Grenit Serviços e Desenvolvimento de Softwares Ltda. (representante; 06.936.483/0001-17)
Entidade: Caixa Econômica Federal - Regional de Sustentação ao Negócio em São Paulo
Unidades Técnicas: Secex/SP e Serur
Advogados constituídos nos autos: Arystóbulo de Oliveira Freitas (OAB/SP 82.329); Ricardo Brito Costa (OAB/SP 173.508); Monica Fernandes do Carmo (OAB/SP 115.832), Marcelo Jaime Ferreira (OAB/DF 15.766), Deirdre Aquino Neiva Cruz (OAB/DF 12.469), Vera Maria Barbosa Costa (OAB/DF 17.697), Iara Sônia de Aquino Neiva (OAB/DF 10.911) e Ludmilla de Queiros Eufrásio (OAB/DF 29.382).

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI,em virtude da vacância do cargo de Ministro

TC-000.741/2011-6
Natureza: Relatório de Monitoramento
Entidade: Secretaria Nacional de Defesa Civil - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.480/2010-5
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Arlete Avelar Sampaio (CPF 057.330.141-72); Laura da Veiga (CPF 071.481.786-49); José Maria de Sá Freire Sobrinho (CPF 663.649.907-97); Luziele Maria de Souza Tapajós (CPF 028.475.438-21), Rômulo Paes de Sousa (CPF 106.263.872-72); Rosilene Cristina Rocha (CPF 555.117.836-68).
Entidade: Secretaria Executiva - MDS
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-004.188/2011-0
Natureza: Solicitação
Interessada: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.
Unidades: Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas - Seinfra/AL e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.551/2003-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Agamenon Rodrigues do Prado (220.387.791-04); e outros
Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-002.810/2011-5
Natureza: Relatório de Auditoria. Órgão/Entidades: Caixa Econômica Federal - CAIXA; Município de Manaus/AM e Secretaria Executiva do Ministério das Cidades - Mici.
Responsáveis: Américo Gorayeb Júnior e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.575/2011-0
Natureza: Relatório de Auditoria. Órgão/Entidades: Caixa Econômica Federal - CAIXA; Companhia de Saneamento de Sergipe e Secretaria Executiva do Ministério das Cidades - Mici.
Responsáveis: Max Maia Montalvão.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.479/1996-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Campina Grande/PB.
Responsáveis: Construtora OAS Ltda. e outros.
Advogados constituídos nos autos: Antonio Newton Soares de Matos, OAB/DF n. 22.998, Djenane Lima Coutinho, OAB/DF n. 12.053, Aloísio Alves de Vasconcelos, OAB/DF n. 8.418/E, Roberto Barbosa, OAB/PB n. 9.618, Irapuan Sobral Filho, OAB/PB n. 5.295, Fabrício de Castro Oliveira, OAB/BA n. 15.055, João Geraldo Piquet Carneiro, OAB/DF n. 800-A, Luiz Custódio de Lima Barbosa, OAB/DF n. 791, Arthur Lima Guedes, OAB/DF n. 2.893/E, Thiago Gomide Nasser, OAB/DF n. 3.432/E, Marina Couto Giordano, OAB/DF n. 4.567/E, Raquel Gomide Nasser, OAB/DF n. 6.271/E, Rodrigo de Sá Queiroga, OAB/DF n. 16.625, Adriana Rodrigues Fernandes, OAB/DF n. 20.127, Lidiane Neiva Martins Lago, OAB/DF n. 7.451/E, Juliana Brasil Ponte Guimarães Coury, OAB/DF n. 18.243, Luciano José Nóbrega Pires, OAB/PB n. 6.820, Anibal Bruno Montenegro Arruda, OAB/PB n. 8.571, Harrison Alexandre Targino, OAB/PB n. 5.410, Jovino Machado da Nóbrega Neto, OAB/PB n. 10.727.

TC-025.237/2009-5
Natureza: Relatório de Levantamentos. Órgão/Entidades: Caixa Econômica Federal - CAIXA; Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão e Secretaria Executiva do Ministério das Cidades - Mici.
Responsáveis: Antônio Geraldo Lavor Silveira Júnior e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.623/2011-1
Natureza: Solicitação.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional em Santa Catarina Senai/SC.
Interessada: Analúcia Hartmann, Procuradora da República em Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-010.290/2009-6
Natureza: Representação
Unidade: Ministério do Esporte (vinculador)
Interessado: Sigma Dataserv Informática S/A (CNPJ 77.166.098/0001-86)
Advogados constituídos nos autos: Fernando Vernalha Guimarães (OAB/PR 20.738), Luiz Fernando Pereira (OAB/PR 22.076), Luciano Vernalha Guimarães (OAB/PR 40.919), Alceu Preisner Júnior (OAB/PR 37.979); Dayana Sandri Dallabrida (OAB/PR 41.297).

Interessado(s) na Sustentação Oral
Fernando Vernalha Guimarães - OAB /PR 20738
Luiz Fernando Pereira - OAB/PR 22.076

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-029.469/2006-3
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I)
Natureza: Representação (REVISOR: Ministro VALMIR CAMPELO (Ata 31/2010)
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional no Estado do Piauí (Senai/PI)
Responsáveis: Antonio José de Moraes Souza, Presidente do Conselho Regional do Senai/PI e da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (Fiepi) (CPF 001.654.253-34); Ewerton Negri Pinheiro, Diretor Regional do Senai/PI (CPF 189.824.847-87); João Clímaco de Brito Costa, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi no Piauí (IEL/PI) no exercício de 2002 (CPF 189.824.847-87)
Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP/TCU)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-009.710/2007-3
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte
Advogados constituídos nos autos: Carlos Eduardo Alves de Mendonça, OAB/PA 7257-A; Marcelo Miranda Caetano, OAB/PA 9497; Edgard Mario de Medeiros Jr. OAB/PA 8292; Alcides da Silveira Santos Castanho Sobrinho, OAB/DF 17994; Kleber Luiz da Silva Jorge, OAB/PA 8673; Eduyges Maria Araújo Pereira, OAB/PA 9434; Rubens Braga Cordeiro, OAB/PA 9442; Caroline Campos de Souza, OAB/PA 10708; Rubens Motta de Azevedo Morais Jr., OAB/RJ 112.271-B; Ana Ialis Baretta, OAB/PA 11.903; Mário David Ferreira Antunes, OAB/PA 7243, Adriana Grecco Moulin, OAB/SP 162.227, André George Ferraris Fernandes, OAB/SP 124.559, Cibele Lueni Greco de Souza Barbara, OAB/SP 251.009, Danielle Mitie Kita, OAB/SP 262.801; Edmo Colnaghi Neves, OAB/SP 97.569; Eduardo Fontes Ribeiro, OAB/SP 198.156, Eduardo Santoro Stocco, OAB/SP 269.164, Elizabeth Luzia da Cruz Amore, OAB/SP 211.069; Henrique de Paula Borges, OAB/SP 184.702, Laercio Kemp, OAB/SP 51.656, Milena Sbrana da Silveira, OAB/SP 196.329, Julio Cezar Alves, OAB/SP 100.705,Yvone Anna Kraiker, OAB/SP129.261, Gianfranco Fogaccia Cinelli, OAB/SP 147.596, Regina Tiemi Suetomi, OAB/SP168.077, Adriana Accurcio de Oliveira, OAB/SP184.905, Mariana Ramos Machado, OAB/SP 252.958, Bianca Poffo de Oliveira, OAB/SP 248.438, Marcela Coelho e Mello Souza, OAB/SP 215.846, Jéssica Degilio Violin, OAB/SP 274.320, Talita Cabrera Valejo Appa, OAB/SP 246.541, Cesar de Oliveira Jacobsen, OAB/SP234.224, Silvia Rodrigues Alves Sauer, OAB/SP 241.948, Renata Pacheco Rizzo Misoczki, OAB/SP 257.504 e Marina Thereza Santos Souza Özdemir, OAB/SP 240.269

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-017.251/2011-7
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Entidade: Caixa Econômica Federal
Interessado: Presidente da Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-002.856/2011-5
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2011)
Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

TC-015.233/2011-1
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - MDIC
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.503/2011-6
Natureza: Acompanhamento
Interessado: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF
Responsável: Jurandir Vieira Santiago
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.287/2010-0
Natureza: Levantamento de Auditoria
Órgãos: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e unidades de monitoramento e avaliação dos órgãos setoriais do Poder Executivo
Responsável: Maria Lucia de Oliveira Falcón, Secretária de Planejamento e Investimento Estratégico
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-018.898/2010-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás
Responsável: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás
Interessado: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.105/2010-2
Natureza: Embargos de declaração (em Relatório de Auditoria)
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
Interessado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
Responsável: Eloi Angelo Palma Filho
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-032.787/2008-6
Natureza: Pedido de Reexame.
Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.
Recorrente: Plínio Ivan Pessoa da Silva, CPF nº 145.889.862-87.
Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, OAB/DF nº 6.546; Jaques Fernando Reolon, OAB/DF nº 22.885; Cynthia Póvoa de Aragão, OAB/DF nº 22.298; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior, OAB/DF nº 29.760; e Gustavo Valadares, OAB/DF nº 18.669.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-025.429/2009-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Prefeitura de Passo de Camaragibe - AL.
Responsáveis: J. J. Construções e Materiais Ltda. (04.342.571/0001-65); Manoel João dos Santos Junior (536.982.664-15); Mário Araújo (061.488.404-72); Ronaldo Farias de Lacerda (675.839.544-87).
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - FNS/MS (26.989.350/0001-16)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-009.725/2009-2
Apenso: TC 014.488/2009-7
Natureza: Relatório de Levantamento
Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit; Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S. A.
Responsáveis: Antônio Cavagliano (008.635.178-89); Aristides Vieira Machado (049.627.967-04); Benedito Aparecido Trida (010.073.898-26); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Mário Mondolfo (913.529.248-20); Paulo Vieira de Souza (403.961.698-72); Pedro Paulo Dantas do Amaral Campos (020.072.648-03); Pedro da Silva (120.388.878-37); Ricardo Rossi Madalena (137.221.248-59).
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.402/2011-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.
Responsáveis: Adriana da Silva Cardoso (009.103.577-57); Anete Vale de Almeida (392.796.854-49); Ewerton Campelo Assis de Oliveira (008.415.024-63); Gustavo Henrique Cavalcanti B. de Melo (140.539.694-68); Herbete Halamo Rodrigues Caetano Davi (023.834.274-38); Joao Batista Bezerra (057.374.514-53); José Ivonildo Rego (055.859.454-91); Sílvio Noronha de Melo (107.882.804-06); Thomaz Edson Cavalcante Vale (012.597.074-90); Tullio Emmanuel Messias Raposo (044.499.374-65); Ângela Maria Paiva Cruz (074.596.964-04).
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.768/2011-7
Natureza: Relatório de Levantamento
Unidade: Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Responsável: Rosalba Ciarline Rosado, Governadora (CPF 199.516.984-68)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-003.287/2011-4
(processo eletrônico).
Natureza: Administrativo.
Órgão: Tribunal de Contas da União.
Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.910/2011-2
Natureza: Administrativo.
Órgão: Tribunal de Contas da União.
Interessada: Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos - Adplan.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.804/2010-2
Natureza: Representação.
Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT.
Responsáveis: Jones Borralho Gama, coordenador-geral de Gestão de TI e fiscal do contrato 02.0015.00/2009 (CPF 183.275.161-91); Roberto Vanderlei de Andrade, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Gestão (CPF 052.564.704-00); Elenice da Silva Sousa Santos, chefe de serviço da Divisão de Licitações, Contratos e Compras (CPF 256.241.301-63); Kátia Rejane Trindade Farias, chefe da Divisão de Licitações, Contratos e Compras (CPF 658.476.951-87); Ivancir Castro Filho, chefe da Divisão de Licitações, Contratos e Compras (CPF 658.476.951-87); Raul Pequeno Sá Carvalho, coordenador de Atos, Contratos e Convênios (CPF 934.581.423-04). Advogados constituídos nos autos: José Vicente Cêra Júnior (OAB/SP 155.962), Tadeu Rabelo Pereira (OAB/DF 9.747), Juliana Guilhem Muniz (OAB/SP 185.271).

TC-025.940/2010-4
Natureza: Administrativo
Órgão: Tribunal de Contas da União - TCU.
Interessado: Associação dos Técnicos da Área de Auditoria e Fiscalização do TCU - Auditec (10.702.296/0001-46).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-003.331/2008-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária, Superintendência Regional do Rio Grande do Norte (Incra/RN)
Interessado: Marcos Antônio Oliveira Morais (CPF n.º 113.285.332-04), agente administrativo; Paulo Sidney Gomes Silva (CPF n.º 897.342.034-87), então Superintendente Regional Advogados constituídos nos autos: Pedro Luiz Viana Lopes (OAB/RN n.º 5.114); Antônio Pereira de Macedo Neto (OAB/RN n. º 3.586); André Augusto de Castro (OAB/RN n.º 3.898)

TC-004.980/2008-4
Natureza: Pedido de Reexame em Representação
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre/Ufac
Vinculação: Ministério da Educação - MEC
Recorrentes: Jonas Pereira de Souza Filho (CPF 058.733.712-53); Rosemir Santana de Andrade Lima (CPF 308.631.712-49)
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogados constituídos nos autos: Cláudia Maria da Fontoura Messias Sabino (OAB/AC 3.187); Honorinda Firmino Cavalcante (OAB/AC 2.796); Luciano Oliveira de Melo (OAB/AC 3.091); Patricia Pontes de Moura (OAB/AC 3.191)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-026.125/2011-0
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados Advogados constituídos nos autos: Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.960), Claudismar Zupirolli (OAB/DF12.250), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Daniela Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/109.690), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), André Uryn (OAB/RJ 110.580), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712) e Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078)

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-013.046/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades: Companhia Nacional de Abastecimento - MAPA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)
Responsáveis: Antonio Carlos da Silveira Pinheiro (334.461.567-04); Argepal - Armazéns Gerais Paranaíba - Ltda. (01.772.946/0001-39); José Fragoso da Luz (033.716.111-91); Manoel João Alves de Sá (225.556.841-15); Raimundo Silva (110.688.173-72); Sílvio José Venturoli Filho (705.331.568-15). Advogados constituídos nos autos: Lucas Aires Bento Graf (OAB/DF nº 13.246); Rafael Silva Melão (OAB/DF nº 26.264); Humberto Machado Neto (OAB/RJ nº 59.661); Juliana Taveira Martins Figueiredo (OAB/RJ nº 145.221); Mozart Gouveia Belo da Silva (OAB/DF nº 8.696); Gandhi Gouveia Belo da Silva (OAB/DF nº 12.164); Láiza Melina Souza Teixeira (OAB/GO nº 20.671); Antônio Carlos Toninho Teixeira (OAB/GO nº 8.530); José Rilmar Vieira de Sousa Filho (OAB/DF nº 29.448).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-003.094/2009-4
Natureza: Acompanhamento
Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
Responsável: Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-003.868/2011-7
Natureza: Representação
Órgãos/Entidades: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
Interessados: Deputados Federais Antônio Carlos Magalhães Neto, Antonio Imbassahy, Arnaldo Jardim e Jutahy Júnior
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-034.108/2010-6
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Entidade: Município de Aracaju/SE
Interessado: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-004.620/2010-0
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Município de Propriá/SE.
Responsáveis: Paulo Roberto Ayres de Freitas Britto (Prefeito Municipal); Josefa Francisca dos Reis (ex-Secretária Municipal de Educação).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.944/2011-7
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Entidade: Eletrobrás Termonuclear S/A - GRUPO ELETROBRÁS
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.978/2010-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palmas - TO
Responsáveis: Joelma Gorete Carvalho de Oliveira (417.812.281-91); José Humberto de Oliveira (426.256.029-53); Raul de Jesus Lustosa Filho (170.256.211-53); Samuel Braga Bonilha (263.837.131-91)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.908/2010-8
(com 5 volumes)
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Município de Londrina/PR
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-005.710/2009-1
Natureza: Representação
Entidade: Município de Carira/SE.
Responsáveis: Antônio Cezar Oliveira (072.911.595-04); Cristiane Tavares de Almeida (002.427.115-29); Gilma Araújo Santos Chagas (259.493.495-04); Iara Maria dos Santos (660.966.855-87); Joao Bosco Machado (103.513.615-53); José Ivam dos Santos (463.982.525-00); Maria Leide de Vasconcelos (230.691.805-82); Paulo Ernani Advogados Associados (09.364.966/0001-82); Yara Maria de Oliveira (463.714.515-53)
Interessado: Conselho de Alimentação Escolar do Município de Carira/SE.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.251/2010-4
Natureza: Representação
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Responsáveis: Antonio Domingos Teixeira Bedran (007.377.046-91); Jarbas José Valente (184.059.671-68); João Batista de Rezende (472.648.709-44); Rodrigo Augusto Barbosa (770.368.831-20); Ronaldo Mota Sardenberg (075.074.884-20); Simone Henriqueta Scholze (334.824.541-91)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-002.015/2008-8
(com 1 anexo)
Natureza: Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial
Recorrente: Francisco Rodrigues de Sousa - CPF 065.575.893-34
Unidade: Prefeitura Municipal de Timon/MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.552/2010-0
(com 1 anexo)
Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Representação)
Recorrente: Premier Produtos Alimentícios Ltda. (CNPJ: 01.392.601/0001-50)
Unidade: Administração Pública Federal
Advogada constituída nos autos: Paula Cristiane Vieira de Melo (OAB/PE 20.830)

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-014.241/2011-0
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Senado Federal
Unidade: Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-030.940/2011-7
Natureza: Solicitação
Interessada: Controladoria-Geral da União
Unidade: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI,em virtude da vacância do cargo de Ministro

Classe I - Recursos

TC-008.970/2007-8
Apenso: TC 005.472/2009-8
Natureza: Agravo
Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.a. - GRUPO ELETROBRAS - MME
Recorrente: Consórcio Construtor Simplício Advogados constituídos nos autos: Ademir Antonio de Carvalho (OAB/MG 121.890), Adriano Chaves Jucá Rolim (OAB/BA 11.320), Adriano Sá de Seixas Maia (OAB/BA 14.561), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Ana Beatriz Rocha Mascarenhas (OAB/BA 13.835), André Naves Laureano Santos (OAB/MG 112.694), Ângela Tomazia Rosa (OAB/MG 126.413), Bruno Dias Pereira (OAB/MG 102.678), Carolina Feitosa Dolabela Chagas (OAB/MG 96.205), Ciro Cardoso Brasileiro Borges (OAB/SP 206.631), Clara Sol da Costa (OAB/MG 115.937), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Daniele Uchida Campos (OAB/SP 261.303), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.096), Ernesto Luis Silva Vaz (OAB/MG 96.334), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Flávia Mendes Ribeiro Moreira (OAB/MG 87.893), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Gabriel Machado Sampaio (OAB/MG 126.653), Gilda Medeiros Garcia (OAB/RJ 49.169), João Henrique Andrade Araújo Horst (OAB/PE 14.326), Juliana Fonseca de Azevedo (OAB/SP 208.483), Kelly Magalhães Faleiro (OAB/SP 205.952B), Lara Maria de Araújo Barreira (OAB/MG 126.039), Luis Henrique Baeta Funghi (OAB/DF 32.250), Luciana Cristina de Jesus Silva (OAB/MG 126.357), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Mônica Bahia Odebrecht (OAB/BA 11.436), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Patrícia Guercio Teixeira (OAB/MG 90.459), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641), Renata Maciel de Souza (OAB/SP 224.313), Ricardo Amitay Kutwak (OAB/RJ 118.718), Richard Paul Martins Garrell (OAB/MG 127.318), Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno (OAB/SP 155.036), Simone Eliza Martins Pereira Sahade (OAB/SP 221.780), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e Vitor Magno de Oliveira Pires (OAB/MG 108.997).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-006.310/2006-0
Natureza: Incidente de Uniformização de Jurisprudência
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.
Advogados constituídos nos autos: Elmano de Freitas (OAB/CE 11.098), Giane Alvares Ambrósio Alvares (OAB/SP 218.434), Jailson Tenório dos Reis (OAB/PI 4.512) e Marleide Ferreira Rocha (OAB/DF 22.115).

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-006.329/2008-8
Apenso: TC 011.004/2000-8
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Município de Jatobá/MA
Responsáveis: Miguel Alves da Silva, ex Prefeito (CPF 021.955.423-49); Antonio Alves de Moraes, ex Tesoureiro (CPF 064.244.303-34); Sônia Maria da Costa Silva, ex Secretária de Saúde (CPF 330.735.463-91); Francisca Consuelo Lima da Silva, ex Secretária de Educação (CPF 400.864.963-87); Ednaura Pereira da Silva, servidora da prefeitura (CPF 449.088.903-82); Alexsandro Pereira, servidor da prefeitura (CPF 845.303.161-49); Maria Francisca Felix da Silva, servidora da prefeitura (CPF 421.417.963-34); Damasia Silva da Luz, servidora da prefeitura (CPF 429.480.373-87); Eulânio Patrício Rodrigues Monteiro (CPF 854.256.483-91); M. R. Silva Campos (CNPJ 00.765.294/0001-42); J. B. M. Costa Júnior (CNPJ 01.682.453/0001-08); M. I. M. Costa (CNPJ 86.819.026/0001-81); F. Vale dos Santos (CNPJ 01.399.879/0001-59); Kreponn do Brasil Ltda. (CNPJ 01.074.842/0001-50); A G M Lustosa-ME (CNPJ 11.107.729/0001-88); Distribuidora Maranhense/P. Ferreira Comércio Maranhense (CNPJ 02.118.193/0001-05); R. N. V. da Silva (CNPJ 23.436.363/0001-70); T. J. Pereira Papelaria (41.384.082/0001-00); Castro - Comércio Representações e Serviços Ltda. (CNPJ 02.191.530/0001-90); Comercial Nutria de Alimentos Ltda. (CNPJ 35.156.611/0001-08); Maria Nazaré Araújo de Lima (CNPJ 12.143.533/0001-01); Marlislene M. de Carvalho (CNPJ 03.620.618/0001-42); Dias e Silva Ltda. (CNPJ 01.604.790/0001-87); E. G. de Oliveira Filho Com. e Representações (CNPJ 01.834.638/0001-90); Marco Distribuidora, Representação e Comércio Ltda. (CNPJ 02.578.332/0001-83) Advogados constituídos nos autos: Flamarion Misterdan Sousa Ferreira (OAB/MA 8.205); Francivaldo Pereira da Silva Pitanga (OAB/MA 7.158); Antonio dos Santos Menezes (OAB/MA 4.204); Odon Francisco de Carvalho (OAB/MA 8.394)

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-032.990/2010-3
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.
Entidade: Estado do Rio Grande do Norte.
Interessado: Senado Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-006.801/2006-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre - Deracre.
Responsáveis: José Antônio Silva Coutinho, CPF 000.323.526-20, Diretor-Geral do Dnit; Alexandre Silveira de Oliveira, CPF 790.224.996-34, Diretor-Geral do Dnit; Antônio Mota Filho, CPF 048.416.973-49, Diretor de Infra-Estrutura Terrestre do Dnit; Hideraldo Luiz Caron, CPF 323.497.930-87, Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária/DNIT; Odair Cordeiro, CPF 099.410.968-72, Coordenador da 22ª Unit; Júlio Augusto Miranda Filho, CPF 826.270.968-34, Coordenador da 22ª Unit; Jorge Ney Viana Macedo Neves, CPF 969.804.868-53, ex-Governador do Estado do Acre; Gilberto do Carmo Lopes Siqueira, CPF 176.749.801-20, Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável do Estado do Acre; Sérgio Yoshio Nakamura, CPF 004.641.628-58, Diretor-Geral do Deracre; Joselito José da Nóbrega, CPF 439.495.334-00, Diretor de Obras do Deracre; Francisco Anas-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tácio Cezário Braga, CPF 182.989.232-00, Diretor de Administração e Finanças do Deracre; Manoel Ângelo Xavier Costa, CPF 321.797.661-49, Gerente e Assessor do Deracre. Advogados constituídos nos autos: José Roberto Figueiredo Santoro, OAB/DF n. 5.008; Pedro Raphael Campos Fonseca, OAB/DF n. 13.836; Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, OAB/DF n. 26.966; Douglas Fernandes de Moura, OAB/DF n. 24.625; Eduardo Stênio Silva Sousa, OAB/DF n. 20.327; Elisa Lima Alonso, OAB/DF n. 18.483; Érico Joaquim da Silva Júnior, OAB/DF n. 23.529; José Pinheiro de Souza Sobreira, OAB/DF n. 25.065; Júlio César Soares de Souza, OAB/MG n. 107.255; Lucivalter Expedito da Silva, OAB/MG n. 91.079; Silvana Aparecida Alves Borges Batista, OAB/MG n. 95.432. Estagiários: Kárida Coelho Monteiro, OAB/DF n. 6.550/E; Pedro Felipe de Oliveira Santos, OAB/DF n. 8.277/E; Natália Alves Duarte, OAB/DF n. 6.624/E; Ana Virgínia de Araújo Costa Batista, OAB/DF n. 8.553/E; Rodrigo Marçal Rocha, OAB/DF n. 8.440/E; Júlio Cesar Soares, OAB/DF 6.366/E.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-015.676/2010-2
Natureza: Relatório de Auditoria.
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit e Prefeitura Municipal de Caracaraí - RR.
Responsáveis: Antonio Eduardo Filho, CPF n. 164.386.202-20; Adanilson Jose Silva de Araujo, CPF n. 164.264.792-68; Alexandro da Costa Goes CPF n. 763.074.502-82; Andrea Soares Barnez, CPF n. 937.910.465-00; Antonio Eduardo Filho, CPF n. 164.386.202-20; Edson Prado Barros CPF n. 269.230.498-57; Fagner dos Santos e Santos CPF n. 760.639.332-04; Haroldo José Muniz CPF n. 628.085.594-53; Herbert Drummond CPF n. 110.346.966-53; Luiz Antonio Pagot CPF n. 435.102.567-00; Michel Dib Tachy CPF n. 000.376.135-53; Nadja Tereza Monteiro de Oliveira CPF n. 361.617.487-20; Sandra Silva Pinto CPF n. 155.291.852-15; e Andrade Galvão Engenharia Ltda., CNPJ n. 13.558.309/0005-77.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-006.209/2010-6
Natureza: Representação.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral em Santa Catarina - TRE/SC.
Interessada: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina - Secex/SC.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-025.560/2011-5
Natureza: Representação
Interessada: M Terraplenagem e Construções Ltda. (CNPJ: 24.946.352/0001-00).
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
Advogado constituído nos autos: João Luis Rocha Gomes, OAB/DF n. 20.622.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe III - Consultas

TC-005.408/2011-3
Natureza: Consulta
Órgão: Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT
Interessado: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Advogado constituído nos autos: não há

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-028.890/2010-8
Apenso: TC 020.591/2008-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Federal de Enfermagem - Cofen
Responsáveis: AC Consultoria e Planejamento Ltda (53.374.039/0001-35); Dulce Dirclair Huf Bais (255.224.859-49); Manoel Carlos Neri da Silva (350.306.582-20)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-023.785/2009-0
Natureza: Monitoramento
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Estado do Piauí - Senac/PI
Responsáveis: Antonio Hermanni Normando Almeida (036.471.613-49), Carlos Henrique Rodrigues Uchôa (227.641.003-53), Conegundes Gonçalves de Oliveira (014.107.093-53), Elaine Rodrigues Rocha Dias (704.314.343-87), Eliel da Rocha Santos (076.756.744-72), Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante (048.380.683-87), Getulio Alves dos Santos (518.656.108-87), Jairo de Freitas Silva (227.445.503-10), José Antônio de Araújo (065.820.953-15), Lauro Antônio Cronemberg (014.278.733-72), Rosilda Maria Alves (307.203.703-53), Vicente de Paulo Santos Correia (007.238.353-49)
Interessada: Secex/PI
Advogado constituído nos autos: Márcio Augusto Ramos Tinoco, OAB/PI nº 3.447

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-011.737/2011-5
Natureza: Representação
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região/DF.
Advogado constituído nos autos: Hamilton Reis Diniz, OAB/DF 29.506

TC-030.224/2007-1
Natureza: Representação
Entidade: Município de Francisco Beltrão/PR
Responsáveis: Antonio Minuk (590.382.689-04); José Humberto de Oliveira (171.052.265-87), Valter Bianchini (710.412.658-91) e Vilmar Cordasso (034.372.309-30) Interessada; Secex/PR
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe I - Recursos

TC-023.803/2006-6
Apenso: TC 030.402/2007-5.
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC.
Responsáveis: Aloisio Teixeira (385.691.087-53); Rodrigo Sobral Rollemberg (245.298.501-53); Sylvia da Silveira Mello Vargas (004.360.707-15); Universidade Federal do Rio de Janeiro (42.429.480/0001-50).
Interessado: Secex-RJ - 3ª Divisão (00.404.607/0016-02).
Advogado constituído nos autos: Joelson Dias (OAB/DF nº 10.441); Donne Pisco (OAB/DF nº 22.812); Juliana Fernandes da Silva (OAB/RJ nº 107.867); Enoque Alves da Silva (OAB/RJ nº 101.086); Gabriela G. Rollemberg (OAB/DF nº 25.157); Pedro Bannwart Costa (OAB/DF nº 26.798); Ubiratan Menezes da Silveira (OAB/DF nº 26.442); Rodrigo da Silva Pedreira (OAB/DF 29.627); Andreive Ribeiro de Sousa (OAB/DF 31.072); João Batista dos Santos (OAB/RJ nº 16.281); Aldelina Lopes Monteiro (OAB/RJ nº 45.493); Ana Cláudia de Lemos Santos (OAB/RJ nº 101.045); Hélio Henrique Bastos Machado (OAB/RJ nº 48.648); Tânia Amaral Gomes Gonçalves (OAB/RJ nº 83.676); Ígor Miranda (OAB/DF nº 25.158).

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-005.752/2007-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Arthur Avellar (659.099.507-97) e Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado do Espírito Santo (Faciapes) (27.058.817/0001-77).
Entidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo (Sebrae/ES).
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-018.997/2009-1
Natureza: Monitoramento.
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego.
Interessada: 5ª Secretaria de Controle Externo - TCU.
Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (00.461.251/0001-22).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-020.616/2004-3
Apenso: TC 012.402/2008-5.
Natureza: Representação.
Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP/TCU).
Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).
Advogados constituídos nos autos: Alexandre José Garcia de Souza (OAB/DF nº. 17.047), Fábio Henrique Garcia de Souza (OAB/DF nº. 17.081), Flávio J. de Moraes Jardim (OAB/DF nº. 17.199), José Nagel (OAB/DF nº. 4.208), Alexandre Matsuda Nagel (OAB/DF nº. 18.917), Edson Kazuo Katagiri (OAB/DF nº. 19.436), Ticiane Ushicawa Fukushima (OAB/DF nº. 19.148).

Secretaria das Sessões, 14 de outubro de 2011.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

ADITAMENTO À PAUTA Nº 39 - SESSÃO ORDINARIA
Em 19 de outubro de 2011

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 39/2011 - Plenário, para apreciação na Sessão Ordinária a se realizar no dia 19/10/2011, o(s) seguinte(s) processo(s):

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-004.424/2009-6.
Grupo: I; Classe de Assunto: VI - Representação.
Interessada: Controladoria-Geral da União - CGU.
Entidade: Prefeitura Municipal de Riachuelo/RN.
Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
Representante do Ministério Público: não atuou.
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte - Secex/RN.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-030.464/2010-2.
Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
Responsável: José Maria de Macedo Medeiros, CPF 067.078.664-00, ex-Prefeito.
Entidade: Município de Assu/RN.
Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
Unidade: Secex/RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 14 de outubro de 2011.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CGC 26.994.574/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de abril de 2011. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS CORRENTES	7.745.298,08	DESPESAS CORRENTES	441.147,09
Receita Patrimonial	334.473,51	Outras Despesas Correntes	439.347,09
Receita de Serviços	8.707,71	Outras Despesas	439.347,09
Outras Receitas Correntes	7.402.116,86	Despesa entre Órgãos do Orçamento	1.800,00
RECEITAS DE CAPITAL	194.671,00	Outras Despesas Correntes	1.800,00
Alienação de Bens	194.671,00	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	22.813.997,01
DEDUÇÕES DA RECEITA	(11.697,89)	Valores em Circulação	22.364.272,69
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	8.098,89	Recursos Especiais a Receber	22.364.272,69
Transferências Extra-Orçamentárias	8.098,89	Obrigações em Circulação	441.625,43
Transferências Diversas Recebidas	8.098,89	RP's Não Processados - Inscrição	441.625,43
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	15.318.774,02	Ajustes de Direitos e Obrigações	8.098,89
Valores em Circulação	15.216.689,48	Incorporação de Obrigações	8.098,89
Recursos Especiais a Receber	15.216.689,48	Outras Incorporações de Obrigações	8.098,89
Depósitos	328,32		
Depósitos de Diversas Origens	328,32		
Obrigações em Circulação	101.756,22		
Restos a Pagar	101.756,22		
Não Processados a Liquidar	98.710,34		
Cancelado	3.045,88		
TOTAL DE INGRESSOS	23.255.144,10	TOTAL DE DISPÊNDIOS	23.255.144,10

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO FINANCEIRO	22.364.272,69	PASSIVO FINANCEIRO	99.038,66
Créditos em Circulação	22.364.272,69	Depósitos	328,32
Limite de Saque c/ Vinc. Pagamento	22.364.272,69	Depósitos de Diversas Origens	328,32
ATIVO NÃO FINANCEIRO	283.688.947,83	Obrigações em Circulação	98.710,34
Realizável a Curto Prazo	283.688.947,83	Restos a Pagar Não Processados	98.710,34
Créditos em Circulação	283.688.947,83	A Liquidar	98.710,34
Outros Créditos em Circulação	283.688.947,83	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	(98.710,34)
ATIVO REAL	306.053.220,52	Obrigações em Circulação	(98.710,34)
ATIVO COMPENSADO	587.112,42	Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(98.710,34)
Compensações Ativas Diversas	587.112,42	PASSIVO REAL	328,32
Direitos e Obrigações Contratuais	587.112,42	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	306.052.892,20
		Patrimônio/Capital	291.559.491,35
		Patrimônio	291.559.491,35
		Resultado do Período	14.493.400,85

		Situação Patrimonial Ativa	306.053.220,52
		Situação Patrimonial Passiva	(291.559.819,67)
		PASSIVO COMPENSADO	587.112,42
		Compensações Passivas Diversas	587.112,42
		Direitos e Obrigações Contratadas	587.112,42
ATIVO TOTAL	306.640.332,94	PASSIVO TOTAL	306.640.332,94

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ORÇAMENTÁRIAS	7.928.271,19	ORÇAMENTÁRIAS	441.147,09
Receitas Correntes	7.745.298,08	Despesas Correntes	441.147,09
Receita Patrimonial	334.473,51	Outras Despesas Correntes	439.347,09
Receita de Serviços	8.707,71	Despesa entre Órgãos do Orçamento	1.800,00
Outras Receitas Correntes	7.402.116,86	Outras Despesas Correntes	1.800,00
Receitas de Capital	194.671,00	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	551.665,60
Alienação de Bens	194.671,00	Interferências Passivas	145.020,72
Deduções da Receita	(11.697,89)	Transferências de Bens e Valores Concedidos	48.290,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	7.557.942,35	Movimento de Fundos a Crédito	96.730,72
Interferências Ativas	8.098,89	Decréscimos Patrimoniais	406.644,88
Movimento de Fundos a Débito	8.098,89	Desincorporações de Ativos	55.630,90
Acréscimos Patrimoniais	7.549.843,46	Baixa de Bens Móveis	26.914,54
Incorporações de Ativos	7.546.611,29	Baixa de Direitos	28.716,36
Incorporação de Bens Móveis	171.935,26	Incorporação de Passivos	351.013,98
Incorporação de Direitos	7.374.676,03	RESULTADO PATRIMONIAL	14.493.400,85
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	186,29	Superávit	14.493.400,85
Ajustes de Créditos	186,29		
Desincorporação de Passivos	3.045,88		
VARIAÇÕES ATIVAS	15.486.213,54	VARIAÇÕES PASSIVAS	15.486.213,54

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1- Contexto Operacional - O objetivo do Fundo Rotativo é prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, programas de assistência social, melhoria das condições de trabalho de deputados e funcionários e realizações outras que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

NOTA 2- Elaboração das Demonstrações - As demonstrações contábeis foram preparadas com base nos critérios estabelecidos pela Lei n.º 4.320, de 1964, consubstanciados no Plano de Contas da Administração Pública Federal.

NOTA 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis - a) Disponibilidades - representadas, exclusivamente, pelo saldo da conta limite de saque com vinculação de pagamento conforme orientação da Mensagem n.º 2001/688.650 da COFIN/CCONT. b) Receitas e Despesas Orçamentárias - registradas obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei 4.320/64.

NOTA 4- Resultado Patrimonial - Apresenta no mês de abril de 2011 um superávit de R$14.493.400,85 .

ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

ALMIR APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA
Diretor Substituto da Coordenação de Contabilidade

RÓGERES DA SILVA MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de junho de 2011. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS CORRENTES	9.319.519,79	DESPESAS CORRENTES	1.063.476,76
Receita Patrimonial	483.141,23	Outras Despesas Correntes	1.053.996,76
Receita de Serviços	12.170,34	Outras Despesas	1.053.996,76
Outras Receitas Correntes	8.824.208,22	Despesa entre Órgãos do Orçamento	9.480,00
RECEITAS DE CAPITAL	194.671,00	Outras Despesas Correntes	9.480,00
Alienação de Bens	194.671,00	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	23.743.841,95
DEDUÇÕES DA RECEITA	(15.762,55)	Valores em Circulação	23.294.091,28
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	8.125,24	Recursos Especiais a Receber	23.294.091,28
Transferências Extra-Orçamentárias	8.125,24	Obrigações em Circulação	441.625,43
Transferências Diversas Recebidas	8.125,24	RP's Não Processados - Inscrição	441.625,43
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	15.300.765,23	Ajustes de Direitos e Obrigações	8.125,24
Valores em Circulação	15.216.689,48	Incorporação de Obrigações	8.125,24
Recursos Especiais a Receber	15.216.689,48	Outras Incorporações de Obrigações	8.125,24
Depósitos	2.937,18		
Depósitos de Diversas Origens	2.500,28		
Recursos do Tesouro Nacional	436,90		
Obrigações em Circulação	81.138,57		
Fornecedores	11.130,35		
Do Exercício	11.130,35		
Restos a Pagar	70.008,22		
Não Processados a Liquidar	66.962,34		
Cancelado	3.045,88		
TOTAL DE INGRESSOS	24.807.318,71	TOTAL DE DISPÊNDIOS	24.807.318,71

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO FINANCEIRO	23.294.091,28	PASSIVO FINANCEIRO	81.029,87
Créditos em Circulação	23.294.091,28	Depósitos	2.937,18
Limite de Saque c/ Vinc. Pagamento	23.294.091,28	Recursos do Tesouro Nacional	436,90
ATIVO NÃO FINANCEIRO	289.183.347,24	Depósitos de Diversas Origens	2.500,28
Realizável a Curto Prazo	289.183.347,24	Obrigações em Circulação	78.092,69
Créditos em Circulação	289.183.347,24	Restos a Pagar Processados	11.130,35
Outros Créditos em Circulação	289.183.347,24	Fornecedores - Do Exercício	11.130,35
ATIVO REAL	312.477.438,52	Restos a Pagar Não Processados	66.962,34
ATIVO COMPENSADO	587.112,42	A Liquidar	66.962,34
Compensações Ativas Diversas	587.112,42	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	(66.962,34)
Direitos e Obrigações Contratuais	587.112,42	Obrigações em Circulação	(66.962,34)
		Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(66.962,34)
		PASSIVO REAL	14.067,53
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	312.463.370,99
		Patrimônio/Capital	291.559.491,35
		Patrimônio	291.559.491,35
		Resultado do Período	20.903.879,64
		Situação Patrimonial Ativa	312.477.438,52
		Situação Patrimonial Passiva	(291.573.558,88)
		PASSIVO COMPENSADO	587.112,42
		Compensações Passivas Diversas	587.112,42
		Direitos e Obrigações Contratadas	587.112,42
ATIVO TOTAL	313.064.550,94	PASSIVO TOTAL	313.064.550,94

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ORÇAMENTÁRIAS	9.542.228,86	ORÇAMENTÁRIAS	1.063.476,76
Receitas Correntes	9.319.519,79	Despesas Correntes	1.063.476,76
Receita Patrimonial	483.141,23	Outras Despesas Correntes	1.053.996,76
Receita de Serviços	12.170,34	Despesa entre Órgãos do Orçamento	9.480,00
Outras Receitas Correntes	8.824.208,22	Outras Despesas Correntes	9.480,00
Receitas de Capital	194.671,00	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	670.731,08
Alienação de Bens	194.671,00	Interferências Passivas	220.129,34
Deduções da Receita	(15.762,55)	Transferências de Bens e Valores Concedidos	106.075,62
Mutações Ativas	43.800,62	Movimento de Fundos a Crédito	114.053,72
Incorporações de Ativos	43.800,62	Decréscimos Patrimoniais	450.601,74
Aquisições de Bens	43.800,62	Desincorporações de Ativos	67.813,41
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	13.095.858,62	Baixa de Bens Móveis	26.914,54
Interferências Ativas	8.125,24	Baixa de Direitos	40.898,87
Movimento de Fundos a Débito	8.125,24	Incorporação de Passivos	382.788,33
Acréscimos Patrimoniais	13.087.733,38	RESULTADO PATRIMONIAL	20.903.879,64
Incorporações de Ativos	13.084.089,25	Superávit	20.903.879,64
Incorporação de Bens Móveis	203.243,26		
Incorporação de Direitos	12.880.845,99		
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	598,25		
Ajustes de Créditos	598,25		
Desincorporação de Passivos	3.045,88		
VARIAÇÕES ATIVAS	22.638.087,48	VARIAÇÕES PASSIVAS	22.638.087,48

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1- Contexto Operacional - O objetivo do Fundo Rotativo é prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, programas de assistência social, melhoria das condições de trabalho de deputados e funcionários e realizações outras que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

NOTA 2- Elaboração das Demonstrações - As demonstrações contábeis foram preparadas com base nos critérios estabelecidos pela Lei n.º 4.320, de 1964, consubstanciados no Plano de Contas da Administração Pública Federal.

NOTA 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis - a) Disponibilidades - representadas, exclusivamente, pelo saldo da conta limite de saque com vinculação de pagamento conforme orientação da Mensagem n.º 2001/688.650 da COFIN/CCONT. b) Receitas e Despesas Orçamentárias - registradas obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei 4.320/64.

NOTA 4- Resultado Patrimonial - Apresenta no mês de junho de 2011 um superávit de R$20.903.879,64 .

ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

ALMIR APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA
Diretor Substituto da Coordenação de Contabilidade

RÓGERES DA SILVA MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de maio de 2011. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS CORRENTES	7.927.607,24	DESPESAS CORRENTES	688.038,39
Receita Patrimonial	412.897,80	Outras Despesas Correntes	685.638,39
Receita de Serviços	10.351,81	Outras Despesas	685.638,39
Outras Receitas Correntes	7.504.357,63	Despesa entre Órgãos do Orçamento	2.400,00
RECEITAS DE CAPITAL	194.671,00	Outras Despesas Correntes	2.400,00
Alienação de Bens	194.671,00	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	22.748.937,97
DEDUÇÕES DA RECEITA	(11.761,14)	Valores em Circulação	22.299.187,30
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	8.125,24	Recursos Especiais a Receber	22.299.187,30
Transferências Extra-Orçamentárias	8.125,24	Obrigações em Circulação	441.625,43
Transferências Diversas Recebidas	8.125,24	RP's Não Processados - Inscrição	441.625,43
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	15.318.334,02	Ajustes de Direitos e Obrigações	8.125,24
Valores em Circulação	15.216.689,48	Incorporação de Obrigações	8.125,24
Recursos Especiais a Receber	15.216.689,48	Outras Incorporações de Obrigações	8.125,24
Depósitos	328,32		
Depósitos de Diversas Origens	328,32		
Obrigações em Circulação	101.316,22		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Restos a Pagar	101.316,22		
Não Processados a Liquidar	98.270,34		
Cancelado	3.045,88		
TOTAL DE INGRESSOS	23.436.976,36	TOTAL DE DISPÊNDIOS	23.436.976,36

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO FINANCEIRO	22.299.187,30	PASSIVO FINANCEIRO	98.598,66
Limite de Saque c/ Vinc. Pagamento	22.299.187,30	Depósitos de Diversas Origens	328,32
ATIVO NÃO FINANCEIRO	283.688.400,72	Obrigações em Circulação	98.270,34
Realizável a Curto Prazo	283.688.400,72	Restos a Pagar Não Processados	98.270,34
Créditos em Circulação	283.688.400,72	A Liquidar	98.270,34
Outros Créditos em Circulação	283.688.400,72	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	(98.270,34)
ATIVO REAL	305.987.588,02	Obrigações em Circulação	(98.270,34)
ATIVO COMPENSADO	587.112,42	Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(98.270,34)
Compensações Ativas Diversas	587.112,42	PASSIVO REAL	328,32
Direitos e Obrigações Contratuais	587.112,42	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	305.987.259,70
		Patrimônio/Capital	291.559.491,35
		Patrimônio	291.559.491,35
		Resultado do Período	14.427.768,35
		Situação Patrimonial Ativa	305.987.588,02
		Situação Patrimonial Passiva	(291.559.819,67)
		PASSIVO COMPENSADO	587.112,42
		Compensações Passivas Diversas	587.112,42
		Direitos e Obrigações Contratadas	587.112,42
ATIVO TOTAL	306.574.700,44	PASSIVO TOTAL	306.574.700,44

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ORÇAMENTÁRIAS	8.129.059,49	ORÇAMENTÁRIAS	688.038,39
Receita Patrimonial	412.897,80	Outras Despesas Correntes	685.638,39
Receita de Serviços	10.351,81	Despesa entre Órgãos do Orçamento	2.400,00
Outras Receitas Correntes	7.504.357,63	Outras Despesas Correntes	2.400,00
Receitas de Capital	194.671,00	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	574.777,64
Alienação de Bens	194.671,00	Interferências Passivas	163.563,11
Deduções da Receita	(11.761,14)	Transferências de Bens e Valores Concedidos	66.832,39
Mutações Ativas	18.542,39	Movimento de Fundos a Crédito	96.730,72
Incorporações de Ativos	18.542,39	Decréscimos Patrimoniais	411.214,53
Aquisições de Bens	18.542,39	Desincorporações de Ativos	59.734,20
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	7.561.524,89	Baixa de Bens Móveis	26.914,54
Interferências Ativas	8.125,24	Baixa de Direitos	32.819,66
Movimento de Fundos a Débito	8.125,24	Incorporação de Passivos	351.480,33
Acréscimos Patrimoniais	7.553.399,65	RESULTADO PATRIMONIAL	14.427.768,35
Incorporações de Ativos	7.550.167,48	Superávit	14.427.768,35
Incorporação de Bens Móveis	171.935,26		
Incorporação de Direitos	7.378.232,22		
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	186,29		
Ajustes de Créditos	186,29		
Desincorporação de Passivos	3.045,88		
VARIAÇÕES ATIVAS	15.690.584,38	VARIAÇÕES PASSIVAS	15.690.584,38

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1- Contexto Operacional - O objetivo do Fundo Rotativo é prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, programas de assistência social, melhoria das condições de trabalho de deputados e funcionários e realizações outras que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

NOTA 2- Elaboração das Demonstrações - As demonstrações contábeis foram preparadas com base nos critérios estabelecidos pela Lei n.º 4.320, de 1964, consubstanciados no Plano de Contas da Administração Pública Federal.

NOTA 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis - a) Disponibilidades - representadas, exclusivamente, pelo saldo da conta limite de saque com vinculação de pagamento conforme orientação da Mensagem n.º 2001/688.650 da COFIN/CCONT. b) Receitas e Despesas Orçamentárias - registradas obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei 4.320/64.

NOTA 4- Resultado Patrimonial - Apresenta no mês de maio de 2011 um superávit de R$14.427.768,35 .

ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

ALMIR APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA
Diretor Substituto da Coordenação de Contabilidade

ROGERES DA SILVA MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS

Processo nº2011160552

Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo em epígrafe, com fulcro na Lei nº 8.666/93, art. 25, caput, reconheceu a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa RTA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 07.604.035/0001-89, no valor de R$ 19.441,54(dezenove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinqüenta e quatro centavos), para prestar serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) NO-BREAK, marca RTA, modelo BR20T, potência nominal 20 KVA, com substituição de baterias de dois bancos, cada um composto por 30 (trinta) baterias estacionárias com tensão nominal 12V, capacidade 18 ah, gel selada, livre de manutenção, e da placa de controle, ora instalado na Coordenadoria de Serviços Gráficos do CJF.

Brasília-DF, 27 de setembro de 2011.
MÁRCIO GOMES DA SILVA
Secretário de Administração
Em exercício

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe, e por atender aos requisitos legais em vigor.

Brasília-DF, 27 de setembro de 2011.
EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES DO PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO N. 2009.70.53.002207-7
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ZULEIKA DA SILVA PEDROSO
PROC./ADV.: JANE GLAUCIA ANGELI JUNQUEIRA
PROCESSO N. 2009.70.53.003946-6
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RANIERI PASINATO
PROC./ADV.: PEDRO PEREIRA DE SOUZA
REQUERIDO(A): RANIERI PASINATO
PROC./ADV.: ENI DOMINGUES
PROCESSO No. 2009.70.53.006273-7
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MAURO CARLOS BULLA
PROC./ADV.: JANE GLAUCIA ANGELI JUNQUEIRA
PROCESSO N. 2009.70.62.001303-0
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO SERGIO PORTELA
PROC./ADV.: RAFAEL PAGLIOSA CORONA
PROCESSO N. 2009.70.65.000743-2
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): IVONETE LAZARETTI
PROC./ADV.: JANE GLAUCIA ANGELI JUNQUEIRA
PROCESSO: 2009.71.50.010539-6
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CARLOS ALBERTO NABAES
PROC./ADV.: JOSUÉ DE SOUZA MENEZES
PROCESSO: 2009.71.53.0006797
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): WILSON DERLI MARQUES ALMIRÃO
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
PROCESSO: 2009.71.53.001143-4
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANTONIO PERCILIANO LEÃO DE FARIA
PROC./ADV.: ELISA COSTA GALHO CONTI

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a modalidade de lançamento empregada para a constituição de crédito tributário decorrente de contribuição previdenciária incidente sobre o terço de férias devida por servidor público, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2010.71.52.003466-0.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO N. 2010.71.52.002468-9
REQUERENTE: CARMEM MARIA RODRIGUES DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.002498-7
REQUERENTE: ELISABETE COELHO BATISTA
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.002506-2
REQUERENTE: FLAVIO LUIZ ANTONELLO LONDERO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.002509-8
REQUERENTE: GENTIL TONIN
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.002547-5
REQUERENTE: FATIMA ROSANE NUNES
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.002570-0
REQUERENTE: ELISEU DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.002578-5
REQUERENTE: ELVIO OMAR BOLA DE PELEGRINI
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.002617-0
REQUERENTE: FRANCISLENA DE ALBUQUERQUE PRESTES
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.002620-0
REQUERENTE: GEANINE ALES VENTURA
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.002621-2
REQUERENTE: GEMA MARIA BONATO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.003473-7
REQUERENTE: DORIVAL TERRA MARTINI
PROC./ADV.: LUIZ ANTÔNIO MULLER MARQUES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.003481-6
REQUERENTE: MARIA DA GRAÇA KOLINSKI CALLEGARO
PROC./ADV.: LUIZ ANTÔNIO MULLER MARQUES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.003561-4
REQUERENTE: VERA ASSUNTA MORO ALVES
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO N. 2010.71.52.004256-4
REQUERENTE: RAQUEL GRABIN
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO N. 2010.71.52.004473-0
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): PAULO ROBERTO MARIA DE BRUM
PROC./ADV.: JOSÉ FERNANDO LUTZ COELHO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de contribuição previdenciária sobre verba recebida a título de auxílio-alimentação, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2010.72.50.000617-9.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO N. 2010.72.50.000910-7
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELIZABETH LUKASZEWSKI DA COSTA
PROC./ADV.: JONECIR OSTROWSKI LUDASZEWSKI
PROCESSO N. 2010.72.50.001378-0
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): KELLY SANTOS GONÇALVES CARDIA
PROC./ADV.: SÉRGIO PIRES MENEZES
PROCESSO N. 2010.72.50.001599-5
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANA PAULA ALEXANDRE MACHADO
PROC./ADV.: LUIS FERNANDO NANDI VICENTE
PROCESSO N. 2010.72.50.001805-4
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VERUSKA MALUF
PROC./ADV.: LUÍS FERNANDO NANDI VICENTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.230.957/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. AUXÍLIO-DOENÇA PAGO NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS. MULTIPLICIDADE DE RECURSOS. SUBMISSÃO À SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC E DA RES. STJ N. 8/2008.

DECISÃO

Trata-se de recursos especiais interpostos pela Fazenda Nacional e por Hidro Jet Equipamentos Hidráulicos Ltda., arrimados na alínea "a" do permissivo constitucional, em face de acórdãos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que versam sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado, terço constitucional de férias e auxílio-doença pago nos primeiros quinze dias.

É o relatório. Passo a decidir.

Em razão da multiplicidade de recursos que cuidam do tema, submeto os autos ao julgamento da Primeira Seção na forma do art. 543-C do CPC e do art. 2º, § 2º, da Resolução-STJ n.8/2008.

Sendo assim, determino:

a) a abertura de vista ao MPF para parecer no prazo de quinze dias;

b) a comunicação desta decisão aos Ministros integrantes da 1ª Seção do STJ e aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, para os fins previstos no citado art. 2º, § 2º, da Resolução-STJ 8/2008; e c) a suspensão do julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, distribuídos a este Relator."

Ademais, a matéria em exame foi impugnada por meio da Petição n. 7.296/PE, da relatoria da Ministra Eliana Calmon, que, reconhecendo a divergência jurisprudencial suscitada, admitiu o incidente de uniformização interposto.

A questão da incidência de contribuição previdenciária sobre o terço de férias também recebeu a atenção do Superior Tribunal de Justiça no julgamento da Petição 7.207/PE, da relatoria na Ministra Denise Arruda, em 3/2/2010. Confira-se o inteiro teor do decisum:

"Tributário. Incidente de uniformização de jurisprudência. Controvérsia acerca da exigência de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias. Decisão do STF pela não-incidência da exação sobre a referida verba. Jurisprudência recente do STJ que acompanha o posicionamento da Corte Constitucional. Pedido ao qual se nega seguimento.

1. Trata-se de incidente de uniformização de interpretação de lei federal instaurado pela União, ora requerente, com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, nos autos da ação de repetição de indébito e declaratória negativa de existência de relação jurídico-tributária quanto à incidência do percentual de 11% descontado a título de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias, correspondente a um terço da remuneração percebida pela autora da ação, ora requerida.

Sustenta a requerente que a orientação acolhida pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais estaria a contrariar a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, firmada no sentido de que incide a contribuição previdenciária sobre o adicional de um terço de férias.

Houve contrarrazões e, após admitido o processamento do incidente na origem, os autos foram encaminhados a esta Corte Superior.

É o relatório.

2. A irresignação não merece acolhida.

Cinge-se a controvérsia à legitimidade, ou não, da incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

O STJ posicionava-se favorável à tese da ora recorrente, no sentido de que seria legítima a incidência de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias.

Ocorre que, recentemente, este entendimento foi alterado, para acompanhar aquele da Corte Constitucional, que apóia tese oposta, considerando que não deve incidir contribuição previdenciária sobre o referido adicional.

Anote-se o precedente:

'TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.

1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados.' (Pet 7.296/PE, 1ª Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, Dje de 10.11.2009). No mesmo sentido são os seguintes julgados: PET 7.205/PR, 1ª Seção, Min. Rel. Castro Meira, Dje de 18.11.2009; PET 7.285/RJ, 1ª Seção, Min. Rel. Teori Albino Zavascki, Dje 18.8.2009; PET 7.605/RJ, 1º Seção, Min. Rel. Castro Meira, Dje de 23.11.2009; PET 7.208/PE, 1ª Seção, Min. Rel. Teori Albino Zavascki, Dje de 23.11.2009; PET 7.204/PE, 1ª Seção, Min. Rel. Castro Meira, Dje de 18.11.2009; PET 7.190/RJ, 1ª Seção, Min. Rel. Castro Meira, Dje de 18.11.2009.

3. À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, do RISTJ, combinado com o art. 1º, § 2º, da Resolução nº 10/07, da Presidência do STJ, nego seguimento a este incidente de uniformização.

4. Publique-se. Intimem-se."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, no processo abaixo relacionado, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.
PROCESSO N. 0016723-88.2007.4.01.3200
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NAIRA BRITIS DE MORAES OLIVEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JOSÉ BELMIRO ALVES NUNES a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que, verificando ter sido a questão constante dos autos apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.151.363/MG, afeto à Terceira Seção como representativo da controvérsia, determinou a devolução do feito à origem para aplicação do entendimento adotado naquela Corte.

Alega o embargante que a matéria versada nos autos - admissão do perfil profissiográfico previdenciário (PPP) como documento hábil e suficiente para a comprovação da atividade especial, cujas informações possuem presunção de veracidade - não guarda nenhuma relação com a matéria abordada no REsp n. 1.151.363/MG, razão pela qual pugna pelo regular prosseguimento do incidente de uniformização.

É o relatório. Decido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A irresignação reúne condições de êxito.
Com efeito, verifico que a questão jurídica analisada no REsp n. 1.151.363/MG foi, em síntese, a possibilidade de conversão do tempo de serviço exercido em atividades especiais para fins de aposentadoria comum, bem como o fator de conversão a ser adotado.O presente incidente de uniformização, por sua vez, tem por objeto o reconhecimento de tempo de serviço especial por sujeição a agentes químicos, segundo informações constantes no PPP. Pretende-se, assim, "seja uniformizado o entendimento no sentido de que o perfil profissiográfico previdenciário (PPP) se trata de documento hábil e suficiente para comprovação da atividade especial, cujas informações têm presunção de veracidade" (fl. 130).
Ante o exposto, acolho os embargos de declaração a fim de admitir, para melhor exame, o
incidente de uniformização nos termos do art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização; em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, no processo abaixo relacionado, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO N. 0027343-24.2007.4.04.7195
REQUERENTE: JOSÉ BELMIRO ALVES NUNES
PROC/ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos - a definição do responsável (instituição financeira ou titular da conta) pela apresentação de extratos para a comprovação da existência de contas de poupança à época dos planos econômicos - está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.133.872/PB, afeto à Segunda Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - CADERNETA DE POUPANÇA - DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EXIBA DOCUMENTOS (EXTRATOS BANCÁRIOS) COMUNS ÀS PARTES - QUESTÃO JURÍDICA OBJETO DE RECURSOS REPETITIVOS - COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO PARA O JULGAMENTO DA CONTROVÉRSIA (ART. 2º, § 1º, DA RESOLUÇÃO N. 08/2008 DO STJ) - DETERMINAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS PREVISTAS NOS ARTS. 1º A 3º DA REFERIDA RESOLUÇÃO NECESSIDADE.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fundamento no art. 105, III, 'a' e 'c', da Constituição Federal de 1988, em que se alega negativa de vigência dos arts. 6º da LICC; 178, § 10, III, do Código Civil de 1916 e 333, I, do Código de Processo Civil, além de divergência jurisprudencial.

O acórdão recorrido, da lavra do e. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, foi assim ementado:

'AGTR - PROCESSUAL CIVIL - DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA A EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - POSSIBILIDADE - AGTR - IMPROVIDO.

1- A obrigação da instituição bancária, na manutenção dos dados dos seus clientes, decorre da lei e da relação contratual entre ambos.

2- O fato de os extratos bancários, documentos imprescindíveis para o deslinde da demanda, estarem em poder da instituição financeira, autoriza a determinação judicial para o seu fornecimento.

3- Agravo de instrumento a que se nega provimento'.

Busca a recorrente a reforma do r. decisum, sustentando, em síntese, violação ao princípio da irretroatividade da lei. Aduz, outrossim, que incumbia à recorrida - e não à instituição financeira - apresentar os documentos (extratos bancários) que comprovassem os fatos constitutivos de seu direito. Assevera, por fim, a ocorrência da prescrição da pretensão da autora.

É o relatório.

Inicialmente, observa-se que o busílis da quaestio agitada nos autos - obrigação ou não de a instituição financeira exibir documentos (extratos bancários) comuns às partes - encontra repercussão em muitos processos semelhantes e ainda não foi submetida ao rito dos recursos repetitivos.

Na realidade, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 1º, da 'Resolução 08, de 07.08.08 ('A critério do Relator, poderão ser submetidos ao julgamento da Seção ou da Corte Especial, na forma deste artigo, recursos especiais já distribuídos que forem representativos de questão jurídica objeto de recursos repetitivos'), a competência para julgamento do presente recurso é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Dessa forma, nos termos dos arts. 1º a 3º da Resolução 08/2008 do STJ, determina-se: a) A comunicação, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 2ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça Estaduais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/2008; e b) A concessão de vistas ao representante do Ministério Público Federal, para parecer, no prazo de 15 (quinze) quinze dias (art. 3º, inciso II, da Resolução n. 08/2008)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, no processo abaixo relacionado, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO N. 0504389-95.2007.4.05.8100
REQUERENTE: FELIPE OLIVEIRA GENTIL
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos - a definição do responsável (instituição financeira ou titular da conta) pela apresentação de extratos para a comprovação da existência de contas de poupança à época dos planos econômicos - está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.133.872/PB, afeto à Segunda Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - CADERNETA DE POUPANÇA - DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EXIBA DOCUMENTOS (EXTRATOS BANCÁRIOS) COMUNS ÀS PARTES - QUESTÃO JURÍDICA OBJETO DE RECURSOS REPETITIVOS - COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO PARA O JULGAMENTO DA CONTROVÉRSIA (ART. 2º, § 1º, DA RESOLUÇÃO N. 08/2008 DO STJ) - DETERMINAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS PREVISTAS NOS ARTS. 1º A 3º DA REFERIDA RESOLUÇÃO - NECESSIDADE.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fundamento no art. 105, III, 'a' e 'c', da Constituição Federal de 1988, em que se alega negativa de vigência dos arts. 6º da LICC; 178, § 10, III, do Código Civil de 1916 e 333, I, do Código de Processo Civil, além de divergência jurisprudencial.

O acórdão recorrido, da lavra do e. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, foi assim ementado:

'AGTR - PROCESSUAL CIVIL - DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA A EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - POSSIBILIDADE - AGTR - IMPROVIDO.

1- A obrigação da instituição bancária, na manutenção dos dados dos seus clientes, decorre da lei e da relação contratual entre ambos.

2- O fato de os extratos bancários, documentos imprescindíveis para o deslinde da demanda, estarem em poder da instituição financeira, autoriza a determinação judicial para o seu fornecimento.

3- Agravo de instrumento a que se nega provimento'.

Busca a recorrente a reforma do r. decisum, sustentando, em síntese, violação ao princípio da irretroatividade da lei. Aduz, outrossim, que incumbia à recorrida - e não à instituição financeira - apresentar os documentos (extratos bancários) que comprovassem os fatos constitutivos de seu direito. Assevera, por fim, a ocorrência da prescrição da pretensão da autora.

É o relatório.

Inicialmente, observa-se que o busílis da quaestio agitada nos autos - obrigação ou não de a instituição financeira exibir documentos (extratos bancários) comuns às partes - encontra repercussão em muitos processos semelhantes e ainda não foi submetida ao rito dos recursos repetitivos.

Na realidade, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 1º, da 'Resolução 08, de 07.08.08 ('A critério do Relator, poderão ser submetidos ao julgamento da Seção ou da Corte Especial, na forma deste artigo, recursos especiais já distribuídos que forem representativos de questão jurídica objeto de recursos repetitivos'), a competência para julgamento do presente recurso é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Dessa forma, nos termos dos arts. 1º a 3º da Resolução 08/2008 do STJ, determina-se: a) A comunicação, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 2ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça Estaduais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/2008; e b) A concessão de vistas ao representante do Ministério Público Federal, para parecer, no prazo de 15 (quinze) quinze dias (art. 3º, inciso II, da Resolução n. 08/2008)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO N. 0505333-63.2008.4.05.8100
REQUERENTE: FRANCISCO JUAREZ COSTA NUNES FREITAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO
PROCESSO N. 0506044-05.2007.4.05.8100
REQUERENTE: JOSÉ OLAVO NEVES OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: CARLOS DANIEL JESUS DE AZEVEDO LEITÃO
PROCESSO N. 0510815-89.2008.4.05.8100
REQUERENTE: ANTONIO GOMES DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO
PROCESSO N. 0518229-41.2008.4.05.8100
REQUERENTE: FILOMENA MELO CARNEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO
PROCESSO N. 0520252-57.2008.4.05.8100
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DE MELO DUARTE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: RAIMUNDO WDNILTON CHAVES CRUZ
PROCESSO N. 0520624-06.2008.4.05.8100
REQUERENTE: OSVALDO PEREIRA TIMBÓ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO
PROCESSO N. 0520644-94.2008.4.05.8100
REQUERENTE: JOSÉ AFONSO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARX ANTONIO TEIXEIRA SEGUNDO

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2005.63.01.304896-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROBERTO GRAVENA
PROC./ADV.: MAURICIO SANTOS DA SILVA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a viabilidade de sentença ilíquida em sede de juizado especial, está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2005.63.11.011774-0.Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2007.35.00.900693-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: SARAH LUCIA DE MELO SILVA BORGES
PROC./ADV.: ELIANA QUEIROZ DE ALMEIDA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por SARAH LÚCIA DE MELO SILVA BORGES com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. DESEMPENHO DE FUNÇÃO DE DIREÇÃO EM TURMA RECURSAL ANTERIORMENTE À REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE. DESVIO DE FUNÇÃO RECONHECIDO. PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDO. PRETENSÃO DE UTILIZAÇÃO DO CARGO DE DIREÇÃO (CJ-03) COMO PARADIGMA A SER UTILIZADO NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA, INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Uma vez demonstrada a ausência de similitude fática e jurídica entre o acórdão de origem e os paradigmas apontados não há como ser conhecido o Incidente de Uniformização.

2. A diversidade conceitual entre função e cargo público (Diretor de Secretaria (CJ-03)), afastam a possibilidade de utilização dos paradigmas apontados para definir a divergência necessária ao conhecimento do pedido de uniformização.

3. Pedido de uniformização não conhecido."

Alega a suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que, apesar de reconhecer o desvio de função (exercício de função de direção), adotou como parâmetro a função de supervisão (FC-05), enquanto que o correto seria a equiparação à função exercida pelos diretores de secretaria (CJ-03).

É o relatório. Decido.

O aresto proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais em Goiás concluiu pela ocorrência de desvio de função e fixou indenização para sanar o equívoco. Confira-se trecho do acórdão:

"Contudo, uma vez disciplinados em resolução o funcionamento e a distribuições de funções relativas às Turmas Recursais do JEFs da 1ª Região, o valor indenizatório deve manter paridade ante o padrão remuneratório pago a quem atualmente exerce a função de Supervisor de Secretaria de Turma Recursal, o que corresponde à FC-05, e não à CJ-03 (Anexo I da Resolução 600-18/2003 da Presidência do TRF/1ª Região).

É dizer, o direito à indenização decorre do desvio de função no período anterior à regulamentação do serviço exercido pela Reclamante. Todavia, uma vez colmatada a lacuna regulamentar e fixado, bem ou mal, um padrão remuneratório à função até então desempenhada com desvio, o Judiciário não pode utilizar como paradigma remuneratório, para fins indenizatórios, a CJ-03 concedida a Diretores de Secretaria" (fl. 165).

No incidente de uniformização, a suscitante colaciona julgados do STJ segundo os quais é devida diferença salarial correspondente à função efetivamente desempenhada por servidor público quando ocorrer desvio de função. Não há, nos julgados colacionados, entretanto, referência às funções ou cargos públicos considerados para a fixação da indenização devida na hipótese em questão.

Nesse contexto, não há semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ.

Ademais, importa dizer que a Turma Nacional, quando da análise do incidente de uniformização, não pode reexaminar os fatos e provas que propiciaram a formação do convencimento da Turma Recursal.

A propósito, cumpre salientar que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.

Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2007.43.00.903550-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ NAZARÉ RODRIGUES BARROS
PROC./ADV.: WESLEY NEIVA TEIXEIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça e suscitado por JOSÉ NAZARÉ RODRIGUES BARROS com fundamento no art. 36 do Regimento Interno da TNU, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. ADMINISTRATIVO, UDENIZAÇÃO DE CAMPO. FUNASA. DIÁRIA. ADICIONAL. REAJUSTAMENTO. INOCORRÊNCIA. DECRETOS NºS 5.554/2005, 5.992/2006 E 6.258/2007.

1. O Decreto nº5.554/2005 não estabeleceu o reajustamento do valor das diárias dos servidores da FUNASA, a justificar a majoração da indenização de campo paga aos mesmo. Aplica-se o mesmo raciocínio aos Decretos nºs 5.992/2006 e 6.258/2007.

2. Os referidos Decretos apenas efetuaram modificações no rol de destinos que importavam no pagamento de adicional de 50% (cinquenta por cento), já previsto na legislação, antes conferido ao servidor, somente, quando ele se deslocava para cidades de população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.

3. Pedido de uniformização provido."

Alega o suscitante que o entendimento da Turma Nacional de Uniformização diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois aquela Corte tem decidido que a proporção entre a verba indenização de campo e diária deve permanecer inalterada, independente do percentual de reajuste aplicado nas diárias, segundo o disposto nas Leis N. 8.216/91 e 8.270/91.

É o relatório. Decido.

O aresto proferido pela Turma Nacional de Uniformização concluiu que os Decretos n. 5.554/05, 5.992/06 e 6.258/07 não reajustaram o valor das diárias dos servidores da Funasa, tendo apenas modificado o rol dos destinos que autorizam o pagamento do adicional.

No incidente de uniformização, o suscitante colaciona julgado do STJ que dispõe que a jurisprudência daquela Corte é pacífica no sentido de que a indenização de campo prevista no art. 16 da Lei n. 8.216/91 deve ser reajustada pelo Poder Executivo na mesma data e nos mesmos percentuais de reajustes aplicados às diárias.

Ocorre que o acórdão da TNU não divergiu desse entendimento; ou seja, nada disse acerca do direito que os servidores públicos teriam à simetria entre indenização de campo e diária.

Nesse contexto, percebe-se não haver semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados, razão pela qual não são aptos a ensejar a admissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao STJ.

A propósito, cumpre salientar que a finalidade deste incidente é a uniformização da jurisprudência, não se apresentando como um novo recurso ordinário, nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido quando do julgamento do recurso inominado.

Pelo exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 30 de agosto de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2007.50.51.000793-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NAYR CAVATTI ROVERSI
PROC./ADV.: ROGÉRIO SIMÕES ALVES

DECISÃO

Remetam-se os autos ao STJ (art. 36, § 2º, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização).
Brasília, 3 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2007.63.02.004096-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ROSIMEIRE DA SILVA FERRARI
PROC./ADV.: MARIA ISABEL OLYMPIO BENEDITTINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n. 631.240/MG, tendo sido reconhecida a repercussão geral quanto ao tema, nestes termos:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2007.70.50.019198-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CARLOS ALBERTO FRANCO JÚNIOR
PROC./ADV.: ARNALDO APARECIDO CORAÇÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2007.71.50.007158-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TEMILSON CARDOSO DA SILVA
PROC./ADV.: CLAUDIA DALCIN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de requerimento de submissão ao Presidente da Turma Nacional de incidente dirigido à Turma Regional de Uniformização da Quarta Região e inadmitido pela Presidente da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

É o relatório. Decido.

Nota-se que o requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização com fundamento no art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001, alegando divergência entre decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e paradigma proveniente da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná.

Desse modo, considerando que, a teor do que dispõe o art. 3º, § 1º, da Resolução CJF n. 61/2009, a inadmissão do incidente deveria ter sido submetida ao Presidente da Turma Regional de Uniformização e observando os princípios que norteiam os juizados especiais, determino a remessa dos autos à presidência da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da Quarta Região.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2008.51.51.007372-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: SILVIO FILISMINO CALDEIRA
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, referente à aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença e à aplicação do art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91 e do art. 36, § 7º, do Decreto n. 3.048/99, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 583.834, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.51.018376-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ERNESTO MIGLIANO
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória n. 1.523/97, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 626489, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.51.027908-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: VALDIR BATISTA
PROC./ADV.: CLÁUDIO VALE OLIVEIRA FREIRE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória n. 1.523/97, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 626489, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.51.037887-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: GERALDO SIMAS LUCAS
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória n. 1.523/97, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 626489, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.51.038456-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MANUEL JOSÉ ANTUNES
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória n. 1.523/97, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 626489, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.52.002257-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DAGMAR VEIGA DE FREITAS
PROC./ADV.: ARY MARCOS VARJÃO DAS DORES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA- ERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, referente à aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença e à aplicação do art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91 e do art. 36, § 7º, do Decreto n. 3.048/99, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 583.834, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.52.004345-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MANOEL REIS DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO JOSÉ EYER CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória n. 1.523/97, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 626489, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.54.003978-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ANIBAL FRANCISCO
PROC./ADV.: FLÁVIO MARQUES ALEXANDRINO NOGUEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória n. 1.523/97, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 626489, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.54.004117-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DILSON CERQUEIRA DA COSTA
PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória n. 1.523/97, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 626489, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2008.51.67.001316-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOAQUIM FERNANDO VIEIRA CALDAS
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, referente à aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença e a aplicação do art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/1991 e do art. 36, § 7º, do Decreto n. 3.048/1999, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 583.834, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.67.002591-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CYRO PAULO
PROC./ADV.: ARY MARCOS VARJÃO DAS DORES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória n. 1.523/97, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 626.489, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.67.002597-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JORGE FELIPE DOS SANTOS
PROC./ADV.: ARY MARCOS VARJÃO DAS DORES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, referente à aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença e a aplicação do art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91 e do art. 36, § 7º, do Decreto n. 3.048/99, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 583.834, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.67.003341-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MAURÍCIO DE MORAES ALVES
PROC./ADV.: ARY MARCOS VARJÃO DAS DORES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, referente à aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença e à aplicação do art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91 e do art. 36, § 7º, do Decreto n. 3.048/99, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 583.834, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.67.006255-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MANOEL REIS DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO JOSÉ EYER CARVALHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, referente à aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença e a aplicação do art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91 e do art. 36, § 7º, do Decreto n. 3.048/99, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 583.834, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.70.002152-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: REINALDO RODRIGUES DE CAMPOS
PROC./ADV.: EDUARDO GOHN GOULART
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, referente à aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença e à aplicação do art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91 e do art. 36, § 7º, do Decreto n. 3.048/99, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 583834, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.51.70.006426-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: SERGIO LUIZ DUCINE
PROC./ADV.: ANA CECÍLIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, referente à aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença e à aplicação do art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91 e do art. 36, § 7º, do Decreto n. 3.048/99, está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 583834, sobrestado por força do instituto de repercussão geral.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.70.50.001365-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA TEREZINHA NEUBAUER
PROC./ADV.: ARNALDO APARECIDO CORAÇÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.71.50.007866-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): REGINALDO ESCOBAR VIEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
LITISCONSORTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a modalidade de lançamento empregada para a constituição de crédito tributário decorrente de contribuição previdenciária incidente sobre o terço de férias devida por servidor público, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2010.71.52.003466-0.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.70.51.002112-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SANTOS EVANIR DIAS FIGUEIRO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, para a comprovação de tempo de trabalho rural, não é necessário que o início da prova material abranja todo o período de carência, que pode ser corroborado por prova testemunhal, está sendo apreciada pela TNU no Incidente de Uniformização n. 2008.81.10.001065-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.71.55.002034-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CELSO ANTONIO STRAPAZON
PROC./ADV.: RÉGIS DIEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, para a comprovação de tempo de trabalho rural, não é necessário que o início da prova material abranja todo o período de carência, que pode ser corroborado por prova testemunhal, está sendo apreciada pela TNU no Incidente de Uniformização n. 2008.81.10.001065-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2008.72.58.000974-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
RECORRENTE(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
RECORRIDO: DALCI SCHNAIDER
PROC./ADV.: RENATO FELIPE DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo INSS com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização assim ementado:

"PROCESSO CIVIL - PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR IDADE DE SEGURADO ESPECIAL - DECISÃO EXPRESSOU POSICIONAMENTO PACÍFICO DA TNU - AGRAVO ALEGA QUESTÕES CONSTITUCIONAIS - AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO

1. Agravo regimental interposto em face de decisão proferida por Juiz Relator desta Turma Nacional de Uniformização, que aplicou jurisprudência consolidada no âmbito da TNU, quanto à aplicação da tabela progressiva prevista no artigo 142 da Lei 8213/91.

2. Agravante não impugnou em suas razões recursais o fato de o posicionamento adotado da decisão agravada ser pacífico na Turma Nacional de Uniformização.

3. Foram alegadas questões constitucionais, matéria esta que excede a competência desta Corte de Uniformização.

4. Aplicável ao caso a Questão de Ordem nº 13 da TNU."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta o INSS, em síntese, violação do art. 5º, XXXVI, da CF/1988, aduzindo que, segundo o art. 142 da Lei n. 8.213/1991, a concessão de aposentadoria está condicionada à implementação de todas as condições necessárias à obtenção do benefício, e não apenas ao preenchimento do requisito tempo de serviço, inexistindo, com isso, afronta ao direito adquirido da segurada. Alega ainda que, se mantido o entendimento ora combatido, flagrante será a ofensa aos arts. 195, § 5º, e 201 da Constituição, visto que concedido benefício sem que apontada a respectiva fonte de custeio.

Em preliminar, o recorrente procura demonstrar a repercussão geral do tema trazido a debate, justificando que diz respeito diretamente aos critérios de concessão de aposentadoria, podendo gerar, se adotados os termos da decisão impugnada, dificuldades na manutenção do equilíbrio atuarial da Previdência e a fragilização política do sistema de seguridade pública.

É o relatório. Decido.

Verifica-se que a questão inserta nos arts. 195, § 5º, e 201 da CF/88 foi trazida pela autarquia apenas nos embargos de declaração opostos à decisão colegiada da TNU. Assim, com a rejeição dos referidos embargos, é evidente a falta de prequestionamento, o que inviabiliza o seguimento do recurso extraordinário (Súmulas n. 282 e 356 do STF). Nessa linha, cito os seguintes julgados do STF:

"1.Servidor público do Estado de Pernambuco: vencimentos: valor básico de referência. Recurso extraordinário: descabimento: falta de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos por violados: incidência das Súmulas 282 e 356.

2. Recurso extraordinário: prequestionamento e embargos de declaração. Os embargos declaratórios só suprem a falta de prequestionamento quando a decisão embargada tenha sido efetivamente omissa a respeito da questão antes suscitada. Precedentes.

[...]

5. Agravo regimental manifestamente infundado: condenação do agravante ao pagamento de multa, nos termos do art. 557, § 2º, do C. Pr. Civil." (AI-AgR n. 396.075/PE, relator Ministro Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ de 4.8.2006.)

"Agravo regimental em agravo de instrumento.

2. Processual trabalhista. Prequestionamento.

3. Matéria não suscitada no momento oportuno. Embargos de declaração ineficazes. Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (AI-AgR n. 541.721/RS, relator Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ de 3.2.2006.)

Ademais, verifica-se que a apreciação da suposta afronta ao art. 5º, XXXVI, da CF/1988 implicaria, em primeiro lugar, o exame da negativa de vigência do art. 142 da Lei n. 8.213/1991. Conclui-se, então, que, se ofensa houvesse ao dispositivo constitucional apontado, seria de forma indireta ou reflexa, não ensejando o cabimento do recurso extraordinário, como cediço.

A ilustrar esse entendimento, colaciono os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal:

"ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA OFENSA AO ART. 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA. SERVIDOR PÚBLICO. VANTAGENS. LEI 14.547/1992. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO IMPROVIDO.

I - É inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido (Súmulas 282 e 356 do STF).

II - Necessidade de análise de legislação ordinária. Inadmissibilidade do RE, porquanto a ofensa à Constituição, se ocorrente, seria indireta. Precedentes.

III - Para se chegar ao exame da alegada ofensa à Constituição, faz-se necessário analisar normas infraconstitucionais locais, o que inviabiliza o extraordinário, atraindo a Súmula 280 do STF. Precedente.

IV - Agravo regimental improvido." (RE-AgR n. 569.416, relator Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe de 5.8.2010.)

"Recurso extraordinário inadmitido.

2. Agravo de instrumento. Interposição de embargos de declaração. Recurso conhecido como agravo regimental, eis que interposto contra decisão monocrática do relator.

3. Não cabe ver ofensa, por via reflexa, a normas constitucionais, aos fins do recurso extraordinário.

3. Se, para dar pela vulneração de regra constitucional, mister se faz, por primeiro, verificar da negativa de vigência de norma infraconstitucional, esta última é o que conta, para os efeitos do art. 102, III, a, da Lei Maior.

4. Falta de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos como violados.

5. Agravo regimental desprovido." (AI-ED n. 207.449, relator Ministro Néri da Silveira, Segunda Turma, DJ de 17.5.2002.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o recurso extraordinário.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 0528442-88.2008.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIAGERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIZE PEREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, para a comprovação de tempo de trabalho rural, não é necessário que o início da prova material abranja todo o período de carência, que pode ser corroborado por prova testemunhal, está sendo apreciada pela TNU no Incidente de Uniformização n. 2008.81.10.001065-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.51.51.004540-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SAMUEL DE OLIVEIRA FREITAS
PROC./ADV.: MARIA AMÉLIA CORDEIRO LIMA MAUAD

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda sobre juros moratórios relativos a diferenças ocorridas quando da conversão dos salários em URV, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.71.50.017413-4.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.51.51.010546-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIO LUIZ NUNES DE MATTOS
PROC./ADV.: MARIA AMÉLIA CORDEIRO LIMA MAUAD

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a incidência de imposto de renda sobre juros moratórios relativos a diferenças ocorridas quando da conversão dos salários em URV, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.71.50.017413-4.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2009.51.51.015885-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NICEIA ALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: DELMAR REINALDO BOTH

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos - a definição do responsável (instituição financeira ou titular da conta) pela apresentação de extratos para a comprovação da existência de contas de poupança à época dos planos econômicos - está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.133.872/PB, afeto à Segunda Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - CADERNETA DE POUPANÇA - DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EXIBA DOCUMENTOS (EXTRATOS BANCÁRIOS) COMUNS ÀS PARTES - QUESTÃO JURÍDICA OBJETO DE RECURSOS REPETITIVOS - COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO PARA O JULGAMENTO DA CONTROVÉRSIA (ART. 2º, § 1º, DA RESOLUÇÃO N. 08/2008 DO STJ) - DETERMINAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS PREVISTAS NOS ARTS. 1º A 3º DA REFERIDA RESOLUÇÃO - NECESSIDADE.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com fundamento no art. 105, III, 'a' e 'c', da Constituição Federal de 1988, em que se alega negativa de vigência dos arts. 6º da LICC; 178, § 10, III, do Código Civil de 1916 e 333, I, do Código de Processo Civil, além de divergência jurisprudencial.

O acórdão recorrido, da lavra do e. Tribunal de Justiça do Estado da

Paraíba, foi assim ementado:

'AGTR - PROCESSUAL CIVIL - DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA A EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - POSSIBILIDADE - AGTR - IMPROVIDO.

1- A obrigação da instituição bancária, na manutenção dos dados dos seus clientes, decorre da lei e da relação contratual entre ambos.

2- O fato de os extratos bancários, documentos imprescindíveis para o deslinde da demanda, estarem em poder da instituição financeira, autoriza a determinação judicial para o seu fornecimento.

3- Agravo de instrumento a que se nega provimento'.

Busca a recorrente a reforma do r. decisum, sustentando, em síntese, violação ao princípio da irretroatividade da lei. Aduz, outrossim, que incumbia à recorrida - e não à instituição financeira - apresentar os documentos (extratos bancários) que comprovassem os fatos constitutivos de seu direito. Assevera, por fim, a ocorrência da prescrição da pretensão da autora.

É o relatório.

Inicialmente, observa-se que o busílis da quaestio agitada nos autos - obrigação ou não de a instituição financeira exibir documentos (extratos bancários) comuns às partes - encontra repercussão em muitos processos semelhantes e ainda não foi submetida ao rito dos recursos repetitivos.

Na realidade, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 1º, da 'Resolução 08, de 07.08.08 ('A critério do Relator, poderão ser submetidos ao julgamento da Seção ou da Corte Especial, na forma deste artigo, recursos especiais já distribuídos que forem representativos de questão jurídica objeto de recursos repetitivos'), a competência para julgamento do presente recurso é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Dessa forma, nos termos dos arts. 1º a 3º da Resolução 08/2008 do STJ, determina-se: a) A comunicação, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 2ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça Estaduais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/2008; e b) A concessão de vistas ao representante do Ministério Público Federal, para parecer, no prazo de 15 (quinze) quinze dias (art. 3º, inciso II, da Resolução n. 08/2008)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 30 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.51.51.022146-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LAÉRCIO CESAR BREIXA
PROC./ADV.: ALEXSSANDER TAVARES DE MATTOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 561.908 e 566.621, sobrestados por força do instituto da repercussão geral, nestes termos:

"TRIBUTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - REPERCUSSÃO GERAL - ADMISSÃO. Surge com repercussão geral controvérsia sobre a inconstitucionalidade, declarada na origem, da expressão 'observado, quanto ao artigo 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional', constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar nº 118/2005."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 08 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.51.51.031975-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ENEAS EDUARDO MATA
PROC./ADV.: KÁTIA NOGUEIRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 561.908 e 566.621, sobrestados por força do instituto da repercussão geral, nestes termos:

"TRIBUTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - REPERCUSSÃO GERAL - ADMISSÃO. Surge com repercussão geral controvérsia sobre a inconstitucionalidade, declarada na origem, da expressão 'observado, quanto ao artigo 3º, o disposto no art. 106, inciso I, da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional', constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar nº 118/2005."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 08 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.51.57.000480-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SILVANO JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a modalidade de lançamento empregada para a constituição de crédito tributário decorrente de contribuição previdenciária incidente sobre o terço de férias devida por servidor público, está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2010.71.52.003466-0.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.70.50.007021-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): GUILHERME LUIZ NAZARETH PICKEL
PROC./ADV.: SABRINA NASCHENWENG

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, a saber, a forma de cálculo do indébito referente ao imposto de renda incidente sobre valores recebidos a título de férias indenizadas (se com base no valor retido, devidamente corrigido, ou se à luz da declaração de ajuste), está sendo apreciada pela Turma Nacional no Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2008.70.50.017535-5.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.70.51.003878-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ DONIZETE DE MACEDO
PROC./ADV.: JANE GLAUCIA ANGELI JUNQUEIRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2009.70.52.000440-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): IONES DE SOUZA SILVA
PROC./ADV.: MELINA AGUIAR ROSA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n. 631.240/MG, tendo sido reconhecida a repercussão geral quanto ao tema, nestes termos:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.70.51.001473-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MAURA DE ARAUJO MORAES
PROC./ADV.: SILVIA REGINA GAZDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIAGERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, para a comprovação de tempo de trabalho rural, não é necessário que o início da prova material abranja todo o período de carência, que pode ser corroborado por prova testemunhal, está sendo apreciada pela TNU no Incidente de Uniformização n. 2008.81.10.001065-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.70.53.001357-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIAGERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RITA FRANCO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JANE GLAUCIA ANGELI JUNQUEIRA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.227.133/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia nestes termos:

"Trata-se de recurso especial em que se discute a tributação pelo imposto de renda dos juros de mora recebidos como consectários de sentença condenatória em reclamatória trabalhista. Considerando a multiplicidade de recursos a respeito dessa questão, submeto o seu julgamento ao regime do art. 543-C do CPC, afetando-o à 1ª Seção (art. 2º, § 1º, da Resolução 08, de 07.08.08).

Assim, nos termos do art. 3º da Resolução 08/08:

a) comunique-se, com cópia da presente decisão, aos Ministros da 1ª Seção e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, nos termos e para os fins previstos no art. 2º, § 2º, da Resolução 08/08;

b) suspenda-se o julgamento dos recursos especiais sobre a matéria, a mim distribuídos;

c) dê-se vista ao Ministério Público para parecer, em quinze dias (art. 3º, II)."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.70.51.003415-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GENIDE CORTES DA SILVA
PROC./ADV.: ANA CAROLINA ARNALDI ZANONI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, para a comprovação de tempo de trabalho rural, não é necessário que o início da prova material abranja todo o período de carência, que pode ser corroborado por prova testemunhal, está sendo apreciada pela TNU no Incidente de Uniformização n. 2008.81.10.001065-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 22 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.70.51.003563-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FRANCISCA MARTINS TRISTÃO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, para a comprovação de tempo de trabalho rural, não é necessário que o início da prova material abranja todo o período de carência, que pode ser corroborado por prova testemunhal, está sendo apreciada pela TNU no Incidente de Uniformização n. 2008.81.10.001065-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.70.51.006328-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LIVINO SALVADOR GARCIA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, para a comprovação de tempo de trabalho rural, não é necessário que o início da prova material abranja todo o período de carência, que pode ser corroborado por prova testemunhal, está sendo apreciada pela TNU no Incidente de Uniformização n. 2008.81.10.001065-3.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 2009.70.54.002269-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ILZA SATIRO VILAS BOAS
PROC./ADV.: APARECIDO ALBINO DECHICHE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos, qual seja, a possibilidade de, embora inexistente instrução probatória na reclamação trabalhista, o tempo reconhecido em sentença da Justiça do Trabalho ser utilizado, para fins previdenciários, quando corroborado por prova testemunhal, está sendo apreciada pela TNU no Incidente de Uniformização n. 2007.71.95.02.8233-8.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

PROCESSO: 0501836-71.2009.4.05.8402
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO VICENTE DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Distribua-se para melhor exame.
Brasília, 6 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

DECISÕES DO PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

DECISÃO

O Relator(a) deste processo determinou o sobrestamento do feito.

Em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 13 de outubro de 2011.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 2009.70.53.002498-0
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZA DE SOUZA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE BACELAR PERARO E OUTRO

PROCESSO: 2007.38.00.719153-6
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: DANIEL REZENDE
PROC./ADV.: GUILHERME DE CARVALHO - OAB: MG 97.333
PROC./ADV.: JOÃO LUCAS DE FARIA KINDLÉ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2008.33.00.701756-8
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA LUCINDA GOMES
PROC./ADV.: FRANCISCO JOSÉ DA SILVA

PROCESSO: 2008.33.00.705967-1
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DALCI DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: RONILSON NOGUEIRA DOS SANTOS

PROCESSO: 2008.70.50.016286-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANDRÉ RENAN SOUZA DA SILVA
PROC./ADV.: KARINA MIQUELETTO VIDAL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.72.51.001985-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ROBERTO NELSON KUNDE
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2008.72.64.002728-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES CASTRO
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS PAZINI FILHO

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

DECISÃO

Distribua-se o presente feito, para melhor exame.
Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de outubro de 2011

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 2006.33.00.711185-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDOMIRA SILVA NASCIMENTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 2009.39.00.700444-8
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LOURIVAL CATARINO BAIAO
PROC./ADV.: HERLICH LEMES ZAFRED

PROCESSO: 2008.39.00.700524-0
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS DORES XAVIER OLIVEIRA
PROC./ADV.: LILIANE FRANCISCA COSTA DOS SANTOS

PROCESSO: 2008.39.00.700978-6
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL ARACI GONÇALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2008.39.00.700626-0
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BATISTA NUNES LIRA
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAÚJO E OUTRO

PROCESSO: 2009.39.00.700264-0
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO MARQUES DE SOUSA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 2008.39.00.701317-6
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IZABEL CLEMENTE DE SOUZA
PROC./ADV.: KEILA CRISTINA BRITO DA SILVA.

PROCESSO: 2008.39.00.701397-8
ORIGEM: AP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RITA DE ALCÂNTARA COIMBRA
PROC./ADV.: ANTONIO TEIXEIRA RESENDE

PROCESSO: 2009.39.00.701916-7
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ZULMIRA SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA

PROCESSO: 2009.39.00.701261-0
ORIGEM: AP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZA DE JESUS MACENO
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA

PROCESSO: 2009.39.00.700436-2
ORIGEM: AP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANALIA BARBOSA DE JESUS
PROC./ADV.: MANOEL CARNEIRO SILVA

PROCESSO: 2008.39.00.700332-2
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ONILDE FIALHO DE BRITO
PROC./ADV.: ORCILENE CARVALHO DA SILVA

PROCESSO: 2008.39.00.701184-0
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EVA RODRIGUES CLEMENTE
PROC./ADV.: JOSIANE KRAUS MATTEI E OUTRO

PROCESSO: 2008.39.00.702420-6
ORIGEM: AP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDA BATISTA PINHEIRO
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAUJO

PROCESSO: 0008073-47.2010.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALTINO TORRES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 0016005-91.2007.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO RIBEIRO FILHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 0016155-43.2005.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2008.50.51.001089-7
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JORDELINA DE OLIVEIRA HENRIQUES
PROC./ADV.: ANDRÉ MIRANDA VIÇOSA

PROCESSO: 2010.36.00.700089-3
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSA ELOI DA SILVA
PROC./ADV.: LILIANE ANDREA DO AMARAL DE PAULA

PROCESSO: 2009.39.00.700440-3
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO SOCORRO PEREIRA
PROC./ADV.: ANTONIO TEIXEIRA RESENDE

PROCESSO: 2009.39.00.701907-8
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RUFINO FONSECA
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA

PROCESSO: 0013702-41.2006.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZILDA SOUZA DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 0013701-56.2006.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SOFIA BRAGA CORDEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2007.38.00.737751-6
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELOISIO DE OLIVEIRA E SILVA
PROC./ADV.: JULIO CEZAR DA SILVA

PROCESSO: 2008.39.00.701203-7
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MERITA DA SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JANAÍNA A CALDEIRA MARQUES

PROCESSO: 2006.37.00.702875-7
ORIGEM: MA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ GONZAGA MENDES MENDONÇA
PROC./ADV.: CARLOS CÉSAR NOGUEIRA ALMEIDA

PROCESSO: 2009.39.00.700662-0
ORIGEM: AP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDELI DOS REIS
PROC./ADV.: FABIANO WANDERLEY DIAS BARROS

PROCESSO: 2008.38.00.717002-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RITA JACINTA COIMBRA
PROC./ADV.: ANTONIO HERMELINDO RIBEIRO NETO

PROCESSO: 2009.38.00.700957-5
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HELENITA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: GILSON LIBOREIRO DA SILVA

PROCESSO: 2007.38.00.723699-1
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DELICE IRENE SOARES PEREIRA
PROC./ADV.: ANTÔNIO AUGUSTO DA SILVA BRITO

PROCESSO: 2008.33.00.715429-8
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ELÁDIO MONTEIRO DE SOUZA

PROCESSO: 2008.50.51.001108-7
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BENEDITA CAVALCANTI MARQUES
PROC./ADV.: MARCO HENRIQUE KAMHAJI

PROCESSO: 0016228-15.2005.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADALGISA BRAGA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2010.32.00.700198-2
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCINA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2008.38.00.731112-6
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALCIDES PAULINO DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ RODRIGUES DE QUEIROZ JÚNIOR

PROCESSO: 0013581-42.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZINHA FREITAS WILLOT
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2008.39.00.702493-6
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ RAMOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 2009.39.00.702076-8
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TOMASIA FONSECA VIEIRA
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA

PROCESSO: 2010.32.00.700199-6
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JULIO MARTINS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2006.33.00.722103-4
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EMILIA DE MIRANDA
PROC./ADV.: MAGNALDO GOMES FERREIRA

PROCESSO: 2006.38.00.727961-0
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NAIR FRANCISQUINI DA SILVA
PROC./ADV.: SUELY SALEME DA SILVA NOVAIS

PROCESSO: 2007.38.00.719393-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZILÁ FERNANDES PAES
PROC./ADV.: JULIO CEZAR DA SILVA

PROCESSO: 2008.38.00.731792-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FORTUNATA RODRIGUES PINHEIRO
PROC./ADV.: ANDREA PRADO BICALHO

PROCESSO: 2006.33.00.705893-6
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA LUZ SANTOS
PROC./ADV.: FLÁVIA PRADO SOUZA SANTOS E OUTRA

PROCESSO: 2009.38.00.713619-8
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARILZA MOREIRA MEDEIROS DE MORAES
PROC./ADV.: ANA PAULA CORREA RAMOS BELLEI MORAES

PROCESSO: 2005.38.00.743302-7
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EVA MARIA BENTO
PROC./ADV.: ANTÔNIO HERMELINDO RIBEIRO NETO

PROCESSO: 2008.33.00.705032-9
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOSELINA DA SILVA ARAUJO
PROC./ADV.: KÁTIA SILENE SILVA COUTINHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 2006.38.00.749634-7
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALBERTINA CANDIDA DA SILVA
PROC./ADV.: JULIO CEZAR DA SILVA

PROCESSO: 2007.38.00.726574-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GERALDINA LEITE FERREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2008.39.00.701243-8
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERZICO DA COSTA MUNIZ
PROC./ADV.: KARINE KURYLO CAMARA

PROCESSO: 2008.39.00.701229-4
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GERALDA ALVES RIBEIRO
PROC./ADV.: KEILA CRISTINA BRITO DA SILVA

PROCESSO: 2009.39.00.702086-0
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CREUZA NOGUEIRA
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA

PROCESSO: 2008.38.00.701724-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FLORENTINA FREITA DE SANTANA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 2008.39.00.701872-3
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JACIRA DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROCESSO: 2008.39.00.702022-6
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO REMEDIO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

PROCESSO: 2008.38.00.729111-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): LUCIENE JOANA DIAS
PROC./ADV.: MOISÉS RODRIGUES DE PAULA

PROCESSO: 2008.39.00.700520-6
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DELFINA PEREIRA LIMA
PROC./ADV.: SIDNÉIA DAS GRAÇAS BELMIRO ANDRADE

PROCESSO: 2009.39.00.701977-7
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEUZA DA SILVA GONÇALVES
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA

PROCESSO: 2008.39.00.702763-3
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DEURLI CARLA BORGES
PROC./ADV.: KEILA CRISTINA BRITO DA SILVA

PROCESSO: 2008.39.00.701334-0
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLAUDIO EVANGELISTA LIMA
PROC./ADV.: GEOVAM NATAL LIMA RAMOS

PROCESSO: 2009.39.00.700739-9
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV.: GEORGE ANTONIO MACHADO

PROCESSO: 2009.39.00.700447-9
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADALGISA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: WEILLIA FREIRE DE ABREU

PROCESSO: 2009.39.00.701965-7
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ANTONIA DA SILVA TAVARES
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA

PROCESSO: 2009.39.00.700441-7
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ALVES DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: LILIANE FRANCISCA COSTA DOS SANTOS

PROCESSO: 2008.39.00.701002-0
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDA PEREIRA SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ALBERTO PEREIRA SANTOS

PROCESSO: 2006.38.00.718938-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GERALDA LOURENÇO
PROC./ADV.: GILSON LIBOREIRO DA SILVA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CFC Nº 1.360/11, publicado no Diário Oficial da União em 04 de outubro de 2011, Seção 1, página 215:

Onde se lê:

" Art. 14. Os débitos que não tenham sido objeto de parcelamento anterior poderão ser pagos com redução da multa e juros, da seguinte forma:

(...)

IV - de 13 a 24 parcelas, com 40% (sessenta porcento) de redução;

V - de 25 a 36 parcelas, com 30% (cinqüenta porcento) de redução."

Leia-se:

" Art. 14. Os débitos que não tenham sido objeto de parcelamento anterior poderão ser pagos com redução da multa e juros, da seguinte forma:

(...)

IV - de 13 a 24 parcelas, com 40% (quarenta porcento) de redução;

V - de 25 a 36 parcelas, com 30% (trinta porcento) de redução.".

No anexo da Resolução, no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 2011, Seção 1, páginas 159 e 160 (modelo de requerimento):

onde se lê:

TERCEIRA - A inadimplência em 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou em relação a novos débitos, implica, após a devida comunicação ao Requerente pelo CRC:

Leia-se:

QUARTA - A inadimplência em 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou em relação a novos débitos, implica, após a devida comunicação ao Requerente pelo CRC:

Onde se lê:

" 4 - DOCUMENTOS ANEXOS :

Cópia dos documentos de identificação (RG/CPF):

1 - Comprovante de residência;

2 - Comprovante do pagamento da 1.ª parcela;

3 - Cópia do Contrato Social e Aditivos, que permitam identificar os responsáveis pela representação da empresa;

4 - Procuração Pública ou cópia autenticada, e cópia da identidade e CPF do procurador, também autenticada, se for o caso;

5 - Comprovante de protocolizarão de desistência da ação na esfera judicial;"

Leia-se:

"4 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS (original e cópia):

1 - Identificação (RG/CPF);

2 - Comprovante de residência;

3 - Comprovante do pagamento da 1.ª parcela;

4 - Contrato Social e Aditivos, que permitam identificar os responsáveis pela representação da empresa;

5 - Procuração, identidade e CPF do procurador, se for o caso;

6 - Comprovante de protocolização de desistência da ação na esfera judicial, se for o caso."

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 217, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art. 43;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CONFEF, em reunião ordinária, de 24 de setembro de 2011;

CONSIDERANDO a Resolução CONFEF Nº 161, de 17 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº. 342, de 25 de julho de 2008, Seção 1, pág. 114, resolve:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 8º da Resolução CONFEF Nº 161, de 17 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Parágrafo único - Caso a fiscalização encontre o Profissional suspenso trabalhando, deverá notificar a autoridade competente sobre a infração ao art. 205 do Código Penal Brasileiro."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA

DESPACHOS DA PRESIDENTE
Em 6 de outubro de 2011

RECURSO N. 2007.08.00626-05/SCA-TTU. Recte: P.C.S. (Adv.: Paulo Corrêa dos Santos OAB/DF 8.405.) Recdo: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). DESPACHO (fls. 335): "Chamo o feito à ordem. Fls. 329/330. Defiro o pedido de vista dos autos, pelo prazo de dois dias, como requerido."

Em 14 de outubro de 2011

PROTOCOLO Nº 49.0000.2011.001967-7/SCA - Embargos de Declaração. Embargantes/Agravantes: M.T.S.B. e R.S.R. (Adv.: José Eduardo Ferreira Pimont OAB/SP 8611). Agravados: Despachos de fls. 121 e 136 do Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/São Paulo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. DESPACHO (fls. 213/214): "Trata-se de embargos de declaração opostos em face do r. despacho de fls. 193/195, que determinou a remessa dos autos à origem por ausência de previsão legal do recurso de agravo de instrumento contra decisão interlocutória em processo ético-disciplinar. Alegam os Embargantes que o despacho proferido é contrário a diversas disposições constitucionais e legais, especialmente ao direito à ampla defesa, inafastabilidade da jurisdição e ao devido processo legal. Sem razão os Embargantes. (...) Não há, assim, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada que justifique o processamento dos embargos declaratórios,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ressaltando, ainda, que não há qualquer nulidade ou violação a dispositivo legal na decisão que determinou a realização de audiência de instrução. Portanto, com o apoio do art. 138, § 3º, do Regulamento Geral, nego seguimento aos presentes embargos e mantenho a determinação de devolução dos autos à Subseção de Bragança Paulista - OAB/São Paulo, para promova o regular trâmite do processo correspondente.

MÁRCIA MACHADO MELARÉ

1ª TURMA

ACÓRDÃO

RECURSO 2007.08.07082-05/SCA-PTU. Recte.: V.M.F. (Adv.: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e João Batista de Oliveira. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). EMENTA 170/2011/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Locupletamento. Caracterização. Ausência de prestação de contas. 1. Advogado que paga a seu cliente acordo extrajudicial com a parte adversa e prossegue na execução da sentença em nome próprio, auferindo valores bem superiores aos contidos no acordo, comete infração disciplinar tipificada no artigo 34, inciso XX, do EAOAB. 2. Da mesma forma, receber valores constantes de alvará judicial e não prestar as devidas e pormenorizadas contas ao cliente, caracteriza a infração disciplinar prevista no artigo 34, inciso XXI, do EAOAB. 3. É dever do advogado agir com lealdade ao seu constituinte, não lhe sendo lícito auferir vantagens pecuniárias às custas da demanda proposta em favor de seu cliente, com intuito mercantil, ainda mais quando ciente das dificuldades financeiras daquele. 4. Recurso conhecido e provido em parte para reduzir a pena para 30 dias de suspensão, mantida a decisão nos demais aspectos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de agosto de 2011. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinícius Cordeiro, Relator.

Brasília, 14 de outubro de 2011.
GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO
Presidente da 1ª Turma

AUTOS COM VISTA AOS RECORRIDOS/INTERESSADOS

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentar contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos. RECURSO 2010.08.04893-05/SCA-PTU. Recte.: A.A.S. (Adv.: Aelson Alves dos Santos OAB/MG 68254). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. RECURSO 2010.08.09009-05/SCA-PTU. Recte.: J.B.S.J. (Adv.: João Benedito da Silva Junior OAB/SP 175292). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, Dirce Alvarenga da Silva e Marcos Benedito da Silva. RECURSO 2011.08.00342-05/SCA-PTU. Recte.: C.M.A. (Adv.: Cleiton Machado de Arruda OAB/SP 178568). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

Brasília, 14 de outubro de 2011.
GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO
Presidente da 1ª Turma

2ª TURMA

AUTOS COM VISTA AOS RECORRIDOS/INTERESSADOS

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentar contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos. RECURSO 2010.08.05599-05/SCA-STU. Recte.: E.P.A. (Adv.: Edvan Paixão Amorim OAB/SP 143925). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Maria Helena da Silveira. RECURSO 2010.08.08291-05/SCA-STU (Recurso Adesivo). Recte.: E.A.R.F. (Advs.: Cleiton Leal Dias Junior e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, F.N.B. e D.P. (Advs.: Fernando Silva Junior OAB/DF 13781 e Outros). RECURSO 2010.08.09531-05/SCA-STU. Recte.: J.R.G. (Advs.: José Roberto Gomes OAB/SP 111017 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.T. (Adv.: André Andreoli OAB/SP 213127). RECURSO 2011.34.03447-01/SCA-STU. Recte.: P.M. (Advs.: Paulo de Melin OAB/SP 71808 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.A.S. (Advs.: Mônica Treu OAB/SP 125135 e Outra). RECURSO 2011.08.03633-05/SCA-STU. Recte.: M.A.F.T. (Advs.: Marco Antonio Fernandes Tavares OAB/PR 19249 e Dirceu Alberto da Silva OAB/PR 5866-A). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e E.S.P. (Adv.: Rogério Calazans da Silva OAB/PR 35955).

Brasília, 14 de outubro de 2011.
LUIZ CLAUDIO ALLEMAND
Presidente da 2ª Turma
Em exercício

3ª TURMA

AUTOS COM VISTA AOS RECORRIDOS/INTERESSADOS

O processo a seguir relacionado encontra-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentar contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando o recurso interposto. RECURSO 2011.08.03448-05/SCA-TTU. Recte.: N.A.T. (Adv.: Nickson Alves Torres OAB/MG 53807). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e A.C.Ltda. Reptes. Legais: E.R.A. e M.R.A. (Advs.: Valéria Veloso Tribusi OAB/MG 48904 e Outros).

Brasília, 14 de outubro de 2011.
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente da 3ª Turma

MUSEU DA IMPRENSA



Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial

SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011101700107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

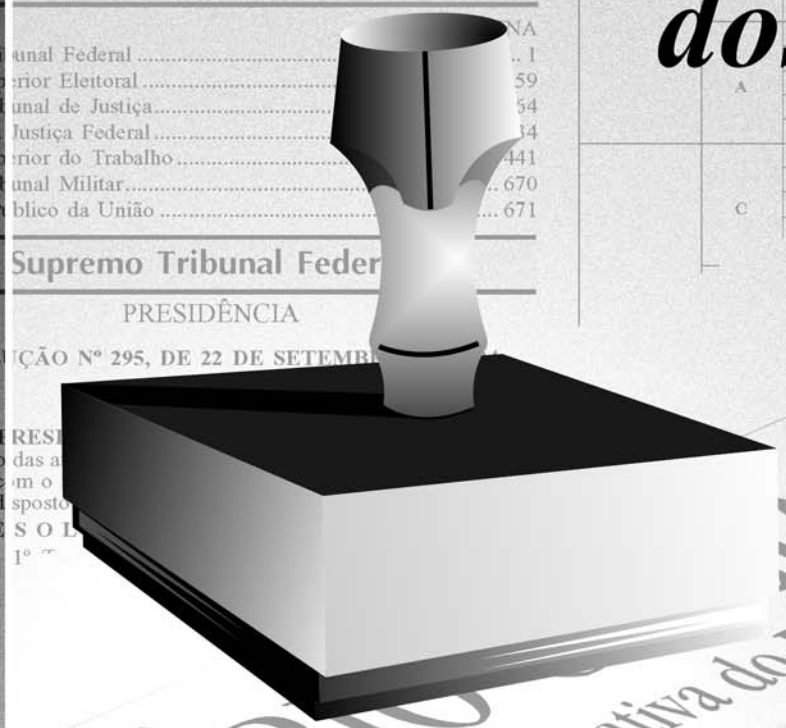


Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011101700108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.

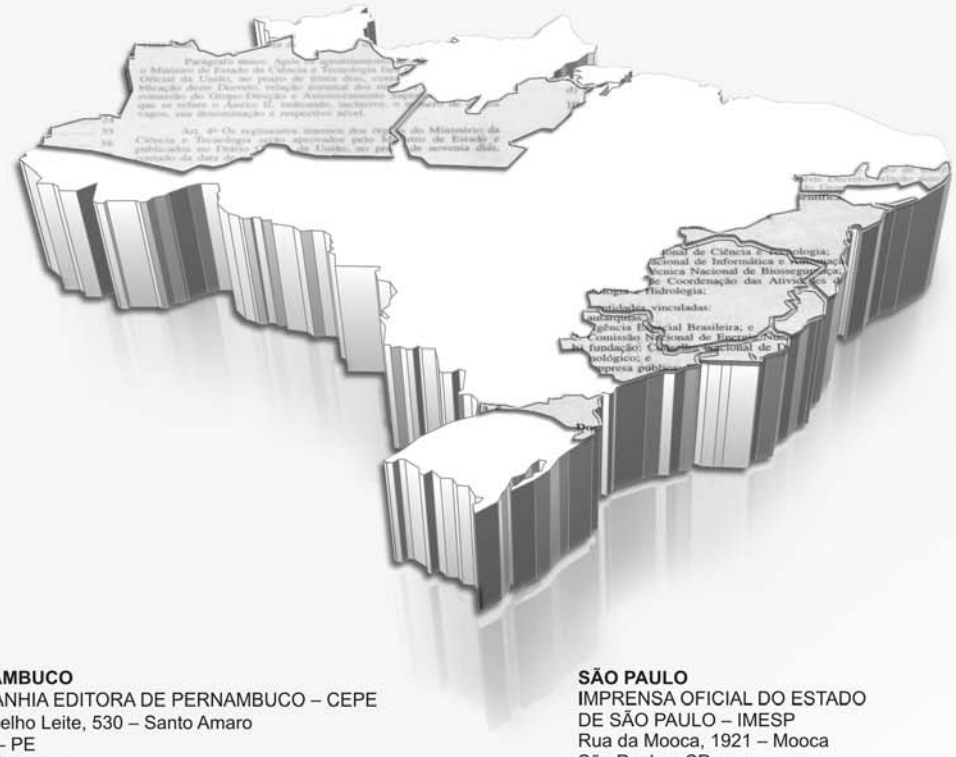
Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos, que são abatidos à medida que as matérias são transmitidas para publicação, evitando transtornos na comprovação de pagamento de boletos. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio da função **Crédito de Publicação**, disponível no sistema **INCom**.

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405



Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808